



PUC
RIO

HEBE SIGNORINI GONÇALVES

INFÂNCIA E VIOLÊNCIA NO BRASIL
UM ESTUDO DAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO
EM LARES DO RIO DE JANEIRO

TESE DE DOUTORADO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2001.

Vol. I

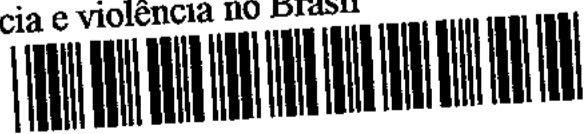
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO

Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea

CEP 22453-900 Rio de Janeiro RJ Brasil

<http://www.puc-rio.br>

N.Cham. 150 G635in TESE UC
Autor Gonçalves, Hebe Signorini.
Título Infância e violência no Brasil



V. 1 Ex.1 PUC-Rio - PUCB

00219957

115295

HEBE SIGNORINI GONÇALVES

INFÂNCIA E VIOLÊNCIA NO BRASIL
UM ESTUDO DAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO
EM LARES DO RIO DE JANEIRO

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de Psicologia da PUC-Rio,
como parte dos requisitos necessários para
obtenção do título de Doutor em Psicologia.
Orientadora: Prof^ª Maria Euchares Motta

TESE DE DOUTORADO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2001.

115295



150
G635 in
TESE UC
v. 1
ex. 1

*Tudo já foi pensado antes.
A dificuldade é pensar nisso novamente.*

Goethe

*A Wilson e Ceres,
meus pais*

*A Odair,
meu companheiro*

*A Thiago,
meu filho*

Agradecimentos

Meus agradecimentos

a Maria Euchares de Senna Motta, pela confiança e pelo apoio de sua orientação;

à equipe de professores da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a meus colegas de doutorado, e de modo muito particular a Ana Maria Nicolaci-da-Costa pelas muitas contribuições que recebi;

às equipes dos Postos de Saúde Municipais por terem permitido acesso às mães que entrevistei durante os trabalhos de campo;

à minha equipe de trabalho na Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujas discussões foram a primeira fonte das dúvidas e angústias que moveram este trabalho;

à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, pela bolsa de estudos recebida;

e sobretudo meus agradecimentos às mães entrevistadas, por terem se disposto a compartilhar seus dramas pessoais, dando ensejo a essa discussão.

Resumo

Este trabalho analisa a noção de violência contra a criança e sua aplicação na família brasileira. As contribuições da Sociologia, da Antropologia e da Psicologia no estudo da violência são tomadas como referência para examinar a noção de violência contra a criança. A teoria examinada mostra que as manifestações da violência, além de culturalmente determinadas, respondem a necessidades de grupos sociais e de sujeitos e detém um sentido que se revela na sua inserção social. Com base na técnica da análise do discurso, foram examinadas as relações entre pais e filhos na família brasileira. Os resultados deste trabalho mostram que a concepção de violência contra a criança, nas famílias estudadas, diverge em aspectos relevantes daquela que predomina na literatura. Mostram ainda que as práticas punitivas, adotadas nessas famílias, submetem-se a um conjunto de regras firmadas na cultura e na história de vida dos sujeitos e também que essas práticas são postas a serviço de objetivos específicos, tais como a estruturação da hierarquia familiar e o ordenamento das relações sociais extra-familiares.

Palavras chave: violência; violência contra a criança

Abstract

The concept of child abuse and neglect and its implications on the Brazilian family are the subjects of the present study. Sociological, anthropological and psychological violence theories are revised in order to review the concept of child abuse and neglect. According to these theories, the expressions of violence are culturally determined in order to fulfill the demands of groups and individuals and contains a specific meaning that is understood in its social insertion. The relations between children and relatives in the Brazilian family were studied using Discourse Analysis techniques. The results show that the conception of child abuse inside these families is quite different from what is usually found in the literature. They show that punitive practices are used according to a wide and complex set of rules based in culture and in the personal histories of life leading to the conclusion that these rules attend to specific purposes such as establishing hierarchy inside and outside the family universe.

Key words: violence, child abuse and neglect

	Introdução.....	1
1	Sentidos da violência.....	5
1.1	Negatividade e positividade no campo da violência.....	5
1.2	Modernidade: uma nova estrutura do político, do social e da ordem moral	11
1.3	Ciência e Direito.....	19
	1. 3. a. Ciência.....	20
	1. 3. b. Direito.....	23
	1. 3. c. Ciência, Direito e regulação da violência em família.....	25
1.4	Modernidade, fragmentação e as novas violências.....	27
1.5	A construção da noção de violência em família.....	32
1.6	Modernidade, identidade, autoridade e violência na família.....	36
1.7	Proteção da criança ou veículo de controle?.....	38
2	Infância e violência familiar.....	40
2.1	Breve histórico da violência contra a criança.....	43
2.2	Violência doméstica: um conceito em construção.....	51
	2. 2. a. A produção do conceito.....	51
	2. 2. b. Implicações da polêmica no dimensionamento da violência.....	63
	2. 2. c. Implicações da polêmica sobre o social.....	68
	2. 2. d. Implicações da polêmica sobre o jurídico.....	73
	2. 2. e. Violência contra a criança: que fazer?.....	77
2.3	Tipologia: as formas de abuso definidas na literatura	85
2.4	Uma reflexão sobre a violência na família.....	94
3	Patriarcalismo na família e no espaço público.....	100
3.1	Disciplina jesuíta e disciplina indígena.....	101
3.2	O exercício do patriarcalismo durante a escravatura.....	104
	3. 2. a. Moral sexual, casamento e propriedade.....	105
	3. 2. b. A autoridade pela força: o domínio sobre os corpos.....	109
3.3	Urbanização: a legitimação e a expansão do patriarcalismo.....	111
3.4	Rivalidade e prestância como formas associativas.....	114
3.5	Reflexos do patriarcalismo: a violência como funcional.....	117

4	Metodologia de trabalho.....	123
4.1	Pressupostos metodológicos.....	123
4.2	O método utilizado.....	128
4.2.1	Da construção do roteiro de entrevistas.....	128
4.2.2	Das condições de realização das entrevistas.....	132
4.3	Trabalho de campo.....	137
4.3.1	Roteiro de entrevistas.....	138
4.3.2	Quadro dos entrevistados.....	139
5	Violência em lares cariocas.....	140
5.1	Os entrevistados: uma panorâmica.....	142
5.2	Visões da violência.....	146
5.3	Maternidade: as mulheres educadoras.....	150
5.4	A função disciplinar: conversas, castigos e palmadas.....	155
5.5	Palmada: critérios de uso da punição física.....	163
5.6	Estupro.....	172
5.7	Outras violências?.....	180
5.7.1	Medo e ofensa moral: agredir com palavras.....	180
5.7.2	Negligência: o que é?.....	183
5.8	Função paterna.....	185
5.9	Violência na geração anterior.....	189
5.10	Conselhos: ouvir de quem?.....	194
5.11	A violência ingressa nos lares?.....	198
	Conclusões.....	207
	Referências bibliográficas.....	215

Introdução

As preocupações que pretendo colocar em discussão ao longo desse trabalho têm origem numa constatação prática e direta. Envolvida desde 1995 em programa de atenção à criança vítima de violência, pude ali constatar que a reação dos familiares diante do tema da violência varia enormemente^(*). Causava-me especial estranheza a ênfase com que algumas mães e pais defendiam os métodos disciplinares que adotavam para educar seus filhos. Informada pela literatura acerca do tema, fui induzida a crer que as crianças vítimas de violência estariam ansiosas por encontrar algum tipo de ajuda que lhes permitisse lidar com as dificuldades advindas dos abusos sofridos, e fui induzida também a crer que pais violentos agiriam movidos por desconhecimento ou por dificuldades pessoais diante das quais caem as últimas barreiras que impedem ou cerceiam a prática da violência contra seus filhos.

A literatura não me preparou, no entanto, para compreender a defesa veemente das práticas punitivas, feita por algumas mães; não me preparou sobretudo para compreender a reação de seus filhos, secundando-as nessa defesa. Quando as

^(*) A autora é psicóloga do Núcleo de Atenção à Criança Vítima de Violência, do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

relações em família estruturam-se na violência, quando essa violência é mantida dentro de certos níveis e quando todos os membros do núcleo familiar compartilham a crença de que ela pode ser exercida sem qualquer prejuízo importante, o diálogo entre os profissionais e seus supostos clientes revela-se virtualmente impossível. Diante das imensas dificuldades do campo, que vão da enorme demanda à carência de recursos e pessoal especializado, não parecia procedente exigir o comparecimento dos pais a um atendimento do qual eles entendem que não podem extrair qualquer benefício, sobretudo se seus atos de violência visivelmente não são graves; o resultado é que esses pais tendem a não retornar a qualquer consulta, e se ausentam carregando consigo o enigma e deixando no ar uma lacuna do entendimento difícil de preencher.

Se em algumas circunstâncias essa lacuna se coloca em toda a sua extensão, ela às vezes se apresenta de forma sub-reptícia, nas entrelinhas dos discursos, agindo sem se anunciar. A dissonância entre os discursos dos pais e dos profissionais parece indicar não apenas uma divergência de base quanto àquilo que deve ser designado pelo termo violência como - e mais importante - uma divergência quanto à sua condenação. A percepção dessas divergências aguça a escuta do discurso que endossa certas práticas punitivas, mas não é suficiente para solucionar a questão de base, que pode ser traduzida na indagação acerca do que, afinal, é **violência**, essa questão que é a um só tempo tão discutida, tão estudada, e tão pouco entendida.

Movida pela preocupação com essa lacuna, debrucei-me sobre a extensa literatura acerca da violência contra a criança para chegar a uma constatação ainda mais surpreendente: apesar dos inúmeros artigos e livros dedicados à questão, todos - quase sem exceção - dão como suposta uma certa concepção de violência, sem colocá-la em discussão. O próprio delineamento do campo parece-se ter-se fundado sobre a premissa de que quase todo ato que se interpõe entre a criança e seu desejo é uma violência e como tal merece ser condenada. Daí às especificações desses atos, aos esquadrinhamentos das condutas e à discussão das conseqüências, firmou-se um corpo de saber que produz nos desavisados a impressão de que as relações entre pais e filhos podem ser compreendidas à luz da discriminação entre violência e não-violência.

Ora, era precisamente essa linha divisória que os pais colocavam em questão ao recusar-se ao enquadre; ao reconhecerem o exercício de certas condutas mas opondo-se a entendê-las como violentas, eles transformam-se na denúncia viva de que os pressupostos que a literatura não anuncia movem-nos para um território que

eles se recusam a ocupar. Sem qualquer desconforto, retomam o cotidiano de suas vidas deixando no profissional, neste sim, o sentimento de inadequação por ter sido flagrado colocando em curso uma crença da qual não sabia partilhar.

A tarefa de desvelar esses pressupostos, e entendê-los, deve portanto ser desenvolvida fora da literatura específica sobre a violência contra a criança. Foi na vasta colaboração das ciências humanas no campo da violência, ignorada nos textos que versam mais especificamente sobre a violência que tem lugar na família e visa a criança^(**), que encontrei as chaves para elucidar pontos obscuros de um saber ainda em construção, para discutir limites de sua aplicação e buscar desenhar contornos que são externos à questão mas ajudam a compreendê-la.

É por essa razão que o leitor é convidado, num trabalho que versa sobre a violência contra a criança, a aproximar-se dessa discussão a partir da produção da Antropologia, da Sociologia e da Filosofia. São áreas nas quais a violência é de longa data objeto de estudo, e sobretudo um objeto examinado sob ângulos muito diversificados, o que permite constatar que ela não comporta um único sentido. Os textos eleitos para essa leitura por certo não permitem esgotar o campo, nem é essa sua intenção. Mas ao mostrar a multiplicidade de sentidos atribuídos à violência, eles permitem entrever que sua percepção é datada, e que essa percepção na Modernidade exige novos enquadres, novos ângulos de análise. O mundo contemporâneo atribui um valor à violência que a torna um divisor de águas e lhe empresta eficácia na medida em que destina os violentos à exclusão do acesso aos bens sociais; nessa medida, a interpretação da violência pode eventualmente responder a expectativas sociais sobre o sujeito, mais que a necessidades imediatas deste.

É essa visão que orienta a discussão que se segue, situada agora mais especificamente no campo da violência contra a criança. A história da produção deste conceito, e o exame de seus reflexos sobre o jurídico e o social, permitem colocar em relevo um tema que percorre a literatura mas com pouco destaque: definir a violência contra a criança é uma tarefa árdua pois, embora tome como referência os padrões universais definidos nas Convenções Internacionais, submete-se a injunções próprias de cada cultura. O padrão internacional, fixo, explode então numa diversidade de sentidos que desafia a rigidez, e desafia acima de tudo a possibilidade de lidar de

^(**) Uma discussão a respeito pode ser encontrada em Fagan, 1996.

modo uniforme com crianças, pais e estruturas familiares cujas histórias são díspares e estruturam valores que definem sua pertinência e inserção no social.

Segue-se um movimento na direção do brasileiro. As relações entre família e Estado, entre público e privado, no Brasil, historicamente preservam o privado e fazem emergir dele o público, emprestando grande relevância ao que é doméstico, ao que é da casa. Essa parece ser uma singularidade própria do brasileiro, que o torna diverso do “sujeito universal” que comparece no discurso internacional sobre direitos da criança e sobre a criança vítima de violência. O trabalho de campo, envolvendo entrevistas junto a trinta mães residentes no Rio de Janeiro, permite mostrar que sua conduta se pauta, ainda hoje, na prevalência do privado. Seus discursos permitem ainda compreender com mais clareza o que elas entendem por violência contra a criança, permitem entender como discriminam entre práticas disciplinares aceitas ou condenadas, e oferecem ainda elementos para discutir os propósitos e objetivos do uso dessas práticas.

O conjunto das leituras e dos depoimentos colhidos serviu para firmar minha convicção de que a tarefa de lidar com a questão da violência contra a criança é técnica no que diz respeito a operar uma mudança nos padrões de relacionamento; mas é social e política no que se refere à direção dessa mudança. Levou-me também a compreender que, dado o pouco que ainda se sabe sobre violência na família brasileira, o momento parece propício a abandonar a calma do saber estabelecido e a segurança do dado comprovado para mergulhar nas dúvidas, nas perguntas, na incerteza enfim que ainda nos desafia e nos espreita por sob os textos. Trata-se de investigar, e buscar as lacunas, antes de preenchê-las.

CAPÍTULO 1 Sentidos da violência

... existem modos de pensamento que não podem ser adequadamente compreendidos enquanto suas origens sociais forem deixadas na escuridão.

Karl Mannheim, Ideologia e Utopia

1. 1. Negatividade e positividade no campo da violência

Muito já se disse sobre o fenômeno da violência. O primeiro trabalho teórico que toma a violência como manifestação de revolta social foi o de Georges Sorel. Desenvolvida sob a ótica marxista, a análise de Sorel (1992) atribui à violência uma valoração positiva: violência é resistência, é luta, é identidade. Para o autor, os códigos morais e a educação atenuam de tal forma nossas tendências à violência que somos levados a pensar, quase instintivamente, que qualquer ato violento representa um retorno à barbárie. Ele alerta ainda para o fato de que tanto o exercício quanto o banimento da violência têm conseqüências ideológicas que não deveriam ser ignoradas. Não haverá, pergunta-se o autor, *certa tolice na admiração que nossos contemporâneos têm pela doçura?* (Sorel, 1992: 204).

O trabalho de Jurandir Freire Costa resolve essa dicotomia entre os sentidos positivo e o negativo discriminando as noções de agressividade e violência, e reservando apenas ao último a conotação de força destrutiva. Esse sentido de destruição seria além do mais construído na cultura, pois é ela que atribui valor aos impulsos agressivos: *é porque o sujeito violentado (ou o observador externo à situação) percebe no sujeito violentador o desejo de destruição (...) que a ação agressiva ganha o significado de ação violenta* (Costa, 1986: 30).

Outros autores conferem ao tema sentidos diversos: a violência por vezes é tratada como uma forma de reação instintiva, derivada de comportamentos herdados que um dia serviram à preservação da espécie; teríamos assim de nos conformar em delegar à evolução a tarefa de depurá-la, ao menos nas suas formas mal-adaptativas¹. Outros trabalhos destacam os efeitos nefastos da violência sobre o processo civilizatório, e sustentam que alguma forma de controle social, externo ao indivíduo, é necessário para que ela seja mantida sob controle². Os reflexos dessa linha de análise no plano intersubjetivo levam a interpretar a violência como uma força que se opõe à espontaneidade, à naturalidade, à responsabilidade jurídica e à liberdade moral (Daniel, 1982, cf. Guerra, 1985: 15), constituindo-se assim em forma de *controle, uma vez que por seu intermédio uma pessoa submete a outra, seja pela força física, seja por 'constrangimento psicológico', numa demonstração de poder* (Guerra, 1985: 16). Como denominador comum, a violência é identificada a uma não humanidade.

São poucos os autores que levam em conta que a violência pode *cumprir diversas funções sociais que resultam, afinal, positivas* (Coser, 1970: 74). Para este autor, a violência pode ser um recurso de expressão dos setores sociais excluídos em busca de melhores condições de existência, e pode servir como forma de apelo às consciências coletivas. No plano estritamente individual, ela pode ser posta a serviço do êxito econômico - como expropriação - e da realização pessoal, permitindo ao sujeito afirmar-se nas relações interpessoais pelo uso da força. Essa expressão individual da violência permitiria explicar a violência intrafamiliar especialmente nas culturas que exigem do homem o cumprimento da função de provedor.

¹ Uma ilustração desse ponto de vista pode ser encontrada em Thornhill et al (1992), que entendem o estupro como um comportamento evolutivo facultativo (...) usado por homens com menor habilidade em competir pelos recursos e/ou pelo status que é importante para atrair parceiras e reproduzir.

² Friedrich Hacker (1973) descreve a violência como um retorno à expressão mais primitiva da agressão e sustenta que ela só pode ser dominada tomando consciência das circunstâncias e condições que a desencadeiam e evitando-as. Significativamente, ele intitulou o primeiro capítulo de sua obra como *O futuro da desumanidade*.

A violência é complexa, polissêmica, controversa; fala de uma realidade plural, cujas especificidades são ainda desconhecidas (Minayo et al, 1998). Sua definição é um desafio permanente, que não se submete à descrição fácil, nem ao entendimento imediato. À amplitude dos atos que o termo abarca corresponde uma enorme diversidade de definições e abordagens no campo das ciências que deles se ocupam. Mas o denominador comum entre eles é que a valoração positiva da violência, tal como a que lhe foi atribuída por Georges Sorel, foi sendo progressivamente abandonada. É possível mesmo que essa interpretação, estreitamente ligada à análise marxista, tenha sido relegada a segundo plano juntamente com o corpo teórico que lhe deu sustentação. O marxismo, importante divisor de águas no campo das ciências humanas, foi ele próprio objeto de ampla revisão nos anos 80, e sua importância como marco analítico de fenômenos sociais tem sido bastante relativizada. Não surpreende que, em decorrência, essas suas implicações tenham sido abandonadas.

Durante os anos 60 e 70, imperavam – na imprensa, na opinião pública e na ciência – as discussões sobre uma forma de violência à qual se atribuiu o adjetivo “política”. Essa adjetivação produziu o efeito de um reconhecimento: haveria ao menos um ato violento não de todo destituído de sentido. Eventualmente condenável, por vezes aceito, sempre discutido, mas nunca vazio de sentido ou gratuito. Nos anos 80 e 90, a ciência política fez o escrutínio do marxismo, terminando por condenar quase unanimemente a violência política, condenação que hoje se estende a qualquer ato violento, antes mesmo e independente de apreender-lhe o sentido.

Nesse rastro, construiu-se para a violência uma representação marcada pela perda da legitimidade (Wieviorka, 1997). Supõe-se que toda e qualquer ação passível de ser designada como violenta é pura força destruidora. A violência não busca, não diz, não propõe. Ela é vandalismo. É preciso banir seu texto e fazer calar seu discurso, que supostamente nada têm a anunciar.

Cabe indagar, no entanto, se essa representação contemporânea da violência é efetivamente capaz de apreender a totalidade de sentidos de suas múltiplas manifestações objetivas ou se ela é antes, em si mesma, um ato de *violência simbólica*, no sentido que Bourdieu e Passeron (1975) emprestaram ao termo: todo o poder que impõe significações e que as impõe como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força.

Uma breve incursão no campo da Antropologia pode trazer elementos valiosos para examinar essa questão. Estudos da área já mostraram que, em certas sociedades, as regras de convivência e sociabilidade incorporam organicamente a violência, cujo exercício é por isso funcional ao grupo. O trabalho de Pierre Clastres, em *Sociedade contra o Estado*, é exemplar neste sentido. Como salienta Rifiotis (1997), o Estado é para Clastres uma força de unificação, homogênea e centralizadora, enquanto que a violência atua como força dispersiva, voltada para a manutenção das diferenças. Clastres (1982) argumenta que o poder, inerente à vida social, pode ser exercido de forma coercitiva ou não coercitiva. As sociedades indígenas fazem conviver formas coercitivas e formas não-coercitivas de poder, autorizando a livre expressão de ambas mas especificando para elas rígidos limites e claras condições de exercício.

O modelo do poder coercitivo só é aceito em ocasiões excepcionais, quando o grupo se vê diante de ameaça exterior. Mas a união do poder com a coerção cessa após o grupo ter enfrentado uma ameaça exterior (Clastres, 1982: 27).

A violência, nessas sociedades, não é banida; ela é apenas combatida quando, vinda do exterior, ameaça a coesão do grupo. À exceção desses momentos, a sociedade se regula sem recorrer a um Estado formal, representado em qualquer chefia. *A tribo mantém a disjunção entre chefia e poder porque não quer que o chefe se torne seu detentor, recusa que o chefe seja o chefe. Sociedades da recusa à obediência - tais são as sociedades primitivas* (Clastres, 2001: 116). Recusa à obediência, recusa à coerção, recusa de um princípio de unificação que imprima um curso único que impede o múltiplo: são essas características das sociedades primitivas que Clastres destaca para mostrar que a noção de violência está intimamente ligada à noção de coerção; para mostrar que a coerção só se torna necessária a partir do momento em que o Estado trabalha com a disciplinarização do social, coibindo os desvios e a multiplicidade que as sociedades primitivas admitem; e para mostrar que a coerção sobre o que é diferente é que faz circular a violência no interior do grupo. Nas sociedades primitivas, o poder não-coercitivo assegura o equilíbrio interno do grupo. A necessidade de discriminar essas formas de exercício de poder foi reconhecida até a Grécia Antiga, cuja milícia civil - arregimentada nas guerras e subordinada a um general eleito especificamente para esta função nas Assembléias - era dissolvida em tempos de paz (Dahl, 1989).

Apenas na sua forma coercitiva é que o poder supõe comando e obediência. A coerção surge para neutralizar o que é dissonante em relação ao propósito unificador

do Estado; nas sociedades tradicionais, a violência e sua força dispersiva, que trabalha pela mudança e pelo diferente, foram postas a serviço da inovação social. Já nas modernas sociedades ocidentais, onde a diferenciação social fez surgir o conflito, prepondera o poder coercitivo, posto a serviço da unidade e da centralização. A experiência do homem ocidental contemporâneo é tomada, contudo, como absoluta: ele generaliza o sentido coercitivo da violência, aplicando-o a qualquer forma de exercício do poder independente do significado que adquira numa organização social particular (Clastres, 1982).

Esse brevíssimo apanhado visa mostrar que a produção teórica, ao invés de fixar sentidos, faz da violência um objeto em constante construção. Ela é *uma objetivação, uma espécie de significante sempre aberto para receber significados, e não uma invariante, um objeto natural*, e como tal não se presta a ter seus significados *fixados em imagens*, quaisquer que sejam (Rifiotis, 1997: 16). Apesar disso, a pesquisa e a teoria sobre a violência ignoram, de modo geral, a possibilidade de que ela possa *atuar, sob condições específicas, como um elemento instaurador, positivo, negador dos processos de controle e de homogeneização* (Rifiotis, 1997: 15). A busca dessa modulação exige que, quando tomada como objeto de estudo, a violência seja vista para além dos sentidos que as representações já cristalizaram, única forma de realizar uma descrição dos objetos *livre dos fantasmas da linguagem, sempre tendo em conta que todo objeto é correlato a uma prática, e, portanto, nunca se deixa traduzir em ideologias ou grandes noções* (Rifiotis, 1997: 16-17).

Ao discutir o trabalho de Clastres, Rifiotis (1997) alude à dificuldade de sua transposição direta para as sociedades complexas. As sociedades primitivas - tais como a que Clastres se refere - têm características holistas, tradicionais e hierárquicas, no que se contrapõem às sociedades complexas, tipicamente individualistas, cuja complexidade é ao mesmo tempo causa e consequência da diferença. Nas primeiras, as unidades mínimas são linhagens, clãs e tribos, e nas segundas são os conjuntos de indivíduos que não dissolvem, mas antes reforçam a unidade (Velho, 1999). Nestas, *o indivíduo torna-se o sentido de todas as coisas, a fonte de toda 'racionalidade'* (Dumont, 1980: 261). Esse é um problema clássico da Antropologia e sua principal dificuldade reside em circunscrever particularidades sem perder a perspectiva do todo (Sarti, 1996).

Não há aqui qualquer pretensão de apresentar solução a essa dificuldade teórica; no entanto, é preciso levar em conta as dificuldades que ela coloca, e os limites que

impõe. As propostas de Michel Maffesoli, que serão abordadas adiante, oferecem alguns elementos para pensar essa questão. Além disso, cabe esclarecer que o que é relevante para o presente trabalho é o impacto dessas formas de sociabilidade sobre o sujeito, e nesse particular a literatura psicológica oferece elementos que sustentam a discussão.

As sociedades ditas "tradicionais" *são mais homogêneas, menores, menos complexas e, pelo menos em princípio, menos sujeitas a mudanças sociais aceleradas*; sua organização incorpora formas rituais e outros mecanismos de integração *que harmonizam domínios e experiências potencialmente discrepantes*. Nas sociedades complexas, ao contrário, onde as relações entre os diversos espaços de inserção do sujeito são múltiplas, plurais e eventualmente contrastantes, *maior é a possibilidade de descontinuidade entre os sistemas simbólicos dos diversos segmentos que a compõem* (Nicolaci-da-Costa, 1987: 58)³; elas tendem a colocar em contato próximo sujeitos que são **estrangeiros**, termo que na Antropologia designa indivíduos que provém de diferentes contextos de relações interpessoais, e não têm usualmente um passado comum (L-Berger, 1988). As sociedades complexas são ainda sujeitas a processos de mudança cultural cujos efeitos têm menor **visibilidade sociológica**, *principalmente no que diz respeito ao que acontece com o sujeito que é confrontado por sistemas simbólicos conflitantes* (Nicolaci-da-Costa, 1987: 60).

Levando em conta o conjunto dos argumentos acima levantados, seria possível trabalhar sobre a hipótese de que a violência pode constituir-se afinal não como um mero ato destrutivo mas, ao contrário, como um ato de **produção de sentido**. Ela equivaleria a um discurso por intermédio do qual, e malgrado a validade dos meios que usa⁴, produz ou ao menos visa produzir uma **transformação** sobre o meio em que se inscreve, ou mesmo a **recuperação** da continuidade rompida nas sociedades complexas. Nesse sentido, a violência pode conectar-se a mecanismos de afirmação identitária. Estudos críticos da Modernidade indicam a viabilidade e a utilidade dessa linha de análise.

³ Embasada em Berger e Luckmann, a autora redefine o conceito de **descontinuidade socializatória** como o *conflito, que ocorre dentro do sujeito, entre suas representações primitivas de inserção no mundo adulto, cujas raízes se encontram no sistema simbólico internalizado durante o processo de socialização primária, e suas representações mais recentes e concretas de participação real na reprodução da ordem social, oriundas de sistemas simbólicos internalizados através de socializações secundárias* (Nicolaci-da-Costa, 1987: 67). A utilidade desse conceito para a presente análise se fará evidente.

⁴ Quando submete a violência à análise segundo os critérios de meios e fins, Benjamin (1990: 139) termina por sugerir que a crítica da violência é a filosofia de sua história, *porque somente a idéia do seu final permite um enfoque crítico, diferenciador e decisivo de suas datas temporais*.

1. 2. Modernidade: uma nova estrutura do político, do social e da ordem moral

A crítica da modernidade é marcada por um termo: tensão. Boaventura Souza Santos (1997a), em *Pela Mão de Alice*, refere-se a uma tensão que é produto de forças entre as promessas da modernidade e sua impossibilidade em cumpri-las. Alain Tourraine (1998), em *Crítica da Modernidade*, fala da tensão entre Razão e Sujeito. Paul Ricoeur, em *História e Verdade* (1968), anuncia uma tensão entre o apelo à integração à humanidade, dominante no mundo globalizado, e a exigência de salvaguardar o patrimônio herdado; Cubitt (1997) aponta para a oscilação entre Razão e Desrazão, ou uma Razão concebida ora como instrumento de solidariedade, ora como instrumento de dominação; tensão entre o existir e o desaparecer, o que faz com que o termo **fim** se revista de uma aura de modernidade: fim da história, fim da sociedade, fim do sujeito, ou, como quer Baudrillard (1997), fim da infância. Ressalvadas certas divergências, esses textos trabalham sobre um denominador comum: a globalização afeta nações e sociedades inteiras e põe em contato culturas diferentes, com forte impacto na construção das subjetividades.

O contato entre as culturas, potencializado pela modernidade, cria múltiplos espaços que coexistem, se superpõem, potencializam efeitos de descontinuidade e minam antigas estruturas de poder. Poder-se-ia falar de uma sociedade pós-foucaultiana em que Ciência, Direito e Estado, pilares da sociedade disciplinar, vêm sendo progressivamente corroídos. A Ciência compete hoje com conhecimentos rivais que produzem novas formas de poder; o Direito e o Estado perdem a centralidade e coexistem com

múltiplos legisladores fácticos [que] transformam a facticidade em norma, disputando ao Estado o monopólio da violência e do direito. A proliferação caótica dos poderes torna difícil a identificação dos inimigos e, por vezes, a própria identificação das vítimas (Santos, 1998: 18).

No entanto, há quem lembre com razão que o intercâmbio cultural não é fenômeno novo. O estrangeiro, escreve Ianni (1999), esteve sempre presente no horizonte de cada povo, tribo ou nacionalidade. O que hoje se convencionou chamar globalização é a ocidentalização e a orientalização simultâneas do mundo, tão somente uma alteração em escala de fenômenos antes vividos mais localmente e que hoje se

multiplicam, intrincam-se, fascinam porque desconhecem qualquer fronteira. Da escala planetária é que deriva o apelo do “nacional” e de seu correlato imediato: a “identidade”. A identidade nacional é no entanto, para ele, apenas uma ilusão: porque a rigor todo o processo civilizatório é uma troca cultural, uma transnacionalização, processo no qual ambas as partes resultam modificadas. É um processo do qual resulta uma nova realidade que não é mero aglomerado das primeiras mas sim algo novo, díspar, original e independente: uma nova realidade civilizatória. É um processo de confrontos e lutas, onde culturas ativas competem por espaço. Nesse movimento, a globalização recobre, mas também desenvolve identidades.

Santos (1997a) também destaca as disputas e tensões entre culturas no mundo globalizado. Mas ele acrescenta um aspecto que lhes dá cunho novo: o desequilíbrio que atravessa esses confrontos; se numa dada cultura o processo de exclusão é altamente significativo, entre as culturas ele o é ainda mais (Santos, 1995). Para ele, a história e a cultura de cada nação tornam particular seu ingresso na modernidade; enquanto alguns países “produzem” a modernidade, outros a enxergam por um telescópio; grupos isolados absorvem-na a conta-gotas. Assim, o projeto da modernidade carrega e aprofunda desequilíbrios significativos, modificando a própria natureza dos processos transculturais. Nesse sentido, não é possível falar numa troca entre iguais mas antes é preciso compreender o modo como o intercâmbio cultural impacta cada nação e cada grupo particular. Os valores da modernidade e as antinomias entre eles,

sujeitos a uma crescente sobrecarga simbólica, (...) significam coisas cada vez mais díspares para pessoas ou grupos sociais diferentes, e de tal modo que o excesso de sentido se transforma em paralisia da eficácia e, portanto, em neutralização (Santos, 1998: 18).

Na visão de Santos (1998), portanto, o intercâmbio não se dá sobre terreno neutro, razão pela qual as trocas podem ser menos serenas que o discurso de Ianni (1999) sugere. A “novidade” trazida pela globalização se apresenta como exigência de adequação para nações e sujeitos que portam, ambos, uma história. História que, do ponto de vista dos sujeitos singulares, é heterogênea e plural. Ela se inscreve em trajetórias de vida, em relações de solidariedade, em vínculos de afeto, parentesco, vizinhança e amizades que conferem sentido e atribuem significado a diferentes e específicos modos de vida. São relações que *podem revelar-se, hoje, como depositárias de enigmas da conservação e das regularidades como da transformação*

e das rupturas sociais (Fonseca, 1999: 480). Referimo-nos aqui às identidades dos sujeitos, termo que Santos (1997a) usa significativamente no plural e conceitua como *processos de negociação, jogos polissêmicos, identificações em curso dominadas pela obsessão da diferença e pela hierarquia das distinções* (Santos, 1997a: 135). A obsessão da diferença poderia também ser referida pelo seu contrário: a obsessão da similaridade. O que desejamos destacar é que a globalização põe em curso um projeto de homogeneização que afronta identidades subjetivas. Na sua obsessão pela similaridade, a globalização quer lançar ao lixo uma parcela da história, para que outra possa ser alçada à condição de modelo e paradigma.

Contra essa pretensão à uniformidade, insurge-se também Maffesoli (1981). Em sua análise, o social move-se entre dois pólos: uma tendência à unicidade, representada no Estado, e uma tendência à multiplicidade, à diversidade, constitutiva da **potência social**, essa *parte de sombra da realidade social* que retém o dinamismo capaz de *romper as estruturas sociais que têm tendência a sempre se ossificar* (Maffesoli, 1981: 59). Unicidade e diversidade podem alternar-se por efeito de duas forças: o desejo de submissão - vinculado à busca da satisfação das necessidades, à busca de uma conformidade que é proteção diante da quebra da segurança tradicional - e as diversas formas de violência. Dito de outro modo, a conformidade trabalha contra a potência social, enquanto que a violência assegura sua manutenção.

Daí decorre que nem o Estado nem a Razão - lugares do Uno - podem mais ser tomados como estruturantes sociais. Estruturante é a duplicidade, é o conflito, é a potência social do coletivo, definida mais pelos vínculos afetivos do sujeito que pelos laços sociais do contrato: *a inserção no coletivo, na tradição secular do dado social, pode ser resistência* (Maffesoli, 1981: 41-2). Até porque desenvolvimento e mudança social são fenômenos essencialmente macroscópicos, mas, qualquer que seja sua complexidade, *pode-se tomá-los pelo que são: o efeito de ações individuais* (Boudon, 1989: 15). A potência social conserva parte de sua vitalidade e de sua força fundadora mesmo quando se cristaliza e socorre o poder, sucumbindo então à lógica da conformidade:

Às vezes essa vitalidade utiliza, no sentido simples do termo, uma via perversa, às vezes se manifesta em toda a sua amplitude, e isso depende das ocorrências, mas sempre está presente e a sua labilidade lhe permite escapar afinal à canalização total. A perversidade ou a explosão dessa vitalidade social se exprimem na escassez do cotidiano, as rupturas mais ou menos violentas, as diversas formas de recusa mais ou menos em código, as indiferenças para com esta ou aquela instituição, os desinvestimentos múltiplos. (...) E, mesmo numa perspectiva "positiva" (compreendida como atitude não normativa), deve-se reconhecer essa vitalidade em ação sob pena de deixar de lado um elemento importante da *estruturação social*. (...) *Do momento em que a vida é posta em jogo, onde potencialmente o destino é enfrentado, o que era submissão se converte em afirmação e em processo de potência, e é isso que convirá estudar no mecanismo da violência* (Maffesoli, 1981: 48-51).

Em resumo, a violência é uma função de vitalidade que uma vez abolida reduz as diferenças e elimina qualquer possibilidade de renovação no campo social. Ela pode se manifestar seja como **violência social** – que busca a coesão e o consenso – seja como **violência sanguinária** – quando, na impossibilidade da simbolização, assiste-se ao retorno do reprimido (Maffesoli, 1981).

Esse complexo jogo de relações remete diretamente ao balizamento entre *regulação e emancipação*, dois pilares do projeto sociocultural da modernidade.

O pilar da regulação é constituído pelo princípio do Estado, cuja articulação se deve principalmente a Hobbes; pelo princípio do mercado, dominante sobretudo na obra de Locke; e pelo princípio da comunidade, cuja formulação domina toda a filosofia política de Rousseau. Por sua vez, o pilar da emancipação é constituído por três lógicas de racionalidade: a racionalidade estético-expressiva da arte e da literatura; a racionalidade moral-prática da ética e do direito; e a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da técnica (Santos, 1997a: 77).

Regulação e emancipação alimentam-se e interpenetram-se, em permanente tensão. Cada um dos pilares busca a infinitude e aspira à autonomia, mas ao mesmo tempo precisa ceder ao outro, negociar, aceitar limites e firmar compromissos. É nesse jogo de contenção recíproca que reside a grandeza do projeto da modernidade, e a possibilidade de combinar valores tão díspares e contraditórios quanto justiça e autonomia, solidariedade e identidade, cidadania e subjetividade, igualdade e liberdade. Por outro lado, é fácil supor que esse é um jogo por demais complexo, sob o risco permanente de pender para um dos pólos, provocando a maximização do Estado ou, no outro extremo, a juridificação ou a cientifização da realidade social (Santos, 1997a).

De fato, a dimensão mais profunda do déficit da modernidade reside em que seus respectivos princípios e lógicas possam vir a dissolver-se *num projeto global de racionalização da vida social prática e quotidiana* (Santos, 1997a: 78), especialmente se o princípio da regulação, tendendo à expansão e ao excesso, torna-se incapaz de sustentar a justiça, a solidariedade, a cidadania e a igualdade. Para Maffesoli (1981), a elite opera uma fusão entre técnica e dominação; nas formas tradicionais de exercício da autoridade, os efeitos de tal fusão eram limitados pela ciência; mas a característica do saber tecnocrático contemporâneo é o seu controle absoluto das coisas, permitindo o exercício da dominação fundado em imperativos técnicos. Como subproduto da tecnocracia, a burocratização do Estado afasta do homem comum os centros decisórios, acentuando os efeitos de aprisionamento da cidadania (Bobbio, 1991). Foi o que ocorreu durante este século, em que a *emancipação deixou de ser o outro da regulação para tornar-se seu duplo* (Santos, 1997a: 68): a retomada dos princípios liberais faz renascer a subjetividade em detrimento da cidadania. Nessa rota, implantam-se a um só tempo a monotonia da vida social, pela dissolução dos contrários, e sua atomização, pela racionalização da existência individual e social (Maffesoli, 1981). O contrato social na modernidade difere em essência do modelo que fundou a idéia original de contratualização: ele não se funda no contrato entre agregações coletivas sob a guarda do Estado, mas numa concepção liberal individualista moldada no direito civil, em que a intervenção estatal é mínima; a possibilidade de ruptura está dada; e a idéia de conflito de interesses é substituída pela lógica do assentimento passivo a fatores universais inexoráveis (Santos, 1998).

Para Maffesoli (1981: 105-10), essa racionalização é correlata de processos de submissão que derivam do propósito de estabelecer a felicidade a qualquer preço, e *não raro contra o próprio parecer dos interessados [e] é precisamente a obediência cega (...) que funda a ideologia da ordem (...) e tudo é posto em ação (...) para que esta obediência seja querida e desejada.*

Por essa via é que a ordem política pode converter-se em ordem moral. Embora o projeto de bem-estar social alcance um resultado sempre aquém da necessidade que o motivou, ele segue incontestemente, alimentando a pretensão do social uniformizado, e promovendo um vasto trabalho de domesticação sobre a natureza e os espíritos. A tecnocracia nega toda a individualidade e abandona os hábitos da emoção, da imaginação, dos impulsos, estabelecendo o gosto da ordem, da parcimônia, da estabilidade, da atividade sem trégua. *A utopia racionalista como visão do futuro se*

origina na repressão do desejo (Maffesoli, 1981: 163). Rompem-se assim as vias tradicionais da autoridade, que passam a ser substituídas *pelo poder abstrato de normas e controle, que adquire força e intangibilidade por estar diluído no corpo social, interiorizado de algum modo* (Maffesoli, 1981: 164).

O que esses discursos anunciam é uma forma nova de articulação entre sujeito e Estado, entre espaço privado e espaço público. Vamos nos deter ainda um pouco nesse particular, dada sua importância para compreender as justificativas do Estado para intervir no privado, quando se trata da questão da violência em família.

O projeto de racionalização da vida social supõe uma concepção particular de poder social. Apesar da relevância dessa transformação, a ciência ainda hoje a analisa a partir de quadros conceituais traçados no século passado, e valendo-se de recursos teóricos derivados da experiência social dos países desenvolvidos. Esses recursos têm-se mostrado inadequados para a compreensão das relações entre Estado e sociedade civil, especialmente quando se trata de aplicá-los a países semiperiféricos⁵. Pretendendo desenhar uma alternativa teórica à distinção entre Estado e sociedade civil mais adequada ao momento presente assim como à nossa realidade social, Boaventura Souza Santos vale-se da concepção de poder disciplinar formulada por Michel Foucault e afirma que, embora essa noção *chame, e bem, a atenção para a multiplicidade de formas de poder em circulação na sociedade, não permite determinar a especificidade de cada uma delas nem a hierarquia entre elas* (Santos, 1997a: 125).

Como proposta, sugere que se trabalhe com uma concepção de poder articulado em quatro espaços estruturais: o espaço doméstico, o espaço da produção, o espaço da cidadania e o espaço mundial. Cada espaço detém um certo grau de autonomia, mas sua eficácia depende da capacidade de articulação com os outros. O poder político, na visão do autor, é o efeito global da combinação entre essas diversas formas. Não obstante a importância da inter-relação entre essas formas, que o autor sublinha de forma recorrente, vamo-nos deter aqui na primeira e na terceira, dada sua importância para a questão em análise.

⁵ Santos (1997a) trata de Portugal, nomeado como sociedade semiperiférica, em oposição às sociedades centrais e às sociedades periféricas. Mas ele inclui o Brasil entre as sociedades semiperiféricas.

O espaço doméstico é constituído pelas relações sociais (os direitos e os deveres mútuos) entre os membros da família, nomeadamente entre o homem e a mulher e entre ambos (ou qualquer deles) e os filhos. Neste espaço, a unidade de prática social são os sexos e as gerações, a forma institucional é o casamento, a família e o parentesco, o mecanismo de poder é o patriarcado, a forma de juridicidade é o direito doméstico (as normas partilhadas ou impostas que regulam as relações quotidianas no seio da família) e o modo de racionalidade é a maximização do afecto. (...) O espaço da cidadania é constituído pelas relações sociais da esfera pública entre cidadãos e o Estado. Neste contexto, a unidade da prática social é o indivíduo, a forma institucional é o Estado, o mecanismo de poder é a dominação, a forma de juridicidade é o direito territorial (o direito oficial estatal, o único existente para a dogmática jurídica) e o modo de racionalidade é a maximização da lealdade. (Santos, 1997a: 126).

O espaço doméstico é gerido por um conjunto de regras e padrões normativos: as **leis domésticas** (*domestic law*) (Santos, 1995). Elas são em geral informais, orais e tão profundamente incrustadas na vida familiar, que raramente são concebidas como uma dimensão autónoma da vida social. Produzem uma forma de legalidade fundada na desigualdade entre os diversos componentes do núcleo familiar. Apesar de sua extrema variabilidade, a lei doméstica tem um perfil estrutural do qual a burocracia é quase totalmente ausente; ela opera com base na retórica e na violência. A retórica doméstica pode estar baseada em maior ou menor polarização entre o autor e o destinatário da comunicação; *a polarização, e a desigualdade que ela reflete e reproduz, se expressam na assimetria dos argumentos e, conseqüentemente, na desigualdade das trocas discursivas; a desigualdade transforma a retórica doméstica em manipulação, em exercício de violência simbólica* (Santos, 1995: 430). Retórica e violência combinam-se de muitas formas: nas decisões unilaterais acerca da amplitude aceita como campo de argumentação, nas ocasiões em que a argumentação é ou não admitida, na seqüência e no ordenamento dos argumentos e dos falantes, e sobretudo nas imposições de fala e de silêncio. Como diz Velho (1996), a violência não se limita ao uso da força física: a possibilidade ou ameaça de usá-la constitui dimensão fundamental de sua natureza. *A violência contra a mulher e contra a criança são a expressão mais comum da combinação entre retórica e violência em que o campo de relações é dominado pela segunda* (Santos, 1995: 430).

As leis domésticas operam num campo social concreto e interagem com outras formas de legalidade. Neste sentido, elas conformam um *campo social complexo no qual a legalidade doméstica e a legalidade do Estado se engajam num processo de constante interação, negociação, compromisso, conflito, reforço e neutralização mútuos* (Santos, 1995: 430). Esses ajustes permaneceram invisíveis durante largo

tempo mas agora, com a contração do Estado e com a falência do Estado de bem-estar social, elas ganham não apenas mais visibilidade como mais força social. A retração do Estado recoloca os limites da negociação entre público e privado, e permite a emergência de novas formas de legalidade no seio das quais as leis domésticas assumem um lugar mais forte que antes. São questões particularmente agudas nos países semiperiféricos, nos quais a intervenção do Estado no espaço privado sempre foi mais fraca e menos diversificada. São questões ainda mais urgentes no Brasil, onde a burocracia não se contrapôs ao espaço privado mas, ao contrário, curvou-se a ele. Essa questão será tratada de modo mais detalhado no Capítulo 3.

No Brasil, laços de familiaridade e vínculos de solidariedade entre vizinhos são ainda hoje importantes elementos na tessitura social (Santos, 1997a). É verdade que, mesmo no Brasil, começam a despontar formas de convívio próprias da moderna família urbana, tais como a dissolução dos laços de gerações e as enormes restrições ao convívio cotidiano entre pais e filhos; mas esses fenômenos não servem como modelo sequer para nossa vida urbana: eles estão restritos a pequenos grupamentos urbanos. A vida nas favelas do Rio de Janeiro é uma das mais gritantes exceções contra a pretensa uniformização dessas formas de convívio moderno, na realidade brasileira.

Um dos principais efeitos dos conceitos de espaço doméstico e espaço de cidadania é que eles suprimem a dualidade entre espaço público e espaço privado. Estes passam a ser espaços que – embora distintos – comunicam-se, dialogam entre si, e se influenciam mutuamente. Além disso, o espaço doméstico ganha projeção na constituição social, com igual peso que o público. Para ilustrar esse ponto, Santos (1997a) lembra que o patriarcado, matriz das relações familiares, foi de fato apropriado pelo mercado e pelo Estado, e que a histórica submissão feminina no ambiente doméstico hoje ecoa para além da casa, sendo a mulher discriminada seja enquanto trabalhadora (percebendo salários mais baixos) seja enquanto cidadã (vide as regras que ainda persistem no Direito de Família). Além do que, permanecem a seu encargo as tarefas que lhe foram designadas desde a histórica divisão de papéis promovida pela família nuclear: ainda é ela que provê toda a organização da unidade familiar, às quais se acresceram as exigências educacionais da vida moderna e do mercado de trabalho. Trata-se, em suma, de um transbordamento e um reforço de antigas estruturas de dominação.

Mas é preciso ainda analisar essas relações entre público e privado sob o prisma do equilíbrio de forças entre sociedade civil e Estado. Distinção feita a partir das sociedades desenvolvidas, ela parte da premissa segundo a qual o Estado estruturou-se com base nas demandas da sociedade civil, e não só responde a ela como dela depende. Ao transportar essa concepção para sociedades coloniais, é evidente que a análise termina constatando que nelas a sociedade é frágil e submissa ao Estado. No entanto, uma observação mais próxima pode indicar o contrário. Em Portugal, assim como no Brasil, os laços de solidariedade e de familiaridade chegam a substituir algumas ações próprias do Estado, representando uma força capaz de bloquear sua ação (Santos, 1997a). Na história brasileira recente, a Revolta da Vacina, à qual voltaremos a nos referir, ilustra bem esse ponto. Resumindo, pode-se afirmar que, do ponto de vista do poder que circula no espaço doméstico, a sociedade brasileira distingue-se pois faz com que dali emanem formas de autonomia e auto-regulação.

Esses argumentos visam marcar os valores que predominam na cultura e orientam nossas formas de convívio social, destacando aquilo que as aproxima assim como o que as distingue de sociedades tais como a européia e a norte-americana. Elas falam antes da *nostalgia de uma unidade talvez perdida, ou, pelo menos, desejada* (Velho, 1986: 43). As implicações desse ponto serão tratadas a seguir, mas parece-nos importante firmar desde já a diferença pois, quando se trata de discutir teorias que falam diretamente do social, essa não é uma questão menor.

1. 3. Ciência e Direito

Na visão de Boaventura Souza Santos, exposta de modo sucinto no item anterior, o dilema central da modernidade reside no equilíbrio entre regulação e emancipação. No interior desse dilema, movem-se Ciência e Direito. Uma e outro podem ser postos a serviço da regulação ou da emancipação, dependendo das condições de negociação mútuas a que se sujeitem. Vale examinar brevemente essas condições.

1. 3. a. Ciência

No início do século XIX, a ciência moderna já se havia convertido na suprema instância moral, além do bem e do mal (Santos, 1995: 3). Com a secularização, a Ciência se converteu na grande fiadora das promessas da modernidade: o domínio da natureza e promoção do bem-estar. Ela é o lugar e o centro em torno do qual gravita a Razão. Mas também a Ciência é marcada por uma tensão, por uma certa forma de incompletude: ela interpreta a natureza e a sociedade, e nessa interpretação ela carrega também a possibilidade da ideologia (Ianni, 1999).

A racionalidade científica vale-se da fragmentação e da classificação; ela busca a compreensão dos dilemas do homem contemporâneo e cria instrumentos e modos de intervenção sobre o homem e sobre a natureza. No entender de Santos (1997a), contudo, a racionalidade da Ciência tem sido responsável pela imposição de uma técnica desprovida de sensibilidade, que se ocupa das grandes questões e termina por engolir os pequenos problemas próximos do cotidiano. Neste sentido, ao invés de contribuir para realizar as promessas da modernidade, ela nos afasta daquela utopia.

A racionalidade científica impôs-se ao final do século XVIII deslocando o lugar da **tradição** (Boudon, 1989). Até então, tradição, autoridade e hierarquia constituíam o tripé sobre o qual se assentava a ordem social. A ascensão da Ciência deslocou essas formas de ordenamento do social, imprimiu-lhes uma conotação negativa e irracional e substituiu a tradição pelo conhecimento.

Tradição, autoridade e hierarquia só retomam sua conotação positiva na passagem do século XIX para o século XX, quando as ciências humanas passam a reconhecer que as representações da história das idéias, da filosofia, da política e dos costumes não podem ser submetidas aos mesmos critérios de universalidade que as representações matemáticas, por exemplo. Se estas independem do social e do histórico, as primeiras ao contrário só adquirem sentido quando relacionadas à situação social e histórica de seus atores. Às primeiras pode-se atribuir estatuto de verdade absoluta; as últimas são **noções e proposições relacionais**. *Um sistema de normas, portanto, só é válido e possível no quadro de "um tipo dado de existência histórica"* (Boudon, 1989: 60). Nesse contexto, tradição e memória retomam o sentido de fenômeno adaptativo, pois permitem ao sujeito agregar-se em torno dos mesmos conjuntos de valores e recordações (Cubitt, 1997); por essa via, a tradição pode ser rerepresentada como

racional: o sujeito submete-se à tradição não como comando ilógico, mas porque a tradição atende a necessidades particulares e o torna adaptado a seu ambiente social (Boudon, 1989). Para o autor, desconsiderar essas particularidades dadas pela tradição, pela autoridade, pela hierarquia é a questão que está na raiz da distorção ideológica das ciências sociais na era contemporânea.

Essas particularidades nas redes de valores podem ser entendidas como diferenças. (Maffesoli, 1981). O autor entende o social como um mosaico, e o cientista social como aquele que busca as diferenças não para aboli-las mas para ressaltá-las, para exaltar-lhes o dinamismo. Se ignora as diferenças e apenas privilegia as semelhanças, a ciência imobiliza o objeto e elude a dinâmica social ao invés de desvendá-la. Se a ciência generaliza e mete o mundo em fórmulas, ela só será capaz de esclarecer *um valor que por isso se torna normativo* (Maffesoli, 1981: 215).

É justamente aí que reside a crítica de Santos (1997a) ao papel da racionalidade científica na modernidade. Para ele, a ciência toma hoje como centro o homem moderno, cidadão, que vive nas grandes metrópoles dos países centrais. Ao trabalhar sobre o inventário de necessidades desse sujeito particular, ela forma um corpo de saber que não apenas negligencia como eventualmente faz calar parcela importante das questões e das necessidades com que convivem as populações dos países periféricos ou semiperiféricos. Essa parcela – dois terços da população mundial – convive com questões já superadas ou nunca sequer imaginadas no mundo desenvolvido. Apesar disso, a racionalidade da ciência produz uma "verdade" assentada na demanda dos países centrais, que por efeito da globalização circula e produz valores aceitos como universais.

Não é demais lembrar que essa circulação de valores não é nem produz uma inverdade, mas antes uma ilusão. Para Boudon (1989), há ilusões que nos levam a perceber os fenômenos de forma diferente daquilo que são. Ele enumera três fontes dessa ilusão: o desacordo com a realidade, a parcialidade da lógica e a observação socialmente situada. A observação socialmente situada *não se origina de forças ocultas que obscurecem o espírito do ator social, mas, simplesmente, daquilo que ele vê em pleno dia, precisamente porque, longe de poder ser confundido com um observador externo, está, ao contrário, socialmente situado* (Boudon, 1989: 53); ela produz uma forma de comprometimento que faz responder a critérios não anunciados, que precisamente por isso podem ser aceitos como verdade, passando a circular como um **valor moral** que persiste para além da situação social específica que o

produziu; uma permanência sobretudo no espírito daqueles que, *por suas próprias funções, jogam um papel de guardiães da ordem moral* (Boudon, 1989: 62). É nesse sentido que o autor define ideologia, na sociedade moderna, não com base nas noções de verdadeiro ou falso mas a partir da noção de sentido. Além disso, como ele assinala, a **verdade** de uma teoria é uma coisa, sua utilidade é outra. E não existe nenhuma razão de princípio para que os dois critérios, necessariamente, convirjam ou diverjam (Boudon, 1989: 53).

Situados entre os países semiperiféricos, estamos sujeitos a essas ilusões da percepção e aos efeitos dos valores morais produzidos a partir da realidade social dos países centrais. Se há uma proximidade que facilita a ilusão, há por outro lado a diferença, o jogo das diferenças que confere um sentido específico a questões próprias de nossa realidade e de nossa identidade cultural. A similaridade dos sentimentos de insegurança urbana, e de incerteza quanto ao futuro, estão carregadas de um significado que aqui é diverso. Há no mínimo uma escala de prioridades dos países centrais que, se transposta mecanicamente para nossa realidade social, inverte as demandas do cotidiano, distorce percepções e inventa necessidades. Há soluções que entre nós podem ser equivocadas ou falaciosas, e podem contribuir para distorcer, não para promover a cidadania.

Essa diferença é uma das molas propulsoras do presente trabalho. O tema da violência contra a criança tem sido objeto de muitas proposições e das mais variadas propostas de intervenção, formuladas principalmente a partir da realidade social dos países centrais. A par da multiplicidade de modelos explicativos, da enorme discussão em torno de sua eficácia e das divergências de interpretação quanto ao crescimento da epidemiologia da violência, o simples fato de o tema ter conquistado um espaço importante no mundo acadêmico e na imprensa colabora para inscrevê-lo como preocupação. A informação divulgada pela ciência e pelos meios de comunicação produz representações que colam-se a nós, impregnam os sentimentos e transformam nosso modo de ser e agir no cotidiano, mas não necessariamente respondem a demandas concretas; podem mesmo, eventualmente, contrapor-se a elas.

1. 3. b. Direito

Ciência e Lei são componentes indissociáveis da modernidade. Se de um lado o manejo científico da sociedade vale-se da integração normativa e coercitiva proporcionada pelo Direito, de outro racionalidade moral e prática da lei vale-se da racionalidade cognitiva ciência. Retórica e burocracia, dois dos componentes estruturais do Direito, podem-se dizer estreitamente ligados à racionalidade da ciência. A retórica legal, fundada na persuasão e no convencimento, e a burocracia, fundada nos procedimentos regularizados e nos padrões normativos, extraem sua legitimidade de critérios fundados na Razão. A violência, terceiro componente estrutural do Direito, funda sua legitimidade na racionalidade dos primeiros (Santos, 1995).

Acreditamos estar suficientemente demonstrado que a associação entre Ciência e Direito serviu, durante longos anos, para implantar formas de controle dos sujeitos; os trabalhos de Michel Foucault (em particular, *Vigiar e Punir*) tratam exaustivamente essa questão. O que importa, aqui, é colocar em destaque a fabricação do **valor moral** produzido pela Ciência na modernidade e o modo como ele pode circular no mundo globalizado, associado ao Direito.

Hoje, direitos e deveres não são definidos com base em qualquer padrão local⁶. Ao contrário, são os tratados internacionais - informados pela racionalidade universalizante da ciência e pelo *caráter sublime* que se colou ao sentido da moral (Sorel, 1992) - que definem os patamares dos direitos, inclusive dos Direitos Humanos e os Direitos da Infância⁷. Nessas duas últimas áreas, em particular, as negociações prévias ao estabelecimento dos Tratados e Convenções levaram em consideração a realidade cultural e histórica de uns poucos países, a maioria do mundo ocidental, e a partir daí declaram valores que em sua amplitude não respondem às condições específicas das culturas não dominantes (Santos, 1997a). Esses argumentos foram levantados desde a época das negociações prévias à proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, quando a Associação Antropológica Americana, consultada formalmente, opôs-se ao texto original proposto sob a alegação de que, concebido com base nas realidades européia e norte-americana, ele não se podia

⁶ A igualdade, valor clássico do humanismo, já mereceu tratamento diverso do que hoje conhecemos. Entre os gregos, ela não era um direito universal, e sim um direito concedido aos cidadãos de Atenas. Não eram iguais os *metics* (estrangeiros), ainda que vivessem na cidade por longo tempo, e evidentemente também não os escravos. Em Esparta, com o advento da República, a igualdade começa a ser estendida a todos os cidadãos (Dahl, 1989).

⁷ Baudrillard (1997) censura esse mesmo documento, que para ele ridiculariza a criança, fantasia-a com o delírio jurídico dos adultos e faz dela não mais que um "macaco sabichão".

pretender “universal” (Badiou, 1995). O texto final terminou por desconsiderar suas ponderações.

E ele pode fazê-lo porque, na medida em que submete a avaliação da conduta a critérios universais, o discurso jurídico *permite descontextualizar e conseqüentemente negar a subjetividade* (Santos, 1997a: 139). Assim compreendido, o discurso jurídico ajusta-se com perfeição ao modelo de análise da violência em voga. Ele cria um elo direto entre o autor da violência e os parâmetros universais designados na legislação, retira a violência de seu contexto e a destitui de sentido. O sujeito alvo da ação jurídica passa a ser o sujeito *per si*, isolado de sua história e de sua cultura, e seu ato passa a ter uma significação restrita, analisada no limite da definição legal universal. Neste sentido, o discurso jurídico cola-se às representações do senso comum sobre a violência: ele remete a uma ação que, antes de ser compreendida, deve ser punida. Instrumentado além disso pela ciência, que lhe confere legitimidade, o discurso jurídico é um operador que cristaliza representações negativas e nega o diálogo identitário contido no discurso da violência.

No mundo pré-globalização, era possível ainda pensar no Estado como mediador entre o universal e o local. Com o progressivo enfraquecimento do Estado, contudo, esse lugar de intermediação fica esvaziado, e ganham força moral as demandas universalizantes da Ciência inscritas no Direito. Por outro lado, o próprio enfraquecimento do Estado coloca limites à sua capacidade de fazer valer a lógica punitiva do Direito e deter ou fazer reverter a violência do sujeito, que fica por isso representada como uma área problemática, e sujeita a injunções locais de difícil uniformização (Santos, 1995).

No campo particular dos direitos da infância e suas violações, em que centramos o presente trabalho, a universalização é exemplar. A legislação nacional repisa quase literalmente as declarações internacionais, ignorando a correspondência ou o descompasso com a cultura local. E, aqui, a Ciência tem importância singular, pois os estudos na área da violência contra a criança foram desenvolvidos em sua imensa maioria em países centrais – principalmente Estados Unidos e França – onde a cultura, e os padrões de relacionamento entre pais e filhos, são muito diversos dos brasileiros. Querer aplicar os princípios do direito internacional à infância brasileira sem a intermediação da cultura não é realizar a utopia: é afrontar a identidade, abrindo caminho para a maximização da violência e não para sua regulação no conjunto de normas e códigos da cultura (Clastres, 1982). É além disso designar ao Estado um

lugar que hoje ele não tem se mostrado apto a ocupar, dado o esvaziamento de sua função simbólica de unificação.

Transformando em norma legal o que era compromisso moral ancorado na cultura e na tradição, a Lei valoriza as formas de controle externo da conduta em detrimento do controle interno, interiorizado. Essa estratégia visa firmar princípios universalizantes do Direito, mas termina por conferir à Lei uma função eminentemente regulatória. Ela desloca e minimiza a importância dos mecanismos locais de controle, e os enfraquece.

É verdade que controle formal e controle moral circulam ao mesmo tempo na sociedade; mas Santos (1995) lembra que há aqui uma diferença do ponto de vista do compromisso do sujeito: um compromisso formal, como aquele que é próprio do jurídico, é um fetiche entre o autor e seu desejo; ele produz uma alienação do *self* diante de sua própria criação. Já a palavra oral nunca é completamente divorciada de seu emissor. Retira-se daí uma implicação que merece ser registrada: quando o compromisso tem por base o controle externo, ele está sujeito à observação de terceiros, representados no caso pelo Estado. Essa dialética entre autonomia e alienação explica porque quanto mais o indivíduo se sente alienado diante do compromisso formal, mais ele julga serem terceiros que o ligam a seu compromisso. Frente ao enfraquecimento da capacidade estruturante dos Estados, pode ser problemático realizar esse compromisso sob pressão externa. Bobbio (1991) também defende que a massificação traz como subproduto uma forma de repressão ou mesmo supressão do sentido de responsabilidade individual, de preferências pessoais e racionais, de convicções fundadas sobre a emoção. A pressão da massificação suprime ou reduz as determinações subjetivas da vida coletiva.

1. 3. c. Ciência, Direito e regulação da violência em família

Acreditamos que essas observações sejam suficientes, ao menos por ora, para sustentar a hipótese de que, no campo da violência em família, a associação entre Ciência e Direito esteja sendo posta a serviço principalmente das formas de regulação do sujeito. Sem dúvida há desdobramentos do que se expôs até aqui, mas vários outros ângulos de análise serão retomados.

O propósito é apenas reter a idéia de que, no que se refere às formas de violência que têm lugar no núcleo familiar, sua regulação era até bem recentemente tratada como esfera exclusivamente moral. As relações em família, ao menos no que diz respeito à expressão das emoções, eram tratadas como matéria privada. De fato, como lembra Vigarello (1998), durante muito tempo a justiça ignorou os sinais da violência moral e captou os componentes psicológicos dos atos apenas para explicar a conduta e justificar a punição. As relações de matrimônio e entre consangüíneos foram lançadas para fora do campo do Direito, enquanto interessava ao Estado manter invioláveis o lar e a família. Apenas muito recentemente é que as Convenções Internacionais passaram a ocupar-se do que antes era território da cultura e da subjetividade, expressando a possibilidade de intervir diretamente nas relações entre pais e filhos e tratando essas relações como compromissos formais. Mas a imagem de inviolabilidade está ainda presente nos sujeitos, especialmente se considerarmos que o espaço social da modernidade é um espaço de afrontamento, e o lar pode ser tomado como um dos últimos redutos de afirmação do sujeito e de exercício de sua vontade. Em países como o Brasil, onde as relações em família são especialmente valorizadas, a cultura e os valores locais podem representar focos de resistência a essa juridicização de elos basicamente afetivos, apesar da ameaça da legislação contra seus protagonistas

Além disso, deve-se tomar em conta que, desde o século XIX, a racionalização jurídica serviu como solução temporária para que a sociedade pudesse aguardar que a Ciência apresentasse a solução "real" e definitiva para algumas questões (Santos, 1995). Quando se trata de discutir o tema da violência em família, essa observação parece particularmente verdadeira. A provisoriedade das definições; a experimentação geral no que diz respeito a como intervir para minorar o problema; e os resultados pouco significativos daquelas intervenções indicam que os mecanismos legais, ao invés de estarem pautados pelo conhecimento, suprem seu vazio. Nessas condições, não é de estranhar que os pais continuem a dar prioridade ao compromisso moral, especialmente se o Estado age quase que só pela via punitiva, e além disso contrariando a argumentação da cultura.

1. 4. Modernidade, fragmentação e as novas violências

Nos itens anteriores, referimo-nos a transformações geradas por certas concepções da Ciência acerca da violência que ingressam no cotidiano por intermédio de dispositivos legais. Convém agora, tendo em mente as concepções em vigor, examinar as alternativas que se apresentam a ela.

Wieviorka (1997) propõe que se trate a violência como um fenômeno ao mesmo tempo global e molecular, desenhando um modelo a seu ver mais adequado a apreender as muitas formas de manifestação da violência, a multiplicidade de espaços em que ocorre e a diversidade do perfil de seus protagonistas. Ele defende uma categorização da violência em formas infrapolíticas e metapolíticas. O metapolítico remete para significações religiosas, éticas ou ideológicas. O infrapolítico abarca desde a criminalidade até as manifestações lúdicas do cotidiano, ligadas ao gosto do risco ou ao esforço para produzir ou atingir um acréscimo de sentido. Evidentemente relacionadas, elas remetem ambas à relação entre sociedade e Estado: no primeiro caso, são fenômenos ligados mais diretamente a questões identitárias; no segundo, trata-se de uma privatização da violência, correlata à privatização do Estado, e decorrente de sua impossibilidade de conter e intermediar velhas e as novas identidades. As denominações infra e metapolítica indicam que a violência deve ser pensada a partir do político, pois ela está situada *no cruzamento do social, do político e do cultural* (Wieviorka, 1997: 36).

Como fenômeno identitário, a violência representa um recurso para lutar contra a demanda por uniformidade que nega diferenças culturais e, por extensão, referências de identidade. É verdade que a mudança cultural não é um dado novo, e que mudanças culturais são sempre presentes. No entanto, nas formas mais antigas e conhecidas de intercâmbio e mudança cultural, a cultura sustentava a *tensão entre as novas e as velhas identidades* (Santos: 1997a: 148). Agora, sob a pressão crescente da demanda por mudança, sob o crivo da noção de valor moral universal e na ausência de um Estado à altura de exercer papel de continente e interlocutor, fica minimizada qualquer possibilidade de diálogo, encontro e construção entre o novo e o antigo. É em tal contexto que as explosões de violência – globais ou localizadas – ganham cada vez mais espaço no mundo contemporâneo.

Neste sentido, Velho (1996) também parte do pressuposto de que a tensão, o conflito e a diferença são a base da vida social; mas a impossibilidade de troca e de reciprocidade pode gerar *impasses socioculturais e irrupções de violência dentro de grupos e sociedades ou entre eles* (Velho, 1996: 10).

A alteração dos quadros locais de referência cultural como decorrência da globalização, e sua conexão com a violência, é um tema recorrente na fala de vários autores. As análises concordam em geral em que a globalização coloca em contato culturas e processos de socialização, e que elas carregam benefícios e progressos; mas alertam para o fato de que ela está longe de corresponder a uma uniformização cultural. Santos (1997a), por exemplo, defende que o que hoje se chama “globalização” é um fenômeno que produz intercâmbio social, econômico, legal, cultural, religioso e político, numa teia complexa; mas esse intercâmbio, ao invés de produzir uniformidade, acirra a diferença e a fragmentação. É nesse contexto que

a violência pode se inscrever no prolongamento da fragmentação cultural que a mundialização da economia encoraja (...) Contrariamente a uma idéia simplista, a mundialização (...) não contribui somente para homogeneizar culturalmente o planeta. Ela tem, também, e sobretudo, o efeito de estimular processos mais ou menos reativos de retraimento identitário (...) E, então, não é difícil de compreender como a violência vem traduzir eventualmente em atos a vontade defensiva, e mesmo contra-ofensiva, de grupos desejosos de afirmar sua identidade cultural (Wieviorka, 1997: 17).

Esse raciocínio é um importante viés analítico de fraturas sociais e culturais no interior das sociedades, sejam elas mais ou menos desenvolvidas. Processos de luta identitária são orientados ora por uma referência mundial ora local, criando fissuras ou as aprofundando onde elas já existem. Sem a mediação do Estado, a luta identitária surge e se desenvolve em formas atomizadas, contribuindo para a percepção de sua banalização. A violência decorre assim de um conjunto onde a ausência de uma fórmula política que a iniba favorece a eclosão de conflitos localizados, alimentados pela fragmentação social e pelos sentimentos de injustiça, de não reconhecimento, e de discriminação (Wieviorka, 1997).

No plano social e histórico, Dahl (1989) também já chamou a atenção para a natureza cultural de certos conflitos que podem eclodir como violentos. Em sua visão, conflitos entre culturas ameaçam a identidade e os valores de pessoas e grupos, o que evoca emoções profundas e poderosas; são conflitos que, em seu entender, dificilmente

podem ser mediados pela razão e submetidos à negociação; é por essa razão que eles tendem a tomar a forma de violência.

A novidade da proposta de Wieviorka (1997) está em que, para ele, as ciências sociais tendem a pensar a violência dissociando o sistema dos atores; ora enfocam um, ora outro, mas no geral não refletem as mediações entre os dois registros. Duas conseqüências advêm daí: primeiro, essa visão reduz a possibilidade de analisar o ato violento em seu contexto particular, e assim contribui para retirar dele as significações que têm origem na cultura; segundo, na medida em que aponta para um sentido universal, dissociado do ator, tende a fixar percepções ou cristalizar a representação universal que preexistem aos atos singulares do sujeito. Lembremo-nos que, como sugere Clastres (1982), a violência só expressa seu sentido no conjunto de normas a que se submete. Isolada, seja no sistema seja no autor, ela oculta seus significados, e presta-se assim a uma melhor adequação às representações em curso, que operam sob o crivo da *negatividade* (Rifiotis, 1997).

Seria prudente operar o caminho inverso: ao invés de buscar a cristalização dos sentidos para a violência, desmontá-los, devolvê-los à sua origem cultural, impregná-los desses significados particulares que revelam seu sentido e sua potência social. Para isso, será necessário abdicar dos sentidos totalizantes e captar o gesto nas suas particularidades e na minúcia que lhe confere sentido. A violência deve assim ser *pensada ao mesmo tempo como globalizada e localizada, geral e molecular, mundializada e fragmentada. Esse caráter singular da violência contemporânea nos obriga a refletir ainda mais, indo de um extremo, sócio-histórico, a outro, centrado na pessoa* (Wieviorka, 1997:28). Se compreendermos a violência como decorrente de transformações de natureza cultural e identitária, como recurso para fazer frente à uniformização de valores e condutas, será necessário fazer com que os modelos que a analisam possam absorver esses conteúdos e colocá-los em lugar central. Por essa via é que será possível resgatar o sentido positivo que Clastres (1982) e Maffesoli (1981) emprestam à violência: ela é força dispersiva. Seria preciso ver como, *ao lado de um eixo de continuidade, do progresso e de uma força da revolução, existe uma heterogeneidade das formações sociais, um múltiplo da sociedade que funciona na descontinuidade* (Maffesoli, 1981: 67).

Do ponto de vista do sujeito, que aqui interessa mais de perto, é preciso levar em conta que ele está submetido à tensão entre a obediência à nova ordem e o apelo da tradição: *uma transição entre o que é velho e familiar, de um lado, e o que é novo e*

estranho, de outro (Santos, 1995: ix), produzindo uma vontade de ordem de um lado, e o desejo da emancipação de outro. O sujeito, prisioneiro da demanda do novo que se opõe à tradição, e prisioneiro da frustração pela incapacidade de realizar essa opção, recorre à violência como recurso de participação social. A violência combina então duas lógicas: ela reivindica ao mesmo tempo o significado cultural e a perda do direito individual aos bens prometidos pela modernidade (Wieviorka, 1997).

A modernidade, diz Wieviorka (1997), impôs ao homem novos dilemas da subjetividade. Os apelos do consumismo contrapõem-se às necessidades do sujeito impor-se numa sociedade em que a exclusão é uma possibilidade concreta e cada vez mais presente. O individualismo, tema tão presente nos dias atuais, é a seu ver a expressão desse conflito do sujeito. A representação do social sempre resulta da coerção social: *ao abuso de poder corresponde o abuso de socialidade que (...) caracteriza a potência ou a violência* (Maffesoli, 1981: 28). É uma diferença que retorna na forma de força, um retorno do reprimido que é crítica em ato da pretensão universalizante da Razão. Ela é ao mesmo tempo, portanto, arma que busca a potência e confissão de impotência. É aqui que cresce a possibilidade de representar a violência como negatividade.

Para Wieviorka (1997), a representação da violência ocupa hoje um lugar mais importante que suas manifestações. Mas ele acrescenta uma observação: a violência é hoje uma forma de discriminação, pois ela é um predicado atribuído ao "outro", eleito de preferência entre os despossuídos, a quem se imputa uma violência virtual e naturalizada. Além disso, e ao mesmo tempo, a violência é uma importante categoria de apreensão da vida social, *central para pensar o interno e o externo, a sociedade e o meio que a cerca* (Wieviorka, 1997: 10). As exceções a este paradigma, adverte o autor, seriam dignas de nota apenas em países como o Brasil, onde a violência se inscreve no funcionamento geral da sociedade. O rótulo opera assim como um crivo sobre o qual se produzem critérios gerais de sociabilidade: a violência e por extensão o violento são destinados ao "estado de natureza", sobre o qual o Estado rege como predador, e a eles é negada qualquer forma de contratualidade, áreas nas quais o Estado funciona como protetor (Santos, 1998).

Trabalhando nesse registro, Wieviorka defende que a compreensão da violência no mundo contemporâneo deve articular todas as formas de sua expressão, das mais agudas às mais banalizadas, e todos os lugares de sua manifestação, sejam os conflitos coletivos sejam as formas individualizadas desse conflito. O autor fornece

assim um recurso valioso para escapar da demonização da violência familiar, hipótese que tem sido levantada apenas pontualmente. Alguns autores – por exemplo, Sullivan (1992) - têm denunciado que a violência doméstica tem sido tratada como forma uma pura, a-política, circunscrita ao nível do sujeito, processo onde o "agressor" é o único elemento culpável. As teorias em voga tendem a traçar um percurso da violência familiar que exclui determinantes importantes tais como os conflitos da cultura da modernidade, o esfacelamento dos sujeitos e o individualismo. Wieviorka (1997) permite resgatar esse percurso, ao discutir mesmo essas formas "minúsculas" da violência como parte integrante da modernidade e levar em conta que

a busca de referências identitárias, de um lado, e o acolhimento da experimentação de novos modos de subjetivação de outro, demarcam as evoluções dos movimentos dos sujeitos contemporâneos diante do desafio a que são submetidos: o de viver no "entre", ou seja, no nomadismo das práticas ordinárias cotidianas, na hibridez das disciplinas, na experimentação da busca, no estatuto de estrangeiro mesmo quando se encontram em casa (Fonseca, 1999: 479).

A transcrição a seguir serve para ilustrar certos posicionamentos que queremos contrapor:

uma primeira dificuldade ao lidar com a violência (...) é o seu reconhecimento. (...) uma sociedade só esboça uma reação frente ao problema quando o identifica e quando conhece sua magnitude, sua dinâmica, o perfil das vítimas e dos agressores (Franco, cf Assis, 1994: 132).

Parece-nos estar indicado o efeito de reconhecimento que se deseja: o reconhecimento do negativo, da casa como lugar da violência, dos pais e responsáveis como seus autores. Em suma, o reconhecimento de uma violência que tem lugar no espaço privado, dissociada do público e dos fatores que a determinam. Quando assim circunscrita, essa forma de violência presta-se a uma caracterização destituída de sentido. Passa a ser tratada como manifestação pontual que diz respeito unicamente a dois atores, e em decorrência só pode ser tratado nesse universo restrito. Para ficarmos num campo bastante próximo, o que facilita comparações, seria útil lembrar que a violência contra a mulher, que também tem lugar no espaço privado e entre dois protagonistas ligados do mesmo modo por relações de vínculo familiar, tem sido interpretada para além das determinações estritas de seus atores. O movimento feminista teve o mérito não só de mostrar sua ocorrência como também de

inscrevê-la no campo social e mostrá-la mais ampla que o doméstico. Se restrita à ordem do sujeito, a violência contra a criança perde esse sentido e pode tornar-se alvo de regulação, não de emancipação. Veremos a seguir como os códigos jurídicos contribuíram na direção da regulação.

1. 5. A construção da noção de violência em família

Ao nos aproximarmos da história das violências contra a criança em outros países – falamos agora da França - fica patente que ali a reformulação do direito foi um longo processo que acompanhou as transformações da cultura. Ao escrever a *História do Estupro*, Vigarello (1998) busca, com base nos processos sobre o tema, construir a história da formalização jurídica do crime de estupro. Sua pesquisa está situada na França, entre os séculos XVI e XX, e sua tese básica é que a transformação jurídica respondeu passo a passo à mudança das mentalidades. Os processos que ele estudou mostram que a própria suspeita sobre o estupro transformou-se no período estudado, e é *justamente porque essa suspeita varia com o tempo que pode haver uma história do estupro* (Vigarello, 1998: 9). O que interessa destacar de seu trabalho, num primeiro momento, é exatamente essa admissão de uma alteração conjunta e articulada entre a cultura e os códigos jurídicos, especialmente porque a articulação a que ele se refere está situada na área da violência contra a criança.

Vigarello (1998) trabalha com o período da história francesa em que ocorreram as mais importantes transformações na concepção de intimidade, de espaço privado, de direitos individuais. Foi também neste período que a sociedade assistiu a grandes mudanças nas instituições jurídicas e nas formas de operar o Direito. Em suas palavras:

Uma história do estupro ilustra ao mesmo tempo o imperceptível nascimento de uma visão do sujeito e de sua intimidade. Ela mostra a antiga dificuldade de avaliar a autonomia da pessoa, a necessidade de se basear em indícios materiais para melhor atestá-la. Os juizes clássicos só acreditam na queixa de uma mulher se todos os sinais físicos, os objetos quebrados, os ferimentos visíveis, os testemunhos concordantes confirmam suas declarações. O não-consentimento da mulher, as formas manifestas da sua vontade só existem em seus vestígios materiais e em seus indícios corporais (Vigarello, 1998: 8-9)

Contida na citação acima, está a constatação de que a decisão jurídica mudou com a cultura, e foi-se apropriando progressivamente do mundo psicológico. Nos primeiros séculos do período estudado, contavam mais os sinais físicos da violência, pois só eles é que poderiam tornar evidente o delito cometido e o dano causado; depois, a justiça passa a avaliar com mais rigor o possível trauma sofrido pela criança. *Tudo muda – escreve o autor - quando a vertente psicológica se acrescenta a outras, mais visíveis porém mais superficiais, que dominaram durante muito tempo* (Vigarello, 1998: 9). São alterações que colocam diretamente em jogo, sob o crivo jurídico, os sentimentos, a intimidade, *o que a pessoa vive, a sua identidade* (Vigarello, 1998: 9). A Justiça responde ao curso da civilização, que exigiu enormes transformações na concepção de agressividade e violência (Domenach, 1981; Gay, 1995), e também à nova concepção de infância, firmada no mesmo período, aceitando a noção de que a criança é mais suscetível de sofrer os danos decorrentes da violência bem como mais indefesa diante das investidas do sedutor (Vigarello, 1998).

No século XIX, a justiça começa a atuar sobre uma questão até então objeto de disputas exclusivamente privadas. É fácil compreender esse caráter privado do litígio em família se nos lembrarmos de que a França, herdeira do Direito Romano, não introduzia limitações ao poder do *pater familias* (Guerra, 1985). Até o século XIX, a violência sexual era tornada pública através da família da vítima, e a publicidade fazia parte de um jogo estratégico que visava a retribuição financeira ao dano causado. Estratégia vital para a família e para a vítimas, visto que o ressarcimento em dinheiro era a única forma de punição diante de uma lei que punia pouquíssimos casos de estupro. As punições só passaram a ser mais freqüentes com a psicologização da justiça, quando a intimidade, a privacidade e o sofrimento psíquico passam a ter algum valor. Mas valorizar a intimidade e o sofrimento significa fazer nascer a vergonha. Assim, a busca jurídica dos sinais mais íntimos da violência faz com que o sujeito se recolha e oculte sua dor no interior da família. Esse movimento é bem ilustrado por fatos ocorridos em 1792: o advogado de um médico acusado de autoria de estupro censura os pais da vítima por terem tornado pública a acusação. Ele afirma: *A vergonha de sua filha era secreta; só dependia dos senhores que continuasse sendo assim, mas os senhores a publicaram...* (Vigarello, 1998: 98). Estranhos tempos em que o estupro e seu anúncio passam a se equivaler, ambos crimes de violação da intimidade.

São mudanças que podem ser sentidas para muito além do delito sexual, no qual está centrada a análise de Vigarello. Eles caminham em conjunto com um progressivo

ingresso do público no privado, e com o estabelecimento de regras de procedimento jurídico que permitem ao Estado apropriar-se da intimidade e legislar sobre ela; a lei que confere estatuto jurídico à dor moral abre caminho para legislar sobre a própria moral e estabelecer a reação que é esperada, o sentimento que é permitido, o propósito moral que é referendado. Ela permite que o sistema jurídico se aproprie da intenção do autor e dos riscos supostos implícitos na embriaguez e nos “maus procedimentos notórios”, a ponto de a legislação francesa de 1889 firmar a possibilidade de cassar o pátrio poder com base na conduta paterna que coloca a criança em risco. Em 1898, à perda do pátrio poder somam-se sanções para pais que praticam sevícias contra seus filhos. Nos dias de hoje, a lei francesa dispõe de mecanismos repressivos que vão da prisão à multa pecuniária, aplicadas contra os pais conforme a gravidade do dano produzido na criança. A ótica punitiva que imperava até os anos 50 foi substituída pela assistência, que permite reduzir os custos da intervenção mas ao mesmo tempo ampliar o alcance da vigilância, penetrar a intimidade e esquadrihar as relações familiares no que elas ainda tinham de privado e inacessível ao público (Donzelot, 1986). É a própria regulação moral que se põe então em movimento, sob a coordenação do Estado e posta a serviço da regulação; no conjunto, essas transformações nos códigos jurídicos promoveram uma visibilidade do mundo doméstico até então impensável, sob a vigilância dos poderes jurídicos.

As transformações às quais nos referimos não se produziram apenas na França. Como sinal de que elas respondem mais a uma demanda universal que a condicionantes locais, vejamos rapidamente como a questão é tratada nos Estados Unidos. A legislação americana, ao contrário da francesa, pautou-se desde o século XVIII na doutrina do *parens patriae*, pela qual o Estado tem o poder de assumir o lugar dos pais quando estes se mostram ineficientes no cuidado com os filhos (Guerra, 1985). No entanto, foi apenas no correr do século XIX que, sob influência dos movimentos sociais, as medidas ali preconizadas passaram a ser, efetivamente, postas em prática. Hoje, ainda que a lei preconize basicamente a punição para os excessos paternos, há um certo movimento em prol da adoção de mecanismos de assistência que permitam manter a família sob vigilância em casos de excessos de pais contra filhos.

Como repercutem hoje esses conceitos sobre as crianças e os pais? As ciências que tratam da violência na família não levaram em conta os elos que ligam as transformações da intimidade aos mecanismos jurídicos e sociais de controle social. É possível supor, no entanto, que a demonização da violência, e da violência contra a

criança em particular, estejam interferindo negativamente no relacionamento entre pais e filhos, sem que se leve em conta os efeitos dessa influência. Se admitirmos, com Wieviorka (1997), que a violência decorre também de reações subjetivas contra os efeitos da globalização, temos então que considerar a hipótese de que, no futuro próximo, a demonização da violência em família possa chegar a contribuir para enfraquecer os laços afetivos de filiação como efeito de recuos do sujeito frente a frustrações impingidas pelo mundo moderno.

A demonização da violência vem sendo de certa forma estimulada, construída, alimentada. Desde que a justiça começou a debruçar-se sobre os atos de violência, a examinar fatos em suas minúcias, a indagar do autor e da vítima os detalhes que permitiriam elucidar fatos e indicar a punição possível, o olhar sobre a violência se alimenta de uma certa sordidez. De novo nos referimos a Vigarello (1998) e à sua investigação conduzida na França, mas quem não reconhece que a violência ecoa aqui da mesma forma? O horror que ela provoca não é causado tanto pelo fato em si ou pela afronta ao sujeito nele representada; são os pequenos detalhes sórdidos, e os indícios de crueldade, que alimentam a curiosidade e as manchetes dos jornais. Há um certo comprazimento em identificar os sinais da violência que foi cometida pelo outro sobre um terceiro, buscam-se os excessos e sobre estes é que recai afinal a punição. Nesse movimento, nesse anúncio ostensivo da violência, o discurso condenatório termina banalizando e incorporando-a sempre e ainda mais ao cotidiano.

É esse olhar público, por outro lado, que permite fixar a noção de que a violência contra a criança está colada aos despossuídos. É verdade que o discurso da Ciência argumenta contra isso e sublinha a todo momento que ela não é privilégio das classes menos favorecidas. No entanto, é difícil negar que é justamente aí que ela tem maior visibilidade, contribuindo para colar à representação negativa da violência a idéia de que ela é um recurso mais comum e mais fácil para aqueles que não têm acesso a formas alternativas e mais "nobres" de solução dos conflitos. Tornada visível em estratos sociais determinados, seja porque ali a academia se debruça com mais facilidade seja porque a imprensa a vê e registra com mais freqüência, essa percepção termina erigida à condição de verdade, ao menos como representação. No Brasil assim como nos países centrais, são os setores públicos – principalmente o sistema de saúde e as instâncias jurídicas – que se têm encarregado de remover a violência dos lares onde ela é identificada. Em decorrência, mais acessíveis à intervenção colocam-se justamente aqueles que menos benefícios têm auferido das conquistas da modernidade.

Para Santos (1998), o contrato social hoje praticado favorece processos de exclusão por duas vias: o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. A primeira, próxima às formas clássicas de exclusão, nega a cidadania a grupos e interesses sociais; na segunda, típica da modernidade, grupos que viam a cidadania como perspectiva têm bloqueado seu acesso. Quando a intervenção sobre a violência se dá sob a égide da punição, e destaca como alvo prioritário os segmentos menos favorecidos, ela realiza a um só tempo os dois movimentos: lança à vala social segmentos das classes populares com acesso a bens mínimos, ou cristaliza para os excluídos este lugar. Referimo-nos aqui, em primeiro lugar, a um grupo populacional que tem acesso a saúde, à educação e à assistência e, ao buscá-la, corre o risco de ser confrontado com os rigores da lei se percebido qualquer desvio do padrão das regras anunciadas no que diz respeito ao trato dos filhos; em segundo lugar, aos mecanismos jurídicos acionados contra aqueles que, não tendo para si, podem ser censurados por não prover ao outro. Retornaremos aos reflexos dessa prática, mas por ora cumpre assinalar o impacto sobre o sujeito dessa percepção súbita de quebra das expectativas, quando ele se descobre "cidadão" pela via do dever, antes sequer de exercer ou mesmo conhecer os direitos do qual era titular (Santos, 1998).

1. 6. Modernidade, identidade, autoridade e violência na família

As contradições culturais da modernidade atingem as formas de relacionamento interpessoal e a vida cotidiana do sujeito. As modificações do cotidiano da família, em consequência de práticas sociais e de trabalho, podem ter alguma relação com a violência contra a criança. Para Lasch (1991), as restrições e controles exercidos pela vizinhança, que funcionaram no passado como fontes de fortalecimento de vínculos de solidariedade, têm sido amplamente diluídos ou eliminados, na moderna sociedade urbana; as convenções consuetudinárias de respeito pelo homem e pelos mais velhos também se abrandaram, em certos aspectos de modo benéfico, e em outros não. É esse sujeito, contraído sobre si mesmo e desenraizado de suas tradições, que Lasch (1991) chama de *sujeito narcísico*⁸. Nessa percepção, é a sociedade que adocece, não

⁸ É importante esclarecer aqui que o sentido dos termos narcisismo e autismo não remetem à leitura estritamente analítica, mas antes ao que Christopher Lasch já trabalhou em *Narcisismo em tempos sombrios*. Como lembra Jurandir Freire Costa, essa é uma construção particular que respeita a base analítica, mas a reinterpreta em contexto apropriado para compreender a construção social, e não a individual (Costa, 1986).

o sujeito: os pais endossam a disciplina permissiva não por acreditarem nela, mas porque ela lhes facultava maior liberdade (Aptekar, 1990).

Estão se alterando os quadros de valores que regem a conduta, e a transição expressa-se numa contradição que atravessa o sujeito e permeia seu espaço privado e suas relações afetivas. Pais continuam a agredir seus filhos no espaço privado da casa, apesar da culpa que experimentam pela aplicação do castigo físico. A punição física contraria princípios de educação infantil, mas representa um alívio momentâneo para as tensões vividas na rua e no trabalho (Gough, 1997). O sujeito, acuado na tensão da vida moderna, usa a agressão como recurso de sobrevivência narcísica (Lasch, 1991). E o faz cinicamente, pois recorre à violência no seu cotidiano ao mesmo tempo que culpa a "sociedade" - tomada como entidade abstrata - pela escalada da violência. Essa "sociedade", tornada um anônimo, faz de todos inimigos e, *posto que seus inimigos são anônimos, o homem (...) não pode sequer ceder à sua raiva, e acaba descarregando na família os sentimentos reprimidos* (Lasch, 1991:186).

Em *Refúgio num mundo sem coração*, Lasch (1991) sustenta que a sociedade contemporânea, e a família dentro dela, são atravessadas por uma **crise de autoridade**. Pais, sitiados pelas agências de saúde e justiça que determinam regras, procedimentos, práticas de educação infantil, modos de relação interpessoal, sitiados enfim em seus papéis sociais, omitem-se do exercício da paternidade e deixam de impor padrões de certo e errado para delegar esse encargo a grupos de colegas, a educadores, a agências de socialização ou terapêuticas. Filhos, em contrapartida, convivem com fantasias que terminam não sendo verificadas, inventam mães castradoras e pais distantes e onipotentes, passando a viver num mundo dividido entre o poder e a onipotência, onde questões de justiça e moralidade reduzem-se a jogos de força. A existência do cidadão deixa de ser mediada pela família e pelo trabalho e passa a ser diretamente subordinada ao social, sob formas que são mais constrangedoras que as antigas e mais devastadoras no seu impacto sobre a liberdade individual e política (Lasch, 1991: 229-240). Segundo o autor, *a situação da família espelha assim a situação da sociedade como um todo, que criou uma sensação sempre presente de ameaça e reduziu a vida social a um estado de guerra, freqüentemente empreendida sob a aparência de uma cooperação amistosa* (Lasch, 1991: 204). A autoridade aparece como algo estranho, desprezível, aterrador. O narcisista ressent-se mais por ser julgado do que teme ser punido (Lasch, 1991: 184).

Os impactos da modernidade não atingem igualmente os sujeitos. Como já discutimos, as semelhanças entre o sujeito urbano, citadino, discutido por Lasch (1991), e os brasileiros, esgotam-se em poucos núcleos urbanos no Brasil, e certamente não atingem uma parcela da população que permanece ainda vivendo sob a aparência de imunidade às mudanças do mundo moderno. Mas, por um lado, é certo que elas atuam sobre todos; por outro, os grupos mais em contato com essas mudanças – a classe média urbana, por exemplo – são exatamente os grupos formadores de opinião, e aqueles que por diversos meios fazem circular conceitos e práticas sociais inovadoras. Por essas razões é que não cabe desconsiderar sua análise, mas apenas relativizá-la, e buscar rastros do sujeito moderno, e de suas concepções, entre os pais brasileiros.

Há sinais de que certas formas de violência, descritas por Lasch (1991) como narcísicas, estejam sendo exercidas no Brasil. No modelo proposto pelo autor, o sujeito responde com a violência não por oposição frontal ao outro, mas porque o outro já não importa. Aqui, Lasch (1991) aponta para as mesmas relações que Wieviorka (1997) já levantou entre violência e alteridade, trazendo-as para mais perto dos vínculos afetivos, íntimos e domésticos. Lasch (1991) permite compreender a razão pela qual a violência prepondera nas relações interpessoais na sociedade contemporânea, e permite ainda entender os mecanismos pelos quais a violência ingressa ou emerge na vida familiar, de modo diverso de outros períodos históricos: hoje, a violência não é um ataque ao outro, e sim uma defesa do sujeito, e dos valores que lhe são mais caros, alimentada por uma crise de identidade e de autoridade.

1. 7. Proteção da criança ou veículo de controle?

Soares (1997) já destacou que, nos Estados Unidos, a violência doméstica e a violência contra crianças têm sido alvos de intenso debate, e matriz das mais diversas experiências de regulação das relações interpessoais. Na qualidade de fenômeno ainda mal definido, sujeita-se a interpretações comprometidas pelo julgamento subjetivo, que terminam transformando a intervenção em experimentos nem sempre bem sucedidos: falsas memórias e falsas denúncias têm sido responsáveis pela destruição de muitas famílias; ela duvida que certos abusos interpretativos e certas formas traumáticas de intervenção possam proteger vítimas indefesas; aponta a carência de meios que permitam assegurar a cidadania à criança sem resvalar na

negligência ou na invasão de privacidade. Como outros autores, Soares (1997) mostra que a intervenção pode às vezes ser traumática, iatrogênica, e assim constituir-se ela própria numa forma de vitimização que termina por atingir a criança e toda sua família.

É preciso fazer o movimento inverso. É preciso reinverter a ótica de análise, e fazer da apreensão da cultura local e da apreensão das contradições da vida moderna a arma de resgate dos direitos da criança em particular, e dos direitos humanos em geral.

Alguns estudiosos da violência doméstica já iniciaram esse movimento. Levett (1994), psicóloga sul-africana, analisa as implicações de se estudar o abuso sexual no sul da África tomando por referência paradigmas europeus que são diversos dos africanos e desconhecem as diversas realidades tribais, organizadas sobre culturas e línguas diversas entre si. Ela afirma que o patriarcado, e noções como autoridade, infância, sexualidade e desenvolvimento, envolvidos no tema do abuso sexual, têm raízes sociais e históricas que não podem ser desconsideradas no estudo de temas como a violência: *patriarcado e autoridade assumem formas distintas em diversos contextos sociais e históricos. Abuso de poder versus direitos individuais são temas que não podem ser tratados fora do contexto sócio-jurídico em que se inserem.* (Levett, 1994: 45)

Acreditar que os códigos internacionais estejam isentos de contradições é cair na armadilha que demoniza a violência contra a criança, é fazer dela tão somente um dispositivo de controle. É contribuir para instalar na opinião pública a ótica de que a realidade familiar é responsável pela disseminação da violência.

CAPÍTULO 2 **Infância e**
violência familiar

*Le capitaine Jonathan,
Etant age de dix-huit ans,
Capture un jour un pelican
Dans une ile d'Extreme-Orient.
Le pelican de Jonathan,
Au matin, pond un oeuf tout blanc
Et il en sort un pelican
Lui ressemblant etonnamment.
Et ce deuxieme pelican
Pond, a son tour, un oeuf tout blanc
D'ou sort, inevitablement,
Un autre qui en fait autant.
Cela peut durer tres longtemps
Si lon ne fait pas d'omelette avant.*

In Bourdieu e Passeron, A Reprodução

Nas últimas décadas, uma avalanche de termos e idéias varreu a paisagem intelectual; muitas dançaram seu número e se foram. Isso não deve ser explicado unicamente como um modismo intelectual, ou como um efeito de imitação. A adesão às idéias é antes um **efeito de comunicação**, que joga um papel importante no

processo de difusão das ideologias (Boudon, 1989). Ao que tudo indica, quando falamos em violência contra a criança movemo-nos guiados também por esses efeitos de comunicação.

No início do século XX, as políticas públicas passaram a ser vistas como um veículo de bem estar. Mais recentemente, difundiu-se a idéia de que também as crianças deveriam ser alvos dessas políticas, com base na concepção de que a criança é um "sujeito a ser protegido" pela família, pela sociedade e pelo Estado. Quando um grupo de médicos dos Estados Unidos reconheceu, nos anos 60, que algumas crianças estariam sendo vítimas da violência de seus próprios pais, começou a ganhar corpo a idéia de que, em algumas circunstâncias, a criança deveria ser protegida inclusive da própria família. Com isso, começa a ser desenhado um modelo que justifica e sugere a intervenção sobre a família, em nome da proteção à criança. No início do século passado, essa concepção soaria como um contra-senso, já que as noções de família e infância estavam estreitamente vinculadas à lógica do recolhimento no interior do lar, visto como território inviolável e lugar de proteção. Para os especialistas em violência doméstica - psicólogos, médicos, assistentes sociais, advogados - intervir na família para proteger a criança representa um dilema: qual o limite entre a proteção aos direitos da criança e o respeito à convivência familiar? Que nível de violência intrafamiliar justifica a intervenção? Em que circunstâncias afastar uma criança de seus pais biológicos pode representar um benefício?

Em 1959, a Organização das Nações Unidas firmou a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, elegendo a família e a comunidade como instituições por excelência do exercício e da garantia daqueles direitos. A função do Estado, na concepção de 1959, estaria restrita à oferta de suporte em condições de exceção, quando circunstâncias especiais impedissem ou dificultassem o exercício das funções protetoras da família. Em conseqüência, programas de bem-estar foram concebidos de forma a prover assistência prioritária à família, admitindo-se apenas em casos extremos que uma família substituta pudesse ocupar o lugar da família biológica. Em todo o mundo, criou-se uma extensa rede de serviços destinada a atender às crianças que viviam em famílias com dificuldades geradas pela enfermidade, pelo desemprego ou pela ausência de um ou ambos os pais.

Em 1989, os termos da nova Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança imprimem uma alteração substancial na ótica com que enfoca a família: consolidam no direito internacional os direitos básicos de crianças à sobrevivência, à educação, e à

proteção contra o abuso e a exploração (ONU, 1989). Sob a égide da Convenção de 1989, várias nações alteram dispositivos legais de modo a tornar obrigatória a informação de incidentes de abuso contra crianças. Profissionais de saúde e educação em todo o mundo, no Brasil inclusive, são hoje legalmente obrigados a informar ao setor público a ocorrência de casos suspeitos ou confirmados de violência contra a criança. A rede de agências sociais passa a desenvolver não apenas programas de assistência à criança e à família, como também programas destinados a identificar e coibir a violência de pais contra filhos; em casos extremos, pode-se promover o afastamento temporário ou definitivo de uma criança vivendo em lares abusivos. A definição de abuso, e sua inscrição jurídica, produz portanto um impacto direto sobre a família, e inaugura um conjunto de reformas com o propósito de manter sob vigilância e "recolocar no lugar" as relações entre pais e filhos. A multiplicação dos programas de atenção às crianças vítimas de violência tem sido justificada pela dimensão alarmante do fenômeno. O número preciso de vítimas é desconhecido, mas nos Estados Unidos os casos notificados alcançam a cifra dos milhões, e um número expressivo de crianças é afastada de seus pais biológicos. Com base na divulgação desses números, o tema se difunde por todo o mundo, e a questão da violência contra a criança passa à ordem do dia.

A intervenção do Estado sobre a família foi se desenhando aos poucos, ao longo dos últimos séculos. O poder ilimitado do *pater familias* no Direito Romano conheceu as primeiras restrições com a promulgação do Código Civil de Napoleão: a noção de *res publica* implica no reconhecimento da existência da criança como cidadã desde o nascimento, movimento que torna o Estado co-responsável pela sua criação e educação. O *pátrio poder* passa portanto a ser concebido como uma concessão do Estado, o que autoriza sua vigilância e, a seu juízo, a interdição (Simões, 1983). Desde então, assiste-se a uma acentuada intervenção do Estado na vida familiar, sob as regras do contrato social e das boas intenções da filantropia. Nos últimos anos, o reconhecimento da existência da violência intrafamiliar contribuiu para que, diante da identificação de um caso de abuso, a comunidade, a imprensa e as instituições saiam logo em defesa da criança, culpando o responsável que falha no exercício de sua função protetora. *A esfera de poder da família se reduz, cada vez mais, subsumida pela força do Estado* (Assis, 1999: 53).

Por outro lado, não se pode imaginar que o homem comum tenha seguido imune a essas investidas do público. Em meio a tudo que já se disse acerca desse derramamento do público sobre o privado, parece importante destacar que a esfera

privada da existência tentou furtar-se ao controle imediato das instituições públicas, e terminou por estabelecer-se como principal lugar de realização do indivíduo. Foi a pressão do público que fez nascerem as tiranias da intimidade (Sennett, 1989) e foram elas que levaram o sujeito a mover-se selecionando as pessoas e os aspectos que integram seu mundo significativo, demarcando regiões de escolha individual e autonomia. O casamento, por exemplo, foi concebido como uma interface entre as esferas privada e pública, como um instrumento que colocava as relações pessoais ao alcance do controle social; na sociedade contemporânea, as relações amorosas se retraem e *cada família constitui seu próprio mundo isolado, com seus próprios controles e sua própria conversação fechada* (L.-Berger, 1988: 11).

Mais recentemente, a intervenção sobre a família tem se assentado na concepção de que é preciso proteger a criança contra a violência de seus responsáveis. Mas - afinal - qual a natureza desse fenômeno? A violência contra a criança tem raízes na família, ou fora dela? É recente, ou representa um problema antigo, apenas hoje identificado? Por que a ciência - a Medicina, de início, e agora as Ciências Sociais, a Antropologia, a Psicologia - toma a si a temática da violência contra a criança, numa profusão de estudos, e ainda assim sequer consegue estabelecer conceitos mínimos, delinear a natureza da questão e estabelecer com segurança padrões de conduta, intervenção e prevenção? Por que a Ciência Jurídica tão rapidamente abraça o tema e se aplica em aprimorar a legislação que sustenta a intervenção na família?

2. 1. Breve histórico da violência contra a criança

*A violência doméstica impera na humanidade desde sempre*⁹. Afirmações desse gênero são recorrentes em trabalhos sobre o tema da violência contra a criança. Elas se tornaram uma referência quase obrigatória, uma invocação do testemunho da história para desqualificar o discurso que ainda possa insistir em negar que a criança é um alvo privilegiado da violência, mesmo na família.

À afirmação, seguem-se os exemplos que atestariam sua veracidade: os gregos eliminavam sumária e imediatamente recém nascidos portadores de deficiência física

⁹ Como exemplos, transcrevemos duas frases: *O fenômeno das relações violentas entre pais e filhos talvez tenha estado presente desde os primórdios da raça humana* (Guerra, 1985: 13); *A violência sobre crianças e adolescentes acompanha a trajetória humana desde os mais antigos registros* (Assis, 1994: 126).

(Radbill, 1988); várias passagens bíblicas registram a morte de crianças, inclusive em ritos sacrificiais, e certos trechos bíblicos podem ser interpretados como uma permissão ao filicídio (Assis, 1994), prática comum na Grécia, na Roma Antiga, e que na França vitimou milhares de crianças ainda no século XIX (Azevedo e Guerra, 1997); no século passado, a população nova-iorquina chocou-se com a revelação de que a pequena Mary Ellen havia sido vítima de severos espancamentos infligidos por seus pais adotivos¹⁰; ainda hoje, em algumas tribos africanas, meninas são iniciadas sexualmente por familiares (Levett, 1989), e recém-nascidos são vendidos como escravos para tribos vizinhas (Radbill, 1988).

Práticas desse teor são registradas tanto em documentos históricos quanto em pesquisas contemporâneas, e os registros passam a ser repetidos em artigos por todo o mundo, como demonstração cabal de que a violência contra a criança é fenômeno onipresente com o qual se convive desde tempos imemoriais. Ao primeiro impacto, o relato choca e desperta mesmo uma certa incredulidade. Por que razão pais gregos, franceses e africanos sacrificariam seus próprios filhos? Que qualidade de vínculo, que tipo de crença e que valor social justificaria o infanticídio ou a entrega do próprio filho à escravidão?

É preciso cuidado ao tomar esses fatos como semelhantes. Cada um deles se refere a períodos e lugares distintos, a culturas diversas, e como tal têm significados que são essencialmente diferentes ou em certos aspectos diametralmente opostos.

O infanticídio era comum por volta do século IX a.C., tolerado quando praticado por famílias miseráveis em tempos de escassez mas prática rara fora dos períodos de crise social. Ainda que colocado a serviço da sobrevivência de adultos, atitude de certo modo compreensível num período em que a criança não tinha o status social que só conquistou séculos mais tarde, era uma conduta que despertava sentimentos de maternidade à época quase desconhecidos. O atestado disso é o depoimento de uma mãe que, sentindo-se traída, reclama ao Rei:

Esta mulher me disse: Dá cá o teu filho para que hoje o comamos, e amanhã comeremos o meu filho. Cozemos pois, o meu filho, e o comemos. Mas dizendo-lhe eu ao outro dia: Dá cá o teu filho, para que o comamos, escondeu o filho (II Reis 6: 26-29, cf. Assis, 1999: 12).

¹⁰ Na ausência de organismos próprios, Mary Ellen chegou a ser defendida pela Sociedade de Prevenção da Crueldade contra Animais. A Sociedade de Prevenção da Crueldade contra Crianças foi criada nos Estados Unidos em 1875, segundo Emery e Laumann-Billings (1998) nove anos após a primeira.

O abandono não era comum entre os povos antigos. Raro entre os povos germânicos, egípcios e judeus, ele era adotado apenas entre romanos e gregos (Assis, 1999). Mas a prática romana era, na essência, bastante diversa da grega.

O Direito Romano instituiu o abandono *para limitar a vingança de sangue entre famílias* (Assis, 1999: 13). Sabe-se que o Direito Romano pautava-se na solução não intermediada de conflitos, freqüentemente resolvidos entre as partes com o pagamento de uma multa (Foucault, 1999). Além disso, o *pater* detinha direito de vida e morte sobre os seus, mas em contrapartida era o responsável direto pela conduta de cada um, devendo responder perante a sociedade pela regra infringida por qualquer dos membros da família. Se um de seus filhos praticasse qualquer delito, o *pater* usualmente entregava o filho à parte ofendida: o filho era considerado o próprio ressarcimento ao ofendido, pois a prole era mensurada pelo seu valor econômico, e não a partir de laços afetivos. Vínculos de afeto eram escassos na época em que a medicina apenas nascia, e era acessível apenas aos abastados. Em suma, tudo pesava a favor dessa prática pois, com ela, o *pater* atendia a dois propósitos: ele cumpria seu dever social e preservava o patrimônio familiar, beneficiando os membros não delituosos (Assis, 1999).

Na Grécia, o enjeitamento respondia a duas determinações diversas. Entre os não cidadãos, ele era produto da dificuldade em alimentar a prole; como o filho homem era valorizado, era relativamente comum que, diante da dificuldade econômica, a mulher fosse abandonada na expectativa de que outras pessoas a pudessem criar. A situação era ainda mais dramática entre os escravos, obrigados a vender os filhos para se alimentar, e há registros que mostram o quanto essa era uma opção difícil para algumas mães (Assis, 1999).

Entre os cidadãos, o abandono e mesmo o filicídio atendiam a outras questões. Prevalencia entre os gregos a crença de que o defeito físico de uma criança não apenas atingia seu portador como comprometeria toda a sua descendência, já que poderia ser transmitido por hereditariedade. Essa crença era sustentada por médicos, como Sorano, e filósofos, entre eles Platão e Aristóteles (Radbill, 1988), e não soava estranha a um povo que conhecia muitas modalidades de ritos sacrificiais (Assis, 1999). A cultura guerreira valorizava o indivíduo forte, saudável e corajoso e, assim, era solo fértil para que os pais, acatando a recomendação de deuses e médicos, aceitassem cometer o assassinato contra seus próprios filhos. Conclui-se daí que, embora a tradição recomendasse o exercício do infanticídio contra crianças

defeituosas na antiga Grécia, essa prática não fala do desejo dos pais, mas antes de um desejo social fundado na ciência e na tradição que se sobrepõe à vontade pessoal. Os pais gregos não desejavam filhos defeituosos (mesmo porque o defeito físico era indício de seu próprio fracasso), mas antes submetiam-se ao que era crença coletiva e recomendação cientificamente endossada. É impossível compreender a disposição em eliminar filhos nascidos defeituosos sem levar em conta que a democracia grega fundava-se na crença indelével de que o bem comum deve sobrepujar escolhas pessoais, e que a felicidade individual só pode existir sob condições sociais determinadas.

No século XVI, um ato de Henrique II tornou obrigatória em toda a França a “declaração de gravidez”, cujo objetivo era dar a conhecer a identidade paterna de modo a *‘obrigar o pai designado a contribuir para as despesas’, garantir ajuda e também (...) ‘incitar a mãe a ficar com o filho’* (Vigarello, 1998: 56); caso um filho não declarado viesse a falecer, a mulher poderia ser condenada à morte. A transformação burguesa do século XIX manteve essa exigência não como dispositivo legal, mas como valor moral. A herança, os bens materiais e sobretudo a honra passam a ser considerados patrimônio familiar a ser guardado a qualquer preço. A honra da família, seu bem maior, se traduz na fidelidade da mulher casada ao marido, e na reclusão da mulher solteira no lar, em respeito ao nome paterno. Referendando uma suspeita já insinuada no ato de Henrique II, a mulher do século XIX não hesita em recorrer ao infanticídio para ocultar o deslize do sexo extra-marital ou a infâmia do estupro ou do incesto, práticas correntes na época (Corbin, 1992). Os costumes lhe ensinaram que o crime sexual era mais grave que o assassinato (Perrot, 1992). O infanticídio, neste caso, não é uma ação levada a cabo pela mãe que deseja a destruição de seu filho por razões de ordem pessoal: ele é produto direto de uma interdição que é de ordem moral e normativa.

Na Rússia do século XIX, as taxas de mortalidade situavam-se em torno de 50%, índice elevado que alguns autores creditaram aos excessos da autoridade paterna. A severidade paterna, no entanto, derivava da tradição russa, que organizava a família em torno da escassez afetiva do pai. Esperava-se que o pai fosse hostil e restritivo, às vezes mesmo violento para com os filhos; o castigo corporal para punir e educar era prática recorrente e comum. Os altos índices de mortalidade deviam-se ainda a certas crenças populares: até a segunda metade do século XIX, a tradição recomendava que os recém nascidos fossem banhados em água fria e colocados sobre a neve, procedimento tido como um teste básico de sobrevivência pelo qual os pais avaliavam

a adaptação da criança aos rigores do inverno. Foi só em 1888 que a Sociedade de Pediatria de São Petersburgo denunciou essas práticas como supersticiosas, creditando sua disseminação à falta de conhecimento dos pais (Assis, 1999).

Nos anos 70, alguns pesquisadores tomaram conhecimento de que meninas de Karoo, pequena cidade da África do Sul, ao completarem 5 ou 6 anos de idade, eram iniciadas sexualmente por irmãos, parentes ou pelos próprios pais. Ao nomear essa prática como agressiva e violenta, defrontaram-se com a surpresa das supostas vítimas, que recusaram o rótulo. *As adolescentes ficam chocadas e indignadas ao ouvir esta prática ser descrita como **violência sexual contra crianças**. (...) a noção de trauma psicológico, nas formas tão amplamente descritas na literatura ocidental, não faz parte deste cenário de modo algum* (Levett, 1994:53). Aos olhos daquelas meninas, a iniciação sexual representa um reconhecimento da própria existência como sujeito, e abre-lhes o acesso a um conjunto de bens e favores pessoais antes inatingíveis. Suprimir essa prática equivale, para elas, a tolher o acesso aos favores recebidos e mesmo ao mundo adulto, condenando-as para sempre à condição de crianças. Em outras tribos africanas, a tradição identifica na posição de nascimento o destino do sujeito, e acredita-se que a criança que vem ao mundo de cócoras tem parentesco com o mal, e destino de bruxa. Por essa razão, a família recusa-se a seu convívio e descarta-se dela, por meio da venda a uma tribo vizinha, como escrava, ainda nas primeiras horas de vida (Radbill, 1988).

A incipiente medicina grega, os conflitos morais da França burguesa, os costumes centenários e as crenças religiosas dos povos africanos vêm mostrar que atos gratuitos aos olhos da moderna cultura ocidental ganham sentido na inscrição cultural. *Toda conduta se extrai de uma base de normalidade, da quotidianidade de sua época*, ensina Veyne (1998). Ao se compreender cada ato na cultura que o sustenta e o produz, vê-se que o fenômeno da violência torna-se mais complexo, e fica demonstrada a ineficácia em tentar fazê-lo linear: o infanticídio grego e o espancamento de Mary Ellen não compartilham o mesmo sentido. São práticas que, ancoradas na tradição, falam de um valor que é público e não de uma opção que se dá na esfera do privado. *Essas associações enganadoras (...) terminam suscitando em nosso espírito falsas essências e estabelecem continuidades enganosas* (Veyne, 1998: 107-8). E elas acabam por produzir um enorme equívoco analítico ao fazer repousar na família a responsabilidade pelas mortes e sevícias que ela cometeu atendendo ao conjunto de valores de sua época. Esse deslocamento é vital, pois é ele que sustenta o valor moral da retórica em torno da questão da violência em família.

A preocupação com a violência que vitima a criança não pode ser interpretada como uma novidade de anos recentes; ao contrário, ela estava presente na Europa do século XIX, porém traduzida em outro contexto e nomeada como uma preocupação com uma determinada ordem social, que produzia a morte como efeito visível sobre os elos mais fracos da estrutura social. Sua interpretação é que diferia da atual:

as mortes por queimaduras graves com água a ferver são especialmente freqüentes, quase uma por semana em Manchester, durante os meses de inverno. Em Londres passa-se o mesmo, mas os jornais não noticiam e em meu poder só tenho neste momento uma informação surgida no Weekly Dispatch de 15-12-1844, segundo a qual se verificaram seis casos deste tipo na semana de um a sete de dezembro. Essas pobres crianças que perderam a vida de forma tão horrível são verdadeiramente as vítimas de nossa desordem social (Engels, 1845, cf. Guerra, 1985: 24).

A preocupação com a violência se traduz ainda, ao longo da história, pela presença de inúmeros dispositivos legais que visam o controle dos excessos punitivos, indicando que o aval da cultura para certas "violências" permanecia sob vigilância e controle de mecanismos externos à família. A tradição egípcia não punia o infanticídio, mas os pais que matassem uma criança tinham por dever ninar seu corpo morto durante 72 horas; acreditava-se com isso desencorajar a repetição do ato. Nas Ilhas Britânicas, a comunidade aceitava o filicídio sob a condição de que ele fosse praticado nas primeiras vinte e quatro horas de vida da criança; um filho que sobrevivesse ao primeiro dia de vida passava a ser alvo da proteção de toda a comunidade, e como tal não poderia ser morto. Por volta dos anos 1800 a.C., o Código de Hamurabi ¹¹ já introduzia penalidades para quem maltratasse crianças. (Radbill, 1988). Em 830 d.C., sob domínio da Igreja, os Estados pontifícios da Itália puniam, com a excomunhão, o aborto e o infanticídio do recém-nascido. No século XII, a Inglaterra tratava como equivalentes o assassinato de crianças e adultos, e a França queimava a mulher que praticasse o infanticídio. Apesar disso, os registros da Igreja, ainda nos séculos XI a XV, condenando o abandono e a asfixia "acidental" de crianças, mostram que o

¹¹ O Código de Hamurabi, uma coleção de leis e editos promulgados por Hamurabi, Rei da Babilônia, é o mais antigo código legal conhecido na sua inteireza. Sua origem é atribuída à divindade Shamash, concebido como um deus associado à Justiça. Ele começa estabelecendo punições e regras de procedimento legal para acusação injusta, falso testemunho, e injustiças cometidas por juizes. Segue com leis relativas a direitos de propriedade, empréstimos, depósitos, débitos, propriedade doméstica e direito da família. A seção relativa a injúrias indica que poderiam ser impostas penalidades por erro médico ou danos causados por negligência. Oferece proteção a todas as classes sociais, com destaque para os fracos e os pobres, incluindo mulheres, crianças e escravos. É tido como um código bastante humanitário para a época.

infanticídio continuou a ser praticado, ainda que de modo velado (Assis, 1994; Assis, 1999).

A ineficácia da lei em fazer cessar práticas que passaram a ser vistas como cruéis é que fez entrar em cena os dispositivos morais. Já por volta do século IV, a moral religiosa recomenda o abrandamento do trato com as crianças e a redução das penalidades e castigos, e os padres recomendavam:

a criança não deve receber demasiados golpes, nem açoites, para que não chegue a tirá-lhes a importância ou a menosprezá-los. Mais efetivos são as ameaças e as promessas. (...) é preferível que em todo momento tenham os golpes mas sem recebê-los. Nossa natureza humana tem certa necessidade de indulgência (Lyman, 1982, cf. Assis, 1999: 15-6).

A cruzada moral da Igreja, e sua tentativa de inculcar nas mães o abrandamento das condutas, será coroada com o Higienismo. Os muitos estudos disponíveis não serão explorados aqui; basta lembrar rapidamente que a promulgação da Poor Law na Inglaterra em 1598 colocava sob assistência religiosa os abandonados, ao mesmo tempo que médicos ingleses defendiam que a saúde era interesse de Estado e não deveria ser largada à incerteza da iniciativa individual (Assis, 1999). Também na França a investida higiênica foi posta a serviço do ingresso do Estado no espaço privado, colocando a família sob crivo moral, e o trabalho de Donzelot (1986) mostra como a intervenção sobre a organização familiar cobrou seu custo à intimidade dos sujeitos.

De modo geral, a linha que sustenta a transformação desses códigos morais de conduta pode ser compreendida na transição do controle público para o controle privado. Enquanto a criança estava sob encargo prioritário da comunidade, esta responsabilizava-se pelo seu comportamento e, por extensão, das sanções aos desvios. As leis hebraicas do período 1250-1225 a.C., por exemplo, entregavam aos anciãos, para serem punidas, as crianças que desobedecessem a seus pais. Normas claras orientavam os pais sobre o uso do castigo, e apenas quando essas sanções não logravam êxito é que a criança era levada ao jugo da coletividade. A concepção básica era que a punição pelo coletivo livrava a família do mal representado pela conduta de um indivíduo, e servia ao mesmo para firmar nas mentalidades o sentimento de que aquele ato particular era reprovado pelo código de conduta do grupo (Assis, 1994). Com a diferenciação do espaço privado e as concepções

modernas de família nuclear, esses controles são progressivamente repassados à esfera familiar, e esta colocada sob controle do Estado.

Nas normas que vigoraram na Antiguidade, fica implícita a associação entre o poder de punir e o consentimento a certas formas de violência, admissíveis quando reguladas. Na história mais recente, o trabalho de Vigarello (1998) vem mostrar que, embora a condenação de diversas formas de punição física e do abuso sexual estivessem previstas em lei, juizes e parlamentares estiveram sempre prontos a “compreender” esses atos de violência, cedendo às normas sociais mesmo se estas afrontassem flagrantemente a norma jurídica. Apenas quando se estabeleceu um certo consenso social em torno da condenação do estupro é que a sanção oficial passou a ser aplicada com maior frequência e regularidade. Levando em conta a necessidade de controlar a conduta e ao mesmo tempo manter a inviolabilidade da família, é fácil perceber porque a consciência conviveu com certas formas de violência e submeteu-as a uma espécie de negociação; durante longo tempo, o controle da violência foi legado à moral e ela foi regulada com maior ou menor rigidez, pelos dispositivos legais, conforme o interesse em preservar ou invadir a intimidade.

As investidas dos dispositivos legais sobre a família, e sua associação a uma consciência moral em torno da violência, servem para mostrar que as normas sociais foram colocadas a serviço do controle do comportamento, e estabeleceram conceitos de desvio, adotando ao mesmo tempo certos cuidados no sentido de preservar necessários espaços de subjetividade. A lei foi invocada em situações limite, e visava também um efeito moral, de maior alcance ainda que a punição direta (Foucault, 1988). No entanto, nem mesmo esse controle moral derivado das sanções legais tem a força de erradicar comportamentos. A *violência* - se pudermos usar o mesmo designativo para toda a gama de atos acima descrita - persistia, como persiste ainda hoje, apesar de punida e condenada em lei.

O controle moral contribuiu para que a violência contra a criança se reduzisse? Autores como Ariès (1978) e DeMause (1982) sustentam que os direitos da criança conheceram um avanço incontestável na história, e como tal a criança é alvo da violência em escala cada vez menor. Ao mesmo tempo, organismos internacionais que tratam da violência doméstica têm anunciado que os índices de violência contra a criança, apesar de elevados, são subestimados e crescentes. A título de exemplo, a Organização Mundial de Saúde afirmou em 1986 que os casos reconhecidos representavam apenas a quarta parte daqueles que realmente acontecem nas

comunidades (cf. Santos, 1987). A explicação para essa aparente contradição deve ser buscada em duas vertentes diversas, e complementares.

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que a consciência da violência, e a intolerância a ela, são fenômenos recentes. Com o avanço da consciência civilizada, a ferocidade é substituída pela astúcia (Sorel, 1992); a violência antes ostentada se dissimula, se interioriza, manifesta-se em espaços e formas antes imunes a ela (Domenach, 1981). No campo da violência contra a criança, alguns autores, por exemplo Finkelhor (1994), admitem que a real frequência dos abusos tenha permanecido constante, e a percepção de que eles ocorrem com maior frequência na sociedade contemporânea deve ser atribuída à atenção maior que hoje se dedica ao problema. Emery e Laumann-Billings (1998: 125) sustentam também que *o crescimento do número de notificações deve-se claramente ao aumento no reconhecimento da violência e não ao crescimento real da violência em família*. Por outro lado, Nelson et al (1995) admitem que uma maior disposição social para tornar visíveis os eventos violentos podem estar contribuindo para elevar o número de registros, mas estaria havendo um crescimento real no número destes eventos; eles argumentam ainda que hoje a definição de abuso é mais ampla, e abarca ações que antes não eram tipificadas como violentas, fazendo crescer o número de eventos percebidos como violentos. De fato, o que hoje se compreende por "violência doméstica" ou "violência contra a criança" recobre um enorme elenco de atos e fatos, ainda carentes de uma conceituação rigorosa. Ambos os pontos serão retomados, mas iniciemos pelo segundo.

2. 2. Violência doméstica: um conceito em construção

2. 2. a. A produção do conceito

Desde que Sorano aprovou na Grécia antiga a eliminação de crianças portadoras de defeito físico, a ciência pouco se manifestou sobre o tema da violência contra a criança. Seu controle ficou entregue a regras da moral e a algumas restrições determinadas na esfera legal. O próximo registro disponível na área, cuja importância

merece destaque, data de janeiro de 1860, quando Ambroise Tardieu - médico francês - publicou nos *Annales D'Hygiène Publique et de Médecine Légale* seu *Étude médico-légale sur les sévices et mauvais traitements exercés sur les enfants*.

Médico legista, Tardieu era ativo participante da criminologia francesa, e como tal buscava integrar o saber médico à área jurídica. Nesse seu estudo de medicina legal, identificou ferimentos de etiologia desconhecida em 32 crianças, 8 das quais levadas à morte pelas lesões; a partir dessa constatação, ele deduziu que os ferimentos teriam sido produzidos por violência ou sevícia conduzidas pelos pais, por mestres, patrões ou por pessoas que exerciam, sobre elas, uma autoridade mais ou menos direta. No texto, Tardieu faz referência ao drama das crianças inglesas, discutido pela intelectualidade da época, e às notícias publicadas em jornais de grande circulação naquele país. Este é um apenas um dos estudos publicados por Tardieu sobre o tema do infanticídio; o vínculo entre a criminologia e a área jurídica pode ter contribuído para que seu trabalho ecoasse nos meios jurídicos: em 1895, o jurista Bonjean publica *Enfants révoltés et parents coupables*, adotando as teses defendidas por Tardieu (Perrot, 1992). O tema permaneceu esquecido desde então, para ser retomado apenas no século XX, nos Estados Unidos. Alguns trabalhos recentes, curiosamente, ignoram o pioneirismo de Tardieu, para datar da década de 60 a denúncia da violência contra a criança. Em 1999, Assis escreve: *A partir da década de 60, os médicos 'descobrem' uma forma de violência sobre crianças e adolescentes – o abuso* (Assis, 1999: 53).

Cabe aqui salientar que cada comunidade científica detém e faz circular certos modos de apreensão da realidade. A ciência, inserida em certo contexto social, responde aos reclamos e às perplexidades que circulam à sua volta. A história europeia condicionou uma forma determinada de pensar o conflito social: o pensamento social europeu destaca a fragilidade do edifício social e dos laços sociais; a Inglaterra do século XVII e a França do século XIX, atravessadas por inúmeros conflitos localizados, não poderiam ignorar as funções da violência no social (Cosser, 1970). Essa é uma marca do trabalho de Tardieu, cuja preocupação com a violência que vitimava crianças não se restringia ao espaço doméstico mas estendia-se a vários atores sociais e, assim, implicava a ordem pública e não apenas a ordem privada. A ciência social norte-americana, por outro lado, nasceu com uma visão de mundo que *tomava a violência social, na melhor das hipóteses, como um fenômeno patológico, visão que é muito insuficiente e que deve ser complementada com um enfoque mais rigoroso* (Cosser, 1970: 76-90). Essa constatação ecoa no campo da violência contra a criança: uma

mudança de inflexão se faz sentir quando o tema passa a ser tratado nos Estados Unidos.

A primeira menção ao tema da violência contra a criança nos Estados Unidos data de 1888, quando o médico S. West reconhece a existência de sevícias dirigidas a crianças. Mas foi apenas em 1925 que o tema começou a circular mais amplamente no meio médico. Neste ano, Caffey torna-se o encarregado do Departamento de Radiologia de um Hospital Infantil em Nova Iorque. Um radiologista usualmente tem pouco contato com os clientes e sua história de vida. Caffey, pediatra além de radiologista, envolve-se com as crianças examinadas, com seus pais e com os temas próprios à dinâmica da família. A novidade dessa articulação levou-o a colher histórias que não apresentavam relação lógica com os traumas identificados nos exames. Dessa incoerência é que Caffey fez nascer a hipótese de que as lesões poderiam ser explicadas como tendo origem em agressões dos pais, sem conseguir no entanto convencer seus colegas médicos sobre a etiologia do trauma. Ainda assim, publicou em 1946 um trabalho intitulado *Multiple fractures in the long bones of infant suffering from chronic subdural hematoma*, insistindo na mesma argumentação (Guerra, 1985).

Neste período, os trabalhos da área médica sobre o tema começam a despontar com mais freqüência. Em 1929, P. Parisot e L. Causade apresentam-se no XIV Congresso de Medicina Legal na Europa discutindo trabalhos em que o tema era a criança vitimada pela violência; em 1944, o neurocirurgião americano F.D.Ingraham aponta a origem traumática de hematomas subdurais em lactentes, sugerindo que possam ter origem em causas não apuradas ou não declaradas; e em 1951, Silvermann, radiologista como Caffey, faz referência direta a seu trabalho, atribui o fator intencional às injúrias identificadas, e imputa à família a origem do trauma (Guerra, 1985: 38).

A partir de então, começa a crescer a preocupação da classe médica com a segurança das crianças em família. Em 1955, Whooley e Evans realizaram um longo trabalho de investigação, entrevistando pais suspeitos de agredirem seus filhos, e reuniram argumentos para criticar a classe médica pela hesitação em aceitar que injúrias múltiplas em crianças pudessem ser cometidas intencionalmente por seus pais (Guerra, 1985).

Em 1961, Kempe - presidente da Academia Americana de Pediatria - organiza uma conferência sobre o tema, a partir da qual o assunto explodiu definitivamente nos Estados Unidos e em todo o mundo. À realização da conferência seguiu-se a

publicação, em 1962, de artigo hoje considerado um clássico. O artigo, de autoria de Kempe, Silverman e Steele, intitulado *The Battered Child Syndrome*, estabelece o conceito de abuso físico, e foi publicado em vários periódicos. Nele, os autores exortavam os médicos a suspeitar da síndrome em qualquer caso de criança com evidências externas de negligência, contusão de órgãos internos, inchaço de tecidos moles, contusões na pele, evidências de fraturas passadas ou presentes, ou sintomas clínicos que parecessem incompatíveis com a descrição que os pais faziam acerca do acidente que teria vitimado a criança. No mesmo ano de 1962, o governo americano pronunciou-se oficialmente sobre o tema, por meio do texto *The Abused Child*, publicado na Imprensa Oficial pelo *U.S. Children's Bureau* (Adams, 1991).

O tema retorna então à Europa. A tese de doutorado de Rabouille, de 1969, cuja pesquisa de base foi conduzida em hospitais de Nancy, abrange aspectos clínicos, sociais, psicológicos e jurídicos da violência contra a criança. Na Itália, os trabalhos de Tauber, Prosdocimi e Vitro, de 1975, e os de Colonna, Vigna e Gentile, de 1976, assim como o artigo de Trevisio, Colonna, Pepino e Cagno na *Minerva Pediatrica* de 1978, são considerados marcos importantes da cruzada de proteção à infância que então se inicia (Guerra, 1985).¹²

O artigo de Kempe marcou o uso do **modelo médico**, enfatizando a patologia dos pais abusivos. Tipificados como imaturos, sexualmente promíscuos, usuários de drogas e psicopatas, os pais eram tomados como responsáveis isolados pelas lesões e ferimentos identificados nas crianças. Seguindo essa sugestão, muitos outros estudos, conduzidos principalmente por psiquiatras, identificavam os pais agressores como portadores de características psicopatológicas, sustentando que sua patologia é que justificaria a agressão exercida contra os próprios filhos.¹³

Num segundo momento, trabalhos fora da área médica começaram a questionar aquelas conclusões; demonstrou-se que apenas dois traços de personalidade eram típicos de pais abusivos: a depressão e a ansiedade; observou-se ainda que esses

¹² Os estudos sobre o tema são pouco mais recentes na América Latina. Destacam-se os trabalhos de Torrello e Vargas, na Bolívia, publicado em 1979. A primeira publicação brasileira é de 1973, de autoria de Coates, Ribeiro, Hercowitz e Keiserman, e registra o espancamento de uma criança de 1 ano e 3 meses, abandonada pela mãe na emergência da Santa Casa de São Paulo e adotada após 207 dias de internação hospitalar. Em 1975, Armando Amoedo, radiologista do Hospital Jesus do Rio de Janeiro, publica um trabalho na revista *Brasil Jovem*, documentando 5 casos de maus tratos confirmados com base no depoimento das vítimas. Desde os anos 80, José Raimundo da Silva Lippi, psiquiatra infantil da UFMG e Celina Guerra Deluqui, da Faculdade de Medicina da USP, têm trabalhado sobre o tema (Guerra, 1985). Nos anos 80, foi ainda publicado o livro de Viviane Guerra, intitulado *Violência de pais contra filhos*.

traços não podem ser tomados como patológicos, uma vez que constituem reações comuns ao *stress* crônico ou agudo (Wolf, 1985, cf. Belsky, 1993). Pesquisadores da área social em geral, e da Sociologia em particular, passaram então a trabalhar sobre o tema da violência contra crianças colocando ênfase na questão do *stress*; esses estudos mostraram que a má qualidade de vida (pobreza, desemprego) são fatores geradores de *stress*, o que não implica em estabelecer associação mecânica entre pobreza e abuso mas estabelece o vínculo entre o abuso e fatores sociais mais amplos. Essas pesquisas mostravam que, embora o abuso estivesse presente em todas as classes, era mais comum entre operários e famílias com menor grau de instrução, sujeitos a condições de vida mais precárias e expostos a riscos mais agudos de *stress* (Belsky, 1993).

A contribuição da Psicologia ao estudo da violência contra a criança vem colocar ênfase na dinâmica do relacionamento familiar. Tomada como o lugar onde a violência eclode, a família abusiva começa a ser estudada do ponto de vista de sua dinâmica interna e externa. Pesquisadores como Garbarino e Crouter descobrem que o isolamento social da família é um importante fator a precipitar a ocorrência de eventos violentos. O distanciamento da vida comunitária, argumenta-se, sujeita a família a condições de *stress*, na medida em que torna escassas as atividades de lazer, bem como reduz a possibilidade de auxílio e apoio em momentos difíceis do convívio familiar (Belsky, 1993).

Naquela época, a noção de isolamento social era usada em seu sentido mais restrito: a capacidade de integração do sujeito à comunidade, avaliada em termos do número de contatos que ele mantinha com os indivíduos e as instituições sociais a seu alcance. Atualmente, o conceito se refere a fatores mais amplos, tais como a as características estruturais da rede de contatos do sujeito, a percepção dos pais acerca do auxílio que essa rede pode propiciar e a ajuda efetivamente recebida no passado (Coohey, 1996). No entanto, como alerta a autora, o rótulo continua a ser usado no sentido mais restrito, tal como originalmente concebido.

Belsky (1993) atribui a Bronfenbrenner a grande alteração que se produziu, então, nos modelos que analisam a violência contra a criança: o abuso é hoje amplamente reconhecido como produto de múltiplas determinações, efeito de forças que atuam em conexão no indivíduo, na família, na comunidade e na cultura. Segundo a postulação

¹³ Essa mesma linha de interpretação já havia sido sugerida por Guerry na França, em 1833. Ele afirmava que os

de Bronfenbrenner, o que determina se o abuso vai ocorrer é o balanço entre fatores de *stress* (ou potencializadores, ou de risco) e suporte (ou compensatórios, ou protetivos). Em outras palavras, não apenas parece não haver uma causa única para os maus-tratos da criança, como parece não haver causas necessárias ou suficientes. A esse modelo, convencionou-se chamar **ecológico**. Concebido por Bronfenbrenner (1996: 5) como *uma série de estruturas encaixadas, uma dentro da outra, como um conjunto de bonecas russas*, o ambiente ecológico engloba o microsistema, ou as relações mais imediatas do sujeito; o mesossistema, entendido como as interrelações entre dois ou mais sistemas dos quais o sujeito participa; o exossistema, ou ambientes que influenciam ou são influenciados pelo sujeito, mesmo sem sua participação direta; e o macrosistema, que diz respeito à cultura e ao sistema de crenças e valores que lhe imprimem consistência.

Os primeiros trabalhos de Bronfenbrenner situavam-se no campos da Psicologia do Desenvolvimento. Aplicados à área da violência contra a criança, eles levaram a conceituar grupos de variáveis, agindo em conexão, para explicar a eclosão ou a contenção da violência. Entre as características individuais, estão os fatores de personalidade tais como baixa auto-estima, falta de controle dos impulsos e resposta exacerbada a condições de *stress*; entre as características do contexto imediato podem ser nomeadas a estrutura familiar, o número de membros da família, eventos traumáticos vividos pelo grupo familiar e os estilos de resolução de conflitos; no contexto comunitário, a disponibilidade de recursos na região de moradia, os vínculos de vizinhança, a coesão de grupo e a exposição à violência; entre fatores sociais e culturais de peso, estão o sistema de valores e crenças tais como a valorização do castigo corporal na educação, a privatização da família e a presença da violência nos meios de comunicação (Emery e Laumann-Billings, 1998).

Considerando que este conjunto de variáveis pode não apenas favorecer a eclosão da violência mas também contribuir para sua diminuição, o modelo incorporou o conceito de **resiliência**, de uso corrente nas ciências exatas e incorporado à área da violência contra a criança em 1993. A noção de resiliência incorpora duas vertentes: a capacidade de resistir frente à destruição, em situações difíceis; e a capacidade de construir uma vida positiva apesar de circunstâncias adversas (Gardiner, 1994).

Nessa nova ótica, alguns fatores já correlacionados aos abuso foram reinterpretados. Já se sabia que alguns traços da personalidade dos pais (depressão e ansiedade) precipitavam a violência, e que algumas características das crianças (temperamento difícil, retardo mental e hiperatividade) tornavam-nas vítimas preferenciais do abuso. No modelo ecológico, entende-se que esses fatores não podem ser tomados como *determinantes do abuso, mas antes como indutores de violência nas famílias expostas a dificuldades de ordem social, financeira ou emocional*. Decorre daí que a intervenção que vise minorar a ocorrência e minimizar os efeitos da violência é sempre promissora visto que, não havendo uma causa única, não há também uma solução única: a prevenção e o tratamento da violência contra a criança podem chegar a resultados satisfatórios atuando sobre qualquer das causas, ou qualquer subconjunto de causas (Belsky, 1993). Mas, como alerta o mesmo autor, o que é uma vantagem pode ser também um obstáculo: pois nesse quadro, não é possível estabelecer prioridades de intervenção, nem tampouco saber de antemão qual intervenção pode alcançar resultados mais efetivos, ou em que prazo.

Como se vê, o conjunto de saberes produzido nesse percurso ampliou a ótica de análise: antes concebido como produto da personalidade doentia dos pais, o abuso passa a ser relacionado às condições gerais de vida da família, à dinâmica das relações intra e extrafamiliares e às concepções globais da sociedade sobre infância e práticas de educação e criação infantil. A violência contra a criança começa a ser contextualizada, vista em suas implicações locais e culturais. No entanto, o modelo faz repousar no indivíduo o foco central da violência. Embora admitida a interveniência de fatores sociais e culturais mais amplos, são seus reflexos sobre o sujeito particular que são tomados em consideração. *As muitas implicações disso serão analisadas ao longo deste Capítulo.*

A primeira implicação a considerar aqui diz respeito a uma contradição interna. O que o modelo ecológico defende é que a família está imersa na cultura, e é a cultura que estabelece as bases que permitem diferenciar entre o que é aceito como não violento e o que é condenado como violento. Duas citações dão a medida da influência cultural que o modelo admite: (1) Os fatos que têm lugar no curso de vida de um indivíduo, em sua família ou comunidade, vinculam-se, ainda que parcialmente, ao contexto cultural mais amplo que envolve pessoas, casas e bairros (Bronfenbrenner, citado em Belsky, 1993); e (2) valores e normas sociais podem contribuir para a aceitação ou mesmo para a tolerância do abuso contra crianças (Gil, citado em Korbin, 1991). Ora, a questão que se coloca então é entender como um comportamento cujas bases estão

assentadas na cultura poderia ser compreendido como disruptivo, ou destrutivo, tal como proposto no modelo ecológico. O enlace entre violência e cultura, na forma em que o modelo a promove, soa algo paradoxal.

Korbin (1991) lembra que em 1961, quando o tema da violência contra a criança passou a merecer a atenção de especialistas norte-americanos e ganhou espaço na mídia, estudiosos de outros países negaram ocorrências similares em suas nações de origem para só mais tarde passar a reconhecer e estudar o fenômeno. Só após o reconhecimento da ocorrência dessa modalidade de violência fora dos Estados Unidos é que a questão pode ser examinada fora dali, quando então ficou demonstrada a influência dos valores culturais sobre as formas e a incidência da violência contra a criança. Constatou-se que, em culturas onde a punição física é rara, o abuso de crianças é também incomum; foi verificado ainda que a atitude geral da sociedade para com a criança tem relação com os índices verificáveis de violência. De modo geral, a tolerância social para altos níveis de violência pavimenta o terreno para a ocorrência da violência familiar.

A partir dessa consideração, fundada especialmente na Antropologia, diferenças culturais passaram a ser tomadas em consideração no interior dos modelos teóricos de análise da violência contra a criança. É com base na visão antropológica que Korbin sustenta que, na prática, é impossível chegar a uma definição universal de abuso: se a violência ocorre no interior da cultura, só deve ser definida com base em seus parâmetros específicos. Os estudos transculturais consideram que a definição do que é "bom" ou "mau" para a criança depende basicamente dos padrões culturais nos quais a família e a cada criança estão inseridas (Korbin, 1988; Korbin, 1991). De tal princípio decorrem implicações importantes para o estudo do tema.

A primeira implicação é que se deve abrir mão de definições universais do abuso, visto que um ato só se torna abusivo e só traz prejuízos para a criança se a cultura específica lhe confere significação negativa. Assim, qualquer definição universal deve antes submeter-se ao crivo particular do grupo social em estudo. Korbin (1988) chama a atenção para que definições culturalmente apropriadas devem levar em conta um olhar interno à cultura (*emic perspective*) assim como o olhar de um observador externo (*etic perspective*). A primeira perspectiva refere-se aos significados tais como são entendidos pelos sujeitos de uma mesma realidade cultural, e a segunda aos significados dados por observadores externos. Abuso e negligência devem ser definidos como *o dano para a criança que resulta diretamente de uma ação proscrita*

que se pode prevenir (Korbin, 1991). Esta definição, sustenta o autor, serve a dois propósitos: distingue o abuso e a negligência de outros problemas sociais, econômicos e de saúde que afetam igualmente a criança, ao mesmo tempo que se aplica ao elenco de situações que variam na dependência do contexto social e cultural, nas diversas nações e comunidades.

Decorre daí a segunda implicação: os valores universais propostos na legislação internacional não são diretamente aplicáveis às realidades locais às quais eles querem se impor. Seria mais coerente, segundo a proposição de Korbin (1988), adotar concepções regionais ou locais de violência, e fazer com que essas definições orientassem a ação que visa minorar a violência.

O conhecimento acerca da questão segue no entanto, alheio a essas considerações. Como resultado da tentativa de promover a conjunção entre o que é universal e o relativismo que não se coloca com clareza, há ainda muita polêmica em torno do tema, e essa polêmica termina por se traduzir em definições de violência que são múltiplas e apontam diferenças da maior relevância entre os fenômenos que querem identificar. Primeiro, há as diferenças na intensidade da violência que designam: algumas definições são mais abrangentes, abarcando toda e qualquer forma de abuso, inclusive as mais brandas, enquanto que outras restringem a aplicação do termo apenas às formas mais graves. Por exemplo, uma leve palmada pode ou não ser considerada um ato de violência física, conforme o autor. Mas além disso, e mais importante, as divergências derivam do peso relativo das diferenças culturais conforme a posição dos autores: para alguns, os valores universais preponderam; outros definem a violência considerando especificidades de cada cultura; trata-se aqui portanto não da intensidade, mas da própria natureza daquilo que é qualificado como violência (por exemplo, a iniciação sexual das meninas de Karoo, à qual já nos referimos, ou a manipulação da genitália de bebês, classificada como abusiva em países europeus e tida como demonstração de afeto em algumas comunidades africanas; são fatos do social que podem ou não ser tratados como violentos, dependendo do peso relativo da determinação cultural).

A discussão entre a contração ou a expansão dos fatos abarcados pelo conceito de violência torna-se então tema central de debate. Atualmente, alguns autores cogitam em expandir sua abrangência de modo a abarcar todo e qualquer comportamento que possa causar dano à criança, ainda que sob a forma de um efeito remoto. Fala-se em abuso fetal quando a mãe ingere álcool ou drogas durante a gravidez. Briggs (1991)

propõe que sejam tratadas como "vítimas de violência" as crianças que presenciam brigas familiares ou conflitos originados do tráfico ou do uso abusivo de álcool e drogas. Ele escreve:

Each day, newspapers report cases of children shot to death accidentally in drug wars, the ultimate form of child abuse. (...) Violence against children, whether from emotional abuse and neglect or from unintentional injury to the child from violence between adults, is basically a disease of adults that finds expression in children, the innocent victims (Briggs, 1991: 87-8).

Emery e Laumann-Billings (1998), ao contrário, defendem a contração do conceito, visando reduzir possíveis efeitos iatrogênicos de uma amplitude que justificaria formas excessivamente intrusivas de intervenção na vida familiar.

... we are troubled by the potential for overreaching in defining family violence, misinterpreting its putative consequences, or intervening broadly without knowledge of the risks and benefits of intervention. In fact, a number of commentators have suggested that **some attempts to alleviate the problem of, or the problems created by, family violence may actually have iatrogenic effects** (Emery e Laumann-Billings, 1998: 121; os grifos são meus).

Os autores chamam a atenção, na citação logo acima, para o fato de que a *abrangência do conceito não pode ser tratada como uma questão que diz respeito apenas à esfera acadêmica, pois ela produz efeitos práticos imediatos. Com efeito, ao transitar do campo puramente conceitual para o campo social, a concepção de violência conquista um valor operacional que pode ser traduzido como valor moral. Boudon (1989:41) defende que certos objetos científicos só podem ser definidos a partir de julgamentos de valor, e para Adams (1991) a violência é um desses objetos. Ela lembra que violência é um evento carregado de valor a partir do qual se produz uma categoria social por sua vez carregada da mesma força de valor do evento.*

sometimes an event produces a social category (...). The major analyses of events focus on causes, consequences, and rates, with the rates being straightforwardly measurable except in the case of value-laden events such as violence (...) (Adams, 1991: 11-12).

No entanto, as implicações dessa conexão entre o conceito e seu efeito operacional nem sempre são consideradas em sua inteireza. Santos (1995) já chamou a atenção para um estranho fenômeno da epistemologia moderna: com frequência, diz ele,

somos levados a crer que a identificação de um problema não tem relação necessária com sua solução; preferimos acreditar que o conhecimento usado para definir um o problema é ao contrário parte do próprio problema, e deve ser tratado na solução que a seguir se propõe. Transpondo essa questão para o campo em exame, teríamos que a noção de valor cultural que impregna e serve de base para a própria definição do conceito de violência contra a criança é transmutada em problema a ser solucionado - o parâmetro cultural termina se configurando como obstáculo a ser superado, e a intervenção busca nivelar as diferenças ao invés de pautar-se nelas. Se incorporarmos o valor como elemento chave da questão, não apenas na conceituação do campo mas também na intervenção, programas e linhas de ação tornam-se mais complexas porém podem ganhar eficácia na medida em que se tornam capazes de abarcar toda a gama de determinantes envolvidos na eclosão da violência; seria possível, nessa linha, examinar também a amplitude da intervenção que o social hoje suporta, ou requer.

Quando se retira da violência o critério de valor, ela passa a ser vista como um desvio. Becker (1977) aponta três critérios pelos quais uma ação é tipificada como desviante: (a) a partir da média, sob critérios puramente estatísticos; (b) como patologia, ou produto de uma doença; ou (c) como fracasso em adequar-se às regras do grupo. No caso da violência contra a criança, vimos que ela foi originalmente atribuída à patologia; agora, os modelos em voga aproximam-na do desvio da norma segundo a qual a criança deve ser alvo da proteção da família. Ora, mas como explicar então sua alta, altíssima incidência? Opera-se uma mágica pela qual o desvio passa a estar representado no conjunto de valores que induz, ou endossa, os atos de violência. Com efeito, o movimento que se seguiu ao reconhecimento da conexão entre violência e cultura foi justamente colocar em xeque os sistemas de valores, postulando-os como desviantes. As intervenções sugeridas passaram desde então a apontar para a necessidade de intervir sobre a cultura, não para dialogar com ela mas para localizar e banir o valor que conflita a norma universalizante segundo a qual a proteção da criança é uma prioridade a ser buscada a qualquer preço. É aí que têm se ancorado as propostas de erradicação da iniciação sexual das meninas de Karoo, na África, contra as quais fala Levett (1989).

Parece-nos que o tema é um tanto mais complexo, e requer intervenções de outra natureza. Para ficar apenas com as conseqüências danosas mais nítidas de uma intervenção que quer banir a violência desconhecendo a base cultural que a condiciona, basta lembrar os efeitos de desagregação que ela tem produzido sobre as

minorias étnicas. Em qualquer parte do mundo, as minorias étnicas têm sido os alvos prioritários das denúncias de violência em família. Tourigny e Bouchard (1994) propõem-se a analisar a diferença de incidência da violência contra a criança entre imigrantes do Haiti e a população canadense, incidência que é significativamente mais alta entre os haitianos. Eles atribuem as altas taxas de notificação de maus-tratos entre minorias a três fatores: (a) as condições sócio-econômicas a que são submetidas, quase sempre mais difíceis que as da etnia majoritária; (b) as diferenças de valores e de práticas educativas; e (c) os vieses de ordem cultural, econômica e de acesso aos serviços públicos que informam a identificação e a notificação dos maus-tratos.

Para eles, a explicação da diferença na incidência usualmente não leva em conta que as minorias étnicas convivem com a clandestinidade do estrangeiro no país de residência, com a falta de fluência na língua e a conseqüente dificuldade de expressão e acesso a serviços; com a desconfiança das autoridades, que pautam sua conduta segundo regras que lhes são estranhas; e ainda com a inevitável dissolução de laços familiares e sociais gerada pelo próprio processos de imigração.

Les valeurs et pratiques éducatives des parents haïtiens, caractérisées entre autres, par le respect de l'autorité parentale, l'obéissance stricte de l'enfant et l'utilisation de la punition corporelle comme mesure disciplinaire, sont à la source de nombreux conflits entre parents et adolescents (...). Ce conflit inter-générationnel est accentué par les séparations parent / enfant vécues lors de l'immigration et par une identification plus forte de l'enfant à la culture d'accueil, ce qui lui fait remettre en question les moeurs et pratiques de la gestion familiale (Tourigny e Bouchard, 1994: 798).

Para concluir, eles defendem que o próprio ato de nomear a violência é *per si* um ato normativo e cultural, visto que carrega uma categorização forjada na cultura. É por isso que as práticas aceitas na cultura de origem dos grupos imigrantes e condenadas no país de destino colocam para essas populações minoritárias questões que vão muito além da fluência verbal ou da inserção na cultura que os acolhe. Os confrontos culturais a que estes grupos estão sujeitos falam de diferenças simbólicas que se multiplicam no intercâmbio cultural e remetem portanto aos típicos conflitos que, na análise de Wieviorka (1997), têm sido exacerbados num mundo em que a diferença cultural não mais se restringe a fronteiras geográficas.

Quando a distância simbólica coincide com a proximidade geográfica, essas questões ficam mais agudas, e mais visíveis. Elas existem, contudo, como efeito da impregnação dos valores universais, mesmo quando as distâncias se ampliam.

A ação que visa minorar a violência não pode estancar na (boa) intenção de combatê-la nem tampouco escorar-se na visão ingênua do senso comum. No terreno minado das contradições, a intervenção mal ou pouco informada acerca dos valores com os quais vai inevitavelmente interagir corre o risco de sobrepor efeitos adicionais, iatrogênicos, àqueles que queria evitar. O exame dessa segunda linha de ameaças à criança e à família também nos preocupa e nos move.

2. 2. b. Implicações da polêmica no dimensionamento da violência

No início da década de 70, uma profusão de publicações na área da violência contra a criança começa a chegar às revistas científicas. Elas tratam de incidência, de causas e de conseqüências da violência; os artigos abordam principalmente a violência contra a mulher e contra a criança, e em menor número a violência contra idosos. Grande parte dos trabalhos versa sobre a notificação e seu correlato, a epidemiologia da violência. Em um dos trabalhos relevantes nesse campo, publicado em 1986, Straus e Gelles identificam um declínio no número de casos identificados, entre os anos de 1975 e 1985: havia menos 47% de casos registrados de violência contra a criança e 27% de violência contra a mulher. A queda nos índices foi atribuída a vários fatores, entre os quais problemas metodológicos da pesquisa, a relutância em notificar os casos conhecidos e ainda os efeitos da prevenção, do tratamento e das mudanças sociais que favoreceram a redução da violência, entre as quais a melhoria no padrão geral de vida (Adams, 1991).

Até então, estudos teóricos trabalhavam com a hipótese segundo a qual a incidência real da violência contra a criança seria significativamente maior que a incidência conhecida, registrada pelas agências sociais de proteção. Em 1984, a *American Human Association* estimou em 1 milhão o número de crianças abusadas a cada ano, nos Estados Unidos; no início dos anos 90, acreditava-se que cerca de 20 milhões de atos violentos seriam cometidos, a cada ano, contra crianças americanas (Briggs, 1991). A constatação do declínio surpreendeu os estudiosos, movimentou a

discussão, e vários levantamentos nacionais foram feitos, buscando desenhar um retrato mais aproximado da realidade.

O *National Incidence Study* (NIS), realizado ao longo de 1986, indicou mais de 300 mil crianças vítimas de abuso físico, cerca de 133 mil vítimas de abuso sexual e mais de 500 mil vítimas de negligência (Deslandes, 1994). O *Third National Incidence Study* (NIS-3), mais recente, trabalhou com dados de 1993 e concluiu que entre 1,5 e 2,8 milhões de crianças foram maltratadas no ano de 1993; dados do NCPA (*National Committee to Prevent Child Abuse and Neglect*) estimaram em 3 milhões as vítimas notificadas às agências de proteção em 1995 (Emery e Laumann-Billings, 1998).

A cada levantamento, o número de vítimas cresce. Esses índices vêm somar-se à constatação estatística de que nos Estados Unidos, em 1989, os traumatismos acidentais e não-acidentais já eram a maior causa isolada de morte de crianças entre 1 e 15 anos de idade (Briggs, 1991). São dados que levam autores como Kaplan e Sadock (1990) a afirmar que os maus-tratos na infância representam uma doença médico-social que vem assumindo proporções epidêmicas, tornando-se cada vez mais arraigada, infiltrando-se na sociedade, com reflexos nas estatísticas de criminalidade e com implicações legais, médicas e psicossociais (cf. Amazarray e Koller, 1998). É uma estatística que tem impacto direto sobre a percepção do fenômeno, e leva vários autores a afirmar que a casa é o lugar mais perigoso para uma criança, o locus privilegiado dos atos sociais responsáveis pelos índices de morbidade e a mortalidade na infância. No Brasil, Deslandes (1994) defende essa posição e cita vários outros autores que a compartilham: Azevedo e Guerra, Oliveira, Santos e Straus. Assis (1994: 129) cita e endossa: *O próprio IBGE reafirma a infância e a adolescência brasileiras como períodos propícios à violência, e aponta o domicílio como local freqüente para a ocorrência de agressões físicas nestas idades*. Dos Estados Unidos, Gelles (1997) afirma:

People are more likely to be killed, physically assaulted, hit, beat up, slapped, or spanked in their own homes by other family members than anywhere else, or by anyone else, in our society (Gelles, 1997: 1)

Uma análise mais acurada mostra, no entanto, que as estimativas de 1,5 ou de 2,8 milhões de vítimas feita pelo NIS-3 deve-se à diferença na definição de abuso: teremos 1,5 milhões de vítimas se aceitarmos que o abuso pode ser definido como “lesões visíveis que permanecem ao menos por 48 horas”; se ele for restrito à noção

de “risco de perigo”, o número estimado sobe para 2,8 milhões. Entre os 3 milhões de casos notificados às agências de proteção em 1995, os próprios dados do NCPA mostram que apenas um terço das denúncias foram substanciadas, 54% das quais relativas à negligência, o tipo de abuso mais claramente associado à pobreza (Emery e Laumann-Billings, 1998).¹⁴

Nem sempre essas questões são nítidas. Derivadas de concepções diversas acerca do que exatamente se compreende por abuso, elas auferem fenômenos sociais distintos, e permitem portanto deduções também diferentes acerca do social. Ocorre que é destas estatísticas que nascem as práticas e os programas de intervenção e tratamento. Vejamos ainda alguns exemplos.

No ano de 1984, realizou-se na Finlândia um levantamento nacional da incidência de violência contra crianças; os resultados indicaram que naquele ano 18% das crianças finlandesas haviam sofrido alguma forma de violência leve, e 5% haviam sido vítimas de abusos graves. O mesmo estudo, repetido apenas um ano mais tarde, encontrou 72% de vítimas de violência leve, e 8% vítimas de abusos graves (Huertas, 1997).

Em 1992, o *National Center on Child Abuse Prevention Research* estimou que 20% de todas as mulheres e 7% de todos os homens americanos já teriam sido vítimas, pelo menos uma vez, de episódio de abuso sexual na infância (Marques, 1994). No Brasil, estima-se que 6 milhões de meninas e 3,1 milhões de meninos a cada ano sejam vítimas de agressões sexuais (Azevedo e Guerra, 1989).

Huertas (1997) não oferece detalhes dos levantamentos conduzidos na Finlândia, mas a significativa elevação dos índices de violência contra a criança, entre os anos de 1984 e 1985, sugere algumas indagações. Teria havido na Finlândia, entre os anos de 84 e 85, uma súbita explosão de violência? Ou será que o levantamento de 1985 fez uso de um conceito mais abrangente de violência, num reflexo daquilo que Korbin (1991) já referiu como o reconhecimento progressivo da existência do fenômeno, depois de Kempe haver estabelecido o conceito de abuso nos Estados Unidos? No campo da violência sexual, as estatísticas brasileiras e norte-americanas apontam uma proporção diferente de vítimas conforme o sexo. Pode-se supor com isso que os

¹⁴ A denúncia substanciada é definida como aquela para a qual os serviços de proteção determinam haver alta probabilidade de abuso. Como afirmam os autores, os procedimentos e graus de certeza para substanciar uma denúncia variam conforme a agência e o Estado; os procedimentos são em geral menos estritos e formais que aqueles usados em cortes criminais, e são fonte de muita controvérsia (Emery e Laumann-Billings, 1998).

meninos brasileiros estão mais expostos que os norte-americanos ao risco de abuso sexual?

Tem-se aqui os primeiros problemas decorrentes da imprecisão conceitual. Cada estudo de incidência pauta-se em uma definição específica do que considera abuso, e portanto os levantamentos retratam realidades particulares, ainda que se refiram a uma mesma base cultural e geográfica. Os dados epidemiológicos são determinados pela definição adotada pelo pesquisador, mas como nem sempre eles são claramente anunciados, a comparação entre as diversas estatísticas pode se tornar inócua, ou mesmo enganosa. Esse problema torna-se ainda mais grave quando a comparação é feita entre culturas distintas, com base na comparação entre dados percentuais que guardam pouca semelhança quanto a seu significado. Como Minayo (1994) já lembrou, os estudos epidemiológicos são importantes mas não suficientes para apreender a complexidade estrutural, cultural e conjuntural do fenômeno da violência. Eles oferecem um suporte importante para apreender a dimensão do fenômeno, mas deve-se sobretudo compreender que a questão da violência não pode ser reduzida à matemática ou à estatística. Para Boudon (1989), os dados macroscópicos expressam o traço deixado a nível estatístico pela justaposição de uma miríade de comportamentos individuais. Estes comportamentos individuais não são fruto de indivíduos desencarnados ou de calculadores abstratos. Ao contrário, trata-se de indivíduos situados socialmente, pertencendo principalmente a uma família, mas também a outros grupos sociais, dispendo não somente de recursos econômicos, mas também culturais. Além disso, estes indivíduos não se defrontam com escolhas abstratas. *Ao contrário, são instituições concretas que determinam os termos de sua escolha. (...) Uma vez terminado o momento microscópico da análise, restaria agregar as lógicas individuais de comportamento, mostrando que se reencontram claramente no nível macroscópico os fenômenos globais que se pretende explicar* (Boudon, 1989: 14).

A quantificação, vale lembrar ainda, carrega a exigência do concreto, do observável, do classificável, das regras da taxonomia; facilita o abandono do figurativo e faz da natureza, da ciência e da sociedade sistemas com um centro, um movimento, e com leis que a governam. Assim é que *o ordenamento transforma-se em ordem* (Maffesoli, 1981: 168).

As estatísticas indicam um número cada vez maior de casos conhecidos de violência de pais contra filhos. Mas isso não significa necessariamente uma ampliação do

fenômeno da violência. É preciso considerar, em primeiro lugar, que *abuso* e *negligência* são conceitos muito recentes, e os dados referem-se na melhor das hipóteses a um período de apenas 30 anos, curto para se reconhecer sua real extensão; em segundo lugar, os conceitos recentes, e ainda muito controversos, divergem em termos de severidade, falam às vezes de violência episódica e outras vezes de violência crônica, e refletem fenômenos diferentes, dificultando comparações entre países, ou entre períodos, ao longo das últimas três décadas. Extrair desses dados a conclusão de que a casa é o lugar mais perigoso para uma criança pode ser, no mínimo, falacioso.

A partir de extenso levantamento da literatura, Belsky (1993) aponta outras dificuldades da pesquisa na área. A primeira delas reside na discriminação entre os vários tipos de abuso; embora a literatura admita quatro tipos de abuso (*abuso físico, abuso sexual, abuso psicológico e negligência*), até hoje a maior dificuldade reside em fazer a distinção prática entre estes tipos. A maioria dos estudos analisa vários tipos de abuso ao mesmo tempo, e todos os indícios apontam para a hipótese de que a violência não exista em estado "puro", sendo mais provável que as diversas formas de abuso se associem, indicando um fenômeno co-mórbido. Emery e Laumann-Billings (1998) sustentam mesmo que haja co-morbidade entre a violência de casal e a violência contra a criança. A taxonomia, portanto, parece responder antes a uma necessidade de ordem acadêmica, cuja correspondência com o fato concreto que ela examina é mediata, não imediata. A segunda dificuldade diz respeito à definição prévia do fenômeno a ser investigado. Quando os pesquisadores vão a campo, precisam antes de mais nada localizar os casos a serem estudados, e a fonte mais comum são as agências de atendimento. Ao usar como fonte de estudo os casos das agências, os estudos valem-se de uma qualificação que resulta de negociações entre a família e as autoridades jurídicas e não de critérios pré-definidos, dados pela literatura, como seria desejável¹⁵. Um terceiro problema são as técnicas de amostragem que definem os grupos estudados, que por utilizarem classificação baseada *na conveniência ou na oportunidade* (sic), produzem amostras inadequadas, viesadas, e com isso comprometem toda a investigação (Belsky, 1993).

A fonte na qual são buscados os casos estudados é uma dificuldade que atravessa também os levantamentos nacionais produzidos nos Estados Unidos, dificultando a

¹⁵ Segundo Vigarello (1998), os efeitos dessas "negociações" na França, em curso ao menos desde o século XVI, atendiam mais aos reclamos de controle social que às demandas de proteção da criança. Além disso, nada assegura que a literatura científica esteja imune aos mesmos reclamos de controle.

comparação entre eles. Emery e Laumann-Billings (1998) mostram que as estatísticas oficiais do NCPA agregam os dados dos diversos CPS (*Child Protective Services*) dos 50 estados americanos; os sucessivos estudos de incidência (NIS) usam informações coletadas junto a profissionais que têm contato com as vítimas e suas famílias; e as diversas pesquisas sobre métodos de disciplinamento e resolução de conflitos (como por exemplo os trabalhos de Gelles e Straus) valem-se de amostras populacionais, com recortes adequados a cada estudo em particular.

A despeito da imprecisão conceitual, da dificuldade em dimensionar o problema e da recusa em conhecer que o saber produzido sobre o tema **não é axiologicamente neutro**, esses resultados pautam os programas de ação e informam os modelos legais, multiplicando com a força da lei os efeitos de valor que estão em sua base.

2. 2. c. Implicações da polêmica sobre o social

Embora os autores mais conceituados na área reconheçam o peso dos determinantes culturais e sociais na ocorrência do abuso, é certo que - por definição - o abuso e a negligência têm lugar no interior da família, e mais especificamente falam da relação entre pais e filhos. A título de exemplo, são transcritas a seguir algumas definições adotadas na literatura nacional e internacional:

- Maus-tratos físicos é o uso da força física de forma intencional, não acidental, ou os atos de omissão intencionais, não acidentais, praticados por parte dos pais ou responsáveis pela criança ou adolescente, com o objetivo de ferir, danificar ou destruir esta criança ou adolescente, deixando ou não marcas evidentes (Monteiro Filho e Phebo, 1997: 10).
- Os maus-tratos na infância são geralmente impostos pelos próprios pais ou responsáveis, presentes indistintamente em todas as categorias sócio-econômicas, não respeitando credo, raça ou cor (Santos, 1987: 75).
- A violência doméstica contra crianças e adolescentes representa todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que - sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima - implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (Guerra, 1998: 32-33)
- Considera-se como abuso o ato de ferir ou ameaçar ferir a criança e o adolescente. É

perpetrado por uma pessoa responsável pela sua saúde e bem-estar, consistindo-se em um trauma físico ou mental, abuso sexual, mau-trato ou tratamento negligente. Utiliza-se como sinônimo o termo criança maltratada e violência. (...) por definição, restringe-se à violência praticada por pais, familiares e outros responsáveis pela criança ou adolescente. Não se costuma incluir (especialmente para fins legais) o abuso praticado por conhecidos ou estranhos, embora estes últimos também pratiquem os mesmos tipos de violência (Assis, 1999: 53).

- Violence is an act carried out with the intention of causing physical pain or injury to another person (Straus, 1986, cf. Alexander et al, 1991).
- Corporal punishment is the use of physical force aimed at causing children to experience pain, but not injury, for the purposes of correction and control of youth behavior (Straus & Donnelly, cf. Day et al, 1998: 83)
- Physical abuse of children is defined as physical injury to a child in which there is a definite knowledge or a reasonable suspicion that the injury was inflicted or knowingly not prevented (Nelson et al, 1995: 1254)

Se levarmos em conta todas as implicações dos parâmetros do modelo ecológico, a definição de violência contra a criança como fenômeno que tem lugar na relação entre pais e filhos não implica que a intervenção deva restringir-se ao espaço doméstico. No campo da violência doméstica, a evolução teórica mostrou ser este um fenômeno que resulta de fatores complexos, que interagem na família, indicando a falácia de tentar minorá-lo agindo apenas sobre o espaço privado. Não obstante, grande parte dos estudos e dos programas norte-americanos e europeus ainda insiste em adotar um enfoque empirista e positivista, apresentando e tratando a violência doméstica como um problema de ordem individual, familiar, psicológica ou mesmo de classe social (Kelly, 1989). A definição é apenas um guia para localizar o fenômeno, de forma alguma suficiente para pautar os programas e sustentar ações que tenham por propósito minorá-lo. O que se tem visto, contudo, é que a definição marca um lugar que é isolado de seu contexto e termina circunscrevendo a ação ao núcleo familiar, mesmo quando o discurso reconhece a inscrição da violência contra a criança na cultura e na sociedade. Com essa manobra, sustenta-se uma intervenção técnica que interfere de modo quase exclusivo sobre as práticas educacionais no espaço privado da família. Essa intervenção merece ser examinada do ponto de vista de seus efeitos imediatos e mediatos.

Os estudos epidemiológicos não falam apenas do número de casos identificados. Como vimos, eles também se referem a causas e conseqüências da violência¹⁶. Eles destacam os efeitos traumáticos que a violência produz sobre a criança, enumerando por exemplo baixa auto-estima, fobias, pesadelos... A generalização das conclusões desses trabalhos para além dos casos que eles estudam faz crer que a vítima da violência é portadora necessária de um distúrbio, e que o distúrbio a ser esperado é além disso aquele identificado nas pesquisas. Essa expectativa está presente nos profissionais que trabalham junto à família e junto às crianças vítimas de violência: supondo como necessário que ao abuso segue-se o trauma, os profissionais surpreendem-se quando não o encontram, esquecendo que os sujeitos têm direito à singularidade. Por exemplo, ao relatarem o atendimento a crianças abusadas, Brunet e Dubourgeal-Quey (1994: 57) afirmam terem encontrado *com freqüência crianças que desestabilizam as equipes por darem a impressão de não haver sofrido com sua situação [de abuso] (os grifos são meus)*. Uma intervenção fundada na premissa de que a criança é portadora necessária de um distúrbio, ainda que este não esteja visível, pode incutir no sujeito um sentimento de inadequação e produzir efeitos tão perniciosos quanto a própria violência. A racionalidade do comportamento individual desaparece sob efeito de impregnação da expectativa produzida por estudos prévios que reafirmam o que deve ser esperado, e essa expectativa dirige a intervenção mesmo quando fala contra qualquer evidência. Se a isso acrescentarmos o despreparo dos profissionais do campo – despreparo esse repisado e reafirmado na literatura –, o problema passa a ter dimensão alarmante.¹⁷

Os efeitos mediatos podem ser igualmente relevantes; eles estão estreitamente ligados à questão anterior, e falam de um outro nível de negação do sujeito. Ao falar em violência entre pais e filhos, admite-se uma certa ordem de conflito que subjaz entre os envolvidos. O que se denomina "violência" freqüentemente representa, para os pais, uma via de solução para um dado conflito relacional cuja solução será escolhida dentre o elenco de possibilidades estabelecido pela cultura, e no limite da realidade concreta do sujeito. No entanto, a natureza do conflito raramente é levada em consideração, e o limite de escolhas do sujeito quase nunca é nomeado. A aplicação mecânica dos rótulos "violentador" e "vítima" respectivamente a pais e filhos comumente subtrai o conflito à análise, e com ele as significações que o sujeito lhe

¹⁶ As fontes que fazem referência às conseqüências da violência sobre a criança são várias. Cito algumas a título de exemplo: Berkowitz et al, 1994; Briggs, 1991; Banyard e Williams, 1996.

¹⁷ Algumas fontes dessas críticas: no Brasil, Amazarray e Koller, 1998; Almeida, 1998; na Espanha, Huertas, 1997; na Inglaterra e na Alemanha, Furniss, 1993.

atribui, negando relevância ao quadro de valores que orienta sua conduta. Supõe-se erroneamente que, dado que houve uma violência (de qualquer ordem), as razões que conduziram à explosão violenta perdem de imediato seu sentido. Nesse movimento, a lógica da ação pode ser atribuída unicamente ao sujeito, e o fato social é reificado.

Sullivan (1992) é um dos poucos autores que faz referência a essa questão. Ao comentar as recentes modificações na legislação canadense, tida como das mais avançada em termos do tratamento dispensado à violência sexual contra crianças, ele afirma que

através da criação da violência sexual enquanto uma categoria unificada a ser tratada como fato empírico, o Comitê impede a investigação de suas causas ou atributos sociais; como por exemplo, a característica patriarcal da família e das relações domésticas nesta sociedade (Sullivan, 1992:99).

A tensão política é, assim, transformada em patologia individual, e *a supremacia do indivíduo acaba no seu contrário* (Maffesoli, 1981: 176). É um enquadre da questão que cria áreas de visibilidade e, portanto, áreas de ocultação, e *a visibilidade de certos riscos, danos, desvios, vulnerabilidades, tem correspondência na identificação de certas causas, inimigos e agressores* (Santos, 1998: 10).

Como efeito de ocultação, tem-se a negação dos determinantes sociais da violência em família, como também a negação das várias formas de violência que ocorrem fora da família; a magnitude identificada nos levantamentos epidemiológicos termina gerando a afirmação de que é a casa (e nela a família), e não a rua, o lugar mais perigoso para a criança; e os estudos acerca dos efeitos da violência em família fazem repousar nela a causa direta ou remota do aumento da incidência da criminalidade.

Corre-se o risco, nessa teia de raciocínios, de fazer da violência contra a criança um dispositivo de controle sobre a família e os sujeitos, a exemplo do que já se viu com a figura do criminoso (Foucault, 1988) e com os dispositivos higiênicos que fundaram a família nuclear moderna (Donzelot, 1986). Vale lembrar que, na França, o higienismo pautou-se nos altos de mortalidade infantil para realizar a intervenção na família. Impedida de invocar apenas os argumentos de Estado, a ideologia liberal da época elegeu um foco de intervenção sobre o social que lhe permitisse eliminar o arbítrio e pronunciar o direito: as técnicas de gerenciamento da população, como já disse Castel (1978), deviam valer-se do critério da racionalidade. Mais recentemente, o conceito de

Cultura da Pobreza de Lewis foi invocado para caracterizar a família e o jovem autor da delinqüência, permitindo estabelecer relação entre a violência entre o casal e o uso de castigo físico de um lado e o cometimento de delitos pelo jovem, de outro (Cortés-B., 1987). No Brasil, Nicolaci-da-Costa (1987) mostrou como certos construtos teóricos aparentemente revolucionários e libertários servem para promover ou aprofundar noções que estigmatizam e segregam certos grupos de sujeitos.

Em suma, trata-se aqui de reconhecer que o fenômeno da violência contra a criança corre o risco de constituir-se em justificção moral para uma nova investida do poder público sobre o espaço familiar, como veículo de controle. Entendemos aqui por **justificção moral** o motivo oficial que é sempre apresentado, mesmo que os resultados dessa ação a ultrapassem, e de muito (Maffesoli, 1981: 206). Para o autor, qualquer reforma social, qualquer ação derivada de uma teoria ou qualquer novo regime sustenta-se sempre em nome de um alibi ou de uma justificção. A crítica que incita à ação visa restaurar, além das decências e dos abusos, a pureza de uma sociedade, e visa sempre seu melhor-estar. Isso implica num dever-ser organizado em nome de um purismo racionalista que visa fazer do homem um ser racional desvencilhado das contingências e do contraditório. Em nome de tal racionalidade, não cabe hesitação no castigo e na aplicação dos mecanismos de controle social. Com o propósito de instalar essa lógica, cabe incursão mesmo nos aspectos mais íntimos da vida social.

Com efeito, é cada vez que o poder fixa a sua atenção no cotidiano, nas microatitudes da vida corrente que a sua função centralizadora, normalizadora, se exacerba numa atitude paranóica. (...) quando é o minúsculo que interessa ao poder, então a imposição se torna bem mais pesada; ela se ramifica bem mais por todas as tramas do corpo social, e se torna mais dificilmente contornável (Maffesoli, 1981: 209).

Poucas vozes têm se levantado contra a linha de argumentação que ignora essas determinações morais e defende a intervenção a qualquer preço, em nome da proteção à criança. Entre elas, cabe citar os estudos de Levett (1989) e Kelly (1989) na África do Sul e os poucos ecos que ressoam nos Estados Unidos. Emery e Laumann-Billings (1998), por exemplo, admitem que a conceituação de violência e abuso é inerentemente orientada pelo julgamento social e não por padrões sociais imutáveis.

O risco maior em definir programas de atendimento tomando por base estudos conduzidos em países, culturas ou períodos diversos daqueles nos quais se pretende agir é que a falta de parâmetros seguros para iniciar um processo de intervenção na dinâmica da família, e a ausência de indicadores sobre a eficácia dessa intervenção, termina por justificar o que quer que se faça em nome do bem-estar da criança. Tais programas colocam para a família o risco de ser invadida por ações que não se sabe porque começaram, não têm garantias de eficácia, e não se sabe como e porque parar.

A verdade transitória e a discordância dominante nesse terreno não impedem, contudo, que leis continuem a ser promulgadas, que famílias sejam separadas, e que se viva hoje sob a égide de uma intervenção que pode ser tão prejudicial e violenta quanto o ato que a gerou. Crianças de tenra idade são acusadas de assédio sexual em razão de um terno beijo na face de um amigo. Famílias sofrem o efeito devastador da suspeita de incesto cometido pela figura paterna. Exageros gerados por um saber incipiente, mas que ainda assim promove efeitos sociais concretos.

2. 2. d. Implicações da polêmica sobre o jurídico

Os efeitos sociais concretos a que nos referimos dizem respeito não apenas aos reflexos diretos na prática social, como também àqueles que chegam ao social por intermédio de mudanças na legislação dos diversos países, com vistas a regular os procedimentos que visam coibir a violência contra a criança no interior da família. A orientação geral da mudança obedece aos preceitos da Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembléia Geral da ONU em 1989, que proclama:

Art 18-2 - A fim de garantir e promover os direitos enunciados na presente Convenção, os Estados Partes prestarão assistência adequada aos pais e aos representantes legais para o desempenho de suas funções no que tange à educação da criança, e assegurarão a criação de instituições e serviços para o cuidado das crianças.

Art. 19-1 - Os Estados Partes adotarão todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais apropriadas para proteger a criança contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, inclusive abuso sexual, enquanto a criança estiver sob a custódia dos pais, do representante legal ou de qualquer outra pessoa responsável por ela.

Art. 19-2 - Essas medidas de proteção deveriam incluir, conforme apropriado, procedimentos eficazes para a elaboração de programas sociais capazes de proporcionar uma

assistência adequada à criança e às pessoas encarregadas de seu cuidado, bem como para outras formas de prevenção, para a identificação, notificação, transferência a uma instituição, investigação, tratamento e acompanhamento posterior dos casos acima mencionados de maus-tratos à criança e, conforme o caso, para a intervenção judiciária.

Desde que o tema foi inserido na legislação internacional, vários outros países buscaram uma “atualização” de seus códigos jurídicos, na intenção de adequar-se a princípios que a comunidade internacional definia como os novos direitos da infância na era moderna. A Escócia, que criminalizava o incesto com base no *Leviticus*, livro bíblico datado de 1567, promulga em 1986 o *Incest and Related Offences Act* (Bell, 1993). A legislação canadense em vigor foi promulgada em 1991. A França, que sempre puniu o estupro e o incesto com base em um conjunto fragmentado de decretos, editos e referências à jurisprudência e ao direito consuetudinário (Vigarello, 1998), promulga nos anos 90 um conjunto de dispositivos legais sobre a violência sexual.

As legislações vão, pouco a pouco, incorporando o disposto na Convenção da ONU, e o Brasil não é exceção. A Constituição Federal brasileira traz em 1988 ao cenário jurídico nacional um tema até então relegado a legislações menores: a regulação da violência no interior da família. O art. 226, em seu parágrafo 8º, afirma:

Art. 226, §8º - O Estado assegurará a assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Em janeiro de 1990, o Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança e em julho do mesmo ano promulgou a Lei 8069, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que inclui o tema da violência em vários artigos, dentre os quais destacam-se:

Art. 5 - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 13 - Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

No Brasil, como em outros países, a violência contra a criança era tema de alguns regulamentos jurídicos, mas sujeitava-se principalmente a critérios morais¹⁸. Registros da primeira metade do século XX indicam uma preocupação moral com a violência, dentro e fora do lar. Naquela época, Leonídio Ribeiro já convocava os pais a vigiarem seus filhos, supondo que isso pudesse conter a disseminação da violência fora de casa:

Na criança de um ano é, às vezes, possível já reconhecer o futuro criminoso. (...) Existem, na criança, os chamados "sinais de alarme" de tais predisposições e tendências ao crime, sinais que podem ser de natureza morfológica, funcional ou psíquica. Especialmente sobre estes últimos é que devem estar vigilantes todas as mães, sabido que as crianças perversas, rebeldes, violentas, impulsivas, indiferentes e desatentas são principalmente as que devem receber cuidados especiais para não se tornarem, afinal, elementos perigosos para a sociedade (citado em Correa, 1982).

Ao mesmo tempo, o cerceamento de ações abusivas que pudessem eventualmente ser cometidas pelos pais era posto em cena, com a defesa incontestada dos direitos da criança, e a limitação do pátrio poder pelo Estado. O Dr. João Marques dos Reis anunciava, na Conferência Nacional de Proteção à Infância realizada em 1933:

Os direitos rigorosos e absolutos do *pater familias* tiveram de ceder à influência do respeito à condição e aos interesses do filho, e este, que pouco se distinguia do escravo ou dele somente diversificava fora do circuito da família, onde era vil objeto da *patria potestas*, passou a ser titular de sagrados e invioláveis direitos, restritivos e modificadores do arbítrio paterno. Da magistratura doméstica, de que se investia o chefe da família, retirado o absolutismo, se operou a transformação num verdadeiro sacerdócio de amparo e assistência, de representação e defesa, de cultura e habilitação para a luta pela vida, de formação e educação de personalidades válidas e prestadias. (...) A própria terminologia de *poder* parece que só se conserva, de referência às atribuições que competem ao pai sobre a pessoa e o patrimônio do filho, como demonstração de que **os direitos nada mais são, do que poderes ao homem conferidos, assegurados e regulados pela ordem jurídica, para o implemento da sua missão no seio da família e da sociedade.** (Reis, 1933: 147-8; os negritos são meus).

Constata-se assim que a preocupação com o respeito aos direitos da criança, e o vínculo entre criminalidade e cuidados paternos, estava presente no Brasil desde o início do século passado. Mas há que se destacar duas inflexões de sentido que

¹⁸ As Constituições do Arcebispado da Bahia, datadas da primeira década do século XVIII, já definiam o incesto como crime, para o qual estabeleciam formas punitivas apoiadas no Direito Canônico (Araújo, 1993).

tiveram lugar entre aquelas falas e o discurso atual: primeiro, supunha-se que os pais pudessem controlar a criminalidade, não desencadeá-la; segundo, a missão educacional é conferida aos pais pelo poder público, ainda sem admitir injunções diretas sobre o poder paterno em razão de seus excessos. O discurso de João Marques Reis acena, ao contrário, para o reforço e o reassseguramento da família, elevada à condição de sacerdócio. A seguir, trataremos desses dois pontos, mas convém ainda lembrar que essas mudanças, no Brasil, se produziram no espaço de apenas uma geração.

Como ponto de partida, convém lembrar que a legislação pouco pode contra a cultura arraigada. Desde o século IV a legislação condena o infanticídio e a venda de crianças, mas tais práticas continuaram a ser adotadas por séculos apesar de serem alvo da sanção legal; a condenação do incesto pelo Direito Canônico e mais tarde pelo Código Penal não foi capaz, até o presente, de fazer bani-lo da família brasileira. Na Inglaterra, a legislação criminaliza o incesto desde 1908 (Bell, 1993), e ainda assim numerosos casos de incesto têm sido registrados até hoje. Da África do Sul, Bennett (1991) lembra que a legislação estabelece uma escala de prioridades que nunca é capaz de refletir as nuances e flexibilidades inerentes à lei consuetudinária; a lei, afirma ela, contém um efeito de coerção que gera uma reação adversa assentada na percepção de que ela não foi feita para proteger, mas sim para coibir. Não obstante, vários países seguem adotando os princípios jurídicos internacionais relativos à violência contra a criança, sem qualquer preocupação de adequá-los às culturas locais.

Quando os discursos, as práticas de educação de crianças e a legislação entram em conflito, quem vence é a cultura. Isso parece particularmente verdadeiro no caso do conflito entre Justiça e violência. A violência contra mulheres, por exemplo, e a superação do conceito de mulher como propriedade, não se fez acompanhar da superação da noção de mulher como objeto (Boulding, 1991). A punição física, alvo da crítica no discurso dominante, tem sido objeto de condenação também no discurso de pais e educadores, mas não cessou no interior das famílias. Muitos autores sustentam que a punição física poderia estar culturalmente associada ao deveres da paternidade, sendo seu uso comumente integrado ao papel dos pais, e interpretado como um direito: o direito dos pais em punir. São aspectos que falam diretamente à cultura brasileira, como veremos adiante.

Na rede social, de nada vale pretender que o código jurídico, por si só, enjaule a conduta: a lei só poderá produzir mudanças reais quando for capaz de atender à cultura local. No que diz respeito à violência contra a criança, a ação dos profissionais de saúde tem sido responsável pela adoção de procedimentos que ignoram o substrato cultural sobre o qual realizam sua intervenção, em flagrante desconsideração das representações locais sobre infância, família, autoridade parental, e educação. Por essa via, esses profissionais serão os responsáveis pelo bem-estar de crianças ao preço da saúde mental dos adultos. E os juristas serão os responsáveis pela implementação do modelo jurídico que Irène Théry (1996) chamou de **direito atomizado**, onde a rede de relações sociais é desconsiderada, onde pais e filhos são postos em oposição, com implicações relevantes na sociedade.

2. 2. e. Violência contra a criança: que fazer?

Na segunda metade do século XX, a violência foi qualificada como o **mal do século**, e apontada pela Organização Mundial da Saúde como um fenômeno endêmico, responsável por significativo percentual dos gastos do sistema internacional de saúde (Minayo, 1994). No Rio de Janeiro, 1990 é chamado o ano da transição epidemiológica, quando as mortes por causas violentas passaram a ocupar o primeiro lugar entre as causas de óbitos infanto-juvenis (Assis, 1994).

A preocupação com o crescimento endêmico da violência está assentada em dois pressupostos, ambos estreitamente relacionados à violência contra a criança: primeiro, a suposição de que a criança vítima de violência tem grande possibilidade de transformar-se em um adulto violento, que abusará também de seus filhos; segundo, a idéia de que a violência em casa contribui para o crescimento dos índices de criminalidade, pois a violência com a qual a criança se habitua em casa pode ser posta a serviço do cometimento de crimes e delitos. Tratem-se desses dois pressupostos.

"Submetida à violência, a criança aprende e incorpora mecanismos violentos de resolução de conflitos que serão postos em prática na vida adulta, inclusive na educação de seus próprios filhos": assim pode ser escrito o princípio básico nomeado como **transmissão intergeracional** da violência. A questão foi trazida à discussão por Steinmetz, que no final dos anos 70 afirmou que uma história de violência na infância é o mais forte preditor da educação abusiva com os próprios filhos. Desde então,

autores como Burgess, Gelles e Straus têm se valido da teoria da aprendizagem social como suporte do modelo explicativo sobre os efeitos da vitimização na infância; segundo esses autores, o fato da criança ter sofrido ou testemunhado atos abusivos leva-a a acreditar que medidas severas e coercitivas são parte legítima das práticas educativas, e na idade adulta lançarão mão desses recursos por acreditarem em sua eficácia. Além disso, a percepção da violência nos espaços públicos realimentaria essa crença (Simons et al, 1991), levando a sociedade a ingressar na incontrolável espiral de crescimento da violência identificada nos estudos epidemiológicos.

Desde que a teoria da transmissão geracional foi formulada, tenta-se encontrar evidências a seu favor, ou contra ela. Os resultados das pesquisas, no entanto, não são conclusivos: por exemplo, enquanto algumas pesquisas indicam que a mulher vítima de violência na infância tende a ser violenta na vida adulta (Sigelman et al, 1984) outras mostram que, ao contrário, ela tende a evitá-la (Telch e Lindquist, 1984). Para alguns autores, a experiência de abuso sexual na infância distorceria a percepção do adulto a ponto de incapacitá-lo a reconhecer práticas abusivas em seu próprio núcleo familiar, comprometendo sua personalidade e impedindo-o de proteger os próprios filhos (Berkowitz et al, 1994; Craissati e McClurg, 1996). Bottoms (1993) sustenta, ao contrário, que crianças vítimas de abuso sexual tendem a ser mais perceptivas aos sinais de abuso e mais protetoras em relação a possíveis vítimas. Outros autores sustentam que as regras da transmissão intergeracional não se aplicam igualmente a todos os tipos de abuso: elas valem para a violência física, mas não para a negligência (Simons et al, 1991).

O problema parece estar em que a teoria da transmissão intergeracional fala da reprodução de um comportamento sem explicar o que é transmitido de pai para filho. Para Alexander et al (1991), o comportamento violento não se reproduz mecanicamente de geração para geração; as experiências vividas na infância colocam a criança em contato com um quadro geral de valores cujo significado é simbólico, excede o observável e não se restringe à referência comportamental; seria necessário observar ainda, em seu entender, que o quadro de valores tanto pode ser acatado como avaliado e refutado na vida adulta. Nessa linha, alguns autores afirmam que a questão ainda não respondida é como uma propensão para a violência no ambiente familiar é representada durante os anos da infância até a idade adulta: *processos mais sutis que a imitação direta devem alimentar essa continuidade* (Emery e Laumann-Billings, 1998: 130).

Simons et al (1991) sustentam que uma das dificuldades em comparar a violência em sucessivas gerações deve-se em grande parte aos métodos de pesquisa até aqui utilizados. Para eles, a maior dificuldade é que grande parte das investigações vale-se de um único informante, que relata ao mesmo tempo sua experiência como filho e como pai (ou mãe)¹⁹. Tentando eliminar esse viés, eles estudaram 451 famílias do norte de Iowa, entrevistando pais, mães e filhos, e concluíram que, embora os filhos avaliem os pais como mais rigorosos que estes próprios se consideram, é fato que os índices de violência decrescem de uma geração para outra:

...results of the present study indicate that harsh parenting has declined considerably over the course of a generation. Although abusive parenting certainly continues to be a significant problem in contemporary society, the adults in the present study reported have been slapped, hit with an object, and so on much more often by their parents than did their seventh-grade children (Simons et al, 1991: 170).

Esses pressupostos, e sua aplicabilidade a famílias brasileiras, serão objeto de discussão por ocasião da apresentação do trabalho de campo que integra o presente estudo. Por ora, vamos nos deter nesses argumentos, e passar à discussão da segunda linha de medidas de intervenção propostas, que se assenta na correlação entre a violência em família e delinquência.

Muitos trabalhos sustentam que um dos efeitos da violência em família é a produção do jovem delinqüente. Em breve levantamento da literatura sobre o tema da delinquência, Assis (1999) enumera alguns fatores comumente relacionados à delinquência juvenil e ao comportamento adulto violento, entre os quais cita aqueles relacionados à família *onde há negligência, carência de supervisão por parte de um adulto, disciplina muito rígida dos pais e ausência de afeto familiar, severa punição corporal e abuso físico* (Assis, 1999: 51).

Entre os estudiosos americanos, a conexão entre abuso e delinquência tem sido um argumento de peso a favor da intervenção na família. É um argumento que se alia à questão moral da proteção à criança, e quer fazer ver que o cerceamento da conduta abusiva por parte dos pais produz efeitos diretos para a criança mas também para

¹⁹ Essa questão nos interessa de perto pois, como será visto mais adiante, esse foi o método de que nos valem para levantar dados sobre a transmissão intergeracional da violência.

toda a sociedade, pois potencialmente contribui para a redução dos índices de criminalidade.²⁰

A associação entre delinqüência e violência em família coloca em curso uma retórica notável: uma vez que a agressão parental produz a delinqüência, então essa agressão original está na base do delito; e por originar o delito, ela própria é conduta criminalizável. Essa seqüência fica mais nítida na transcrição que segue. Os autores propõem um modelo de análise para a violência familiar que combina as

theories of family violence with the leading theories of juvenile delinquency. Theories of family violence were developed largely around the analysis of spouse and child abuse, and as such they often focus on adults and the family unit as a whole. Combining these theories with delinquency theories will help achieve a more balanced perspective (...). Such a combination seems justified because **parent assault is a forma of delinquency** (Agnew e Huguley, 1989: 702, grifos meus).

Este argumento está na base de propostas de formas mais rígidas de intervenção, que incluem a criminalização do comportamento abusivo e o encarceramento dos responsáveis, como formas de reduzir a violência contra a criança.

Essa é uma discussão que ecoa no Brasil. No rastro da preocupação pela regulamentação jurídica da conduta, alguns autores defendem que os *agressores devem ser alvo de tratamento, além da necessária punição, como forma de contenção* (Azevedo e Guerra, 1997: 13). Outros afirmam, ao contrário, que *a criminalização da família ou do agente agressor como princípio para a atuação constitui-se apenas em um paliativo para o problema e pode, em contrapartida, ser um fator de desagregação familiar* (Deslandes, 1994: 185).

Quando a proposta de intervir na família para reduzir a violência se pauta na criminalização dos pais, ela traz à cena controles mais diretos da conduta, e coloca no horizonte da intervenção técnica o Código Penal em vigor. Em seu artigo 136, o Código Penal estabelece:

Art. 136 – Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoas sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer

²⁰ Não pretendo discutir esses argumentos, pois isso nos afastaria do núcleo da presente argumentação. A discussão

abusando dos meios de correção ou disciplina:

Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, ou multa.

§ 1º Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

§ 2º Se resulta a morte:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos

§ 3º Aumenta-se a pena de um terço, se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (catorze) anos

Quero aqui chamar a atenção para algumas implicações diretas da proposta de enquadrar os pais abusivos como criminosos, e para tanto valho-me dos comentários de Jesus (1996). Em primeiro lugar, o crime de maus-tratos, tal como configurado no Código Penal, só permite imputar autoria aos pais, ou aos responsáveis pela criança, que em contrapartida é a única que pode ser qualificada como vítima. Portanto, do ponto de vista dos atores envolvidos, o delito fica restrito à díade pais – filhos, contribuindo para firmar a percepção de que se trata de uma questão que tem início e se esgota na família; a esse respeito, não se deve também relevar que, no Brasil, é a posição dos indivíduos na estrutura social que termina determinando a aplicação e a magnitude da sanção. A conjunção desses dois fatores deve no mínimo levantar um alerta quanto à possibilidade de fixar na família, e sobretudo na família dos segmentos mais pobres, a intervenção sobre a violência na infância. Do ponto de vista da natureza do ato, as normas penais permitem que seja criminalizada por exemplo a privação relativa de alimentos, matéria de extrema complexidade num país como o Brasil; além disso, embora haja jurisprudência firmada acerca de certas formas punitivas mais severas, a lei não permite caracterizar como crime a ação que não gera perigo, donde se deduz que ela não oferece solução para áreas problemáticas tais como a abrangência do conceito de violência contra a criança, já discutida anteriormente.

Além disso, convém levar em conta ainda que a aplicação da lei não assegura que a realidade social seja examinada com isenção, ou fora do território das noções pré concebidas que costumam contaminar um tema tão carregado de valor como a área da violência contra a criança. Essas noções podem operar tanto no sentido de condenar como de inocentar os sujeitos acusados de abuso, independente de qualquer sustentação objetiva. Analisando os processos que correm nas Varas americanas, Berkowitz et al (1994: 230) concluem que *os tribunais de justiça civil e juvenil são responsáveis pela proteção das crianças, e o padrão das provas exigidas*

está bem ilustrada no Suplemento da revista *Pediatrics* de outubro de 1996.

por estes tribunais não é tão alto como o dos tribunais comuns. Afirmações desse teor não devem ser aplicadas sem restrição à realidade brasileira, mas servem de todo modo como alerta. Outras questões no entanto parecem encontrar mais semelhança, dado que as bases de nossos sistemas jurídicos são, em essência, as mesmas.

Uma das questões tratadas na literatura que merece exame mais acurado é que, em casos de violência contra crianças, muitas delas são chamadas a depor e, como lembra Bottoms (1993: 229), *nosso sistema legal é desenhado para adultos. Quando crianças adentram o sistema, os problemas são inevitáveis.* O depoimento de crianças é quase inevitável por exemplo nos casos de violência sexual e mesmo no Brasil, onde muitos tribunais ainda emprestam grande valor à evidência física (Amazarray e Koller, 1998), o testemunho da vítima é freqüentemente requisitado. No entanto, sua palavra é vista com desconfiança; embora vários autores reafirmem que *há consenso acerca da validade da percepção do indivíduo acerca do abuso quando comparada à verificação objetiva* (Nelson et al, 1995: 1257), considera-se que a criança, mais que o adulto, está sujeita a ser influenciada por sentimentos como a vergonha, a culpa ou a tolerância. Em decorrência disso, o que termina pesando no julgamento final é a empatia dos jurados e sua atitude em relação ao tema do abuso sexual contra crianças; a identificação emocional e cognitiva com as crianças vítimas de abuso pode predispor os observadores a considerar favoravelmente o testemunho de uma criança, agir no sentido de protegê-la e fazer um julgamento pró-vítima (Bottoms, 1993). A autora conclui:

... scores and scales concerning children's general believability and child victim empathy were de most successful predictors of judgements. (...) According to this model, a case verdict will be determined, in the end, primarily by the perceived credibility of the victim (Bottoms, 1993: 246/248).

O que importa destacar aqui é que, independente dos esforços em objetivar a ação jurídica – verificando a veracidade do testemunho e fazendo prova da materialidade e da autoria - , há fortes indícios de que o julgamento final estará assentado mais em critérios subjetivos que objetivos. Assim, a condenação de um abusador é matéria eminentemente normativa, e pré-existe à apresentação dos indícios de materialidade e autoria.

Essa longa digressão visa colocar em relevo um único aspecto: a disputa pelo controle moral da conduta. No princípio do século passado, no Brasil, os apelos do público ao

privado forjaram o fortalecimento do núcleo familiar e produziram modos de relação entre pais e filhos, sustentando métodos educacionais que ainda vigoram na sociedade. Eles se implantaram reinterpretando e ajustando-se a quadros de valores de nossa formação social. A legislação que chega agora busca o que lhe é exterior, e tem no horizonte valores universais, não a referência nacional. No entanto, é o valor universal que exige uma adequação apressada, para a qual passam a ser considerados legítimos os recursos da força (como a criminalização da conduta que os contraria).

Parece-nos além disso que o simples fato de colocar a criminalização no horizonte de possibilidades de intervenção na família, em decorrência da violência contra a criança, produz um efeito que não deve ser minimizado. Esse efeito está relacionado à obrigação de notificar, que passamos a discutir com mais vagar, pois aqui estão diretamente implicados os profissionais que atuam no campo e que fazem a interlocução entre a família, a produção acadêmica e os dispositivos legais, função que os coloca em lugar privilegiado para definir entre duas linhas: a favor ou contra o controle social.

A necessidade de notificar a violência surge como um correlato do reconhecimento de que a família não é necessariamente um lugar seguro para a criança. Para garantir a proteção da criança, portanto, é necessária a vigilância estrita do Estado, que se orienta com base na suposição de que, se a criança está em risco, é mais conveniente romper os laços familiares. Isso equivale a ingressar na família e se necessário cassar os direitos de paternidade. É o poder coercitivo do Estado que se move sobre a família, em defesa da criança.

A notificação é o instrumento que dá início a toda e qualquer forma de intervenção acerca da violência contra a criança. Com ela, inaugura-se um processo no interior do qual se desenrolam procedimentos de investigação sobre a vida em família, com vistas a subsidiar, se necessário, uma futura decisão jurídica. Essa decisão pode, em alguns casos, recomendar a cassação dos direitos paternos.

Os primeiros modelos legislativos estabelecendo a obrigatoriedade da notificação foram propostos nos Estados Unidos, em 1963, com base em trabalho coordenado pelo *United States Children's Bureau*. Entre 1962 e 1970, todos os Estados americanos promulgaram leis que tornavam obrigatória a notificação da suspeita de abuso contra crianças (Gelles, 1997). No Brasil, a notificação da violência contra a

criança aos organismos legais tornou-se obrigatória por força do disposto no art. 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que prevê penas aplicáveis aos profissionais de saúde e educação que não comunicarem à autoridade os casos de violência de seu conhecimento (art. 245).²¹

Nos Estados Unidos, um esforço coletivo em prol da notificação fez crescer em 332% o número de notificações entre 1976 e 1993 (Gelles, 1997). Esse crescimento indica a força com que a questão da violência contra a criança penetrou no social. A percepção generalizada, produto de inúmeras campanhas de formação de opinião, serviu para colocar sob investigação milhares de famílias americanas. Do total de denúncias, apenas 40% mostraram algum fundamento (Besharov, 1993; Stein, 1993). No Brasil, é difícil auferir esse número, mas onde ele pode ser avaliado, situa-se em torno de 17% (Gonçalves et al, 1999).

Deduz-se daí que, dentre as famílias notificadas como suspeitas de serem violentas com seus filhos, 60% das americanas e 83% das brasileiras sofreram processos de intromissão em suas vidas privadas que não produziu qualquer benefício para elas, ou seus filhos. Ao contrário, alguns autores argumentam que os efeitos de uma investigação desse tipo podem ser bastante prejudiciais pelo impacto que causam na vida familiar. No curso de um processo de investigação de violência, o tema é levantado junto à criança e aos familiares mais próximos; é normal ainda que sejam contatados vizinhos, parentes, conhecidos e amigos da família posta sob investigação; o conjunto de pessoas envolvidas faz com que o sigilo legal seja afinal uma falácia, e assim a família investigada a partir de denúncias sem fundamento termina submetida a uma invasão sem razão de ser, o que se configura como *uma injustificada violação dos direitos paternos* (Besharov, 1993: 264). Um processo por violência, afirma Besharov (1993), imprime um estigma que submete igualmente inocentes e culpados, e causa um dano irreparável às famílias investigadas por falsas denúncias.

O reconhecimento desses problemas tem levado alguns autores a argumentar que uma preocupação disseminada e pouco precisa em proteger a criança, alicerçada na lei que prioriza a proteção à criança em detrimento da família, tornou fácil demais ignorar os direitos paternos (Stein, 1993; Besharov, 1993). Além disso, como argumentam Emery e Laumann-Billings (1998: 125), as agências estão tão

²¹ No Estado do Rio, a Resolução 1354 da Secretaria de Estado de Saúde, de 09/07/1999, tornou compulsória a notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes até 18 anos incompletos e contra portadores de deficiência, reforçando o disposto na lei federal.

sobrecarregadas com as investigações de denúncias de abuso, muitas das quais não substanciadas, que restam *poucos recursos para que elas ofereçam suporte às famílias (...) e, na prática, a filosofia de oferecer apoio às famílias está se perdendo.*

No Município do Rio de Janeiro, ao menos, essa é uma questão que merece ser pontuada. Os Conselhos Tutelares, destinatários da notificação segundo o art. 13 do ECA, têm a seu encargo um grande conjunto de atribuições, a maioria das quais têm sido relegadas a segundo plano em decorrência da necessidade de investigar as inúmeras notificações de violência recebidas. O desvio nessa direção é por si só matéria da maior importância; se somada a ótica punitiva colocada no horizonte pela possibilidade de criminalizar a conduta paterna em razão da violência contra a criança, vê-se o quanto nos aproximamos do quadro que transforma o direito da criança em veículo de controle.²²

A denúncia, base dos procedimentos de notificação, estimula o escrutínio do alheio. Em um belo texto intitulado *A vida dos homens infames*, Foucault (1995) lembra que a denúncia é um procedimento que, oficializado com a modernidade, implica a todos e introduz nos atos mais banais do cotidiano um estado de vigilância que permite a um só tempo o exercício do desejo de banir qualquer vileza, estranheza, anomalia, como também cria canais para o exercício torpe de toda sorte de vingança. Pois a denúncia não se ocupa dos grandes delitos, já vigiados pelos mecanismos instituídos; ela lida com as pequenas torpezas, os desvios da normalidade em algum lugar ditos doentes, violentos ou prejudiciais. É uma avaliação que se ajusta, assustadoramente, aos procedimentos que aqui colocamos em exame.

2. 3. Tipologia: as formas de abuso definidas na literatura

Os primeiros trabalhos que versam sobre a violência contra a criança definem o conceito a partir do abuso físico. Quando Tardieu se referia às mortes de crianças na Europa e mesmo quando Kempe firmou a noção de Síndrome da Criança Espancada nos Estados Unidos, eles se referiam a uma modalidade de violência que produzia

²² Em alguns Conselhos Tutelares do Rio, o número de casos de denúncias de violência contra a criança atinge mais de 80% do total de casos que ocupam os Conselheiros, segundo comunicação pessoal de técnicos da Secretaria Municipal de Saúde. Quero acrescentar que tenho discutido essa distorção junto aos Conselhos Tutelares da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e os técnicos e Conselheiros têm manifestado não só sua concordância como também seu receio de que tal mentalidade termine dominando o funcionamento desses órgãos.

efeitos visíveis sobre o corpo da criança, e por isso mesmo mais fáceis de serem identificadas. A visibilidade de certas formas de abuso sexual levou a incluí-lo também entre as formas de abuso que afetam a criança. Pouco depois, outras formas de violência, menos observáveis e cujo diagnóstico é mais complexo, foram incorporadas à noção global de violência contra a criança: a negligência e o abuso psicológico. Atualmente, a referência à "violência contra a criança" compreende quatro tipos de abuso: abuso físico, abuso sexual, abuso psicológico e negligência.

A breve exposição a seguir não pretende esgotar a matéria; na verdade, cada forma de abuso tem uma dinâmica diversa, que em si poderia ser objeto de extensa dissertação. O que se quer aqui é apenas formular uma idéia aproximada da tipologia e das principais questões de cada tipo de abuso.

Dadas as enormes divergências de conceituação entre os diferentes trabalhos, são citadas as definições adotadas pelo *National Information Clearinghouse*, organismo do governo americano encarregado de formular os parâmetros de intervenção na área tanto do ponto de vista técnico quanto jurídico. Seja pela concordância seja pela discordância, são suas definições que pautam a discussão americana, fonte da grande maioria dos estudos consultados no Brasil.

A. O abuso físico

Segundo o *National Information Clearinghouse*,

Physical Abuse is characterized by the infliction of physical injury as a result of punching, beating, kicking, biting, burning, shaking or otherwise harming a child. The parent or caretaker may not have intended to hurt the child, rather the injury may have resulted from over-discipline or physical punishment (NIC, 2000).

Lesões de pele e mucosas são as marcas corporais mais comumente associadas à prática de abuso físico contra a criança. A literatura médica indica o formato e a característica de tais lesões que permitem diferenciar entre lesões provocadas e acidentais. Desde as primeiras definições de abuso físico, os médicos são também recomendados a buscar lesões internas que possam constituir-se em sinais de que a criança foi vítima de violência: fraturas ósseas, lesões cranianas e intracranianas,

lesões viscerais, e as diversas formas de intoxicação estão entre os sinais que indicam a possível presença de violência.

A expansão do conceito no sentido de abranger formas mais brandas de violência gera uma dificuldade adicional para o diagnóstico clínico da violência: entre a observação da marca no corpo da criança e o estabelecimento do diagnóstico, a distância a ser preenchida reduz-se ao histórico clínico; uma vez que o histórico permita estabelecer a etiologia do trauma, então o diagnóstico de violência resulta claro. Mas quando a marca corporal não existe nem mesmo para fundamentar a suspeita, então a única sustentação diagnóstica reside na anamnese, ou seja, depende de um lado da disposição da família em relatar os eventos que precederam o trauma, e depende sobretudo da interpretação que a família e os profissionais emprestam a cada evento significativo que surge no relato. Trata-se portanto de uma disputa travada a nível do discurso: o que alguns pais interpretam como acidente pode transformar-se em violência, e aqui o rótulo não é uma questão menor. Essa é uma das dificuldades práticas que decorrem da abrangência da noção de abuso físico.

A incidência do abuso físico, definido como qualquer dano sobre o corpo da criança, é como já vimos bastante alta. Alguns autores estimam ainda que, para cada caso relatado, há outros 15 a 20 que não são notificados às autoridades (Nelson et al, 1995), estimativa que eleva significativamente a incidência real do abuso físico. Gelles (1997) estima que cerca de 90% dos pais americanos batem em seus filhos. No Brasil, é normalmente o tipo mais comum de violência identificada nos serviços, usualmente atribuída ao modelo cultural que justifica a punição corporal como medida educativa (Deslandes, 1994). Tratar-se-ia, assim, de uma das formas mais comuns de violência de pais contra filhos. O que leva os pais a agredirem seus filhos? Que fatores estariam correlacionados ao abuso físico e poderiam portanto orientar programas de prevenção dessa modalidade de violência em família?

Estudos recentes mostram que, embora o abuso físico seja comum em crianças mais novas, ele diminui sensivelmente na faixa etária entre 8 e 10 anos, o que tem correlação com os motivos pelos quais os pais tendem a usar este recurso disciplinar, motivos que devem ser levados em conta quando se vai definir qual a intervenção mais adequada em cada caso (Day et al, 1998). Estes autores identificaram um conjunto de variáveis associadas à punição corporal mais violenta:

- os pais usam a punição física com mais frequência quando julgam que a criança tem menos atributos pessoais desejáveis;
- o bem-estar psicológico, o nível educacional, a maturidade pessoal e a estabilidade financeira dos pais tendem a reduzir a punição física;
- a ideologia dos pais, em particular o conservadorismo religioso, induz o uso da disciplina corporal mesmo em crianças mais velhas;
- características da comunidade e da vizinhança não têm correlação com a possibilidade de ocorrência de violência intrafamiliar;
- meninos apanham mais que meninas, e os efeitos de gênero são mais acentuados em crianças mais velhas;
- o uso do castigo corporal é mais comum contra crianças pequenas e, entre 8 e 10 anos de idade, os pais tendem a reduzir a frequência do castigo físico;
- os pais batem menos que as mães.

As conclusões acima indicam, segundo interpretação dos próprios autores, que embora a punição física seja comum entre as famílias americanas, sua prática se restringe a uma determinada faixa etária; deduzem assim que a palmada aplicada sobre a mão ou partes do corpo da criança tende a ser vista como parte da competência para o exercício da paternidade. A partir de certa idade, as normas sociais provavelmente redefinem o modo como o comportamento dos filhos deve ser controlado: apenas cerca de 2 a 5% dos pais continuam a bater em crianças mais velhas, e esse dado indica dificuldades específicas, provavelmente correlacionadas à falta de estratégias alternativas de disciplinamento, que merecem ser tratadas em separado.

Existe certa unanimidade quanto à presença de conseqüências psicológicas associadas ao abuso físico; elas falam de comportamentos autodestrutivos, tais como envolvimento em conflitos de rua, uso de substâncias tóxicas as mais variadas e maior exposição ao abuso sexual (Nelson et al, 1995).

O recorte de gênero que está associado ao abuso físico - meninos apanham mais, e mães batem mais – parece dever-se às expectativas sociais em torno dos papéis sexuais: por um lado, a mãe é a principal cuidadora, e assim tem mais contato com a criança, e portanto mais oportunidades de aplicar a punição física; por outro lado, a sociedade espera que os meninos estejam mais preparados para lidar com a agressividade, o que estimula a dispensa de tratamento agressivo voltado para eles.

Day et al (1998) sustentam ainda que, embora seja grande a preocupação com o emprego do bater com finalidade educativa, são poucos os trabalhos que analisam a motivação do ato de modo a inserir o tema num quadro teórico que permita identificar as ocasiões em que é necessário intervir em cada caso particular. Para eles, a intervenção carece desses parâmetros, o que leva a exacerbar o valor dos perfis de agressores e vítimas definidos na literatura, levando a crer erroneamente na homogeneidade dos grupos atendidos.

B. O abuso sexual

Segundo o *National Information Clearinghouse*,

Sexual Abuse includes fondling a child's genitals, intercourse, incest, rape, sodomy, exhibitionism, and commercial exploitation through prostitution or the production of pornographic materials. Many experts believe that sexual abuse is the most under-reported form of child maltreatment because of the secrecy or "conspiracy of silence" that so often characterizes these cases (NIC, 2000)

Assim conceituado, o abuso sexual nem sempre produz efeitos passíveis de observação. De fato, a literatura tem identificado a manipulação da genitália e o sexo oral como as modalidades mais comuns de abuso sexual, tornando difícil identificá-lo a partir de sinais exteriores tais como a ruptura himenal decorrente da penetração ou a agressão física que tende a acompanhar apenas os casos de abuso extrafamiliar, menos freqüentes (Berkowitz et al, 1994; Craissati e McClurg, 1996).²³

A conceituação de abuso sexual é uma das heranças mais diretas do feminismo. De acordo com os movimentos feministas, o abuso sexual de mulheres e crianças é concebido como uma decorrência dos valores dominantes e possessivos do homem sobre a mulher ao longo da história (Bottoms, 1993). Apesar da denúncia feminista acerca dessa dominação, o abuso sexual só foi considerado um problema de grande magnitude nos anos 80, duas décadas depois da publicação dos trabalhos de Silverman e Kempe.

²³ Como curiosidade: até o início do século XVIII, os médicos não faziam qualquer referência ao estado do hímen nos exames realizados em supostas vítimas de estupro. A própria existência do hímen foi questionada pela medicina legal durante muitos anos. Em 1703, o tratado de anatomia de Dionis nega sua inexistência. O signo da virgindade não é físico: é moral (Vigarello, 1998).

Os sucessivos levantamentos americanos situam na faixa de 20% a estimativa de incidência de abuso sexual: O NCIPC, de 1989, estima que 20 a 33% das mulheres e 16% dos homens adultos norte americanos sofreram abuso sexual na infância ou adolescência, e o NIS-2, de 1986, fala em cerca de 21% de crianças vítimas de abuso sexual (Assis, 1999). O mesmo índice é citado por Berkowitz et al (1994), em publicação mais recente. Um estudo feito em São Paulo mostra que o abuso sexual é praticado preferencialmente na família pelos pais, padrastos, tios, primos, e irmãos (Cohen, 1993).

Ele é mais comum entre os membros da família; como incorpora formas de envolvimento da criança que não produzem marcas nem qualquer outro sinal, presta-se a ser repetitivo e a permanecer envolto em silêncio. Mesmo quando percebido em família, implica todos os seus membros e atenta contra a estabilidade, o funcionamento e o desenvolvimento do grupo familiar, razão pela qual a família hesita em anunciá-lo; não é raro que, mesmo após revelada a ocorrência de abuso sexual em família, a denúncia seja retirada ou que própria família exerça pressão para que ela não seja investigada (Silva e Dachelet, 1994). O traço de silêncio que envolve o abuso sexual intrafamiliar é que fundamenta a recomendação comum para que os profissionais que lidam com a criança estejam alertas para a possibilidade de sua ocorrência, mesmo que não haja sinais claros ou até nas ocasiões em que a criança nega ter sido molestada (Berkowitz et al, 1994).

Ele é tido como o *extremo da violência* (Silva e Dachelet, 1994: 67) e parece apresentar um perfil próprio, característico (Egami et al, 1996). A mera menção ao abuso sexual tende a incomodar o senso comum, incômodo que tem raiz na estranheza e na incredulidade: é difícil acreditar que um adulto, em particular um adulto membro ou amigo da família, seja capaz de estabelecer contato sexual com uma criança.

A ausência de sinais externos e o silêncio que acompanha o abuso sexual tornam especialmente importante a atenção para as conseqüências que ele produz na criança, freqüentemente os únicos indícios que podem dar início à intervenção. No entanto, alguns autores afirmam que, embora o abuso sexual seja endêmico, só recentemente se reconhecem seus efeitos psicológicos, potencialmente devastadores. Entre os efeitos mais citados sobre o comportamento da criança, estão o comportamento sexualizado, incompatível com a idade; a depressão, a ansiedade e a

angústia (Berkowitz et. al, 1994). A intensidade do dano provocado na criança depende de quão intrusivo é o abuso: a proximidade da relação entre o adulto e a criança envolvidos no abuso é tido como um dos fatores mais importantes quando se trata de avaliar o risco futuro de dano para a criança, uma vez que os sentimentos de traição envolvidos quando o adulto é muito próximo comprometem toda a possibilidade de investimento afetivo no futuro (Banyard e Williams, 1996); a idade da criança à época do abuso, o tempo durante o qual a criança ficou submetida ao relacionamento abusivo, o grau de pressão psicológica envolvido, a diferença de idade entre vítima e agressor e a ausência de figuras de apoio para a criança são outros fatores que tendem a influenciar a reação da criança (Amazarray e Koller, 1998).

O agressor sexual é mais comumente um homem, conhecido da criança (Berkowitz et. al, 1994). (Craissati e McClurg, 1996) defendem ainda que o agressor sexual de crianças tem um perfil nitidamente diverso dos autores de outras formas de agressão: eles têm estabilidade social, têm empregos fixos e contato próximo com amigos e familiares; e tendem a repetir o abuso, movendo-se de uma para outra vítima, eleita dentro da mesma faixa etária e sexo.

Esse conjunto de características tem levado os autores a reafirmar a necessidade da intervenção junto à família, que tende a perpetuar as relações abusivas em gerações sucessivas, caso não haja interferência externa (Berkowitz et. al, 1994); junto aos abusadores, que tendem a repetir a prática se não contarem com auxílio (Craissati e McClurg, 1996); e junto à família da criança abusada, que apresenta reações comuns de desamparo, perda de controle e de auto-censura (Furniss, 1993).

C. A negligência

Segundo o *National Information Clearinghouse*,

Child Neglect is characterized by failure to provide for the child's basic needs. Neglect can be physical, educational, or emotional. Physical neglect includes refusal of or delay in seeking health care, abandonment, expulsion from the home or refusal to allow a runaway to return home, and inadequate supervision. Educational neglect includes the allowance of chronic truancy, failure to enroll a child of mandatory school age in school, and failure to attend to a special educational need. Emotional neglect includes such actions as marked inattention to the child's needs for affection, refusal of or failure to provide needed

psychological care, spouse abuse in the child's presence, and permission of drug or alcohol use by the child. The assessment of child neglect requires consideration of cultural values and standards of care as well as recognition that the failure to provide the necessities of life may be related to poverty (NIC, 2000)

A definição extensa da legislação americana é resumida por alguns autores que sucintamente definem negligência como *a falta de atendimento às necessidades básicas da criança* (Egami et al, 1996: 921). Assim colocada, a definição torna mais clara a dificuldade em diferenciar entre negligência e carência de recursos sócio-econômicos. É uma associação que, embora negada teoricamente, é detectada na prática em grande parte dos trabalhos, e sua incidência é nitidamente mais alta entre os segmentos mais pobres da população; ela difere de outras formas de abuso pois está definida não a partir da ação dos pais, mas se define essencialmente pela sua **omissão** (Egami et al, 1996).

Pode-se deduzir que no Brasil essa dificuldade seja particularmente aguda. Não obstante, a negligência é o tipo de violência mais comumente detectado entre os serviços que atendem vítimas de violência (Assis, 1999). O desamparo familiar e a privação econômica, normalmente relacionados ao comportamento negligente dos pais, fazem das crianças nascidas em famílias em extrema pobreza as vítimas potenciais (Assis, 1999: 59).

A proximidade entre negligência e carência fez com que, nos Estados Unidos, essa forma de violência fosse durante muitos anos relegada tanto pela academia quanto pelos organismos encarregados de formular políticas de proteção à criança. A dificuldade que se encerra aí coloca diretamente em questão as políticas sociais, e preferiu-se durante muito tempo lidar com as formas de violência menos impregnadas pela questão social (Azevedo e Guerra, 1997). Até hoje, a negligência recebe menos atenção que a violência física ou a violência sexual (Bottoms, 1995).

Estudos mais recentes têm proposto que as famílias tipificadas como negligentes sejam atendidas por programas oficiais de apoio que visem inseri-las na comunidade em que residem, estabelecendo uma rede de apoio capaz de prover atenção e suporte à família como forma de fortalecer os laços afetivos e reduzir a negligência dos pais para com os filhos; Coohy (1996) propõe essa forma de intervenção baseada na constatação de que a solidão e a escassez de vínculos afetivos e comunitários estão associados ao comportamento negligente. A sensação de isolamento social pode

resultar em apatia, imobilismo e fracasso materno em prover as necessidades dos filhos, e tais sentimentos podem potencializar a tendência ao comportamento negligente (Coohey, 1996).

D. O abuso psicológico

Segundo o *National Information Clearinghouse*,

Emotional Abuse (psychological / verbal abuse / mental injury) includes acts or omissions by the parents or other caregivers that have caused, or could cause, serious behavioral, cognitive, emotional, or mental disorders. In some cases of emotional abuse, the acts of parents or other caregivers alone, without any harm evident in the child's behavior or condition, are sufficient to warrant child protective services (CPS) intervention. For example, the parents/ caregivers may use extreme or bizarre forms of punishment, such as confinement of a child in a dark closet. Less severe acts, such as habitual scapegoating, belittling, or rejecting treatment, are often difficult to prove and, therefore, CPS may not be able to intervene without evidence of harm to the child (NIC, 2000)

Embora se considere que o abuso psicológico acompanhe rigorosamente todas as outras formas de abuso – pois a negação do desejo ou da necessidade outro está na base de qualquer forma de violência – (NIC, 2000) ele tem sido pouco estudado, por duas razões: em primeiro lugar, porque raramente aparece em sua forma “pura”; além disso, pela dificuldade em ser diagnosticado (Belsky, 1993).

Bottoms (1993) sugere que os efeitos do abuso psicológico só aparecem a longo prazo, e além disso sua percepção exige uma complexa resignificação de atos vividos na infância; ele se submete portanto, em geral, a uma interpretação sofisticada, só possível na vida adulta, com a maturidade. A autora acredita ainda que, na raiz do abuso psicológico, está a falta de informação dos pais acerca das necessidades da criança, e particularmente da evolução dessas necessidades ao longo do desenvolvimento.

Um dos poucos autores a dedicar-se ao estudo da dinâmica do abuso psicológico, Garbarino estima que ele atinja cerca de 22% das crianças americanas (Garbarino et al, 1988).

2. 4. Uma reflexão sobre a violência na família

Embora nomeada em 1860 por Tardieu na França, foi apenas a partir dos anos 60, quando anunciada nos Estados Unidos, que a violência doméstica contra a criança foi eleita como objeto de estudo pela ciência. Por que foi necessário que 100 anos se passassem antes que a ciência pudesse ocupar-se do tema?

Alguns autores sugerem que a explicação para essa retomada tardia da preocupação com a violência que tem lugar na família pode estar relacionada à pouca visibilidade dos espaços privados, que favoreceu o ocultamento da violência de homens contra mulheres e de adultos contra crianças. Historicamente, - defendem Noel e Yam - *a visibilidade da violência doméstica na sociedade está relacionada às reformas que fizeram as mulheres ultrapassarem a esfera doméstica, alcançando o espaço público.* O Movimento pelos Direitos das Mulheres no século XIX e seu ressurgimento no final dos anos 60 *revelaram preocupações com relação à violência familiar, e especificamente denunciaram o abuso de crianças e o espancamento de mulheres como problemas relevantes* (Noel e Yam, 1992: 871). De outro lado, já vimos com Domenach (1981) que o avanço da consciência na vida civilizada não contribuiu para fazer cessar a violência, mas sim fez com que ela se escondesse, se interiorizasse, passasse a se manifestar onde pudesse se ocultar do olhar público.

O Estado moderno perdeu o monopólio da violência, fundamento de sua soberania. (Zaluar, 1997; Santos, 1997a). Agressividade e violência são hoje uma prática cotidiana, pulverizada e banalizada na sociedade. O sujeito da modernidade exercita a violência nas suas formas minúsculas, no dia-a-dia, na rua e em casa. É por isso que é tão difícil entender a violência, e lidar com ela: a violência moderna não tem atores facilmente identificáveis, está difundida; daí a dificuldade em localizá-la e delimitar suas causas (Zaluar, 1997). Difusa, ela se dissemina; ao disseminar-se, de certa forma se oculta.

Ainda assim, e ainda que considerando que a violência moderna é um fenômeno difuso e por isso de difícil apreensão, foi possível demarcar e circunscrever um dos tipos de violência que tem lugar no mundo moderno: a violência de pais contra filhos. Mas é justamente por isso que não se pode correr o risco de demonizá-la, atitude que faz ecoar as representações sobre a violência (Wieviorka, 1997) e ao mesmo tempo

tratam o combate a ela como se essa fosse a arma por excelência para sanar o mal social.

Para escapar a essa armadilha, é preciso primeiro reconhecer que, muito embora os padrões de direitos da criança possam ser defendidos com base numa plataforma que é internacional, as violações desses direitos são informadas localmente, e têm um padrão que é próprio a cada cultura. Essa, com certeza, não é uma operação simples. Relativizar direitos implica no dilema básico de evitar o etnocentrismo de um lado e o extremo relativismo de outro. Dito de outro modo, não é admissível que as culturas e os indivíduos sejam moldados à força na forma das convenções internacionais, mas também não se pode incorrer no erro de suspender direitos dos indivíduos para preservar as culturas locais, e promover o rebaixamento da sua qualidade de vida.

Analisando as implicações do problema acima no campo específico da violência contra a criança, Korbin (1991) discrimina três situações distintas: (1) há comportamentos que são aceitos na cultura, mas condenados fora dela; (2) há comportamentos que são condenados pela própria cultura, ou seja, práticas que se afastam dos padrões social e culturalmente aceitos; e (3) há condições sociais e econômicas que causam dano à criança, e que estão fora do controle de seus pais ou responsáveis. O último grupo, segundo o autor, não diz respeito mais diretamente à violência doméstica, já que as circunstâncias adversas atingem a ela assim como a seus pais. O segundo grupo permite que a violência contra a criança seja solucionado no interior da própria cultura. Assim, o dilema coloca-se mais agudamente no primeiro grupo, onde a cultura endossa a violência. A abordagem proposta por Korbin (1991) é esclarecedora para se pensar a realidade brasileira. Em artigo recente (Ferreira et al, 1999) já mostramos como variam as reações dos pais brasileiros que seriam qualificados como "pais violentos" nos estritos critérios da classificação internacional. Enquanto que alguns pais negam e tentam ocultar a violência perpetrada por um membro da família, outros a nomeiam condenando o agressor; mas um terceiro grupo ao mesmo tempo assume e defende a prática da violência contra seus filhos, negando-se a aceitar qualquer modalidade de intervenção na família, no que são expressamente apoiados pelas próprias crianças. Parece evidente que tais atitudes colocam em questão algo que vai muito além do enquadre nas categorias que a ciência construiu: elas expressam identidades postas em confronto com a norma recente.

A alternativa oferecida por Santos (1998) pode responder a esta questão. Sem referir-se à pulverização da violência, ele reconhece no entanto que a progressiva

despolitização dos Estados nacionais contribuiu para uma disseminação dos mecanismos de regulação social, que agora merecem ser reorganizados sob a égide de um novo Estado. Cabe a ele, o novíssimo Estado, reordenar os mecanismos nascentes e retirá-los de sua atual função de fascismo societal para elevá-los à condição de lutas democráticas. No que diz respeito a nosso tema particular, cabe reordenar esses movimentos que se escoram numa denúncia que visa o vizinho – denúncia às vezes movida por intenções mesquinhas – ou que visa o cônjuge – fato hoje tão freqüente nas separações litigiosas que correm nas Varas de Família do Rio de Janeiro. A intenção de proteger a criança não pode dar vazão a vinganças comezinhas. Para fazê-lo preservando o que há de melhor, a participação popular na tarefa de proteger os direitos da criança deve ser elevado a outro patamar.

Santos (1997b) afirma que a política internacional de direitos humanos está assentada em princípios que privilegiam interesses internacionais, ignoram diversidades culturais, e sustentam-se num falso universalismo que arrisca sua própria implementação. Ao cristalizar como violações comportamentos endossados na cultura, o universalismo condena grupos inteiros ao adjetivo de “violentos”, excluindo-os da “moderna” comunidade internacional: eles serão sempre “os outros”, alvos de uma condenação naturalizada e tornada perene (Wieviorka, 1997). A mesma linha de argumentação orienta a leitura de Alain Badiou, para quem valores circunstanciais e contingentes não podem ser tornados lei universal (Badiou, 1995).

Os direitos humanos não são universais no que diz respeito à sua aplicação. Todas as culturas tendem a definir como valores fundamentais aqueles que são mais largamente partilhados (Santos, 1997b: 86). A saída, portanto - para assegurar os direitos humanos e os direitos das crianças à não violência - é trabalhar as contradições da cultura que referendam a violação. Por essa via, estar-se-ia contribuindo para fazer ascender à cidadania o conjunto da sociedade, e não apenas a parcela que é alvo de uma ação particular. Mas essa saída, alerta ainda Santos, requer um conhecimento significativo da cultura, que só se pode dar de dentro dela. Em outras palavras, requer solucionar as contradições da cultura para fazer cessar a violação do direito e ao mesmo tempo preservar a identidade local. É necessário compreender o meios pelos quais a cultura local referenda (ou condena) a prática da violência contra a criança, para só então buscar a forma mais adequada de tratar a questão nos códigos jurídicos, assim como nos programas de intervenção sobre a violência. Mesmo porque,

The forms used in the folk system are often derived from the official legal system and then modified in order to fit the needs of the group. Thus, folk and official systems may share cultural postulates but differ in the way they specify them, and in the use to which forms and procedures are put (Santos, 1995: 144).

A grande maioria dos estudos sobre a violência contra a criança é de origem norte-americana ou europeia, e divulgam concepções que tendem a ser mecanicamente reproduzidas. O pressuposto da universalidade que rege a ciência desde o final do último século (Santos, 1997a) é em parte responsável por essa pretensa uniformidade. No Brasil, a idolatria pelo que é estrangeiro, parte integrante de nossa cultura (Holanda, 1958), vem apenas reforçar essa tendência. Aqui, tendemos a abandonar a vertente sócio-cultural do fenômeno da violência contra a criança e adotar *ipsis literis* as conclusões norte-americanas e europeias como se aqui elas tivessem sido formuladas.

Como já lembrou Vigarello (1998), as mudanças que a sociedade francesa operou durante três séculos respondem a transformações da intimidade. O autor percorreu um período da história em que o sujeito, regulado primeiro pelo monarca, passa a submeter-se ao Estado Moderno e à família, para só muito recentemente ser considerado autor de si próprio, célula autônoma do social. Essas transformações tiveram um curso muito particular em cada sociedade. Lukes (1985), estudando a noção de individualismo, demonstra com clareza que o próprio conceito conheceu sentidos diversos na França, na Inglaterra, na Alemanha e nos Estados Unidos, estruturando-se a partir de concepções particulares de sociedade, de sujeito, e da relação entre eles. Esses textos, em seu conjunto, aconselham a que as discussões acerca de direitos, deveres e formas de socialização e sociabilidade submetam-se à realidade particular a que são aplicados. Pretender universalizar tal matéria é condenar ao fracasso qualquer ação bem intencionada.

Os programas de intervenção e prevenção, baseados em estudos de outros países e outras culturas, correm o risco de transplantar valores sem questioná-los, produzindo uma ampla colonização cultural no que diz respeito a práticas de educação infantil, e de relacionamento intrafamiliar. Programas de intervenção estruturados a partir dessa ótica ingênua contribuiriam apenas para estender o controle sobre a família, a vida e as funções da comunidade. É duvidoso que pais possam mudar suas práticas educativas numa sociedade que valoriza a violência. Mais provável é que o desenvolvimento cultural no mundo contemporâneo, com a desvalorização do papel

dos educadores e a expansão da pobreza trabalhe contra todos os esforços para prevenir maus-tratos de crianças. Mas sobretudo, deve ser ouvido o alerta de Domenach (1981): *há uma violência técnica, impessoal, abstrata, que deu lugar a muitos estudos. Mas há também, mais profundamente, uma violência da técnica.* Especialmente quando se sabe que as tentativas de emancipação realizadas ao longo da modernidade com freqüência resultaram na formalização de instrumentos de regulação (Santos, 1995).

O compromisso com a criança, âncora da intervenção e sustentáculo ideológico de muitos programas, já se demonstrou um viés que pode distorcer a ação, ao contrário de estruturá-la. O compromisso prévio com a criança não pode estar situado acima e à parte de quaisquer outras injunções que informam o contexto onde o conflito (ou a violência) tem lugar. Na prática, o compromisso de defesa da criança tem servido para subtrair à análise as condições de sua produção, condições estas que deveriam ao contrário ser tomadas como base que informa qualquer futura intervenção.

Patriarcalismo na família e no espaço público

Há duas obras consideradas de referência sobre a formação social brasileira. A primeira delas é *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre; a segunda é *Raízes do Brasil*, de Sergio Buarque de Holanda. Embora com enfoque bastante diverso, ambas sublinham o papel central da família patriarcal em todo o período colonial, estabelecendo valores que constituem até hoje uma referência da identidade nacional.

As críticas que vêm sendo feitas à obra de Gilberto Freyre questionam o centralismo que ele atribui ao modelo patriarcal de família; no entanto, uma releitura de sua obra toma a família patriarcal como construção ideológica que *serve de referência para a prática no que tange a padrões de relações afetivas, sexuais, de solidariedade e de hostilidade*; essa linha de interpretação toma o patriarcalismo como uma representação que *permite perceber o fio condutor das mudanças ao longo do tempo* (Almeida et al, 1987: 15-19), oferecendo recursos para pensar a modernidade na sociedade brasileira e para avaliar a articulação entre as mudanças concretas que têm

lugar na sociedade contemporânea e os valores enraizados na tradição social. É neste segundo sentido que tomamos Freire e Holanda como referência.

A família foi, no dizer de Gilberto Freyre, o grande fator colonizador no Brasil, mais poderoso que qualquer outra força econômica ou política. A família patriarcal brasileira constituiu-se *na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o Rei de Portugal quase que reina sem governar* (Freyre, 1961: 25). Mesmo a religião, que desempenhou importante papel na consolidação social em outras sociedades, inclusive entre os portugueses nossos colonizadores, terminou no Brasil por curvar-se diante do poder patriarcal. Incorporamos não só o culto católico como também as formas de religiosidade portuguesas, que reforçam o privado e a família. *Nada violava a autoridade sacerdotal do pai sobre seu rebanho, e a religião era considerada uma função perene do parentesco (família), como a própria vida* (Aragão, 1983: 120). A religião foi uma referência que o domínio patriarcal transformou, adequou, e pôs a seu serviço.

Enquanto Gilberto Freyre descreve a intimidade da casa grande, e suas relações com a senzala, Sergio Buarque de Holanda põe ênfase nas relações do espaço privado com o mundo público. Para ambos, formou-se a partir do poder patriarcal uma escala de valores que influenciou e influencia, ainda hoje, nossas relações em família e na sociedade. Na mentalidade brasileira, as regras domésticas invadem o orientam o público, e tudo o que diz respeito ao público, ao coletivo e ao social, deve deter-se à porta do doméstico, até hoje reino soberano da intimidade e do poderio do “chefe de família”.

É por isso que o patriarcalismo brasileiro merece ser visto mais de perto; importa aqui não apenas examinar a estrutura interna da família como também, e principalmente, sua relação com a estrutura geral do social, lembrando que, conforme já discutido, o espaço doméstico integra e forma o domínio do político, e suas regras contribuem de modo significativo na construção das relações sociais (Santos, 1997a). Consideramos portanto que entre privado e público não há uma separação formal, e que o Estado não é nem antinômico à família nem novo em relação a ela (Aragão, 1983). Por isso, a discussão que se trava a seguir está centrada na família, mas visa sobretudo levantar aspectos a nosso ver relevantes para compreender os traços da nacionalidade.

3. 1. Disciplina jesuíta e disciplina indígena

Portugal, segundo Holanda (1958), conquistou cedo sua unidade política – no século XIII, antes qualquer outro país europeu –, o que lhe permitiu alcançar uma apreciável homogeneidade étnica. Por essa razão, a preocupação étnica, motor de muitos conflitos na Europa, foi substituída em Portugal por uma coesão cujo cimento era a religião. Gilberto Freyre descreve o português colonizador como uma figura um tanto vaga e sem contorno, cuja única unidade é dada pelo horror à heresia. O Brasil formou-se, à luz da cultura católica portuguesa, fazendo também do catolicismo o *cimento da nossa unidade* (Freyre, 1961: 38-9).

A participação do catolicismo em nossa formação tem início já na colonização, com a vinda dos jesuítas. Na verdade, os primeiros textos da história brasileira foram escritos no século XVI por jesuítas e informavam inclusive os resultados no desempenho daquela que aqui foi sua primeira tarefa: a catequização da população indígena (Assis, 1999). Nessa empreitada, os jesuítas mostraram-se hábeis em apreender os valores da população nativa, assimilando uns e transformando outros. Embora a escrita jesuítica enaltescesse as práticas de educação dos indígenas, que de uma forma desconhecida entre os europeus valorizava sobremaneira a infância (Assis, 1999), a estrutura dos grupamentos familiares indígenas foi um dos traços de sua cultura que mais sofreu alteração nesse processo.

As sociedades indígenas eram fundadas na linhagem parental, com forte vínculo entre pai e filho. Desde a gestação o pai era profundamente implicado com seu filho ainda por nascer, e era ele que jejuava (Assis, 1999). Na maioria dos grupamentos indígenas brasileiros, os pais não impunham castigos aos filhos. Essa função era em alguns casos delegada aos mais velhos, e em outros à figura do Jurupari, entidade mística cujo papel era atemorizar crianças e mulheres, com o propósito *de conservá-las em boa ordem* (Freyre, 1961: 180) Mitos atemorizantes como o Jurupari, assim como diversas práticas de mutilação e deformação dos corpos, serviam à proteção de mulheres e crianças; mais sensíveis à influência maligna dos espíritos, elas eram consideradas porta de entrada dos espíritos na aldeia. Sua submissão, portanto, tinha por finalidade protegê-las, livrando-as e a toda a tribo de uma eventual ação maléfica

dos espíritos²⁴. Sacrifício, imolação e deformação dos corpos eram portanto práticas estruturantes na cultura: em torno delas, construíam-se o lugar e o vínculo da tribo com suas mulheres e crianças.

A vida média dos índios – 120 anos até a vinda dos primeiros colonizadores – e a baixa mortalidade infantil foram substituídas pelo crescimento da mortalidade infantil e pela morte precoce em razão das muitas epidemias trazidas pelos brancos: a varíola sozinha dizimou na Bahia 30 mil índios em 1563 (Assis, 1999).

Os jesuítas investiram duramente sobre o Jurupari, terminando por fazer dele uma figura cômica que nenhuma criança indígena temia; caçoaram dos feiticeiros; declararam “anjos” as crianças mortas em razão dos elevados índices de mortalidade decorrente do contato com os brancos; e inverteram a linha de autoridade entre pais e filhos, quando fizeram do culumin o porta-voz da cultura católica junto à família (Freyre, 1961). O jesuíta passa a ser o inimigo dos pais, dos pajés, das sociedades secretas e de tudo quanto representasse a força da sociedade indígena. *Desprestigiados o Jurupari, as máscaras e os maracás sagrados, estava destruído entre os índios um dos seus meios mais fortes de contrôle social; e vitorioso, até certo ponto, o Cristianismo* (Freyre, 1961: 180).

Não obstante as ações da igreja jesuíta, a família brasileira sofreu influência indígena. Algo da herança indígena permaneceu: *o resíduo de todo aquêle seu animismo e totemismo, personificado no medo do bicho - um bicho místico, horroroso, indefinível* (Freyre, 1961: 182), de que são exemplos o Carrapatu e o Bicho Papão entoados em cantigas de ninar, foi e é ainda usado na tarefa de disciplinar as crianças. Nas comunidades do interior do país e mesmo em alguns grupos urbanos, o bicho é ainda hoje a figura invocada pelos pais para incutir o medo e a disciplina. Mas essa prática resiste como herança isolada, ou recontextualizada; perdeu-se, destruída pelos jesuítas, a memória de uma complexa rede de exercício de autoridade construída durante séculos pela civilização indígena, rede esta que foi substituída por uma forma de disciplinarização que colocava sob a responsabilidade exclusiva dos pais a educação da prole, realizada com o recurso do castigo físico como forma de exercício

²⁴ Há uma tendência universal de representar no "feminino" as forças disruptivas e incontroláveis da natureza; daí a necessidade de controle estrito da natureza feminina (Aragão, 1983).

da autoridade paterna (*"espada de vara de ferro, que é a melhor pregação"*, são as palavras de José de Anchieta). Refletia-se assim aqui o pensamento reinante na Europa (Assis, 1999).

A disciplina dos jesuítas, feita à base da punição física, foi imposta aos índios e adotada entre os brancos. Seus ensinamentos, feitos à força da palmatória, eram mais duros que os métodos dos índios ou dos negros. *Foi à força de vara e palmatória que 'os antigos', nossos avós e bisavós, aprenderam latim e gramática; doutrina e história sagrada* (Freyre, 1950: 681). A palmatória – verdadeiro instrumento de crueldade - muitas vezes tinha *um espinho ou um alfinete na ponta, permitindo ao professor furar de longe a barriga da perna do aluno* (Freyre, 1950: 684). O primeiro colégio brasileiro, fundado por Manoel da Nóbrega em 1554, era freqüentado por crianças indígenas e órfãos trazidos de Portugal, e ali os métodos eram severos. As "almas inocentes" eram consideradas como papéis em branco sobre os quais era preciso imprimir o texto cristão, libertando-as dos vícios e pecados que devem ser combatidos com açoites e castigos; em meio ao aprendizado da leitura, elas eram adestradas também nos costumes e passavam a abominar os hábitos de seus progenitores; aqueles que se negavam a participar do processo doutrinal sofriam corretivos e castigos físicos. O "tronco" e a palmatória eram comuns pois entre os jesuítas porque, para eles, *sem castigo não se fará vida* (Assis, 1999: 25).

3. 2. O exercício do patriarcalismo durante a escravatura

O poderio dos jesuítas governou sozinho a colônia até 1532, quando a família rural – organizada segundo as normas clássicas do velho direito romano-canônico (Holanda, 1958) – começou a ocupar o vácuo de poder aberto pela ausência do Estado colonizador português. Desde o período das sesmarias, a cultura agrícola, na qual Portugal tinha interesse econômico direto, foi obra não do Estado mas da *corajosa iniciativa particular* (Freyre, 1961:23-4). Ao patriarca foi delegada, na prática, a administração de toda a população de colonos, inclusive dos muitos estrangeiros que aqui chegavam para cuidar dos interesses econômicos da Corte. No vácuo do Estado, a família colonial geriu a colônia e expandiu seu poder, trazendo para seu convívio

escravos e agregados que passaram a habitar a casa grande, dilatando o vínculo familiar e com ele a autoridade do *pater familias*²⁵. O patriarca detinha poder quase absoluto sobre os bens e as pessoas.

Seu poder só não era absoluto porque cedia em parte à Igreja. Estrangeiros eram aqui admitidos sob a condição de professarem a fé católica. As negociações entre o patriarca e a Igreja implicavam em cessões de parte a parte. A construção de capelas coloniais, destinadas aos cultos rotineiros, a quase exigência de conversão dos escravos ao catolicismo, tal qual já se fizera com os índios, e a preferência do senhor pelo escravo convertido, eram sinais emitidos para a construção de uma aliança entre o poder do patriarca e o poder da Igreja. Mas a profissão da fé católica, longe de representar uma conversão ao humanismo cristão, servia apenas como enfeite à lógica do senhor patriarcal. Datam dessa época registros de atrocidades cometidas contra o escravo que vivia na casa grande, assim como contra aquele que permanecia na senzala. O sincretismo cultural, e a convivência racial pacífica, tão exaltados por Gilberto Freyre, não atestam *um processo de equilíbrio de antagonismos* (1961: 73), como quer o autor, mas antes a crueldade do branco como meio de exercer e reafirmar sua autoridade.

3. 2. a. Moral sexual, casamento e propriedade

Induzido desde a captura a converter-se ao catolicismo, o negro encontrou na religião a primeira clivagem da cultura africana. Lançados às senzalas, os negros eram objeto de dois tratamentos diversos: aqueles que recusavam o batismo eram mantidos na senzala, e sua mão de obra destinada ao trabalho na lavoura; entre os convertidos é que o patriarca ia buscar a mão de obra doméstica, já que apenas os cristãos eram considerados dignos de conviver na casa grande, longe da lavoura e próximos à intimidade da família colonial. Mas os supostos benefícios destinados ao negro convertido cedo revelaram-se um engodo. Os jogos de sedução e crueldade a que eram submetidos na casa grande, pelo patriarca, pela senhora e pelas crianças

²⁵ A palavra família, derivada de *famulus*, acha-se estreitamente vinculada à idéia de escravidão, e em que mesmo os filhos são apenas os membros livres do vasto corpo, inteiramente subordinado ao patriarca, os *liberi* (Holanda, 1958: 49).

brancas, mostram não apenas como se exercia a autoridade patriarcal mas também como foi forjada na cultura brasileira a crença segundo a qual a autoridade se sustenta na violência.

A primeira forma de violência que salta aos olhos é a apropriação dos corpos dos escravos de qualquer idade e sexo como objetos sexuais de que faziam uso todos os membros da casa colonial. Meninas e meninos negros mais novos, dados de presente ao *sinhozinho*, serviam de início como companheiros de brinquedos e pouco mais tarde como objetos de iniciação sexual dos meninos. A iniciação sexual do *sinhozinho* dava-se com as negras ou mesmo com os moleques; no primeiro caso, eram interpretadas quase que como uma brincadeira entre *sinhozinho* e escrava, estas desvirginadas precocemente aos doze ou aos treze anos; no segundo, reproduziam-se nas famílias escravocratas a mesma função que o escravo impúbere desempenhava no Império Romano: *espécie de vítima, ao mesmo tempo que camarada de brinquedos* (Freyre, 1961: 69).

Na verdade, os meninos não faziam mais que imitar seus pais. O sexo entre o patriarca e a escrava, justificado como atividade econômica, gerou filhos e fez espalhar a sífilis na casa grande em tal escala que Freyre (1950) afirma que a prostituição doméstica era menos higiênica que a dos bordéis. A sífilis chegou a contaminar mosteiros e conventos, numa evidência de que os hábitos sexuais da casa grande grassavam na colônia sem respeitar nem mesmo o limite do celibato católico. Mas tal permissividade só era consentida na intimidade: o branco podia deitar-se com a negra, e o *sinhozinho* com sua menina, desde que essas relações nunca fossem oficializadas perante a sociedade ou a Igreja.

O casamento, dependente sempre da autorização do patriarca, só se concretizava entre parceiros do mesmo nível social, mesmo que os cônjuges fossem ligados por laços de consangüinidade. Segundo Freyre (1950), casamentos consangüíneos eram lugar comum no Brasil desde o primeiro século da colonização: tios casavam-se com sobrinhas, primos com primas, e filhos com enteadas. A união pelo casamento visava sobretudo manter em família a propriedade, sem dividi-la entre estranhos. Vingou assim uma visão segundo a qual a propriedade importa mais que as regras de interdição para o casamento consangüíneo, regras estas tão em voga na Europa no mesmo período.

A visão da propriedade era de tal importância a *sinhazinha* era tratada um pouco como a escrava, bem patriarcal de cujo ventre dependia a transferência da herança. A ela não era autorizada a iniciação sexual, e diante da evidência de que ela havia se entregado ao amor negro, apesar de ter a honra guardada a sete chaves, o senhor de engenho castrava e matava o escravo, aumentava o dote da menina e fazia-a casar com um primo pobre. A fórmula mais comum e eficaz para preservar a virgindade da *sinhazinha* era casá-la cedo: aos doze, treze, quatorze anos, já se casavam as meninas em arranjos viabilizados pelo patriarca, com homens de trinta, quarenta, às vezes sessenta ou setenta anos; essa é uma regra comum da cultura patriarcal, em que o homem protege suas mulheres dos demais homens, mas a mulher fica à mercê do patriarca (Boulding, 1991). *Burton escreve que no meado do século XIX ainda eram comuns os casamentos de velhos de setenta com mocinhas de quinze anos* (Freyre, 1950: 582-3), confrontando outra moderna regra européia, a do casamento entre cônjuges de idade próxima.²⁶

O sexo com o escravo, na casa grande, carregava a marca de uma certa liberalidade consentida e não assumida. O patriarca sabia dos jogos sexuais entre seus filhos brancos e os escravos, mantinha em casa sua própria amante negra, mas isso servia apenas à intimidade. Sua esposa oficial era a mulher branca, européia, em respeito às leis da Corte. Mas no interior, à distância das regras morais ou dos olhos vigilantes dos moralistas, multiplicaram-se muitas uniões livres entre os brancos de origem européia e os negros escravos. Segundo Freyre (1950: 525), nas capitânicas do interior *o mulatismo tornara-se um 'mal necessário'*, lugar comum a ponto de no interior os colonos ingleses não conseguirem casar suas filhas com europeus. Grassou de tal forma o hábito da união livre que o governo português e a Igreja desistiram de dar-lhe combate. Contra a opinião dos moralistas nacionais, que chegaram a sugerir *que não se admitissem aos cargos públicos indivíduos que vivessem em franco concubinato* (Freyre, 1950: 525), um conjunto de normas jurídicas terminou por reconhecer e endossar a união livre.

²⁶ Com efeito, foi só na Europa moderna que essa regra passou a vigorar. Na Europa do século XV, meninas casavam-se desde os 12, e meninos, a partir dos 14 anos (Assis, 1999). Na Antiguidade, o casamento de mulheres ainda muito jovens era corriqueiro. Na Mesopotâmia e entre os hebreus, as meninas casavam-se entre 12 e 13 anos; no Egito, os casamentos às vezes aconteciam aos 6 anos (Tannahill, 1983).

Vemos com efeito a Igreja consentir, em Portugal, no casamento de juras, ou secreto, consumado com o coito; e as Ordenações Manuelinas, e depois as Filipinas, o permitirem, considerando cônjuges os que vivessem em pública voz e fama de marido e mulher. Uma grande tolerância para com tôda espécie de união de que resultasse o aumento de gente. Uma grande benignidade para com os filhos naturais (Freyre, 1961: 341).

Os filhos naturais multiplicavam-se, na casa grande e nas vilas do interior, gerados pela união livre. Na casa grande, apenas na proximidade da morte é que o patriarca preocupava-se em reconhecer a paternidade, alforriar as mães e os filhos bastardos, e eventualmente incluí-los no testamento. Mas até que a paternidade fosse declarada, conviviam na casa grande filhos legítimos, os brancos, e bastardos, os escravos mulatos. Pode-se inferir daí uma nova via de ruptura da interdição à consangüinidade. A irmandade, sabida mas não declarada pelo patriarca, não impedia que filhos legítimos e bastardos do mesmo pai mantivessem o relacionamento sexual autorizado ao *sinhozinho* como iniciação. Não se deve desconsiderar, ainda, que o *sinhozinho* e o escravo mantinham na casa grande um relacionamento de irmãos, mesmo que não o fossem de fato. Em tais circunstâncias, e diante do falso moralismo da época, não há que causar estranheza o incesto efetivamente assumido, que chegou mesmo a ser cantado em modinhas da época.²⁷

Incesto, estupro e casamento entre homens de idade avançada e meninas impúberes não eram hábitos desconhecidos na Europa, como atestam os tantos casos relatados por exemplo por Vigarello (1998) e Perrot (1992). Apesar disso, estrangeiros que observavam os hábitos da família patriarcal espantavam-se com a promiscuidade observada aqui, como atestam alguns depoimentos registrados por Freyre (1961). Segundo ele, um diário de viagem do Reverendo Creary, conservado na Biblioteca do Congresso em Washington, descreve com certo horror o relato de uma menina de 11 anos sobre o incesto de que foi vítima, e anúncios em jornais do Rio de Janeiro em que homens solteiros dizem precisar de amas, *dando a entender que para outros misteres, além de cuidar da cozinha ou da casa* (Freyre, 1961: 348). Agrippino Grieco registrou o hábito, corrente na região das fazendas de café do Rio de Janeiro, de senhores de 70 ou 80 anos viverem *rodeados de negrinhas ainda impúberes; e estas a lhes proporcionarem as últimas sensações de homem* (Freyre, 1950: 552).

²⁷ Pois tu chamas de irmãzinha / A tua pobre negrinha / Que estremece de prazer, / E vais pegar à tardinha / Mandí,

Rodear-se de jovens impúberes não era um comportamento de exceção. No Brasil, que desconhecia ainda os preceitos do higienismo, o casamento precoce era um hábito que produzia altos índices de mortalidade entre as crianças, entregues às amas de leite por modismo da época, por absoluta incapacidade de amamentar de sua jovem mãe, ou pela morte freqüente desta, nos partos para os quais seus corpos não estavam ainda preparados. Decorrem daí duas conseqüências: em primeiro lugar, a ama passa a ter um poder quase onipotente, já que dela dependia a sobrevivência das crianças; elas de fato usaram esse poder para trazer à casa grande hábitos sagrados nas senzalas, tais como o costume de *amassarem-lhes a cabeça* (Freyre, 1950: 603). Além disso, realizavam-se sucessivos casamentos dos homens mais velhos: três, quatro casamentos eram comuns, contribuindo para perpetuar o hábito do sexo entre o senhor de engenho já idoso e as jovens que o cercavam, esposas ou escravas.

Como fica visível, as normas do relacionamento sexual durante o período da escravatura faziam grassar mais que o mero domínio do homem sobre a mulher. Longe dos colonizadores portugueses, a cultura patriarcal estabeleceu um conjunto próprio de regras que se alimentava do que fosse europeu na aparência, para distorcê-lo no cotidiano. A dupla moral justificava como econômico o deitar com a escrava, como protecionismo o cuidado com a virgindade da filha; mas alimentava ao mesmo tempo, sem anunciar, o incesto, a pedofilia, o adultério, a poligamia. Não se trata aqui de fazer qualquer juízo moral sobre essas condutas, e sim de registrar a enorme distância que vai se cavando entre o que é moral anunciada e prática efetiva, iniciada com os escravos mas logo tornada norma.

3. 2. b. A autoridade pela força: o domínio sobre os corpos

Dois códigos de conduta regiam a relação entre a casa grande e a senzala. Os moradores da senzala eram tratados a chibata, usada com freqüência e às vezes com requintes de crueldade e sadismo. De regra, o espancamento do escravo respeitava apenas o limite da vida, no intuito de preservar o investimento econômico feito em

piau e corvina / Para a negrinha comer (Freyre, 1950: 575).

seus corpos. Os escravos chamados a servir na casa grande tinham direito à intimidade típica das *peças da casa, espécie de parentes pobres nas famílias européias* (Freyre, 1950: 591): sentavam-se à mesa e saíam de carro a passeio com o senhor e seus filhos. À negra velha, alforriada, as crianças tomavam a benção.

Os favores concedidos aos escravos da casa grande eram acompanhados não apenas da exigência a que cedessem aos caprichos sexuais do patriarca e de seus filhos, como faziam também daqueles negros os alvos preferidos da crueldade das crianças da casa. O *sinhozinho* judiava do *muleque* que recebia de presente tão logo deixasse o berço, e aos quatro ou cinco anos de idade transformava-se em *verdadeiro menino diabo* (Freyre, 1950: 616): matar passarinho, judiar de muleque, brincar de beliscão ou esconder os chapéus das visitas eram brinquedos corriqueiros. Apesar da censura de alguns padres - Lopes da Gama afirmava que isso os tornava quase insensíveis aos padecimentos alheios - tais comportamentos eram vistos com indulgência pelos pais: *Era essa a atitude dos pais, tolerando nos filhos a estupidez e a malvadeza e até estimulando-os a bravatas* (Freyre, 1950: 620).

Entre as senhoras da casa grande - que *nascem, criam-se e continuam a viver rodeadas de escravos, sem experimentarem a mais ligeira contrariedade, concebendo exaltada opinião de sua superioridade sobre as outras criaturas humanas, e nunca imaginando que possam estar em erro* (Freyre, 1950: 569) - a crueldade tinha seus requintes. Muitas atrocidades eram cometidas, especialmente quando o ciúme do marido - este temido, respeitado quase à servidão - se fazia manifestar na destruição da escrava rival: *sinhá-moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-los à presença do marido, à hora da sobremesa, dentro da compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco* (Freyre, 1950: 570).

A violência bruta da chibata é substituída assim, na casa grande, por um convívio que aproxima o favor do medo. As regalias concedidas ao escravo da casa grande vinham acompanhadas sempre da ameaça de que ao menor deslize a acolhida poderia transformar-se em crueldade ou morte. Acostumados desde cedo a espancar e judiar dos companheiros de brinquedos, homens e mulheres da elite patriarcal habituariam-se a ver no outro um objeto cuja função é realizar seu desejo, facultada a possibilidade de puni-lo quando ele se transformasse em obstáculo. Forjam-se assim formas de relação e exercício de autoridade em que a força é recurso legítimo e a violência, prática usual

e banalizada. Instaura-se ainda a prática da exclusão, que vigia até mesmo entre os enjeitados: em 1753, a Roda dos Expostos de Vila Rica, se recusa a aceitar enjeitados mulatos; mesmo que houvesse casais dispostos a adotá-los, eles continuavam abandonados pois, para formalizar a adoção, a Câmara exigia o *certificado de batismo e uma certidão de brancura* (Assis, 1999: 32). Isso, numa população composta por 16% de brancos.

3. 3. Urbanização: a legitimação e a expansão do patriarcalismo

Ainda que submetidos pela escravidão, os negros eram herdeiros de uma cultura rica e variada, da qual conseguiram preservar muitos traços: os escravos da senzala foram autorizados a professar sua própria religião; entre os islâmicos, muitos chegaram a ser alfabetizados em árabe, construíram e mantiveram casas de oração maometanas (Freyre, 1950). Curandeiros negros supriam a ignorância e a falta de acesso às normas médicas da Europa²⁸. A preta velha, circulando entre os engenhos, mantinha viva a antiga tradição africana dos contadores de histórias, transformada aqui em profissão; ela ouvia, recriava e difundia lendas antigas de madrastas, bichos, gigantes e pequenos polegares, suprimindo *para uma aristocracia quase analfabeta a falta de leitura* (Freyre, 1950: 575). Mesmo os negros libertos mantinham uma forma de submissão próxima à dos tempos da escravatura. Sua gratidão se fez sentir de muitos modos, mas sobretudo na forma como abraçaram uma escala de valores morais diversa da que geria as antigas senzalas. Os negros adotaram o sobrenome dos senhores de engenho ou dos fidalgos portugueses, herdaram seu preconceito contra o trabalho manual e foram levados, *em seu esforço de ascensão social, [a] imitarem os senhores brancos e adotarem-lhe as formas exteriores de superioridade* (Freyre, 1950: 733). Tudo tinha como centro a casa grande e o patriarca.

No início do século XIX, quando a Família Real portuguesa instalou-se no Rio de

²⁸ A rigor, a medicina da época não diferia muito do curandeirismo. Sabe-se, por exemplo, que J.B.A. Imbert ensinava que a carne assada e o vinho eram remédio para curar a enurese; se falhassem, a mãe devia usar castigo físico e impingir medo à criança, que *"produzem algumas vezes efeito salutar, sobre tudo quando a incontidência é o resultado da preguiça, ou de um mau hábito"* (Freyre, 1950: 607). Fonseca Henriques afirmava que a luz da lua era tão nociva aos meninos que nem suas roupas deveriam se expostas ao luar. Curvo Senedo recomendava chás de percevejo e excrementos de rato para desarranjos intestinais (Freyre, 1950: 609).

Janeiro, o meio urbano era um lugar de festas e exposições pessoais, não de residência. A casa da cidade servia apenas para alojar a família patriarcal em seus breves deslocamentos, permanecendo fechada por longo tempo. O patriarca, desinteressado da política cidadina, da burocracia e das profissões liberais exercidas na cidade, mantinha residência no campo, lugar de emergência de seu poder (Freyre, 1961). Quando o declínio da lavoura começou a ameaçar a posição privilegiada dos senhorios rurais (Holanda, 1958) e o meio urbano começou a desenhar-se como nova fonte de emergência de poder, o deslocamento para a cidade tornou-se inevitável e foi o mesmo e poderoso aristocrata rural, com a mentalidade forjada na casa grande, que ocupou os novos lugares de mando.

É bem compreensível que semelhantes ocupações venham a caber, em primeiro lugar, à gente principal do país, toda ela constituída de lavradores e donos de engenhos. E que, transportada de súbito para as cidades, essa gente carregue consigo a mentalidade, os preconceitos e, tanto quanto possível, o teor de vida que tinham sido atributos específicos de sua primitiva condição (Holanda, 1958: 50).

Na cidade, o poder rural apenas reproduziu a mesma casa grande que o campo viu nascer, replicando o *individualismo* e o *privativismo* (Freyre, 1950) que marcava a família patriarcal rural. Cerca de 60 ou 70 pessoas conviviam dentro da casa grande instalada nas cidades, agregando os mesmos personagens: os escravos, as escravas amantes do senhor de engenho, os filhos legítimos e os filhos naturais do senhor de engenho e do capelão (Freyre, 1950). Não é de espantar, portanto, que se mantivessem o modo de vida, os valores, a estrutura e as formas de exercício de poder forjados no campo.

A chegada da família real abriu o ciclo da urbanização. Na Europa, esse foi um período que provocou grandes mudanças na constituição da família, nos modos de convivência em sociedade, nas subjetividades. Foi a força da urbanização que fez nascer a família nuclear, impondo valores e formas de convivência, estabelecendo os limites do privado e a prevalência do público (Donzelot, 1986). Essa força, no entanto, não chegou a afetar de forma importante os valores da sociedade patriarcal brasileira. Ao contrário, no Brasil a urbanização foi de certo modo refreada pelo patriarcalismo, e só pode chegar depois de negociar, aprender a conviver, e adequar-se a ele. Aqui, reproduzindo uma realidade próxima da Antigüidade clássica então desconhecida na Europa (Holanda, 1958), o poder urbano emanava da aristocracia rural. Mesmo

durante o período abolicionista a cultura rural continuou a prevalecer e o domínio do senhor patriarcal alargou-se a ponto de fazer da vida doméstica o setor onde

o princípio de autoridade menos acessível se mostrou às forças corrosivas que de todos os lados atacavam. Sempre imerso em si mesmo, não tolerando nenhuma pressão de fora, o grupo familiar mantém-se imune de qualquer restrição ou abalo. Em seu recatado isolamento pode desprezar qualquer princípio superior que procure perturbá-lo ou oprimi-lo. (...) Nesse ambiente, o pátrio poder é virtualmente ilimitado e poucos freios existem para sua tirania. (Holanda, 1958: 49-50).

Crenças, novidades trazidas pela medicina, práticas sociais criadas pelo higienismo foram apropriadas pelo patriarcalismo nacional, e postas a seu serviço. Vigarello (1998) registra que os franceses do século XVIII acreditavam que o sexo praticado com uma virgem tinha o poder de curar doenças venéreas. No Brasil, no início do século XIX, ainda havia casos de negras da senzala contaminadas pela sífilis da cidade: elas eram *entregues virgens, ainda mulecas de doze e treze anos, a rapazes brancos já podres da sífilis das cidades*, que com a negra virgem queria se curar (Freyre, 1950: 539). A Roda, de que se tem registro na França do século XVIII (Donzelot, 1986), servia aqui para abrigar, ou ocultar, filhos naturais do capelão com a escrava (Freyre, 1950). Na França, a realeza protegia aliados da polícia, quando eles promoviam desordens e conflitos de rua (Vigarello, 1998); em Portugal, o clero dava guarida a escravos fugidos ou a criminosos, papel que no Brasil foi exercido pelo senhor de engenho (Freyre, 1950). São todos exemplos dos modos como foi se construindo e espraiando o modo de vida patriarcal, e de como este se tornou o equivalente local do poderio da realeza francesa e da igreja ibérica.

A aristocracia rural não se dobrou aos moldes europeus da urbanização: ela os transformou. Alongando para além do campo o convívio entre brancos europeus, negros africanos e o clero, todos ainda subordinados à autoridade patriarcal mesmo no meio urbano, a nacionalidade estruturou-se – como já defendeu Gilberto Freyre – em torno do sincretismo cultural. Mas, sob a gestão do patriarca, essa estrutura não apenas prolongou a sobrevivência de seu poderio como levou-o à vida pública. Em todo o mundo, a burocracia é exterior ao poder doméstico e componente necessário do mundo público; no Brasil, ao contrário, a burocracia incorporou as regras e normas de um patriarcado avesso a qualquer forma de restrição e ansioso por estabelecer-se como fonte e limite do poder. *Se é a natureza do regime que influencia crenças,*

atitudes, cultura e talvez até mesmo as personalidades que tendem a se desenvolver em dada nação (Dahl, 1974:30), aqui o regime político operou no sentido de reforçar as formas de autoridade forjadas no espaço doméstico.

O que salta aos olhos é que, ao invés de remodelar a família, o Estado brasileiro foi modelado por ela (Holanda, 1958), foi seu aliado imediato (Aragão, 1983). É nesse momento da transição para o urbano que as leis do espaço doméstico, ou as **leis domésticas** (Santos, 1995), transbordam para o público, ganham força e prevalência. Ao invés da **retórica** e da **violência** – típicas da família - subordinarem-se ao controle da **burocracia**, elas a invadem, firmam-se no espaço público e ali têm reassegurado seu valor. Como veremos mais adiante, essa lógica típica brasileira de certa forma se atualizou, encontrou espaços de negociação, mas no geral manteve-se sem perder a essência. Ela está representada ainda hoje nas mentalidades, e é vital para compreender a violência em família.

3. 4. Rivalidade e prestância como formas associativas

O autoritarismo patriarcal terminou paradigmático na sociedade brasileira. As formas de relacionamento doméstico, construídas no interior da casa colonial, excederam a *esfera da vida sexual e doméstica, [e] têm-se feito sentir através da nossa formação, em campo mais largo: social e político* (Freyre, 1961: 69). Na cultura escravocrata, forjou-se a noção de que a autoridade se exerce pela força e pela intimidação, e o modelo de convivência social incorporou a violência como recurso legítimo para a solução de conflitos sociais ou intersubjetivos. Se a hierarquia é rígida, a quebra de normas autoriza – quando não recomenda – o recurso à violência como forma de recolocar os elos rompidos na rede de relações sociais (Adorno e Cardia, 1999).

O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, nêles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, tôdas as nossas atividades (...) único setor onde o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a idéia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em tôda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família (Holanda, 1958: 50).

Em razão da importância dos laços de familiaridade, convém ainda avaliar em pormenor sua natureza. Para Holanda (1958), a qualidade dos vínculos afetivos que estruturam nosso tecido social têm ainda um traço peculiar, uma forma de racionalidade que não privilegia o objetivo do vínculo social e sim a pessoa. Dito de outra forma, não se trata-se de *para que*, mas *com quem*. É uma característica que tende a acentuar o afetivo, os laços pessoais e o falante, em detrimento da lógica racional, da impessoalidade dos laços sociais e do conteúdo do que é dito. É um traço que exacerba o passional e tende a diminuir o impacto da disciplina e das exigências que o social apresenta ao doméstico.

Tanto a competição como a cooperação são comportamentos orientados, embora de modo diverso, para um objetivo material comum: é, em primeiro lugar, sua relação com êsse objetivo o que mantém os indivíduos respectivamente separados ou unidos entre si. Na rivalidade, ao contrário, como na prestância, o objetivo material comum tem significação praticamente secundária; o que antes de tudo importa é o dano ou benefício que uma das partes possa fazer à outra. (...) Em sociedades de origens tão nitidamente personalistas como a nossa, é compreensível que os simples vínculos de pessoa a pessoa, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre os indivíduos, tenham sido quase sempre os mais decisivos. As agregações e relações pessoais, embora por vezes precárias e, de outro lado, as lutas entre facções, entre famílias, entre regionalismos, faziam dela um todo incoerente e amorfo. O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras (Holanda, 1958: 30-31).

O complexo sistema social brasileiro, misto de ruralismo e urbanismo operando sobre a base da subserviência negra, produziu características bastante peculiares. O português já havia construído uma sociedade que levou ao extremo a cultura da

personalidade e atribuiu enorme valor à autonomia do sujeito: entre os portugueses, o *índice do valor de um homem infere-se, antes de tudo, da extensão em que não precise depender dos demais, em que não necessite de ninguém, em que se baste* (Holanda, 1958: 4). Entre nós, essa autonomia foi exacerbada, colocando o senhor de engenho acima de indivíduos e de estruturas políticas, subvertendo-os e servindo-se deles. Tudo isso faz com que entre nós, a solidariedade exista *sòmente onde há vinculação de sentimentos mais do que relações de interêsse – no recinto doméstico ou entre amigos* (Holanda, 1958: 10)._Herdamos um traço característico da sociedade portuguesa, em que a família e a honra são questões centrais e intrinsecamente relacionadas; a perda da honra, do homem como da mulher, mancham não apenas sua reputação como a de toda a sua família; a desonra da mulher é ainda mais grave porque esta, ao contrário do homem, não se reabilita. (Aragão, 1983)

Essa estrutura era mais intuitiva que intencional. A “inteligência” brasileira – com as aspas sugeridas por Holanda (1958) - era simplesmente decorativa e só nomeada em oposição ao trabalho manual, escravo na origem e por isso desvalorizado. Na falta de um corpo de saber digno desse nome, a elite nacional firmou-se sobre os valores da vida doméstica e dos vínculos personalistas, passando ao largo dos grandes temas do século: a emergência dos direitos civis na França e do Estado democrático norte americano. Aqui, aquelas discussões desconsideravam o contexto de sua produção, favorecendo a absorção de preconceitos, e distorciam a interpretação, de modo a permitir que a consciência nacional absorvesse apenas aquilo que coincidissem com a *negação pura e simples de uma autoridade incômoda* (Holanda, 1958: 119). Prestigiamos o estrangeiro, as teorias de fora, naquilo que ela nos serve, sinal de um raciocínio preguiçoso (Holanda, 1958) ou da mera falta de crítica para tudo que é estrangeiro (Carvalho, 1998).

A solidariedade assim desenhada define uma noção própria e bastante peculiar de cidadania. Como lembra Carvalho (1998), as cidades são consideradas o lugar clássico de desenvolvimento da cidadania justamente por permitirem a libertação do poder privado dos senhores feudais; em todo o mundo, a geografia urbana estabeleceu a noção de *um sistema de governo montado sobre o pertencimento individual a uma coletividade* (Carvalho, 1998: 12)._Mas essa aptidão para o social está longe de nosso horizonte, pautado muito mais no apego a valores configurados no recinto doméstico. O brasileiro *afirma-se ante os seus semelhantes indiferente à lei*

geral, onde esta lei contrarie suas afinidades emotivas, e atento apenas ao que o distingue dos demais, do resto do mundo (Holanda, 1958: 113).

Os mesmos sentimentos domésticos e personalistas podem ser observados no Brasil da primeira metade do século. Em 1912, 438 associações funcionavam no país, agregando cerca de 50% da população maior de 21 anos. Sob a aparência de participação na vida pública, entretanto, esconde-se o velho sentimento patriarcal: grande parte delas era baseada em grupos de pertencimento, e sua ação de dava à margem do governo, aprofundando distâncias sociais. As associações manifestavam-se apenas em assuntos de seu interesse imediato, e mesmo assim de forma reativa. A população não pretendia influir no rumo da decisão política, mas antes e apenas refrear algum impulso de governo considerado fora da possibilidade de ação ou intervenção do Estado. Um belo exemplo disso foi a Revolta da Vacina, em 1904 (Carvalho, 1998).

Diante do surto de febre amarela, o governo traçou um conjunto de medidas que visavam formar um elo de proteção contra a epidemia. Muitos interesses foram contrariados: os dos portugueses, donos de cortiços interditados; os da população em geral, com seu cotidiano alterado pela obrigação de sair das casas para que elas fossem desinfetadas; dos mendigos e dos ambulantes, com várias restrições à circulação. O desconforto com essas medidas apenas criava um ruído de protesto. Mas quando o governo decidiu que agentes de saúde entrariam nas casas para vacinar todos os moradores, o ruído transformou-se em guerra aberta, em conflitos nas ruas, e em mortes. A população suportou contrariada muitos dissabores; mas o chefe de família foi à guerra diante da possibilidade de um estranho ver desnudos - e tocar! - os braços de sua esposa e filha.

A Revolta da Vacina fala da concepção que se tinha de governo – admitido até a porta do recinto doméstico – e da escala de valores que orientava as ações subjetivas - a privacidade doméstica é esfera exclusiva de ação do chefe de família, e ali não é admitido nenhum intruso, sob nenhum pretexto. Linhas divisórias nítidas e rígidas separam a esfera pública do mundo doméstico. O governo é lá fora; no lar, quem faz a lei é o chefe de família. A Revolta só foi possível porque interesses políticos em jogo ancoraram-se na justificação moral, nos interesses tradicionalistas de respeito pela virtude da esposa e das filhas, na honra do chefe de família e no princípio de

inviolabilidade do espaço doméstico.

3. 5. Reflexos do patriarcalismo: a violência como funcional

Wieviorka (1997) afirmou que a violência é funcional na sociedade brasileira. Aqui, o recurso à violência poderia operar, no seu entender, tanto como manifestação de reação identitária a fenômenos de massificação, quanto na forma de pura manifestação cultural, dado que – como vimos acima - a violência foi ao longo de nossa história incorporada como exercício legítimo de autoridade.

De fato, dados da história mais recente mostram que a base patriarcal da cultura foi incorporada pelos sistemas legais, contribuindo para reforçar a idéia de que a autoridade pode sustentar-se legitimamente na desigualdade e na tutela do mais fraco pelo mais forte. Por exemplo, Brito (1996) mostra como o Código Civil de 1916 nega a igualdade jurídica em vários de seus artigos, apesar de anunciá-la como princípio. No entender da autora, o preconceito social da estrutura patriarcal foi desde então transmutado em afirmações jurídicas, e mesmo após a promulgação da Constituição de 1988 muitos dispositivos legais continuam reassegurando linhas de desigualdade no interior da família. O Código Civil mais recente não é exceção a essa regra.

No entanto, o discurso que fala da violência brasileira refere-se mais comumente à criminalidade; de um lado isso é compreensível se considerarmos por exemplo o índice crescente de homicídios nos grandes centros urbanos, ou o expressivo número de mortes em acidentes de trânsito, todas formas mais visíveis da violência. Essa visibilidade, provocada pelas mortes na via pública que ostentam os corpos nas ruas, orientou a formação de uma representação que condiz com aquilo que Rifiotis (1997) já denominou *negatividade da violência*, registro de sua força destruidora. De fato, a grande maioria dos trabalhos que fala da violência brasileira analisa-a a partir da criminalidade, e assume que violência é pura destruição mesmo quando o texto não faz referência expressa a isso. Só mais recentemente é que os trabalhos sobre a criminalidade passaram a levar em conta a rede de sociabilidade que informa o crime organizado, ou mesmo os anseios que orientam a opção pela criminalidade como busca da ascensão social. Nesse particular, merecem ser nomeados os muitos trabalhos de Alba Zaluar (veja-se, por exemplo, Zaluar, 1999) ou a produção mais

recente de pesquisadores do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade São Paulo, vinculando o crescimento do crime organizado à destruição dos mecanismos tradicionais de socialização e solidariedade, com impacto sobre os padrões de interação em família e sobre as leis domésticas:

O desmantelamento dessas redes tradicionais de sociabilidade foi acompanhado também de distanciamento nas relações entre pais e filhos, instituinte da redefinição desses papéis sociais e, por conseguinte, fonte propulsora de mudanças nas funções de agências socializadoras como a escola, os centros de assistência social e a política, agora investidas de atribuições antes reservadas aos pais (Adorno e Cardia, 1999: 71)

Lembremo-nos no entanto de que essa forma mais moderna de sociabilidade chegou ao Brasil muito recentemente, e essa é ao menos uma das razões que não aconselham tomá-la como hegemônica. Mais razoável seria supor que a hierarquia, a força, a solidariedade passional e a desigualdade, típicas da sociedade brasileira tradicional (Velho, 1996), coexistam com o distanciamento no interior da família e com o fortalecimento do papel das agências de socialização exteriores ao doméstico. Essa é aliás uma constatação que o mesmo autor formula em trabalho mais recente (Velho, 1999). A noção de *Projeto*, com a qual ele expressa as estratégias, metas e planos de ação do sujeito na sociedade carioca contemporânea, permite mostrar como a família ainda se organiza como um sistema relativamente fechado, e permite ainda e também compreender certos conflitos que têm origem na pretensão individualizante da geração mais nova, em confronto com a expectativa familiar da geração paterna; a violência seria, para ele, a possibilidade da imposição de vontade, desejo ou projeto de um ator sobre o outro. Do mesmo modo, a permanência de figuras como o "bom patrão" - que cumpre expectativas de justiça - e o "compadre" - vínculo que tradicional de união entre sujeitos de origem social distinta - indicam que esses sistemas tradicionais de reciprocidade ainda são investidos de valor (Velho, 1996) e servem, em certo grau, para organizar essa nossa sociabilidade que se funda na lei doméstica.

Outro argumento que pesa a favor da permanência de regras mais antigas de sociabilidade é que, embora o funcionamento cotidiano da família atenda aos padrões da família nuclear, colocando sob a mesma unidade domiciliar os pais e os filhos, as necessidades da vida urbana têm sido freqüentemente atendidas pelos parentes que, sempre que possível, residem ao alcance um do outro. Eles orientam a migração entre os segmentos menos favorecidos (Sarti, 1996) e servem como esteio e suporte para

que a família de classe média organize as muitas atribuições femininas em meio às complexidades do cotidiano e às exigências de inclusão no mercado de trabalho; nesse extrato social, é comum que avós e parentes sejam envolvidos na criação dos filhos, seja para prestar socorro em emergências seja de forma mais sistemática, assumindo cuidados que quase os equiparam aos pais na educação (Brun, 1999).

Convém assinalar, por fim, que a família tem sido um foco importante de análise para muitas áreas das ciências humanas. Uma análise do corpo de conhecimento produzido ao longo dos últimos 50 anos nos Estados Unidos Adams (1991) mostra que, durante esse período, o tema foi focado sob ângulos variados: enquanto que nos anos 40, no rastro da importância atribuída à família enquanto força de organização do social, os trabalhos analisavam temas próprios da dinâmica interna da família. Já nos anos 80, preponderavam as publicações acerca da diversidade de suas formas de organização e sobre as políticas de intervenção, indicando que os mecanismos externos à família eram tomados como mais importantes que sua ordem interna. No rastro desse modelo de análise é que se desenvolveram em solo americano os muitos paradigmas de intervenção sobre a questão da violência contra a criança.

No campo dos estudos sobre a dinâmica familiar, o parâmetro americano condicionou uma ótica de análise que tem sido posta em questão. Para ilustrar algumas das críticas que merecem ser levadas em conta, podem ser citados por exemplo os trabalhos de Anderson (1992), Aptekar (1990) e Barrow (1988).

Para Anderson (1992), que viveu durante 3 anos em aldeias de pescadores na China e na Malásia, a produção ocidental criou estereótipos acerca da família chinesa a partir dos quais ela é vista como quase patológica. A família chinesa, organizada no Confucionismo, seria vista como marcadamente patriarcal, hierárquica, autoritária, supressora da individualidade e da emoção, usuária de rígidas práticas punitivas na educação de seus filhos. O leitor desprevenido seria levado a crer que *o único modo de ser uma família flexível e feliz seria ocidentalizar-se* (Anderson, 1989: 233), preceito que alguns chegam a advogar abertamente. O trabalho do autor é um libelo contra essa visão massificada, e a seu ver distorcida. Ele descreve uma família organizada em torno de alto nível de solidariedade e responsabilidade social; o autor não nega as dificuldades ali presentes, mas sustenta que, para solucioná-las, os chineses *podem mover-se em suas próprias bases culturais* (Anderson, 1989: 234).

Aptekar (1990) lida com um tema diverso. Ele aborda uma polêmica interna, colombiana, em torno da questão dos meninos de rua: eles seriam produto do abandono familiar ou de uma forma de traição à disciplina da família patriarcal? No cerne dessa discussão, como é fácil perceber, está o sempre nomeado conflito entre a autoridade parental e a liberdade da criança, conflito que argüi diretamente o papel e a função da família. Sua análise termina mostrando que ambas as hipóteses apresentadas baseiam-se no pressuposto de que a família colombiana continuava, como nos anos 50, organizada sob padrões patrifocais, quando as exigências sociais já a haviam orientado para uma mudança na direção da matrifocalidade; a organização patriarcal seguia predominante na vida política, e as hipóteses de interpretação oferecidas, ignorando transformações de base, viam como patológico o que era funcional e adaptativo.

Barrow (1988) estudou famílias negras, migrantes, brasileiras. Para ela, a influência da urbanização sobre esses grupamentos familiares produzem formas de organização diversas e complexas; no entanto, complexidade, variabilidade e mutabilidade são fatores que não têm sido levados em conta nas investigações sobre a família da raça negra; ao contrário, os estudos tendem a encontrar um padrão e tomar por verdade que este padrão seja parte da identidade coletiva do grupo estudado; tais estudos perpetuaram estereótipos e alimentaram uma visão polarizada segundo a qual as famílias tendem a ser vistas ora como disfuncionais ora como adaptadas, polaridade que está longe de caracterizar esses grupos.

Esses exemplos visam ilustrar três distorções relativamente comuns que operam no campo da família, assim como no campo da violência contra a criança: a primeira, uma distorção que deriva da idéia do valor universal tomado como único capaz de organizar modos "saudáveis" de vida em família; a segunda, a distorção de classe, que toma por referência os modos de organização dominantes no campo social, ignorando que a organização do grupo familiar é determinada por fatores concretos e produz uma diversidade que visa atender às muitas e múltiplas necessidades dos sujeitos; e terceiro, uma uniformização que deriva unicamente da teoria e que não necessariamente responde à diversidade do social; ao contrário, pode impedir de vê-lo e ocultar justamente aquilo que é criatividade, multiplicidade, e potência.

Aplicadas ao tema da violência em família, essas advertências merecem ser levadas em consideração. Há muito poucos estudos no Brasil acerca das táticas disciplinares em uso pelos pais; não fui capaz de encontrar nenhum trabalho que visasse compreender o quanto essas táticas se aproximam ou se distanciam da concepção em voga de violência contra a criança. O corpo de conhecimento que se formou no Brasil em torno das formas de organização da vida em família permite descartar a primeira advertência - de Anderson (1992) - como risco iminente; mas a falta de um saber estabelecido sobre o que os pais, hoje, entendem como violência em contraposição ao conceito firmado na literatura, torna as duas outras advertências mais que presentes. Nada leva a crer que as representações sobre violência em família, e sobre violência contra a criança, não encontrem formas específicas na família brasileira. Se a realidade não corresponder à teoria, então a intervenção que ora é realizada no Brasil é não só ineficaz: ela distorce sentidos, dissocia-se das questões que quer tratar, ignora as razões que as determinam e interfere no núcleo familiar e na sociedade para nivelar a identidade e destitui-la de si mesma.

CAPÍTULO 4 **Metodologia de** **trabalho**

O ponto de vista cria o objeto.

Saussure

4. 1. Pressupostos metodológicos

A noção de "violência contra a criança" fixa determinados sentidos e concepções: é um fenômeno que tem lugar preferencialmente no espaço doméstico, manifesta-se em quatro formas - abuso físico, sexual, psicológico e negligência - e prejudica o desenvolvimento da criança, dando origem a um conjunto de dificuldades em certa medida previsíveis. Amplamente aceitos, os parâmetros acadêmicos têm sido recentemente questionados por alguns estudos que invocam questões culturais como um diferencial importante cuja centralidade tem sido ignorada. Sob o argumento de que certas ações só podem ser tipificadas como "violentas" a partir da percepção do

sujeito, forjada na cultura, Levett (1994) e Gough (1997) são duas autoras que têm questionado em que medida o saber sobre o fenômeno, até agora produzido, pode ser aplicado.

O questionamento de Levett (1994) tem como fundamento a reação de meninas sul-africanas, iniciadas na vida sexual por membros do círculo familiar, que não apresentam as reações descritas na literatura; ela levanta a hipótese de que aquelas reações não são identificadas nos sujeitos que estudou porque a crença na validade da iniciação sexual em família inscreve essa experiência numa rede de significados que a torna válida e mesmo necessária como rito iniciático para a vida adulta. Gough (1997) identifica em pais americanos uma série de conflitos vinculados à prática da punição física como recurso disciplinar, mantida embora questionada; a autora constata que na raiz dessa prática estão princípios de autoridade paterna, sustentados na punição física referendada pela tradição; os conflitos do sujeito decorrem, segundo a autora, do choque entre valores da tradição e recomendações contemporâneas.

Esses estudos, contudo, partem das categorias estabelecidas: Levett (1994) toma como referência os trabalhos acerca da "violência sexual" e Gough (1997) embasa a análise no que se conhece sobre "violência física". Haverá, no entanto, alguma correspondência entre os conceitos da academia e o senso comum, que orienta o comportamento, as ações e as condutas dos sujeitos pesquisados?

Nada se opõe mais às evidências do senso comum do que a distinção entre o objeto 'real' pré-construído pela percepção, e o objeto da ciência, como sistema de relações construídas propositalmente (Bourdieu et al, 1999). A construção do objeto é uma exigência própria à construção do conhecimento, mas o retorno desse saber ao campo sobre o qual ele se aplica não pode dar-se supondo uma identidade que a própria exigência do método rompeu. O retorno exige, ao contrário, privilegiar as diferenças pois elas é que permitirão o ajuste entre a abstração e a generalização, de um lado, e o real e particular, de outro. São particularidades que devem sempre interrogar a distância.

Trata-se aqui de uma questão igualmente relevante no campo ético: pois esse saber que se produz vai induzir estratégias de intervenção sobre a sociedade, a cultura e os sujeitos. No campo da violência contra a criança, o conhecimento produzido não pode ser objeto de uma aplicação direta e imediata; ele deve sujeitar-se às necessárias adequações intermediadas pela cultura e pela diferença, deve subordinar-se à cultura

e não sobrepor-se a ela. Levett (1994) mostra como essa inversão pode afrontar o sujeito e produzir dano ao invés de sanar dificuldades; aqui, o sujeito deve mais que nunca ser resgatado como fonte do saber e não como objeto de sua aplicação.

Esse saber, que é fundamentalmente assentado sobre bases culturais, afronta o sujeito porque lhe atribui uma "irracionalidade" se seu comportamento não condiz com o que dele se espera. Mas o comportamento do sujeito, adverte Boudon (1989), será perfeitamente compreensível - e neste sentido, racional - quando forem captadas as razões que o orientam, e que tanto podem ser de cunho utilitarista quanto ideológico; a hipótese a ser excluída é que o sujeito possa ser manipulado, sem o saber, por forças que escapam a seu controle. O comportamento do pesquisador é que, confrontado com culturas diversas, tende a carregar a racionalidade que lhe é própria; e *em função da diferença entre os dois contextos, um comportamento irracional no primeiro é racional no segundo e vice-versa* (Boudon, 1989: 11-12). O autor sugere cinco passos para evitar as armadilhas dessa racionalidade que contamina o pesquisador: (a) esquecer os dados da própria situação; (b) esquecer as representações sobre a população estudada; (c) esquecer as orientações teóricas que conduzem usualmente o trabalho, inclusive às que se referem ao "apego às tradições"; (d) dominar os instrumentos conceituais que permitem discernir os casos em que os dois tipos de racionalidade convergem; e (e) escapar da influência dos interlocutores privilegiados.

Levett (1994) assim como Gough (1997), citadas acima, têm defendido que a análise do discurso é o método mais adequado a captar a racionalidade do sujeito, de modo a poder discuti-la à luz do que já se sabe acerca da questão da violência contra a criança. Levett (1994) parte do princípio de que estudos que visem estabelecer paralelos culturais sobre o fenômeno da violência devem ser capazes de trazer à tona "*os códigos semióticos específicos de cada cultura, e os contra-discursos nelas presentes*". Os trabalhos da autora no campo da violência sexual indicam que o método utilizado permitiu que as contradições do discurso emergissem, evidenciando que a concepção dominante sobre os efeitos perniciosos do abuso convive com a percepção das mulheres de que a elas foi possível sobreviver sem um trauma supostamente inevitável.

Gough (1997) valeu-se da análise do discurso para identificar nas falas dos pais os argumentos que sustentam e justificam a punição física como recurso disciplinar. A investigação permitiu identificar os inúmeros e conflituosos argumentos usados para manter a punição física. A autora sustenta que, sendo "*o discurso produto de uma*

interação entre o indivíduo e a cultura”, ao focar o discurso é possível focar “a cultura, [já que] a linguagem é um sistema social e os sujeitos não podem pronunciar-se fora das convenções lingüísticas locais” (Gough, 1997: 418).

L.-Berger (1988) define a linguagem como base simbólica de sustentação da sociedade, e afirma que a linguagem permite ordenar as experiências da realidade, permitindo que essa organização seja referendada no coletivo:

Toute société a ses moyens spécifiques de percevoir et de définir la réalité: son monde, son univers, son organisation agencée de symboles. Nous le percevons déjà dans le langage qui forme la base symbolique de la société. Se dressant sur cette base et grâce à elle, il y a un système de représentations toutes faites, grâce auquel les innombrables expériences de la réalité sont mises en ordre. Ces représentations et leur ordre sont assurés en commun par les membres de la société. Elles acquièrent alors non seulement un caractère d'objectivité, mais sont considérées comme le monde *tout court*, le seul monde que les hommes normaux puissent concevoir (L.-Berger, 1988: 7).

O autor lembra ainda que a construção social da realidade, intermediada pela linguagem, oferece ao indivíduo certos pontos de apoio que são constantemente atualizados, com base em sua experiência cotidiana; essas experiências do indivíduo, desde o início de sua socialização, continuam a ser enriquecidas ao longo de sua existência. São essas experiências cumulativas que intermediam e estruturam o contato do indivíduo com a realidade. As diferenças biográficas individuais são examinadas, pelo sujeito, à luz de determinados consensos sem os quais a vida social não seria possível; elas são admitidas dentro de limites socialmente determinados; os "outros" têm portanto uma função de validação, cujo peso específico varia conforme a importância do "outro" na sua relação com o indivíduo (os outros significativos). E a principal via de validação é a palavra (L.-Berger, 1988).

Valemo-nos do método de análise de discurso como uma **teoria auxiliar** (Nicolaci-da-Costa, 1994). Para esta autora, a análise de discurso pode ser usada como teoria auxiliar quando o núcleo da questão posta em exame é construído a partir de outras ciências sociais e humanas - no caso, a Psicologia, a Sociologia e a Antropologia - e as teorias lingüísticas vêm dar sua contribuição como corpo auxiliar. Na condição de teoria auxiliar, a análise de discurso presta-se a interpretar e criticar discursos teóricos contemporâneos, assim como a investigar discursos cotidianos acerca do objeto de estudo.

A análise de discurso mostra-se portanto um recurso válido para analisar as questões em exame, visto que ela se presta à análise de uma questão definida como interdisciplinar, e pode ainda conjugar o individual e o coletivo. Não cabe, no entanto, supor que o método não contenha armadilhas que é preciso evitar. Nesse aspecto, o trabalho de Labov (1972) é particularmente valioso.

Correndo o risco de simplificar em excesso um trabalho conduzido com extremo rigor metodológico, pode-se dizer que o autor investigou a população negra do Harlem com o intuito de reavaliar o (na época) propalado conceito de “privação cultural”. Labov (1972) argumenta que a distância social entre entrevistador e entrevistado pode constituir-se em grave empecilho à expressão lingüística da população estudada. Essa “distância social” funda-se em duas condições básicas: no desconhecimento de padrões culturais básicos da população estudada; e na adoção de grades prévias de leitura do objeto de estudo que contaminam o método de investigação a ponto de distorcer o resultado final da análise. Ou seja: cerceia-se a expressão do entrevistado e seu discurso empobrecido termina sendo interpretado como “pobreza lingüística”. A investigação de Labov (1972) valeu-se de uma série de recursos metodológicos no intuito de permitir ao entrevistado a expressão mais livre do discurso. Não cabe discutir aqui esses recursos, mesmo porque nem todos se aplicam à situação ora em exame. Mas cumpre destacar a questão principal que o autor levanta: se a grade de leitura prévia é necessária porque é ela que introduz a alteridade sem a qual o diálogo não se produz (Amorim, 1996), ela deve estar de posse do entrevistador, mas não pode impor os limites nem cercear a fala e impedir o acesso à racionalidade do entrevistado, distorcendo na base os conteúdos a que o discurso, em tese, dá acesso Boudon (1989). A grade de leitura é que vai permitir distinguir entre significação e sentido:

Do lado da significação, temos o trabalho da conceitualização e da explicação que tendem para o universal e para a idéia de sistema; do lado do sentido, temos um inacabamento permanente onde o sentido é algo sempre a construir, entre a palavra do pesquisador e a palavra de todos que intervêm em seu texto (Amorim, 1996: 1)

Para Kress e Fowler (1979), a comunicação é um processo relacional e assimétrico; os participantes têm graus diferentes de autoridade e status e essa diversidade atravessa os discursos, tornando-os uma negociação de poder. Em particular nas situações de entrevista, *os participantes estão obviamente diferenciados por seus*

propósitos individuais, suas diferenças de status, seus papéis, de modo que essa forma de conversação exibe uma desigualdade, um viés na distribuição de poder (Kress e Fowler, 1979: 63). Dado o caráter desigual das posições ocupadas por entrevistador e entrevistado, os aspectos convencionais da comunicação não devem ser ignorados; seja nas manifestações da linguagem seja nas formas não-verbais de comunicação, estes aspectos revelam conteúdos acerca da relação entrevistador/entrevistado bem como acerca do tema posto pela entrevista. Eles podem, assim, efetivamente "comunicar" (ou seja, revelar conteúdo) assim como denunciar o grau de assimetria presente no contato entrevistador/entrevistado.

Com esses pressupostos, o que se pretende é que o trabalho de campo possa identificar o que é novo, desconhecido, não pensado. Labov (1972) argumenta que essa é, afinal, a função de qualquer investigação: usar o rigor do método não para referendar o sabido, mas para buscar aquilo que ainda não está escrito. Fora disso, diz ele, a investigação é inútil ou termina - como quer Maffesoli (1981: 169) - por *fabricar a verdade mesma que ela procura*.

Caberia - a partir daí - construir um roteiro de entrevistas que permitisse captar nas falas dos entrevistados sua concepção de violência - e as categorias classificatórias fundadas na cultura, evitando as "operações lingüísticas de qualificação" que ocultam um termo de análise e induzem uma percepção do fenômeno onde o sujeito termina submetido a uma perspectiva de análise onde o julgamento de valor está assentado em jogos de poder e no etnocentrismo (Nicolaci-da-Costa, 1987). A intenção aqui é - reconhecendo o recente discurso da ciência sobre o fenômeno da violência contra a criança como a **palavra autoritária** - buscar o anônimo, a fala não contaminada por aquele discurso, e seu próprio contexto de produção. Palavra autoritária tem aqui o sentido que lhe é atribuído por Bahktin (1982): uma fala que equivale à do narrador, uma fala em *off* que dissolve o portador sem no entanto tornar-se anônima.

4. 2. O método utilizado

4. 2. 1. Da construção do roteiro de entrevistas

Foi desenhado um primeiro roteiro, testado em duas entrevistas: na primeira, foi entrevistada uma mãe de três meninos, na presença de um deles; na segunda, estavam presentes os avós (pais de três filhas adultas), pais de criação de um de seus netos (este também presente à entrevista); ambas as entrevistas foram realizadas na sala de trabalho da entrevistadora, em hospital pediátrico, público, no Rio de Janeiro. Os entrevistados eram clientes desse hospital e lá se encontravam para consulta pediátrica com as crianças presentes na entrevista. A seguir, a entrevistadora saiu de sua sala de trabalho e estabeleceu contato com os entrevistados na sala de espera do mesmo hospital pediátrico, onde muitos clientes aguardavam a consulta pediátrica; essas entrevistas não foram gravadas; o propósito era estabelecer uma relação entrevistador/ entrevistado menos assimétrica, facilitando o livre curso de sua fala, e buscar formas de sanar as dificuldades encontradas na aplicação do primeiro roteiro. Cinco entrevistas não gravadas foram conduzidas nas circunstâncias descritas.

O segundo roteiro foi testado em duas entrevistas. A primeira foi realizada no mesmo hospital pediátrico onde trabalha a entrevistadora, mas nas salas de atendimento do Serviço Social, local ao qual os clientes acorrem com freqüência e segundo sua própria demanda e disponibilidade, reconhecidas pelos clientes e pelos profissionais como local de livre acesso; essa situação mostrou-se mais favorável à realização da entrevista, pois ali o entrevistado pode colocar-se mais à vontade. A segunda entrevista foi realizada com uma mãe de classe média, em sua residência.

No que diz respeito à questão da classe social dos entrevistados, cumpre esclarecer que o presente trabalho não visa categorizar os discursos conforme determinantes sócio-econômicos. Não foram coletados dados relativos à classificação sócio-econômica das mães entrevistadas, nos moldes clássicos de trabalhos que visam essa forma de estratificação, e a discussão dos resultados não se pauta em critérios desse gênero.

A diversificação dos entrevistados não visa estratificá-los de modo a permitir a análise comparativa entre os diversos discursos, conforme sua origem social e econômica; o

trabalho não visa contrapor pontos de vista da classe média e da classe baixa. A menção à questão da classe social dos entrevistados, e seu nível de escolaridade, leva em conta tão somente que fatores tais como níveis de renda e escolaridade definem formas simbólicas de apropriação e abordagem do social (Canclini, 1990).

Para Pierre Bourdieu, as relações econômicas entre as classes não são suficientes para compreender as relações entre os sujeitos e outras formas de poder simbólico que contribuem para a reprodução e a diferenciação social; *a classe social não pode ser definida por uma só variável ou propriedade, nem por uma soma de propriedades, mas pela estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere a cada uma delas, e aos efeitos que exerce sobre as práticas, seu valor próprio* (Canclini, 1990: 16). Para efeito de estudo de alguns fenômenos particulares, especialmente aqueles que dizem respeito às interações entre sujeito e cultura, a noção de *habitus*¹, parece ser mais útil que a noção de classe. Em resumo, trata-se de conferir relevo não à classificação sócio-econômica mas aos modos de vida, relações entre pessoas e grupos, fontes de informação e formação consideradas relevantes pelos sujeitos particulares. Como pode ser observado no roteiro de entrevista proposto para a presente investigação, questões como os “conselhos” ouvidos de pais, amigos e vizinhos; conceitos acerca de violência e suas respectivas fontes (imprensa escrita e falada, textos de divulgação ou textos técnicos); descrição sucinta sobre o local de residência dos entrevistados, e seu nível geral de vida; e nível de escolaridade são elementos que visam captar essas cadeias de inserção no social que falam do *habitus*, e remetem mais às estruturas simbólicas que às econômicas.

O conjunto de nove entrevistas, descritas mais acima, permitiu não apenas desenhar o Roteiro como circunscrever algumas questões cruciais para o desenvolvimento do trabalho de campo, que são objeto de discussão no item 4.2.1.

O roteiro foi assim definido:

1. Dados de identificação do entrevistado: número de filhos; idade dos filhos; idade da primeira gestação; estado civil; vínculo entre o marido atual e os filhos; breve

¹ Conforme explicita Canclini, o *habitus*, gerado pelas estruturas objetivas, gera por sua vez práticas individuais e confere à conduta esquemas básicos de percepção, pensamento e ação. (Canclini, 1990: 34).

descrição do local onde reside.

São dados gerais de identificação que permitem localizar o entrevistado e circunscrever as questões que ele vivencia e pode abordar. O vínculo entre o marido atual e os filhos define questões como relacionamento entre pai e filhos e entre padrasto e filhos, especialmente importante para discutir os temas de abuso físico e sexual; a descrição do local de residência visa buscar a percepção do entrevistado acerca da violência no seu ambiente de convivência mais próximo. Avaliar as conexões entre a violência no ambiente doméstico e fora dele.

2. O que você conhece acerca de violência e de violência contra a criança? Qual sua opinião sobre ambas? Conhece casos de violência contra a criança?

Buscar a informação disponível para o entrevistado; convidá-lo a apresentar os dados que são de seu conhecimento e as fontes de acesso a esses dados (televisão, jornais, revistas, conhecimento pessoal a partir de sua experiência ou da experiência de conhecidos); convidá-lo a emitir opinião própria acerca da informação, diferenciando-se do discurso oficial se for o caso (as implicações deste item são abordadas a seguir).

3. É comum haver problemas entre pais e filhos. Como é na sua casa? Como você resolve seus problemas com seus filhos?

Remeter o entrevistado a seu cotidiano; discutir as dificuldades mais frequentes e a origem dessas dificuldades; buscar as formas disciplinares adotadas e discuti-las a partir da ótica do entrevistado: soluções mais comuns e situações de exceção; verificar a crítica que o entrevistado possa ter acerca dos métodos que adota: são efetivos, produzem resultados, por que, haveria alternativas?

4. Quem cuida das crianças? Quais as funções do pai e da mãe?

Localizar as funções materna e paterna nos cuidados com a prole; de quem é a função disciplinar e quais os padrões de relacionamento entre o casal no que se refere a essa disciplina; se a mãe é a cuidadora principal, quando o pai é chamado a participar e sob que condições? A respeito de que questões o pai se pronuncia ou deve se pronunciar? A disciplina paterna é mais branda ou mais severa? Como se regulam mutuamente as funções materna e paterna?

5. Há dificuldades específicas de sexo e idade? Qual a idade mais difícil e qual o sexo mais difícil?

Verificar as áreas mais difíceis da educação do ponto de vista do entrevistado e correlacionar as técnicas disciplinares a essas dificuldades.

6. Como você foi educado/a? A forma como você foi educado/a é semelhante à forma como você educa seu filho?

Verificar o tema da transmissão geracional da violência: averiguar os métodos disciplinares vivenciados na infância do entrevistado, sua crítica acerca desses métodos, as mudanças e permanências, e as respectivas razões que as justificam. Abordar a diferença entre o “antigamente” e os “dias de hoje”, as dificuldades presentes que não precisaram ser enfrentadas em outra geração, o acesso da criança e dos pais a fontes diversificadas de informação.

7. Você recebe conselhos sobre como educar seus filhos? De quem?

Verificar a rede de inserção familiar e social, as influências aceitas, e o conteúdo dos conselhos recebidos pelo entrevistado/a, assim como sua crítica acerca desses conselhos.

8. Caso o entrevistado/a ainda não haja abordado: Há outras formas de um pai ser violento além dessas que você já mencionou?

Verificar as formas de relacionamento que o entrevistado concebe como violentas e investigar cada uma delas; se não houver menção, perguntar explicitamente sobre o que não foi mencionado - abuso físico, sexual, psicológico, negligência. A estrutura da entrevista não se guia por categorias, e permite identificar as categorias com as quais o entrevistado lida, assim como a prioridade atribuída a cada forma de violência

4. 2. 2. Das condições de realização das entrevistas

O objeto de estudo, no caso, poderia ser descrito como **o ponto de vista do entrevistado acerca da violência contra a criança**. Captar este ponto de vista sem que ele esteja contaminado pela visão dominante acerca do que seja a violência contra a criança requer cuidados específicos em torno da construção da situação de entrevista e em torno da construção do roteiro de entrevista. São essas questões que passamos a examinar.

A primeira questão a levar em conta é que as formas de manifestação da violência contra a criança descritas na literatura, embora presentes para o entrevistador, não devem ser anunciadas para o entrevistado: pois se o que se quer é captar a sua representação de violência sem orientar sua fala, então o entrevistado obviamente não pode ser induzido a discorrer sobre aquilo que sua prática cotidiana pode negar. Desse princípio derivam duas orientações adotadas na entrevista:

1. Indagar acerca do que o entrevistado entende por, o que já ouviu e sua opinião acerca de violência (em geral) e violência contra a criança (em particular).
2. Indagar o entrevistado acerca da dinâmica de sua família e como sobre age com seus filhos no dia-a-dia.

A primeira questão visa localizar o tema da entrevista, e identificar possíveis fontes de contaminação do discurso. Durante as entrevistas de teste, na fase de construção do roteiro, foi possível identificar que o discurso de alguns entrevistados é induzido, em maior ou menor grau, sobre o discurso científico acerca da violência contra a criança, objeto de ampla divulgação pela imprensa falada e escrita. Essa divulgação impacta a sua fala: às vezes eles se submetem ao que consideram discurso oficial e produzem um discurso que remete não à sua opinião pessoal mas sim à expectativa que julgam haver apreendido no entrevistador, tomando-o como identificado com o discurso dominante. Para ilustrar esse aspecto, apresento o diálogo em que esse jogo teve lugar:

- Eu queria ouvir sua opinião sobre o relacionamento entre pais e filhos, se você acha que os pais podem ser violentos com seus filhos...
- Abuso do pátrio poder, no caso?

No diálogo acima, o entrevistado buscava corrigir a assimetria a que se referem Kress e Fowler (1979) anunciando-se informado acerca do tema: ela usa os termos "abuso" e "pátrio poder", que não haviam sido usados pelo entrevistador, e indica conhecer a conexão entre ambos; daí em diante, durante toda a entrevista, respondeu de modo formal e sua fala indicava que o diálogo com o entrevistador era mediado pela informação que o entrevistado dominava. Esse viés foi evitado tentando diferenciar para o entrevistado as questões "o que você sabe ou ouviu falar" e "qual sua opinião a respeito (do que sabe ou ouviu falar)". Ao fazê-lo, a entrevista ao mesmo tempo

permite ao entrevistado reduzir a assimetria - pois ele é convidado a anunciar seu conhecimento acerca do tema - e autorizado a emitir uma opinião diferenciada e própria acerca da questão sobre a qual é convidado a discorrer. Daqui decorre a decisão de excluir a possibilidade de entrevistar mães tipificadas como mães violentas, em processo de atendimento nos diversos serviços disponíveis no Rio de Janeiro; a terminologia de uso corrente pelos profissionais desses serviços é contaminada pela categorização acadêmica, e além disso o fato do entrevistado ser alvo desses serviços contamina sua opinião pessoal.

A segunda questão visa remeter o discurso para práticas cotidianas no trato com seus filhos. Com essa estratégia, o que se quer é que a entrevista possa versar sobre os problemas efetivamente enfrentados no dia-a-dia e as soluções encontradas (ou não) pelas mães para esses problemas, permitindo que o discurso, centrado em temas que são do domínio do entrevistado e não do entrevistador, transcorra em clima de maior informalidade e escape às armadilhas montadas pelas regras que são divulgadas e que são de ciência do entrevistado; falando sobre sua experiência concreta, o entrevistado pode eximir-se de examinar ou ser confrontado, ainda que em representação, com aquelas regras. Daqui deriva que, por definição, os entrevistados têm que ter, pelo menos, um filho; definimos como idade mínima para esse filho a marca de 3 anos de idade pois, antes disso, é mais difícil que a criança, ainda muito dependente de seus pais e sem domínio mínimo da fala, possa contrapor-se à sua vontade criando os conflitos que exigem dos pais qualquer forma de intervenção - quando esta, precisamente, é o objeto de exame.

O termo "informalidade", usado acima, não é um discurso retórico; como sinaliza Nicolaci-da-Costa (1989), esse é um aspecto que deve ser levado em conta na construção das condições gerais de condução da entrevista, fundamental quando se deseja que o sujeito discorra sobre aspectos de sua intimidade e sobre conflitos e dificuldades às vezes desconhecidos para ele mesmo. A construção de um clima informal coloca como centrais as questões da relação entrevistador/ entrevistado, do local de realização da entrevista e da gravação da entrevista.

Nesse particular também, a realização de entrevistas de teste do Roteiro foi importante. Nelas, os entrevistados mostravam-se inibidos, inibição que podia ser apreendida no discurso não verbal - postura corporal, gestual contido e entonação da fala - e no plano verbal - uso de termos formais e frases construídas e cuidadas. O uso estudado das palavras parecia indicar um zelo permanente em atender às

expectativas do entrevistador. Para ilustrar esse aspecto, estou aqui levando em conta a mesma entrevistada cuja fala foi reproduzida acima. Depois de anunciar, logo ao início da entrevista, a posse de códigos que são próprios do discurso oficial, ela produz um discurso pouco fluente durante toda a entrevista até que, diante de uma pergunta específica, exclama: "Agora você me pegou!". Entredito, está que o entrevistador até então "não a havia pego", ou seja, ela havia conseguido esquivar-se de emitir qualquer opinião própria.

Essa esquivada pode ser atribuída não apenas a falhas do próprio Roteiro de entrevistas mas ainda às condições do local onde a entrevista se realizava: era uma sala de atendimento médico, em um hospital público, em que a entrevistadora ocupava o assento do médico, destinando à entrevistada o local do paciente. Sem dúvida, isso introduziu uma forte assimetria que contaminou toda a entrevista. No trabalho de campo, embora nem sempre tenha sido possível evitar a realização de entrevistas em gabinetes médicos, quando isso foi incontornável a entrevistadora passou a ocupar uma cadeira colocada ao lado do assento do/a entrevistado/a, buscando minimizar esse efeito de identificação com o médico como autoridade dentro de uma unidade de saúde, que já havia sido identificado como obstáculo ao livre fluir do discurso.

A gravação das entrevistas era condição para apreender todas as nuances da fala, e a diversidade dos temas abordados. Nenhum entrevistado mostrou-se inibido diante do gravador, e todos concordaram com a gravação, sobre a qual eram consultados antes do início das entrevistas. A estratégia encontrada para minimizar qualquer efeito inibidor da gravação foi colocá-lo em lugar visível e dar ao entrevistado o poder de desligá-lo, ou solicitar que ele fosse desligado, a qualquer momento em que desejassem fazer alguma declaração da qual não quisessem registro. Alguns entrevistados efetivamente lançaram mão dessa opção, solicitando que a gravação fosse interrompida, e eu mesma tomei a iniciativa de desligá-lo quando o tema abordado era delicado o suficiente para que o entrevistado chegasse às lágrimas; o gravador era religado com sua autorização.

É fora de dúvida que o próprio tema em discussão coloca certo grau de inibição que dificulta o estabelecimento de um clima em que a fala do entrevistado possa fluir com naturalidade; ele afinal está sendo convidado a discutir sua intimidade e seus problemas com um estranho; de fato, eu conhecia - e assim mesmo superficialmente - apenas três dos entrevistados; os outros estavam sendo contatados pela primeira vez. Aqui se coloca uma questão difícil de ser contornada, pois é o próprio objeto de

trabalho que coloca como exigência que a intimidade seja abordada. Uma primeira forma de contornar o problema foi adotar a sugestão de Kress e Fowler (1979) e estimular o entrevistado a falar o mais livremente possível, comunicando a permissão de introduzir temas, variantes e suas relações. O uso freqüente, pelo entrevistador, de expressões tais como «qual», «onde», «quem», «por que», e «como», convida à livre expressão e leva o entrevistado a movimentar-se segundo suas próprias regras discursivas.

Além disso, uma série de conversas livres sobre o tema foi conduzida, sem gravação, na fase de teste do Roteiro; dessas conversas informais surgiram termos de uso comum entre os entrevistados que foram introduzidos no Roteiro final e nas entrevistas, visando estabelecer um diálogo pautado por palavras de uso corrente. A inclusão destes termos permite que o discurso do entrevistador afaste-se da construção acadêmica, aproxime-se da fala dos entrevistados e imprima um curso ao diálogo mais informado pela sua cultura que pelos parâmetros da academia. Considerando que o propósito maior da investigação é exatamente a contraposição entre discurso acadêmico e cultura local, esse é um elemento crucial a ser considerado na construção do roteiro. Entre esses termos, citamos:

- **Conselhos:** orientações acerca da disciplina a ser aplicada aos filhos, recebidas tanto de profissionais como de familiares; é um termo que permite discriminar e ao mesmo tempo articular questões da cultura familiar e recomendações técnicas ouvidas pelas mães;
- **Judiar:** termo aplicado às formas de punição física que excedem limites; o termo faz com que se admita mais facilmente a ocorrência de uma forma de violência, e abre assim a possibilidade de discuti-la;
- **Corrigir e castigo:** – referidos às práticas disciplinares socialmente aceitas;
- **Limite:** palavra vinculada aos pais, sendo censuráveis a mãe ou o pai que não “impõem limites” a seus filhos, e aos filhos, associando-se à obediência; a noção de limite articula-se à filosofia disciplinar dos pais, pois permite inferir até onde eles se permitem o recurso a métodos punitivos, assim como as circunstâncias de sua aplicação.

Finalmente, é preciso levar em conta que o Roteiro, como já apontado, não é rígido nem supõe uma ordem previamente estabelecida de questões sobre qual o entrevistado vai se pronunciar. Ao contrário, o Roteiro está presente para o entrevistador mas não pretende nem orientar nem cercear a fala do entrevistado: a ele

é permitido que dê curso à sua fala, e as questões vão sendo introduzidas conforme se conectem a seu discurso. Essa questão é crucial, pois ao abrir para os entrevistados a possibilidade de movimentarem-se livremente pelas categorias propostas - negando-as, reafirmando-as ou introduzindo aspectos aos quais o pesquisador não havia emprestado suficiente atenção - a entrevista pode captar mais facilmente a prioridade dos temas, e não orientá-la.

4. 3. Trabalho de campo

O trabalho de campo envolveu três tipos de situação:

1. Entrevistas realizadas no local de trabalho da entrevistadora, um hospital pediátrico situado na zona Norte do Rio de Janeiro. Para lá se deslocam clientes de toda a Zona Norte, Baixada e Região Serrana. Todas as entrevistas foram realizadas, pelas razões já expostas, nas salas de atendimento do Serviço Social;
2. Entrevistas realizadas em Posto de Saúde Municipal, na zona Sul do Rio de Janeiro; essa unidade de saúde atende à população residente nas regiões circunvizinhas. Ali foram entrevistados também moradores da Região Serrana, em passagem pelo município do Rio. No Posto de Saúde, o local de realização das entrevistas variou conforme a disponibilidade das salas. A grande maioria das entrevistas teve lugar na sala do Centro de Estudos, para onde os entrevistados eram convidados a se deslocar; esse local mostrou-se bastante adequado pois permitia privacidade e ficava a pouca distância das salas de espera; quando a ocupação desta sala não era possível, as entrevistas tinham lugar em gabinete médico, próximo às salas de espera.
3. Entrevistas realizadas no local de trabalho ou na residência dos entrevistados; essas opções eram oferecidas aos entrevistados, e foram as alternativas eleitas em quatro das entrevistas.

Para a realização das entrevistas nas duas instituições acima citadas, foi necessário colher autorização formal, obtida pela submissão prévia do Projeto de Pesquisa aos respectivos Comitês de Ética, em obediência à Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde assim como à Resolução 016/2000 do Conselho Nacional de Psicologia.

A condução dos trabalhos de campo não apresentou qualquer dificuldade que mereça

ser aqui destacada. Nas instituições, os sujeitos entrevistados como regra dispunham de tempo, pois aguardavam o horário de consultas previamente agendadas. Uma vez identificado o horário mais conveniente, eles mostravam-se disponíveis e acessíveis a conversar sobre "violência" e sobre "seu relacionamento em casa com seus filhos", termos que eram usados para efetivar o convite. Os entrevistados eram escolhidos ao acaso nas salas de espera de ambas as unidades de saúde. As entrevistas realizadas nos locais de trabalho ou residência dos entrevistados foram feitas junto a sujeitos indicados por terceiros, dentre seus amigos ou conhecidos que tivessem filhos e pudessem estar dispostos a colaborar com a investigação. Eventuais recusas a participar - houve apenas três - foram feitas sob alegação de que o horário da consulta estava muito próximo, e por isso não seria conveniente abandonar a sala de espera.

Realizaram-se ao todo 34 entrevistas. Cada uma delas teve em média a duração de 40 minutos. Quatro entrevistas foram desprezadas na análise final: em duas delas, problemas com a gravação tornaram a fita inaudível; na terceira, um problema de comunicação levou a que fosse entrevistada a mãe de uma criança de apenas 4 meses, o que a colocava fora dos critérios estabelecidos; a quarta era uma entrevista que estava sendo conduzida no local de trabalho da entrevistada, e terminou sendo interrompida por razões profissionais; não houve oportunidade para retomá-la em tempo hábil.

As 30 entrevistas que compõem o material de análise perfizeram cerca de 20 horas de gravação, e foram integralmente transcritas. O material está disponível para consulta, em exemplar anexo ao presente. O quadro dos entrevistados é apresentado a seguir.

4. 3. 1. Roteiro de entrevistas

- 1** Dados de identificação do entrevistado: número de filhos; idade dos filhos; idade da primeira gestação; estado civil; vínculo entre o marido atual e os filhos; breve descrição do local onde reside.
- 2** O que você conhece acerca de violência e de violência contra a criança? Qual sua opinião sobre ambas? Conhece casos de violência contra a criança?
- 3** É comum haver problemas entre pais e filhos. Como é na sua casa? Como você resolve seus problemas com seus filhos?
- 4** Quem cuida das crianças? Quais as funções do pai e da mãe?

- 5 Há dificuldades específicas de sexo e idade? Qual a idade mais difícil e qual o sexo mais difícil?
- 6 Como você foi educado/a? A forma como você foi educado/a é semelhante à forma como você educa seu filho?
- 7 Você recebe conselhos sobre como educar seus filhos? De quem?
- 8 Caso o entrevistado/a ainda não haja abordado: Há outras formas de um pai ser violento além dessas que você já mencionou?

4. 3. 2. Quadro dos entrevistados

	Nome	No. filhos	Idade dos filhos entre	Idade 1a. gestação	Casada?	Vínculo entre marido e filhos	Trabalha?	Agregados	Escolaridade
1	Claudia	1	7a	39	Sim	Sim	Não		1º grau
2	Ana	1	17a	18	Não		sim	Irmã, sobrinho	2º grau
3	Maria	3	22 - 9a	18	Sim	Sim (1)	sim		1º grau
4	Letícia	10	18a - 5a	19	Sim	Sim (8)	Não	Mãe	1º grau
5	Cristina	3	21a - 11a	22	Sim	Sim	Não		1º grau
6	Luciana	1	5a	19	Não		Sim	Mãe	1º grau
7	Gláucia	1	5a	19	Não		Sim (*)	Mãe	1º grau
8	Nadia	2	52a - 40a	20	Sim	Não	Sim (**)		1º grau
9	Irene	3	13a - 8a	19	Sim	Sim	Não		1º grau
10	Marília	2	15a - 6a	21	Não		Sim		1º grau
11	Berenice	2	10a - 4a	19	Sim	Sim	Não	Sogra	1º grau
12	Tania	3	17a - 14a	18	Não		sim		3o. Grau
13	Rita	2	10a - 7a	21	Sim	Sim	Não	Mãe	1º grau
14	Monica	2	14a - 11a	16	Não		Sim	Irmã	1º grau
15	Silvia	1	7a	24	Sim	Não	Não	Sogra	2º grau
16	Julia	6	16a - 1a8m	25	Sim	Sim (4)	Sim		2º grau
17	Angela	1	28a	24	Sim	Sim	Não		2º grau
18	Laura	2	12a - 10a	23	Sim	Sim	Sim		2º grau
19	Natália	4	35a - 24a	18	Sim	Sim	Sim		1º grau
20	Sandra	3	1a - 3a	18	Sim	sim	Não		2º grau
21	Beatriz	1	3a	30	Não		Sim	Irmã	2º grau
22	Gabriela	4	13a - 3a	16	Sim	Sim	Sim		2º grau
23	Sueli	1	3a	24	Sim	Não	Sim	Mãe, padrasto	2º grau
24	Adriana	4	34a - 14a	15	Sim	Sim (2)	Sim		2º grau
25	Carolina	1	3a	21	Sim	Sim	Sim		3o. Grau
26	Daniela	2	12a - 11a	24	Sim	Sim	Sim		1º grau

27	Elza	2	8a - 5m	20	Sim	Sim	Não		1º grau
28	Marcela	1	15a	20	Sim	Não	Sim		3o. Grau
29	Fernanda	1	35a	32	Não		Sim		2º grau
30	Katia	2	14a - 12a	21	Sim	Não	Não		3o. Grau

(*) desempregada no momento da entrevista

(**) aposentada

CAPÍTULO 5

Violência em lares cariocas

Antes de apresentar e discutir os resultados do trabalho de campo, parece conveniente tecer alguns comentários acerca desses achados.

Em primeiro lugar, cumpre como sempre relativizar o alcance das conclusões que aqui se vai discutir. Diante da natureza cultural da questão em exame, e diante do universo investigado, restrito à realidade metropolitana (em particular à região metropolitana do Rio de Janeiro), seria impossível pretender falar dos muitos regionalismos brasileiros; é de se esperar que alguns pontos aqui levantados não falem da realidade de famílias de outras regiões do país. Em segundo lugar, essas conclusões são preliminares. Durante os seis últimos anos, tempo que dediquei a estudar a questão da violência contra a criança, a acompanhar a instalação e o funcionamento de programas de atenção a vítimas e a agressores e a história das famílias ali atendidas, pude perceber que embora esse tema tenha se tornado alvo de preocupação por parte de muitos agentes sociais, a produção acadêmica tem se debruçado mais sobre a análise epidemiológica do fenômeno. Há poucos trabalhos que buscam compreender a

dinâmica e a gênese dessa modalidade de violência, e desenhar as particularidades de sua manifestação no Brasil. E esse desenho, por certo, não pode ser considerado esgotado nesse primeiro ensaio de aproximação.

Acredito que a dificuldade em abordar a dinâmica e a gênese da violência deva-se em parte ao horror que atravessa a mentalidade daqueles que se aproximam do campo da violência da criança. Em meus contatos com alunos, tive a oportunidade de observar o quanto as primeiras discussões são contaminadas pelas tentativas de negação em ouvir sequer relatos dos casos cuja apresentação é necessária para elucidar certos aspectos teóricos. Negação que contamina a discussão pois, se a violência é um fenômeno relacional, não há como analisá-lo sem apreendê-lo em sua totalidade, o que por sua vez implica em considerar antagonismos sem *parti pris*. Aí reside uma dificuldade peculiar, pois o pressuposto que move todos aqueles que ingressam nesse campo é a proteção à criança. Esse não seria um *parti pris* por outro lado necessário, imprescindível mesmo? Acredito que esse falso dilema, introduzido nas discussões sobre o tema, confunde mais que auxilia a compreensão e a intervenção junto às famílias. Durante as entrevistas analisadas a seguir, fui obrigada a bater-me com ele em muitos momentos, quando uma postura de escuta não condenatória era fundamental para que o cotidiano da vida das mães com seus filhos pudesse aflorar sem censura, e sobretudo com respeito aos relatos e a suas vidas expostas. Acredito ainda que os quarenta anos da trajetória mais recente de abordagem fizeram esquecer a postura recomendada por um dos primeiros médicos a se debruçar sobre o tema. Foi Tilman Furniss quem me levou até ela, numa passagem que reproduzo a seguir:

"Estou vendo que você passou por um mau pedaço, sente-se e fume um cigarro", era a atitude de Henry Kempe com os pais que cometiam abuso físico, na década de sessenta. Revolucionária, na época, pela agudez do profundo entendimento de que as crianças que sofreram abuso sexual e seus pais responsáveis pelo abuso formam uma unidade entrosada. Nós, obviamente, precisamos aprender mais sobre as crianças que sofrem abuso sexual, mas também precisamos de uma revolução semelhante em nossa atitude e compreensão em relação à pessoa que comete abuso sexual (Furniss, 1993: 7).

A primeira publicação em inglês da obra de Furniss data de 1991, mas creio infelizmente que, ao contrário desses 10 anos proporcionarem a revolução que ele buscava na compreensão do agressor sexual, aprofundaram o risco de promover uma involução na compreensão da dinâmica dos "agressores" em todas as formas de violência. O significado que Furniss empresta ao termo "compreensão", na passagem acima, está próximo de uma aproximação que visa entender a ação, apreender suas

motivações, indagar seus propósitos, buscar suas finalidades... Mas o sentido mais importante e mais esquecido é abster-se de qualquer julgamento prévio e apriorístico. Essa atitude, fundamental em todas as ciências humanas, não implica em que o pesquisador ou o profissional estejam num lugar isento de valor, mas antes que significa entender que a realidade não cabe na introspecção, e a tentativa de enquadrar os fatos nos modelos antes mesmo de conhecê-los só pode gerar uma forma de saber que encobre o que é real para fazer emergir o que é pré-concebido, pré-conceituado, ou pré-conceituoso. Para elucidar aqui este aspecto, que considero vital, vou ainda socorrer-me com Paul Veyne, para quem

... o homem se encontra nele em todo o humano, sabe *a priori* que os comportamentos do passado se situam no mesmo horizonte que os seus, mesmo se ignora o que significava precisamente um comportamento dado: pelo menos ele sabe antecipadamente que esse comportamento tinha um sentido. (...) Mas, se sabemos *a priori* que os homens têm objetivos, em compensação não podemos adivinhar quais. Quando os conhecemos, podemos nos colocar em seu lugar, compreender o que quiseram fazer (...). Supondo, entretanto, que suas máximas tenham sido racionais ou pelo menos que conheçamos sua maneira de ser irracionais... Por outro lado, se ignorarmos seus fins, a introspecção não no-los dará nunca ou nos dará falsos. (...) A única virtude da compreensão é, pois, mostrar-nos o ângulo, segundo o qual toda a conduta nos parecerá explicável e banal; mas ela não nos permite dizer, entre várias explicações mais ou menos banais, qual é a certa. (...) compreender é o explicar de uma ação a partir do que se sabe dos valores alheios (...), ou então compreender é *informar-se* sobre os fins de outrem, seja por retrodicção e reconstrução (Veyne, 1998: 147-8).

Nesse sentido é que busco, ao longo do presente Capítulo, buscar a lógica que rege o comportamento das mães que entrevistei. E aqui cabe uma última observação, a meu ver igualmente relevante: não pretendo que o conjunto de normas que identifiquei em seus discursos seja erigido à condição de regras que possam validar tal ou qual comportamento. Ao contrário, quero desde já descartar qualquer interpretação desse porte. Minha intenção com este trabalho é, ao buscar o sentido até agora não anunciado - ou mais freqüentemente negado - de sua prática, contribuir para a pluralidade da análise do tema da violência contra a criança, buscando contribuir na construção de caminhos alternativos de intervenção na área da violência contra a criança.

5. 1. Os entrevistados: uma panorâmica

As entrevistadas são principalmente mulheres; em uma única entrevista participou

também um homem, sendo possível então colher diretamente elementos sobre a forma como o homem se insere na estrutura familiar e sobre o lugar que ocupa quanto à educação dos filhos do casal, ou mesmo dos enteados. Os depoimentos sobre a função masculina foram assim, quase sempre, apresentados pelas mulheres e dizem respeito à sua visão, ou a suas expectativas, quanto ao papel masculino na dinâmica familiar.²⁹

Dentre as mulheres entrevistadas, 13 não trabalham, tendo dedicado suas vidas aos cuidados do lar e à educação dos filhos; 17 trabalham regularmente (uma delas estava desempregada no momento da entrevista); trabalhando ou não, todas assumem como sua a função de educar. A força das regras sociais que aconselham ao homem o lugar de provedor e à mulher a função de educadora é nítida no caso de Ana. Separada do marido há 16 anos, quando seu filho contava apenas um ano de idade, ela passou a viver com a irmã e o sobrinho. Professora primária, restringiu a 4 horas diárias sua jornada de trabalho, de modo a poder dedicar-se melhor à casa e às crianças, enquanto a irmã trabalhava em jornada integral, assegurando renda mensal mais alta para o núcleo familiar. Nesse convívio, ela define o papel da irmã como masculino.

- Ela largou o magistério, foi trabalhar em hospital, e eu ficava com eles. Ela falou: você não vai trabalhar mais não; e eu falei: eu não quero parar de trabalhar, eu acho que a gente não deve parar de trabalhar. Mesmo que o salário seja pouco, não dê pra fazer muita coisa, sempre é um trocadinho, alguma coisinha, e o meu dinheiro eu gasto em bobagem com eles... é como se ela fosse o homem da casa, e eu cuidava das crianças. E toda a nossa vida foi assim... então eu posso falar mais da educação dos dois, que a maior parte do tempo eles ficaram comigo. (Ana)

Essa regra de convivência é visível entre maridos e mulheres - no caso das 22 mulheres casadas - mas mostra-se atuante mesmo entre as mulheres solteiras. São 8 as entrevistadas que criam sozinhas seus filhos. Três delas - como é o caso de Ana - vivem com as irmãs; duas moram com suas próprias mães; uma delas vive sozinha com seus filhos, que ficam sob os cuidados da irmã que mora ao lado nos períodos em que se ausenta a trabalho; uma é viúva. Tânia é uma exceção: seus dois filhos adolescentes moram atualmente com o pai, o que lhe permite desobrigar-se hoje das tarefas diárias da maternidade. Sua situação é uma exceção em vários sentidos, conforme será possível verificar ao longo deste Capítulo. O mundo de que trataremos aqui é portanto um mundo predominantemente feminino. As mulheres respondem pela

²⁹ No Anexo 1, são apresentados os dados das 30 entrevistas discutidas aqui. As entrevistadas serão designadas por um prenome, obviamente fictício, escolhido ao acaso; fictícios também são os nomes de seus maridos, filhos e parentes; foram omitidas ainda quaisquer informações que permitissem

prole, e quando solicitam qualquer forma de ajuda pedem a outra mulher. O lugar do homem nesse universo é peculiar: a violência, vista como atributo masculino, reserva ao homem no espaço doméstico uma função de comando, nos moldes clássicos da família nuclear, patriarcal, mas um comando que as mulheres pretendem manter sob vigilância e controle.

Quase todas as entrevistadas tiveram seu primeiro filho antes dos 30 anos; há duas exceções: uma delas adotou uma criança aos 32 anos e outra mãe teve seu primeiro filho aos 39. Três foram mães precoces, uma aos 15 e duas aos 16 anos. Três mães (duas delas primíparas aos 19, uma aos 21 anos) declaram que sua primeira gravidez foi inesperada, o que fez com que elas se sentissem despreparadas para o exercício da função materna, dificuldade com que se batem ainda hoje, em maior ou menor grau.

Quatro delas têm escolaridade superior; as outras, entre o primeiro e o segundo grau. São moradoras da Região Serrana, da Baixada Fluminense, de municípios litorâneos do norte do Estado, mas principalmente do Município do Rio de Janeiro. No Rio, são moradoras de bairros de classe média (Catete, Tijuca, Flamengo...) e de favelas. Seu universo de informação é bastante variado, e as opiniões que formam sobre a questão da violência em geral, e da violência contra a criança em particular, provém de fontes tais como a leitura de periódicos não especializados, membros da família, orientadores religiosos.... e da televisão, sem dúvida a fonte mais referida. Elas se posicionam diante das informações acatando-as ou rechaçando-as, com maior ou menor eloquência, conforme seu nível de informação e sua história pessoal.

Apenas 9 mulheres estavam no segundo casamento; 5 delas conviviam com filhos de casamentos anteriores e os padrastos de seus filhos, e 4 haviam tido filhos também com seus maridos atuais. Quatro entrevistadas já eram avós. Esses diferentes arranjos familiares permitiram abordar uma ampla diversidade de questões, passando pela dificuldade em educar um filho sozinha, pelas transformações (e permanências) nas práticas cotidianas no trato com a prole nas sucessivas gerações, e pelas modalidades de relação entre pai e filho e entre filho e padrasto.

A redução do número de filhos, verificada nas últimas análises demográficas, está representado no grupo de entrevistadas: 11 delas têm apenas um filho, 9 têm duas

situá-las conforme a região em que vivam, ou o local em que trabalhem.

crianças, 5 têm três filhos e três mulheres têm 4 filhos. Como exceções, uma delas tem 6 filhos (no momento da entrevista, estava em sua sétima gravidez) e uma entrevistada teve 10 filhos, um dos quais já falecido. A idade atual dos filhos dessas mulheres - o mais velho tem 52 anos, e o mais novo apenas 5 meses - é outro fator que oferece subsídio a uma avaliação das práticas educativas e suas transformações ao longo de muitos anos.

Há entre elas muitas migrantes, que chegaram ao Rio de Janeiro sozinhas ou acompanhadas de seus respectivos maridos. Elas vieram da Paraíba, do Piauí, do Espírito Santo, e suprem a falta que sentem da família nos contatos com parentes distantes residentes no Rio de Janeiro. Outras nasceram e se criaram no Rio ou nos municípios onde vivem até hoje. O contato das migrantes com a família de origem depende da distância, obstáculo objetivo para algumas, e também da história dessa relação, das lembranças da infância, por vezes prazerosas e outras não; quando não, a memória torna-se um empecilho mais importante que a distância geográfica. Prazerosas ou não, suas recordações estão presentes na relação com os filhos, às vezes de forma inesperada, como teremos oportunidade de verificar.

Quase todas descrevem como *tranquilo* ou *calmo* o lugar onde vivem³⁰. Algumas mães vivem em condomínios fechados, em áreas que consideram *menos violentas que aqui*, forma como Irene se refere ao bairro do Rio de Janeiro onde a entrevista se realizava. Às vezes consideram haver um certo risco presente, e definem o bairro de residência como *nem muito violento nem calmo, é médio* (Marília). Para algumas mães, o combate policial ao tráfico de drogas na região tem feito com que o local de moradia, antes considerado perigoso, esteja *ficando mais ajeitado* (Monica); para outras, ao contrário, o local *já foi bom de se morar mas está cada vez mais violento* (Laura). Sandra vive numa favela que é *violenta, tem tráfico, tiroteio...* Mas Daniela, que vive numa favela que considera violenta, não se sente intimidada por isso; afirma que como nasceu e cresceu ali, conhece todos os moradores e sente-se protegida em sua casa. No entanto, mesmo aquelas que consideram viver em regiões e bairros tranquilos nomeiam a violência sempre presente nos noticiários de televisão e na imprensa e discutem suas implicações na tarefa de educar. Claudia mora na Zona Sul do Rio de Janeiro, gosta do lugar em que vive. Mas afirma a dificuldade da convivência diária com a violência por intermédio dos meios de comunicação:

— Televisão, jornais que eu tenho visto... Eu fico... horrorizada. Tenho muito medo.

O que é violência para essas mulheres? Como elas concebem essa noção, como traduzem para si o noticiário e que impactos isso produz nas suas vidas?

5. 2. Visões da violência

O uso do termo **violência**, referência tão comum numa cidade como o Rio de Janeiro, não causa estranheza. A palavra foi usada já no convite para a realização da entrevista, e em nenhum caso foi razão alegada para que qualquer pessoa se esquivasse ao diálogo. A violência é uma velha conhecida, à qual todos os entrevistados têm acesso por meio dos noticiários e das manchetes de jornais, *primeira fonte referida de informação sobre o tema. O reconhecimento de sua existência causa certa aversão que se acentua quando vinculada à criança. A reação à conjugação dos dois termos, violência e infância, é de repúdio completo. Julia expressa isso:*

- O que é violência para você?
- Ah, é... matar... a pessoa... é fazer maldade...
- E contra a criança?
- Ah, da criança piorou. Porque a criança eu acho que é a coisa mais inocente que tem na face da terra. Se a pessoa faz a uma criança não merece nem viver.

Como exceção a confirmar a regra, uma única entrevistada afirma não saber que é isso. Sua negação, no entanto, mostra mais que esconde, e teremos oportunidade de retornar a seu discurso, pouco adiante, para esclarecê-lo. Leticia é mãe de 10 filhos, e ao início da entrevista, respondendo à primeira indagação, afirma:

- Você já ouviu falar em violência?
- Não, nunca soube de nada.

Embora não de forma tão disseminada quanto a intimidade com a violência, a visão de infância como alvo de proteção está presente na fala dos entrevistados. A criança inocente, alvo necessário de cuidados da família e da sociedade, tem hoje seu *status* reconhecido. Mas tanto **violência** quanto **proteção** são conceitos que abarcam uma infinidade de sentidos. Falar em senso comum aqui é cair em engodo. A diversidade

³⁰ Todas as expressões em itálico foram retiradas das falas dos entrevistados.

de sentidos contida no que se denomina **proteção** só poderá ser tratada ao final da presente discussão, visto que ela emerge precisamente quando contraposta à noção de violência, nosso objeto de análise; proteção e violência são termos que se aproximam como opostos, e se esclarecem mutuamente.

Violência, termo de referência mais comum, remete antes de mais nada à noção de agressão física. O tratamento que os meios de comunicação dispensam à matéria, ilustrando a violência sempre a partir do espetáculo - do homicídio, do assalto, da bala perdida e mais recentemente das agressões à criança - serviu para fixar a idéia de que a violência é produto da brutalidade física e tem uma manifestação mais que visível; as formas de violência simbólica comparecem raramente nos discursos examinados. A partir dessa concepção de violência como resultado da força bruta, a violência contra a criança é nomeada também na sua expressão física: a grande maioria dos entrevistados faz uma associação direta entre violência e alguma forma de ação que vise o corpo da criança, causando maior ou menor dano. São nomeadas com certa desenvoltura as formas mais comuns de agressão: bater, machucar, amarrar, queimar, e a mais constante referência: espancar. É com o termo **espancar** que as entrevistadas indicam o que entendem como uma ação condenável, praticada contra o corpo de uma criança.

Também presente é a referência à expressão sexual da violência contra a criança. Algumas mães, sob o impacto do noticiário da televisão, relacionam de imediato a violência ao estupro. Irene, mãe de 3 filhos do sexo masculino, relata com horror a notícia ouvida na véspera:

- Você já ouviu falar sobre violência contra a criança?
- Todo dia no rádio... É criança de dois anos que já é estuprada, igual eu ouvi ontem no rádio.... Essas coisas todas que faz contra criança, né? Acho uma desumanidade, uma crueldade mesmo, a pessoa pegar uma criança que não faz mal a ninguém, e fazer essas coisas. Não concordo com isso não. A mãe tava no ônibus, o ônibus tava cheio, ela pediu pro rapaz que tava sentado pra segurar a menina, e ele foi e introduziu o dedo na bichinha de 2 anos. Aí o pessoal pegaram. Revoltado, que a criança começou a gritar, e viram sangue, lincharam ele, mas aí a polícia chegou e prendeu.

Apesar de tantos depoimentos que atestam que a televisão é a principal fonte de informações sobre o tema, as entrevistadas afirmam que tentam evitar assistir ao noticiário exatamente para não ver o que afirmam conhecer. Natalia, mãe de 4 filhos adultos, censura o marido que a coloca a par das *baboseiras* que ouve na televisão quando ela retorna para casa, após o trabalho. Cristina, mãe de 3 filhos, católica,

gosta de acompanhar os programas da Igreja pela televisão, mas ressalva que procura não ver os programas que falam em violência, *pra evitar também de ficar escutando*.

Essa tentativa - infrutífera, pois as notícias estão presentes em suas falas - de afastar-se da violência como meio de desconhecê-la parece fazer parte de uma estratégia de isolamento da violência como se ela pudesse ser contagiosa, e como se o contágio pudesse ser evitado ignorando as notícias e os fatos. A mesma Natalia que censura o marido por colocá-la a par do noticiário da televisão descreve o local onde mora como um bairro *normal*: porque ela não vê, não assiste nada, sai de manhã e chega de noite, *então é normal*. Mais radical, mas na mesma linha, é a argumentação de Adriana sobre seu local de residência: ela o considera *razoável*, pois o que está fora de casa não a atinge.

De modo mais ponderado, como Natalia, ou de forma mais radical, como Adriana, essas falas tentam demarcar uma linha divisória entre a casa e a rua. Os problemas próprios do espaço social são deixados fora de casa, e as questões do mundo doméstico não devem contaminar as relações sociais; é a primeira alusão que fazem a uma tentativa de marcar a diferença, e desenhar territórios da subjetividade. São estratégias postas a serviço da preservação da intimidade contra a investida da violência - como fazem Natalia e Adriana, acima - ou mesmo de manter privados assuntos do privado, como faz Ana:

- Mas vou levar um problema meu? Eu tenho que separar. Tem pessoas que não separam. As vezes você vê pessoas que têm algum tipo de problema e se você for falar a pessoa tá de cara feia. Tenho passado problemas, mas se eu chegar na rua tô sorrindo, acho que ninguém tem que saber o que eu passo, ninguém tem nada a ver...

A julgar pela fala dos entrevistados, é uma estratégia que surte certo efeito, ainda que ilusório: eles descrevem a violência por um binóculo, conhecem-na muito mas só pela imprensa, nunca - *pelo amor de Deus!* - presenciaram-na de perto.

- Onde você ouviu isso?
- Na televisão, jornal. É mais é repórter que eu vejo, na Cidade Alerta. (Elza)

- Onde você ouviu isso?
- Programas de televisão, jornal... (Carolina)

- Onde você viu isso?

- Televisão, caso de babás que batem em criança, até os próprios pais. No jornal, no telejornal, é o que mais se vê, isso é, agressão dos próprios pais também, não só de babás.
- Só na televisão Você não conhece....
- Não, pelo amor de Deus. Não, nunca. (Sueli)

Mas essa tentativa de negação, essa ilusão de que a violência é distante, esse movimento de aproximação (de quem quer saber) e de afastamento (de quem não quem conhecer) começa a diluir-se já nos primeiros comentários acerca das mesmas notícias ouvidas pela metade, ou conhecidas pelos relatos dos maridos: comentado, o noticiário desperta dor, sofrimento, medo. Claudia afirma que a violência que vê na televisão causa horror e medo, completa:

- Medo de... me dói dentro, o sofrimento daquelas pessoas... Das crianças, dos pais das crianças, porque já é difícil, na televisão, imagine você presenciar, você... ver aquilo ali. Isso me assusta. E muito.

Com a continuidade das entrevistas, vai-se tornando claro que o eco de dor anunciado por Claudia tem raiz em suas próprias vidas. A violência que elas nomeiam está mais próxima do que reconhecem num primeiro momento e a distância que anunciam em suas primeiras frases é um desejo, mais que uma realidade. As muitas histórias dos vizinhos, de conhecidos, e sobretudo de suas próprias infâncias, virá confirmar que a representação da violência no outro (Wieviorka, 1997) é a vontade de sua ocultação.

Embora a visão dominante entre as entrevistadas associe a violência à agressão física ou sexual, algumas poucas mulheres falam de outras formas de sua manifestação. Mas sempre que descrevem a violência como algo diverso da força bruta, as entrevistadas atrelam sua definição a alguma experiência vivida ou conhecida de muito perto. Ana, por exemplo, estende seu conceito de violência para além da força com base na noção de ofensa moral, que extrai dos intensos conflitos vividos com o filho de 17 anos:

- Olha, a violência não é só porque bateu, a violência não é só porque deu um tiro, às vezes uma palavra assim... numa hora... eu acho que também seja um tipo de violência... porque às vezes a pessoa entende ah, porque ele deu um tiro isso é uma violência, ah, porque ele pegou um pedaço de pau e arriou, não, eu acho que uma palavra também...(...) se você levantar um falso, isso já é um tipo de violência... contra a moral da pessoa, não sei... (...) Poxa, eu procuro agradar, procuro... mas às vezes eles vêm assim, ah, mas você não tá agradando, é tua obrigação. Eu escuto aquilo assim... Eu digo, não deixa de ser minha obrigação porque eu sou mãe, mas também não vou agradar só por obrigação... A gente vai agradar porque gosta, né, aí eu abraço ... ele vem com malcriação... puxa, eu tô te agradando, ah, isso é tua obrigação fazer... não acho. Eu acho que isso aí é uma agressão. É uma forma de agressão.

A experiência de uma vizinha orienta o discurso de Angela na direção de outras formas de violência:

- Olha, sobre mãe, né, por incrível que pareça, mães até, amarrarem os filhos pra não sair pra rua, eu não sei em que sentido ela pensava, né, eu não sei se o medo que a criança saísse, né, eu sei que ela amarrava a criança pra não sair pra rua.

Adriana pauta-se nos ensinamentos de seus pais para definir violência como uma forma de descuido, de abandono, que deixa a criança à mercê da influência de estranhos:

- Antigamente, no meu tempo, meu pai e minha mãe era assim. Às vezes queria ter tudo dentro de casa pra não ocupar aquele filho e achar que aquele filho tinha que fazer aquelas coisas de ir na rua. (...) Então eu fui criada assim. (...) Pra mim a violência sabe o que acontece? É que você deixa um filho muito à vontade você não sabe que naquele mandado que você faz, você não sabe com quem que ele está... você não sabe onde é que ele vai, entendeu?

São essas histórias, e muitas outras surgidas ao longo das entrevistas, que nos levam a afirmar uma proximidade negada de saída. A constatação de que essas mulheres atravessam suas vidas sob efeito de uma violência que prefeririam negar, mas viveram, é o pano de fundo da análise de sua relação presente com os maridos, os filhos, e a casa. Nesse contexto, como estruturam seu cotidiano?

5. 3. Maternidade: as mulheres educadoras

A educação dos filhos, assumida como feminina, coloca as mulheres diante dos problemas de definir o que é educar, e de como fazê-lo. Na medida em que representam a violência como brutalidade, e sobretudo como brutalidade que tem lugar no espaço público, uma questão sumamente importante para elas é proteger os filhos daquele perigo. A mesma notícia que as enche de *medo*, e que remete a violência para o público, é usada como meio de alerta para que os filhos entendam que a rua é perigosa, que a violência que circula ali traz conseqüências danosas para o bem-estar da criança e que por isso esse risco deve ser, de algum modo, minimizado. Não há qualquer sinal em suas falas que autorize - como querem autores americanos e brasileiros - a ver a casa como mais perigosa para a criança: perigosa é a rua, lugar do homicídios, do desaparecimento de crianças, do estupro. A casa é para elas lugar de proteção contra o público.

Claudia, que já havia expressado seu *medo* diante das notícias ouvidas na imprensa, transforma essa informação em recurso educativo. O cotidiano que ela teme quando visto na televisão é repisado como forma de tornar claro também para os filhos que o espaço público traz riscos que é preciso evitar. Ela usa o noticiário para fazer com que a filha compreenda e assimile esse risco:

- Ela é muito teimosa. Teimosa demais. Eu chamo muito a atenção, explico pra ela olha, você não deve fazer isso, eu dou exemplo... Olha o que aconteceu, você viu na televisão... Porque às vezes quando tem uma notícia eu chamo ela pra ver. Olha aí, você não pode fazer isso... Eu converso muito com a minha filha. E explico pra ela.

Claudia faz isso de forma branda. Laura faz o mesmo, usando de maior pressão:

- Eles já me deram muita preocupação, muita dor de cabeça. Eu e minha sogra já fizemos ele chorar naquele dia que reprisou na televisão a respeito de criança desaparecida. Ela lá cutucando ele e eu de cá ouvindo e tornei a replicar, e ele ficou revoltado, Ah, eu já sei disso, minha avó também já ficou me enchendo o saco.

Educar, no entanto, não se resume a isso; educar incorpora ainda o envolvimento com as tarefas domésticas e com os cuidados diretos com os filhos, pois são elas que devem prover a infra-estrutura da casa de modo que as atividades das crianças possam ser desenvolvidas a contento. Mesmo aquelas que confessam seu desagrado em ver-se às voltas com a dupla jornada de trabalho deixam claro que o cuidado com a casa e os filhos é um atributo necessário da *boa mãe*. Laura faz uma auto crítica quando afirma:

- Porque a boa mãe mesmo... eu não nasci pra trabalhos domésticos (...) Eu deveria dar manutenção, olhar bem as roupas...

O eixo do feminino é o cotidiano, a regularidade, o dia-a-dia; quando colabora com as tarefas domésticas, o homem o faz na condição de auxiliar extemporâneo; da mesma forma, as questões morais vinculadas à educação são tratadas pela mulher no cotidiano, e o homem é chamado a participar, como veremos adiante, nas situações mais *graves*. Berenice é casada, tem duas filhas e afirma que, embora conte com o auxílio do marido nas tarefas caseiras, o papel de cuidadora é fundamentalmente seu:

- Ele me ajuda a cuidar também, que ele sempre ajudou a cuidar, desde pequenininho, das duas, entendeu, aí tem problema de banho, de tudo, aí ele sempre ajudou a cuidar, mas quando tem coisa mais grave ele vai e fala comigo, você é que tem que olhar... Eu que vou resolver.
- E tem o contrário, você dizer pra ele que agora ele é que vai resolver?

— Não, não tem.

Berenice não trabalha. Mas para as mulheres casadas que trabalham, a situação é a mesma. Para algumas, esse papel é assumido com tranquilidade, como natural. Natalia criou quatro filhos e sempre arcou sozinha com esses cuidados

— Mas aquele [o pai], que ele nunca se preocupou é com nada... Nunca importou com lápis nem de estudar... tanto fazia não ter o lápis ou não ter nada... Era a mesma coisa. (...). Eu que cuidava de tudo. De tudo. Se eu deixasse por conta dele, as criança hoje não sabia ler o A. Eles estudaram pouco, mas todo mundo estudou. Um o primeiro ano do segundo grau, outro fez a sexta série e não quis mais, não dava pra eu forçar pra ir pra escola, que ele falava não adianta a senhora me forçar que eu vou pra rua. Então eu acho que o melhor é ficar em casa, né

Para outras, esse acúmulo de funções é uma sobrecarga cujo alívio exige um formulário contínuo de estratégias e um enfrentamento permanente de impasses. Carolina, casada, trabalha e chora ao relatar que

— *Final de semana também... o tempo é partilhado... Mais ou menos, porque... eu procuro não levar coisas pra fazer em casa, por exemplo. Pra dedicar um tempo maior a ela. Ele já leva mais coisas pra fazer em casa. Então... acaba ficando mais tempo comigo do que com ele, por mais que estejam os dois em casa. (...) E é o dia inteiro com as letrinhas, é o dia inteiro com os livrinhos, que eu tenho que ler milhares de histórias o tempo todo. E eu nunca posso, né? Quer dizer, a maioria das vezes eu não posso. Que o tempo que eu fico em casa eu tenho... várias outras coisas pra fazer. (...) Eu procuro até fazer essas coisas quando eu tô... menos cansada. Procuro fazer sexta à noite, por exemplo. Adianto muita coisa que aí no sábado e domingo eu vou ficar com ela mais tempo.*

Educar os filhos, prestar-lhes os cuidados básicos, ensiná-los a se proteger do perigo externo, são funções femininas. Mas a *criação dos filhos* é, apesar disso, atribuição paterna: *cuidar* ou *tomar conta* são termos associados aos cuidados do dia-a-dia; *criar* é prover o sustento. Isso fica ainda mais nítido quando Ana, cuja irmã é quem assegura o sustento da casa, classifica o papel da irmã como *criar* e o seu como *tomar conta*.

— É. Ela me ajudava porque também... minha irmã quem criou ele, né, assim, eu tomava conta, né, mas tudo era com ela, né, assim, eu era mais assim tomando conta. Porque...

— Por causa do salário?

— Isso.

Uma segunda função masculina, incorporada ao *criar*, é auxiliar na proteção do núcleo familiar contra os perigos externos. Aqui, no entanto, o papel masculino é diverso do feminino: pois enquanto a mulher permanece em casa e dali alerta para o perigo exterior, o homem faz a interface entre a casa e a rua. Ele representa um baluarte que

impede que o perigo do público ingresse em casa, sempre a postos para proteger a família e disciplinar sua relação com o mundo externo. É um arranjo clássico da família nuclear, mas teremos a oportunidade de verificar mais adiante que ele incorpora nuances típicas quando se trata de lidar com a violência. Monica, solteira, mãe de dois adolescentes, faz referência ao perigo da região onde mora e à preocupação em proteger os filhos; para não cercear a liberdade da mais velha, ela só autoriza sua saída quando o grupo de amigos incorpora um homem a quem é atribuído o papel de protetor.

- Por exemplo, ela sair sozinha eu não deixo mais. Só vai se tiver uma turma de 4 ou 5 meninas, da idade dela até os 26 anos porque a mais velha tem que tomar a responsabilidade e tomar conta das mais novas, e tem que ter sempre um homem pra poder ajudar a tomar conta das meninas, né? Que é muito difícil. Tanto é que reúne pra ir tudo de uma vez só.

A organização familiar nos moldes nucleares incorpora traços do patriarcalismo: nas circunstâncias em que é necessária uma *conversa* sobre aspectos mais delicados, essa conversa é conduzida pela mulher com a filha, e pelo marido com o filho. A regra que recomenda esses contatos preferenciais entre genitores e a prole do mesmo sexo, clássica do patriarcalismo (Aragão, 1983), é anunciada por João, único homem entrevistado, e se repete também na fala de outras mulheres:

- Eu sempre falo, principalmente menina, a mãe, enquanto ela pode, a mãe deve levar sua filha... e o homem, aonde ele for procura levar o filho. (João)
- Ele fala assim, olha, eu converso com ele porque é homem, você como é mulher conversa com ela... porque ele pensa que ele como é homem não tem o direito de conversar com ela, e eu acho que já tem, né? É obrigação dos dois. Mas como ele diz que ela é mulher, então eu tenho que conversar. Ele fala, se fizer alguma coisa errada eu converso com ele, e você com ela. (Claudia)

É uma regra que produz insegurança. O cotidiano às vezes não permite que o pai, ausente grande parte do dia, seja aguardado para algumas necessárias *conversas*. A mulher ocupa então o lugar de interlocutor com o filho homem, atravessada por receios e com certo sentimento de inadequação.

- Eu às vezes como mãe eu fico com medo de conversar com ele, né, será que se eu conversar com ele, ele vai entender? (Cristina)

Como se vê, a divisão de papéis é orientada por regras cuja execução nem sempre é simples: dividir não é simples; é difícil dividir com os pais e é difícil também dividir com outras mulheres, quando o trabalho fora do lar o exige. Tânia, mãe de três

adolescentes, relata problemas com a sogra, *querendo se meter*, ao contrário da mãe que *não se mete porque está no esquema*. As mães que trabalham, ao sair de casa, deixam os filhos aos cuidados de parentes e muito raramente de vizinhos; nenhuma delas faz menção a empregada, babá ou qualquer instituição além da escola. O horário escolar da criança ocupa grande parte de seu dia, mas nas horas livres eles ficam sempre sob a vigilância de outras mulheres. Pedir auxílio a membros da família é uma solução paliativa, na medida em que permite conciliar as muitas atribuições femininas, como já havia apontado Brun (1999); mas é, ao mesmo tempo que ajuda, fonte de conflitos.

- Mas eu tenho uma dificuldade extra porque ela não fica o tempo todo comigo. Ela fica com a avó. Eu deixo ela lá de manhã, e à tarde minha sogra leva ela pra escola, e à noite eu vou buscar... não sou eu que estou educando ela, entendeu? Como eu tô te falando, isso são os momentos que eu passo com ela, mas eu não sei como que a minha sogra age em determinadas situações. Eu acho que ela dá tudo, faz tudo que ela quer... Porque eu percebo a forma como ela [a filha] me cobra. Ela acha que eu tenho que fazer como a avó faz. Ela esperneia, ela tem que ganhar, entendeu? (...) porque com os avós ela tem tudo que ela quer, na hora que ela quer. (Carolina)

São arranjos cotidianos que implicam uma diversidade de renúncias. Afastar-se do cotidiano dos filhos significa obrigar-se a lidar com práticas educativas com as quais nem sempre concordam, como citou acima Carolina, e com a renúncia a ver de perto seu desenvolvimento. Essa dificuldade é nomeada por Monica, solteira, que trabalha durante a semana para criar os dois filhos adolescentes deixados aos cuidados da irmã.

- Eu não tô vendo eles crescer, quer dizer, esses dias fui comprar um calçado pro meu filho, eu tive que ligar pedindo o tamanho do sapato. Tomei um susto, eu tive que ligar pra casa pra saber o tamanho do sapato. Ah mãe é 39, eu falei assim, eu não acredito, comprei um 39-40, cheguei lá pra ele calçar, ele calçou, deu certinho... Ele falou, viu como tá certo? Eu falei pra minha irmã, eu tô velha... Não, você não tá velha, é as criança que tá crescendo e você não tá vendo. Você só tem um dia pra ver as criança. Um dia só pra curtir, então...

Algumas mulheres anunciam-se *pêrdidas* na tarefa de educar. Ana optou por criar sozinha o filho, agora com 17 anos. Com o *filho criado*, ela viu-se no direito de retomar sua vida amorosa, dividi-la com um companheiro; a reação contrária do filho a surpreende, e a solução que encontrou para o conflito foi oferecer auxílio para que o filho montasse seu próprio *cantinho*, o que ele recusa. Diante do impasse, ela afirma:

- (...) não era isso que ele queria e nem é o que eu quero.
- O que ele queria?
- Eu não sei. Às vezes eu pergunto, o que é que você quer? A gente tem que saber o

que é que a pessoa quer para ver se tá à tua altura, se você... ceder, porque às vezes quer uma coisa que a gente não pode, sei lá... Tenho horas que eu fico meio perdida, aí eu digo que não vou fazer mais nada...

Outras mostram-se mais seguras no desempenho da função de educar. Irene tem 3 filhos e descreve seu dia a dia e suas atitudes ao tratar com os problemas domésticos:

- Como é na sua casa?
- Uma briga danada. Eu quero, eu não quero... mas eu não faço o gosto deles não, que eu ver que eu não posso, eu não posso. Mais é... eles querendo ir pra rua e eu não deixo... Eles diz já são homenzinho e pode andar e eu - não pode, e acabou. Aí eles dizem assim, mas até quando a senhora vai ficar segurando a gente? Até quando vocês tiverem vivendo dentro da minha casa. Mas não vai. Ah, esses dias o mais velho tava no colégio e ligou lá pra casa dizendo que ia pra casa com um coleguinha. Eu disse não, você volta pra casa agora. Aí eu contei no relógio pela hora que ele ligou. Quando deu certinho no relógio ele chegou.
- Eles obedecem você?
- Obedecem.

Eles obedecem. Essa é uma fala recorrente entre as entrevistadas. Seus filhos são descritos às vezes como rebeldes, ora como maravilhosos, mas todos as *obedecem*. Ao longo das entrevistas, elas relatam dificuldades, desentendimentos... mas reafirmam a obediência. É certo que a referência ao *filho obediente* pode corresponder ao desejo (ou à necessidade) de estabelecer autoridade diante da prole. Mas diante da admissão da rebeldia e das brigas, cabe perguntar: de que recursos elas lançam mão para lidar com os filhos de modo a submetê-los à sua autoridade? Como desempenham o que consideram sua função disciplinar?

5. 4. A função disciplinar: conversas, castigos e palmadas

Dedicadas ao lar e aos filhos mesmo quando trabalham, as entrevistadas descrevem seu cotidiano com um misto de conformismo e ironia. Claudia passa seus dias cuidando da casa e da filha de 7 anos. O pai retorna à noite do trabalho. Em seu entender, a relação entre pai e filha, restrita aos horários em que as obrigações da filha já foram cumpridas sob sua orientação, e os afazeres do pai já se encerraram, permite a predominância das manifestações de carinho.

- É. Eu vigio. Fico mais tempo com ela. São muito agarrados os dois, é beijinho, abraço, os dois, ela e o pai. Eles aproveita todo o tempo, agora eu é quem fico ali... você sabe que é a mulher quem pega mais, quem fica mais com a criança... Mas é, que ele sai trabalhar... Aí fazer o que, deixar tudo bonitinho, tá tudo bonitinho ali, né, tudo cheirosinho ali...

Submersas em seus afazeres, elas às vezes nem saber descrever seu dia a dia. Natalia criou quatro filhos, um deles com muitos problemas de saúde; era casada mas seu marido aposentou-se aos 27 anos por invalidez, *doido, varridinho*, e era por isso um encargo antes de uma ajuda. Ela descreve sua lida com a casa, os filhos e o trabalho:

- Como era com seus filhos?
- Eu nem sei como te responder, porque era tanta preocupação, tanto serviço... e tanto não tenho, não posso... que eu não me liguei a isso. A vida foi indo assim... (...) então foi uma coisa assim mais agitada, eu nem me liguei nesse pedaço da vida.

Para outras, as tarefas não representam tantos encargos. Elas descrevem os filhos como obedientes, disciplinados, e mostram domínio sobre a dinâmica de relacionamento e a administração da casa. Angela não trabalhava, e criou um único filho.

- Ah, graças a Deus, eu não tenho que o que reclamar. Eu tive um, né, e esse não me deu trabalho. (...). Até os 14 anos ele foi aquela criança calma, desde o jardim, botei no colégio com 4 anos, aí depois ele continuou estudando e com 14 anos ele se decidiu ir pra Igreja, nós somos evangélicos, então daí pra cá foi mais fácil ainda. (...) Olha, uma simples experiência que eu tive. Como sempre, a gente tá com pouco dinheiro. E eu sempre não gostei de ver criança fazendo pirraça na rua, querendo alguma coisa, às vezes a mãe não pode comprar, eles quer, eles não entende. Quando eu saí de casa falei assim "mamãe tá com pouco dinheiro". Aí chegava no supermercado ele pegava as coisas que ele queria na prateleira e falava assim... "mãe, seu dinheiro dá pra comprar isso aqui?" Aí, mesmo que não desse, eu me virava... dentro do possível eu dava aquilo que eu podia. (...) Ele nunca foi assim de teimar, entendeu?

Mas mesmo mães como Angela e Irene, que descrevem seus filhos como obedientes, admitem desavenças eventuais. São comportamentos que elas chamam de *rebeldia*, *teimosia*, sobre os quais procuram se pronunciar quase de imediato. É preciso conter essas pequenas manifestações de insubordinação, o que normalmente é feito com uma admoestação verbal que não raro contém a ameaça da punição física e traz o tema da violência física como sustentáculo de uma força simbólica (Velho, 1996).

- Nunca desobedeceram?
- Às vezes resmunga assim, resmunga dali, mas... se eu falar não pode, não pode.
- E quando eles resmungam o que você faz?
- Ah, eu brigo, digo que vou bater neles pra eles não ficar me resmungando pelas costa, né? Aí eles ficam quietos. (Irene)

A necessidade de cercear certos comportamentos considerados indesejáveis é um componente reconhecido do educar. Dos pais, espera-se que eles promovam o ajuste

da criança a certas normas sociais, ajuste que certamente não se dá com docilidade; a reação da criança à imposição de normas e limites é usual, e mesmo esperada. Não se supõe que a criança aprenda e assimile limites *por acaso nem de forma prazerosa e livre* (Gomes, 1994: 58). A necessidade da interdição, entendida como função paterna e materna ao menos nos primeiros anos de vida, coloca a questão dos métodos adotados com a finalidade de alcançar tal propósito. Do mesmo modo que o comportamento da criança deve responder a determinadas expectativas sociais, os métodos educacionais se definem eles também, de modo mais ou menos consciente, contra o pano de fundo da cultura. As táticas disciplinares de que os pais lançam mão serão aquelas aprendidas ao longo de sua própria experiência pessoal: as vivências de infância assim como as experiências posteriores que oferecem acesso à crítica ou à ratificação do vivido.

As mães entrevistadas não se consideram violentas. Por vezes elas deixam entrever essa apreciação que fazem de si mesmas, e às vezes a anunciam abertamente. O trato com os filhos é anunciado como cordial, mesmo quando incorpora desavenças, e o elogio que recebem de familiares e amigos, dirigido aos filhos *bem educados*, é interpretado como sinal de que as funções da maternidade foram desempenhadas a contento. Por outro lado, elas fazem a condenação moral da violência, com ênfase particular na violência de pais contra filhos. A conjunção dessas duas linhas de argumentação permite deduzir que elas reconhecem uma linha divisória entre as práticas punitivas socialmente aceitas e as formas condenáveis de punição; mais que isso, elas se colocam aquém da linha divisória, defendendo seus próprios métodos *como não violentos. É desse lugar de não violência que elas falam. E, a partir de suas falas, é esse lugar que passamos a desvelar.*

Todas as famílias descritas conhecem as práticas punitivas. As mães fazem referência ao uso de três recursos comuns na educação: a **conversa**, o **castigo** e a **palmada**.

A. Conversas

A conversa é o primeiro recurso de aproximação quando uma discordância qualquer entre pais e filhos exige intervenção. No discurso dos pais, o termo **conversa** não implica necessariamente diálogo, no sentido de ouvir do filho a sua justificativa para a atitude ou o comportamento objetos de discussão. Aqui pode ser identificado o exemplo prático mais acabado da **retórica**, que como vimos é para Santos (1995) uma

das estratégias em que se sustenta a lei doméstica. A conversa representa antes uma preleção dos pais aos filhos, em que os primeiros tentam fazer com que os últimos reconheçam e adotem seus pontos de vista. João, por exemplo, busca com a conversa *explicar e mostrar o que é que tá acontecendo*. A conversa entre um adulto e uma criança supõe portanto que o adulto detém a razão, e que por intermédio do uso da palavra quer fazê-la chegar à criança. Nesse contexto, a conversa contém - às vezes mais, às vezes menos nitidamente - o sentido de uma admoestação verbal, característica que a aproxima de uma prática punitiva e da **violência**, identificada também por Santos (1995) como a segunda estratégia da lei doméstica. A conversa incorpora a violência como dimensão simbólica; limitada ao uso da palavra como tática de convencimento, ela se afasta da violência física direta e por isso afasta-se também, no entender das mães, de qualquer procedimento que possa ser interpretado como violento. Isso fica claro na fala de Tânia:

- Você já ouviu falar de violência contra a criança?
- Muito... ouço muito. Coisa horrível, porque não é necessário você descer o pau numa criança. Precisa sentar, conversar... As pessoas acham que a criança não entende nada, não sabe nada, ela entende tudo.

A intenção de comando e admoestação verbal é nítida na fala de Sueli, que eleva o tom da voz com seu filho de 1 ano de idade para fazer ver seu desagrado com certos comportamentos. Ela nega a esta reprimenda qualquer caráter violento:

- Hoje eu faço mais no grito, mesmo. Mais no grito. Às vezes eu grito com ele. Ah, eu acho que isso aqui não agride, de humilhá-lo, de... regredi-lo, de... botar de baixo, de... acho que assim é como uma advertência, ele vai lembrar que ele não pode (...). Acho que no grito, entendeu, falando com potência na voz, ele me obedece mais. (Sueli)

Uma extensão da conversa que assume caráter mais firme de repreensão é a *bronca*. Ela se detém ainda no plano verbal, mas é apresentada como uma forma mais firme e contundente de corrigir eventuais desvios do comportamento da criança. Se o portavoz é o pai, esse sentido pode ser ainda mais nítido. Maria, mãe de três filhos, coloca a conversa do pai nos seguintes termos:

- Porque às vezes ele faz alguma coisa de errado e... não quero falar, então eu deixo pro pai dele falar pra também não ficar só eu... Só eu brigando, entendeu? Ficou na televisão... então você também tem que fazer alguma coisa, dar uma bronca... Aí eu já deixo, ó, aconteceu isso, não gostei disso, não gostei daquilo... aí o pai com aquela autoridade dá uma bronca, bronca de pai é estouro, já fica com muito mais medo do que eu falar dez palavras.

B. Castigos

Embora os filhos atendam à admoestação verbal, é comum que a solução não seja assim tão cordial e exija uma intervenção mais firme. É neste momento que entra o castigo, procedimento que visa submeter a criança a uma situação que provoque desagrado. É a associação entre o sentimento de desagrado e o comportamento a ser punido que assegura eficácia ao intuito punitivo. Mais comumente, castigar é suprimir o prazer, e o castigo mais usual é aquele que priva da criança daquilo que ela gosta ou deseja: ver televisão, andar de bicicleta, sair à rua para brincar com os amigos... Eventualmente, a criança pode ser forçada a realizar atividades que considere desagradáveis, tais como pequenas tarefas domésticas - o que gera benefícios secundários para as mães - ou *fazer cópia do livro*.

- Eu sempre usei a tática do botar de castigo. (...) Tirar as coisas que ele gosta. Por exemplo, gosta de... você não vai ganhar isso porque você não fez isso, eu te pedi uma, eu te pedi duas, três vezes... e você não me atendeu. Pra haver um entendimento entre nós dois, eu vou ter que fazer isso pra você perceber... o que eu tô querendo de você. Então sempre tirar o que mais gosta, eu acho assim... legal. (Tânia)
- Também boto ele pra ajudar em casa, boto ele pra lavar uma louça... Arrumar a casa. Tem que me ajudar. Aí boto ele pra ver televisão, ler... que ele também não gosta muito... Mas não deixo assim brincar, que por ele, ele fica o dia todo na rua, né? (Marília)

Uma forma alternativa de castigo, referida com menor freqüência, é a exclusão da criança do ambiente de convivência, durante certo tempo: *você vai ficar no seu quarto, vai ficar sentado no canto*, são comandos que sinalizam também a interdição materna.

- Menorzinha já dei do tipo... botar ela de castigo. Que às vezes ela era meio tinhosa, então... às vezes tinha que levar ela pro quarto, assim, não, você não vai fazer isso, tum! Botava ela no quarto. (Marcela)

O castigo não visa e nem atinge direta ou fisicamente o corpo da criança, mas a fere em seu orgulho; ele fala portanto de uma punição que é moral. O que se quer, ao castigar, é submeter a criança ao comando, fazer ver a força da proibição e com isso fixar os pais como detentores da autoridade. Mas exatamente por atingir o orgulho é que esse método punitivo pode implicar excessos, quando então passa a ser nomeado como violência. No discurso das mães, o castigo rompe a barreira da violência quando rompe dois critérios: a intensidade e a duração.

a) o castigo não deve produzir medo

Como visa o orgulho da criança, no sentido de fazê-la dobrar-se à autoridade dos pais, o castigo pode impor-se com tal intensidade que implica em humilhação e medo. O medo é entendido como um excesso que é nomeado como violência.

- Por exemplo, trancar a criança, eu não faço, mas sair e deixar a criança trancada assim de castigo no quarto escuro... mas.... Isso aí eu acho uma violência né, a criança fica com medo, e o medo deve ser horrível... um castigo assim, não sei, é uma coisa que marca. Agora ficar sentado assim um pouquinho não tem problema nenhum. (João)

Foi justamente o medo, apreendido na reação do filho, que fez Sueli desistir do uso do castigo. O *choro histérico* da criança como reação ao castigo despertou nela a culpa pelo que considerou um procedimento cruel:

- Já botei ele dentro do quarto, fechei a porta, mas ele começou a gritar... aí eu fiquei... não, eu acho que isso não é o caminho. Eu achei assim meio estranho, não me senti muito bem não, me achei muito cruel. Trancar ele dentro de um quarto... parecia que... sei lá, não adiantou não.
- Você achou cruel pela reação dele?
- É, porque começou a ser aquele choro histérico, de que tava sofrendo, assim... como se eu tivesse abandonado, largado ele como qualquer coisa, assim... não achei legal, achei cruel.

b) a duração do castigo deve ser proporcional à falta cometida

O excesso que transforma o castigo em violência está representado ainda na duração da proibição ou da exclusão; quando elas parecem excessivamente longas, desproporcionais à gravidade da falta, o castigo é visto como violento. Nadia usou o castigo como método educativo, mas quando seu filho deixa o neto no quarto *o dia todinho*, ou *por dois dias*, isso lhe parece desproporcional, e por desproporcional torna-se violento.

- ... o outro dava um castigo muito violento pro menino aprender.
- Como assim, muito violento?
- Dentro do quarto, fica aí. Não fechado. Não pode ver televisão o dia todinho, é comer e voltar pro quarto.

A eficácia do castigo pode ser constatada nas lembranças de Sandra. Criada pela avó, ela compara sua reação ao castigo e à surra, explicando que foi a percepção da força do castigo que a fez optar pelo mesmo método no trato com seus três filhos ainda pequenos:

- quando minha avó falava que você não vai prum lugar e me trancava... a gente ficava trancada dentro de casa... entendeu? Um apartamento de quarto andar... nossa, eu me via doida... chorava... aquilo parece que me doía muito mais do que... entendeu, eu ter levado a surra que doía na hora mas depois tava fazendo tudo de novo e esquecia, muito rápido. Já quando eu deixava de fazer um negócio que eu gostava, já ficava pensando antes de fazer.. não vou mais sair pra tal lugar. Porque eu aprendi assim, então eu tento fazer da mesma maneira com eles.

João, do alto de sua experiência junto a três filhos e muitos netos, atesta:

- Em geral criança não gosta de castigo, né? Até a gente quando fica em pé assim num lugar, uma fila.. ah, tô de castigo... Criança....se a gente botar a criança sentada a criança já acha ruim, entendeu? Castigo em geral, a criança sendo uma criança sem problema, assim, eu creio que já resolve sim. (João)

E quando não resolve?

C. Palmadas

Quando a conversa não produz qualquer resultado, e o castigo também não surte efeito, os pais lançam mão do recurso do *bater*. Os termos que se associam ao *bater*, ou podem substituí-lo, são **palmada** e **tapinha**. O uso da palavra *tapinha* para designar a punição corporal, assim mesmo no diminutivo, é o primeiro indicativo de sua pretensa suavidade punitiva. Palmada e tapinha estão longe de serem consideradas formas de violência, e o discurso de Leticia é a marca dessa distinção. Lembremo-nos que Leticia, mãe de 10 filhos, foi a única entrevistada a afirmar que desconhecia, ou *nunca soube de nada* a respeito de eventos violentos. Ela nega também qualquer problema ou dificuldade na relação com qualquer um de seus muitos filhos. Consciente do uso disseminado da palmada, e notando sua relutância, insisto de forma mais direta:

- Nunca precisou dar um tapinha?
- Ah, não, bater já, né, mas a senhora falou em violência... Mas eu não gosto de judiar de criança...

A representação que as mães fazem da violência identifica-se, como visto, às formas físicas de agressão. A palmada, enquanto forma punitiva corporal, aproxima-se dessa representação e portanto a diferenciação entre palmada e violência é mais problemática. Os primeiros indícios dessa diferenciação são dados em seu anúncio

como um *tapinha*, ou nos muitos *mas (mas é levinha...)* e *só (só no bumbum...)* que acompanham a primeira confissão de seu uso. Fica implícita no discurso das mães a necessidade de deixar claro para o entrevistador que elas, submetidas a uma entrevista em que os temas a serem discutidos são "violência contra a criança" e "sua forma de lidar com seus filhos", censuram o primeiro, estão dispostas a discutir o segundo, reconhecem o uso da punição física, não se consideram violentas e não querem ser vistas assim. O que se desenrola a seguir entre entrevistador e entrevistado é uma forma de jogo em que, pouco a pouco, lhes é permitido elucidar essa diferença. São sem dúvida os pontos mais delicados de todas as entrevistas, com a única exceção de algumas lembranças da infância ou sentimentos muito presentes que com certa frequência provocaram lágrimas. A sinonímia entre violência e agressão física provoca nas mães uma desagradável sensação de identidade da qual nem sempre elas são capazes de se desvencilhar de imediato. É uma sensação de paradoxo que paira no ar.

De um lado, há que se reconhecer que a fala dessas mães é, em certa medida, incongruente. Pois se elas mesmas identificam violência e agressão física, como querem a seguir distinguir violência de punição física? Nem elas mesmas são ingênuas a ponto de buscar essa distinção na mera intensidade; elas próprias recusam o recurso fácil de tomar como violentas apenas as formas mais extremadas de agressão, cujos exemplos estão disponíveis às pencas na imprensa. É verdade que lançam mão desse recurso em primeira instância, como que marcando o extremo para diferenciarem-se dele por oposição. Logo percebem, no entanto, que essa diferenciação é insatisfatória e não dá conta de explicar, para o entrevistador e às vezes para si mesmas, as muitas decisões que elas tomam no cotidiano informadas por fatos às vezes guardados na lembrança, por informações apreendidas aqui e ali que orientam sua maternagem mesmo sem estarem devidamente organizados na forma de regras e normas explícitas que as orientem sobre como ser mães. Na sua disposição de discutir seu dia a dia com um estranho, essas mães se propuseram a expor suas dúvidas, suas dificuldades, e a relatar fatos: as muitas histórias com as quais elas ofereceram dados concretos para ilustrar normas abstratas que não eram capazes de anunciar.

O que se desenha, a partir de seus relatos, é um conjunto de regras praticadas que permitem romper a sinonímia entre violência e palmada, regras que submetem pais e mães e que, uma vez cumpridas, autorizam certas formas de punição. O desafio que se coloca, e que é mister enfrentar, é apreender essas regras pois elas detêm a

solução de um paradoxo que vai se mostrar, afinal, apenas aparente.

5. 5. Palmada: critérios de uso da punição física

A palmada, como regra, sucede outras tentativas de disciplinamento da criança. Todas as mães anunciam seu uso. Umas o fazem de certo modo constrangidas, outras não só afirmam com naturalidade que recorrem à palmada como a defendem abertamente. Há uma única exceção: Tânia afirma e sustenta durante toda a entrevista que nunca deu uma palmada em nenhum de seus três filhos, hoje adolescentes.

— Nunca, nunca precisei bater. Eu sempre usei a tática do botar de castigo.

Já havíamos nos referido a Tânia como uma exceção. Ela é uma das poucas entrevistadas com formação superior (durante a entrevista dá informação sobre sua formação em Psicologia, profissão que efetivamente exerce), mas esse não é o principal argumento de sua condenação a toda e qualquer forma de punição física. Seus argumentos se sustentam na cultura: Tânia é cigana. Entre os ciganos, explica, o respeito ao mais velho e à criança - em suas palavras *os dois extremos* - é um valor fundamental. Assim, ela busca impor-se aos filhos usando principalmente o recurso verbal, e ainda assim evitando qualquer atitude que possa ser interpretada, pela criança, como autoritária. Em suas palavras:

— ... é aquela coisa, você também tem que descer ao nível da criança, né? A gente cigano tem uma coisa que é nunca conversar com uma criança de cima. Você desce, ajoelha se for possível, pra ficar no mesmo nível... você se iguala, senão é tão maior que... entendeu? Então agacha quando vai falar com uma criança. Eu nunca posso falar assim [faz o gesto como se estivesse olhando de cima] um gigantão...

Todas as outras mães relatam o uso da palmada. Mas elas o fazem defendendo sua necessidade; o anúncio claro da palmada é menos comum que a hesitação de muitas mães em admitir essa prática; a relutância faz com que elas só admitam que batem em seus filhos após explorarem vários ângulos da questão, como que estudando a posição do entrevistador. Mas sempre avaliam essa modalidade de punição física como não violenta, avaliação que Rita traduz numa frase mais que clara:

— Claro que não, palmada não é violência.

Tapinha toda mãe dá, afirma Beatriz. Mais que apenas aceita, a palmada é

considerada elemento necessário da educação:

- Você já precisou dar algum tapa?
- Já, já. Que a mãe tem que educar, né? (Berenice)

- ... qual a mãe que não bate nos seus filhos? Eu bato como uma mãe qualquer. Bato sim, bato. Mas eu não espanco as minhas filhas. Bato como uma mãe qualquer. (Daniela)

- Porque toda criança ela tem que levar um tapa, né? Mas tem a hora certa, também não é à toa, qualquer coisa tá apanhando. (Irene)

O *mas* de Daniela e Irene é o anúncio das restrições impostas à palmada. A conjunção comparece aí para indicar que seu uso é limitado e que, ainda que comum e necessário, submete-se a certos critérios. As regras que diferenciam entre violência e educação são regras às quais os próprios pais devem se submeter, sob pena de serem qualificados como "pais violentos". A fala das mães indica que elas conhecem essas regras e, para exemplificá-las, comparam-se a outras mães cujos casos conhecem pessoalmente ou por intermédio do noticiário; e lançam mão ainda da comparação do modo como educam seus filhos e as próprias histórias de vida, rememorando e ao mesmo tempo avaliando a forma como foram educadas por seus pais.

As regras que regem esse território vão emergindo aos poucos em seus discursos. Algumas aparecem na fala de umas poucas mães, mas grande parte delas se repete em muitos discursos, indicando uma prática que vai além da decisão individual. As regras que se pode apreender são apresentadas a seguir.

a) a escalada conversa - castigo - palmada deve ser respeitada

Há uma escalada na força punitiva que deve ser respeitada. A seqüência repreensão verbal – castigo – palmada deve ser respeitada e assegura que seja transmitida à criança a noção de que a punição corporal advém do fato dela não haver respondido à ordem verbal, ou não haver correspondido à expectativa com a aplicação do castigo. Para João, é preciso primeiro conversar, depois castigar, para só então bater.

- Primeiro tem que conversar, explicar... Aí se não resolver bota de castigo. E se realmente não resolver... Agora se o tapinha não resolver, aí acho que tem que procurar uma psicóloga mesmo... Entendeu?

Outras mães omitem o castigo, mas trabalham com a idéia de que a palmada só deve ser aplicada quando a repreensão verbal não surte efeito.

- Primeiro a senhora tem que conversar com a criança, tem que saber porque dar aquele tapinha, entendeu? Primeiro conversar... mas se for assim uma criança muito teimosa, aí sim ,entendeu? (Nadia)
- Quando ela teima muito. Eu digo não faz, ela faz. Não diga, ela diz. Isso não é assim, ela vai e faz. Tirar do sério é o limite. Acabou. Limite da minha paciência e de conversar com ela e ela tá repetindo a mesma coisa. (Claudia)
- Mas só bato mesmo quando tá bem mesmo... Eu falo muito as coisas, eu vou repetindo sempre, não faz isso, não faz isso, e continua fazendo, aí eu dou um tapa, mas não de bater, de violência, eu sou mais de conversar. (Berenice)

Apenas em algumas em condições especiais a quebra da seqüência é admitida: se é preciso que o comportamento cesse de imediato, então a palmada é súbita, e a intervenção imediata busca o efeito de pronto:

- A última vez que eu bati nele foi quando ele empurrou o irmão dele na quina da janela, ele abriu os supercílios. Então eu achei aquilo uma maldade, eu achei que na hora conversar com ele não adiantava, mesmo porque eu tinha que socorrer o outro... briguei, dei uma tapa na bunda dele (Sandra)

Convém aqui chamar a atenção para o fato de que o estabelecimento de uma regra de escalonamento punitivo produz como efeito o aumento de eficácia das formas mais brandas de punição. A violência *não se limita ao uso da força física, mas a possibilidade ou ameaça de usá-la constitui dimensão fundamental de sua natureza* (Velho, 1996: 10). Ainda que as mães entrevistadas não vejam a punição física como forma de violência, elas parecem reger sua prática orientadas por esse mesmo princípio. Algumas mães aludem, de fato, à ameaça de bater como forma de tentar conter certos comportamentos.

- Aí ele, mãe, você vai me bater? Não vou lhe bater. Se você falar a verdade eu não vou bater e vou te dar tudo isso que eu falei que não vou dar. (Sandra)

A ameaça da punição é usada portanto como forma adicional, emprestando um reforço ao castigo, e à conversa. Usada como possibilidade, a ameaça transforma-se *per si* numa forma punitiva.

b) a explicação deve acompanhar a punição corporal

Muitas mães fazem referência ao fato de que a palmada não pode ser, para a criança, um gesto sem sentido. É preciso que ela seja acompanhada de uma explicação que elucide a razão pela qual a criança está sendo punida. O propósito aqui é assegurar que a criança entenda, com a maior clareza possível, qual foi precisamente sua conduta que deu origem à punição física. É a explicação oferecida à criança que permite fixar a interdição do comportamento. Esse aspecto, que aparece na fala de muitas mães, é anunciado com clareza por Carolina:

- Que adianta bater se ela não sabe porque ela tá apanhando, qual o efeito de um tapa se não tem justificativa? Porque a intenção de eu dar um tapinha na bunda dela é que ela perceba que aquilo é errado. Se eu dou o tapa e ela não percebe que ela tá fazendo uma coisa errada, qual é justificativa do tapa? Não tenho nenhuma. (Carolina)

É essa a razão que Sueli invoca também para afirmar que uma criança pequena não deve receber nenhuma punição corporal pois ela não tem desenvolvimento necessário para alcançar a compreensão dos motivos pelos quais está sendo punida:

- É pior bater em criança pequena?
- Eu acho que é, porque não adianta nada. Porque olha... até quando eu brigo com meu filho, ele chora, enxuga as lágrimas e vem pro meu colo, então eu acho impressionante... não tem vergonha, ele não sabe nem que você bateu por isso, não sente raiva nada, ele é tão inocente que não tem mágoa, não tem raiva de você...

c) a punição física não pode exceder-se em intensidade

Como já comentado, essa é uma das primeiras e a principal distinção que as mães buscam estabelecer para diferenciar entre palmada e violência. A marca física no corpo da criança é o sinal básico que indica que a punição foi excessiva e que os pais não se contiveram dentro dos limites esperados.

- Ah, tem muita mãe que maltrata os filhos, bate nos filhos com violência, até dá... espanca, dá soco nas criança, eu... desse negócio eu não gosto não. (Silvia)

As formas aceitas são aquelas que não provocam marcas visíveis no corpo da criança. Nitidamente, o que se busca com a palmada é o efeito moral, não o físico. Essa diferença pode ser nomeada pelo uso exclusivo do tapa com a mão, sem

instrumentos, ou pela definição dos casos extremos, como tirar sangue.

- Já dei tapinha, mas tapinha assim no bumbum. [fala para o filho ao seu lado:] Às vezes mamãe dá tapinha no bumbum, né? Mas não faço isso muito. Mas não foi nada de bater, espancar, pegar sapato, nada disso. (Sueli)
- Já dei tapa neles. Aí já. Mas pegar chinelo, cinto, e fazer... nunca fiz não. Dou tapa, bronca... (Natalia)
- Violento é se eu pegar a correia e der umas pancadinhas, né? Mas não é coisa assim de tirar sangue, de deixar marca, não. (Irene)

Para muitas mães, a lembrança dos castigos da infância funciona como um freio que contém a punição física dentro de certos limites. As inúmeras histórias que elas retêm na memória são evocadas para ilustrar o efeito perverso da punição excessiva:

- Esse tapa que você dá não é violência?
- Não, não.
- O que é violência?
- Violência que eu acho é quando o pai espanca, dá soco, bate na criança toda, né, isso que eu acho violência, né, bater de pegar, dar soco... pontapé, chutar, né, isso que eu acho violência. [minha madrasta] prejudicou muito minha irmã, fez muita violência... queimou as costas da minha irmã com ferro... essas coisas assim... (Berenice)

c) a punição física não pode ser aplicada em qualquer parte do corpo

O conhecimento popular, transmitido de geração a geração, já condenava a punição que atinge certas partes do corpo da criança, como a cabeça. João, pai de um homem de 52 anos, já avô, relata a orientação da mãe, interditando a pancada, que ele definia como qualquer agressão à cabeça da criança.

- Pancada é qualquer coisa na cabeça da criança. Isso é uma coisa que eu sempre aprendi com a minha mãe. Ela dizia: "muita gente vai ter problema mental porque qualquer coisinha a mãe bate na cabeça". Pá!, na cabeça. A criança é novinha, vai abalando os miolos da criança. Quando ela cresce, aquilo junta. (...) A mãe, os pais, têm que saber que aquilo que ele recebeu na época, quando era pequeno, amanhã quando chegar a idade vai atacar ele. (João)

Mães mais jovens referem orientações similares recebidas de médicos, que alertam para os prejuízos da punição física sobre a cabeça e outras partes do corpo: o puxão de orelhas, o bater nas costas, nas costelas... Orientações que elas ouvem, registram e buscam colocar em prática.

- Mas você não chama isso de violência?
- Não, eu acho que não, eu corrijo.
- Então qual é a diferença?
- De violência? É quando a mãe bate exageradamente... (...) Porque já ouvi dizer que não se puxa orelha de criança, minha cunhada tem uma mania horrível de puxar a orelha do meu sobrinho... eu fico apavorada, que eu já ouvi médico dizer que faz mal... bater nas costas da criança também... Então as pessoas que me ensinam, eu aprendo, e eu fico com aquilo na cabeça. Não faço e não quero que as pessoas façam. (Sandra)

- Ah, eu escuto os outros falar, assim, por exemplo... o médico já disse que faz mal pro ouvido, a criança fica com problemas... Até mesmo já ouvi mãe dizendo que o médico falou... (...) e outras pessoas, quando começa assunto de bater, essas coisas... bate assim, bate assado... faz mal, criança tem que bater na perna ou na bunda... (Sandra)

- Você falou que sua vizinha não sabe bater...
- Não, porque bater, o médico mesmo que fala, você não pode bater em qualquer parte da pessoa, da criança, como bater nas costelas, vai machucar... Na cabeça também... perturba, né, também... porque o médico falou assim, criança você tem que saber bater, porque você pode machucar e mais tarde trazer uma doença, então quando eu vou bater eu olho... as pernas... o bumbum, é saber bater no bumbum, não bater mais muito em cima... e tem a parte que eu não bato. (Beatriz)

- Eu acho que eu não posso passar de um tapa na bunda. Minha opinião é essa, meu limite é um tapinha na bunda. Qualquer outra parte do corpo eu já vou achar que... já vai ser mais doloroso pra ela... que eu já estou me excedendo. (Carolina)

- Eu bato no meu filho, mas eu bato, sabe... com modos. Bato na bunda... (...) Criança é levada, criança é levada demais, mas não bato nele de jeito nenhum à toa, e bato na bunda, bato nas perninhas... mas assim devagar. Nada assim pra machucar ele. (Sílvia)

Essa orientação tem um efeito secundário sobre as mães: se o castigo físico só é admissível em certas partes do corpo, isso significa que no momento de aplicá-lo elas devem permanecer conscientes da ação que estão praticando, sem deixar-se levar pelos excessos emocionais que a insubordinação do filho possa eventualmente provocar. Esse aspecto está associado a uma outra regra anunciada em seus discursos, segundo a qual

e) não se deve bater quando se está com raiva

As mães consideram que punir fisicamente uma criança sob efeito intenso da emoção as deixa cegas, o que representa risco de exceder a intensidade tolerada e atingir partes do corpo da criança que devem ser preservadas. Bater com raiva não é recomendável pois coloca portanto sob risco dois critérios. Beatriz, que diz evitar a

palmada em sua filha de 3 anos, afirma que afasta-se da menina se percebe estar fora de si. Seu *problema de nervos*, reconhecido pela família, é a razão para que ela evite bater na filha, mesmo em momentos que percebe mercedos. Ela conhece e teme os efeitos desse seu *nervosismo* e a lembrança de uma cena de infância, entre ela e a irmã, serve como freio aos riscos desse excesso.

- Às vezes quando a minha filha faz alguma coisa que é pra bater mesmo, eu evito, eu saio de perto, faço qualquer coisa. Porque eu tenho problema de nervo, sou muito nervosa, qualquer coisinha me irrita. Aí se eu ficar nervosa eu faço aquilo, dois minutos depois eu tô arrependida. Nessa hora não dá pra bater que se eu bater eu bato pra deixar roxo. Aí eu saio, me acalmo, deixo ela com a minha irmã, que a minha irmã sabe como é que eu sou. Se eu ficar nervosa, aí é quem tiver na minha frente. Já [aconteceu] com essa minha irmã mesmo que eu moro com ela. Ela era pequenininha, ela tinha uns 7, 8 anos. Eu tinha uns 15 anos, eu não sei como, ela me fez raiva, eu peguei ela assim pelo ombro, bati assim com a cabeça dela na parede. Depois que eu me acalmei, eu mesma fui curar os calos da cabeça dela. Mas eu sou nervosa. Então por isso que eu falo que se minha filha fizer alguma coisa eu saio de perto, que se seu bater não vou dar uma palmadinha como ela...

Marcela alerta que a perda do controle emocional pode gerar excessos punitivos tanto no que se refere ao castigo físico quanto no que diz respeito a outras formas punitivas:

- Eu acho que a violência acontece quando você começa a punir porque aquilo te deixou fora de si. Então quando você perde a... existe alguma coisa que te deu tanta raiva, e te deixou tão fora de si, que você perde as estribeiras e eu acho que aí você parte pra violência, porque naquela hora você não tá pensando. Eu acho que aí você pode acabar batendo mais forte na criança, machucando ou mesmo colocando ela num castigo que é uma humilhação. Mas eu acho que isso acontece se na verdade aquela coisa que ela fez pega você de uma tal maneira que você não raciocina mais. (Marcela)

d) a punição física não deve ser adiada

Muitas mães fazem referência a uma *hora certa* da palmada. Essa *hora certa* fala de uma antecipação e também de um adiamento: não antecipar a necessidade, o que significa não bater quando ainda é possível conversar ou castigar (critério que já discutimos); e não adiar a punição física pois isso acrescenta à palmada um quê de crueldade em si mesmo condenável. Ao evocar lembranças de sua infância, Gabriela deixa entrever que a expectativa da punição física deixa a criança em sobressalto, aguardando o castigo cuja possibilidade pressente ou sabe certa. Aqui, a possibilidade do uso da força física parece reter um efeito que não é buscado, mas ao contrário deve ser evitado: o *medo*.

- Eu sou casada, e até hoje eu temo do meu pai. O meu pai dá até medo se ele disser que não... meu marido às vezes até reclama, porque não é mais pra mim fazer isso... a criança fala assim, eu vou aprontar depois eu sumo... aí o pai já esqueceu, né? Meu pai não. Lá em casa era assim: meu pai já avisava logo. Não adianta sumir. Porque se sumir e deixar pra aparecer mais tarde, a surra vai ser maior. Então é melhor vir logo que a surra é menor. Aí tinha que vir logo. Se sumisse, a surra era maior. (Gabriela)

A segunda razão pela qual a punição não deve ser adiada é que isso induz a criança a dissociá-la do comportamento que está sendo punido. Ela produz o efeito contrário da explicação. A palmada na *hora certa* faz com que a criança entenda de forma mais clara a razão pela qual está sendo punida e apreenda o sentido do castigo que recebe.

- Eu acho assim, porque pelo menos ele vai saber porque é que ele tá sendo repreendido. Agora daqui a uma hora, duas horas, ou amanhã, ou depois de amanhã... Ah, é por causa do que aconteceu antes de ontem, eu acho que... (Ana)

e) o uso da punição física não deve ser indiscriminado nem freqüente

- Agredir quando a criança não obedece, por coisa torpe, motivo fútil. Isso é absurdo.

A frase de Sueli anuncia que a punição física não deve ser aplicada a qualquer pretexto. É preciso que a razão pela qual se recorre a ela seja proporcional à gravidade da falta. Além disso, se aplicada indiscriminadamente a palmada se banaliza e, ao invés de firmar a autoridade dos pais, termina por miná-la.

- Eu acho que se eu chegar, minha filha faz uma coisa errada, eu vou partir... eu vou bater nela... depois de um certo tempo, aquilo ali vai... ser uma coisa normal pra ela, eu chegar e bater, e aí... eu perco toda a autoridade. E eu não quero. (Claudia)

Essa necessidade de um motivo associado à palmada faz ainda com que a punição física afaste-se da mera intenção de causar dano ou produzir dor. É o motivo associado à punição que permite transformar o tapa no gesto educativo, emprestando-lhe um sentido. O motivo traduz a avaliação moral dos pais sobre o comportamento dos filhos.

- Uma punição ao que ela tava fazendo. (...) A intenção da gente não é machucar ela... (...) A gente não tem intenção de machucar ela. (Carolina)

Sem dúvida, esse é dos critérios mais complexos evocados pelas mães para justificar

o uso da punição física. A referência de Sueli ao *motivo fútil* supõe a aplicação de um julgamento moral de difícil tradução, até porque, como diz Veyne (1998: 158), *a ação do homem ultrapassa consideravelmente a consciência que ele tem dela.*³¹ Um dos motivos morais alegados é o *respeito aos mais velhos*, clara referência à preservação de vínculos de filiação, e tema que será tratado adiante. Além do tema do *respeito aos mais velhos*, há pouca referência a essas razões morais invocadas para a palmada, o que torna ainda mais difícil avaliar sua extensão e a natureza; uma questão que algumas mães destacam é a referência às conseqüências que o comportamento da criança pode gerar caso não seja interditado. É aqui que comparecem as justificativas de evitar os perigos maiores, em geral relacionados ao mundo externo, fora do lar: a palmada evita um mal maior.

- Mas você disse que de vez em quando precisa dar uma palmada. Quando?
- Eu vou falar assim... principalmente tem um lugar lá, é a pista do avião, que eu moro atrás da pista do avião. Aí lá é perigoso, não pode ir, e eles cismam é de ir pra lá, aí às vezes eu falo assim, Fulano não vai, aí ele vai, aí eu tenho que dar umas palmadinha e ralhar com ele, aí ele não vai. Aí agora até que não tá indo não, de tanto eu falar e reclamar não tá indo não... Que é perigoso, por causa de avião... mas assim, se eu falar um negócio assim sério, igual tava uma Kombi pegando criança uma vez, aí eu tava uma pilha de nervo, no serviço. Aí eu pedi até pra não ir no serviço, essas coisa toda... e eu falava, vocês vem da escola direto... eles parava pra comprar bala, sabe, injuriava o caminho, aí eu tinha que dar uns tapinha também eles... pra não ir (...)
- Tem a ver com o perigo?
- É, com perigo, que eu fico nervosa, fico preocupada... deles sair e acontecer alguma coisa, né, que a maior parte do tempo eles não tão comigo, eu trabalho, então pra não ficar na rua, essas coisa toda, que tem um quintal enorme, não precisa ficar na rua... Se acontecer alguma coisa, pra eu chegar... (...) (Julia)

É digno de registro que, ao ser perguntada sobre as razões pelas quais dá palmada na filha, Rita não saiba indicar os parâmetros que usa para distinguir entre os momentos em que castiga e os momentos em que bate. Mas há algum critério, transmitido ainda que não verbalizado, pois a filha - presente à entrevista - vem em seu socorro e elucida, na simplicidade de seus 7 anos, a coerência que ela foi capaz de identificar nos procedimentos da mãe:

- Entrevistadora: Quando é preciso dar umas palmadas?
- Rita: Ah, eu sei lá...
- Filha: quando faz malcriação...

³¹ Ou ainda: *existem áreas do self com pouca possibilidade de diferenciar-se através da fala, e se tomar, deste modo, objeto de uma atividade perceptiva especial. Também é pouco provável que as motivações dos outros sirvam de ponto de partida para a exploração e a elaboração verbal. A identidade do indivíduo antes chegará a ele refratada através dos símbolos concretos do seu grupo, do que constituirá um problema a ser resolvido por investigações levadas a cabo pelo próprio sujeito* (Bernstein, apud Nicolaci-da-Costa, 1987: 45-6)

- Rita: É, faz malcriação... é... quando responde mal, né?
- Entrevistadora: E você? Quando você fez malcriação e sua mãe deu uma palmada, o que é que você fez?
- Filha: Aí quando ela vai falar comigo eu não falo com ela.
- Entrevistadora: Ah, você fica de mal? E aí?
- Filha: Aí depois fica de bem.
- Entrevistadora: Depois fica de bem? Mas que malcriação você faz pra sua mãe?
- Filha: É porque quando eu chego do colégio ela fica mandando eu tomar banho e eu não tomo porque a água é fria. Aí eu fico com frio.
- Entrevistadora: E ela fica brava...?
- Filha: E me bate.

5. 6. Estupro

Estupro é o termo de uso mais comum para designar a violência sexual. Embora a maioria das mães entrevistadas faça referência antes às formas físicas de agressão, e o estupro apareça como a segunda forma mais conhecida da violência, seus discursos deixam a impressão de que a ameaça da violência sexual está ali, presente em suas falas, apenas não nomeado. Essa impressão deriva das muitas preocupações com as meninas - com suas idas à rua e contatos com estranhos, da necessidade da vigilância sobre os padrastos e sobre os próprios pais - e se confirma em algumas falas. Depois de mencionar a necessidade de cuidados para com as netas, que nos dias de hoje têm acesso, pela televisão, a "coisas de adultos", Nadia responde com um significativo *Pois é...* à pergunta sobre violência sexual. Laura, após referências veladas à violência sexual, sequer aguarda seu anúncio para responder à questão. E Adriana é ainda mais taxativa.

- Tem um tipo de violência que você não falou...
- Sexual? Pra mim, eu sempre fui... sempre tive medo de homem. De ser abusada. (Laura)
- Tem um tipo de violência do qual você não falou...
- [ela ri] Olha, sei lá, vou te dizer...
- Você sabe do que eu estou falando?
- ... de pai e filha, entendeu, eu acho uma coisa horrível.
- Você sabia o tempo todo, né? Antes de eu perguntar você já começou a responder...
- Claro que sabia, olha só... eu, se eu tivesse meus dois filhos pra morar com outro homem, eu acho que eu podia até perder uma vida. Eu tinha medo. Que meus dois filhos fossem mulher. Eu tinha medo. Mesmo com filho homem. (Adriana)

Silva e Dachelet (1994) referem-se ao abuso sexual como a *violência extrema*, cujo anúncio provoca incômodo e incredulidade. As entrevistadas confirmam essa

avaliação: ao serem indagadas acerca dessa forma de violência; a maioria das mães reagia com repúdio, com um movimento do corpo em recuo, acompanhado ou não por alguma expressão verbal de rejeição. Para algumas mães, é uma ato além de sua compreensão. Como entender, diz Ana, que a liberdade sexual de hoje - excessiva a seu ver - conviva com o sexo realizado à força? Como entender que um homem, que pode ter quantas mulheres quiser, ainda assim precise forçar uma mulher, ou pior ainda, uma criança? A criança, diz ela, *não sabe se defender*, o que faz desse ato uma dupla violência, uma *violência duas vezes*. Algumas chegam a duvidar que isso possa ser verdade:

- Como é que isso existe, eu acho que... é tudo ficção, como é que essas coisas acontecem de verdade?... acreditar que isso existe, que seja verdade... nós vimos em filme, vimos na televisão... mas sei lá, não tá tão perto da gente... (Sueli)
- Eu ouvi que até os pais são violentos com os filhos, né? Não acredito que os pais... Agora, eu não sei se a televisão mente também, né? Aumenta também, né? Acho que aumentar não aumenta, que mostra, né? Mentira não é, porque mostra, né? Você vê a pessoa... (Fernanda)

A discussão da violência sexual parece trazer um certo desconforto que tem origem também no fato de que ela coloca em pauta não apenas a relação entre a mãe e seus filhos mas também entre a mãe e seu marido, pai ou padrasto de seus filhos:

- Quando as meninas fala ah, larga esse seu marido... Arrume outro. Falo não, não quero. Porque ele é o pai da minha filha. Se um dia ele chegar e encontrar ela nua... porque o nu de um filho, ele não desperta desejo. (...) Não vai despertar desejo. Isso eu tenho certeza. Então... pai não vê por esse lado... porque é pai... e se fosse daquele pai também maquiavélico eu não estaria mais com ele. Ele já não serviria pra mim. O meu marido ele pode ser o que for (...) mas duvido... criança é criança, menina é menina, mulher é mulher. Ele separa as coisas. Ele separa os canais. Nunca vi um olhar de maldade pras meninas. E eu sou maldosa. (Laura)
- como é que uma mãe pode deixar uma filha o tempo todo dentro de casa com um pai? (...) eu acho que se ela não desse tanta liberdade, a coisa... seria melhor. (Adriana)

Apesar das ressalvas, Adriana (como outras mulheres) casou-se pela segunda vez e o marido conviveu com seus dois filhos homens, hoje já casados. O medo a que ela se refere teve de ser enfrentado em nome da reconstituição de sua vida amorosa. Para essas mães, atender ao próprio desejo e ao mesmo tempo à necessidade de proteger os filhos representa sempre um dilema. Todas as mães que colocaram um padrasto junto a seus filhos enfrentaram ou enfrentam o receio de que ele "falte ao respeito". Ao considerar a possibilidade de um segundo casamento, Julia, mãe de uma menina e grávida da segunda filha, buscou informações sobre o homem com quem pretendia se

casar, visando assegurar que suas filhas estariam a salvo.

- ... quando eu conheci ele eu fui perguntar na Igreja, né, sobre ele, que eu conheci ele de serviço, aí eu perguntei, tive uma conversa com o pastor, antes de... que eu tenho duas meninas, eu não posso confiar assim, né, aí primeiro eu fui morar com ele, depois que nós casamos.

Mesmo para as mães que não enfrentam ou não tiveram ainda de enfrentar o dilema retratado por Julia, a reação de horror à possibilidade do **estupro** é invariável. O estupro é nomeado como *uma coisa horrível*, um ato *animalesco*, produto da ação de *monstros*, homens aos quais é retirada mesmo a condição de humanos. Elza, religiosa, conjuga o estupro a um sinal bíblico do final dos tempos.

- Eu acho que é o fim do mundo, essas coisas assim, sei lá. Fazer uma coisa assim. Que diz que na Bíblia até fala... que no fim do mundo o pai vai pegar o filho...

Esse horror gerado pela mera idéia do estupro pode ser uma das explicações para que muitas mães apenas o mencionem quando diretamente indagadas. Sua reação mostra que, mesmo quando não incluem o estupro entre as formas de violência que conhecem, ele está lá, não anunciado mas presente. Elas o colocam no horizonte de possibilidade, mas não o nomeiam. É preciso que alguém – no caso, o entrevistador – autorize esse discurso, para que ele possa, apenas então, ser expresso.

É digno de registro, ainda, que a violência sexual apareça quase sempre denominada como estupro. Já reproduzimos o relato de Irene, em que uma introdução digital recebe também o nome de estupro. Essa referência invariante parece indicar que, quando se trata de violência sexual, não há uma tipologia, uma categorização das diferentes formas das quais a violência se reveste: qualquer violência sexual é designada como estupro e condenada com igual severidade. Ao contrário da violência física, modulada, discriminada, perscrutada em seus detalhes, a violência sexual aparece nos discursos como uma em sua monstruosidade. As mães dialogam com a violência física, emprestam-lhe variações de forma, condenam umas e absolvem as mais brandas. Com a violência sexual, não: com ela não se dialoga. Ela é o interdito, e em consequência, aparece como a forma mais condenada de violência. *É a pior*, dizem muitas mães. *É a pior*

- porque eu não acho errado uma mãe dar um tapinha no filho na hora certa... Mas o estupro não tem conserto. Tapinha a gente vai lá, conversa... Porque que a senhora fez isso?, eu fiz porque você desobedeceu... E o estupro não tem conserto. Tapinha a gente ainda conserta... Já o estupro não, não tem explicação pro estupro... Eu acho que é a pior coisa que existe na face da terra... (Cristina)

A impressão de que “o estupro não tem conserto” está presente na fala de outras mães. Carolina menciona que a violência sexual *deixa uma seqüela que vai pro resto da vida de uma criança*. Para Natalia, o estupro é uma experiência cuja lembrança marca os pais, além da criança; ela insinua, a partir de sua própria experiência, que o exercício da sexualidade é aceito apenas quando conjugado ao amor e à decisão autônoma, enquanto que o estupro subverte o corpo e o desejo, produzindo marcas indelévels.

- Você falou de tipos de violência... O que você acha pior?
- Olha, pra mim tudo é o pior, basta dar um tapa pra mim já é pior, mas eu acho que é estuprar, entendeu? Eu acho que é estuprar... Eu não sei, porque é uma coisa que você fica meditando na sua mente, e... você entende, né?
- Mas eu queria ouvir você.
- Não, porque nós já faz por amor, né, e eles vão fazer obrigado, violento, amarrado, de boca tapada, né, que... pega um monstro... que para mim isso não é um homem, é um monstro, pega uma criança com 2, 3 anos, e faz uma coisa dessa. Pra mim isso é um monstro. Pra mim nem fala a palavra homem. Pra mim não. Então eu acho que o pior é... eu não sei nem o que eu penso na minha mente. Porque você dar um tapa recupera, amarrar recupera... queimar também... fazer tudo. Isso não. Porque o matar você só vai sentir a dor só da morte. Acabou, acabou. O estupro não. É uma coisa que marca pra toda vida, tanto a criança se viver como os pais. Marca pra toda vida.

Para explicar sua noção de violência física, as mães contrastam o espancamento ao *tapinha*; para explicar o estupro, elas o contrastam ao ato sexual consentido, entre adultos. A violência física se define pelo excesso, e a violência sexual se define pela ausência: ausência de amor, ausência de consentimento, usurpação do desejo.

Durante as entrevistas, três mães se declararam vítimas da violência sexual. Para mim, isso representou uma surpresa. Surpresa porque o roteiro de entrevistas não contemplava essa questão; preocupada em discutir os métodos de educação das mães junto a seus filhos, não contava com a possibilidade de encontrá-las vítimas da violência sexual e dispostas, além disso, a discutir essa sua experiência da forma aberta e franca como elas o fizeram. Surpresa ainda quando os relatos de violência sexual se repetem, e tornam a se repetir, em três entrevistas. Seu relato é trazido aqui porque ele permite avaliar a violência a partir de um ângulo que ilumina outras questões acerca do *estupro*, difíceis de serem apreendidas quando a fala das mães se detém pouco no tema, condenando a violência sexual de pronto e de forma cabal.

No discurso das três mulheres que se declaram vítimas de violência sexual, o sofrimento - invariavelmente presente - deriva não tanto do ato em si; dói ainda mais o

sentimento de desamparo diante do agressor, a falta de proteção pelos pais, pelos irmãos, pelos adultos significativos. As três mães que relatam sua condição de vítimas da violência sexual fazem referência ao estado de abandono e solidão a que é relegada a criança que sofre alguma modalidade de abuso sexual. Daniela foi, segundo suas próprias palavras, *estuprada* pelo próprio pai, alcoólatra; segundo ela, sua mãe foi informada das atitudes do pai, de sua aproximação durante a noite, do mal-estar que isso lhe causava - relatos até hoje marcados por uma expressão de repugnância. Os irmãos sabiam também. O sentimento de desproteção causa revolta e até hoje provoca reações que soam estranhas aos outros e a ela mesma.

- Engraçado, uma vez eu vi uma reportagem na televisão de uma adolescente estuprada pelo pai... espancada, foi virar menina de rua... Aquilo ali... olha, pela primeira vez na minha vida, aquilo me deu uma revolta... Sabe? Aquele ato, aquela covardia dessas meninas... e até eu passei a mesma coisa, mas que... não sei, eu comecei a brigar, meu marido falou que é isso? Eu falei que que é isso o que? É como se a reportagem... já passou, tem o que? Uns 5 anos atrás, é como se todo mundo tivesse dando uma alta proteção a elas, acho que não houve comigo, né...
- Não houve com você essa proteção?
- É, exato, então eu vi fazendo com elas e eu achava aquilo uma palhaçada, organizava trabalho, um monte de coisa, que tá virando menina de rua... aquilo ali pra mim parecia uma palhaçada, eu comecei a brigar, me deu uma revolta, mexeu muito comigo.

Monica foi assediada pelo cunhado aos 11 anos de idade. Órfã, ela recusou-se a viver com a irmã, casada com seu agressor, e passou a trabalhar como doméstica para ter onde viver. Dormia em casa dos patrões, de amigos, às vezes *num cantinho de varanda* ou mesmo na rua. Ela conta, com dificuldade:

- ... a violência maior... que eu tenho assim... nunca gostei de falar assim com ninguém... nunca falei... é... eu tinha meus 11 anos... acho que é por isso que eu fiquei meio... bobinada... tem hora que eu saio do ar... aí eu fico pensando porque... porque eu fui assediada aos 11 anos pelo atual marido da minha irmã, agora hoje em dia, então quer dizer, não chegou a ser um abuso sexual porque na época eu saí correndo... eu saí correndo... então ele virou pra mim e falou: se você falar pros seus parentes, eu vou te matar. Então tudo aquilo eu guardei, eu não falei pra ninguém. Aí... até hoje ele fala comigo, ele... você nunca contou pra ninguém não, né? Eu falei que eu não contei quando eu era de menor, agora que as coisas já passou tudo, como que eu vou contar e como que eu vou provar? Eu falei, a raiva maior fica dentro de mim, por isso eu nunca vou conseguir esquecer.

Daniela e Monica convivem até hoje com as conseqüências do abuso de que foram vítimas. Monica vagou pelas ruas, sofreu por apanhar da irmã cujo marido foi o autor do abuso; mãe de uma adolescente de 14 anos, ela até hoje evita que sua filha seja deixada sozinha junto ao mesmo homem que tentou seduzi-la, inventando motivos que justifiquem para a irmã a atitude que até hoje ela não esclareceu. Seu relato fala de um sentimento de abandono, que ela atribui ao fato de não haver contado com

nenhum adulto que a protegesse da investida com a qual foi obrigada a lidar sozinha, aos 11 anos de idade.

Ambas assinalam com clareza as dificuldades presentes em lidar com as conseqüências da violência de que foram vítimas. Os receios de Monica, mais localizados no cunhado, não são em essência muito diversos dos medos de Daniela, difusos, que a fazem temer *a própria sombra*, os colegas de trabalho, e o marido, no receio de que ele abuse de suas filhas do mesmo modo que ela foi abusada pelo próprio pai. Ambas falam da impotência que as contamina ainda na vida adulta, o que no entanto não as impede de tentar assegurar às filhas a proteção com a qual não contaram.

A terceira mãe a colocar-se como vítima de abuso é Marcela. Mas sua abordagem é radicalmente diversa das anteriores, tanto no que se refere à concepção de violência sexual quanto no que diz respeito à sua reação à violência sofrida.

- Eu acho uma coisa complicada, pelo seguinte: eu acho que de alguma maneira a gente já sofreu violência sexual, mesmo. (...) eu sofri, com certeza. Não assim de pai, mãe ou parente, mas... quando você tá começando a adolescência, que você é muito vulnerável, (...) quando você é mais nova e os homens sabem que você não vai responder porque você tem medo de responder, na rua eles passam a mão, e te mostram o pau, inclusive médico que eu fui, médico já passou a mão em mim... E você tem tanto medo, que você não fala. E por outro lado isso, de alguma maneira, é uma coisa diferente que você... quando tá com seus hormônios aos 13, 14 anos, é uma coisa diferente. Então isso dá uma confusão na cabeça, que é... o quanto é ruim e o quanto dá prazer. Como é que a gente elabora isso? Então eu acho que existe essa violência, que não precisa nem chegar ao fato consumado, e óbvio que eu ando com a minha filha e vejo que... se aconteceu comigo, porque é que não pode acontecer com ela? Pode acontecer, é claro. E é aquela coisa de você ficar sem saber como dizer pra ela, como ensinar pra ela se defender. Não sei falar pra uma menina de 13, 14 anos, como se defender. Porque não adianta virar a mão na cara do sujeito, inclusive porque ele é muito mais forte. Então, o que ensinar pra ela? (...) eu não tenho medo que ela namore menino de 14, 15 anos, eu acho faz parte. Se tiver que ser eu acho uma maravilha e é isso mesmo, tem que ser isso mesmo. O que me preocupa é essa coisa, é você estar desprotegida na mão de uma pessoa que tem um domínio muito maior em cima de você do que você tem. É essa minha preocupação.

Quando Marcela se permite discorrer sobre o prazer da sexualidade, ela pode diferenciar muitas questões: ela se permite discriminar entre os tipos de abuso sexual admitindo, como nenhuma outra mãe o fez, que o assédio tão comum contra meninas e jovens nas ruas é uma vivência abusiva; que nessas formas de assédio o sentimento de desproteção tem origem nela própria, como toda criança indefesa diante da novidade do próprio desejo; que o desejo sexual que aflora na adolescência é saudável e deve ser exercido junto a companheiros com grau equivalente de

maturidade; que sua dificuldade reside em transmitir à filha a noção de que a sexualidade, ao mesmo tempo que fonte de prazer, merece ser alvo de sua proteção e controle, e que esse controle visa não a supressão do prazer, mas a libertação do domínio do mais forte. Marcela desenvolve um raciocínio complexo sobre a violência sexual, mas importa destacar aqui que a complexidade emana do reconhecimento do prazer sexual. Vale destacar que Marcela, a entrevistada com mais alto grau de escolaridade, pós-graduada, refere além disso uma preocupação particular com o tema, buscando constantemente informação acerca dos diversos tipos de abuso em revistas de divulgação; ela dispõe assim de elementos que lhe permitem desenvolver uma análise mais complexa da questão, abordando-a por vários e diversos ângulos.

Reiss (1986) afirma que a sexualidade é um produto cuja importância cultural está ligada mais ao prazer que à reprodução (cf. Adams, 1991). No entanto, a marca do prazer sexual não está presente aqui; ao contrário, a violência é tratada com mais desenvoltura que o prazer. Além de Daniela, Monica e Marcela, que relatam a violência vivida, muitas outras histórias de abuso sexual pontuam as entrevistas. São relatos de vizinhos, primas, conhecidos, amigos... são depoimentos que surgem com certa facilidade. A sexualidade é um atrativo que potencializa o risco da rua: ao crescerem e tornarem-se adolescentes, os filhos tornam-se alvos de desejo e colocam-se em risco. Cristina observa nas ruas o desejo incontido do outro que coloca em risco sua filha:

- Outro dia eu passei no Catete, tava uma moça bonita de short lá, tinha um cara maluco, doido pra pegar ela, se eu vejo isso pro lado de uma filha minha, eu acho que eu tenho um troço. Faz tempo isso... se esse homem pegar essa mulher em qualquer lugar ele vai estuprar ela, né? Então... isso perturba a cabeça da mãe.

Claudia, perguntada sobre a violência sexual à qual não se havia referido, produz uma fala entrecortada, em que as frases não se concluem; mas o sentido de seu discurso emerge justamente dessa desconexão. Ela alude à própria iniciação sexual aos 37 anos, com o marido, *que ela achou assim...* para ilustrar o sofrimento que imagina na criança:

- Acho uma tremenda... Ô, meu Deus, a gente ter filho... Saber que ela foi violentada por uma pessoa que... Eu não quero nem pensar. Eu já ouvi falar. É horrível... Porque você não tem um filho pra você... pra pessoa chegar lá... uma criança... Isso é muito doloroso... Como vai ficar a cabeça de uma criança dessa? Que eu tive minha... Com quem eu quis, com o pai da minha filha... Foi a primeira vez. E eu achei assim, eu com 37 anos... Imagine uma criança, né, que não tá esperando aquilo, não tá preparada praquilo... Que uma criança dessa nem sabe o que... O choque é muito grande, é muito grande. Ah, pra mim é. Já pensou, uma criança?

As entrevistadas vêem sempre o homem como autor da violência sexual, que pode atingir meninos ou meninas. A condenação ao homem agressor - um *monstro*, autor de um ato *animalesco* - arrasta mesmo as mães incapazes de proteger seus filhos quando a violência sexual tem lugar em casa. A falta de proteção anunciada pelas vítimas tem eco na fala das outras muitas mães que não viveram, mas conhecem, histórias semelhantes. Os relatos de Angela, Laura, Sandra, Adriana, Julia... todas já viram a violência sexual de perto, e relatam os casos que conhecem.

Gabriela tem quatro filhas mulheres. Sua primeira resposta à expressão "violência" é o relato de um caso de incesto ocorrido no lar de uma amiga. O pai manteve relações incestuosas com a filha desde os 9 anos, e durante um ano sem conhecimento da mãe. Ao descobrir, a mãe levou a filha ao médico alegando estupro por um colega de escola, alegação logo descartada pelo médico. Pergunto pela atitude da mãe.

- Esse foi o erro, ela não fez nada, foi levar a menina pra casa dos avós, voltou... (...) na época o filhinho dela nem tinha um ano, continuou vivendo com ele. No caso eu, por exemplo, ah, eu não queria. Eu não tinha querido. Na mesma hora, eu tinha pego a mão da minha filha, tinha levado na Delegacia, tinha denunciado ele na mesma hora. (...) Eu não gostava muito dela. Mas eu fiquei revoltada. O meu marido, que não tinha nem parentesco com ele, nem amizade nem nada, (...) cada vez que via ele passando assim dava vontade de voar em cima dele. De ter feito isso com a própria filha. Que ele disse, se um dia, se... uma coisa dessa acontece com a minha filha, eu podia passar o resto da minha vida preso, mas eu matava. Eu matava mesmo... eu falei, eu não posso nem dizer o que eu faria, que na hora... aquilo é espontâneo, né, a vontade dá na hora. Eu não confio... Minha filha perto de homem nenhum... O único homem que eu confiaria era o pai dela, e é porque eu sei que ele jamais seria capaz de uma coisa dessa. Mas homem nenhum eu confio, se eu não estiver ali do lado. De jeito nenhum.

Cabe destacar no entanto que essa revolta não produz, como nos casos de agressão física, a mesma determinação em intervir. Gabriela marca que agiria em defesa de sua própria filha, a qualquer preço, mas sequer levanta a possibilidade de agir em defesa da criança cujo incesto relata. Natalia relata um caso de incesto e concluiu:

- Mas se a mãe aceitou... quem somos nós, né? Que cada cabeça pensa de um jeito.

Nas frases de Gabriela e Natalia, fica representada a noção de que a intervenção que visa proteger a criança está restrita à família, e é de responsabilidade da mãe; é à mãe que cabe denunciar o marido ou companheiro, e é à mãe que cabe abandoná-lo. Embora condenada como a expressão mais grave da violência contra a criança, seu controle permanece, como na França do século XIX (Vigarello, 1998) delegada aos espaços privados: o poder público age quando convocado pela família.

5. 7. Outras violências ?

A discussão da violência contra a criança é dominada pela violência física e pela violência sexual. Outras formas, referidas na literatura, como o abuso psicológico e a negligência, são pouco considerados pelas mães, e em geral aparecem apenas quando o entrevistador indaga sobre isso. Em consequência, as entrevistas abordaram esses temas apenas tangencialmente, e há poucos elementos para firmar qualquer convicção acerca do que as mães entendem por violência psicológica e negligência. Há poucos elementos para apreender o sentido que elas lhes atribuem, e há poucos elementos inclusive para compreender se elas entendem como violência essas ações que a literatura classifica sob o rótulo de abuso. Sem dúvida, o fato deles serem pouco referidos já é um indício de que não são considerados relevantes do ponto de vista das mães. Apesar disso, alguns dados colhidos são discutidos a seguir.

5. 7. 1. Medo e ofensa moral: agredir com palavras

Poucas mães fazem referência espontânea a qualquer forma de agressão que não vise o corpo. A menção à *ofensa moral* - para ficarmos com a expressão de uma das entrevistadas - aparece quase sempre conectada aos excessos do castigo ou da punição física. O *medo* ao qual o marido de Nadia se refere, provocado na criança quando trancada em um quarto escuro, castigo que ele considera inapropriado; o terror que Angela imagina ter vivido a criança, trancada e amarrada em casa pela mãe como um animal; o *choro histérico* que Sueli surpreendeu em seu filho após tê-lo trancado em um quarto sozinho, como castigo... são situações citadas pelas mães que mostram sua percepção de um sofrimento que vai além do físico, mas que decorre de outras ações, essas sim reconhecidas como violentas: é o castigo que gera o medo que pode ser excessivo e violento.

Essa forma de violência ganha contornos mais nítidos na fala de Tânia, que descarta o uso de figuras atemorizantes como o *bicho papão* e o *homem do saco*, e de Marcela; ambas pautam também no *medo* a noção de abuso psicológico. Quando pergunto sobre outras formas de violência além da física e da sexual às quais ela já se havia

referido, Marcela descreve o *medo* que pode vir a pautar as relações entre pais e filhos:

- Eu acho que existe uma violência psicológica. É você criar um filho com um medo incrível de você. (...) eu acho que existe isso, os pais que criam um clima ruim entre os filhos, você escuta filho falar "eu tenho problema com meu pai, eu nem consigo conversar com ele". Eu acho que isso é porque de alguma maneira foi gerada uma violência psicológica na família que provocou aquilo tudo.

Poucas mães tratam essa forma de violência - que a literatura chama **abuso psicológico** - como uma forma autônoma de abuso, com contornos próprios. Em outras palavras, não atribuem ao abuso psicológico o estatuto de uma forma de violência; elas quase nunca fazem referência espontânea a ele e, mesmo quando diretamente indagadas, algumas mães sequer chegam a compreender a questão. É comum que limitem a noção de agressão moral, ou agressão por palavras, ao *xingamento*, quando então o condenam. Elas pouco falam dos sofrimentos da alma, da dor invisível de uma criança atingida pela agressão verbal, pela dor moral. Em contraposição aos discursos produzidos sobre a agressão física, sua fala é lacônica e oferece poucos elementos de análise. Elas admitem uma reação da criança que pode ser de *revolta* (como diz Irene), sem no entanto se estenderem muito sobre isso. Apenas duas mães descrevem situações que se aproximam da noção de abuso psicológico tal como apresentada na literatura, tratando esses fatos como violentos. Mas elas o fazem com base na própria vivência (como Ana que, como já vimos, se sente agredida moralmente pela atitude do filho) ou na vivência do filho por ação de terceiros (como Monica, que se refere à dor do filho como *humilhação*):

- Poxa, eu procuro agradar, mas às vezes ele [diz]: "mas você não tá agradando, é tua obrigação". Eu escuto aquilo assim... não deixa de ser minha obrigação, porque eu sou mãe, mas também não vou agradar só por obrigação... A gente vai agradar porque gosta, aí eu abraço... e ele vem com malcriação... Eu acho que isso aí é uma agressão. É uma forma de agressão. (Ana)
- ... como eu posso te dizer? Essa cigareira aqui. Aí você chega assim e Robson, cadê a cigareira? Ah não vi. Ah, mas você roubou minha cigareira. Eu não roubei sua cigareira. Você é ladrão. Eu não sou. Quer dizer, a criança se sente humilhada, pela coisa que não fez... Ele se sente mais humilhado porque ele fala mãe, se fosse os de fora, eu diria é os de fora, não me conhece, não me viu nascer, mas é a minha tia que me viu nascer e me chamou de ladrão. Aí quer dizer, as criança fica humilhada, de ser chamada de ladrão... (Monica)

Algumas mães a consideram uma forma menos *grave* de violência, enquanto outras a tomam como mais grave e mais danosa que a agressão física, e usam esse argumento para referendar a eficácia e a utilidade do recurso ao castigo físico: Maria

acha que a pessoa que ofende *não tem coração*, e por isso é *mais fácil meter um tapa*. Luciana faz eco a essa avaliação: *mais fácil corrigir palmada que palavra mal contada*, diz ela.

Apenas duas mães - Carolina e Adriana - colocam em questão o desejo do filho como tema central do abuso psicológico; Carolina fala desse desejo para reafirmá-lo e tomá-lo como referência; Adriana fala dele para negá-lo.

Carolina indica que a reação da filha pauta seu comportamento; ela evita qualquer atitude que agrida a filha, pois em sua concepção isso seria violento. Ela mostra que a violência psicológica requer uma percepção sutil do outro, de suas reações, e aproxima-se da concepção de Jurandir Freire Costa (1986), para quem a noção de violência implica uma percepção mútua em que de um lado o violentado identifica no agressor a intenção do dano e, de outro, o agressor reconhece a violência na reação da vítima. Carolina mostra o quanto a percepção dessa forma de violência implica a subjetividade:

- Pra ela tem várias coisas de violência... pra ela... dar uma língua pra ela é uma violência. Se alguém fizer uma careta pra ela, ela fica... Pra ela eu sinto que é uma violência, alguém fazer uma careta pra ela. Falar que ela é feia, falar... entendeu? Pra ela é uma violência. Eu não chamo de violência, mas na cabecinha dela... pra ela é, eu sei que pra ela é. Ela fica chateada, é uma coisa que incomoda a ela.
- A reação dela é importante?
- É importante. O que é violência pra mim pode não ser pra ela, o que é pra ela pode não ser pra mim. Uma careta pra mim não é nada, não tô nem aí, mas uma careta pra ela, ela fica muito chateada.
- E você chama de violência pelo modo como atingiu a ela?
- É.

Para Adriana, ao contrário, o desejo do filho não é e não deve ser levado em conta na educação. Quando faz referência a conflitos entre pais e filhos - consequência direta da divergência entre os desejos de um e outro - ela reafirma a autoridade paterna e sustenta na boa intenção dos pais o direito de negar ao outro tudo que não esteja em concordância com a vontade dos pais. Ela funda essa concepção em suas experiências de infância, quando era objeto do mesmo tratamento por parte de seus pais:

- Como você resolvia os conflitos em casa?
- O negócio não é a criança ter conflito com pai e mãe. Porque eu acho que a criança não deve ter conflito com pai e mãe. Porque um pai nunca fala nada, uma mãe nunca fala nada pelo mal. Tudo que fala é o bem. E até eu fui criada assim. Às vezes minhas primas (...) dizia assim, olha, tem um baile ali... num clube que tinha perto de casa. (...) nós vamos, o pai vai levar. (...). Quando eu chegava em casa, minha mãe

dizia... Como é que é o negócio? Se o tio chegar aqui e perguntar pra você se você quer ir, e pedir, você diz não. Tava morrendo de vontade de ir, o clube do mato. Se seu tio pedir você diz não, não tô com vontade, não quero não. E os meus são até hoje assim. (...) Não tive trabalho, problema com filho.

Os relatos de Adriana sobre sua infância mostram muitas agressões físicas pelos pais, e seu marido, com quem se casou aos 15 anos, fez dela vítima de cárcere privado. A dor física e a prisão são relatadas por ela com sofrimento, e pontuadas pela censura ao pai e ao marido. Essa supressão do desejo, contudo, é objeto de uma valoração positiva, e tanto o é que ela dispensa aos filhos o mesmo tratamento, sentindo-se orgulhosa por isso. No seu entender, a atitude da mãe não a vitimou, e por isso reproduz o mesmo método com os filhos: não admitir conflito significa ignorar a vontade do filho, liberalismo que ela censura.

A controvérsia entre considerar ou não a *ofensa moral* como uma forma de violência não pode ser solucionada no discurso dessas mães. Seria preciso dispor de mais elementos para que se pudesse proceder a uma análise mais cuidadosa da questão. Convém contudo registrar, sem qualquer pretensão conclusiva, que as mães que discorrem sobre sua intenção em respeitar os próprios filhos são aquelas capazes de se deter com mais vagar sobre a palavra como veículo possível da violência. Retornaremos a esse ponto mais tarde.

5. 7. 2. Negligência: o que é?

Luciana foi uma das poucas mães que trouxe espontaneamente o tema do abandono. Ela relata o caso de sua prima que abandonou dois filhos antes de sair do país, qualificando-o *um erro*.

— Tem muita mãe que tem, deixa na maternidade e vai embora. A minha prima, tem dois filhos aqui, aí foi pra Espanha. Antes de ir, ela levou as crianças pra outra pessoa... ela deu. Achei isso errado.

A menos dessa forma extrema - o abandono materno - as mães associam a negligência a atitudes como a falta de prioridade no atendimento às demandas da criança, a ausência de cuidados básicos com a escolarização, a higiene e a alimentação. Em síntese, elas conectam a necessidade da criança às tarefas de maternidade que lhes são atribuídas, e das falhas do comportamento materno é que deduzem o sentido de violência que atribuem a esse descuidar.

- É violento é não dar as coisas, não cuidar... Tem mais é que cuidar... Não pode largar de jeito nenhum... Tem que acompanhar ao colégio, ir sempre à reunião pra saber o que está acontecendo no colégio... cuidar direitinho... (Maria)

Algumas mães estendem esse sentido estrito do cuidar a uma atenção mais abrangente com a educação e o carinho. Ana, quando discute o comportamento de seus alunos em sala, censura nas entrelinhas as mães que não incutem na criança o sentido do limite, o sentimento do respeito ao outro e de reciprocidade.

- Tem crianças que tem certos problemas em casa, tem crianças que a mãe não tem muita vontade... Tem crianças que cresceu mas a mãe continua a fazer dele um bebê. Então ele não sabe quando é hora de parar, quando é hora de sentar, de levantar, porque tudo é embolado... Eu vejo... Esse ano tem um menino que ele é um doce, assim, muito lindo, mas ele parece um bebê. Então às vezes a gente tem de brigar com ele, porque ele não tem assim um limite. Ele acha que é uma hora só, uma coisa só, então a gente repreende.

Elza faz referência ao carinho como uma necessidade fundamental da criança, cuja falta é violenta porque *dói mais* ainda que a palmada.

- Você acha que existe outro jeito de ser violento com a criança além desses dois que você falou, machucar e estupro?
- Acho que desprezando a criança, né, tem que dar carinho. Não dar o carinho acho que é uma violência mais ainda. (...) Acho isso uma violência. Não saber conversar com a criança, isso é uma violência. Acho que bater dói, mas o carinho ...

A criança enquanto é pequena não sabe se cuidar em nada, diz Irene. A frase de Irene sintetiza a percepção das mães de que o cuidado necessário diz respeito à função materna como uma resposta à demanda da criança ainda nova, sem autonomia para prover as próprias necessidades. É assim que, em consequência, as mães referem-se a uma necessidade e uma demanda por proteção que não se modula com a idade. Seu "cuidar" é cuidar da criança pequena, e quando este sentido fica claro elas recusam a conexão entre "não cuidar" e "violência". Para ilustrar o que concebe como descuido materno, Sandra comenta a situação de uma mãe que deixava em casa, sozinhos, seus três filhos, enquanto trabalhava. Ao final do relato, eu pergunto:

- Você acha isso violência?
- Maldade, né?
- Maldade não é violência?
- Ah, não sei, não sei se é violência... De repente a mãe não queira fazer aquilo ali, não é que ela queira, é por necessidade... aí eu não sei. É uma violência pra criança, mas não sei se a mãe tá violentando, se é por querer... às vezes é até sem querer, mas a criança tá sendo violentada, tá maltratada... não sei.

A ênfase de Gabriela e a hesitação de Cristina são esclarecedoras:

- E não cuidar da criança é uma violência?
- Não, eu acho que é falta de amor, né? Como diz minha mãe, uma pessoa que não cuida da criança não é mãe. (Gabriela)

- ... porque se a gente não trabalha, qual é o nosso dever, é cuidar dos filhos, né? Não sei, eu respondi sem nem saber o que tava respondendo... Não cuidar... é uma violência também grande... (Cristina)

Quando há o reconhecimento de que a necessidade da criança se transforma com seu amadurecimento, a mãe se coloca não apenas como provedora mas como a autoridade que pesa as demandas do filho e decide pela oportunidade em atendê-las. Essa atitude permite à mãe fazer referência tanto à falta de cuidados quanto ao seu excesso, ambos caracterizados como violentos.

- Não cuidar de uma criança é violência?
- Eu acho que é, com certeza. Não dar carinho, não dar o que a criança precisa.... É lógico que você não precisa dar tudo que a criança gostaria de ter, até porque é impossível, na verdade é o contrário, é meio violência você dar tudo pra ela porque ela não vai ter tudo depois. Então os dois extremos... porque quando você dá tudo pra ela você tá escolhendo uma vida que ela não vai ter. Eu acho que também é uma violência, ela tem que saber que olha, isso não dá, isso você pode, isso você não pode. (Marcela)

Monica aponta ainda para um efeito suplementar, maléfico, dessa violência traduzida como falta de carinho: é que o enfraquecimento dos vínculos entre mãe e filho coloca a criança à mercê de todo tipo de influência, pois a criança aceitará qualquer mão que lhe seja estendida:

- Se uma pessoa dá um carinho, e o outro rejeita e bate, a criança prefere o carinho.

5. 8. Função paterna

Já vimos o lugar que a mulher ocupa na dinâmica familiar: ela é a encarregada dos cuidados com os filhos, é ela quem *cuida*, em contraposição ao pai, que é quem *cria*. Contudo, as funções paternas não podem ser limitadas ao provimento. Uma das questões sempre presentes na questão da violência contra a criança é o papel da mãe como violenta. Em geral, afirma-se que ela bate com mais freqüência. Como se colocam esses temas nas famílias analisadas?

Na visão das mães, o pai - ausente de casa grande parte do tempo - é informado de

tudo quanto se passa em casa. *Tudo eu conto, eu não escondo nada*, diz Cristina, como que reafirmando que o pai, apesar de ausente, mantém-se a par dos problemas que envolvem o cotidiano das crianças, dos quais ela pode apropriar-se visto estar com eles durante o dia. Mas se elas são as responsáveis primeiras pela educação, por que a preocupação de contar tudo ao pai, de mantê-lo informado? A razão pela qual as mulheres designam esse lugar ao homem parece associar-se ao lugar que desejam atribuir ao pai na dinâmica familiar. Embora elas sejam as responsáveis pela solução imediata das questões que surgem no dia a dia, é comum que invoquem o pai quando o problema a ser resolvido lhes parece mais *grave*.

- Você disse que seu marido ajuda, mas ajuda como?
- Meu marido? Só se for uma coisa assim muito... muito...
- Mais grave?
- É, grave. (Cristina)

- Quando eu vejo que é uma coisa assim que eu não posso resolver sozinha eu vou e passo pra ele. (Irene)

São as mães, portanto, que cuidam do trivial, e ao homem fica reservado esse lugar de autoridade mais distante, que assegura a normatização das condutas. Elas têm várias explicações para justificar esse procedimento.

a) o homem é mais violento

A primeira delas, invocada por várias mães, é que *a mão do homem é mais pesada*, razão pela qual elas preferem evitar que eles batam. A força dessa representação está presente mesmo entre as mães solteiras, que educam sozinhas seus filhos: o homem é mais violento.

- Tapa de homem é pior?
- Ah, é, muito mais, porque a mão é mais pesada. (Gabriela)

b) a mulher é mais presente

A segunda razão é que, como a punição deve ser aplicada na hora em que sua necessidade se impõe e a mãe é que está presente grande parte do tempo, então é a elas que mais freqüentemente incumbe essa tarefa.

- E o pai, já deu alguma palmadinha nela?
- Não.
- Quem dá é sempre você?
- Sou eu.
- Por que?
- Acho que é porque eu fico mais... eu tenho ... eu vigio.(Cristina)

c) reciprocidade

O terceiro motivo é que, segundo sua concepção de violência, o tapa não deve ser aplicado fora de uma relação de troca. Para que haja um "direito de bater", sem que isso possa se configurar como violência, é preciso reciprocidade, é preciso que a punição seja aplicada preferencialmente pelo genitor que também dá mais recompensas.

- Por exemplo, no caso do meu marido, ele não dá nada pra minha filha, naquele dia ele ia bater nela porque? Eu acho isso uma violência. Porque quando você bate numa criança mas dá tudo a ela, ela não se magoar. E ela vai crescer sabendo que ela apanhou, mas ela... tinha uma atenção. (...) Porque se eu não souber dar nada, eu também não vou bater. (Laura)
- E na sua casa como é?
- Na minha casa, meu marido é mais sem paciência. Mas ele nunca... só assim, o negócio dele é só dar um tapa, ou outro, mas nem isso eu não admito, porque eu acho que por ele não olhar eles durante o dia eu acho que ele não tem esse direito. (Sandra)

No limite, é essa proximidade da mãe que explica a tão conhecida norma popular segundo a qual é ela quem tem o "direito de bater". Além do significado que lhe é usualmente atribuído - o sentimento de posse dos filhos, advindo das estruturas patriarcais - a autoridade da mãe na aplicação da punição física insere a punição física na rede afetiva familiar. A frase pronunciada em algumas entrevistas - *só a mãe tem esse direito* - assegura que a punição física será posta a serviço da autoridade privada, dos pais, garantindo a finalidade da educação e preservando de certo modo o filho da influência de atores externos à realidade familiar.

Quando a literatura acerca da violência física identifica a mãe como a agressora mais

freqüente isso normalmente é justificado pelo fato dela permanecer mais tempo em casa, junto à criança, e argumenta-se que ela bate porque sua convivência com o filho é mais próxima; alguns estudos sugerem que, se o tempo de permanência fosse igualado, o pai bateria com mais freqüência que a mãe (Deslandes, 1994). No entanto, o que está sugerido no discurso das mães é que o tempo não é fator preponderante quando se trata de decidir quem vai punir o filho. Mais importante é que elas assumem como sua a função de educar, que incorpora o punir, e que elas podem punir de forma mais branda. O que parece estar em jogo, portanto, é uma função bastante peculiar, inesperada mesmo, da proteção materna: a proteção contra os excessos do castigo paterno.

Por punir com menos freqüência, o pai tende a ser visto pelas crianças como mais condescendente. Ele não está estressado pelo dia a dia da convivência, *tem mais tempo* para brincar, pode fazer o que os filhos querem *porque ele não atura a semana toda*. Ele dispõe de mais tempo livre junto às crianças, pois não enfrenta os problemas da dupla jornada de trabalho. Essa associação entre o pai violento, com a mão mais pesada, e ao mesmo tempo mais paciente, dispondo de mais tempo para os filhos, parece dúbia, paradoxal mesmo. Mas uma das mães sugere a explicação para esta questão. Ao explicar a dinâmica de sua família, Maria afirma:

— Ah, [o pai] já tem o controle da violência, que eu tô explicando na minha casa como é a convivência.

É uma explicação que parece conter apenas parte da resposta. Na fala de outras mães, a função de *controle da violência* não está cristalizada na função paterna, mas se alterna entre a mãe e o pai, conforme a questão e a necessidade. Na casa de Nadia, por exemplo, o pai sempre se negou a aplicar qualquer punição mesmo quando a mãe assim o demandava. Isso serviu, segundo ele, para estabelecer uma relação de confiança entre padrasto e enteados e entre o casal.

— E na hora de dar o castigo, quem dava? A senhora ou o senhor ?
— O castigo sempre foi ela que deu.
— Sempre a mulher?
— Quando precisava alguma coisa ela pedia e o senhor dizia não...
— Não. Não vou bater nele porque ele não é o meu filho. Ela ficava satisfeita comigo porque... Eu não deixava ela bater.... (Nadia)

A filha de Rita, assistindo aos depoimentos da mãe, confirma esse papel regulador do pai:

— Meu pai não deixa ela me bater. (...) Ele não me bate não, ela me bate, ele brinca comigo, ela não brinca...

Em outros lares e em outras ocasiões, é a mulher que controla os excessos paternos, impedindo os maridos violentos de baterem nos filhos. Sueli tenta fazer com que o marido *entenda o lado das crianças, que passaram o dia todo sem vê-lo*, para convencê-lo a ser mais paciente com os filhos. *Em mim ele batia, nas minhas filhas não*, elas contam, para relatar a seguir o rompimento dos casamentos de modo a se protegerem e protegerem os filhos, levando-as à separação e às vezes condicionando uma vida solitária em nome da proteção à criança.

A violência em casa parece assim estar submetida a um controle exercido dinamicamente pelo casal. É a composição de forças a nível do casal parental que pode de fato proteger a criança, no dia a dia, contra os excessos do castigo e da punição física. A percepção do homem como depositário de uma violência fora de controle, sobre o qual a mulher deve exercer vigilância constante, parece estar vinculada aos casos de violência sexual, onde eles são os agressores mais comuns - por razões que não cabe aqui desenvolver - e aos poucos casos em que os excessos da punição física são praticados pelo pai ou pelo padrasto. Cristaliza-se assim uma visão do homem como *o mais forte*, que nem sempre corresponde à verdade. Como mostram os depoimentos das mães, eles podem eventualmente também alertar para os excessos do dia a dia, compartilhando com a esposa uma função de regulação que é própria do casal, e não de apenas um de seus membros.

5. 9. Violência na geração anterior

São muitas as mães que relatam ter sofrido violência em casa de seus pais. Os relatos são ainda mais duros quando, por orfandade ou abandono, elas precisaram deixar a casa paterna para viver com parentes próximos ou distantes. Não pretendo aqui reproduzir esses discursos, tão contundentes, a menos de onde eles contiverem algum sentido especial para o presente trabalho. Embora sejam comuns os relatos de castigos que as enchiam de medo e a educação que tolhia seu desejo, as lembranças mais desagradáveis advêm dos castigos físicos despropositados e do sentimento de injustiça que acompanha algumas das punições recebidas. Berenice até hoje não entende porque foi surrada por haver *arranjado um namorado*, assim como Gabriela considera até agora que as artes que fazia na infância não justificavam os castigos

recebidos.

- (...) eu falo mãe, esse meu problema de ouvido é de tanto cascudo e puxão de orelha que eu levava da senhora. Faltava rasgar. E eu acho que a gente não era tão danada... Era coisa de criança... e naquela época criança era inocente, era inocente... (Gabriela)

Mas as lembranças evocam também castigos que consideram "merecidos". Se a punição é vista como justa, a lembrança vem acompanhada de um sentimento que é ao mesmo tempo de afeto e agradecimento. O carinho sobreleva a crítica. *Aquilo lá me acabava, mas eu amo meu pai e minha mãe*, declara Claudia. Elas trazem relatos pungentes desse afeto:

- O pai ficava mais distante... mas papai ele... não batia, minha mãe também não espancava, entendeu, só uns tapinhas que a gente de vez em quando precisa... mas papai era carinhoso, assim mesmo. Eu me lembro que às vezes eu deitava assim né, fingia que tava dormindo só pra ele me pegar no colo e me levar pra cama. Ele pegava os irmãos, botava assim no colo... dançava com eles... botava no ombro pra dormir... ah, era tão bom... lembrar do tempo de criança, né, pequeno. (Angela)
- Eu era muito levada... Eu saía pra comprar um pão de manhã voltava à noite... Matava aula... eu fui muito rebelde, muito mesmo. Inclusive tem um ano que eu perdi minha avó, sabe, que era minha mãe, eu sinto muita falta dela também... então eu não fui criada com pai e mãe, minha avó era crente, me obrigava a ir pra Igreja, eu mentia muito, enganava ela de tudo quanto era forma. Era horrível. (...) Que depois que eu perdi minha avó, eu comecei a me arrepender de tudo de ruim que eu fiz pra ela. Até de um mínimo... de eu ter ido comprar um negócio pra ela e não ter voltado, de eu ter respondido, de coisas que eu podia ter feito que iria agradar a ela... Entendeu, é uma pessoa que eu perdi, que eu amei... (Sandra)
- Eu apanhei bastante. Apanhei, mas hoje eu vejo que minha mãe não agiu errado comigo. Também, eu não gosto de estudar, nunca gostei de estudar. Acabei estudando, mas acho que se naquela época a minha mãe deixasse como hoje a gente vê, criança que vai à escola por ir, pra não ficar na rua, mas a mãe como o pai solta, a mãe não liga, eu acho que se a minha mãe não ligasse... (Ana)

São afetos que permanecem mesmo quando as punições eram menos brandas. Dessas lembranças, que retém apesar da crítica, elas retiram uma lição: não repetir com os filhos os mesmo procedimentos. *Porque eu já passei por isso, e eu acho que não adianta*, diz Julia. O relato dos excessos nos castigos físicos vêm acompanhados de uma ponderação acerca da necessidade de mudança: *quem apanha não gosta de bater. Eu sei o que é que eu sofri, então apanhei e não bato*. A frase pronunciada pelo marido de Rita, que ela repete na entrevista como uma máxima, repete-se em muitos outros lares.

- Olha, eu apanhava muito, viu? Eu acho que é por isso que eu não bato muito nos

meus filhos. (...) Então eu digo, eu não quero isso pro meu filho. (...) Eu apanhei tanto que eu falei, eu não vou fazer isso com meus filhos. Aí quando eles quebravam qualquer coisa, perguntavam: "a senhora vai me bater?" Eu digo não, nunca vou bater em você por causa de um copo, se eu bater em você vai ser por outras coisas grandes, mas não por causa de um copo... (Cristina)

- Eu acho que é errado, eu mesmo procuro não bater nos meus filhos assim, no máximo possível. Eu tento corrigir... Porque eu fui uma criança que apanhei muito, então quando eu era criança eu prometi pra mim mesma que quando eu tivesse meus filhos que eu não iria bater, eu ia evitar. Que se minha mãe tivesse conversado comigo, eu acho que eu aprenderia melhor. Eu me revoltada quando ela me batia, e aí eu falava pra mim mesmo, ah, agora é que eu vou fazer mesmo... (Sandra)

Dos relatos reproduzidos acima, pode-se deduzir os mesmos critérios que hoje elas usam para diferenciar a palmada da violência. Não bater por qualquer razão, não bater demais e conversar antes são critérios que podem ser diretamente deduzidos das falas de Cristina e Sandra. As regras que elas afirmaram aplicar no trato com seus filhos parecem inferidas de sua própria educação, submetida ao crivo da crítica adulta. Das experiências - dolorosas e marcantes em sua maioria - elas inferiram procedimentos que agora colocam em exercício. Algumas mães chegam mesmo a relatar em detalhes a seus filhos *tudo aquilo que passaram*, na tentativa de partilhar a vivência e fazer de sua dor uma fonte de educação dos próprios filhos.

- Sempre, sempre, sempre. Porque eu converso ... particularmente tudo com ela, e explicando a ela o que foi a minha vida, o que eu passei na minha vida, porque eu não quero que ela passe o que eu passei. (Monica)

O que elas retêm, ainda, é algo que gostariam mas não têm podido preservar: o que chamam de *respeito aos mais velhos*. É um respeito que beirava o temor. Nos relatos de Ana e Gabriela, essas memórias são cristalinas:

- O meu pai era mais de olhar assim, aquele olhar que... fulminava a gente, sabe? Aquele olhar que só de olhar a gente tremia todinha, igual vara verde? Meu pai era assim. (Ana)
- Você tinha medo do seu pai?
- Eu sou casada, e até hoje eu temo do meu pai. O meu pai dá até medo se ele disser que não... meu marido às vezes até reclama, porque não é mais pra mim fazer isso... (Gabriela)

A quebra desse sentimento de *respeito pelos mais velhos*, familiares ou não, é motivo de punições freqüentes. É uma das razões *graves* que Irene invoca para solicitar o agir paterno.

- Ele já chegou a dar algum tapa?

- Meu marido? É difícil também dele bater, muito difícil. Só bateu outro dia porque chegou uma senhora lá dizendo que eles responderam à senhora, né? Meu marido foi bater neles, explicou a eles que não é pra responder pros mais velhos, por mais errado que esteja sempre é para deixar falar e vai pra casa. Pronto. Então foi isso, aí ele bateu neles e pronto.

No que se refere a esse respeito que tanto valorizam, os pais se confessam perdidos. Eles gostariam de estabelecer um padrão de relacionamento no qual o respeito esteja presente, mas não encontram esse caminho. A *educação de antigamente* incorporava um *sentido assim de obediência que hoje é muito difícil*, diz Angela. Nadia concorda, *hoje é mais difícil mesmo, e acho que isso não é bom, acho que nem oito nem oitenta*; o problema para Nadia está na dosagem, no ponto de equilíbrio entre obediência e autonomia. Sua observação é um misto de nostalgia e impotência. A neta de 8 anos é para ela uma criança que deveria ser protegida do acesso a *certas coisas* que uma criança de sua idade pode não compreender. Sua visão de proteção à criança poderia ser traduzida como a uma idéia de preservação e prolongamento da infância, da manutenção de um certo estado de inocência que foi, em alguma medida, responsável pelo estabelecimento da própria noção de infância (Ariès, 1981). São sentimentos que Nadia não pode preservar, expostos que estão seus netos à enxurrada de informação proporcionada pela televisão em particular, e por todos os meios de comunicação. São informações com as quais ela se sente incapaz de lidar, dados que *talvez nem possa explicar*, geram perguntas que às vezes pegam pais e avós *de surpresa*.

Como preservar as linhas de autoridade, o chamado *respeito aos mais velhos*, nesse mundo hoje *tão difícil*? A questão apresentada por Nadia é em sua natureza a mesma que muitos especialistas já se colocaram. Lash (1991) observa que até há alguns anos a imagem do pai como onipotente e temível podia ser temperada no contato diário, ocasião em que eram transmitidas habilidades que os pais dominavam e que os filhos deveriam aprender. No processo de transmissão de informações, a criança *conquistava progressiva autonomia e - em paralelo - libertava-se da imagem temível do pai sem no entanto destruir sua autoridade*. Mas no mundo atual, em que as tecnologias se tornam obsoletas no espaço de uma geração, esse lugar paterno fica esvaziado, quando não desautorizado. No Brasil, em que as últimas gerações dispõem de poucas aquisições a serem apresentadas aos filhos, mas o bombardeio de novidades é igualmente avassalador, essa questão fica ainda mais dramática. Ela se traduz, afinal, no impasse registrado por Nadia: como responder a perguntas que sequer formulei a mim mesma? Nessas circunstâncias, pode mesmo parecer justificado o recurso da força - a palmada - para restaurar por essa via a autoridade que não encontra outro recurso para se firmar.

Marcela e Cristina parecem oferecer elementos alternativos de solução para esta questão. Ambas lidam, cada qual à sua maneira, com uma dificuldade típica dos pais cariocas contemporâneos: o perigo das ruas. Contra essa ameaça constante, motivo alegado por algumas mães como razão mais que justificada para punir, não há habilidades aprendidas a transmitir. A visibilidade da violência urbana é recente, e poucos pais e mães aprenderam na infância as formas de fazer frente a ela. O que se retém é o medo, contra o qual há poucos recursos de enfrentamento.

Para Marcela, o medo pela segurança da filha se traduz nas drogas, na contaminação pela AIDS, na violência da noite carioca que ela sabe a filha estará freqüentando em pouco tempo. Sua solução é estabelecer com a filha uma relação pautada na confiança, em que a orientação que oferece como mãe é marcante, repetida à exaustão, mas não impositiva. Ela reafirma a todo instante o respeito à autonomia pelas decisões da filha, sem negar os receios que a angustiam especialmente na fase da adolescência, quando os riscos externos à família são grandes e fora de seu controle:

- (...) já falei um monte de coisas pra ela, acho que a gente dá pros filhos na verdade o que a gente faz na vida, né? Então eu acho que só de pensar no que pode acontecer, você fica assim... bom, mas então eu tenho que dar muito mais avisos, eu tenho que ficar dizendo que isso é um perigo, e é complicado, como é que você vai dizer olha, minha filha, é bom, mas... cuidado, que tem isso e mata. (...) Fazer quase uma lavagem cerebral. Pra ver se o negócio entra na cabeça(...) Eu fico achando o seguinte, que a gente tem que falar muito, porque senão... (...) Eu sou absolutamente contra invadir a privacidade dos filhos, jamais abrir carta de qualquer pessoa, eu não vasculho coisa nenhuma, não vou olhar o que é que minha filha tem dentro da carteira, aí você começa a se preocupar por causa da droga. (...) Aí como é que você faz? Até hoje eu não tive esse problema, mas se você começa a desconfiar que seu filho tá usando droga. O que você faz? Você quebra toda essa confiança que você tem nele, parte pra olhar e ver se realmente ele tá usando, ou você fica na sua fingindo que não, eu sou uma pessoa que não vou contra minha ética ... e confiar na palavra, quando você sabe que se ele estiver usando ele vai mentir pra você? Então isso é uma coisa que você gostaria de fazer, mas e se acontece alguma coisa externa... (Marcela)

Cristina coloca a mesma questão de outra forma: sua filha é sociável como todo adolescente, e sua conduta é de permissividade associada à vigilância. *Deixo ela ficar à vontade, mas eu observando*, são suas palavras. Ela tem o mesmo receio dos perigos a que a filha está exposta, verbaliza suas preocupações para os filhos e se coloca as mesmas angústias de Marcela: *perturba, né?*

- A televisão fala, a gente tem muito na nossa mente também né? A gente não sabia, não era comentado nem na televisão, então a gente tinha mais liberdade, agora a

gente já se prende mais. O meu filho sai na esquina eu falo Pedro, não vai porque pode passar o carro aí e vai carregar você e eu não vou ver... isso não é legal pra criança, mas a gente é obrigado a falar assim o português certo... Perturba um pouco, né? (...) Se um dia eles fizerem isso, ele chega pra mim e fala, mãe, eu fiz isso. A primeira vez. Porque eu comecei ensinar minha filha assim: olha, o que você fizer você me conta. Tudo, nem que seja usar droga, o que for você me fala. Ela, pelo menos, eu peguei a confiança dela... tô sempre na antiga mas até agora nunca aconteceu e tenho fé em Deus que nunca vai acontecer. Espero também que eu saiba cuidar desse aí, que tá começando a chegar na adolescência. Vai dar um trabalho... Não vejo a hora de passar essa fase. Depois eles mesmos começam a ver que não é assim.

Carolina fala de uma educação para a autonomia, gestada desde agora, quando sua filha conta apenas 3 anos de idade:

- Porque eu tenho a preocupação que... (...) que ela perceba que... a minha visão não é a dela. O que eu acho importante pra ela, o que ela deveria achar que é importante, que sou eu que acho na verdade, né, e... como ela deveria agir em certas situações... por exemplo, que ela deve contestar, eu acho que ela deve contestar as coisas, tanto é que ela argumenta comigo. E eu converso com ela explicando o porque dela não poder fazer certas coisas. Eu nunca vou falar um não pra ela e querer que ela engula aquele não. Eu vou explicar o porque do não. (...) Isso eu acho que vai ser pro resto da vida. (Carolina)

Essas mães assumem para si a angústia do risco. Elas afirmam na prática um compromisso com o desejo dos filhos, o respeito à sua individualidade, sentido que poucas mães parecem alcançar. Quando o respeito que se exige é unidirecional, é apenas o respeito pelos mais velhos e se esgota neles, fica difícil aos filhos perceberem o sentido buscado. Como diz Marcela, *a gente dá pros filhos na verdade o que a gente faz na vida.*

5. 10. Conselhos: ouvir de quem?

Acompanhadas por um sentimento de solidão na lida diária com os filhos - ainda que seja uma solidão buscada, em certos casos - essas mulheres decidem por si mesmas as atitudes a tomar, que conduta adotar, e como definir e circunscrever os muitos problemas que surgem, como é natural, na educação de um filho. Cristina tem 3 filhos, o mais velho já com 21 anos; após o relato das punições físicas severas sofridas na infância, que ela contrasta com os *tapinhas* que seus filhos recebem, pergunto como se processou essa mudança. Em resposta, ela divide a lembrança de sua chegada no Rio há mais de 20 anos, vinda do Nordeste:

- Sozinha, sozinha, eu não tive orientação de ninguém. Quando eu cheguei aqui no Rio eu sofri muito...

Habitadas como já vimos ao uso da televisão e de revistas como fonte de informação, elas vão buscar ali também a orientação sobre como proceder na educação dos filhos. Sueli afirma ter comprado inúmeras revistas durante sua gravidez, ter lido muito, e nas revistas *encontrava coisas com que concordava*. Na verdade, as mães buscam a informação, mas não a recebem passivamente. Luciana, que apanhou de palmatória na infância, desdenha com base em sua história pessoal a conexão entre a palmada e a delinqüência:

- Ontem mesmo na rádio Globo falando que não pode bater, que a criança vira marginal, não sei que... Era uma pesquisa que eles tavam falando no rádio, por acaso eu escutei... Mas se fosse assim eu também tinha sido bandida, porque eu apanhei, naquela época tinha palmatória, né, esse negócio... (Luciana)

Cristina ouve, mas relativiza, os conselhos da televisão.

- Eu sei lá, de vez em quando a mãe precisa dar um tapinha... A televisão acha errado, mas se a gente não fizer isso, eles vão bater na gente. (Cristina)

Os depoimentos transcritos acima indicam que a informação recebida é submetida a um crivo, e que a história pessoal tem maior influência que qualquer recomendação cujo porta-voz seja desconhecido. Resultados de pesquisas invocados para referendar tal ou qual juízo não são levados em consideração se a conclusão não se assemelha àquela a que o receptor já foi levado pela própria vivência. O argumento da ciência só é investido de valor entre as entrevistadas que têm formação superior. Como ilustração, Marcela informa:

- Eu leio revistas, quando fala do assunto, eu leio em jornal, às vezes eu leio alguns livros de psicologia de criança, e geralmente se toca nesse assunto... Mas nada técnico, né? (...) Principalmente assim... nos Estados Unidos se fala muito nisso, né? Então geralmente são artigos que vêm de lá, falando disso.

Mais comum é que o aconselhamento sobre a educação dos filhos seja trocado entre membros da família. Ainda assim, essa troca de informação é submetida a uma avaliação. Nem sempre a mãe considera que seja conveniente ou adequado seguir a orientação recebida. Ela age como se, responsável primeira pelos filhos, fosse a única em posição de avaliar os resultados de uma conduta. Cristina, que segue até certo ponto os conselhos que ouve na televisão, sopesa com cuidado as recomendações da irmã:

- Só tenho uma irmã que trabalha de sábado a sábado... Nunca cheguei a conversar com ninguém... Pra falar a verdade, minha filha, eu pedi conselho foi a Deus. Porque não chega um parente, não chega um vizinho pra falar isso e aquilo... às vezes chega a minha irmã [e diz] "tenha cuidado com ela, não deixa ela ir pra baile"... Eu digo "olha, tá difícil eu tirar isso dela", eu não podia tirar ela assim, depois ela ia se voltar contra mim, ia virar contra mim... (Cristina)

É preciso haver bastante proximidade para que o conselho seja acatado, discutido, seus efeitos mais cuidadosamente analisados. Nessas circunstâncias, o usual é que as fontes mais seguras e influentes de discussão acerca de educação sejam os próprios familiares, reforçando assim a influência do vivido na formação dessas práticas. Berenice, criada desde os 14 anos pela própria sogra, mostra isso:

- Você escuta conselhos das pessoas sobre educação dos filhos?
- Eu aceito conselhos. Meu marido tava vendo um repórter, ele conversando comigo, ele viu sobre educar a criança, assim... que criança obedece desde pequenininha se a gente conversar, que não é pra gente ficar xingando a criança, não falar palavrão... Que se a gente chegar, conversar... Aí ele passou isso pra mim. (...) Não é conselho de vizinho... (...) O único conselho que eu recebo muito é da minha sogra e do meu marido. Assim de educar as criança, mais ninguém. É que ali onde eu moro eu não paro assim com ninguém pra conversar sobre as minhas filhas. Minha sogra é mais que a minha família, que eu adoro ela, a gente se dá muito bem.

Essas conversas que se desenrolam na intimidade colocam em xeque as práticas e os valores dos dois interlocutores. Provavelmente, é por essa razão que esse direito só é dado aos mais íntimos. Discutir a educação dos filhos, elas mostram, requer disposição para discutir suas próprias dificuldades, as dores e as alegrias de sua infância e da infância de seus filhos.

- Às vezes meu marido fala "não deixa nossos filhos passar aquilo que a gente passou". Eu digo não, de vez em quando eu falo não. Eu é não, ele é sim. Ele quer uma coisa e eu já ouvi o Padre Marcelo falar, quem faz os filhos delinqüentes são os próprios pais. [Se] tudo que ele quer você dá, vai chegar um dia que você não vai poder dar, ele vai ficar grosso, vai ser ignorante, vai... Exatamente o que eu tou falando. Eu já falei com ele, diga pelo menos um não de vez em quando, não pode ser tudo sim... [E ele]: "mas eu não quero que os meus filhos passem o que eu passei", eu digo "mas não é passar o que a gente passou, é pra você educar". (Cristina)

Os familiares prestam uma ajuda efetiva que de certa forma lhes concede o direito de opinar na criação e aconselhar a mãe. Em família, é mais usual que o caráter dos filhos seja conhecido, que as crianças recebam assistência de vários parentes, proporcionando assim condições de avaliar as relações entre pais e filhos de forma global e real. Duas passagens do discurso de Marcela mostram essa diferença entre os filhos dos amigos e os filhos da irmã:

- Então eu tenho uma medida mais do meu sobrinho. E na verdade só conheço esses, né, porque eu... filhos dos amigos eu não sei direito o que que aconteceu, né?
- ... meu sobrinho, eu dei muito palpite na educação dele (...) a família toda participou da educação dele. E além de tudo ele foi uma criança difícil, sempre foi muito difícil. Então a gente sempre deu palpite, ele ficou muito tempo comigo, eu levava pra viajar, passava dias na minha casa, nas férias... então eu fui meio que uma mãe também. Também briguei, botei de castigo, dei palmada, como se fosse meu filho. (...) E eu vejo toda a dificuldade da minha irmã, de estudar, vive sendo expulso de colégio, então (...) eu converso isso tudo com ela, o que é que a gente vai fazer, ou bota ele num colégio, obriga a ir... (...) então isso tudo a gente fala.

Mesmo na intimidade, contudo, a autoridade de quem cuida prevalece. Ana e Monica vivem com suas respectivas irmãs. Ana cuida de sua filha e de seu sobrinho. A irmã de Monica é quem cuida de sua filha, durante a semana. Suas falas se espelham:

- Essa minha irmã, às vezes não gostava muito não, sabe. [Mas] ela nunca foi contra, [dizia:] você é que tá em casa, você que educa. Se mereceu levar um tapa [é] você que tá em casa educando, eu não quero saber. Mas sempre que ela chegava eu participava: fez isso, fez isso, então sempre tava todo mundo sabendo (Ana)
- ... eu trabalho aqui em baixo tem uns 5 anos, então ela desde pequena fica com minha irmã. Ai tem vez que ela responde à minha irmã, e eu bati nela. A minha irmã falou assim, não bate. Então eu falei: de hoje em diante eu não vou bater, você toma conta dela. E deixo por conta dela (Monica)

Firmando essa posição de não permitir interferência de estranhos no trato com seus filhos, as mães evitam também intervir quando observam algo censurável mas não têm intimidade para oferecer qualquer forma de auxílio, ou alertar para qualquer evento em casa alheia. Mesmo quando os envolvidos são sobrinhos, irmãs... elas preferem manter-se à distância, assegurando a privacidade do outro e indicando o quanto prezam a própria.

- Outro dia eu fui na casa de uma amiga minha, e eu fiquei até com a cara vermelha, desse tamanho, de tanto que o filho dela falava com ela. Agora eu nem tenho coragem de falar com ela. E por ela ver o meu jeito com os meus filhos, ela também ficou com vergonha de mim. Porque se um filho meu faz isso comigo... (...) Converso só entre eu e a minha irmã. Já minha prima... são cinco filhos homens, é uma criação... mas aí eu também não me meto, né? Não pode deixar... ela convive com os filhos assim: eles vão na casa das pessoas e aparecem com as coisas, [dizendo]: "achei na rua, achei na varanda"... Você vai na casa de alguém e acha coisas no quintal? Isso não existe... (Maria)

Além da família, a única porta voz reconhecida de conselhos que devem ser ouvidos é a Igreja. Isso é claro só é válido para as mães que são religiosas, e freqüentam os cultos evangélicos ou cristãos. Entre outras poucas mães que fazem referência à

Igreja, Angela cita de memória a Bíblia, como fonte de ensinamentos para cuidar de seus filhos:

- Escuta no sentido assim de aconselhamento, de ensinamento, como educar os filhos... Olha, tem até um versículo da Bíblia... um provérbio... 22, versículo 6. Diz assim: Deus falando pra todos os pais, né? Ensina o menino o caminho que deve andar. Que quando ele envelhecer, não tem do que se arrepender. Não é certo? Ensina o menino desde pequenininho, o caminho que deve andar, ensinado, falando o que é certo, e ensinado também o que é errado, pra ele não fazer, e ele vai crescer uma criança sadia, um jovem, um chefe de família... porque mesmo que ele venha a falhar, mas ele vai ter uma cabeça... certa.

5. 11. A violência ingressa nos lares?

- A mãe tem que mostrar a eles que o mundo não é só aquilo que eles pensam. O meu filho mais velho ficou em recuperação e vai pra escola às vezes de noite. Eu digo que se alguém quiser dar cigarro pra ele não pegar, [e não ligue] se alguém chamar ele de bobão, de vacilão... [eu digo]: Tá num canto de inocente, o sujeito chega pra matar o outro e você também vai porque tá junto. Aí um dia ele chegou no colégio e disse que a polícia tava atrás de uns meninos lá. Falei tá vendo, tem que andar sozinho... a gente fica preocupada. Aí ele fica falando que eu nunca vou deixar eles viver a vida deles, mas é uma preocupação que a maioria das mães têm. Ele tem 13 anos e brinca de carrinho. Enquanto a gente vê tanta criança de 11, 10 anos, com arma na mão, matando, fazendo e acontecendo. É melhor ele brincar de carrinho que tá de arma na mão. (Irene)

O receio é maior pelo que é externo. Um receio que se traduz em primeiro lugar pelo medo pela própria vida do filho; mas que é também uma ameaça simbólica - pela associação possível com as *más companhias*, é quando surge a possibilidade de *virar a idéia*, ou pela constatação de que, nesta idade, é inevitável que os pais *percam as rédeas da situação*. Em reforço a essa preocupação, está a definição da idade em que é mais difícil para elas lidar com seus filhos: é a idade da autonomia. Independente de que isso aconteça aos 7 anos - como define Cristina - ou aos 16 ou 17 anos - como coloca Marcela - a autonomia da criança carrega a possibilidade do conflito, sobretudo porque essa autonomia, na maneira de ver de algumas mães, comporta um excesso de liberalidade que dificulta o exercício da coerção correlata da função paterna. Como diz Ana, o mundo atual concede liberdade sem cobrar responsabilidades, e isso estabelece uma noção errônea de independência:

- Tem liberdade até demais. As pessoas têm liberdade pra fazer o que querem. Eu acho que uma criança com 14, 15 anos, não deve ter a liberdade que muitas estão tendo. Porque eu acho [que elas] nem o que tá fazendo. Tá fazendo porque as outras tão fazendo, porque viu fazer, viu na televisão, mas no fundo não sabe porque

é que tá fazendo. Só pode ter liberdade quando estiver amadurecida, não é dizer que esteja num amadurecimento total. Desde o momento em que vive com os pais, é dependente deles. Eu costumo dizer: "você tem que ter seu estudo, sua independência"...

É o conflito aberto, instalado, ou um conflito interno das mães, que vêm este como um momento de perigo potencial pois é quando o filho deverá enfrentar, sozinho, o espaço público. Não há diferença, de seu ponto de vista, entre educar um homem ou uma mulher: pois ambos estarão inevitavelmente expostos aos perigos da rua, e este impera sobre todos os outros receios. A menos de duas mães que apontam a dificuldade em lidar com a criança pequena, por sua excessiva dependência, a maioria considera que o período da adolescência é o mais difícil. De um lado, as entrevistadas expressam que, nessa idade, os filhos já se estão educados ou, como afirma Angela, *o grande nem precisa bater, né, ele já aprendeu*. Em outras palavras, eles já estão disciplinados. O relato de Irene é exemplar desses ensaios de autoridade e submissão que ela chama de *dengo* do filho mais novo; são jogos que têm por propósito demonstrar que a decisão final cabe a ela, detentora de uma autoridade que não cede aos argumentos apresentados pelos filhos.

- Olha, por enquanto eu não sinto diferença. O meu [filho] de 7 anos, quando eu falo que não pode ele chora, mas... não pode. Como os mais velhos: não pode, não pode. Então eu não vejo tanta diferença de um pro outro, né, apesar que o mais novo chora, faz mais *dengo* dizendo que quer fazer aquilo, mas a hora que eles pede pra brincar lá na rua, no condomínio mesmo, eu digo que vou pensar e... [ele insiste]: "deixa, mãe, você é chata, amanhã eu não tenho aula", aí quando eu vejo assim eu abro um pouquinho a mão, e deixo ir.. Se eu não deixo também ele chora, chora, depois cala a boca e pronto. Eu não tenho como distinguir de um pro outro, né, apesar de que o mais velho já entende mais... o mais novo não, já fica chorando, fazendo *dengo* pra ver se a gente vai abrir mão. Aí fica resmungando, "minha mãe é chata"... Eu só escuto, né? Não faço nada, mas eu ouvi. Aí eu falo assim, "se você ficar resmungando pelas costas eu vou te bater".

A idade da autonomia é quando os resultados de todo o investimento feito sobre o filho são postos em xeque; é a hora de aguardar (com ansiedade) que ele *tenha cabeça* para resistir a todas as tentações,

- Se não tiver cabeça pra saber o que é certo, eles caem. Porque chega um coleguinha que faz a coisa errada e [diz] "você não vai porque você é vacilão, você não é homem..." Então quando a mente é fraca a gente acaba fazendo. Agora quando a pessoa tem determinação de... não, vou seguir esse caminho, não vou mesmo. Então é isso que eu tento passar pra eles. Eles têm que crescer com essa determinação: eu quero ser um advogado, eu quero ser um... mesmo que a mãe ou o pai não possa chegar lá com eles. Mas se eles tiver essa determinação eles vão seguir, não vai procurar caminho errado. Os pais só podem ficar mais sossegados quando eles tiverem o trabalho deles. (Irene)

e que possa passar ilesos pelos muitos perigos da rua.

- Ah, a violência... você não tem mais direito nem mais a um ponto de ônibus, a andar de ônibus, nem nada... Risco de nego acabar com a gente por um real, ou por nenhum... você não pode mais ficar num ponto de ônibus sossegada. (Natalia)

Como elas vêem a relação com o mundo familiar, protegido segundo sua concepção, e os riscos de fora? Há relação entre esses dois universos, e de que ordem é essa relação? Haveria algum intercâmbio entre esses dois espaços? Quando estudou as relações entre a casa e a rua, Velho (1999) constatou que o mundo exterior é visto como perigoso e poluidor, e cabe aos indivíduos a responsabilidade de enfrentar, evitar e proteger-se desse perigo. Essa constatação se confirma aqui.

As mães entrevistadas reconhecem a relação entre o mundo público e o mundo privado, embora suas opiniões sejam divergentes no que diz respeito à prevalência de um sobre o outro. Para Irene, é preciso erigir em casa uma barreira de modo a tornar a criança quase impenetrável às tentações e aos perigos que rondam a rua, o que é difícil dado que a violência é presente e chega até mesmo pela televisão, que *está trazendo muita coisa ruim pra dentro de casa e por isso nem dentro de casa, a gente não tem tranqüilidade*. Ao mesmo tempo, o indivíduo de "boa formação" não cede à violência, e nem a reproduz. Em outras palavras, a segurança do espaço público se forja a partir do indivíduo.

- O que acontece em casa é de casa, mesmo. Não acho que é tão assim... não entra não, a gente conversa todo sábado. Eu reuno as criança e a gente conversa como é que foi a semana... A Igreja manda a gente conversar o que aconteceu, que às vezes tem alguma coisa oculta que a criança não conta... E na Igreja ensina conversar com os filhos, pra saber o que aconteceu durante a semana, aí eles conta. A igreja da gente, a Igreja Batista, ensina assim. A gente conversa, procura saber... que se a gente deixar o filho também, é o que o pastor fala: abandonado, o mundo ensina. Então a gente é que tem que tomar, se a gente largar assim demais, é o mundo que vai ensinar. E o mundo vai ensinar errado. (Irene)
- Acho que sim. Porque as pessoas que estão na rua, violentando, atacando as pessoas, ela tem uma criação, né, então começa em casa. Eu penso assim. Se você cria seus filhos na paz, eles vão sair lá fora e não vão atacar ninguém. (Angela)
- Eu acho que isso aí uma tremenda violência, você não acha não? Eu acho que a violência é essa, acho que dentro de casa é que a violência começa. Se você é violento com o teu filho, então lá na rua ele vai ser violento também. Eu pro meu entender é isso. Se você trata com violência ele também vai tratar o outro com violência. (Fernanda)
- Afeta, eu acho que afeta. Porque às vezes você fica com mais medo de deixar o filho fazer alguma coisa pelo que pode acontecer pra ele lá fora do que propriamente porque você duvida dele. (...) eu acho que isso é uma coisa ruim, é uma coisa externa que acaba influenciando a maneira como você cria o filho, e eu acho que

essa coisa também de violência na cidade, você quer deixar ir numa boate, nesses lugares.... Não tem problema nenhum, mas aí você lê no jornal que saiu uma briga, que um quebrou a cara do outro, que tem um débil mental que deu um tiro, e já fica apavorada. (Marcela)

Não nos esqueçamos de que essas mães não se concebem como violentas. Se articulada ao conteúdo das frases acima, poderíamos dizer que elas entendem estar prestando sua contribuição à construção de uma sociedade mais justa e menos violenta. Elas protegem os filhos, elas os educam no sentido de protegê-los do apelo à marginalidade e aos comportamentos delituosos, elas os ensinam a se proteger do perigo. Em contrapartida, não encontram uma resposta do poder público que reforce as atitudes que tomam em casa. Do poder público, elas esperam alguma ação que seja capaz de frear as diversas formas de violência, inclusive as que ocorrem em casa. Que ação elas aguardam?

Não se trata de criminalizar a conduta e encarcerar pais violentos. Seu raciocínio é mais complexo. Elas admitem as formas punitivas mais severas apenas quando o ato violento é mais grave. Por exemplo, elas coerentemente defendem uma punição severa para qualquer forma de abuso sexual contra a criança - e algumas mães chegam a pregar a pena de morte nesses casos - o que também condiz com a opinião comum que nega humanidade aos autores da violência sexual. Quando discute a punição para o agressor sexual, Maria é taxativa:

- Eu ouço falar na televisão dessa fatalidade. Minha opinião é assim: cadeira elétrica. Dá pra fazer umas coisas que tirava o demoniozinho rapidinho... Imagina, se eu vejo essa pessoa na minha frente... eu acho que eu estrangulo. (Maria)

A possibilidade, mesmo que nem seja aventada, é descartada por algumas mães:

- Eu não acho certo pena de morte (...) ... mas eu acho que ele deve ser castigado. Preso mesmo. Não só deixar na cadeia e ficar ali comendo do bom e do melhor. Sofrendo mesmo. Saber que cada sofrimento daquele vai se lembrar, tô sofrendo porque eu fiz isso. Eu acho que seria bom pra essas pessoas... mas pena de morte pra mim.... Porque Deus deu a vida e só ele tira, né? Então não sou a favor. (Gabriela)

A maioria delas defende a punição pela prisão, mas apenas para as formas mais graves de violência. No geral, elas trabalham com uma noção de modulação, de gradação, que acompanha a concepção que têm da própria violência física. Outras mães trabalham com a concepção de que como regra a intenção da violência é positiva, mas os pais é que não encontraram - por desconhecimento - o melhor meio de atingir o fim. Para elas, é necessário que se promova um esclarecimento, uma

orientação que apoie os pais nessa empreitada, aponta caminhos menos violentos para que eduquem seus filhos. Isso se aplica a várias formas de violência:

- O que você acha que se deve fazer com esses pais?
- Olha, a mãe, mesmo ela pensando que tá fazendo o bem, às vezes presumir que pode acontecer coisa na rua eu acho que ela tem que ter um tipo assim de esclarecimento, na cabeça dela, que não tá certo coisa, né? Que às vezes ela evita de fazer uma violência lá fora, e tá usando uma pior dentro de casa. Então... Às vezes uma mãe prende um filho dentro de casa, pra não acontecer uma violência lá fora... Eu acho que uma mãe não precisa fazer isso com um filho, né? Conversando com ele, mesmo que demore de entender, não precisa de amarrar, de espancar, eu acho que não. (Angela)

Carolina é bastante clara na distinção que faz da intensidade da violência e da correlação com a intensidade da punição:

- É muito difícil... eu acho que... é porque eu não acho que seja tudo igual. Acho que cada uma tem um motivo diferente, tem uma causa diferente. (...) Dependendo da intensidade... um tapinha na bunda eu acho que não tem nada de mais, mas eu acho que... queimar com cigarro, bater com cinto eu acho que também não deixa de ser um monstro a pessoa que tá fazendo isso com a criança. É que eu boto vários limites, então cada tipo de violência pra mim tem várias partes. Desde uma leve até uma bem mais intensa. Acho que nas mais leves basta o esclarecimento, nas outras... eu acho que punição, não tem outro jeito. É... levar à polícia, fazer uma ocorrência... É, prisão.

A via punitiva é descartada em definitivo quando se trata de formas de violência que decorrem não só da miséria moral, mas da miséria econômica.

- E a mãe que deixava as crianças em casa?
- Ela eu já acho que teria que ter uma pessoa que ajudasse ela financeiramente, que eu acho que o problema dela é dinheiro. Se não houvesse necessidade dela trabalhar... (Sandra)

Marcela, no entanto, descarta qualquer forma punitiva. Para ela, o que se coloca é uma questão que vai além dos eventos puros da criminalidade. Trata-se, em seu entender, de encontrar soluções para a criança e, adotadas as medidas punitivas, a família estará desfeita e a criança, abandonada.

- O que se deveria fazer com relação aos pais violentos?
- É complicado, porque a vontade que dá é tirar logo a criança da mão dos pais. É complicado também porque tirar, e depois não saber o que fazer com ela, não é uma solução. Se a gente tivesse uma sociedade mais organizada, e que tivesse alguma grana, eu acho que você quando tivesse certeza que aquilo tava acontecendo na família, deveria ter um jeito de levar a família pra um tratamento. A família toda. Tirar dos pais é uma coisa extrema porque é bom naquela hora, mas você vai dar o que para aquela criança? Ela vai ter um substituto ou eu vou jogar uma denúncia lá ... Se você pode tirar ela dos pais e dar ela pra um avô ou uma avó que vai cuidar dela melhor, é perfeito. (...) Se você puder tratar a família.... E também eu acho que

provavelmente o pai é violento ou a mãe é violenta porque tem problema de bebida, porque sofreu violência quando era novo... a falta de dinheiro é uma coisa séria, e isso a sociedade pode organizar, e se o cara não tem nem esse problema, às vezes você tem dinheiro e mesmo assim é violento, eu acho que só um tratamento mesmo é que pode ajudar.

Mais importante no entanto é que elas consideram que a redução da violência está principalmente sob seu encargo. Não bastasse as situações em que elas se declaram dispostas a intervir quando presenciam alguma situação que em seu entender represente ameaça para a criança, como descreve Tânia:

- ... eu só vou me meter na educação de alguém se eu ver batendo, machucando.. Mas fora isso não.(...) No que diz respeito à criança, se eu vejo um adulto descendo o cacete nela, com certeza vou interferir. Posso não interferir diretamente, mas vou chamar alguém para interferir. Já aconteceu de eu ver uma criança maior batendo na menor e entrar no meio pra saber o que é que está acontecendo. Se eu vir um adulto fazendo isso, com certeza vou chamar alguém. Esse negócio de "briga de marido e mulher eu não meteria a colher"... eu ia ligar pra polícia.

Outras mães descrevem situações em que efetivamente interferiram, denunciando os pais a Conselhos Tutelares ou à Polícia:

- Já... eu já vi vários casos... Conheço uma... ela veio da Paraíba, até andei com ela, sabe, que a menina tinha um bracinho assim, teve problema no parto, ela nasceu defeituosa, então nós conseguimos um colégio especial pra ela e passe, pra ela poder andar. E o pai da menina, pai não, padrasto, que ela conheceu aqui no Rio, espancava a menina. Aí eu tinha o maior dó dela... até que agora ele parou, porque eu fui no direto no Conselho Tutelar, aí eu e a mãe dela demos parte. Aí ele parou. O Conselho foi lá e tudo. (Julia)

Mas sobretudo, elas entendem que cabe à esfera privada deter a violência pública. A família é no seu entender a principal âncora moral, lugar onde se forja o indivíduo e o caráter. A *união entre os pais*, a *garra* e a estabilidade do casal e da família são esteio da moral.

- Então acho que nós mesmos o público tinha que pensar, poxa, eu não vou fazer isso... Eu vou sofrer, os outros vai sofrer, e essa violência nunca vai se acabar. Nós mesmos, em vez de eu ser uma pessoa... que eu vou imaginar, eu vou roubar, eu vou matar, eu mesmo tenho que pensar... Não, eu não vou fazer isso. Que aí isso ia se acabar. Cada um de si. Acho que a gente mesmo tem que pensar... (Natalia)
- Eu acho que depende muito da criação. Às vezes os filho é revoltado em casa pela educação mesmo que não teve, e vai fazer lá fora. A revolta acaba levando lá pra fora. Eu acho que começa dentro de casa pela educação, porque a educação que as minhas filha tem, não é porque é minha filha, mas eu sei a educação que eu dou a ela. E a educação que eu dei às minhas filha, eu tenho certeza que elas não vão fazer nada de errado lá fora que ela tá vendo o lado bom dentro de casa. Então eu sei que ela não vai fazer maldade lá fora. Se cada um ensinasse assim, eu acho que o mundo seria outro. (Beatriz)

No entanto, elas se sentem solitárias nessa empreitada. Não há apoio, não há vizinhos, não há força de sustentação da comunidade. Gabriela, residente há anos no Rio, vinda do nordeste, relata sua desconfiança como marca das relações sociais:

- Aqui no Rio é tudo difícil, você não conhece ninguém, não sabe quem é seu vizinho... Você fecha a porta e assim é que eu vivo no lugar onde eu moro. Não é um ambiente perigoso, é um ambiente bom, mas eu sinto falta que eu acho que lá o pessoal é mais amigo. Aqui você não pode confiar no seu próximo, você não sabe quem ele é, você não tem coragem de falar nada, não sabe se é fofqueira... Eu vivo numa vila e me dou com todo mundo, mas não confio em ninguém.

Uma única mãe relata ter recebido apoio, por intermédio de instituição religiosa. A seu ver, a religião oferece um suporte direto ao sujeito e contribui para forjar uma mentalidade que valoriza a sociabilidade e o convívio social e familiar:

- O homem quando não tem uma estrutura, não tem uma mente aberta e já tá assim... não freqüenta nada, não tem uma religião... a religião muda a estrutura. Porque depois que eu freqüentei, eu aprendi muita coisa. (...) você chega ali e você vê que o ambiente é diferente. É diferente, não tem como, não é igual. Vou te explicar. Antes, eu era muito nervosa, agitada, e depois que eu comecei a freqüentar a Igreja eu... eu sei lá, eu vi muita coisa, o pastor ensina muita coisa, e às vezes tá acontecendo assim... você não sabe. Aí você vê ele falar e [pensa], não, realmente tá acontecendo isso comigo, e aí você começa a mudar dentro de si mesma... lá dentro. (...)... Eu acho que toda família precisa assim de uma religião, alguma coisa pra se apegar, do bem, né? Mudaria muitas coisas, que lá em casa mudou, em mim, que meu marido sempre foi assim desse jeito que eu tô te falando, mas eu era assim... mais agitada. Brigava... E eu acho que toda família que procura uma Igreja, é outra pessoa. Muda a maneira da gente pensar... Abre mais a mente da gente. Então é outra pessoa. É isso.

A segmentação que introduzem no campo da violência física permite que elas a tratem como uma negatividade e uma destrutividade. O sentido condenável, negativo, da violência, permanece como atributo de suas formas extremas: o espancamento e o estupro. Nas formas mais brandas - que, note-se, não são nomeadas como violência - seus atos respondem a uma demanda de adequação às ameaças do espaço público, contra as quais não encontram outros recursos senão o combate a partir do privado: é forjando o sujeito, e inculcando-lhe o senso de hierarquia, autoridade e respeito, que elas imaginam combater o que denominam *perigos da rua*.

A afirmação da autoridade serve a um propósito imediato, interno ao espaço doméstico; mas serve também e sobretudo a uma intenção coletiva: o bem estar comum, e o empenho pela construção de uma sociedade em que a violência não esteja tão disseminada, tão presente, e tão ameaçadora. Elas buscam evitar que seus filhos, libertos do sentimento de pertinência ao grupo pela abolição das redes de

subordinação hierárquica, *virem a cabeça*, cedam ao apelo desagregador do público e contribuam por essa via para colocar-se em risco e para somar-se ao que vêem como destruição coletiva.

Em fevereiro de 1996, teve lugar em Illinois, nos Estados Unidos, uma conferência que reuniu especialistas da área para discutir as conseqüências da punição corporal (*The Short and Long-term Consequences of Corporal Punishment*). O núcleo dos debates foi em torno dos possíveis efeitos negativos, para as crianças, das formas punitivas mais brandas, que alguns autores chamam **não-abusivas**, em oposição às formas graves, lesivas para as crianças, designadas como **abusivas**. A condenação às formas abusivas é unânime; a avaliação das conseqüências das formas não-abusivas, contudo, é fonte de enorme controvérsia. Após uma revisão das pesquisas de campo que condenam toda e qualquer forma de punição corporal, Lazerle (1996) mostra que 26% dos trabalhos indicam efeitos benéficos da punição não-abusiva; 34% apontam para conseqüências negativas; e 40% não identificaram qualquer efeito dessas formas punitivas sobre as crianças. Ele conclui que o modo como os pais usam a disciplina corporal parece ser um diferencial importante para avaliar seus efeitos:

Effects of physical punishment, as well as nonphysical punishment, probably depend on when and how parents implement it, its role in their overall approach to parental discipline, and the overall parent-child relationship (Lazerle, 1996: 827).

Baumrid (1996) extrai daí algumas conclusões, algumas das quais podem ser assim resumidas: (a) os efeitos dos métodos disciplinares adotados pelos pais são mediados pela percepção da criança acerca de sua legitimidade; argumentar com a criança ajuda a legitimar a autoridade paterna, auxilia a criança a comportar-se dentro de certos limites e oferece a ela a possibilidade de controlar a punição paterna omitindo certos comportamentos que os pais condenam. Mas o uso da punição corporal confere maior eficácia à argumentação e a associação entre a argumentação e métodos assertivos de controle do comportamento pode encorajar a internalização de normas de conduta; (b) as conseqüências da punição não-abusiva variam com o nível de desenvolvimento da criança; para que a punição física possa ser reduzida na adolescência, a criança precisa estabelecer hábitos e interiorizar valores até os 6 anos de idade; com isso, a necessidade de punição se reduz na adolescência; na verdade, a punição física pode ser contraproducente quando usada em adolescentes, exceto em áreas urbanas violentas onde ela pode ter relação com o bem-estar da criança; (c) é o contexto cultural determina o sentido e as conseqüências da punição corporal.

Diana Baumrid, psicóloga da Universidade da Califórnia, afirma que não defende o castigo físico; mas alega que um tapa ocasional, no contexto de um bom relacionamento entre pais e filhos, não pode ser apontado como fonte de problemas para a criança; diante da falta de evidências convincentes de que o castigo corporal é prejudicial, ela afirma que os pais deveriam ser livres para criar seus filhos de acordo com seus valores e tradições (Goode, 2001).

Parece, assim, que a controvérsia começa a se instalar na comunidade acadêmica. É uma controvérsia que fala a favor de uma relativização das conclusões das pesquisas e que vem ao encontro do discurso das mães entrevistadas, que defendem o uso da punição física desde que regulada e aplicada com certa parcimônia.

Conclusões

Na Introdução a este trabalho, anunciamos nossa preocupação central: uma certa dessimetria entre a produção da ciência sobre a questão da violência contra a criança e a reação de muitos pais, mães e crianças que trazem aos técnicos dos programas de atenção à violência histórias, reações, sentimentos e motivações não têm eco na produção da academia. Sua genuína reação de espanto e incredulidade é um discurso eloqüente que confronta os muitos trabalhos produzidos durante os últimos quarenta anos. Como negar a esses sujeitos o direito à diferença?

Atentar a essa dessimetria implica um movimento de retorno e de reavaliação do saber produzido. O sujeito que se posta à nossa frente e se anuncia antagônico àquele representado na produção acadêmica é a exigência imediata de que algo há para ser reavaliado, pensado e relativizado. *Os modelos desenvolvidos pelas ciências sociais constituem sempre, pela força das coisas, simplificações do real*, afirma Boudon (1989). A imensa produção em torno da questão da violência contra a criança, colocada diante desses sujeitos que não se vêem representados nela, mostram que talvez haja aí uma simplificação excessiva, tão excessiva que lhes usurpou seu lugar.

Examinada a partir das contribuições da Antropologia e da Sociologia, a produção acerca da questão da violência contra a criança pode ser interpretada com base em um novo paradigma, sustentado em dois eixos principais:

A - um exame da violência como manifestação dotada de racionalidade e produtora de sentido

As contribuições de Geoges Sorel, Michel Maffesoli, Michel Wieviorka e Theophilos Rifiotis vêm mostrar que os sentidos da violência não se esgotam na representação dominante, que a vê unicamente como negatividade e força destrutiva. Para eles, essa representação ignora o papel da violência no corpo social e leva a interpretá-la, e a seus autores, como impregnados de uma certa irracionalidade. Restringir seu sentido à irracionalidade e à intenção destrutiva é apenas uma distorção ideológica que visa ocultar, ou descaracterizar, sua demanda, e não contribui para reduzir a violência, mas apenas para justificar a exclusão de seus autores; as demandas que a motivaram vão continuar agindo e alimentando novas formas de sua manifestação.

Para transpor esse raciocínio para o campo da violência contra a criança, seria necessário então identificar, ali também, uma racionalidade e uma demanda. E de fato, ao investigarmos as famílias, a hipótese da racionalidade se confirma.

Movidas pela representação negativa da violência, mas comprometidas com a racionalidade de seu próprio comportamento, as mães entrevistadas deixam ver com clareza dois movimentos: primeiro, elas nomeiam como violentos os atos extremos de manifestação de força e destrutividade que têm lugar principalmente na rua; admitem que haja violência em família, mas não nas suas próprias: nomeiam como violentas as ameaças identificadas no espaço público e ainda nas formas punitivas marcadas por um excesso do uso da força bruta, no espaço privado. Num segundo movimento, as mães vêm mostrar que é possível usar a força física sem qualquer intenção destrutiva, e que ao contrário se orienta por um propósito definido e tido como legítimo; o uso do castigo corporal é além disso regulado por regras e normas de conduta; a essas formas de exercício da autoridade pela força, elas não chamam violência.

É aqui, portanto, que elas acusam uma primeira diferença com relação à literatura que define como violência qualquer forma punitiva corporal. Em sua concepção, só se pode chamar violência àquilo que fere sem limite e é usado sem propósito. Não é a esse castigo corporal que elas recorrem. Ao contrário, elas são capazes de anunciar um conjunto de regras ao qual subordinam a punição, assim como a intenção que subjaz às práticas que adotam. Essas intenções preenchem o segundo critério pelo qual a violência pode ser interpretada como positividade, e remetem a seu significado cultural. Vamos examiná-la a seguir.

B - o exame do espaço doméstico não como mera caixa de ressonância mas como lugar organicamente articulado ao social, recebendo sua influência e produzindo efeitos sobre ele.

Boaventura Souza Santos concebe o social como resultado da interação entre o espaço doméstico e a cidadania^(*). Em sociedades como a brasileira, em que a própria formação do Estado sofreu forte influência da lei doméstica, essa interação é de suma importância; aqui, o Estado estruturou-se sobre as regras privadas, patriarcais, recuando diante delas de forma a assegurar a privacidade da família; além disso, no Brasil, sempre estivemos mais distantes das promessas de bem-estar que os países centrais, situação que agora se agrava com a retração do Estado que o mundo contemporâneo acentua ainda mais. Daí resulta a prevalência do doméstico como traço marcante da sociedade brasileira. Essas questões parecem ter forte impacto sobre a família, e sobre a violência dentro dela.

Nos discursos examinados, fica nítida uma preocupação permanente com o público; de forma coerente, as entrevistadas que apontam a rua como lugar da violência manifestam o receio de que seus filhos venham a tornar-se vítimas daquela violência; elas referem a rua como um território dominado pelas diversas formas de violência, da criminalidade mais explícita às múltiplas tentações que ali circulam; sua análise do espaço público refere ainda a ausência de mecanismos reguladores capazes de dotá-lo de um mínimo de ordem. Entendendo a rua - e não a casa - como a grande ameaça à segurança, elas se vêem às voltas com a tarefa de proporcionar aos filhos a segurança que o Estado não provê. Em seus discursos, três temas aparecem articulados entre si: a insegurança da rua, sua dificuldade em lidar com a autonomia dos filhos e a necessidade de firmar princípios de autoridade e hierarquia.

Como já vimos, a fase mais difícil da educação dos filhos não se define pelo marco etário, mas sim pela percepção de que, em um dado momento que pode estar situado tanto na infância quanto na adolescência, os filhos libertam-se de sua atenção mais direta, e da possibilidade de uma vigilância mais estreita; eles ampliam seu círculo de relações sociais para além da família. É neste momento, quando a socialização ganha impulso e abre-se à influência do que é estrangeiro ao familiar, que estão representados os grandes desafios à segurança e à integridade das crianças e jovens.

(*) Já mostramos o papel do mercado e do espaço mundial, que não são privilegiados nesta análise.

Enquanto estão em casa, os riscos são mínimos e representados apenas nos excessos da punição paterna, que as mães mantêm sob vigilância. Em casa, então, será necessário empregar rigor para que a personalidade seja forjada incorporando valores da tradição - hierarquia e autoridade - de modo que mais tarde, libertos de sua influência mais direta, os filhos possam não só continuar acatando a orientação que visa protegê-los, como sobretudo permanecer imunes às muitas *tentações da rua*.

Essa é uma tarefa que, a seu ver, não conta com aliados. É surpreendente que seus discursos não comportem nenhuma referência a qualquer instituição pública que possa ampará-las nessa tarefa; não se trata aqui de verificar a correspondência com o real ou avaliar a ação das instituições públicas, mas sim de levar em conta seu diagnóstico da falência do poder normativo do Estado e a necessidade de deslocar para o plano subjetivo a possibilidade de afirmar a autoridade. O que equivale a dizer que nossa crise de autoridade tem raízes diversas daquelas apontadas por Christopher Lash: não se trata aqui de um excesso de agências que usurpam a função paterna, mas de uma ausência de formas que lhe dêem suporte.

À ausência do poder público na rua soma-se a referência à escola como fonte de receios: não só porque o próprio percurso até lá está cheio de riscos como porque a escola proporciona a oportunidade dos contatos mais íntimos com o que estranho à família, desconhecido e por isso temido. Não há ainda referência a agências que possam orientá-las acerca de como agir quando o cotidiano apresenta dificuldades; não há amigos, vizinhos, ou qualquer instituição à qual elas possam recorrer. *Sozinha, sozinha, minha filha, conselho mesmo só de Deus*.

A religião tem preenchido de certa forma essa lacuna; é à Igreja que elas creditam orientação no trato com os filhos, e é à Igreja que elas conferem o poder de abonar a conduta do homem que, antes de ser o marido, é um estranho e um perigo potencial. Mas essa orientação serve apenas àquelas que buscam a religião, e não pode ser nomeada como veículo de ordenamento do espaço público.

Essa ausência termina reforçando o espaço doméstico: é à própria família que se pede ajuda, e assim a família termina se consolidando como a única fonte de influência autorizada sobre a intimidade doméstica. É a lógica do afeto e das relações pessoais, referendada e fortalecida pela ausência do Estado, que termina ganhando eficácia e refluindo sobre o público. A descontinuidade simbólica, fonte de dificuldades do sujeito na sociedade contemporânea, é entendida hoje, pelas mães entrevistadas,

como a competição entre o que é familiar e o que é público.

O que se deduz daí é que, em seu raciocínio, a disciplina exercida em casa comporta sim um sentido e um propósito: ela visa não só a segurança imediata dos filhos como também previne a disseminação da violência no espaço público. Em maior ou menor grau, com nuances do raciocínio, elas creditam à ausência do Estado em primeiro lugar, mas também à ausência dos valores da tradição, a disseminação da marginalidade e o crescimento da criminalidade. Censuram as famílias que não incutem nos filhos o sentimento de respeito ao próximo e ao outro; entendem que a violência que assistem nas ruas é produto em grande parte da socialização em família, e que a disciplina e os valores do sujeito, interiorizados na infância, podem representar um obstáculo importante ao crescimento da violência na rua; embora censurando a ausência do Estado, elas entendem que o núcleo aglutinador de valores na sociedade segue sendo a família. Sua disciplina pode ser interpretada como uma coerção exercida em nome da ordem social.

Cabe destacar, ainda, que as mães entrevistadas empreendem um esforço pessoal no sentido de *abrandar as formas punitivas*. As punições que receberam na infância são reavaliadas, e os castigos corporais que elas usam em seus filhos são mais brandos que aqueles que receberam dos pais. Há aqui um sinal que fala contra os princípios da transmissão geracional da violência.

Sobre esses dois eixos é que elas se diferenciam como não violentas, contrariando os princípios estabelecidos pela literatura e postos em prática nos programas que se voltam para atender à criança vítima de violência. Cabe aqui discutir, nessa linha, o papel da ciência, e em particular das ciências humanas, na questão. Duas advertências merecem ser levadas em conta: a de Michel Maffesoli, para quem o papel das ciências humanas é exaltar a diferença, e não ocultá-la e diluir seus efeitos; e a de Boaventura Souza Santos, para quem a ciência pode ser posta a serviço da regulação se visa a ordem moral, fazendo imperar a lógica da racionalidade sobre a lógica da sensibilidade. No terreno que examinamos, a racionalidade se traduz nos princípios universais de proteção à criança, calcados na produção da academia, desconsiderando os valores da tradição que sustentam as práticas.

A ciência trabalha sobre categorias. Ela disseca, esquadrinha o real e define campos de significados. Ao debruçar-se sobre a interação entre pais e filhos buscando ali as chaves para a compreensão das mortes de crianças anunciadas por Ambroise Tardieu

e Henry Kempe, a ciência identificou um conjunto de conflitos que têm lugar no espaço privado e a esse conjunto denominou «violência contra a criança». Ao fenômeno assim designado, associou formas de manifestação (*abuso físico, abuso sexual, abuso psicológico e negligência*), discriminando para cada qual uma série de efeitos e associando a cada um uma determinada tipologia de agressores e vítimas.

Mas essa classificação não esgota o real. A vida dos sujeitos concretos não se orienta pelos parâmetros da academia mas sim por necessidades imediatas, e demandas cuja solução se constrói a partir do que lhes é acessível: são os problemas diários com os filhos, seus desejos de todo o dia, a possibilidade de atendê-los, o limite entre ceder e impor, e as escolhas entre esse ou aquele recurso, dentre todos os conhecidos, a ser acionado em cada situação particular... trata-se em suma da multiplicidade do real e da rede de valores que orienta a conduta dos sujeitos. É ali que reside o sentido de seus atos.

Os tratados internacionais trabalham com uma visão universal da noção de proteção; colocada no horizonte, essa visão pode se constituir numa referência, num objetivo a ser buscado e atingido no médio prazo, mas tomada como padrão a ser atingido de imediato, ela se traduz como valor moral e normativo. Se os agentes sociais acenam com a punição à conduta que se afasta da norma universal antes mesmo de indagar-se acerca das razões que orientam o comportamento dos pais, e antes mesmo de oferecer-lhes o apoio que a Convenção Internacional também prevê, então o que se quer é implantar hoje uma conduta que fala contra a história que estruturou a família brasileira, e contra a conduta que faz sentido para os sujeitos porque foi montada a partir de sua história pessoal.

É preciso ainda chamar a atenção para o fato de que, se é possível falar de modo mais detalhado sobre os castigos corporais, isso se deve à identificação que as mães entrevistadas fazem entre violência e violência física. É essa manifestação que elas discutem em detalhe e examinam com mais vagar. Além das formas físicas da violência, a violência sexual aparece também como preocupação a partir das muitas notícias da imprensa, que fazem chegar a eles um risco real, recentemente percebido, que espreita seus filhos na rua e em casa. A violência sexual é a ameaça à sexualidade, censurada como uma *monstruosidade* e condenada em qualquer de suas formas. Quando discutem a violência sexual, esses sujeitos não tergiversam: ela deve ser banida e seus autores punidos na mais dura expressão da lei. A condenação à violência sexual, em qualquer de suas formas, ajusta-se assim com perfeição à

condenação que lhe fazem os textos acadêmicos: ela deixa marcas indeléveis na criança, nos pais e na sociedade; são marcas que é preferível evitar.

Quanto a essas duas formas de «violência», as mães indicam estratégias possíveis de combate. No que se refere à violência sexual, parece nítida a demanda por programas de suporte às vítimas e por programas de atenção aos agressores de modo a evitar a ocorrência dessa modalidade de violência; embora não haja consenso na literatura e nem na opinião aqui detectada acerca das formas mais eficazes para cercear tais práticas, a demanda pela coerção à violência sexual é nítida. No que diz respeito à violência física, o apelo por programas de orientação aos pais é ainda mais claro.

Mas há pouco a dizer acerca das formas de violência chamadas «abuso psicológico» e «negligência». Em primeiro lugar, porque o Roteiro de entrevistas foi construído de forma a permitir que às mães a livre expressão de sua própria concepção de violência, convidando-as a se pronunciar principalmente acerca das formas por elas eleitas para discussão; assim, há poucos dados de campo sobre esses tipos de «violência» discriminados na literatura já que elas próprias pouco discorrem sobre eles, omitindo-se a discutir de modo mais detalhado esses comportamentos designados como negligentes ou psicologicamente abusivos. É o desenho do estudo, portanto, que não se presta a colher depoimentos que possam levar à melhor compreensão dessa questão. Cabe destacar no entanto que a própria ausência de pronunciamento de parte das entrevistadas é um sinal de que as violências cujos efeitos são menos visíveis (associadas ao abuso psicológico) ou se caracterizam basicamente pela omissão (associadas à negligência) são mais difíceis de serem percebidos e não são ainda entendidos como modalidades de violência. Seria preciso uma investigação mais específica para dar conta da ausência desse tema em suas falas.

Para finalizar, quero destacar que os resultados do presente trabalho parecem indicar a necessidade de uma mudança de inflexão no rumo dos programas que atendem crianças vítimas de violência, e sobretudo uma mudança na abordagem de suas famílias. Para isso, será preciso saber **escutar e separar**. Escutar os anseios que são da ordem do particular e não do universal, e separar seus excessos. Se isso traz complexidade ao problema e às formas de abordá-lo, esse talvez seja o custo a pagar para evitar a armadilha da regulação das condutas que espreitam a aplicação do rótulo de «violento».

Sobretudo, seria preciso levar em conta que seu empenho na disciplina doméstica

está relacionado a processos de desorganização em curso no social. Antes de descartar essa alegação como irracional ou destituída de sentido, cumpre lembrar que, no Brasil, o vínculo entre doméstico e público, com a prevalência do primeiro sobre o último, forjou a crença nessa possibilidade. É uma crença ainda que foi invocada, nos anos 30, quando convinha ao público reforçar a família enquanto núcleo privado sobre o qual o público se sustenta. Ao assentar suas práticas nos mesmos princípios, essas mães reafirmam sua crença no conjunto de valores que, derivado da tradição, guarda um sentido identitário; é a esses valores que elas recorrem para responder a fenômenos contemporâneos que lêem como falência da ordem moral. Se o Estado abre mão da coerção burocrática, fortalece o campo de ação da lei doméstica. Assim, se há no discurso dessas mães algum equívoco, este não pode ser reduzido a uma distorção produzida unicamente pelo sujeito que recorre a si mesmo, e a seus valores, para fazer prevalecer a tradição sobre o que percebem como desordem ou para negar a instalação de uma nova ordem da qual só conhecem uma face: a do dever e não a do direito.

Referências Bibliográficas

- ADAMS, B.N. (1991). Fifty years of family research: what does it mean? Journal of Marriage and Family **53**: 5-17.
- ADORNO, S. e CARDIA, N. (1999). *Dilemas do controle democrático da violência: execuções sumárias e grupos de extermínio*. São Paulo (Brasil), 1980-1989. In: J.V.T. Santos (org). *Violência em tempo de globalização*. São Paulo, Hucitec
- AGNEW, R. & HUGULEY, S. (1989). Adolescent violence towards parents. Journal of Marriage and the Family **51**: 699-711.
- ALEXANDER, P.C.; MOORE, S. & ALEXANDER III, E.R. (1991). What is transmitted in the intergenerational transmission of violence? Journal of marriage and the family **53**: 657-668.
- ALMEIDA, E.C. 1998. *Violência doméstica: um desafio para a formação do pediatra*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social/ UERJ.
- ALMEIDA, A.M., CARNEIRO, M.J. e PAULA, S.G. (1987). Introdução. In: A.M. Almeida, M.J. Carneiro e S.G. Paula. *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo: 13- 21.
- AMAZARRAY, M.R. e KOLLER, S.H. (1998). Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. Psicologia, Reflexão e Crítica **11** (3).
- AMORIM, M. (1996). Um estrangeiro do interior: reflexões sobre a pesquisa com meninos de rua. Arquivos Brasileiros de Psicologia **48** (2): 105-123.
- ANDERSON, E. N. (1992). Chinese fisher families: variations on chinese themes. Journal of Comparative Family Studies **XXIII** (2): 231-247.
- APTEKAR, L. (1990). How ethnic differences within a culture influence child rearing: the case of the colombian street children. Journal of Comparative Family Studies **XXI** (1): 67-79.
- ARAGÃO, L. T. (1983). Em nome da mãe: posição estrutural e disposições sociais que envolvem a categoria mãe na civilização mediterrânea e na sociedade brasileira. Perspectivas antropológicas da mulher **3**: 109-145.
- AZEVEDO, M.A. e GUERRA, V.N.A. (1989). *Vitimação e vitimização: questões conceituais*. In: MA Azevedo & VNA Guerra (org.). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu.
- _____ (1997). *Infância e violência doméstica. Módulo I: Guia prático para compreender o fenômeno*. São Paulo, LACRI (mimeo).

- ARIÈS, P. (1978). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, Guanabara.
- ARAÚJO, E. (1993). *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- ASSIS, S.G. (1994). Crianças e adolescentes violentados: passado, presente e perspectivas para o futuro. *Cadernos de Saúde Pública* **10** (Supl.1): 126-134.
- ASSIS, S.G. (1999). O percurso da violência na história ocidental: infância e saúde. *Horizontes* **17**: 11-77.
- BADIOU, A. (1995). *Ética*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- BAKHTIN, M. M. (1982). *Estética de la creación verbal*. Madrid, Siglo Veintiuno.
- BANYARD, V. L. & WILLIAMS., L.M. (1996). Characteristics of child sexual abuse as correlates of women's adjustment: a prospective study. *Journal of Marriage and Family* **58**: 853-865.
- BARROW, A. (1988). Generations of persistence: kinship amidst urban poverty in São Paulo and New York. *Urban Anthropology* **17** (2-3): 193-228.
- BAUDRILLARD, J. (1997). *O continente negro da infância*. In: Tela Total – Mito – Ironias da era do virtual e da imagem. Porto Alegre: Sulina.
- BAUMRID, D. (1996). A blanket injunction against disciplinary use of spanking is not warranted by the data. *Pediatrics* **98** (4). Supplement: 828-831.
- BECKER, H. (1977). *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BELL, V. (1993) *Interrogating incest: feminism, Foucault and the law*. London, Routledge.
- BELSKY, J. (1993). Etiology of child maltreatment: a developmental-ecological analysis. *Psychological Bulletin* **114** (3): 413-434.
- BENJAMIN, W. (1990). Crítica da violência: crítica do poder. *Religião e Sociedade*: **15** (1), 132-140.
- BENETT, T.W. (1991) *A sourcebook of african customary law for Southern Africa*. Capetown, Juta.
- BERKOWITZ, C.D., BROSS, D.C., CHADWICK, D.L. & WITWORTH, J.M. 1994. Diagnóstico e tratamento do abuso sexual em crianças segundo a Associação Médica Americana. *Supl. JAMA/Clínica Pediátrica*, **2** (3):224-232.
- BESHAROV, D.J. 1993. *Overreporting and underreporting are twin problems*. In: R.J. Gelles & D.R. Loseke (eds.). *Current controversies on family violence*. Newbury Park: Sage Publications: 257-272
- BOBBIO, N. (1991). *O marxismo e o Estado*. Rio de Janeiro: Graal.
- BOTTOMS, B. L. (1993). *Individual differences in perceptions of child sexual assault victims*. In: G. S. Goodman & B. L. Bottoms. *Child victims, child witnesses*. New

- York: Guilford Press: 229-261.
- BOUDON, R. (1989). *A ideologia: ou a origem das idéias recebidas*. São Paulo, Ática.
- BOULDING, E. (1991). *Las mujeres y la violencia social*. In: *La violencia e sus causas*. Paris, UNESCO: 265-279.
- BOURDIEU, P.;CAMBOREDON, J.C. e PASSERON, J.C. (1999). *A profissão de sociólogo: pressupostos epistemológicos*. Petrópolis: Vozes
- BOURDIEU, P. e PASSERON, J.C.(1975). *A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- BRASIL. (1988). Constituição Federal da República.
- BRASIL. (1990). Lei 8069/90, de 13/07/90. Estatuto da Criança e do Adolescente.
- BRASIL.(1940). Decreto Lei 2.848, de 07/12/1940. Código Penal.
- BRIGGS, S. E. (1991). Medical issues with child victims of family violence. In: R. T. A. M.Hersen. *Case studies in family violence*. New York, Plenum Press: 87-96.
- BRITO, L.M.T. (1996). *O princípio da igualdade jurídica frente ao Direito de Família brasileiro*. Mimeo.
- BRONFENBRENNER, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- BRUN, G. (1999). *Pais, filhos & Cia. Ilimitada*. Rio de Janeiro, Record.
- BRUNET, H. e DUBOURGEAL-QUEY, S. (1994) Le Temoignage de l'enfant victime d'abus sexuels. Handicaps et Inadaptations. Cahiers du CTNERHI, 61.
- CANCLINI, N. (1990). La Sociologia de la Cultura de Pierre Bourdieu. In: P. Bourdieu. *Sociología y Cultura*. Mexico: Grijalbo.
- CARVALHO, J.M. (1998). *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. Rio de Janeiro: Cia das Letras. (3a. edição)
- CASTEL, R. (1978). *A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CLASTRES, P. (2001). *Liberdade, mau encontro, inominável*. In: La Boétie. *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo, Brasiliense: 109-123.
- CLASTRES, P. (1982). *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro, Francisco Alves (2ª edição).
- COOHEY, C. (1996). Child maltreatment: testing the social isolation hypothesis. Child Abuse & Neglect 20 (3): 241-54.
- CORBIN, A. (1992). *O segredo do indivíduo*. In: P.Ariès & G.Duby. *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo, Companhia das Letras: 419-501.
- CORREA, M. (1982). Antropologia & Medicina Legal. In: A.Eulalio. Caminhos

- cruzados. Rio de Janeiro, Brasiliense: 53-63.
- CORTÊS B., J. E. C. (1987). Características psicosociales del menor en situación irregular. Boletín del Instituto Interamericano del Niño (227): 11-21.
- COSER, L. (1970). *Nuevos aportes a la teoría del conflicto social*. Buenos Aires: Amorrortu.
- COSTA, J.F. (1986). *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro, Graal. (2a. edição)
- CRAISSATI, J. M., G. (1996). The Challenge Project: perpetrators of child sexual abuse in South East London. Child Abuse and Neglect 20 (11): 1067-77.
- CUBITT, S. (1997). *Supernatural futures: theses on digital aesthetics*. In: G. Robertson, M. Masch, L. Tickner, J. Bird, B. Curtis & T. Putnam. *Future Natural: nature, science, culture*. London: Routledge, 237-255.
- DAHL, R. (1989). *Democracy and its critics*. New Haven, Yale Un. Press.
- Dahl, R. (1974). *Polyarchy: participation and opposition*. New Haven: Yale Un. Press.
- DAY, R. D., PETERSON, G.W. & MCCRAKEN, C. (1998). Predicting spanking of younger and older children by mothers and fathers. Journal of Marriage and the Family 60: 79-94.
- DEMAUSE, L (1982). *Historia de la infancia*. Madri, Alianza.
- DESLANDES, S. F. (1994). Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: análise de um serviço. Cadernos de Saúde Pública 10 (supl 1): 177-187.
- DOMENACH, JM (1981). *La violencia*. In: *La violencia y sus causas*. Paris: UNESCO: 33-45.
- DONZELOT, J. (1986) *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro, Graal, (2ª ed).
- DUMONT, L. (1980). *Homo Hierarchicus: the caste system and its implications*. Chicago: Un. Chicago Press.
- EGAMI, Y., FORD, D.E., GREENFIELD, S.F. & CRUM, R.M. (1996). Psychiatric profile and sociodemographic characteristics of adults who report physically abusing or neglecting children. American Journal of Psychiatry 153(7): 921-8.
- EMERY, R. E. & LAUMANN-BILLINGS, L. (1998). An overview of the nature, causes, and consequences of abusive family relationships. Toward differentiating maltreatment and violence. American Psychologist 53(2): 121-35.
- FAGAN, J. (1996). *The criminalization of domestic violence: promises and limits*. Presentation at the 1995 Conference on Criminal Justice Research and Evaluation. <http://www.calib.com/nccanch>.
- FERREIRA, A.L., GONÇALVES, H.S. et al. (1999). A prevenção da violência contra a criança na experiência do Ambulatório de Atendimento à Família: entraves e possibilidades de atuação. Ciência e Saúde Coletiva 4 (1): 123-30

- FINKELHOR, D. (1994). The international epidemiology of child sexual abuse. Child Abuse & Neglect 18: 409-417.
- FONSECA, T.M.G. (1999). *Dos manicômios às salas de jantar: considerações a respeito da psicopatologia institucional*. In: Santos, JVT (org). *Violência em tempo de globalização*. São Paulo, Hucitec: 477-484.
- FOUCAULT, M. (1999). *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro, Nau.
- _____ (1988). *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis, Vozes (6ª ed.)
- _____. (1995). *La vida de los hombres infames*. Buenos Aires: Altamira
- FREYRE, G. (1961). *Casa Grande e Senzala*. Volume 1. José Olympio, Rio de Janeiro (10a. edição)
- FREYRE, G. (1950). *Casa Grande e Senzala*. Volume 2. José Olympio. Rio de Janeiro (6a. edição)
- FURNISS, T. (1993). *Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- GARBARINO, J., GUTTMANN, E & SEELEY, J.W. (1988). *The psychological battered child*. London: Jossey-Bass.
- GARDINIER, M. (1994). El icono dañado: una imagen para nuestro tiempo. *La infancia en el mundo* 5 (3): 6-7.
- GAY, P. (1995). *O cultivo do ódio. A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. São Paulo, Companhia das Letras.
- GELLES, R.J. (1997) *Intimate violence in families*. London, Sage, (3rd. ed.)
- GOMES, JV. (1994) Socialização primária: tarefa familiar? Cadernos de Pesquisa 91: 54-61.
- GONÇALVES, H.S; FERREIRA, A.L., e MARQUES, M. (1999). Avaliação de serviço de atenção a crianças vítimas de violência doméstica. Revista de Saúde Pública 33 (6): 547-553
- GOODE, E. (2001). *Estudo questiona danos de castigo físico contra crianças*. Folha de São Paulo, Mais!, 26.08.2001.
- GOUGH, B.R.P. (1997). Parental accounts regarding the physical punishment of children: discourses of dis/empowerment. Child Abuse & Neglect 21(5): 417-30.
- GUERRA, V.N.A. (1985). *Violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas*. São Paulo: Cortez (2a. edição).
- GUERRA, VNA (1998). *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. S.Paulo, Cortez.
- HACKER, F. (1973). *Agressividade: a violência do mundo moderno*. Lisboa: Bertrand.

- HOLANDA, S.B. (1958). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- HUERTAS, JAD. (1997). *Epidemiología*. In: Flores, Huertas & González. Niños maltratados. Madrid, Diaz de Santos.
- IANNI, O. (1999). *Sociedade global, história e transculturação*. In: Santos, JVT (org). *Violência em tempo de globalização*. São Paulo, Hucitec: 43-65.
- JESUS, D.E. (1996). *Código Penal Anotado*. São Paulo, Saraiva (6a. edição).
- KELLY, L. (1989). Bitter ironies. *Trouble and strife*, **16** : 14-21.
- KEMPE, C.H.; SILVERMAN, F.N.; STEELE, B.F. et al. (1962). The battered child syndrome. *JAMA* **181**:17.
- KORBIN, J.E. (1988). *Child abuse and neglect: the cultural context*. In: RE Helfer & RS Kempe (ed.). *The battered child*. Chicago: Un. Chicago Press.
- _____ (1991). Cross-cultural perspectives and research directions for the 21st century. *Child Abuse & Neglect* **15** (supl 1): 67-77.
- KRESS, G. & FOWLER, R. (1979). *Interviews*. In: R. Fowler, B. Hodge, G. Kress, G. & G. Trew. *Language and control*. London, Routledge: 63-80.
- LABOV, W. (1972). *The logic of non-understanding English*. In: Labov, W. *Language in the inner city: studies in the black English vernacular*. Philadelphia: Un. Philadelphia Press.
- LASCH, C. (1991). *Refúgio num mundo sem coração*. São Paulo, Paz e Terra.
- LAZERLE, R.E. (1996). A review of the outcomes of parental use of nonabusive or customary physical punishment. *Pediatrics* **98** (4). Suplement: 824-828.
- L-BERGER, P. (1988). Le mariage et la construction de la réalité. *Dialogue*: 6-21.
- LEVETT, A. (1989). A study of childhood sexual abuse among South Africa university women students. *South Africa Journal of Psychology*, **19** (3), 122-129.
- _____. (1994). *Cultural imperialism and its implications on studying sexual abuse against children*. In: Davies, A. & Donald, D. *Childhood and adversity: psychological perspectives from South Africa research*. Capetown, David Philip.
- LUKES, S. (1985). *Individualism*. Oxford, Basil Blackwell.
- MAFFESOLI, M. (1981). *A violência totalitária: ensaio de antropologia política*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (1999). *No fundo das aparências*. Petrópolis: Vozes (2a. edição).
- MARQUES, M.A.B. (1994). *Violência doméstica contra crianças e adolescentes*. Rio de Janeiro, Vozes.
- MINAYO, C.M.S. (1994). A violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, **10** (supl. 1): 7-18.
- MINAYO, C.M.S E SOUZA, E.R. (1998). *Violência e saúde como um campo*

- interdisciplinar e de ação coletiva. História, Ciências, Saúde: Manguinhos, 1 (1): 513-531.
- MONTEIRO FILHO, L. E PHEBO, L.B. (coord.). (1997). *Maus-tratos contra crianças e adolescentes: guia de orientação para profissionais de saúde*. Petrópolis, Autores & Agentes & Associados.
- NELSON, D.E.; HIGGINSON, G.K. & GRANT-WORLEY, J.A. (1995). Physical abuse among high school students: prevalence and correlation with other health behaviors. Archives of Pediatric Adolescent Medicine 149: 1254-1258.
- NIC/ National Information Clearinghouse. (2000). *What is child maltreatment?* <http://www.calib.com/nccanch>
- NICOLACI-DA COSTA, A.M. (1989) Questões metodológicas sobre a análise de discurso. Psicologia: Reflexão e Crítica 4(1/2): 103-108
- NICOLACI-DA-COSTA, A.M. (1987). *Sujeito e cotidiano: um estudo da dimensão psicológica do social*. Rio de Janeiro: Campus.
- NICOLACI-DA-COSTA, A.M. (1994). A análise do discurso em questão. Psicologia: Teoria e Pesquisa 10 (2): 317-331.
- NOEL, N. e YAM, M. (1992). Domestic Violence: the pregnant battered woman. Nurs. Clinics of North America. 27 (4): 874 - 875
- ONU / Organização das Nações Unidas. Assembléia Geral (1989). Convenção sobre os Direitos da Criança.
- PERROT, M. (1992). *Dramas e conflitos familiares*. In: P.Ariès & G.Duby. História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo, Companhia das Letras: 263-285.
- RADBILL, S.X. (1988). *Children in a world of violence: a history of child abuse*. In: RE Helfer & RS Kempe (ed.). The battered child. Chicago: Un. Chicago Press.
- REIS, J.M. (1933). *Proteção jurídica dos menores de 18 anos*. Pronunciamento na Conferência Nacional de Proteção à Infância. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde Pública: 141-145.
- RICOUER, P. (1968). *História e verdade*. Rio de Janeiro, Forense.
- RIFIOTIS, T. (1997). Nos campos da violência: diferença e positividade. Antropologia em Primeira Mão 19:1-19.
- RIO DE JANEIRO/ Secretaria Estadual de Saúde. Resolução SES nº 1354, de 09/07/1999.
- SANTOS, B.S. (1995). *Toward a new common sense. Law, science and politics in the paradigmatic transition*. New York, Routledge.
- _____ (1997a). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*.

- Cortez, São Paulo (4a. edição)
- _____ (1997b) Vers une conception multiculturelle des droits de l'homme. Droit et Société **35**: 79-96
- _____ (1998). *Reinventar a democracia*. Lisboa, Gradiva.
- SANTOS, H.O. (1987) *Crianças espancadas*. São Paulo, Papirus.
- SARTI, C.A. (1996). *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados.
- SENNETT, R. (1989). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SILVA, E.E. e DACHELET, E.S. (1994). Violência sexual intrafamiliar: un estudio descriptivo. *Anuario de Psicologia Jurídica*: 67-87.
- SIMÕES, C. (1983). A família e a propriedade no código de menores. Serviço Social & Sociedade **11**: 83-95.
- SIMONS, WHITBECK, CONGER & CHYI-IN (1991). Intergenerational transmission of harsh parenting. Developmental Psychology **27**: 159-171.
- SOARES, B.M. (1997) *Formas da violência doméstica*. Folha de São Paulo, Mais!
- SOREL, G. (1992). *Reflexões sobre a violência*. São Paulo, Martins Fontes.
- STEIN, T.J., 1993. *Legal reports on family violence against children*. In: R.L.Hampton (eds). *Family violence: prevention and treatment*. London: Sage Publications: 179-197.
- SULLIVAN, S. (1992) Substantiation of reported child abuse or neglect: predictors and implications. Child Abuse and Neglect: **16** (5): 273-286.
- TANNAHILL, R. (1983). *O sexo na história*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- TARDIEU, A (1860). *Étude médico-légale sur les sévices et mauvais traitements exercés sur les enfants*. *Annales D'Hygiène Publique et de Médecine Légale*: 361-399.
- THÉRY, I. (1996) Le problème du "démariage". Panoramiques **25**: 19-22.
- THORNHILL, R.; THORNHILL, N.W. e DIZINNO, G.A. (1992). *A biologia do estupro*. In: Tomaselli, S. e Porter, R. (coords.) *Estupro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 107-124.
- TOURIGNY, M. BOUCHARD, C. (1994). Incidence et caractéristiques des signalements d'enfants maltraités: comparaison interculturelle. Child Abuse and Neglect **18**(10): 797-808.
- TOURRAINE, A. (1998). *Crítica da modernidade*. Petrópolis, Vozes.
- VELHO, G. (1986). *Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração*. Rio de Janeiro, Zahar. (2a. edição).
- VELHO, G. (1996). *Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva*

antropológica. In: G. Velho e. M. Alvito (org.). Cidadania e violência. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV: 10-24.

VELHO, G. (1999). Individualismo e cultura: Notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro, Zahar (5a. edição).

VEYNE, P. (1998). Como se escreve a história. Brasília: UnB. (4a. edição)

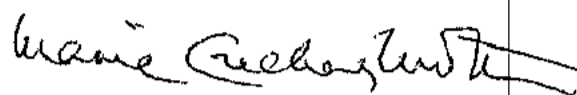
VIGARELLO, G. (1998). História do Estupro. Violência sexual nos séculos XVI-XX. Rio de Janeiro, Zahar.

WIEVIORKA, M. (1997). O novo paradigma da violência. Tempo Social 9 (1): 5-41.

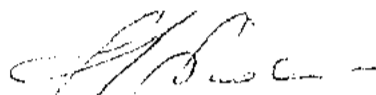
ZALUAR, A. (1997) *A guerra privatizada da juventude*. Folha de São Paulo, Mais!

_____ (1999). *A globalização do crime e os limites da explicação local*. In: Santos, JVT (org). *Violência em tempo de globalização*. São Paulo, Hucitec

Tese apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC-Rio pela aluna Hebe Signorini Gonçalves, intitulada "Infância e violência no Brasil: Um estudo das práticas de Educação em Lares do Rio de Janeiro", e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:



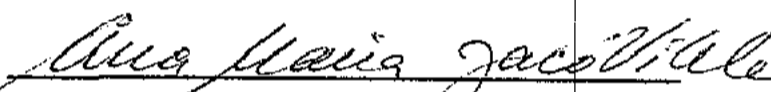
Profa. Maria Euchares de Motta (Orientadora)
PUC-Rio



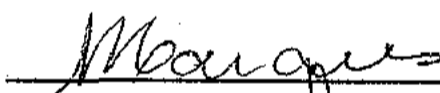
Profa. Ana Maria Nicolaci-da-Costa
PUC-Rio



Prof. Theophilos Rifiotis
UFSC



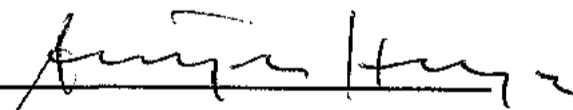
Profa. Ana Maria Jacó-Vilela
UERJ



Profa. Maria Aparecida Marques
PUC/Rio

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro, 12.07.2007



Prof. Jurgen Heye

Coordenador dos Programas de Pós-Graduação do
Centro de Teologia e Ciências Humanas



PUC
RIO

HEBE SIGNORINI GONÇALVES

INFÂNCIA E VIOLÊNCIA NO BRASIL
UM ESTUDO DAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO
EM LARES DO RIO DE JANEIRO

TESE DE DOUTORADO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2001.

VOL. II
ANEXOS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO

Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea

CEP 22453-900 Rio de Janeiro RJ Brasil

<http://www.puc-rio.br>

N.Cham. 150 G635in TESE UC

Autor Gonçalves, Hebe Signorini.

Título Infância e violência no Brasil



V. 2 Ex.1 PUC-Rio - PUCB

115295

00219958

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA

Infância e violência no Brasil

exemplar de transcrição das entrevistas

Aluna **Hebe Signorini Gonçalves**
Orientadora **Maria Euchares Motta**

115295



TV

150
G 635 in
TESE UC
v. 2
ex. 1

Os nomes são fictícios. Foram omitidos dados que pudessem identificar os entrevistados. Por "Estado civil" designo as modalidades de união e não apenas os vínculos formais.

ENTREVISTA 1: Claudia

Idade ao nascimento do primeiro filho: 39 anos

Número de filhos: 1

Idade e sexo dos filhos: feminino, 7 anos

Estado civil: casada (há nove anos)

Reside com: marido e filha

Relação de parentesco entre o marido e os filhos: pai

Não trabalha

Local onde mora: calmo

— *Como é o lugar onde você mora?*

— Eu moro aqui, na praia do Flamengo. É um lugar... é calmo, o prédio onde eu moro é um prédio... Tem mais é adulto... Dificilmente tem duas ou três crianças da idade da minha...

— *Qual a idade de sua filha?*

— Tem 7 anos. Eu não tenho problema. Eu nunca vi assim um assalto, eu nunca presenciei nada, apesar de eu morar aqui perto do... sempre eu vou no Largo do Machado, comigo nunca aconteceu nada. Eu não sei... é um lugar sossegado onde eu moro, graças a Deus.

— *Você tem contato com vizinhos, sua família mora perto?*

— Não, a minha família é do Piauí. Só moro eu, meu marido e minha filha. Ele tem uns parente, tem um primo que mora ali no... aquele Morro Azul, tem um que mora na cidade e eu tem uns primo que moram lá depois de São Cristóvão, por ali...

— *Você tem contato com eles?*

— Tenho, tenho. Inclusive já fui lá em favela, eu vou aqui no Morro Azul...

— *E você já ouviu, ou sabe alguma coisa, sobre violência contra a criança?*

— Já ouvi muito.

— *Onde?*

— Televisão, jornais que eu tenho visto... Eu fico... horrorizada. Tenho muito medo.

— *Medo de que?*

- Medo de... de ver que ele... tá ali, de... tá ali, de ouvir, aquilo... me dói dentro, o sofrimento daquelas pessoas... Das crianças, dos pais das crianças, porque é difícil, né... na televisão, imagine você presenciar, você... ver aquilo ali.
- *Você só conhece da televisão?*
- Só.
- *Histórias que alguém de contou, conhecidos, conhecidos de conhecidos...*
- Não, só televisão e jornal.
- *O que é que você viu, você se lembra de alguma coisa?*
- Sobre... violência contra a criança? Aquele caso naquele... que o cara deu um tiro na criança porque estava brincando. Aquilo ali eu vi, eu vi as reportagens todas. É tanto o que a gente vê... toda hora... você liga a televisão no noticiário, você pega um jornal e você vê...
- *Isso te assusta?*
- Isso me assusta. E muito.
- *Como é a educação de sua filha?*
- Ela é muito teimosa. Teimosa demais. Eu chamo muito a atenção, explico pra ela olha, você não deve fazer isso, eu dou exemplo... Olha o que aconteceu, você viu na televisão... Porque às vezes quando tem uma notícia eu chamo ela pra ver. Olha aí, você não pode fazer isso... Eu converso muito com a minha filha. E explico pra ela. Como o pai dela, também. O pai dela quase fica... ele trabalha, mas o tempo que ele tem ele conversa, explica...pra ela.
- *Você é quem fica mais em casa com ela?*
- Eu é que fico mais em casa com ela.
- *E quando ela faz teimosia?*
- Quando ela faz teimosia, é castigo.
- *Que tipo de castigo você usa?*
- Aquilo que ela tá querendo, que ela mais quer, que ela mais gosta, ela vai ficar sem...
- *E quando você dá o castigo, ela obedece?*
- Obedece. Até já cheguei a dar... [dá uma palmada na própria mão] às vezes a palmadinha, porque às vezes tira do sério.
- *E quando é que ela tira do sério?*
- Quando ela teima muito. Eu digo não faz, ela faz. Não diga, ela diz. Isso não é assim, ela vai e faz.
- *Aí o castigo não adianta?*
- Castigo não adianta, dou uma palmadinha assim... Vai sentar lá no quarto.

- *Como é essa palmadinha?*
- É, no bumbum, não dói quase nada. Tanto que depois ela tá sorrindo... Mas é porque na hora... ela tira a gente... ela tira do sério.
- *Como assim tira do sério?*
- Tirar do sério é o limite. Acabou.
- *Limite da sua paciência?*
- Limite da minha paciência e de conversar com ela e ela tá repetindo a mesma coisa.
- *E o pai, já deu alguma palmadinha nela?*
- Não.
- *Quem dá é sempre você?*
- Sou eu.
- *Por que?*
- Acho que é porque eu fico mais... eu tenho... eu vigio.
- *É quem vigia mais?*
- É. Eu vigio. Fico mais tempo com ela. Aí quando ela tá... Ela é muito... são muito agarrados os dois, é beijinho, abraço, os dois, ela e o pai. Eles aproveita todo o tempo, agora eu é quem fico ali... você sabe que é a mulher quem pega mais, quem fica mais com a criança... Mas é, que ele sai trabalhar... Aí fazer o que, deixar tudo bonitinho, tá tudo bonitinho ali, né, tudo cheirosinho ali...
- *Você conta as coisas para o pai?*
- Conto. Tudo eu conto. Eu não escondo nada.
- *Ele não dá a palmadinha, mas se precisar ele castiga?*
- Ele dá o castigo. Ele já deixou ela de castigo... Assim, vai pro quarto, você vai ficar lá até tais horas, lá...
- *Palmada de homem é pior?*
- Eu acho que é, que a mão do homem é bem....
- [a filha]: que dói mais.
- Eu apanhei do meu pai. Do pai e da mãe.
- *Muito?*
- Não, porque nós éramos muitos, e eu... a gente brigava, né? Aí quando eles chegavam... aí batia de cinturão... Mas nunca foi aquilo de... machucar, né? Não. Só dava aquela sovinha e botava de castigo lá.
- *Mas batia mais do que você bate nela?*
- Batia.
- *E como é que você se sentia quando apanhava de cinturão?*

- Ah, eu sou muito sensível... Aquilo lá me acabava. Mas eu amo meu pai e minha mãe. Graças a Deus. São as pessoas mais importantes... Minha filha e eles...
- *Você acha que educa sua filha de forma parecida...?*
- Não! É diferente. Porque naquela época as pessoas tinham mais respeito... com os pais. Eles respeitavam mais, obedeciam mais os pais, não sei se era medo... Eu acho... acho... acho que eu tinha era medo, assim, do meu pai. Eu não chegava pro meu pai e dizia... falava alguma coisa... como ela chega e fala pro pai.
- *Ela tem mais liberdade?*
- Tem mais liberdade, e a gente não tinha. Naquela época... eu não tinha. É porque ele me botou pra estudar cedo, ele morava ali... ele tem uma propriedade assim... botou uma casa na cidade, botou todo mundo lá, botou uma pessoa, minha mãe ia pra lá, e me via toda semana... Mas era muito rígido, sempre foi muito rígido, é muito diferente da cidade estranha...
- *E a criação do seu marido, como foi?*
- Do meu marido já foi mais liberal...
- *Ele é de onde?*
- Do Piauí.
- *Vocês se conheceram aqui no Rio?*
- Não, lá. Aí ele veio pra cá, ficou 17 anos, eu fiquei lá, depois... aí... A gente resolveu casar e vir pra cá.
- *Como vocês mudaram o jeito de educar sua filha?*
- Os novos tempos... A gente lê, já assim... Eu só tenho o 1º grau. Ele tem o 2º grau. Mas eu leio muito, eu li muito livro quando eu tava grávida dela, revista, assim sempre quando tem palestra na televisão... alguma coisa assim eu procuro assistir, ver, pra ver se eu não tô fazendo... algo errado, que eu tô fazendo certo, que eu tô fazendo errado...
- *E alguma coisa que você ouviu fez você mudar?*
- Teve. Por exemplo: quando ela fazia alguma coisa eu já partia pra querer bater, às vezes eu não me controlava. Agora não. Depois que eu vi uma palestra, foi até na Globo, eu lembro... eu me controlo mais, eu não posso fazer isso, isso tá errado, eu não vou bater, querer bater na minha filha, que isso é uma agressão. Aí eu procuro me controlar, chamo, ó, senta aqui, você fez isso, isso, isso tá errado, não é assim, vamos fazer assim... Você vai obedecer a mamãe... Agora, você sabe que tem certas horas...
- *São conselhos só da televisão ou você conversa com vizinhos, parentes...*
- Não, é só mesmo de televisão e leitura.

- *E você dá conselhos pra alguém?*
- Não. Eu converso, às vezes a gente conversa, tá assim uma turma assim, a gente conversa... Eu... o que eu vejo na revista. Olha, não vai por aí... Porque a agressão às vezes não leva a nada. Você vai fazer seu filho ficar... revoltado. Eu acho que se eu chegar, minha filha faz uma coisa errada, eu vou partir... eu vou bater nela... depois de um certo tempo, aquilo ali vai... ser uma coisa normal pra ela, eu chegar e bater, e aí... eu perco toda a autoridade. E eu não quero. Eu quero que a minha filha conte tudo pra mim, que tá acontecendo, o que ela vê, o certo, o errado, ela chegar ó mãe, ó pai, aconteceu isso....
- *Mas então o tapinha não é agressão?*
- Na minha opinião é. Mas eu... Já não dou mais não. Eu dava, mas agora eu já parei. Tô tentando mudar. Tô tentando mudar, porque é o que eu falei pra você, né, tô tentando mudar porque eu acho que isso não leva a nada. Eu acho que vamos conversar, você conversar com seu filho, chamar pra explicar o que é certo, o que é errado... Embora ela já não esteja... ela tem 7 anos, ela já compreende muita coisa... ela já sabe... Ela fala mãe, isso não é certo, né, eu falo, não... Ela vê uma palavra... que sabe que televisão... fala palavrão, né, isso aqui... Ela quer ver um programa de adulto, não, isso aqui não é pra você.
- *Essa idade dela é mais difícil?*
- Ela é muito curiosa. Ela tem feito cada pergunta... E assim... na idade dela ela tá achando que ela já sabe tudo, ela acha que o que ela faz é que é o certo, o que ela tá dizendo é que é o correto, e eu vou explicando, não é assim, não é por aí.
- *Tem outro jeito de ser violento além de bater?*
- Tem. Palavras. Palavrões. Violência não leva a nada. Palavrão pra mim é uma violência. Agredir com palavras.
- *E não cuidar da criança, é violência?*
- É. Se você bota uma criança... Se você quer ter um filho, eu acho o seguinte. Que você tem que botar na cabeça que você pode... se você não pode, eu acho melhor que você evite. Porque eu acho... botar tanto filho no mundo e não poder... dar uma educação, dar um atendimento... Na escola que ela estuda, outro dia eu estava lá participando de um curso, uma colega... eram 2:20h já. Tinha uma garota que tinha saído da escola 11:45h e ainda tava lá esperando a mãe. A mãe ligou que tava no cabeleireiro. Quando saísse do cabeleireiro é que ia pegar a filha. Você tem que ter prioridade primeiro pro seu filho. O seu vem depois. Eu acho. A minha filha sai 5:15. Se eu tiver um compromisso que... eu vou lá, ou eu pego antes, ou peço a uma pessoa, mas eu jamais fazia isso. A criança sente. Isso é

importante. Uma criança que é criada com todo conforto, com educação, com carinho... É diferente da criança que é criada assim sem amor, sem amor, sem aconchego, que ela tem uma alimentação adequada... se ela tem uma educação...

— *E a violência sexual?*

— Acho uma tremenda... Ô meu Deus, a gente ter filho... Saber que ela foi violentada por uma pessoa que... Eu não quero nem pensar. Eu já ouvi falar. É horrível... Porque você não tem um filho pra você... pra pessoa chegar lá... uma criança... Isso é muito doloroso... Como vai ficar a cabeça de uma criança dessa? Que eu tive minha... com quem eu quis, com o pai da minha filha... Foi a primeira vez. E eu achei assim, eu com 37 anos... Imagine uma criança, né, que não tá esperando aquilo, não tá preparada pra aquilo... Que uma criança dessa nem sabe o que... O choque é muito grande, é muito grande. Ah, pra mim é. Já pensou, uma criança? Tanto faz hoje em dia, se é homem, se é mulher, ah, eu não vou me preocupar porque o meu filho é homem não vai acontecer... E a gente vê. Não faz diferença.

— *E em outras coisas, faz diferença?*

— Não. Porque meus irmãos tanto faz, homem, mulher... É igual.

— Você é religiosa?

— Não sou praticante, mas quando dá eu vou.

ENTREVISTA 2: Ana

Idade ao nascimento do primeiro filho: 18 anos

Número de filhos: 1

Idade e sexo dos filhos: masculino, 17 anos

Estado civil: divorciada (há 16 anos)

Reside com: irmã, sobrinha e filho

Trabalha

Local onde mora: tranquilo

— *Você nunca mais casou de novo?*

— Não. Eu fiquei sozinha, me anulei bastante. Agora, há um ano e meio é que eu resolvi... arrumar uma pessoa, curtir a minha vida... Aí nós entramos em choque. Mas aí eu falei... ele tá habituado a tá só atrás de mim, né? Aí eu achei... cresceu, agora já tá um rapaz, já tá... já tem seus coleguinhas, então eu vou... mas eu continuo morando sozinha, eu acho... sei lá, não preciso morar com alguém, não sei, né, me acostumei a viver minha vida sozinha... então acho que... que uma vida a dois é uma vida bonita, é uma vida boa, mas que a gente tem que ter muito... A gente tem que saber a hora de ceder, tem que saber a hora... né? A gente tem que

saber a hora de falar sim, a hora de falar não... tudo é uma coisa que a gente tem que... tem que saber a hora de tudo. Então eu moro sozinha, né?

— *Você disse que ficou sozinha esse tempo todo por causa de seu filho?*

— Fiquei, porque eu achei assim que... ah, eu não quero arrumar uma pessoa assim pra bater no meu filho, eu acho assim, se ele fez alguma coisa errada, eu vou corrigir, eu vou bater, eu. Mas eu não quero ninguém... não quero nunca mais... porque eu quis, eu procurei também, mas eu não tive... ninguém, porque eu achei assim, ah, meu filho é pequeno, pra... então sempre conviveu eu, minha irmã, ele e a filha da minha irmã. Só nós quatro.

— *Sua irmã também é separada?*

— Minha irmã é viúva.

— *Os dois primos se dão bem?*

— Tem hora que se davam bem, tem hora que brigavam, criança briga por qualquer coisa, né? Aí pega uma bola outro quer também, um quer uma coisa... mas isso é briga de criança, né, porque a criança só quer o que o outro quer, não quer saber... né, de outra coisa não.

— *E quando eles brigam?*

— Ah, às vezes a gente dá uma bolacha neles pra separar, dá uma bolacha, mas na maioria das vezes convivia mais eu e eles dois, que a minha irmã trabalhava em hospital, e a minha irmã... eu ficava sozinha em casa, minha irmã ficava bastante tempo fora de casa, nossa, era muita coisa, escola, natação, então durante o dias eles tinham atividades.

— *A idade dos dois é parecida?*

— Três anos de diferença.

— *Ela é mais velha?*

— Ele. Ele faz dezoito e ela faz quinze. Ela é mais nova.

— *E uma mistura explosiva, ou não?*

— Mais ou menos... Não chega a ser uma explosão muito grande não...

— *E você sempre trabalhou dando aula metade do dia?*

— É. Porque eu acompanhava, né, levava pro inglês, levava pra escola, levava pra natação...

— *Tinha mais tempo pra cuidar deles.*

— É. Ela me ajudava porque também... minha irmã quem criou ele, né, assim, eu tomava conta, né, mas tudo era com ela, assim, eu era mais assim tomando conta. Porque....

— *Por causa do salário?*

— Isso. Depois ela falou assim – não, Ana, não tá dando, passou pra área de saúde, passou pra Enfermagem, e eu comecei também, mas só que eu não tive coragem. Saí, falei não, você tem mais coragem que eu, você continua. Aí eu saí. Aí depois de 17 anos ela largou o magistério e foi trabalhar em hospital. E eu ficava com eles. Ela falou não, você não vai trabalhar mais não, eu falei não, eu não quero parar de trabalhar não, eu acho que a gente não deve parar de trabalhar. Mesmo que o meu salário seja pouco, não dê pra fazer muita coisa, mas sempre é um trocadinho, né, alguma coisinha, e o meu dinheiro assim, eu gasto em bobagem com eles, aí... é como se ela fosse o homem da casa, e eu... cuidava das crianças. E toda a nossa vida foi assim... então... então você vê, né, que eu posso falar mais da educação dos dois. Que a maior parte do tempo eles ficou comigo.

— *Você acha que há idades mais difíceis?*

— Eu acho que tudo é igual, eu acho que criança a gente não cria assim porque é menino ou menina, porque negócio de sexo... Vai educar ele assim porque é menino e ela assim porque é menina, não, eu acho que... às vezes eu fico pensando assim... as falhas, né, que houve, mas às vezes eu fico pensando assim que eu errei por querer fazer demais... eu acho que eu me dei muito, né, sei lá, às vezes eu penso... eu nunca... sei lá, não foi pra isso que eu deixei de viver... uma rebeldia, por não aceitar... Eles foram assim rebeldes comigo, devido eu resolver ter vivido a minha vida...

— *Quando você começou a namorar?*

— Quando eu resolvi ter a minha casa, ter minhas coisas....

— *Essa foi a primeira crise entre você e seu filho?*

— Assim de chegar assim... é.

— *Mas houve outras pequenas crises?*

— Porque aquela coisa... Foram coisas passageiras, entendeu? Eu fico assim triste porque nunca teve violência na minha casa. Então aquele negócio dele ter assistido brigas, né, pai e mãe, tio e tia, esses conflitos todos... Era só nós, nós saíamos, nós passeávamos, mas... acho que não..

— *Como você resolvia os problemas?*

— Eu resolvia assim, eu sempre ensinei, olha, hoje tem, tem, amanhã, nós vamos esperar que... nunca foi assim... incompreensível, assim que foram assim... não é porque é minha sobrinha não, não foram pessoas que... a minha irmã era o tipo de pessoa que ela procurava sempre sabe, agradar, sempre dar, não, ele quer isso, eu vou me esfolar mas... eu vou trazer, eu vou dar, eles querem isso e... sabe, eu vou, então sempre aquele negócio, e ela sempre foi muito... ela tem um desespero

muito grande... por ele existir... mas eu acho que a gente procura, vamos dar.

— *E a briga dos primos?*

— Até que não era assim... não era tão difícil. Eles brigavam, naquela hora, aí convenciam os dois, mas daí a pouquinho... você vai ficar ali no quarto vendo televisão, você vai ficar aqui na sala. Aí deixava um no quarto e um na sala. Daqui a pouquinho tava os dois na sala, aí não, você vai ficar no quarto e ele na sala, aí a menina queria ir, né, porque eles brigavam muito mas... apesar de brigar, procuravam lembrar um do outro. Aí... a gente... quer dizer, não é difícil, quer dizer, a gente é mais forte. Se com um monte de criança a gente consegue controlar... Então eu acho que com um, dois, em casa, não era assim... Eu pelo menos penso assim. Não era tão difícil você resolver.

— *E quando é que ele mereceu levar um tapa?*

— Pra ceder. Ah, isso é naquele momento assim de ceder... Deixa um pouquinho com ela, ela pegou agora, depois quando ela terminar de brincar ela te dá. Aí que vinha aquela briga, aquela malcriação, porque sabe, achava que tinha que ser naquela hora, então a gente... entendeu? Fez uma malcriação, a gente tinha que... Porque eu acho que assim na vida a gente tem que ceder também, não é só é meu, é meu, não, a gente... eu acho que isso aprende desde criança, entendeu? Tem que ceder também. Às vezes a gente tira muito da escola. O coleguinha leva um brinquedo ele empresta a todo mundo... Mas quando o outro leva e o coleguinha quer, fala não, a minha mãe não quer. Eu falo não, você vai emprestar um pouquinho porque quando ele traz você também empresta, então chegou a sua vez de você ceder um pouquinho pro colega.

— *Na escola também tem que dar tapinha?*

— Não, não, na escola não. Às vezes a gente encontra criança assim... tem umas crianças bem rebelde. Então a gente pega assim pelo braço, dá um carão... pega assim no braço, fica aqui perto de mim, pronto. Aí quando eu tinha assim uma muito grande, eu sempre tinha assim uma cadeira no canto da minha mesa. Aqui... que tem criança mesmo... então eu costumava manter eles ali. Porque tudo de errado que acontece só caía em cima daquele. E eu nunca achei isso justo. Eu acho assim: ele não vale nada, mas nem tudo ele também é culpado. Entendeu? Então eu deixava ele ali. Mas eles sempre dão uma escapulidinha, chega lá eu - ops! - teu lugar é esse aqui. Porque toda escola que tem um rebelde tudo que acontece é... até coisa que ele não fez. A gente sabe que é danado. Então no colégio que eu trabalho... as turmas eram assim... quarenta e cinco, cinquenta... fica difícil de você controlar todos juntos, porque você nunca sabe... São muitos cadernos pra corrigir... você tem que tomar a lição e a tabuada... então ou você

presta atenção numa coisa, e fica... entendeu... eu sempre agi assim. Eu não gostaria de meu filho rebelde, no colégio que eu trabalho, então eu sempre chegava pras professoras e dizia olha, independente de sermos colegas, da porta pra dentro ele é seu aluno. Se ele fez uma coisa que mereceu... ficar de castigo, aí é com você. A professora é que age. Eu acho que eu sou mãe lá fora...

— *Você dava tapa no seu filho mas não nos seus alunos? Por que?*

— Eu acho o meu é meu, eu bato, mas os outros não são meus filhos... Eu acho que a mãe é que tem esse direito, e não o professor. Nós educamos, na maioria das vezes você educa seu aluno. A gente pega criança assim muito sem... porque tem crianças que em casa faz o que quer... tem crianças que em casa é tão quietinho, mas na escola... é rebelde, tem crianças que em casa é tão danado mas na escola é um doce...

— *Por que você acha que isso acontece?*

— Tem crianças que tem certos problemas em casa, tem crianças que a mãe não tem muita vontade... Tem crianças que cresceu mas a mãe continua a fazer dele um bebê. Então ele não sabe quando é hora de parar, quando é hora de sentar, de levantar, porque tudo é embolado... Eu vejo... Esse ano tem um menino que ele é um doce, assim, muito lindo, mas ele parece um bebê. Então às vezes a gente tem de brigar com ele, porque ele não tem assim um limite. Ele acha que é uma hora só, uma coisa só, então a gente repreende, mas você vê que é uma criança meiga, uma criança dócil, mas tem hora que a gente tem que... você vai sentar lá, você não vai brincar mais, você vai pra lá. Ele senta, daqui a pouco ele vem, com aquele andar de brucutu, sabe, aí a gente começa a rir...

— *Professora não pode dar tapa. Mãe pode. E o pai?*

— Ah, eu acho que depende muito. Eu não sou contra o pai bater no filho. Eu não convivi com o meu, mas eu acho que se fosse o caso assim dele dar uma palmada eu não seria contra, mas eu acho que homem pra bater... sei lá, eu olha, às vezes tem mulher até que é mais vil, sabe, tem mulher que fala, eu acho que eu sou mais bruta... Por outro lado tem pai que não bate. Tem pai que não encosta o dedo, que quer... agora a gente fica achando que não, ah, o homem bater ele vai... sei lá, tem mais força... às vezes a gente até bate com mais força, né? Mas sei lá, a gente tem aquele pensamento que é homem então vai... mas eu não sou contra o pai corrigir o filho. Desde o momento que ele viu, agiu errado, ele tá ali na hora, eu acho que ele tem mais é que repreender, tem mais é que corrigir. Se merecer até levar uma tapa, eu acho que é um direito dar. Porque na minha opinião você tem que corrigir é na hora, você vai corrigir três dias depois? Porque aí ele nem sabe mais porque é que ele tá levando aquela correção...

- *Tem que levar a correção na hora?*
- Eu acho assim, porque pelo menos ele vai saber porque é que ele tá sendo repreendido. Agora daqui a uma hora, duas horas, ou amanhã, ou depois de amanhã... Ah, é por causa do que aconteceu antes de ontem, eu acho que...
- *O que é violência para você?*
- Olha, a violência não é só porque bateu, a violência não é só porque deu um tiro, às vezes uma palavra assim... numa hora... eu acho que também seja um tipo de violência... porque às vezes a pessoa entende ah, porque ele deu um tiro isso é uma violência, ah, porque ele pegou um pedaço de pau e arriou, não, eu acho que uma palavra também...
- *Você está se lembrando de alguma coisa?*
- Não, assim... Mas eu acho que a pessoa assim... se você levantar um falso, isso já é um tipo de violência... contra a moral da pessoa, não sei...
- *Isso é comum?*
- Não é raro, mas também não é tão comum... É, é comum. Mas a gente vê... A gente escuta na televisão, a gente fica sabendo, né, sei lá... às vezes você vai corrigir o que não entende e aí sai, responde, batendo porta, eu acho que... assim... Não é uma agressão física, mas não deixa de ser.... Não é?
- *Machuca mais?*
- Qualquer coisa, quando você tá batendo... Você agrada assim, sabe, mas ele não aceitou aquilo como um agrado a gente já fica assim, aborrecido... Eu gosto de agradar, o meu mesmo, eu fico chateada. Poxa, eu procuro agradar, procuro... mas às vezes eles vêm assim, ah, mas você não tá agradando, é tua obrigação. Eu escuto aquilo assim... Eu digo, não deixa de ser minha obrigação porque eu sou mãe, mas também não vou agradar só por obrigação... A gente vai agradar porque gosta, né, aí eu abraço... ele vem com malcriação... puxa, eu tô te agradando, ah, isso é tua obrigação fazer... não acho. Eu acho que isso aí é uma agressão. É uma forma de agressão.
- *É isso que você chama de malcriação de todo dia?*
- É. Porque eu nunca sei, o que a gente faz, o que a gente agrada, poxa, a gente assim... Sei lá, a minha infância era tão difícil, né, e eu não respondia a minha mãe. Então sei lá, hoje não tem filho que não responde. Acho que todos responde, né? Ah, mãe....
- *O que sua mãe fazia se você respondesse?*
- Ah, eu apanhei bastante. Apanhei, mas hoje eu vejo que minha mãe não agiu errado comigo. Também eu não gosto de estudar, nunca gostei de estudar,

então... Acabei estudando, mas eu acho que se naquela época a minha mãe deixasse como hoje a gente vê, né, tem criança que vai à escola por ir, pra não ficar aquele período na rua, mas a mãe como o pai solta, a mãe não liga, eu acho que se a minha mãe não ligasse eu também não...

— *E o seu pai, batia em você?*

— Não. Apesar de ser uma pessoa assim muito grossa, muito ignorante, mas... não batia não.

— *Dava bronca?*

— Dava. O meu pai era mais de olhar assim, aquele olhar que... fulminava a gente, sabe? Aquela olhar que só de olhar a gente tremia todinha, igual vara verde? Meu pai era assim.

— *Você usa esse olhar com seu filho?*

— Às vezes... Agora nem tanto, porque ele já tá maior do que eu. Pra mim olhar já tenho que olhar pra cima, então eu acho que... Pequeno funcionava. Mas hoje em dia não. Tem que olhar lá em cima, tem quase um metro e noventa, então...

— *E o que adianta nessa idade?*

— Olha, você sabe, eu não.... Às vezes eu fico parada assim, eu chego até a viajar, matutando, queria entender... O que é que se faz? O que é que se diz? Como agir? Porque é uma idade que não dá mais nada... A gente fica meio perdida, né? Eu fico assim... Eu falo poxa, quando é criança você... ah, não vou te dar, tá me pedindo o que, não vai ganhar. Agora...

— *O que você fez nessa crise que está passando agora?*

— Pra que mude? Olha, só vou falar o seguinte: você não é obrigada a viver com filho nenhum. Porque ele já tem dezoito anos, então não posso amarrar no pé da cama nem no pé da mesa. Então não posso.... Eu fiz foi... arruma um cantinho pra você, se for preciso ajudar eu ajudo, mas... eu acho que ele não é obrigado a viver com ninguém. Não adianta você querer obrigar, obrigar e obrigar, não adianta. Você até uma certa idade, você leva. Dali pra frente também, você não precisa vestir o que eu quero que você vista. Não. Ele já... com 14, 15 anos, não adianta você amarrar. Então hoje, eu deixo claro a ele, meu filho, você não é obrigado a conviver e eu acho que você né, já tá um homem...

— *Era isso que ele queria?*

— Não, não era isso que ele queria e nem é o que eu quero.

— *O que ele queria?*

— Eu não sei. Às vezes eu pergunto, o que é que você quer? A gente tem que saber o que é que a pessoa quer para ver se tá à tua altura, se você... ceder, porque às

vezes quer uma coisa que a gente não pode, sei lá... Tenho horas que eu fico meio perdida, aí eu digo que não vou fazer mais nada, que não quero, outro dia ele me pediu dinheiro pra comprar um CD, eu digo, eu não tenho dinheiro pra CD não, mas já dei, já tô procurando CD pra dar, eu quero agradar... Eu acho que a gente tem aquele momento mas não precisa grosseria, sabe, mas... não custa. Eu paro pra pensar...

— *Você ouviu muitas histórias de violência?*

— Ah, eu ouço assim, na televisão, repórter, que antigamente eu era contra negócio de Jornal Nacional, essas coisas, aí eu tenho uma tia que falava assim, ih, não sei como pode, professora não gostar de repórter, mas depois a gente... a televisão serve pra atualizar, né, você não pode viver no mundo sem saber o que tá acontecendo. Então eu gosto de ler, gosto de ouvir notícia, que é onde a gente fica sabendo, né, as coisas que tão acontecendo.

— *Como é sua vizinhança?*

— É tranqüila... Já moro ali naquela rua tem 33 anos, uma rua tranqüila... [Descreve os vizinhos]. Não vejo assim... coisa de pai e filho.... Ali aquele pedaço é bem sossegado.

— *Tem outras coisas que você chame de violência?*

— Tem assim um espancamento... Acontece ali de pegar assim... Eu nunca presenciei, graças a Deus na minha casa nunca houve isso, mas às vezes você vê assim, espancou o filho até a morte, sei lá, eu acho que isso já ultrapassa assim, uma coisa anormal, né, eu acho que a pessoa que faz isso – não sei, cada um sabe do seu momento, né, não tô julgando ninguém – mas eu acho também que a humanidade tá assim sei lá, nervosa demais, qualquer coisinha as pessoas ficam partindo pra uma agressão... Antigamente a gente quase não ouvia determinadas coisas, não assistia determinadas coisas, hoje em dia... se você esbarrar numa pessoa no meio da rua aquilo já é motivo pra ela atirar, pra matar... pra xingar....

— *O mundo está pior?*

— Eu creio que sim. Pode até ser minha cabeça, mas eu acho que está pior. Eu acho que hoje em dia a gente... tem que andar com cautela, porque dependendo da pessoa que você esbarra você tem até medo de... esbarrar, né? Uma colega minha esbarrou num moço... um senhor, dentro do ônibus, ele deu um tapão nas costas dela... Poxa, tem pessoas que... às vezes vem com algum problema, outras vezes acontece isso... Eu sempre separei, assim... eu acho... eu não levo problemas meus de casa pra escola. Com as crianças... brigo com eles sim, por causa do dever, porque as crianças tão na escola pra estudar, né, então brigo com

as crianças por causa do dever, às vezes bate num coleguinha a gente chama a atenção, que é isso? Chamo a atenção. Mas vou levar um problema meu? Eu tenho que separar.

— *Você acha que as pessoas não separam?*

— Tem pessoas que não separam. Não vou dizer que é só eu que faz isso não. Muitas pessoas separam. Mas tem pessoas que não. As vezes você vê que tem pessoas que tem algum tipo de problema, se você for falar a pessoa tá de cara feia... Tenho passado problemas mas se eu chegar na rua tô sorrindo, embora... eu digo gente, tô sorrindo, não tô rindo, porque eu acho que rir, rir... Acho que ninguém tem que saber o que eu passo não é, ninguém tem nada a ver... Agora tem gente...

— *Você já ouviu falar de violência sexual? O que você acha disso?*

— Olha, eu costumo falar o seguinte: se você chegar na rua, você encontra pessoas que pode qualquer coisa. Então eu acho que você não deve assim, forçar ninguém a nada. Eu penso assim. Você não deve forçar ninguém a nada. Porque hoje, se você chegar na rua, você encontra pessoas dispostas a qualquer tipo de coisa. Então não acho que seja necessário você procurar uma escola, você procurar alguém dentro da sua casa pra forçar aquilo ali a nada. Mas acontece. Mas eu acho que isso... é irresponsável. Porque não tem necessidade. Isso é bastante errado. Principalmente assim.... com adulto é errado, mas principalmente a criança. Porque eu acho a criança, assim, não sabe se defender. Uma criança não sabe se defender. Quando é adulto assim com uma arma, você não se defende... Mas eu acho que isso já tá... porque não tem necessidade... acho que já passa até um pouco, é como uma violência duas vezes... porque não tem necessidade de você fazer isso. Você encontra aí, pega uma pessoa pra dar uns beijos, eu acho que isso já é uma violência num grau bem elevado... Porque hoje em dia você encontra pessoas... que aceitam qualquer tipo de coisa. E ainda tem pessoas que aceita. Se a pessoa aceita é um problema dela, querer, entendeu, então eu acho que não tem necessidade. Tem liberdade até demais.

— *Você acha demais?*

— Eu acho, as pessoas têm liberdade pra fazer o que querem. Hoje em dia você vê, então não tem necessidade...

— *Em que idade essa liberdade ...*

— Eu acho que uma criança com 14, 15 anos, eu acho que ela não deve ter a liberdade que muitas estão tendo. Porque eu acho assim... não sabe nem o que tá fazendo... tá fazendo porque outras tão fazendo, porque viu fazer... viu na

televisão, mas no fundo não sabe porque é que tá fazendo. Só pode ter liberdade quando estiver amadurecida, não é dizer que esteja num amadurecimento total. Desde o momento em que vive com os pais, é dependente deles... Eu costumo dizer... Você tem que ter seu estudo, sua independência...

— *Você também recebeu conselhos na criação dos filhos?*

— Até que conversei muito, minha mãe sempre foi uma pessoa muito aberta, muito esclarecida... E com essa minha irmã, sempre tivemos um relacionamento ótimo, sempre conversamos muito.

— *Que conselhos elas davam?*

— Ah, a gente sempre procura aliviar o lado do outro, né, é coisa de filho, deixa pra lá, não age assim...

— *Os conselhos eram sempre esses... ?*

— É, coisa assim, vai dar tudo certo, isso não é assim não...

— *E quando você batia, o que elas falavam?*

— Essa minha irmã, às vezes ela não gostava muito não, sabe, não bate não, ah, porque não sei quê, até porque ela nunca foi contra sabe, nem ele nem a menina que é filha dela, não, você é que tá em casa você que educa, você é que... se mereceu, sempre fomos assim, se mereceu levar um tapa você que tá em casa educando, eu não quero saber, mas sempre que ela chegava eu participava, ó, fez isso, fez isso, então sempre... tava todo mundo sabendo. Eu sempre achei que criança... tem que fazer vontade, se ela quer comer alguma coisa você dá, agora... eu quero aquilo ali, não. Não precisa fazer essa vontade. Eu acho que criança tem uma vontade ilógica, entendeu? Ah, eu quero o brinquedo. Se eu puder te dar o brinquedo, você vai ter. Mas.... roupa de marca, nunca foi exigido na minha casa. Quando eu posso, eu posso. Quando eu não posso, não posso. E filho também aceita. Nunca teve... ah, não, só quero a marca tal. Não. O que comprar... Eu sempre falei: você tem que viver dentro do meu salário, entendeu? Eu sempre tive meu controle. Eu ponho o chapéu ao meu alcance. Então eu sempre ensinei assim. Hoje temos, amanhã não temos, vamos esperar pra ter.

— *Abandonar é violência?*

— Eu acho.

ENTREVISTA 3: Maria

Idade ao nascimento do primeiro filho: 18 anos

Número de filhos: 3

Idade e sexo dos filhos: 2 homens de 22 e 9 anos, uma menina de 7 anos

Estado civil: casada (há nove anos)

Reside com: marido, filho de 9 anos e filha; o filho mais velho é casado

Relação de parentesco entre o marido e os filhos: padrasto dos primeiros; pai da
menina

Trabalha

Local onde mora: tranquilo

- *Você já ouviu falar em violência?*
- Violência é falta de diálogo, falta de opção.
- *E a violência que acontece dentro de casa? Você já ouviu falar?*
- Já, na televisão, lógico, né? Na televisão, só.
- *O que você ouviu na televisão?*
- Sobre filhos adolescentes que se envolvem com drogas e agredem os pais, pais também que se envolvem com drogas... e agredem os filhos, assim, né? Eu acho que no caso falta também conselho.... Eu acho.... eu criei 3 filhos. Mas os meus 3 filhos, ninguém acredita, têm o maior respeito por mim. Até o casado. Se ele falar qualquer coisa é só eu olhar pra ele assim, ele já abaixa a cabeça, né, se eu falar pra ele assim, você não vai no portão – vai fazer 9 anos - ele não vai no portão, não vai nem se vier um coleguinha seu, se passar você vai ficar dentro de casa... mas porque que ele me obedece, porque eu criei ele.... na linha comigo, não é uma brutalidade, porque eu já falei pro pai dele que eu não aceito, eu tinha que criar ele de um jeito mais rígido, porque é homem, né, são dois homens, então não é que eu agredia, que eu batia...
- *Por exemplo, o que você quer dizer?*
- Essa violência que eu vejo na televisão, não sei se é erro dos pais, entendeu, porque eu... não imagino um filho meu me agredir. Agora lógico que a violência dentro da casa não é culpa da mãe, a mãe nem sempre... eu não vou culpar os pais. Pai é criação. O que é criação? Meu filho não se envolveu com más companhias nem nada....
- *Como você fez pra ser diferente na sua casa?*
- [Descreve situações em que manda o filho fazer alguma coisa]. Se ele teimar em desobedecer, o que é que eu faço? Eu não vou deixar ver televisão, eu vou cortar muita coisa... Eu acho que é aquela rigidez, não fazer, não fazer mesmo... Agora daqui um mês, se me desobedecer de novo já vou pular pra outros meios... Se precisar pegar uma correia e bater, eu também bato. Pra poder... obedecer, entendeu? Porque um filho, ainda mais filho homem... é mais forte que a mãe, né? Entendeu? No caso eles não tinham pai, né? A minha filha já tem, né, então já é

mais fácil. Porque filho ficar só com a mãe, às vezes é mais forte que a mãe, né? Tem mãe que perde o controle. Então, perde o controle. Na minha cabeça eu acho... porque com os meus, na minha separação do meu marido, então eu fiquei com aquele medo... esses aí me obedece. Mesmo com esse eu tenho o pai presente, pra me ajudar também...

— *E como é que o pai ajuda?*

— Ah, já tem o controle da violência, que eu tô explicando na minha casa como é a convivência. Porque às vezes ele faz alguma coisa de errado e... não quer falar, então eu deixo pro pai dele falar pra também não ficar só eu... Só eu brigando, entendeu? Ficou na televisão... então você também tem que fazer alguma coisa, dar uma bronca... Aí eu já deixo, ó, aconteceu isso, não gostei disso, não gostei daquilo... aí o pai com aquela autoridade dá uma bronca, bronca de pai é estouro, já fica com muito mais medo do que eu falar dez palavras.

— *Se precisar o pai bate também?*

— Só fala. Eu mesmo, eu falo mais do que bato. Esse aqui, já grande, com 17 anos, já apanhou do pai. [Ela se refere ao filho que estava numa sala próxima, mas não presente à entrevista].

— *O que aconteceu?*

— Ah... teve um dia com esse de 12, que ele saiu, com um amigo meu, um casal, nem era coleguinha, eu deixei. Três horas da manhã, ele não estava na casa. [Ela descreve: o filho saiu com o casal de amigos e voltaram todos cedo. Ao invés de voltar para casa, encontrou um colega e o acompanhou a outra atividade, retornando para casa apenas de madrugada. Ela já o havia procurado na casa dos amigos, sem encontrá-lo e sem saber onde estava]. Foi a primeira vez, e a última. Eu quase matei ele, esse dia eu quase matei ele. Peguei uma colher de pau mas sentei na cara dele... Mas foi meu estado de nervo, que eu já ia parar no pronto-socorro, já ia imaginar um monte de coisa... Então quando ele deu de cara comigo, eu já senti... aquele ali... só pelo meu estado de nervo... Que eu já sou nervosa por natureza, mesmo. Também não levantou a mão, peguei no pescoço, ele de cabeça baixa... e tem que conversar comigo depois que apanha, porque se ficar de cara feia e olhar pra mim de banda, apanha de novo. Adulto leva na cara, agora criança leva nas costas. Mas...

— *É diferente criança e mais velho?*

— Eu acho que um filho nunca pode te dar na cara, mas tem momentos que... principalmente com criança nova, né? Mesmo o meu marido, sendo pai desta aqui, ele não se mete com eles... Ele não me ajuda. Ele fala pra mim que... Ele não faz. Se for pra dar um esporro neles, não é que ele não gosta, que é uma fera, não. Ele

não tem jeito de falar. Como... Mas é melhor fazer do que ele repetir e acontecer de novo a mesma coisa.

— *Como ele reagiu?*

— Meu filho? Eu estando completamente certa e ele completamente errado, pediu desculpa, pediu, e ele prometeu que não ia fazer mais, e nunca mais repetiu.

— *Quer dizer, ele não achou que você...*

— De jeito nenhum, do mesmo jeito que eu bati ele já tava mãe isso, mãe aquilo... Que meu filho é um doce, mas não é só comigo não, é com todo mundo.

— *Você disse que seu marido ajuda, mas ajuda como? Ele bate?*

— Meu marido? Só se for uma coisa assim muito... muito...

— *Mais grave?*

— É, grave.

— *É diferente o pai bater?*

— É diferente porque o pai sempre tá na rua, trabalhando, e a gente tá ali, então... Eu não gosto do meu filho ir ali na casa de um colega, na rua, eu fico com medo, não gosto... ou vai comigo, ou vai com um irmão, entendeu? Então se ele fazer isso, fugir, dar uma fugidinha na casa do colega, eu procuro cortar... Eu não posso, ah, mãe, ele tá deixando eu ir lá casa dele, eu deixo no portão, a que horas, ele tá saindo, tô levando ele... Se ele for na rua sem minha ordem, aí é onde ele apanha.

— *Você dá ou ouve conselhos?*

— Não, as pessoas que se dão comigo acha incrível a maneira que eu criei meus filhos. É difícil, filho. [Descreve como os filhos a ajudam, enquanto ela está trabalhando, lavando pratos etc., ou mesmo fazendo companhia a ela enquanto trabalha.] Eles me ajudam.

— *Quer dizer, você está mais em posição de dar conselhos...?*

— Outro dia eu fui na casa de uma amiga minha, olha... eu, de tanto que o filho dela falava com ela... eu fiquei até com a cara vermelha, desse tamanho, depois... eu nem tenho coragem de falar com ela. E por ela ver o meu jeito com os meus filhos, ela também ficou com vergonha de mim.

— *Então fica mais difícil ainda...*

— Fica. Fica mais difícil. Porque se um filho meu faz isso comigo... Eu mato. Eu esfolo. Eu dou na cara. Então o meu pensamento é isso. Que eu fico nervosa.

— *Você tem família morando perto?*

— Tenho, tenho pai, tenho irmãos, moram do outro lado da avenida.

— *Vocês conversam sobre problemas com os filhos?*

— Ah, converso. Só entre eu e a minha irmã... Já minha prima... São cinco filhos

homens, é uma criação... isso aí eu também não me meto, né? [Critica a forma como os filhos falam com a prima, e as palavras usadas com ela]. Não pode deixar... ela convive com os filhos assim... eles vão na casa das pessoas e aparecem com as coisas assim... achei na rua... achei na varanda... Você vai na casa de alguém e acha coisa no quintal? Isso não existe... Mas se ele falar que achou... Não é assim, não é pegar. É uma coisa que apareceu dentro da sua casa... Eu prefiro... É o tipo de coisa de coisa que eu prefiro...

— *Seu pai dá conselhos?*

— Meu pai dá conselho pro mais novo... E pra mim... Pra eu não ficar mais nervosa com o meu marido. Não com os meus filhos. Eu sou nervosa mesmo. Não gosto de ninguém falando na minha cabeça. [Fala de sua relação com o marido] Também quando eu estouro... neguinho sai de perto de mim...

— *O que é pior, dar um tapa ou agredir com palavras?*

— Eu acho que... eu não sei... Falar é horrível, né, xingar assim... um filho? Você tá falando filho? Eu nunca fiz isso... Eu acho horrível... Pessoa não tem coração, né, xingar um nome... Acho que é mais fácil meter um tapa, entendeu, não é xingar.

— *E a mãe que larga o filho? É violência?*

— Violento é não dar as coisas, não cuidar... Tem mais é que cuidar... Não pode largar de jeito nenhum... Tem que acompanhar ao colégio, ir sempre a reunião pra saber o que está acontecendo no colégio... cuidar direitinho...

— *E a violência sexual, você já ouvir falar disso?*

— Eu ouço falar na televisão dessa fatalidade, né?

— *Qual a sua opinião?*

— Minha opinião é assim: cadeira elétrica. Né? Dá pra fazer umas coisas que tirava o demoniozinho rapidinho... Imagina, se eu vejo essa pessoa na minha frente... eu acho que eu estrangulo.

ENTREVISTA 4: Leticia

Idade ao nascimento do primeiro filho: 19 anos

Número de filhos: 10

Idade dos filhos: entre 18 e 5 anos

Estado civil: casada

Reside com: marido, 6 filhos homens e a mãe

Duas filhas mais velhas moram com a avó paterna; 1 filho faleceu

Relação de parentesco entre o marido e os filhos: pai

Não trabalha

Local onde mora: calmo

- *A senhora já ouviu falar em violência?*
- Não, nunca soube de nada.
- *A senhora criou 9 filhos. Como resolveu os problemas com seus filhos?*
- Não, nunca tive problemas.
- *Nunca precisou dar um tapinha?*
- Ah, não, bater já, né, mas a senhora falou em violência... Mas eu não gosto de judiar de criança...
- *Bater não é judiar?*
- Não... Bater é assim uma correinha nas pernas, na bunda... não é não.
- *E judiar, o que é ?*
- Judiar é... maltratar, né, maltratar as crianças.
- *Quando a senhora precisou bater?*
- Quando tá fazendo arte. Tá fazendo arte a gente pega uma correinha e – tá - ... mas pra marcar não.
- *Que tipo de arte?*
- Ah, sujando a roupa, trepar em cima da cama, jogando as coisas no chão pra quebrar...
- *E arte de criança grande?*
- Nunca tive não.
- *Nunca precisou bater num filho maior?*
- Não...
- *O que é filho grande?*
- 7... 8 anos... Se fazer bobagem apanha também...
- *E bronca, a senhora já teve que dar também?*
- Não, chamar a atenção, né?
- *O que é pior, a correinha ou a bronca?*
- A correia é pior.
- *Por que?*
- Porque a correia dá dor.
- *A senhora tem irmãos, pai, mãe?*
- Tenho mãe, mora comigo.
- *Ela dá conselhos à senhora?*
- A minha mãe, ela tem problema de resguardo quebrado.
- *A senhora já ouviu falar de violência sexual?*

- Já. Vejo falar no rádio.
- *O que a senhora acha?*
- Acho horrível.
- *O que a senhora acha que se deve fazer?*
- Dar conselho.....
- *Tem mãe que não cuida dos filhos...*
- Ah, pra ser mãe tem que cuidar... mãe tem que cuidar, tem que ser ruim pra não cuidar...
- *Isso é pior que bater?*
- Não sei...
- *O pai das crianças pode bater também?*
- Se precisar...
- *É pior o pai bater?*
- Não sei, o pai bate com mais força, né? A mão do pai é mais pesada...
- *Tem hora diferente?*
- Ah, é quem pega primeiro...
- *E a criança tem mais medo da sua correinha ou da correinha dele?*
- Ah, deve ser da correinha do pai...
- *Tem alguém que dá conselho pra senhora?*
- Não...

ENTREVISTA 5: Cristina

Idade ao nascimento do primeiro filho: 22 anos

Número de filhos: 3

Idade e sexo dos filhos: masculino, 21 e 11 anos; feminino, 18 anos

Estado civil: casada

Reside com: marido e filhos

Relação de parentesco entre o marido e os filhos: pai

Não trabalha

Local onde mora: calmo; migrante da Paraíba, mudou-se para o Rio em 1978

- [Antes mesmo de ligar o gravador, ela comenta que dá chineladas em seus filhos] *A senhora dá chinelada, e seu marido?*
- Nunca bateu, em nenhum. Nunca, nunca, nunca, nunca.
- *É diferente tapa de mãe e tapa de pai?*

- Ah, eu acho que é sim, porque o homem é muito grosso. Eu acho que educação da mãe é melhor. Porque o pai que bate fica logo machucado... Mas ele nunca bateu neles, nem no mais velho... só conversa. Olha, ele é homem eu converso, ela é mulher, você conversa. Nunca bateu em nenhum deles.
- *Então ele que é homem cuida mais do filho homem?*
- É, ele acha, né? Ele fala assim, olha, eu converso com ele porque ele é homem, você como é mulher conversa com ela... porque ele pensa que ele como é homem não tem o direito de conversar com ela, e eu acho que já tem, né? É obrigação dos dois. Mas como ele diz que ela é mulher, então eu tenho que conversar. Ele fala, se fizer alguma coisa errada eu converso com ele, e você com ela. Ele é assim, ele não briga, nunca bateu neles, eu... Totalmente diferente. Mas nunca chegou a bater neles. Graças a Deus, também porque se bate...
- *A senhora ficaria muito incomodada se ele batesse?*
- Eu não sei... eu ficaria com medo, né? Meu filho não deixa de ir no colégio, não gosta de perder aula... ele tá sempre ativo em tudo. Às vezes eu penso que ele não sabe nada, mas ele solta cada uma que até eu fico boba. Eu às vezes como mãe eu fico com medo de conversar com ele, né, será que se eu conversar com ele, ele vai entender? Eu digo, então eu vou ter que conversar. Não coisa feia, né, que ele também não gosta de palavrão, graças a Deus, já a menina sempre me deu mais trabalho, sempre foi mais agitada. Mas quando ela solta um palavrão o pai dela fala olha, não é assim...
- *Mulher é mais difícil?*
- Olha, como é difícil, mulher é mais difícil...
- *Por que?*
- Não sei, queria também entender... é mais difícil, a mulher a gente se preocupa mais.
- *A senhora já educou três filhos, que idade é mais difícil?*
- Quando tá na adolescência. Olha, dá um trabalho... Como eu cansei essas pernas... Dele nem tanto, que ele é mais brincadeira, né, ela descia, subia, e eu atrás. De longe. Deixo ela ficar à vontade, mas eu observando. Também ela não se incomoda, ela nunca chegou pra mim e ficou perguntando mãe, porque a senhora fica pegando no meu pé... E quando eu falo que eu quero sair com ela, ela não fala que não, ela chama... Eu é que não vou, né, que eu não sou maluca de sair em todos os lugares que ela vai. E só o que ela gosta é baile. E sair com a família. Os parentes, os primos, os parentes do meu marido. Que os meus, só tenho uma irmã que trabalha de sábado a sábado...

- *A senhora ouviu conselhos sobre como educar os filhos?*
- Nunca cheguei a conversar com ninguém... Pra falar a verdade, minha filha, eu pedi conselho foi a Deus. Porque não chega um parente, não chega um vizinho pra falar isso e aquilo... às vezes chega a minha irmã... Tenha cuidado com ela, não deixa ela ir pra baile... Eu digo olha, tá difícil eu tirar isso dela, né, mas... De vez em quando não... que eu não podia tirar ela assim... Depois ela ia se voltar contra mim, ia virar contra mim.... Olha, é assim, posso ir com você? Ela diz pode. Só que ela não gosta dessas coisas. Aí ela... Mas graças a Deus não deu problema até agora, tá trabalhando e estudando... Começou agora, né, faz um mês que tá trabalhando.
- *As pessoas que a senhora conhece também batem nos filhos?*
- Onde eu moro o pessoal é assim muito... é difícil bater num filho, não sei não... porque eu moro numa vila, né, quase não vejo a mãe bater nos filhos... É conversa. Senta, e conversa. Eu quase não vejo violência, graças a Deus, já pensou, como é que... já é levado, já é difícil de criar...
- *Então a violência que a senhora vê é só na televisão?*
- A mãe que chegou a machucar o filho... não conheço porque as pessoas são muito católicas. Eu conheci um homem que criou oito filhas, as filhas dele são até formada, tem uma que é psicóloga... e eu não vejo... lá onde eu moro, não. De filho com pai, pai com filho, não.
- *A senhora é religiosa?*
- Sou católica, gosto muito do Padre Marcelo, escuto muito ele. Ele [aponta o filho] tá fazendo o catecismo.
- *E a senhora vai com ele?*
- Vou.
- *Na Igreja, o padre fala sobre educação de filhos?*
- Na hora da missa não, mas eu escuto muito o Padre Marcelo. Ele fala sobre violência, que os pais deve fazer isso.... Eu procuro nem assistir, porque quando fala em violência... eu nem assisto televisão pra evitar também de ficar escutando.
- *Tem outro jeito de ser violento além de bater?*
- Eu não sei responder isso...
- *Xingar?*
- Ah, xingar. De vez em quando a gente xinga mas não assim pra... porque eu já ouvi... é melhor você bater do que falar assim algumas palavras... Eu já ouvi, eu ouvi adolescente falar olha, eu prefiro levar uma surra do que minha mãe falar isso e isso comigo. Eu já ouvi isso.

- *É pior bater ou xingar?*
- Os dois... Mas tem horas que... Meu marido não gosta de palavrão. Quase nem fala dentro de casa. Ele é calado, bastante calado. Ele só fala o necessário.
- *Ele é católico?*
- Eu nem o sei o que ele é, porque faz tempo que ele não vai à Igreja, ele diz que não tem tempo pra ir à Igreja, então... Mas eu não vejo violência assim não, graças a Deus nunca vi... E peço pra nunca ver, porque eu não sei qual seria minha reação...
- *Não cuidar é violência?*
- Eu acho que é violência sim. Tem que cuidar, quando você fala assim, é assim... não sei... será que é? Quando a mãe não cuida do filho, acho que é violência sim, não sei de que tipo, mas é uma violência, pequenininha mas é. Pai e mãe que não cuida...
- *Qual é pior: não cuidar, xingar ou bater?*
- Todos as três são iguais. Mas você fala não cuidar, é o que? Não tomar conta, não dar educação... é grande. Mas se a gente fala assim... não vou ligar de dar banho... porque se a gente não trabalha, qual é o nosso dever, é cuidar dos filhos, né? Não sei, eu respondi sem nem saber o que tava respondendo... Não cuidar... é uma violência também grande... Né? Pra mim tudo que faz contra filho é uma violência...
- *Quer dizer, quando a senhora dá uma chinelada é a favor deles?*
- Com certeza. Pro bem deles. Eu acho, não sei... Eu sei lá, de vez em quando a mãe precisa dar um tapinha assim... A televisão acha errado, mas se a gente não fizer isso, eles vão bater na gente. Se a gente... aqui mesmo no Posto, um dia o garoto que veio tomar vacina, ele bateu na cara da mãe. Eu acho que um filho não tem que fazer isso com a mãe.
- *E se um filho fizer isso com a senhora?*
- Eu só ia fazer chorar, simplesmente. Eu ia chorar porque eu crio com tanto carinho, não é pra ele me fazer isso. Eu ia chorar, e depois com certeza ele ia me pedir desculpa. Tenho certeza.
- *E a violência sexual?*
- Só na televisão. Assim pessoalmente nunca vi, pra alguém chegar e me contar, não. Lá em casa nunca vi. Só na televisão mesmo...
- *O que a senhora ouviu na televisão ?*
- Não lembro bem... É tanta coisa que eu... eu prefiro nem escutar, mas eu já ouvi falar.

- *O que a senhora acha?*
- Olha, eu acho o seguinte: se uma criança chega a ser violentada... eu não sei, não sei nem responder. Deve ser horrível, né? Eu dou muito conselho a minha filha, não sai sozinha, se for pra um lugar vai com alguém, olha a minha filha e o meu filho andou muito. Passeava, saía, já esse aqui não, eu não saio... com medo, entendeu, não bem dentro de casa, que a rua que eu moro ele brinca, mas assim pra sair pra rua... Na idade dele, já era pra ele sair sozinho, ir pro colégio, eu não deixo... eu não fico com medo nem dele ir sozinho e voltar... eu tenho medo que alguém pegue ele por aí, porque... Outro dia eu passei no Catete, tava uma moça bonita de short lá, tinha um cara maluco, doido pra pegar ela, se eu vejo isso pro lado de uma filha minha, eu acho que eu tenho um troço. Faz tempo isso... se esse homem pegar essa mulher em qualquer lugar ele vai estuprar ela, né? Então... isso perturba a cabeça da mãe. Aí eu quase não saio com ele. Já minha filha andava mais solta porque naquela época não existia tanto... se existia não era tão comentado, né? Não falava tanto, não saía na televisão, e agora já sai, né? Antigamente a violência assim de estupro, não era comentado na televisão. Porque o povo escuta muito é televisão. A televisão fala, a gente tem muito na nossa mente também né? A gente não sabia, não era comentado nem na televisão, então a gente tinha mais liberdade, agora a gente já se prende mais. O meu filho sai na esquina eu falo não vai porque pode passar o carro aí e vai carregar você e eu não vou ver... isso não é legal pra criança, mas a gente é obrigado a falar assim o português certo... Perturba um pouco, né?
- *Entre os quatro tipos, o que é pior?*
- O estupro é pior, com certeza., porque eu não acho errado uma mãe dar um tapinha no filho na hora certa... Mas o estupro não tem conserto. Tapinha a gente vai lá, conversa... Porque que a senhora fez isso, eu fiz porque você desobedeceu, você fez isso, você fez aquilo... E o estupro não tem conserto. Tapinha a gente ainda conserta... Já o estupro não, não tem explicação pro estupro... Pra mim não... Eu acho que a pior coisa que existe na face da terra...
- *E o que a senhora acha dos pais que são violentos?*
- Ah, pra mim um homem desse não era nunca pra ter filho... Eu... Meu filho tá com 21 anos e ele nunca deu um tapa. Também não havia necessidade, né, porque eu soube como criar e ele respeita muito o pai. Mas... não era nem pra fazer filho, porque eles só sabem fazer, mas cuidar que é bom...
- *Como a senhora foi criada?*
- Olha, eu apanhava muito, viu? Eu apanhava... Eu acho que é por isso que eu não

bato muito nos meus filhos. Se eu quebrasse um copo eu apanhava. Se eu fosse pro rio buscar água e quebrasse o pote, eu apanhava. Apanhava. Se eu fosse lavar roupa e deixasse o sabão descer, eu apanhava. Então eu digo, eu não quero isso pro meu filho. Deus ponha a minha mãe num bom lugar, mas... Meu pai não. Também nunca chegou a me bater. Mas a minha mãe, olha, como eu apanhava, meu Deus do céu... qualquer coisinha ela me batia. A última surra que eu levei, eu me lembro até hoje. Foi em 78... O ano que eu cheguei aqui. Eu trabalhava numa lojinha. Aí quando eu cheguei em casa ela me pediu pra eu lavar roupa no rio, né, só que eu tava cansada que eu tava na loja. Ih, ela pegou uma corda, enrolou assim e começou a bater. Eu segurei... Foi a última surra que eu levei. Eu tava com 20 anos. Olha, 20 anos apanhando... Aí eu segurei a corda e fiquei mandando ela bater. Aí ela... Como é que eu vou te bater se você tá segurando? Foi a última surra que eu levei. Ma eu apanhava, eu apanhava muito. Eu apanhei tanto que eu falei, eu não vou fazer isso com meus filhos. Aí quando eles quebravam qualquer coisa, perguntavam... a senhora vai me bater? Eu digo não, nunca vou bater em você por causa de um copo, se eu bater em você vai ser por outras coisas grandes que não tem pra corrigir, mas por causa de um copo... E esse aí dá trabalho. Olha, esse aí dá um trabalho que só Deus sabe. E sou só eu e ele. O pai fala que eu passo a mão na cabeça dele. Mas não é passar a mão, eu quero tentar educar ele do mesmo jeito que os outros. Só que agora é difícil, tá difícil... mas eu não sei, porque ele foi criado um pouco preso, né, os outros... eu não tinha medo de sair... Quando ele nasceu eu tava com... parece até que eu sou avó dele...

— *A senhora decidiu mudar o jeito de educar os filhos... sozinha?*

— Sozinha, sozinha, porque eu não tive orientação de ninguém. Quando eu cheguei aqui no Rio eu sofri muito... então eu não quero que os meus filhos... Às vezes meu marido fala assim, deixa nossos filhos passar um pouco aquilo que a gente passou, eu digo não, de vez em quando eu falo não. Eu é não, ele é sim. Eu falo não e ele fala sim. Ele quer uma coisa e eu já ouvi o Padre Marcelo falar, quem faz os filhos delinquentes são os próprios pais. Se tudo que ele quer você dá, vai chegar um dia que você não vai poder dar, ele vai ficar grosso, vai ser ignorante, vai... Exatamente o que eu tô falando. Eu já falei com ele, pelo amor de Deus, diga pelo menos um não de vez em quando, não pode ser tudo sim... Mas eu não quero que os meus filhos passem o que eu passei, eu digo mas pelo amor de Deus, não é passar o que a gente passou, é pra você educar. Ainda mais ele que eu tenho fé em Deus que seja o último né, que agora eu quero é meus netos. Então a gente criou os dois direitinho porque que ele vai ser diferente?

— *O que ele passou que não quer que os filhos passem?*

— Eu não sei, eu acho... ele chegou a passar fome, ele chegou a... nós, todos nós... tinha dia que a gente queria comer não tinha... Olha, é tanto que ele só pensa em comida. Pra ele, tendo comida dentro de casa... Tinha dia de ele chegar em casa... que ele começou a trabalhar cedo, tinha 8 anos, queria comer e não tinha. Aí ele comia tomate com açúcar pra sobreviver... Tem que dizer um não de vez em quando pra... Eu falo bem, não faz isso, não dá tudo que ele quer... Os outros ele fez tudo, também. Graças a Deus eu controlava os dois. Porque eu falo, agora você ganha bem, mas e quando você não tiver um centavo, que não vai demorar muito? Como vai ficar seu filho? Vai querer um negócio, o dinheiro não vai dar, e aí? Mas até agora... Não me arrependo de ter tido meus três filhos. Eu não tive problema com eles com droga, graças a Deus. Moro num lugar que rola tudo isso mas graças a Deus eles nunca nem tentaram. Se tentar... Se um dia eles fizer isso, ele chega pra mim e fala, mãe, eu fiz isso. A primeira vez. Porque eu comecei ensinar minha filha assim: olha, o que você fizer você me conta. Tudo, nem que seja usar droga, o que for você me fala. Ela, pelo menos, eu peguei a confiança dela... tô sempre na antiga mas até agora nunca aconteceu e tenho fé em Deus que nunca vai acontecer. Espero também que eu saiba cuidar desse aí, que tá começando a chegar na adolescência. Vai dar um trabalho... Não vejo a hora de passar essa fase. Depois eles mesmos começam a ver que não é assim.

— *Eles mudam sozinhos?*

— Sozinho mas com minha ajuda... Mas adolescência é muito difícil. A minha filha era baile. Baile, baile, baile, baile, e eu tô lá. Qualquer coisinha dela, eu tava lá. Só que tem lugar que eu não posso... Já o meu filho não. A adolescência dele era dormir. Eu dizia, eu acho que você tá doente, não é possível. Dormir... o tempo todo... Cada um era... eu quero ver esse aí, quando ele entrar na adolescência o que ele vai querer fazer... baile...

ENTREVISTA 6: Luciana

Idade ao nascimento do primeiro filho: 19 anos

Número de filhos: 1

Idade e sexo dos filhos: masculino, 5 anos

Estado civil: solteira

Reside com: o filho e a mãe

Trabalha

Local onde mora: legal

- *Você já ouviu falar sobre violência, e sobre violência contra a criança?*
- Já. Ontem mesmo na rádio Globo falando que não pode bater, que a criança vira marginal, não sei que...
- *Quem falou isso?*
- Uma pesquisa que eles tavam falando no rádio, por acaso eu escutei...
- *Tinha alguma história, você se lembra de alguma coisa?*
- Ah, é o Antonio Carlos, na rádio Globo, ele falou... Ah, mas se fosse assim... eu também tinha sido bandida, porque eu apanhei, naquela época tinha palmatória, né, esse negócio... E tinha uma psicóloga também, não escutei o nome dela, comentando sobre isso...
- *Mas essas histórias de violência que você já ouviu...*
- Outras também, entendeu...
- *Tem alguma coisa que você conheça, histórias, de amigos, conhecidos...*
- Não. Mais próxima nunca ouvi. Nada. Nunca.
- *Como é na sua casa? Como é cuidar de seu filho?*
- Ah, eu trabalho, minha mãe fica muito com ele... mas ele é muito levado... De vez em quando leva umas palmadinha... um castigo...
- *Levado como?*
- Ah, ele... faz arte... Tira as coisas do lugar e não bota... Ele chateia...
- *E aí quando você fala e ele não obedece...*
- Só em último caso mesmo, alguma coisa...
- *Como é essa palmadinha?*
- Ah, um tapinha na bunda... Castigo... Fica sentado num canto sem brincar com nada...
- *Quando você dá a palmada e quando dá o castigo?*
- Ah, não tem escolher, isso é e na hora mesmo. Bom... Na segunda ele acordou não querendo ir pra escola. E na minha época eu andava, eu ia pra escola andando, né? Ele tem minha mãe que traz, leva, então não tem porque ficar chorando, aquele escândalo mesmo no corredor, todo mundo olhando... Tive que dar umas palmada nele.
- *E como ele reage?*
- Ah, ele para, fica chorando, e depois... fala não, desculpa, não vou fazer mais.
- *Ele pede desculpas pra você?*
- Mas quando ele tá errado a gente não pode omitir, né?
- [Relata um caso ouvido no rádio, da mãe que matou os filhos afogados nos Estados Unidos]

- *Você falou que a mãe que judia não gosta de si própria?*
- É... não sei o que é isso aí, se é instinto de ruindade...
- *É um problema da pessoa, de quem faz?*
- Acho que é. No caso, posso ter raiva agora, entendeu, mas desfaz, né? Agora tem gente que não, que tem raiva aquela raiva de matar... Por causa de algum motivo...
- *Se você tem raiva agora, dá uma palmadinha e passa, isso não é violência? O problema é quando a raiva continua e aí a pessoa faz uma coisa mais violenta?*
- Ou então porque tá chorando, sei lá, não tá comendo também... Eu sei lá, eu não ouvi direito essa história. Eu peguei assim no ar, no jornal, eu não sei como é que foi, se ele tava chorando... Tem muita mãe que é mãe... Tem, deixa na maternidade e vai embora, né? A minha prima, a minha prima ela tem dois filhos aqui aí foi pra Espanha morar lá. Antes dela ir, ela levou a criança pra outra pessoa. Aí o pai da criança... ela deu. Achei isso errado.
- *Isso é violência?*
- Não... Quer dizer, uma criança linda...
- *Essa história te impressiona?*
- Sei lá, eu tenho afinidade com as crianças... Que as crianças sempre gostam de mim. A minha afilhada que eu não via há um tempão, desde a época dela assim bebezinho, eu vi agora com 14 anos... Mas sei lá... sempre as criança gostaram de mim, mesmo antes de eu ter filho. Eu acho que...
- *O que as pessoas acham do jeito de você educar seu filho?*
- Às vezes minha mãe acha que eu sou muito severa. Muito durona, quer dizer, entra naquela... quando eu brigo com ele, que eu ponho de castigo. Mas ela colocava também de castigo... Os filhos são o espelho da gente, né?
- *E isso faz você ser mais severa?*
- Não, só na hora que tem que ser, não é toda hora.
- *Me dá um exemplo dessa hora...?*
- Ah, foi no dia que ele pegou o celular e tacou no chão assim... Era do meu irmão. Tinha 4 anos, foi no ano passado. Quebrou o celular todo. E meus contatos do meu trabalho tava tudo ali, né? Aí eu... Mas depois eu me arrependo. Ah, eu bati nele, eu bati nele. Eu briguei muito com ele. Só isso.
- Apesar, apesar que a avó... a mãe do pai dele... ela falou que ele era assim mesmo... Ele levanta... agora ele parou, né, mas ele... levantava a saia das minhas amigas que ia lá em casa, queria mexer no peito... E ela falou que o pai

- dele era a mesma coisa.
- *E ela fazia o que? Ela contou?*
- Ah, não sei, acho que dava umas palmadas também...
- *Tem outro jeito de ser violento além dos que você já falou?*
- Não, acho que não...
- *Xingar, ofender....*
- *È, também, né? [longo intervalo] Ah, mas às vezes a gente xinga, né, até porque uma pessoa às vezes tá no trânsito dirigindo, alguma coisa acontece...*
- *E com criança?*
- Ah, pra mim... não dá pra mim explicar isso. Tudo é a hora, tudo é o momento. Eu acho. Ah, naquele momento a gente fala, né?
- *E isso é violência?*
- Não, não... Apesar que... Tudo que vem da boca... é a palavra, né? Mas acho que não, não é violência... Apesar que... Não sei... Palavra às vezes... mais fácil corrigir palmada que palavra mal contada.
- *Pode ser mais grave?*
- *È...*
- *È a violência sexual, você já ouviu falar?*
- Ah, já. No jornal. Só no jornal.
- *E o que você acha?*
- Ah, é horrível. Só em jornal e televisão, assim conhecido não.
- *O que você acha dos pais que são violentos?*
- [a criança fala] Ah, eu gosto do meu pai...
- Ah, não sei... Ah, eu fico... deprimida. Ai, eu não gosto de escutar isso... Como é que um ser humano normal pode fazer isso, entendeu? Eu acho isso. O pai eu acho que... Tem que acontecer alguma coisa com ele, de ser violento. Agora a criança assim... que quando... Fazer um tratamento, alguma coisa, assim... Eles tinham que pagar, né? Que fique preso, sei lá... Devia ser preso de fazer ruindade assim com os filhos, com as crianças... Eu acho isso.
- *Você tem sobrinhos mais velhos?*
- Meu irmão tem uma filha de 8 anos.
- *È mais difícil?*
- Eu não sei que eu não convivo com eles.... Comigo quando eu falo ele respeita mas com meu irmão ele responde... Eu acho que botando os dois assim... Mas comigo... que as crianças são uma coisa... na presença dos pais as crianças ficam cheia de gracinha, mas com outras pessoas... são outras pessoas...

ENTREVISTA 7: Gláucia

Idade ao nascimento do primeiro filho: 19 anos
Número de filhos: 1
Idade e sexo dos filhos: masculino, 5 anos
Estado civil: solteira
Reside com: o filho e a mãe
Trabalha mas está desempregada no momento
Local onde mora: calmo

- *Você já ouviu falar sobre violência e sobre violência contra a criança?*
- Mas segunda feira... Que eu ganhei umas férias em casa, que eu discuti com a gerente do meu trabalho e aí a coisa ficou brava pro meu lado, mas... vamos ver se eu consigo outro, né? Sei lá... é estranho. E eu convivi com a minha família, né, meus irmãos e meu pai... Mas crio meu filho sozinha... eu e minha mãe que ajuda...
- *É difícil?*
- Eu... ainda vou te dizer, eu não tenho assim... assim... a minha mãe ...Você é mãe?
- *Sou.*
- Como você é mãe, eu vou te dizer, assim, instinto de mãe ainda, entendeu, eu não tenho isso na minha mente, entendeu?
- *Você acha que tem pessoas que têm instinto de mãe e outras não?*
- Não sei, eu sei que comigo eu não tenho. Não, porque minha mãe, minha mãe puxa, ela é uma mãe assim... uma mãe... como é que eu vou falar... Não dá pra dizer ah, que ela é minha mãe, um dia, ela... Agora eu... não dá pra dizer que eu sou mãe dele, sei lá, assim, estranho, né? Que coloquei ele no mundo... Sei lá, eu também tive ele muito novinha, 19 anos...
- *Você queria engravidar?*
- Não... eu só queria engravidar quando eu tivesse assim minha casa, condições... Eu pensei... Mas aconteceu. Mas antes dele eu abortei dois... três. Mas não foi isso assim que eu quis...
- *Sua mãe sabia?*
- Eu fui lá no médico... Ela não queria, mas... eu era muito nova, queria... estudar...
- *Como você decidiu ter ele?*

- Aí... foi um incidente. Aí... não sei... eu tive mesmo assim. Que eu sempre pensei não, vou ter minha casa, meu marido... trabalhando... Aí eu vou ter um filho, entendeu? Mas eu tive um incidente, fiquei 45 dias em coma. Mas não era totalmente em coma, eu tava consciente, abria os olhos, conversava... Foi Deus que me curou. Aí começou... ia aquele pessoal da Igreja, falava... Aí começou a falar. Você tem filho? E eu, não... Antes de eu ter meu filho... Depois, quando eu tava começando a falar. Ah, meu filho é um amor... Sabe, que eu sou muito católica, negócio de amor, pecado... Aí quando aconteceu isso ah, porque você abortou, que isso é um pecado, não sei que, aí eu não sei... O próximo que vier você deixa, você vai ver... Aí eu fiz foi isso. Eu falei não, o próximo que vier eu não vou abortar...
- *E como sua mãe recebeu esse filho?*
- Ah, não foi bom não. Porque... eu sou muito mais assim, ah, tinha que casar, esse negócio... Ninguém queria, depois que ele nasceu é que todo mundo é apaixonado por ele agora. A gente era muito novo...
- *Vocês não estavam casados?*
- É... Era muito novo... Então não pode ter filho... E não vai dar certo, não vão saber criar a criança, não sei que... Não tem responsabilidade. Mas eu quis, e o pai dele... sempre quis ter filho, e tal... Agora, eu não... sempre pensei isso comigo. Mas aí... Por acaso aconteceu, quando saiu do hospital.
- *E quando ele nasceu sua mãe apoiou?*
- Todo mundo apoiou. Eu morava com ele, mas... Aí aconteceu isso com ele, aí... tive que voltar pra casa dela, né?
- *Então você morava com ele?*
- É... quando ele veio... mais ou menos... ele ficava lá eu ficava cá, entendeu, nunca totalmente. Ele ficou só 23 dias com a criança. Aí ele... se envolveu... Já tinha se envolvido, entendeu? Conforme a criança, o assunto da criança foi surgindo, foi mudando. Quando ele foi mudando totalmente, aconteceu isso.
- *Ele vai voltar logo?*
- Eu fiquei visitando ele 3 anos. Ah, mas depois eu não agüentei...
- *Você tem outro namorado?*
- Ah, agora eu tenho. Mas não é nada fixo assim, porque... eu não tenho assim... pra ficar com uma pessoa, entendeu? Não tenho mais saco. A gente só fica, entendeu o que eu to falando? Nada de compromisso. Se tiver que ser, vai ser.
- *E quando ele sair?*
- Ah, não sei. Ele tá muito mudado, né? Ele fala no telefone que quando ele sair...

às vezes briga aí para de falar uns dois meses... Mas isso ele fala assim... Ele me deu o maior apoio quando eu tava grávida. E tem muita gente no morro que a gente mora que... abandona, e tal, ele não, ele falou que ele queria ter, que ele queria criar...

— *Ele vai ajudar a criar?*

— Mas agora ele já tá grande, né? Tem 5 anos... Demora muito... Igual bebezinho, quando ele começava a chorar de bebezinho, né, ninguém queria ficar... Aí depois a minha mãe ficou, minha mãe ficou... Minha mãe deu o maior... Assim no lugar de mãe mesmo. E... cuidava das fraldas de cocô, dava comidinha...

— *Você não gostava da fralda de cocô, né?*

— Mas era fralda descartável. Porque eu não sabia, marinheiro de primeira viagem né? Quando ele começava a chorar aí, ele tá chorando, tá com alguma cólica, aí ela dizia pra ele ir pra minha casa. Agora depois de grande é que eles querem ficar com a criança. Entendeu, você tá com ele é você é tudo. Se você não tá... sabe? A pessoa é indiferente... Aí assim uma vez eu larguei ele [o pai], me botaram até na justiça, falando que eu maltratava o meu filho.

— *Quem botou?*

— O pai dele. Que eu fui lá no Juizado. Fui lá com meu pai. E levei o meu filho. Aí ela perguntou: eles te bate, a mamãe te bate? Falou não, eu quero ficar com minha avó e minha mãe, aí... eles mesmo falou, entendeu? O pai do pai dele, o avô, mas é porque eles tavam com raiva porque eu tinha largado ele, e queriam pegar ele. Assim... depois que eu larguei começou a confusão toda lá, toda hora... Agora não, que eles não dão mais importância pra ele, entendeu?

— *Eles diziam que você fazia o que?*

— Não sei... Eu sei que quando eu cheguei lá na assistente social - não é assistente social, ali no Estácio? - a moça falou... Ah, tem uma denúncia que você maltratava o seu filho... espancava... Que é isso, gente? Mas aí... mas a criança tem maus tratos com a gente e quer ficar com a gente? Ele quer vir no meu colo... Eu não quero, quero ficar com a minha avó, minha mãe...

— *Ele chegou a ir para a casa dos avós?*

— Não, foi só isso, essa denúncia, aí mandou a carta para mim comparecer. E eu fui lá pra ver do que se tratava, né?

— *Aí eles desistiram?*

— É. Eles falam que vão botar na Justiça, mas por isso que eu falo, agora que tá maior, já sabe como escovar o dente, já sabe comer, colocar a roupa, eles querem pegar? Na época que o menino era bebezinho não tinha saco de ficar de

madrugada como minha mãe ficou, dando mamadeira, eu, minha mãe, dando mamadeira na madrugada...

- *Quantos anos tinha o seu filho?*
- Foi há dois anos atrás. Foram lá e perguntou, a sua vó te bate? Ele: não... A mamãe te bate? Não... quero ficar com ela, quero ir pra casa... Aí ele mesmo falou da boca dele, né, aí tava bem arrumado e.... Ah, foi só uma denúncia, desculpa, aí eu até conversei com ela, que eles tão implicando comigo, porque eu não to indo lá, mas.... Aí ela perguntou, eles pagam alguma coisa pra criança? Falei pagam, eles pagam a escola. [a assistente social orientou-a sobre seus direitos, pensão, etc.] .
- *O pai dele sabia dessa denúncia?*
- Não, ele ficou consumido... Eles ficaram de bronca comigo... Aí depois até a psicóloga ficou do meu lado, que não era nada disso que eles inventaram...
- *Então você conhece histórias de violência? Pode não ser verdade, mas você conhece...*
- Ah é, agora que eu to me lembrando...

ENTREVISTA 8: Nadia e João (entrevista com o casal)

Idade ao nascimento do primeiro filho: 20 anos

Número de filhos: 3

Idade e sexo dos filhos: masculino, 52 e 40 anos; feminino, 39 anos

Estado civil: casada

Reside com: marido (os filhos são casados)

Relações de parentesco: o filho de 52 anos é de João, os dois outros são filhos de Nadia

Não trabalham, são aposentados

Local onde mora: calmo

- [antes de ligado o gravador, eles discutiam os castigos aplicados nos filhos]
- *Vocês já ouviram falar de violência contra a criança? O que vocês ouviram?*
- É difícil hoje, um filho chegar e tomar a benção ao pai beijando a mão dele. Os filhos dela mais velho, tão com 40 anos, benção, toma a benção e beija a minha mão. O meu filho, vai fazer 52 anos, toma a benção, e beija na minha mão, mas... Eu fico todo satisfeito.
- *E na hora de dar o castigo, quem dava? A senhora ou o senhor ?*
- O castigo sempre foi ela que deu.
- *Sempre a mulher?*
- Que eles são meus filhos porque eu ajudei a acabar de criar eles, mas... Eu queria

que você entendesse a minha mente... Não bater em filho... Tsk, tsk. tsk. Nunca dei um tapa neles, só conversava quando era preciso, às vezes tinha vez que... vem cá, vamos tomar uma água, senta aí vamos conversar que eu não vou fazer nada com você. Até hoje. Todos os dois. Me respeitam igual meu filho. Eu criei... e o meu filho mesmo, eles se entendem os três... se a senhora vê os três conversando... como se fosse irmãos verdadeiro. Quando encontra os três é aquela alegria que até eu fico... graças a Deus...

— *O senhor disse que quando precisava alguma coisa ela pedia e o senhor dizia não...*

— Não. Não vou bater nele porque ele não é o meu filho.

— *Aí a senhora batia?*

— Não, mas dificilmente... Eu não tô aqui pra dizer o que é certo e o que é errado, sabe o que é, é que quantas vezes eu queria assim... dar umas vara nele, e ele não deixava. Ele não deixava.

— E ela ficava satisfeita comigo porque... Eu não deixava ela bater...

— *Mas porque é que a senhora achava que ele merecia levar uma vara?*

— Porque ele fala assim e aí a gente não quer, né, e aí... mas eu só ameaçava.

— *E porque o senhor achava que ela não devia dar?*

— Sabe por causa de que? Pancada não endireita ninguém. Conversar, explicar... e se achar que a pessoa tá... levar ao médico, ao psicólogo, ou o que seja. Pra conversar. Pra chegar ao entendimento... Sem a pancada.

— *Pancada é ruim?*

— É coisa que marca, né?

— É. Pancada traz mais agitação na pessoa que a pessoa conversar e... que às vezes a criança faz uma coisa, às vezes tá até sentindo mal, que criança sabe como é, tem que saber estudar uma criança... Às vezes tá sentido mal, naquele momento ele faz aquilo, nem foi ele que fez, então chama ele e conversa. Não dá pancada.

— *Porque o senhor diz que a pancada faz mal? O que o senhor sabe a respeito?*

— Estudo. Porque hoje eu sou mais velho... hoje, e na casa da minha mãe e do meu pai, dos homens eu sou o mais velho. E ele tinha um irmão... eram 4 irmãos. Eu fui o primeiro homem. Quando eu nasci... no lugar que eu fui nascido e criado... o povo pensa que até criança quando é muito humilde demais, ele é bobo. Mas não é. Na época, a gente era pequeno, se a gente achasse uma coisa, minha mãe fazia a gente procurar o dono... a gente morava num lugar... no interior do estado do Rio, lá na roça. Então se uma pessoa perdesse um lenço, a gente tinha que

procurar aquela pessoa... pra devolver.

— *Se não....?*

— Se não minha mãe fazia... Ela fazia, ela procurava saber quem perdeu aquele lenço pra gente... A gente era muito novo mesmo, né, então dizia ah, esse lenço eu perdi... ela falava entrega aí, agradecia, e assim eu fui criado. Então nesse sistema, eu procurei criar o meu filho, que hoje vai fazer 52 anos... E os dela da mesma forma...

— *Entre aquela época e agora, era a mesma coisa, ou há diferença?*

— Eu pra mim tem, muita diferença. Muita diferença. Principalmente sobre filho, né? Eu vejo que às vezes pai explicando, conversando, que a gente tenta... se tivesse um mais velho que conversando, a gente não podia dar uma pequena... tinha que ficar quietinho ali, não podia chegar nem perto, ficar distante, pra não ouvir aquela conversa, e hoje... a diferença que eu acho. Que às vezes uma criança de 8 anos, de 10, o pai tá conversando, a mãe tá conversando... e pai, não é assim, isso é assado! Essa é uma diferença muito grande né?

— *A senhora concorda?*

— Concordo plenamente. Hoje é mais difícil mesmo, né?

— *Vocês estão acompanhando a criação dos netos?*

— É, mas infelizmente a gente não pode nem dar tanta opinião, né?

— *Algum conselho?*

— Longe da criança eu digo olha, é assim, é assado, entendeu, vocês vê como é que é a vida, que a vida... A mãe não foi criada assim, nem o pai, o pai eu não sei porque que ela acha que... muito novo, tem que... entendeu, tem que ver a época... Acho que eles ficam assim deixando... Correr frouxo... Eu digo olha, acho que isso não é bom, acho que nem oito nem oitenta, né?

— *O que quer dizer correr frouxo?*

— Assim deixar eles fazendo o que querem. Fazer o que quer... Por exemplo, uma criança querer chegar assim do colégio, chegar e ficar um tempo brincando na rua sem obrigação de estudo... Tem que chegar, conversar, que a criança tem obrigação, vai fazer seu deverzinho, não pode ficar o tempo todo na rua mas também não pode prender muito, entendeu, tem que ter as amizades... Mas também a gente tem que ficar de olho, orientando a conversa das criança, não conversar certas coisas que a criança não entenda, talvez nem possa explicar... não falar perto da criança... não tá conversando perto das criança, isso tudo eu penso.

— *E hoje em dia é mais difícil?*

- Hoje em dia é mais difícil separar essas coisas... Que a gente vê a televisão falar tanta coisa, né? A minha neta por exemplo, ela tem 8 anos. Já lê as coisas, já entende, eu acho que é a época, infelizmente é essa mesmo... A gente não tem como evitar, entendeu? Então a gente explica, eu por exemplo... se eles quiserem ver na televisão uma coisa... eles pegam a gente de surpresa.
- *Que tipo de coisa eles vêem na televisão que não deveriam estar vendo?*
- Não é dizer que não é coisa de criança, são essas coisas que a gente não tá preparado pra dar aquela resposta pra criança... Aquelas perguntas, esse negócio de gravidez, essas coisas. Aí a gente... Não tá preparada na hora pra responder, como é que é, como é que foi gerado... Então a gente tem que tá preparada...
- *E esse tipo de assunto é muito comum hoje na televisão?*
- É, é muito comum. Até novela, né, as criança vê novela o tempo todo... Então eu acho que naquela época não tinha essas coisas, aí as crianças eram mais simples, ou mais pacato... ou mais bobo...
- *Era melhor?*
- Por um lado, né, mas por outro lado a pessoa ficava muito desinformada...
- *E os seus filhos criam então de um jeito diferente?*
- É, é diferente. Às vezes eu falo com ele, ó, menina é curiosa, menina é atrevida, quer colega menino, né, tem que brincar mas a gente tem que orientar, entendeu? Tem que ficar de olho, entendeu? Aí às vezes eles acham que... ah, que nada, entendeu, eles não dá assim tanta... importância.
- *A televisão fala muito também sobre violência sexual, a senhora já ouviu?*
- Pois é... É. Eu oriento, falo ó, não deixa ver esses negócio de... A menina vai pro quarto fica com rapaz, com menino, com coleguinha, pra escutar som, entendeu? Não pode, na minha época não deixava, não vou dizer que vocês não deixem mas tem que ficar de olho, pra não criar com tanta maldade mas também pra não deixar tão... né? Nisso eu oriento. Nesse ponto na minha época era mais rígida, né, não deixava mesmo. Entendeu? Agora hoje não, é mais... liberal.
- *Essa diferença ajuda a violência dentro de casa?*
- Isso aí... não sei bem...
- *Faz a vida dos pais mais difícil?*
- Ah, faz, porque a gente fica mais preocupado...
- *O senhor falou sobre a pancada... O que é pancada?*
- É qualquer coisa... Na cabeça da criança. Isso é uma coisa que eu sempre aprendi com a minha mãe. Minha mãe dizia, muita gente hoje vai ter problema mental porque qualquer coisinha a mãe bate na cabeça. Pá! Na cabeça. A criança é

novinha, vai abalando os miolos da criança. Quando ele cresce, aquilo junta. Aí num determinado tempo ele tá aí, a gente vê... principalmente no meio da rua é o que a gente mais vê, né, pessoas debaixo de um viaduto, andando sem destino no meio da rua, não sabe nem onde vai... Como agora a gente vinha pra cá... perto de onde a gente mora... Tem uma parte que... ali na Avenida Brasil, um cara, todo cabeludo, barbado, o ônibus passa do lado, o outro passa do outro e passa naquele canteiro que... Ali pra pegar o viaduto. É de dentro de casa. A mãe, os pais, têm que saber que aquilo que ele recebeu na época, quando era pequeno, isso ficava às vezes... que amanhã quando chegar a idade... aquilo vai atacar ele. Eu acredito que seja verdade.

- *Mas tem mãe que dá tapinha na mão...*
- É o que ela falava, mamãe não dava pancada na cabeça.
- Tapinha toda mãe dá...
- Ela quando batia na gente, procurava bater... aonde não ofendia. Doía, mas não ofendia. E assim fomos os seis filhos que ela criou...
- *Então ruim é ofender?*
- É. É ruim. Tem que saber... Então nós crescemos tudo dentro de casa, combinava que era uma beleza, depois formamos... a minha irmã mais velha casou com 22 anos, a caçula casou com 16, 17 anos, casou novinha, graças a Deus... e com pouco tempo, antes de 25, 26 anos, ela morreu. E a mais nova, minha irmã mais nova, também antes de inteirar 18, 19 anos morreu também. Cada um deixou uma filha.
- *Mas todos criavam também sem ofender?*
- A filha mais nova trabalha em casa de família, por conta dela mesmo...
- *A senhora disse que o tapinha precisa e todo mundo dá? O tapinha não é ruim?*
- Não sei, né? Primeiro a senhora tem que conversar com a criança, tem que saber porque dar aquele tapinha, entendeu? Primeiro conversar... mas se for assim uma criança muito teimosa, aí sim, entendeu?
- *E se o castigo não resolver?*
- É. Primeiro tem que conversar, explicar... Aí se não resolver bota de castigo. E se realmente não resolver... Agora se o tapinha não resolver, aí acho que tem que procurar uma psicóloga mesmo... entendeu? Em geral criança não gosta de castigo, né? Até a gente quando fica em pé assim num lugar, uma fila... ah, tô de castigo... Criança... se a gente botar a criança sentada a criança já acha ruim, entendeu? Castigo em geral, a criança sendo uma criança sem problema, assim, eu creio que já resolve sim.

- *E tem outro jeito de ser violento além da pancada?*
- Eu acredito que sim... Por exemplo, trancar a criança, eu não faço, mas sair e deixar a criança trancada assim de castigo no quarto escuro... Isso aí eu acho uma violência, né, a criança fica com medo, e o medo deve ser horrível. Eu nunca vi nenhum caso... Só tô dizendo que um castigo assim, não sei, é uma coisa que marca. Agora ficar sentado assim um pouquinho não tem problema nenhum.
- *O senhor também acha?*
- Eu não acho certo. Outra coisa: gritar é ruim. Não deve gritar, e nem trancar. Eu sempre falo, principalmente menina, a mãe, enquanto ela pode, a mãe deve levar sua filha... e o homem, aonde ele for procura levar o filho. Eu era assim com o meu.
- *É mais difícil educar menino ou menina?*
- É a mesma coisa. Educar o menino, educar a menina, é a mesma coisa. Que quando dá pra não respeitar é tudo igual.
- *E que idade é mais difícil?*
- Até os 18. É o mais difícil.
- *O senhor também acha?*
- É. Isso que mamãe falava. Que a passagem dos 18 até os 21 anos o homem não, ela diz que o homem até 20, 20 e poucos anos, é muito difícil mesmo, porque aí é onde muito vira a idéia, e pra voltar... volta, mas é difícil.
- *Porque essa idade é tão difícil?*
- Ela diz que nessa época eles mudam muito a idéia, e qualquer influência que tiver... Tem que conversar, explicar e mostrar o que é que tá acontecendo, pra ver se eles vão... Assim eu fiz. E hoje graças a Deus a gente tá tranqüilo, cada um tá na sua casa, de vez em quando vem, a gente telefona pra saber se tá tudo bem...
- *Tem contato sempre?*
- Tem.
- *A senhora tem irmãos também?*
- Tem...
- *A Igreja comenta sobre educação dos filhos? O que?*
- Que as pessoas deve ter paciência com os filhos, conversar, entender, se a criança tiver muito assim levada pra procurar um psicólogo, essas coisas.
- *E eles falam o que pode acontecer se os pais não fizerem isso?*
- Falam, falam, eles explicam... que a criança fica revoltada... [faz referências à Bíblia e aos ensinamentos da Igreja evangélica, que freqüentam assiduamente]
- *Então o lugar onde vocês ouvem mais conselho é na Igreja?*

— É, é na Igreja.

ENTREVISTA 9: Irene

Idade ao nascimento do primeiro filho: 19 anos

Número de filhos: 3

Idade e sexo dos filhos: masculino, 13, 11 e 8 anos

Estado civil: casada

Reside com: marido e filhos

Relação de parentesco entre o marido e os filhos: pai

Não trabalha

Local onde mora: menos violento que aqui pra baixo

— *Você já ouviu falar sobre violência? Violência contra a criança?*

— Todo dia no rádio... É criança de dois anos que já é estuprada, igual eu ouvi ontem... no rádio... Essas coisas todas que faz contra criança, né?

— *O que você acha disso?*

— Uma desumanidade, uma crueldade mesmo... a pessoa pegar uma criança que... não faz mal a ninguém, e fazer essas coisas, né? Não concordo com isso não.

— *Você só ouviu isso no rádio ou conhece alguma história mais próxima?*

— Não. Só no rádio.

— *O que aconteceu nessa história que você ouviu?*

— A mãe tava no ônibus, o ônibus tava cheio, ela pediu pro rapaz segurar a menina, ele tava sentado, ele foi e introduziu o dedo na bichinha. De 2 anos.

— *E aí?*

— Aí o pessoal pegaram, né. Revoltado, que a criança começou a gritar, e viram sangue, lincharam ele, mas aí a polícia chegou e prendeu.

— *Você tem 3 filhos. Como foi criar seus filhos, como é na sua casa?*

— Uma briga danada. Eu não quero, eu não quero... mas eu não faço o gosto deles não, que eu ver que eu não posso, eu não posso.

— *Que tipo de problemas?*

— Mais é... eles querendo ir pra rua e eu não deixo... Eles diz já são homenzinho e pode andar e eu - não pode, e acabou. Aí eles dizem assim, mas até quando a senhora vai ficar segurando a gente? Até quando vocês tiverem vivendo dentro da minha casa.

— *E aí?*

- Mas não vai. Ah, esses dias o mais velho tava no colégio e ligou lá pra casa dizendo que ia pra casa de um coleguinha. Eu disse não, você volta pra casa agora. Aí eu contei no relógio pela hora que ele ligou. Quando deu certinho no relógio ele chegou.
- *Eles obedecem você...*
- Obedecem.
- *Nunca desobedeceram?*
- Sobre esses termos, não. Às vezes resmungo assim, resmungo dali, mas... se eu falar não pode, não pode.
- *E quando eles resmungam o que você faz?*
- Ah, eu brigo, digo que vou bater neles pra eles não ficar me resmungando pelas costas, né? Aí eles ficam quietos.
- *Você acha mais difícil que idade?*
- Olha, por enquanto eu não sinto diferença. Porque tanto o meu de 7 anos, quando eu falo que não pode ele chora, mas... não pode. Como os mais velhos: não pode, não pode. Então eu não vejo tanta diferença de um pro outro, né, apesar que o mais novo ele chora, faz mais dengo dizendo que quer fazer aquilo, mas a hora que eles pede pra brincar lá na rua, né, no condomínio mesmo, eu digo que vou pensar e... deixa, mãe, você é chata, amanhã eu não tenho aula, aí quando eu vejo assim eu abro um pouquinho a mão, né, aí deixo ir... Se eu não deixo também ele chora, chora, depois cala a boca e pronto. Eu não tenho como distinguir de um pro outro, né, apesar de que o mais velho já entende mais... o mais novo não, já fica chorando, fazendo dengo pra ver se a gente vai abrir mão. Aí fica resmungando, ah, minha mãe é chata... Eu só escuto, né?
- *E o que você faz?*
- Nada. Mas eu ouvi. Aí eu falo assim, se você ficar resmungando pelas costas eu vou te bater.
- *E você já chegou a ter que dar esse tapa?*
- Bater? Eu dou sim, de vez em quando eu dou uns tapa. Também não pode deixar, né? Mas eu já bati neles. Eu sou difícil bater, mas tem hora que quando eu ameaço eu pego e bato mesmo.
- *Quando a coisa fica mais séria?*
- É. Quando você não tá agüentando mais...
- *Por exemplo?*
- É tanta coisa, né, a gente fala, fala, fala, Fulano não faz isso que eu vou te bater, não faz isso que eu vou te bater, eles continuam... então tem um dia que você não

tá... tá falando...

— *É coisa do dia a dia?*

— É, do dia a dia. Vamos supor, os três brigando dentro de casa, né, um quer um troço e o outro quer e aí começa aquela briga, aí eu digo vamos parar que senão eu vou bater... E continua. Aí tem dia que a gente tá mais nervosa que outro dia, né? Ainda bato.

— *E o seu marido? Você passa o dia em casa, e lida com os filhos. E ele?*

— Ele também dá educação. Mas chega final de semana ele acha que os meninos têm que fazer o que querem. Porque ele não atura a semana toda. Os meninos querem ir pra rua, mas também tem um porém. Quer sair pra rua, pra brincar, ele fala, sua mãe que sabe. Se eu falar que não, não. Aí às vezes eu falo não e ele vem – meu marido – deixa os bichinhos brincar um pouquinho... Aí eu demoro um pouquinho e abro mão e deixo. Mas ele também dá educação. Quando eu vejo que é uma coisa assim que eu não posso resolver sozinha eu vou e passo pra ele. Principalmente o mais velho, que tá ficando adolescente, eu... é muito difícil pra gente lidar. Aí ele vai também tomar as rédeas. E também são umas crianças que não dão trabalho assim... não fazem nada de errado assim que eu possa dizer tá errado!, entendeu? Estudam, chegam do colégio durante a semana não brinca, não vai pra rua brincar que eu não deixo, agora... quando é sábado, domingo, ainda abro mão um pouco. Fora isso, aquelas crianças tudo ali dentro, né, não sai pra fora...

— *Que tipo de problemas você pede ajuda ao seu marido?*

— É que... Outro dia, o telefone tocou. Aí eu não atendi, né. Aí o do meio falou assim pro mais velho: quem era? Não sei, a praga não atendeu... Que fui eu, né? Mas ele esperava de eu não tá ouvindo. Eu fiquei tão chateada com aquilo que eu ouvi, que eu não tive reação nem de bater, nem de brigar... Simplesmente eu fiquei magoada o dia todinho com aquilo e chegou à noite eu passei pro meu marido. Aí ele foi, brigou com ele, disse que não era pra me tratar assim que eu era mãe dele, conversou com ele, ia colocar de castigo depois falou olha, não vou te colocar de castigo, mas da próxima vez que você fizer isso com a sua mãe, você vai ficar de castigo. Porque mãe a gente só tem uma. Aí pronto.

— *Deu uma bronca?*

— É.

— Ele já chegou a dar algum tapa?

— Meu marido? É difícil também dele bater, muito difícil. Só bateu outro dia porque chegou uma senhora lá dizendo que eles responderam à senhora, né? Meu marido

foi bater neles, explicou a eles que não é pra responder pros mais velhos, por mais errado que esteja sempre é para deixa falar e vai pra casa. Pronto. Então foi isso, aí ele bateu neles e pronto.

— *Ele bate menos que você?*

— É, ele bate bem menos mas quando pega também...

— *Você acha que é pior?*

— É. Mas ele não gosta de bater não, eu ainda dou uns tapas mais ainda do que ele, né, mas ele não...

— *Você tem contato com sua família? Eles dão conselhos sobre como cuidar dos filhos?*

— Não. Minha mãe nunca deu conselho não. Eu só tenho uma irmã. Mas minha mãe... a minha mãe é muito difícil...

— *E os vizinhos?*

— Às vezes a gente conversa assim... a criança não pode se meter no meio... Na nossa época não podia, os mais velhos tá falando a gente tá debatendo com mais velho. Hoje...

— *E os seus vizinhos, como são com os filhos?*

— Olha, eu tenho uma vizinha que é a única que eu já vi lá que se responder aos mais velhos ela também dá um corretivo. Mas tem uma lá que já falou que pode chegar quem for na porta falando do filho que ela não toma atitude. Bater, ou botar de castigo... Eu já sou o contrário, já falei com os meus... Se chegar, o adulto pode tá errado como for.. Se eles responderam, vai apanhar.

— *O que você faz é parecido com o que seus pais faziam?*

— Tudo que meu pai fazia comigo eu procuro fazer com eles. Só não bato neles conforme eu apanhava, né?

— *Você apanhava mais?*

— Mas o restante eu procuro, converso muito com meu filho mais velho pra não pegar nada da mão dos outros, e os outros converso também, até o meu pequenininho quando vai pro colégio... Não deixo ir pro banheiro sozinho lá do zoológico, se quiser ir chamar a tia, que se ela mandasse ele sozinho ele dissesse que não ia porque eu falei que não era pra ir... Tudo os problemas que tem na vida a gente tem que procurar impedir que eles desenvolva, né?

— *Você falou em bater de um jeito que não é violento...*

— Não, não é não. Violento é se eu pegar a correia e der umas pancadinhas, né? Mas não é coisa assim de tirar sangue, de deixar marca, não.

— *Isso é que seria violência? Bater com força demais?*

- É. Porque toda criança ela tem que levar um tapa, né? Mas tem a hora certa, também não é à toa, qualquer coisa tá apanhando. É eu tento ensinar isso. Então eu não gosto de bater neles, mas tem hora que é obrigado a pegar uma correia e até ameaçar que vai bater, né? Dar umas correiazinha...
- *Tem outro jeito de ser violento?*
- Tem... tem coisa que a gente ouve... Estupro, é mãe que esquenta água e joga no filho, é mãe que pega colher em brasa e bota na mão do filho, na boca, tudo isso é violência.
- *A palavra também pode ser violenta?*
- Xingamento, às vezes tem muita gente que xinga o filho com coisas feias, né? A criança chega um ponto que ela se revolta. Isso é uma violência. Ela vai passar a fazer tudo de errado.
- *E não cuidar do filho, é violência?*
- É!!!! É. [enfática]
- Mãe... bota assim no mundo... a criança tá suja... sem banho, sem nada... Não tem nada, não se alimenta na hora certa... É tudo violência... Porque a criança enquanto ela é pequena ela não sabe se cuidar em nada. Olha, o meu mais velho é um exemplo, é uma criança que... ele não sabe colocar um arroz no prato. Já o do meio sabe. Esse aí, se deixar ele sozinho em casa ele morre de fome, que ele não sabe mexer em nada.
- *Por que essa diferença?*
- É porque... Sei lá. Isso já é com ele, né? O mais velho é o primeiro, né, foi criado assim com mais... sei lá... Criado por mãe...
- *Você aprendeu sozinha a cuidar de seus filhos?*
- A mãe ela tem que... pra poder mostrar a eles que o mundo não é só aquilo que eles pensam. O meu filho mais velho, terça e quarta ele vai ao colégio à noite. Ele ficou em recuperação. Eu digo que se alguém quiser dar cigarro pra ele não pegar, se alguém quiser chamar ele de bobão, de vacilão... Procurar andar sempre sozinho... Não andar... Tá num canto de inocente, o sujeito chega pra matar o outro e você também vai porque tá junto. Aí esse dia ele chegou no colégio e disse que a polícia tava no colégio atrás de uns meninos lá. Falei tá vendo, tem que andar sozinho, pois é, a gente fica preocupada. Aí ele fica falando que eu nunca vou deixar eles viver a vida deles... mas é preocupação que a maioria das mães têm, né? Ele tem 13 anos e brinca de carrinho. Enquanto a gente vê tanta criança de 11, 10 anos, com arma na mão, matando, fazendo e acontecendo. É melhor ele brincar de carrinho que tá de arma na mão.

- *Essa violência de fora de casa afeta dentro de casa?*
- É. Porque se não tiver cabeça pra saber o que é certo, eles caem. Porque chega um coleguinha que faz a coisa errada e ah, você não vai porque você é vacilão, você não é homem... Então quando a mente é fraca a gente acaba fazendo. Agora quando a pessoa tem determinação de... não, vou seguir esse caminho, não vou mesmo. Então é isso que eu tento passar pra eles. Eles tem que crescer com essa determinação... eu quero ser um advogado, eu quero ser um... mesmo que a mãe ou o pai não possa chegar lá com eles. Mas se eles tiver essa determinação eles vão seguir, não vai procurar caminho errado. O meu mais velho já fala que vai pra Marinha. Já tá fazendo curso de inglês, depois vai fazer informática pra poder ir pra Marinha. Então quer dizer, já pensa no futuro dele. O do meio já não pensa.
- *Quando os pais podem ficar mais sossegados?*
- Quando eles tiverem o trabalho deles.
- [fala dos estudos dos filhos, das diferenças entre eles e das discordâncias com o marido pela sua insistência em que os filhos estudem. Fala que o filho do meio, que não gosta de estudar, ouve muito que ele não vai poder culpar a ela ou ao pai pelos anos perdidos]

ENTREVISTA 10: Marília

Idade ao nascimento do primeiro filho: 21 anos

Número de filhos: 2

Idade e sexo dos filhos: masculino, 15 anos, feminino, 6 anos

Estado civil: solteira

Reside com: filhos

Trabalha

Local onde mora: nem muito violento nem calmo, é médio

- *Você já ouviu falar de violência contra a criança? O que você ouviu?*
- Já. Ah, ouvi de pais que batem nas criança com certos instrumento, de botar a mão no fogo de criança, até há pouco tempo eu escutei... o padrasto que abusa do filho da companheira... essas coisas.
- *Essas coisas você escutou onde?*
- Em rádio, em jornal...
- *Você conhece algum caso mais próximo?*
- Não. Mais próximo eu não soube de nenhum um relato desses...
- *Qual sua opinião sobre isso?*
- Eu acho um absurdo, a companheira que admite que o seu companheiro fazer

uma coisa dessa com o filho dela... acho um absurdo. Acho que ela é cúmplice também, né? E se ela não sabe eu lamento por ela... que é muito triste, né? Tem uma caso também que eu soube que a moça ia trabalhar e deixava as criança com o marido. Era... não era o pai das criança, era padrasto, né? E depois o homem abusou da menina que tinha 5 anos... Quer dizer, é muito triste pra ela, ter uma pessoa dessa dentro de casa, né?

— *Você soube disso pelo rádio também?*

— No rádio. Também.

— *Como é na sua casa? Como você educa seus filhos?*

— Acontece assim em matéria de estudo, que eu quero que ele estude e ele não gosta... A gente conversa... dentro de casa ele não é... assim... pouco fala. É até quieto demais. A garota é que perturba ele... é muito agarrada com ele. Na rua é que ele apronta. Aí tenho mais queixa. Ele pula o quintal dos outros, na brincadeira ele destrói as coisas dos outros... Aí as pessoas vem queixar, e eu boto ele pra dentro. Aí ele fica dentro de casa. Aí ele começa, deixa eu ir na padaria, deixa eu ir no campo, eu deixo. Daqui a pouco vem uma queixa.

— *E o que acontece quando vem essa queixa?*

— Eu brigo com ele, né, boto ele pra dentro. Aí eu já deixo ele dentro de casa. Aí fica um tempo, ele fica meio jururu, eu fico com peninha... Aí ele me pede e eu acabo deixando de novo.

— *Você bota de castigo?*

— É. Também boto ele pra ajudar em casa, boto ele pra lavar uma louça... Arrumar a casa. Tem que me ajudar. Aí boto ele pra ver televisão, ler... que ele também não gosta muito... Mas não deixo assim brincar, que por ele, ele fica o dia todo na rua, né? Ele: mãe, eu tô aqui. Daqui a pouco você vai ver ele não tá ali. Aí tem que gritar e chamar ele. Ah, mãe eu fui ali, só que você não avisa!

— *Tem algum problema mais grave, que você tenha precisado ser mais firme?*

— Não... ele não é... comigo ele não apronta, sabe? Então quando ele tá comigo... porque eu trabalho, sabe? Eu trabalho, então ele fica com a minha irmã. Mas o dia que eu tô em casa, ele é calmo... Com a minha irmã, ele grita com ela, ela diz que ele não obedece... Ela fica chamando ele o dia todo na rua, aí ele entra. Daqui a pouco procura, ele já sumiu de novo. E comigo ele fica.

— *Aí o que é que ela faz? Ela se queixa pra você?*

— Faz queixa, né? Ele não me obedeceu... Menino, você sabe que a mamãe tem que trabalhar. O que eu vou fazer com você? Só.

— *E a menina?*

- Ah, a menina... é manhosa. Agora ela tá manhosa... Fica tomando as coisa dele... Ele dá uns beliscãozinho... ela bate nele...
- *Eles brigam? E o que você faz quando eles brigam?*
- Porque eu sei mais que foi ela que perturbou, aí eu tiro ela. Mas você deixa ele não sei que... Mas ele tem 15 anos, você tá com 6 anos. Aí daqui a pouco tá certo.
- *Você separa os dois?*
- Mas ela não se dá de jeito nenhum... Ela é muito boa com ele, sabe? Se ela tá comendo as coisa... ela dá pra ele... Se ele fica doente ah, tadinho... Ela fica implicando com ele, chamando atenção. Ele não quer brincar com ela, e ela implica, toma as coisa dele...
- *Já houve alguma vez em que você teve que dar um tapa?*
- Ah, já. Uma vez nela foi que ela gritou comigo. Dei um tapa nela. Mas fora isso...
- *Nele não?*
- Nele... Deixa eu ver... Teve uma vez também... Ah, ele e um amigo botou fogo na casa dos outros... Tinha uma casa lá de um rapaz, que morava sozinho, sabe? E o rapaz tava na rua, e tinha essa casa abandonada... Ele não foi lá e não botou fogo nos pano do moço? Aí eu dei uma tapa nele...
- *E aí o que ele fez?*
- Não fez nada, não reagiu... Ele não reage não... Ele não é agressivo.
- *E você acha que é mais difícil cuidar de menino ou de menina?*
- Bem, ele era bem mais calmo do que ela. Ela é mais agitada...
- *Como assim mais agitada?*
- Ela grita, sabe? Ela acha que ela tem que fazer as coisa que ela quer. E ele não. Até hoje ele pede 10 centavos. E ela já quer 1 real. Eu acho ela mais mandona, e ele não.
- *Então você teve mais problemas com ela?*
- É. Ela gosta de mandar. Eu fico quieta. Vai ler, menina, vai ver televisão... Aí depois eu tô fazendo uma coisa, ela quer lavar louça. Deixa eu lavar louça? Eu não, você vai se molhar. Aí tem vez que eu boto a cadeira e deixo. Aí ela... sossega.
- *É mais difícil agora ou era mais difícil quando eles eram novinhos?*
- É... deixa eu ver... ah, agora. Pequeno é bem melhor.
- *Por que?*
- Porque pequeno a atenção maior é de uma queda... agora eles são tristes. Tem vez que ela me tira do sério. Garota!...
- *Com o que ela tira você do sério?*

- Querer me irritar, ela fica gritando... Eu quero isso... Eu não quero fazer dever... Mas não faz assim, minha filha, eu já não te ensinei que o b com a é ba, que é isso?
- *Como eles estão na escola?*
- Ele tá mais ou menos. Já teve queixa dele tá matando aula. Ele é gago. Eu acho que ele é assim também que agora ele tá mais gago, que os amigo encarnaram ele, aí ele se fecha. Por isso até que eu tô procurando um... pra ver, né, se eu consigo pra ver se solta mais, né? Aí ele não escreve, falta letra no dever... aí ele procura...
- *E o pai dos dois? Eles têm contato?*
- Não.
- *Você ouviu opinião de alguém sobre como educar os filhos?*
- Tenho, eu moro num quintal... A família toda mora. Uma tem 3 filhos, a outra tem um filho... a outra...
- *E vocês conversam sobre a educação dos filhos?*
- Conversa....
- *Seus pais também moram no quintal?*
- Ë. Não, minha mãe faleceu tem um ano. Eu morava, agora ela faleceu, aí eu fico... com uma irmã minha que é solteira. Aí a gente conversa assim, o que um faz, o que o outro não faz com os filhos...
- *Que opiniões você dá?*
- Eles acham que eu mimo muito ela. Eu já acho que não. Eles acham que ela faz isso e aquilo, e grita e não sei que, e que eu não falo nada e faço nada. Mas os filhos, em idade que a gente dá muita opinião, eles acham que eu tava me metendo, sabe?

ENTREVISTA 11: Berenice

Idade ao nascimento do primeiro filho: 19 anos
Número de filhos: 2
Idade e sexo dos filhos: feminino, 10 e 4 anos
Estado civil: casada
Reside com: marido, filhas e sogra
Relação de parentesco entre o marido e os filhos: pai
Não trabalha
Local onde mora: tranquilo, sossegado

- *Você já ouviu falar de violência contra a criança? O que você ouviu?*
- Já, já ouvi.
- *O que você ouviu?*
- Escutei assim em rádio, na Tupi, entendeu? Repórter que tá passando, né?
- *O que eles falam?*
- É sempre... Coisa que acontece, que pai bate, estupro... essas coisas, né, judiando da criança...
- *O que você acha disso?*
- Ah, eu acho um absurdo, né, a criança a gente tem que conversar, conversar muito, dar amor e carinho... Aí eu levo minhas filhas pro colégio, cuido, não deixo ficar no corredor... Eu fico só olhando elas, não deixo elas ir com ninguém, entendeu, é só comigo o tempo todo. Ou comigo ou com o pai, que ele é um grande pai pra elas, cuida delas muito bem, e a avó, mais ninguém.
- *Você só ouviu essas histórias no rádio?*
- No rádio.
- *Você conhece alguma história fora do rádio?*
- Fora do rádio não, só do rádio, televisão, que passa o repórter... assim do local onde eu moro não. O local onde eu moro é muito tranquilo, entendeu, apesar de que de minha sogra fala pra tomar cuidado que o porteiro a gente não pode confiar, ninguém pode confiar, entendeu, de madrugada não pode passear, ninguém pode passear, entendeu... Que eles avisa, quando tá falando, entendeu, que a garotinha que o porteiro pegou, e matou, jogou no lixo, aí ela fica preocupada, né, então não sai no corredor, só brincar na praça que eu tô sempre olhando, aonde sai vai comigo, eu olhando. Ou tá com a avó ou tá com o pai.
- *Dentro de sua casa como é? Filho sempre desobedece em alguma coisa...*
- Quando ela quer um brinquedo, alguma coisa?
- *Ou quando ela quer fazer alguma coisa que não pode...*
- Eu falo Fulana, você é a gracinha da mamãe... Você é o bebê da mamãe, assim que eu falo com elas. Falo ah, depois a mamãe vai cuidar, e depois eu faço a vontade delas, sair na janela, né, não tem grade a janela, né, eu falo com elas que... é pra eu segurar ela, eu converso.
- *Você já precisou dar algum tapa?*
- Já, já. Que a mãe tem que educar, né? Eu só bato mesmo quando tá bem mesmo... Mas bater eu bato bem menos, eu sou mais de conversar.
- *O que é "estar bem mesmo"?*

- Eu falo muito as coisas, eu vou repetindo sempre, não faz isso, não faz isso, continua fazendo, aí eu dou um tapa, entendeu, mas não de bater, de violência, eu sou mais de conversar. O pai também, o pai nunca bateu. Avó, ninguém, entendeu... é mais de parar e conversar. É conversar com elas.
- *Esse tapa que você dá não é violência?*
- Não, não.
- *O que é violência?*
- Violência que eu acho é quando o pai espanca, dá soco, bate na criança toda, né, isso que eu acho violência, né, bater de pegar, dar soco... pontapé, chutar, né, isso que eu acho violência.
- *Quando o pai bate é pior?*
- Não, quando o pai bate... É tão engraçado, ele não gosta de bater. Ela já tem 10 anos, ele nunca bateu nela. Um dia aí ele... pegou assim e raspou na bunda dela, né, deu uma chinelada nela. Ele falou, ela não tava obedecendo. Mas ele não é de bater não. É mais de conversar e falar, né?
- *Mas um homem bater é pior que uma mulher bater?*
- Eu acho. Que homem é mais violento, né? Aí ele fala comigo olha, vê esse garoto, que você é que tem que olhar, e eu fico... eu que tenho que...
- *Quem cuida é você?*
- Sou eu. Ele me ajuda a cuidar também, que ele sempre ajudou a cuidar, desde pequenininho, das duas, entendeu, aí tem problema de banho, de tudo, aí ele sempre ajudou a cuidar, mas quando tem coisa mais grave ele vai e fala comigo, você é que tem que olhar... Eu que vou resolver.
- *E tem o contrário, você dizer pra ele que agora ele é que vai resolver?*
- Não, não tem.
- *É mais difícil cuidar da criança pequena ou maior?*
- Maior. Maior é mais difícil. Que eu tenho essa de 10 anos... é bem mais difícil... Já ela não [a filha menor, que está próxima], a gente conversa, eu falo que vou comprar bala, a gente vai no parque, entendeu, falo que ela é bebê de mamãe, que ela é gracinha de mamãe... ela vai, entendeu, já se acalma, né? Mas essa, o que que eu vou fazer com ela, maior, né?
- *Como é que faz?*
- Eu imponho. É isso, é isso e acabou.
- *E aí ela obedece?*
- Obedece.
- *Você escuta conselhos das pessoas sobre educação dos filhos?*

- Eu aceito conselhos. Meu marido tava vendo um repórter, ele conversando comigo, ele viu sobre educar a criança, entendeu, assim é... que criança obedece desde pequenininha se a gente conversar, entendeu. Que não é pra gente ficar xingando a criança, entendeu, não falar palavrão... Que se a gente chegar, conversar... Aí ele passou isso pra mim, né?
- *E conselho da família, dos amigos...?*
- Eu aceito conselho mas depende do conselho, se eu acho que tá certo, entendeu? Não é conselho de vizinho... Porque a gente lá é assim, a gente cada um cuida da sua vida. A gente fala bom dia, boa tarde, tudo bem, e cada um na sua casa. Assim que a gente vive...
- *Que conselhos dão pra você?*
- Ali os vizinhos onde eu moro nunca ninguém chegou pra mim e deu conselho nenhum não, né? O único conselho que eu recebo muito é da minha sogra e do meu marido. Assim de educar as criança, mais ninguém. É que ali onde eu moro eu não paro assim com ninguém pra conversar sobre as minhas filhas. Minha sogra é mais que a minha família, que eu adoro ela, a gente se dá muito bem.
- *Que conselho ela dá pra você?*
- O que eu acho bom é que ela fala que é pra mim cuidar das criança, entendeu, alimentação também que ela fala muito, a higiene também ela fala... quando você sair de casa, você não deixa elas entrar com o chinelo dentro de casa, que é um conselho, né? Você não deixa ela entrar com o tênis dentro de casa, você tira o sujo lá fora, ela fala que tem bactéria, se tem alguma coisa no chão, vai contaminar ela... De lavar o banheiro, quando for na rua a primeira coisa que vai fazer é tirar o sapato fora, lavar a mão... Isso tudo que ela me ensinou, que quando eu fui morar com ela, eu tinha 14 anos. Por causa do meu pai e da minha madrasta que eu não me dei bem com ela, né? Aí eu saí de casa, depois conheci o pai dela...
- *O que aconteceu com seu pai e sua madrasta?*
- Não sei, porque ela falava que a gente era muito desobediente, que eu era muito malcriada... queria tudo certinho no lugar, aquela coisa toda, até hoje ela é assim... quando tem festa, né, aí chama ela pra ir na festa, aí se ela estiver junto eu não me sinto bem, entendeu, a minha irmã também... prejudicou muito minha irmã, violência... queimou as costas da minha irmã com ferro... essas coisas assim...
- *Ela batia em vocês?*
- É... ela não chegou a bater em mim não, fazia meu pai bater na gente. Fez o meu pai me dar uma surra tão grande... eu trabalhava fora, eu comecei a trabalhar quando eu tinha 10 anos de idade, arrumei um namorado, fui namorar e cheguei

de madrugada. Aí foi uma confusão. Meu pai foi e me deu uma surra, ele nunca tinha me batido. Me deu uma surra.

— [descreve a família de origem: 8 irmãos, agora estão todos casados menos a irmã mais nova que está com casamento marcado. O pai está casado atualmente com outra mulher, todos se dão bem e se encontram com certa frequência, em festas]

— *Você cria então seus filhos de uma forma diferente?*

— É, crio bem diferente. Porque eu falei, quando eu tiver minhas filhas, eu ia criar diferente. Eu vou fazer o possível pra dar atenção, carinho, conversar com elas... Até ela fala mãe, você fala demais! Tudo você tá reclamando, tá falando... Mas eu prefiro tá falando.... Bater é difícil! Eu falo, falo, falo, aí elas falam que eu tô falando demais.

— *Você falou que judiar da criança não é certo...*

— Porque eu, quando era pequena, não fui criada com a minha mãe, né, fui criada com meus tios. Eu apanhava muito, muito mesmo. Que a minha tia me batia muito. De eu abrir a cabeça, eu ia pra escola e aí se eu chegasse com a blusa branca suja... Então eu chegava com o botão faltando eu ganhava surra grande, se eu chegava suja ela batia com a cabeça na parede, entendeu, eu acho violência... Eu já criei minhas filhas diferente, minhas filhas se chegar com a roupa suja, eu lavo, boto pra secar, entendeu, que a roupa tá suja, não, eu pego e vou lá e lavo. Só tem uma blusa de colégio, eu lavo, entendeu... tem que lavar todo dia... Se não tem como secar eu boto pra secar atrás da geladeira.... assim que eu faço.

— *Tem outro jeito de ser violento além de bater?*

— Ah, eu acho que estuprar a criança também é violência... adulto, vizinho... Que lá a gente fica... não vai na casa de vizinho, não vai na casa de ninguém, brincar com colega, não deixo... ficar com as colegas nenhuma, eu sempre fico ali, não tem problema. Pra levar na escola eu levo... Elas me acham muito chata no colégio, que eu falo, não deixa ela ir embora com ninguém, é só comigo... não tem pai, não tem vó... ninguém, é só comigo. Tá na rua eu tô olhando... Sou muito medrosa, não sei...

— *E xingar?*

— A gente não xinga lá em casa, pras criança não xingar. Aí quando eu digo um palavrão, o meu marido fala comigo, olha o que que você tá falando... Aí eu falo desculpa, falei sem querer. Que é pra elas não repetirem, que elas nunca foram de xingar.

— *Isso seria violência?*

— Seria.

- *Não cuidar é violência ?*
- Ah, eu acho, não cuidar... A maior violência que tem no mundo, eu acho. No lugar que eu moro eu vejo muita criança na rua jogada, eu acho a maior violência deixar uma criança de 6 anos, 7 anos na rua, pedindo as coisas na rua, é... Eu cuido tão bem das minhas filhas, entendeu, então quando eu vejo lá as criança jogada na rua assim... porque as mãe não pode fazer isso que eu faço, dar um banho, dar uma comida, botar no colégio... pra estudar, que eu acho que não tem coisa mais que forte que o colégio. A gente só pensa no colégio. Ela pega 7 e meia na escola, a gente não chega atrasada.
- *Como sua sogra educou seu marido?*
- Ela falou comigo que não teve tempo de educar ele, quem educou foi a avó. [relata o que a sogra conversa com ela: que a própria sogra punha seus filhos a perder, que seu marido batia nos filhos, mas não ela, que sempre preferiu conversar com as crianças. O pai de seu marido, já falecido num acidente, batia e batia muito nos filhos.]
- *Na vizinhança as pessoas cuidam dos filhos como você?*
- Onde eu moro eles cuidam, que eu vejo as mães levando os filhos pro colégio... A gente não fala muito, mas eles falam assim puxa, você parece nem que não tem filho... Porque lá em casa não tem aquela bagunça, não brinca no corredor, entendeu...
- *Como você mudou o jeito de educar?*
- Não sei, acho que é porque eu chorava muito, porque eu sempre quis ter duas filhas, né? Eu falava que não queria, entendeu, que eles passassem o que eu passei... que passassem... não passar pras minhas filhas, entendeu? Eu sempre fui mais assim de conversar, entendeu? Minha cunhada não, chega as crianças com a roupa suja, fedida... Os meus vão impecável pro colégio... Sempre tem apoio nos estudos, tive um marido que me ajudou também... É por isso, né? Porque muitas mães... eu fui criada pessimamente mesmo... Não tenho mãe, só tenho meu pai...
- *Se não fosse sua sogra seria mais difícil?*
- É, seria mais difícil... Que ela também é calma, desde as criança pequenininha, ela sempre conversa. [enfatiza a ajuda da sogra e do marido] Porque com a minha madrasta, a violência era tão grande que eu não tinha cabeça... não tinha cabeça pra estudar... Com as minhas filhas, não tem jeito de irem pro colégio sem tomar um café, um pão, assim que eu falo pra elas...
- *Você ia pra escola sem tomar café?*
- Ah, ia sem tomar café, apanhava, ia chorando...

ENTREVISTA 12: Tania

Idade ao nascimento do primeiro filho: 18 anos
Número de filhos: 3
Idade e sexo dos filhos: feminino 17 anos, masculino 15 e 14 anos
Estado civil: divorciada
Reside com: sozinha
Trabalha
Local onde mora: bom
Tania é cigana

Ela mora numa casa na região serrana; não gosta de viver em apartamento, isso "é condenar à morte um cigano". No lugar onde mora vivem amigos, e muitas crianças. Vizinho é "super importante", pois "na hora do aperto é uma pessoa que se pode chamar". Os filhos vivem atualmente com o pai e ela mantém contato estreito com eles.

— *Você já ouviu falar de violência contra a criança?*

— Muito... ouço muito. Coisa horrível, porque não é necessário você descer o pau numa criança. Precisa sentar, conversar... As pessoas acham que a criança não entende nada, não sabe nada, ela entende tudo. Desde que ela nasce, desde que está na barriga... Eu acho um absurdo descer o pau.... eu nunca bati nos meus filhos.

— *Nunca bateu?*

— Nunca, nunca precisei. Eu sempre usei a tática do botar de castigo. Mas eu sempre explicava porque que eles estavam de castigo.

— *Que tipo de castigo?*

— Tirar as coisas que ele gosta. Por exemplo, gosta de... você não vai ganhar isso porque você não fez isso, eu te pedi uma, eu te pedi duas, três vezes... e você não me atendeu. Pra haver um entendimento entre nós dois, eu vou ter que fazer isso pra você perceber... o que eu tô querendo de você. Então sempre tirar o que mais gosta, eu acho assim... legal.

— *Isso funcionava?*

— Funciona, funciona até hoje. Que hoje, né... arrumar o armário, por exemplo. Ah... tá legal, não quer fazer uma troca, então não vai à festinha, não vai ao cinema... Não, a gente faz uma troca. Se não arruma o armário, não tem negócio. Até o de 17 anos funciona assim. Funciona, por isso é que eu digo, não tem necessidade da gente bater. Funciona em todas as idades. Eu acho que diálogo, conversa,

funciona em todas as idades... Ah, mas o que que é isso, tão pequenininho, é aquela coisa, você também tem que descer ao nível da criança, né? A gente cigano tem uma coisa que é nunca conversa com uma criança de cima. Você desce, ajoelha se for possível, pra ficar no mesmo nível... você se iguala, senão é tão maior que... entendeu? Então agacha quando vai falar com uma criança. Eu nunca posso falar assim [faz o gesto como se estivesse olhando de cima] um gigantão... Então as crianças da gente têm um respeito por tudo... com 7 anos de idade a gente aprende a dançar, a gente aprende a mexer com oráculo, ah, vai perder a infância... Não vai perder a infância, ele vai aprender a se respeitar, a respeitar o próximo, a respeitar os mais velhos, e a respeitar Deus, não temer. Porque ele é o maior aliado na vida.

— *Você acha que isso tem relação com violência?*

— Tem. Se você aprende a respeitar o próximo, você nunca vai ser violento com ele. Você vai se colocar no lugar... Agora, a gente ensina pras nossas crianças também que você não seja violento. Se você puder... Agora, se tiver que se defender, aí não tem jeito.

— *Você está falando de violência como o uso da força física.*

— É. Da força física.

— A cultura cigana admite o uso da força física só para se defender?

— É, é uma questão de defesa. Se a gente precisa defender, por exemplo um cara pega uma menina na rua, e quer estuprar, ela vai se defender, né? Só nessa situação de violência, entendeu? Agora numa discussão num campo de futebol, uma briga... pessoal fala que cigano é violento... não é não, o pessoal fala muita coisa sem conhecer a cultura. Que a gente também não faz muita questão de dar a conhecer não... Então aí, se puder relevar... evitar... porque a coisa que a gente mais preza no meio é a harmonia. É por isso que a gente sobrevive até hoje. Um povo perseguido, demais, até hoje ainda tem um pouquinho de preconceito, mas... sobrevive até hoje. Pra gente preservar... você nunca vai ver uma criança cigana jogada na rua, pedindo esmola. Nunca vai ver um velho da gente na rua, entendeu, desamparado.

— *Quem ampara?*

— A gente.

— *Qualquer pessoa?*

— Qualquer pessoa. Eu tenho meus filhos. Se eu morrer amanhã, a minha irmã pega os meus filhos pra criar.

— *E se você não tiver irmã?*

- Se eu não tiver irmã... A minha mãe. Se eu não tiver mãe, meu tio... Se eu não tiver tio... alguém do clã vai pegar, pra essas crianças não ficarem abandonadas.
- *Então o clã assume sempre?*
- Sim. Em todos os sentidos. Tanto na educação quanto na situação financeira, tem a madrinha que geralmente quem faz isso é a madrinha. Essa frase... “Na falta do pai e da mãe...” a gente leva muito a sério, “os padrinhos assumem”. Então na educação, no estudo, na parte financeira, no cotidiano, isso tudo.
- *Você fez alusão à violência sexual. O que você sabe disso?*
- A gente vê nos noticiários, é... estuprar criança, estupro de crianças, ficar perto dos meninos e... os meninos que estão na rua, né, a gente tá vendo isso toda hora, no cotidiano da gente... Televisão... Televisão aliás é uma coisa horrível, as nossas crianças quase não vêem televisão... Assim, não vêem porque não são proibidas. Não é esse o caso. É que a gente sempre procura dar às nossas crianças atividades de natureza... Então eles preferem sair pra jogar um futebol, pra plantar alguma coisa, do que ficar na televisão. Então já é hábito deles, né? Sair pra dançar... Pra treinar alguma coisa, entendeu, do que ficar na televisão.
- *Você acha que essas isso é uma forma de trazer a violência pra dentro da família?*
- Eu acho. Eu acho porque... Agora também a televisão é uma faca de dois gumes. Também tem o lado de educação. Agora, a televisão está trazendo muita coisa ruim pra dentro de casa. É uma faca de dois gumes.
- *A falta de contato com a televisão pode então trazer benefícios mas também...*
- Eu acho assim, eu acho que tudo tem que ser no equilíbrio. A gente saber dosar a televisão é muito legal. Até adulto mesmo. Eu escolho os filmes que eu vou assistir. Eu seleciono os programas que eu vou assistir. Tem programa que... só tem violência, tem programa que é horrível! Então esse tipo de coisa eu não assisto, eu grande não assisto, não acho legal pra mim, não vai me acrescentar nada. Eu acho que a gente saber usar, saber dosar a televisão, é... Eu acho até interessante.
- *Quando você estava com seu marido, como era? O modo de pensar era semelhante?*
- Era, mas era complicado porque... ele não era cigano, então... a educação é outra, então... há o choque.
- *No que diz respeito à educação dos filhos onde é o choque?*
- Não, no que diz respeito à educação dos filhos nós nunca tivemos choque, por incrível que pareça. Nós não demos certo como marido e mulher, mas como pai e mãe a gente tenta manter... tanto que nós criamos até hoje os nossos filhos quase

que juntos. Então se tem que tomar uma decisão que... por exemplo, a minha filha tem 17 anos... ficou moça... quando ela ficou menstruada... que nós somos muito amigos, né, quando ela ficou menstruada ele entrou em pânico, não sabia o que fazer... então primeiro compra um Modess... e aí... bota ela na linha que eu vou conversar... Quando ela foi pra Espanha – que a gente tem família lá – ah, não sei como é que vai, aquela coisa toda... Eu acho que você tem que criar seu próprio mundo. E confiar... Deve ir, não deve ir, então a gente tem muito isso... então agora... não tem condição de ficar 15 dias debaixo do mesmo teto como marido e mulher, não tem como. Agora como pai e mãe a gente faz uma coisa à parte do casamento da gente, uma responsabilidade junto. Então os filhos da gente nunca tiveram problema com a nossa separação, mesmo com a distância.

— E a violência? Como é na cultura sua e dele?

— Na dele também, não tem essa coisa na família dele então nisso a gente concordou do começo até o fim, então aquela coisa quando as crianças eram pequenas e a gente ainda tava junto, tem aquela música – Boi da cara preta – a gente trocava a letra, a gente combinou, então cantava – Boi, boi, boi, boi bem colorido, vem brincar com o Carlos que quer ser seu amigo - e a gente combinou que a gente não ia nunca botar essa coisa de bicho papão, homem do saco, essa coisa horrorosa, a gente nunca botou isso na criança, nos nossos filhos.

— *Então isso é violência também, uma violência verbal?*

— É. Não deixa de ser, eu acho horrível também... eu vejo muito pela rua, olha, se você não fizer isso o homem do saco vai te levar, hein? Então é um terror pra criança, um terrorismo contra a criança. Eu acho essa maneira de educar errado, é chegar, pedir, conversar, não tem esse terrorismo infantil...

— *Há uma fase mais difícil?*

— Tem, a fase mais difícil é agora, a adolescência, você fala pau, ele diz é pedra, você diz não vai ele diz eu vou, então é o fim... é muito difícil, pra gente e pra eles também. É aquela fase que... eu não sou menina, mas ainda nos sou mulher... eu não sou menino, mas ainda não sou um homem formado... é muito difícil.

— *Como lidar com isso?*

— Aí eu volto àquele ponto: é o diálogo. É sentar e conversar assim, não eu como uma autoridade e ele como adolescente, não, como dois amigos. Olha só, porque essa bagunça é ruim, a energia não circula, você vai acabar ficando doente, e porque organizado é melhor, quando quiser uma coisa você acha, não é preciso ah, mas não tô afim, é pois é, se você não fizer, caramba, eu vou ter que tirar umas coisas, porque não é preciso que isso seja feito agora, mas se não der pra

fazer agora, caramba, faça daqui a 15 minutos, mas é pra hoje. Os meus sempre foram assim, então tá, mãe, vamos fazer aí pra depois a gente sair, não tem... Eu não botava na criança... como é que eu vou dizer... medos, até medo de mim. Eu não quero que meus filhos tenham medo de mim, eu quero respeito. Se começa e engrossar muito, ó, respeito é bom e eu gosto pra caramba, hein? Baixa a bola, uma coisa assim, eu tenho uma cumplicidade muito grande com meus filhos. Então eu tenho amizade, eu tenho essa cumplicidade, mas eles sabem que eles têm que me respeitar porque eu sou mais velha e porque eu sou mãe deles. Então é assim, tem esse respeito mas tem muita cumplicidade, é aquela coisa... porque eles não têm assim a malícia dos garotos aqui do Rio, né? Foi criado em chácara, aquela coisa toda, né, então eu não solto muito as rédeas aqui. Ah, mãe, eu vou querer ir no bar, ah, legal, então a mamãe vai junto. Então eles sabem... porque tem brincadeira com eles, sai andando, entendeu, aquela coisa toda, tem a idade do adolescente, a idade da criança, sem deixar que eles desrespeitem. Colocar sempre... você tá ali na brincadeira mas nós ciganos temos muito isso em relação ao mais velho. Porque... é o respeito, porque a pessoa mais velha tem mais bagagem na vida do que a gente, isso tudo é levado muito em consideração, tem muita coisa pra acrescentar... Mesmo porque as coisas vão ficando modernas, mas as coisas do tempo da vovó funcionam até hoje...

— *Por exemplo?*

— O xarope que a vovó fazia pra tosse, com casca de laranja, numa emergência, resolve até hoje, entendeu? É claro que se aumentar eu vou levar ao médico, mas uma tossezinha, em vez de carregar para o médico, porque... a gente não usa muito remédio da halopatia, não. Halopatia conserta uma coisa e escangalha outra, por exemplo, eu tive dengue há pouco tempo, aquele negócio acabou com o meu estômago, eu tive azias horríveis, e a gente usa muito chazinho... É claro que quando fica uma coisa grave... por exemplo, eu hoje tô aqui no Posto porque eu tô com as pernas inchadas, tô com problema de circulação, aí o chazinho não vai resolver nada... Tem que procurar um médico, né?

— *Você busca conselhos junto aos mais velhos?*

— Também. Também. Você busca um conselho, busca ouvir, e é aquela coisa, os nossos mais velhos, eles têm... o meu pai era muito assim. Pai, eu tá acontecendo isso, o que é que eu faço? Tem esse caminho que é mais fácil, vai por aqui vai conseguir e tem esse, esse é mais complicado. Você escolhe o caminho. A gente busca assim conselho dos mais velhos porque eles têm muito mais estrada rodada da vida do que a gente. Então já passaram por coisas que a gente vai passar também... as fases da vida da gente, só muda de endereço. Sabe, adolescência é

adolescência desde todo o sempre. Então eles já passaram pelas coisas que a gente tá passando, então eles têm muita coisa a dizer.

- *Você procura esses conselhos na comunidade cigana, ou fora dela também?*
- Geralmente a gente procura só dentro. Mas por exemplo, se eu tiver fora, tenho respeito por todos os mais velhos. Então se uma pessoa idosa chegar, aliás eu adoro conversar com eles, mas se eu estou na rua e tem uma senhora idosa, ajudar, um dia desses aconteceu uma coisa muito triste, eu fiquei chateada mesmo, uma senhora de cabeça branquinha, tava sentada, eu pensei, como essa senhora vai pegar ônibus nessa idade, a senhora quer ajuda pra subir no ônibus? Não, eu não vou pegar ônibus não, eu tô sentada aqui pra ver as pessoas passar... A senhora mora aqui próximo? Ah, eu moro ali, a menina que fica comigo foi pra escola e eu fiquei aqui um pouquinho pra ver as coisas passar... E seus filhos? Ah, minha filha vem uma vez por semana pra me ver e trazer dinheiro. Como os filhos cuidam dos pais, que coisa horrível, nós não deixamos nossos velhos largados assim, eles ficam sempre com a família... a coisa que a gente tem mais cuidado é com as duas pontas, é com velho e com criança. Por isso que o casamento da gente era esquisito.
- *Seus filhos sabem que vão ter que cuidar de você um dia?*
- Sabem, com certeza. A cultura da gente é sempre passada de pai pra filho, não tem nada escrito, é uma cultura viva.
- *E de fora da comunidade cigana, você é procurada para dar conselhos?*
- Sim, eu trabalho com jogo. Aliás, eu sou psicóloga mas eu nunca cliniquei. Eu uso a psicologia... que a gente trabalha só com isso, com baralho de cartas, com florais de Minas, e dou aula de dança cigana. A gente vive é disso, de artesanato, de jogo, de terapias alternativas...
- *As pessoas te consultam sobre dificuldades com os filhos?*
- Tenho, às vezes tem mães que me procuram, geralmente mães com filhos adolescentes. Por isso que eu digo que a fase mais difícil do ser humano é a adolescência.
- *Não é só a sua experiência...*
- Não. A adolescência é uma fase muito difícil então as mães que me procuram geralmente são mães de adolescentes. Aí eu tento ver se consigo implantar um diálogo, né, uma forma de evitar...
- *Que tipo de problemas?*
- Geralmente mãe ciumenta que o filho tá com a namorada e a namorada não presta, eu procuro explicar a fase, tem que sair, tem que namorar... Situação

financeira, que o menino quer isso e aquilo e eu não posso dar... Mas sinceramente eu nunca peguei um caso de violência. Se o pai bater... aliás, minto, teve um caso sim que o pai batia no menino novo, mas aí eu indico uma psicóloga. Só faço uma orientação e depois faço o encaminhamento. Era um menino que o pai batia muito nele quando era pequeno, e que hoje era um garoto meio... Não sabia se gostava mais da mãe e do pai, ou se não gostava de ninguém. A gente conversa, orienta e encaminha. Tem aquela coisa de cuidar dos dois lados, né? E tem dado bons resultados. É o único caso de violência mais próximo que eu vi.

- *Educar filhos homens e mulheres... Tem diferença?*
- Tem porque menina você tem que dar uma seguradinha, não pode soltar demais. Menino você tem que soltar mas menina é mais difícil.
- *Isso não é muito diferente de fora do mundo cigano...*
- Tem diferenças, mas... isso eu não quero falar. O menino a gente... deve soltar.
- *O que é soltar?*
- Soltar demais, deixar fazer o que quiser.
- *O homem tem mais liberdade que a mulher?*
- No meio da gente tem, e acho que é uma sociedade machista.
- *O que é então soltar?*
- Soltar é deixar fazer o que quer, por exemplo... deixa eu pegar um exemplo legal... Minha filha, de 17 anos. Vou sair de casa agora, vou voltar só às 5 ou 6 horas da manhã. Não, nãozinho. Com 17 anos, ou 15, ou 14 anos. Vai ficar com quem, aonde, 3 horas da manhã é muito tarde. O menino já... com 14 anos eu também não deixo, mas com 15 eu deixo.
- *O menino tem um grau de autonomia maior?*
- É...
- *Isso cria conflitos?*
- Pra gente não, é porque... Por exemplo, na rua, dois ciganos andando, a mulher vai na frente. É fazer você achar que você pode, você é poderoso, mas quem dá a última palavra é sempre ele. Por exemplo, quem maneja o dinheiro todo da família é a mulher. Eles não...
- *Como isso combina com a menor autonomia da mulher?*
- É porque eles por exemplo... têm que fazer um negócio, fechar um negócio, estão indecisos. Ele não fecha negócio sem pedir pra gente fechar um joguinho, sem perguntar o que a gente acha... Mas no meio dos homens, ele jamais vai dizer que veio perguntar pra gente ou que a gente chegou a jogar pra eles. Ele vai dizer que achou melhor não fazer, mudei de idéia... É um jogo de aparência. É aquela coisa:

na rua, a gente anda na frente e eles atrás. Por que? Porque eles não querem andar agarrado com a gente? Não. Primeiro que a intimidade entre a gente é dentro de quatro paredes... é porque eles andam atrás tomando conta da gente na frente. Ele diz, com a minha mulher aqui, como é que eu vou ver quem vem atrás querendo mexer com ela... Como é que eu vou ver... É dessa forma. É pra tomar conta mesmo. Autonomia é assim. Fazer de conta que. No meio deles... domingo a gente tava numa festa com um grupo que não era cigano, aí se jogavam nos pés das mulheres, a gente chama primo, todo mundo é primo, agora vê se eu vou arriar no pé de uma mulher desse jeito, eu disse é, é mais fácil vocês arriarem a gente no chão... Todo mundo se sente poderoso, mas em casa o dinheiro é na mão da mulher. E o respeito que eles e o clã inteiro têm pela mulher porque a gente é que gera os filhos que vão levar a raça pra frente.

— *Isso tem um sentido de sagrado?*

— Um pouco sim. Tanto que a mulher depois que casa, ela anda mais com a barriga de fora, da cintura pra baixo ela não mostra as pernas porque essa é uma região sagrada, porque é onde gera os filhos, então só quem pode ver é o marido. A mocinha adolescente geralmente está de barriga de fora, mas a cigana já casada, ou mesmo a senhora, ela não mostra a barriga não. Porque é uma responsabilidade e faz parte do respeito. Por exemplo, uma cigana pode fazer top less. Mas ela não pode mostrar o joelho. É mais ofensivo mostrar o joelho que o peito.

— *Se você vê uma cena de violência, fora do clã, você interfere?*

— No que diz respeito à criança, se eu vejo um adulto descendo o cacete nela, com certeza vou interferir. Se eu não interferir diretamente, eu vou chamar alguém para interferir. Já aconteceu de eu ver um maiorzinho bater num pequenininho, e eu entrar no meio pra saber o que é que está acontecendo. Se eu ver um adulto fazendo isso, com certeza eu não vou interferir pra tirar aquele homem desse tamanho, eu vou atrás de alguém. Entre adultos com certeza eu vou chamar alguém. Esse negócio de "briga de marido e mulher eu não meteria a colher", eu não meteria mesmo, mas eu ia ligar pra polícia. Porque isso cigano não faz. Levantar a mão pra mulher que ele casou, dá até morte.

— *Mas essa morte não é violência? Como é isso?*

— Essa não é violência. Porque é de defesa.

— *Mas são outras pessoas que a defendem?*

— Mas a mulher é inofensiva, ela não tem como se defender de um homem. Claro que não é assim, bateu, matou, mas vai cair... no tribunal cigano, onde se reúnem

os mais velhos da família, do clã, que vão julgar o caso. E ali ele, ou ela... e só os homens que participam desse tribunal, e a mulher mais velha da família. Então ou ele ou ela vão receber um castigo, vão ser banidos do grupo... dependendo da gravidade do caso, pode dar até morte. Dependendo da gravidade e do estado.

— *Uma pena aplicada...*

— Você não vê um cigano condenado à cadeia porque matou um outro cigano.

— *Quais são as penas?*

— Para um cigano ser banido do clã... é um afastamento de tudo, porque ele não vai ter mais casa, não vai ter mais roupa, ele vai sair com a roupa do corpo, ele vai ter que se virar sozinho. Para um cigano se virar sozinho no mundo é difícil, então...

— *Que outros tipo de pena?*

— Eu não tenho certeza. Eu já vi casos de banimento... O conselho funciona para problemas pessoais, pra manter a disciplina. Porque o cigano é um sujeito "caliente" de natureza, né? A tradição já traz isso na corda, já dá uma disciplina bem grande porque se não trouxer na corda, a coisa fica feia.

— *Quem participa?*

— Os homens mais velhos e a mulher mais velha da família ofendida. Das duas famílias, mas só se for convidada.

— *Algum gadjô já tentou interferir na sua forma de cuidar de seus filhos?*

— Já, mas eu dou uma cortada na hora. Porque se há uma coisa que eu não faço, acho horrível e não admito que façam comigo é se meter na educação de meus filhos. Cada um tem que cuidar dos seus filhos, cada um sabe como cuidar de seus filhos melhor. Apesar que a gente vê coisas que não condizem com o que agente acha legal, mas... eu só vou me meter na educação de alguém se eu ver batendo, machucando... Mas fora isso não.

— *Como era com a família de seu marido? Podia ter problemas...*

— Podia não. Teve. Muitos problemas. Porque é avó querendo se meter, minha mãe já não se mete porque está no esquema, ela dizia, vai perguntar à sua mãe se deve, agora a mãe dele não, e eu... é um problema com ela, sérios mesmo, porque eu já... pediu pra mim? Não, mas não precisa... Precisa sim senhora, o filho é meu, não é assim que banda toca não. Porque... da próxima vez vem e pede, por isso é que hoje em dia o casamento já não tem mais aquela coisa de prometer. Por exemplo. Eu posso casar com um não cigano mas eles pedem pra gente não fazer isso, procurar um da mesmo raça pra não haver esse choque, porque casamento gera filho. E é pro resto da vida, e porque é aquela coisa, cuidar das duas pontas.

— *Ciganos se separam?*

- É difícil. Na minha família nunca teve. É muito raro mesmo. Teve a minha mas é porque eu dei mole e casei com não cigano.
- *Você pode casar de novo?*
- Posso porque no meu meio não sou casada, meu casamento com gadjô não vale. Mas se fosse com cigano não. Pode separar, mas casar de novo não.
- *E seus filhos?*
- São aceitos porque têm sangue cigano, são mestiços, mas certos rituais assim eles não podem ir. Tem restrições, poucas mas tem. Por exemplo, certos rituais, certas reuniões de homens, os tribunais... Mas participam das festas, se relacionam com os primos...

ENTREVISTA 13: Rita

Idade ao nascimento do primeiro filho: 21 anos
 Número de filhos: 2
 Idade e sexo dos filhos: masculino, 10 anos, feminino, 7 anos
 Estado civil: casada
 Reside com: marido, filhos e mãe
 Relação de parentesco entre o marido e os filhos: pai
 Não trabalha
 Local onde mora: normal

A filha de 7 anos estava presente e interferiu bastante na entrevista. Suas falas estão entre colchetes.

- *Você já ouviu falar de violência contra a criança?*
- Lá no Norte era bem mais difícil . Só o pai trabalhando...
- *Você veio do Norte?*
- Da Paraíba.
- *O que era mais difícil?*
- Pra mim o mais difícil de toda a minha vida que eu passei era... que minha mãe era sempre... era não, ela é doente, tem problema, e eu desde a idade dos 7 anos já cuidava dos meus irmãos todos... Aí depois meu pai morreu eu já tava com 20 anos. A dificuldade maior pra mim foi essa.
- *Você cuidava dos irmãos?*
- Já, eu da idade dela hoje já cuidava, dava comida pro meu pai, pra eles...
- *Você cozinhava pra todo mundo?*

- É, lavava roupa...
- *Você era a filha mais velha?*
- Das mulheres sim.
- *Seus irmãos mais velhos saíam, trabalhavam e você cuidava de todo mundo?*
- Pois é, a minha vida é difícil...
- [Fala...]
- *O que é?*
- Não, ela tá falando que eu batia nos meus irmãos... eu batia neles. Quando eu cuidava deles, né, eu ficava com eles, que eles não obedecia, e às vezes... Pegava de pau
- [A menina incita a mãe a falar.]
- Porque tinha o caçula e ele gostava muito de malcriar, ficar imbirrado, na hora de eu dar o almoço pra eles todos, e ele corria e ia pra cima da cama e deitava, e um dia eu digo hoje eu vou tirar, peguei ele de sandália e bati, bati... pronto, e nunca mais...
- [E tem mais, que você batia no pau...]
- Só, minha filha, eu não sei de mais...
- [Tem mais]
- Não, não tem mais não.
- [Tem, que você batia com pau]
- Ah, mas isso era a gente brincando...
- [Não era brincando não... você contou lá...]
- *O que ela está dizendo é que pra controlar os seus irmãos você precisava de vez em quando... dar com pau? É isso?*
- [Aí ela e o irmão dela brigavam, e aí ela tacou uma coisa pau nele. Mas ela não quer contar.]
- *Mas você já contou...*
- [Mas tem mais... Tem mais, mas ela não quer contar...]
- Aí depois vim embora pra cá...
- *A senhora diz que sua mãe era doente? O que ela tinha?*
- Tava com problema de resguardo quebrado. De tempos em tempos ela interna, aí ela fica um mês, dois meses internada, aí volta.
- *Isso desde que a senhora era pequena?*
- É, quando ela foi a primeira vez eu tinha 7 anos, era da idade dela.
- *Então a senhora está educando sua filha diferente de como educou seus irmãos?*
- Ah é, que naquela época tudo era... sei lá, a gente vivia melhor, era tudo diferente.

- Hoje não. Diferente assim que a senhora diz porque... Porque neles eu batia, né?
- *Isso.*
- Não, mas às vezes ela também porque eu perco lá... Mas aí... ela de vez em quando a gente bate, é claro, não tem ninguém que não precisa, eu acho que... dar umas palmada, mas aí também não é pra machucar, né?
- *Quando é que precisa dar umas palmadas?*
- Ah, eu sei lá.....
- [Quando faz malcriação...]
- É, faz malcriação... é... quando responde mal, né?
- [Meu irmão já apanhou]
- *Porque, ele fez malcriação também?*
- [É, respondeu. Ele ficou a noite toda dentro do banheiro.]
- *Ele ficou de castigo?*
- [Não, ele ficou lá...]
- *Ah, ele ficou emburrado?*
- [É.]
- *Ah, ele apanhou... ficou bravo... foi pro banheiro... trancou a porta... [vou falando e esperando sua reação de concordância ou discordância]*
- [Não tem porta.]
- *Não tem porta mas ele ficou lá e não queria conversa com ninguém?*
- [É.]
- *E você? Quando você fez malcriação e sua mãe deu uma palmada, o que é que você fez?*
- [Aí quando ela vai falar comigo eu não falo com ela]
- *Ah, você fica de mal? E aí?*
- [Aí depois fica de bem]
- *Depois fica de bem? Mas que malcriação você faz pra sua mãe?*
- [É porque quando eu chego do colégio ela fica mandando eu tomar banho e eu não tomo porque a água é fria. Aí eu fico com frio.]
- *E aí você não quer tomar banho...*
- [É.]
- *E ela fica brava....?*
- [E me bate]
- *E aí você vai tomar banho?*
- [Vou.]
- *Mas fica brava?*

- [É]
- *Mas depois fica de bem?*
- [É]
- *Ah, entendi.*
- *Mas a senhora diz que não pode é machucar?*
- É, não pode machucar, como se diz, é violência, né?
- *E como é essa palmada então?*
- Como é, menina, que eu te bato? [a mãe ri, e a filha ri também] Ué, uma palmada normal. Uma palmadinha assim qualquer não machuca.
- [Ela bate a cabeça, ela dá em tudo que ela vê primeiro.]
- *Ela fica muito brava?*
- [Fica muito, ela fica igual um leão]
- Essa aqui é fogo.
- *Mas a senhora diz que isso não é violência?*
- Claro que não, palmada não é violência.
- *O que é violência então?*
- [Ela bate na cabeça... bate em todo lugar.]
- Eu vejo muito... pra mim a violência é o que... é se machucar, engessar, ter sangue...
- [Meu pai não deixa ela me bater.]
- ... tirar sangue, né, acho que a violência é essa, tirar sangue, é... sei lá, mas... a violência é essa. Faz sangue... não sei, espanca... mas bater normal não é...
- *Seu marido é diferente, ela está dizendo que ele é diferente?*
- [É.]
- *O que é diferente?*
- Ele é... acho que ele é mais tranquilo, tem paciência...
- [Ele não me bate não, ela me bate, ele brinca comigo, ela não brinca...]
- Claro, ele tem mais tempo de brincar, eu não, trabalho o dia inteiro... Saio de casa às 7 da manhã... Agora ele não, trabalha à noite, durante o dia... fica o dia em casa.
- *A senhora acha que é diferente então o marido e a mulher?*
- Ahn ahn. E ela não, ela fica o dia no colégio, aí chega, só no final de semana é que fica mais, mas ela estuda o dia inteiro.
- *É diferente com filho homem e filha mulher?*
- Ah, por uma parte é, que o homem a gente fica mais... como é que se diz... se sair assim, sai um pouco com os amigos, eu me preocupo, mas não tanto igual a ela, ela é mulher... O homem... com a mulher preocupa mais.

- *E é diferente também conforme eles vão crescendo, tem uma idade mais difícil?*
- Ah tem. Eu acho que cada ano tem uma... como é que se diz... uma fase, né? Ela pelo menos...
- *Tem outro jeito de ser violento além de bater?*
- [Não.]
- Tem, o que? Violência de estupidez, né? Estuprar é violência? Estuprar... eu acho, não é não? Mas depois não me chama pra nada não, né?
- *Não, só se a senhora quiser.*
- Deus me livre... Eu penso assim né, não sei...
- *Dá pra ser violento com palavras?*
- Ah, eu acho que sim... Ah, não sei, não tô entendendo não. Violência com palavras?
- *Violência com palavras...*
- *É... como é que diz... violenta uma pessoa com a palavra, né?*
- *Isso.*
- *É, eu acho que tem. Não sei...*
- *Xingar, ofender...*
- *Então.*
- *A senhora acha que isso é violência?*
- Não sei, pra mim a violência é só se machucar.
- *Só se machucar?*
- *É.*
- *E estuprar?*
- Ah, sim, *É*. Mas esse negócio de palavra, é chato, né, mas que é violência... Não sei. Eu acho que não.
- *Não cuidar... É violência?*
- Ah é, claro. Acho que sim, né?... Pra mim é, eu acho que a violência é... é bater, machucar, pra mim é a pior violência.
- *A senhora lembra se ouviu alguma coisa dessa na televisão?*
- Lembro não.
- *E na casa de seu marido, como era quando ele era criança?*
- *É normal. Ele veio do norte, veio de lá, nós somos tudo do norte. Ele apanhou, ele apanhou. Ele conta que apanhou.*
- *Ele apanhou mas não gosta de bater... Como é que ele mudou?*
- *É, porque ele fala assim, quem apanha não gosta de bater, né? Ele fala assim, eu apanhei então eu apanhei não vou... eu sei o que é que eu sofri, então apanhei e*

- não bato. Ele apanhou. Do pai. Eu não apanhei. Eu, taí, eu não...
- *O seu pai não batia na senhora?*
- Não.
- *E a sua mãe?*
- Ah, minha mãe sim, era mais... mas meu pai não.
- *Sua mãe batia?*
- Ah, nem lembro mais... batia normal.
- [Com a chinela]
- *Com a chinela?*
- Não era nem... sonhava nem de viver, como é que se lembra?
- *Mas ela lembra... A senhora deve ter contado pra ela.*
- A avó contava.
- [É porque quando eu nasci eu fiquei lá também. Quando eu tinha assim 2, 3 anos eu fiquei lá. Eu queria voltar.]
- *Voltar pro Norte?*
- [Lá é legal]

ENTREVISTA 14: Monica

Idade ao nascimento do primeiro filho: 16 anos
Número de filhos: 2
Idade e sexo dos filhos: masculino, 11 anos, feminino, 14 anos
Estado civil: solteira
Reside com: filhos e irmã
Trabalha
Local onde mora: está ficando mais ajeitado

Mora numa favela, na roça, numa cidade pequena, e trabalha no Rio. Na favela onde mora não tem mais a boca de fumo, assalto, contrabando, que estavam se instalando porque os bandidos estavam descobrindo lá "um ponto de refúgio". Era ruim para as crianças. A família mora perto, a comunidade é organizada, todos moram ali há muito tempo, foram criados ali, e agora a polícia ocupou a área e vem pedindo aos moradores para orientarem as crianças para não se envolverem com as drogas. As crianças não podem mais, como antes, sair de casa desacompanhadas, nem ficar na rua até tarde.

- *A sua filha é adolescente, como você consegue colocar essas regras para ela?*
- Por exemplo, ela sair sozinha eu não deixo mais. Só vai se tiver uma turma de 4 ou 5 meninas, da idade dela até os 26 anos porque a mais velha tem que tomar a

responsabilidade e tomar conta das mais novas, e tem que ter sempre um homem pra poder ajudar a tomar conta das meninas, né? Que é muito difícil. Tanto é que reúne 4, 5 ou 6 meninas... que é pra ir tudo de uma vez só.

— *Ela obedece você?*

— Ela obedece.

— *Sempre?*

— Sempre, sempre, sempre. Porque eu converso... particularmente tudo com ela, e explicando a ela o que foi a minha vida, o que eu passei na minha vida, porque eu não quero que ela passe o que eu passei.

— *O que você passou?*

— Ah, eu passei fome, passei frio, maus tratos na casa dos outros, e não tinha apoio de ninguém pra poder eu não fazer essas coisas assim, então até certo momento que eu pude erguer com as minhas conseqüências, aí daí pra cá eu não faço mais isso, e também não tem como eu depender dos outros pra tá me humilhando, né, de tá fazendo essas coisas.

— *Como é que foi sua vida?... O que você está chamando de maus tratos? Você fala em casa dos outros, e seus pais?*

— A minha vida... eu não tinha pai, meus pais faleceram cedo. Então eu digo casa dos outros assim que eu... eu particularmente, quando minha mãe morreu, eu morei com a minha irmã. A minha irmã casou, eu não se dava bem com meu cunhado. Então não fui morar com ela. Então eu fiquei trabalhando. Trabalhava na casa de um não dava certo, aí tinha que sair e não tinha pra onde ir. Aí ia ficar na casa de uma colega minha, ou de uns parentes deles, chegava lá pra não ficar incomodando, às vezes eu ficava na rua, às vezes eu ia pra casa de uma vizinha, entendeu, que tinha perto, pra poder não ficar na rua, mas de todo jeito eu acabava ficando na rua, porque durante o dia eu ficava na rua, durante a noite eu pedia um teto pra dormir, às vezes um cantinho de uma varanda eu dormia, pra não ficar na rua. Então quer dizer, é isso

— *Isso é o que você está chamando de maus tratos?*

— Maus tratos é isso, eu não tinha ninguém pra poder cuidar de mim, eu não tinha uma casa que eu chegasse... por exemplo, chego agora, duas horas, chego em casa tomo um banho, mudo roupa, tem comida vou comer, se não tem eu vou fazer pra comer...

— *Você chegou a sofrer alguma violência?*

— Apanhei só quando eu era casada, depois disso não... a violência maior... que eu tenho assim... nunca gostei de falar assim com ninguém... nunca falei... é... eu tinha

meus 11 anos... acho que é por isso que eu fiquei meio... bobinada... tem hora que eu saio do ar... aí eu fico pensando porque... porque eu fui assediada aos 11 anos pelo atual marido da minha irmã, agora hoje em dia, então quer dizer, não chegou a ser um abuso sexual porque na época eu saí correndo... eu saí correndo... então ele virou pra mim e falou: se você falar pros seus parentes, eu vou te matar. Então tudo aquilo eu guardei, eu não falei pra ninguém. Aí... até hoje ele fala comigo, ele... você nunca contou pra ninguém não, né? Eu falei que eu não contei quando eu era de menor, agora que as coisas já passou tudo, como que eu vou contar e como que eu vou provar? Eu falei, a raiva maior fica dentro de mim, por isso eu nunca vou conseguir esquecer.

— *Incomoda?*

— Incomoda porque eu não tenho confiança de deixar minha filha ir pra casa dele, entendeu? A minha irmã convive com ele há muitos anos e eu não tenho confiança de deixar minha filha passar férias na casa deles. Às vezes ele fala pra mim, deixa ela passar férias aqui na minha casa. Eu falo assim ah, não vai dar não, não tenho dinheiro pra viagem. Eu mando, não, ela tá sem roupa. Eu invento alguma desculpa, entendeu? Pra poder não deixar ela ir pra lá. Minha irmã mesmo já me perguntou várias vezes, porque eu não deixo ela passar as férias na casa dela, não é nada menina, não é por nada não, eu sempre dou outra conversa e nunca digo a verdade a ela.

— *Isso atrapalha sua relação com a sua irmã?*

— Não, entre mim e a minha irmã não, porque a minha irmã não... como se diz.. ela antes de casar com ele ela dizia, ele era muito mulherengo, mas isso eu não sabia porque eu era uma adolescente, eu não sabia, de chegar pra ela e contar... e na época ela também era muito agitada, tanto é que ela batia em mim, então se eu fosse contar, eu ia apanhar. Então falei assim eu não vou contar.

— *Você apanhava?*

— Apanhava. Minhas irmãs mais velhas me batia.

— *Por que?*

— Ah, porque eu não tomava conta dos pequenos aí ela me batia. Então eu falei assim, eu não vou contar... aí nisso de vez em quando também vinha aqui na praça também querendo sair comigo, aí eu já era mais velha, né, aí eu falei olha, se você continuar me ameaçando eu vou na polícia, hein, vou te entregar. Ele falou assim, ah, não vão acreditar. Eu falei então vou deixar você me machucar, que aí eles vão acreditar. Ele falou, aí você tá jogando baixo. Eu tô sendo sincera com você. Se você é marido da minha irmã, porque que você tá querendo ficar comigo? Não tem

nada a ver. Nós somos cunhados...

— *Esse medo com a sua filha, é só com ele ou é geral?*

— Sobre com outras pessoas? Eu converso com ela. Mas assim em matéria dela ir, ou às vezes quando ela vai passear e fica na casa da minha irmã, eu só deixo ela sair com pessoas responsável mesmo e aí peço, não deixa ela com ele em momento nenhum, aí fala por que? e eu, não deixa, se eu souber que vocês deixaram eu vou zangar com vocês. Não quero ela sozinha com ele de jeito nenhum. Que ela tá maior do que eu. Tá um moção, então quer dizer... tem que dar medo, né?

— *Você tem medo...*

— Tenho medo, né?

— *Alguma vez você já precisou dar um tapa nos seus filhos?*

— Já. Já porque ela assim chegou num tempo que... eu trabalho aqui em baixo tem o que, uns 5 anos, então ela desde pequena fica com minha irmã. Aí tem vez que ela responde à minha irmã. Aí eu bati nela. A minha irmã falou assim, não bate, então eu falei assim então de hoje em diante eu não vou bater. Você toma conta dela. Deixo por conta dela. Mas não precisa bater. Aí eu digo que ela responde, ela fala assim não precisa você ficar brigando, porque se ela tá dando problema é porque você não deixou eu dar um corretivo nela. Aí ela fala assim, não é batendo que se ensina, e eu falo, não é deixando de bater que não vai ensinar também, olha só. Aí depois disso... Porque tem certas horas que a criança merece uns tapas.

— *Que horas?*

— Por exemplo, a hora que faz malcriação, qualquer criança que faz malcriação, que tem hora que a criança dá aquela malcriação que você vê que você se sente mal. Ver a criança dando uma resposta a uma pessoa mais velha, entendeu, o pai, ou a mãe, não chama a atenção de um filho, não põe de castigo, acha graça daquilo, eu acho isso errado. Que o mais que eu passei, mas eu nunca respondi ao mais velho. Isso meu pai sempre ensinou, nunca respondo ao mais velho.

— *Se responder, você acha que ...*

— É. É um abuso.

— *É um abuso da criança? O tapa nessa hora não é uma coisa violenta, na sua opinião?*

— Não.

— *O que é violento então?*

— Violento é pegar, é bater de tudo quanto é jeito, entendeu, é machucar, é dar chute, é dar soco... Deixar cheio de hematomas, é pegar cigarro, queimar a criança... com garfo, com faca... do jeito que meu cunhado fazia com minha sobrinha. Pegava no

pescoço, apertava pra poder matar mesmo...

— *Porque ele fazia isso?*

— Ele era muito ruim, era não, é muito ruim, que ele não pode criar as meninas como filha dele. Então ele achava... eu acho que eu não sei... no ponto de vista dele, acho que era assim, né, matando fica livre. Acho que é isso. Acho que isso é que é violência.

— *Isso faz diferença pra criança?*

— Faz. Faz porque se a pessoa dá um carinho, e o outro rejeita e bate, a criança prefere o carinho. Se a criança é humilhado, você estende a mão a criança pega a mão... entendeu? Então hoje em dia eu tiro isso pelo meu filho, que ele é humilhado na casa da avó dele, não pela avó dele, mas pela parte das tias dele, ele é humilhado então ele chega em casa, na minha casa... quer dizer, a vontade dele é estar do meu lado. Só que ele não pode estar do meu lado por causa da avó dele, que ele não quer largar a avó.

— *O que você quer dizer com humilhado?*

— É... é criança maltratada, por exemplo, é... como eu posso te dizer? Essa cigareira aqui. Aí você chega assim e pergunta, cadê a cigareira? Ah, não vi. Ah, mas você roubou minha cigareira. Eu não roubei sua cigareira. Você é ladrão. Eu não sou. Quer dizer, a criança se sente humilhada, pela coisa que não fez...

— *Quer dizer, acusam ele de fazer coisas que ele não fez?*

— Ele se sente mais humilhado porque ele fala mãe, se fosse os de fora, eu diria é os de fora, não me conhece, não me viu nascer, mas é a minha tia que me viu nascer e me chamou de ladrão. Aí quer dizer, as criança fica humilhada de ser chamada de ladrão...

— *É mais difícil lidar com filho homem ou com filha mulher ?*

— Com homem.

— *Por que ?*

— Por causa do o exemplo, né, por que hoje em dia, se você não ocupar o tempo de uma criança, tá arriscado você perder ele pra rua. Então que você tem que ocupar o tempo de uma criança até 12 horas por dia, ou mais, logo que tiver acordado você tem que ocupar o tempo... tem que tá estudando, é uma brincadeira saudável, entendeu, é... lendo, então quer dizer, tem que ocupar o tempo de uma criança. A criança na rua é... é uma tristeza.

— *E é mais difícil prender o homem ?*

— É.

— *Conforme a criança vai crescendo você acha que vai ficando mais difícil ou mais*

fácil?

— Mais difícil.

— *Por causa da rua?*

— É. Por causa da rua e vai crescendo, vai querendo dinheiro pra poder ir na rua comprar as coisas... e a gente vê que a gente... não tá trabalhando... são de menores... fica pedindo aos outros na rua, então a gente tem que dar e marcar horário pra estar em casa.

— *Você cuida deles sozinha?*

— Foi.

— *Você já foi casada?*

— Já. Fui casada por 6 anos. Com o pai desse meu filho. Fui casada por 6 anos. Mas só que ele é alcoólatra, aí eu larguei ele. Que ele queria me bater, aí... bater não.

— *Ele batia no seu filho também?*

— Não, não chegou a bater nela não. Ele levantou a mão pra ela mas não chegou a bater nela não.

— *Como foi ter um filho aos 16 anos?*

— Aquela coisa de adolescência, né, eu me apaixonei, a primeira vez... pelo pai dela. Tava namorando desde os 14 anos. Ele tinha 25. Eu me formei com 15 anos, me formei mas me perdi com 15... me formei mas depois me perdi. Aí foi a hora que eu fiquei grávida.

— *E na sua família?*

— Foi difícil.

— *Você era muito nova...*

— Era muito nova, e a minha irmã sempre falava que ele não prestava, que ele não ia me dar apoio, a minha irmã mais nova, então ela sempre falou, mas como eu era adolescente eu nunca escutava ela porque eu achava que uma criança que nem nós duas... não era pra dar atenção, né, aí eu nunca escutava ela. Aí ela sempre hoje em dia ela fala, se conselho fosse bom, eu tinha te vendido, hoje em dia eu tava rica e você não tinha caído nessa. Vou fazer o que, tem que apanhar pra poder aprender. Se eu tivesse dado minha filha pros outros hoje eu também tava com um monte de filho. Eu não tinha aprendido como era lidar e sofrer pra poder criar uma filha.

— *E agora você passa a semana toda longe deles... Atrapalha?*

— Atrapalha porque eu não tô vendo eles crescer, quer dizer, esses dias fui comprar um calçado pro meu filho, eu tive que ligar pedindo o tamanho do sapato. Tomei um susto, eu tive que ligar pra casa pra saber o tamanho do sapato. Ah mãe é 39, eu

falei assim, eu não acredito, comprei um 39-40, cheguei lá par ele calçar, ele calçou, deu certinho... Ele falou, viu como tá certo? Eu tô vendo... Tô velha... Não, você não tá velha, é as criança que tá crescendo e você não tá vendo. Você só tem um dia pra ver as criança. Um dia só pra curtir, então...

ENTREVISTA 15: Silvia

Idade ao nascimento do primeiro filho: 24 anos

Número de filhos: 1

Idade e sexo dos filhos: feminino, 7 anos

Estado civil: casada

Reside com: marido, filho e sogra

Relação de parentesco entre o marido e os filhos: padrasto

Não trabalha

Local onde mora: calmo

O pai de seu filho é falecido. Seu filho está presente à entrevista.

— *Você já ouviu falar de violência contra a criança?*

— Já.

— *O que você sabe sobre isso?*

— Ah, tem muita mãe que maltrata os filhos, bate nos filhos com violência, até dá... espanca, dá soco nas criança, eu... desse negócio eu não gosto não. Eu bato no meu filho, sabe, mas eu bato sabe com... com modos. Bato na bunda... Ele sabe que eu bato nele. Bato na bunda dele, mas não gosto não, não gosto mesmo. Quando até minha irmã... Às vezes minha irmã bate assim... mas eu até repreendo ela, sabe, não pode fazer isso. Eu acho que não pode, né? Porque que já apanhei muito assim com tapa na cara, com um montão de coisa, que a minha mãe me batia assim. E eu agora graças a Deus eu não trato meus filhos nenhum assim, nunca vou tratar. Criança é levada, sabe que criança é levada demais... ele tá aí de prova, não bato nele de jeito nenhum à toa, assim... procuro... no braço, bato na bunda, bato nas perninhas... mas assim devagar. Nada assim pra machucar ele.

— *Por que você precisa bater?*

— Acho assim... às vezes eu peço um negócio ele não vai fazer, que às vezes eu peço um negócio pra ele fazer que aí ele tem que fazer, né? Então eu falo vai tomar um banho, ele fica sabe... embromando pra não fazer as coisas que eu falo pra ele... vai lá fazer, e dou um tapinha pra ele poder... movimentar um pouco. Só assim só.

- *Você disse que bate com modos?*
- É, assim... no tapa. Que tem mãe que bate com violência, né, eu bato assim... às vezes pego um chinelo, dou um tapinha assim com a mão assim na bunda dele... mas nada pra machucar, né? Já assim...
- [Mas naquele dia você me machucou....]
- Ah....
- *O que aconteceu "naquele dia"?*
- É que às vezes ele me tira do sério, e aí eu dou um tapinha mais um pouquinho mais... avançado, e ele diz que eu tô machucando. Mas não machucou não. Às vezes... é que tá de férias. Às vezes tô muito cansada... Aí... nada demais não. Às vezes a gente... né? Que... é tanta coisa que passa pela nossa vida, aí eu fico um pouco irritada, mas... nada de mais não.
- [Vai chorar... vai chorar...]

Desligo o gravador. Ela me relata, chorando, que o ex-marido, pai de seu filho, morreu de AIDS e ela também está contaminada. Ela está grávida, e não sabe como nascerá seu filho, nem o que será deste já nascido. Os parentes de seu atual companheiro não sabem de sua doença, o que a obriga a ocultar várias questões difíceis. O companheiro sabe, e por isso eles não mantêm mais nenhum relacionamento sexual. Ela diz que, por isso, nesta situação difícil, perde a paciência com a criança e às vezes bate com mais força, por não conseguir controlar seu estado de nervos.

ENTREVISTA 16: Julia

Idade ao nascimento do primeiro filho: 25 anos

Número de filhos: 6

Idade e sexo dos filhos: feminino, 16, 11, 7 e 4 anos; masculino, 9 e 1 ano e 8 meses

Estado civil: casada

Reside com: marido e filhos

Parentesco entre o marido e os filhos: padrasto das 2 mais velhas; pai dos 4 mais novos

Trabalha

Local onde mora: gosta de viver lá pois os vizinhos ajudam

Ela está grávida. O atual marido é cristão. Quando casou-se, estava grávida da segunda filha, e o companheiro aceitou sua gravidez.

- *Então a filha de 11 anos é como filha de seu companheiro...*
- É, elas chamam ele de pai. E o mais importante é que ele respeita minhas filhas.

Que eu sempre falei com ele, que eu podia até casar com ele... que quando ele me conheceu ele sabia que eu tinha as duas... que ele respeitasse minhas filhas acima de tudo. Hoje em dia elas chamam ele de pai e tudo. Gostam dele como pai.

— *O que é respeitar sua filha?*

— Ah, respeitar assim... não bater assim... porque eu acho assim, não é porque ele não é pai que qualquer coisinha que elas fizer, bater... Acho que tem que conversar com elas mas... respeitar nesse sentido. E ele respeita. Ele nunca bateu nelas... e elas respeita mais a ele do que eu... ele só chega e fala... então... e eu não, eu falo dez vezes... tem que bater pra elas obedecer. E ele é... num instante elas obedece. É isso, ele... pra mim ele foi o pai que elas não tiveram. Que o pai mesmo, não dava certo, não. Fumava... maconha, essas coisas... Eu tinha medo, né, dele fazer qualquer coisa com elas. Porque quando ele fumava, ficava transformado. Ele se transformava. Aí eu separei dele.

— *Você tinha medo que ele fizesse o que ?*

— Assim um... eu pensava tudo na minha cabeça. Quando ele ficava... muito agitado assim, né, ele ficava transtornado. Larguei mais ele por medo.

— *Ele batia em vocês?*

— Em mim batia. Nas minhas filhas, não. Eu tava grávida dela quando separei. Com medo, eu nem sabia. Depois que eu fui saber que eu tava grávida. Aí eu tinha ela com 5 e uma na barriga. Aí eu separei, fui trabalhar, fui viver minha vida aí no meu serviço eu conheci ele.

— *Você já ouviu falar de violência contra a criança?*

— Já.

— *O que você escutou?*

— Ah... eu já vi vários casos...

— *Você conhece casos?*

— Conheço.

— *Você lembra de alguma história que você possa me contar?*

— Conheço de uma... assim, ela veio da Paraíba e... até andei com ela, sabe, andei com ela que a menina tinha um bracinho assim, teve problema no parto, então ela nasceu defeituosa, né, então nós conseguimos um colégio pra ela e tudo, de excepcional, e passe pra ela poder andar, eu andei com ela pra gente conseguir. E o pai da menina, pai não, padrasto, que ela conheceu aqui no Rio, espancava a menina. Aí eu tinha o maior dó dela, aí... até que agora ele parou. Porque eu fui no direito... no Conselho Tutelar de Nova Iguaçu, aí eu e a mãe dela demos parte. Aí ele parou. O Conselho foi lá e tudo. Aí parou.

- *O que é violência para você?*
- Ah, é porque... matar... a pessoa... é fazer maldade...
- *E da criança?*
- Ah, da criança piorou. Porque a criança eu acho que é a coisa mais... inocente que tem na face da terra. Se a pessoa faz a uma criança não merece nem viver.
- *Violência com a criança então é isso?*
- Ah, eu acho. Bater, espancar, queimar... tem gente muito ruim... faz muita coisa com a criança... pra mim, eu já vi de tudo. Já vi encostar cigarro... essa menininha mesmo... ela tinha marcas... de cigarro no braço. O padrasto queimava ela. Violência com a criança pra mim, tem que ir preso. Tem que fazer alguma coisa. Tanto que eu fui e dei parte. Se fosse meu marido eu também ia primeiro dar parte. Apesar que ele é cristão, ele não faz nada disso. Mas se ele, no caso, fizesse, também daria parte.
- *Você disse que seus filhos obedecem o seu marido e a você eles só obedecem depois que bate. Qual é a diferença?*
- Porque eu acho que eu fico mais tempo em casa, e ele... só chega de noite, ele trabalha, entendeu, e eles quase não vê ele durante o dia. Então chega e fala assim, Fulano, não faz isso, aí num instante para de fazer. Eu não, falo dez vezes e tá fazendo a mesma coisa... Eu acho que é o contato que eles não tem quase com o pai, né, só vê de noite, de dia sábado e domingo. Aí eles respeitam mais, entendeu... e eles também vão pra Igreja com ele, não sei se é por isso, né, que eu não tô indo mais, mas as criança vai com ele. Aí eu não sei se é isso também que obedece mais a ele...
- *Por causa da Igreja?*
- É, Batista.
- *Ele nunca bateu?*
- Não, eu tô de prova.
- *Eu não preciso de prova....*
- Mas se precisar, dá. Ele já botou de castigo, uma vez. Mas ele falou que não gosta, que ele não foi criado pra espancar... que a mãe dele nunca bateu nele, e ele não tinha pai, foi criado sozinho, então ele falou que não bate porque ele não foi criado assim de espancar, ele prefere conversar.
- *Na Igreja também fala alguma coisa disso?*
- Também, tem palestra, quando eu conheci ele eu fui perguntar na Igreja, né, sobre ele, que eu conheci ele de serviço, aí eu perguntei, tive uma conversa com o pastor, antes de... que eu tenho duas meninas, eu não posso confiar assim, né, aí

primeiro eu fui morar com ele, depois que nós casamos. Que também tava atrapalhando a vida espiritual dele na Igreja, que ele tinha que se batizar e não podia... que não era casado, então só pode ser casado. Aí nós casamos. Aí eu me batizei, ele se batizou na Igreja, depois eu me afastei um pouquinho.

— *Você está mais preocupada com as meninas...*

— É. Não...

— *Você tem medo que alguém faça mal pra elas?*

— Não, não tenho não. A minha filha estuda de noite... aí assim, eu fico assim, até ela chegar eu fico nervosa, né, mas depois que ela chega... porque andou tendo muito tiroteio, entendeu, eu tenho medo mais é de bala perdida, essas coisas, mas graças a Deus lá onde eu moro é tranqüilo... Aí eu não tenho...

— *Mas você disse que de vez em quando precisa dar uma palmada. Como é isso?*

— Eu vou falar assim... principalmente tem um lugar lá, é a pista do avião, que eu moro atrás da pista do avião. Aí lá é perigoso, não pode ir, e eles cismam é de ir pra lá, aí às vezes eu falo assim, Fulano não vai, aí ele vai, aí eu tenho que dar umas palmadinha e ralhar com ele, aí ele não vai. Aí agora até que não tá indo não, de tanto eu falar e reclamar não tá indo não... Que é perigoso, por causa de avião, aí... mais assim, se eu falar um negócio assim sério, igual tava uma Kombi pegando criança uma vez, aí eu tava uma pilha de nervo, no serviço. Aí eu pedi até pra não ir no serviço, essas coisa toda... e eu falava, vocês vem da escola direto... eles parava pra comprar bala, sabe, injuriava o caminho, aí eu tinha que dar uns tapinha também neles... pra não ir.

— *Você bate é por isso...*

— Ah, eu bato de chinelo, às vezes bato de... dou umas chinelada...

— *Mas tem a ver com perigo, é isso?*

— É, com perigo, que eu fico nervosa, fico preocupada... deles sair e acontecer alguma coisa, né, que a maior parte do tempo eles não tão comigo, eu trabalho, então pra não ficar na rua, essas coisa toda, que tem um quintal enorme, não precisa ficar na rua... Se acontecer alguma coisa, pra eu chegar... apesar que os vizinhos, se chegar alguém assim estranho e tudo, eu deixo o telefone do meu serviço com a minha vizinha ali, sabe... o muro dela dá com o meu.

— *Você conversa com essa vizinha sobre criar filhos, vocês trocam conselhos?*

— Dá, porque... hoje mesmo. Aí ele arranjou pra mim pra eu fazer exame pra minha filha, que desde 2 anos ela tem problema no estômago, arrebeta a boquinha dela toda. Hoje ela tem 11 anos. Então ela tem... dá uns apagão assim... E ela também tem um filho mais velho do que eu, ele já tem 19 anos, adolescente, às vezes eu

falo... comprei uma roupa pra minha filha... mas não gostou... troca, sabe... ela fala, mas isso é assim mesmo... essa fase... sabe, ela me explica certas coisas que ela já passou. E eu tô passando agora.

— *Ela tem medo de perigo, também?*

— Ah, tem. Temos. Porque a vida de hoje tá muito perigosa, tá difícil. Que ela sai pra escola, às vezes eu fico assim... até ela chegar, porque... quando ela sai eu ainda tô vindo, do serviço. Quando eu chego, ela já foi. Aí eu fico até... E meu marido também, quando ele chega eu fico mais calma. Até eles dois chegar, eu fico nervosa... que é muita violência... Acontece tudo, assalto dentro do ônibus, acontece tudo... a gente não dorme, eu não durmo.

— *A senhora acha que essa violência da rua tem a ver com violência dentro de casa?*

— Acho que não. Não.

— *O que acontece em casa é de casa, mesmo?*

— É de casa, assim banal, não é... A minha casa é banal. Não acho que é tão assim... não entra não, a gente conversa, todo sábado. Eu reuno as criança e a gente conversa. Como é que foi a semana... Que a Igreja manda a gente conversar o que aconteceu, que às vezes tem alguma coisa oculta que a criança não conta... E na Igreja eles ensina isso... conversar com os filhos, pra saber... durante a semana, o que que aconteceu, aí eles conta.

— *E o pai está junto nessa hora também?*

— Tá. A gente faz isso. Todo sábado. A igreja da gente, a Igreja Batista, ensina assim. A gente conversa, procura saber... que se a gente deixar o filho também, é o que o pastor fala: abandonado, o mundo ensina. Então a gente é que tem que tomar, né, se a gente largar assim demais, é o mundo que vai ensinar. E o mundo vai ensinar errado.

— *Como foi a sua educação?*

— A minha educação? Eu não tive mãe, não tive pai... Fiquei na casa dos outros. Mas... por isso é que eu tenho muito filho, que eu falei que o dia que eu tivesse uma família, eu ia querer bem grande. Acho que é por isso, que eu fui muito carente, assim, sabe? Aí...

— *Você apanhava?*

— Ah, apanhava. Qualquer coisinha... que na casa dos outros é diferente, que na nossa casa com meus filhos. Porque eu era criança. Às vezes eu me lembro, que criança, quer chupar mais uma laranja, e é aquilo só, nunca tinha, era aquilo só... se pegasse... batia... botava no milho... Já passei por isso tudo, que eu era muito levada... às vezes eu nem culpo tanto, que eu era uma criança muito rebelde... Era

muito levada. Subia em árvore, fazia de tudo. Aí minha tia batia em mim... mas é por isso que eu não faço com os meus filhos. Porque eu já passei por isso, e eu acho que não adianta. Dou umas chinelada de vez em quando, mas não adianta... ficar batendo, espancando... porque ou cresce revoltada...

— *Qual é a diferença entre sua chinelada e espancar?*

— Ah, porque minha tia... era chicote. E eu bato, quando eu vejo que tá doendo, eu já fico assim... tá doendo? Aí o meu marido até fala, que eu sirvo nem pra bater. Minha tia, não. Ela batia de chicote mesmo. Era uma vara de marmelo e doía... aquilo doía... E depois ainda jogava sal grosso. Arde mesmo, aquilo ardia... Depois ela dava banho na gente no sal grosso, aquilo era ruindade mesmo. Aí eu falei, quando for os meus eu não vou...

— *Que idade é mais difícil educar?*

— Ah, 7 anos é terrível, sabe, e todos eles que passaram assim... a fase dos 7 anos foi mais difícil...

— *Por que? O que acontece aos 7 anos?*

— Ah, porque eles querem... agarrar o mundo, e você fala e as crianças nada... minha filha, ela brigava muito na escola. E eu falei, não é assim... a tia até me chamou, que ela exigiu que a menina... fizesse um favor pra ela senão ia bater na menina. Eu falei por que isso? Como eu falei com a senhora, ela falou, pra mim ela não falou não, que a tia tinha me chamado na reunião com ela. Eu cheguei lá ela falou. Eu falei por que? Ah, porque eu não sabia, e mandei ela fazer o dever pra mim. Eu falei mas não é isso, se você estudar você vai saber, e ela não é obrigada a fazer pra você, você é que tem que fazer o seu dever. Aí conversei muito com ela, muito mesmo. Aí hoje em dia ela até é amiga da Isabel. Aí sem explorar a Isabel, falei, você pode ser amiga mas sem explorar.

— *É nessa idade então que precisa a chinelada?*

— É. Pra botar no eixo. Ou chinelada ou então assim... botar de castigo... Prender o que ela gosta muito de fazer, não deixar... Lá em casa eles gostam muito de andar de bicicleta... que essa fase...

— *Tem mais algum jeito de ser violento além de espancar?*

— Ah, tem. Tem a prostituição infantil que você vê muito, não só nas ruas mas até padrasto, essas coisas todas... A gente conversa muito sobre isso. Tem colegas também dessa mais velha... da Assembléia de Deus, ela não é da Batista. A amiga dela falou uma coisa, chegou chorando no culto... E acontece muito isso, eu falei porque ela não chega pra mãe dela e fala? Mas tem aquele medo, aquele receio, da mãe achar que foi... né... não achar que foi o padrasto. Que a garota, igual eu

falei... a mãe, quando é mãe mesmo, acho que não acha. Acho que acha que é o padrasto mesmo, que homem é safado. O homem quando não tem uma estrutura, assim... não tem uma mente aberta e já tá assim... não frequenta nada, não tem uma religião...

— *Você acha que a religião é que dá estrutura?*

— É, que muda a estrutura. Porque depois que eu frequentei, eu aprendi muita coisa. A Igreja Batista, em qualquer outra, você chega ali você vê, que o ambiente é diferente. É diferente. Não tem como... não é igual.

— *Você consegue me explicar essa diferença?*

— Ah, consigo. É assim, ó. Vou te explicar. Antes, eu, em mim, eu era assim muito nervosa, agitada, depois que eu comecei a frequentar a Igreja eu... eu sei lá, eu vi muita coisa, sabe, e o pastor ensina muitas coisas, e às vezes tá acontecendo assim... você não sabe. Aí você vê ele falar e fala, não, realmente tá acontecendo isso comigo, aí você começa... a mudar... dentro de si mesma, e assim você vai se encontrando, e... com a graça de Deus... lá dentro. Tô bem mais calma, tô mais... faz parte, sabe? Eu acho que toda família precisa assim de uma religião, alguma coisa pra se apegar, do bem, né? Aí mudaria muitas coisas, que lá em casa mudou, em mim, que meu marido sempre foi assim desse jeito que eu tô te falando, mas eu era assim... mais agitada. Brigava...

— *Você falou de espancamento e prostituição. Há outras formas de violência?*

— Não, é... eu acho também assim... por exemplo, você não... tem mães que não trabalham, não bota nem a comida pra criança, bota a criança pra trabalhar cedo, explorar a criança... Eu acho que se a pessoa tem saúde, se você pode trabalhar, pra que botar o seu filho? Eu acho, no meu entender, que criança tem que estudar, sabe? Eu não fui de estudar porque... igual, não tive pai, nem mãe, tive que trabalhar... mas eu peço aos meus filhos que estudem. A mais velha tá no segundo grau.

— *E ofender, xingar?*

— Ah, isso também. Isso também. Negócio de mandar... eu acho que filho a gente não xinga o filho, que o filho é o espelho. É o que o pastor também fala. O que eles vêem dentro de casa é o que eles vão fazer, entendeu... os pais têm que dar o exemplo, entendeu? Aí os filhos vão seguir o exemplo. Eu acho assim, né, é o meu entender.

— *Você teve ajuda da Igreja. Você não teve exemplos...*

— E eu acho que toda família, por isso que eu tô dizendo, que procura uma Igreja, é outra pessoa. Muda a maneira da gente pensar... Abre mais a mente da gente.

Então é outra pessoa. É isso. Mais importante, eu acho... Acho que assim... da dó de ver criança na rua, e os pais deviam olhar mais pelos seus filhos, não fazer e deixar pra lá. Eu tenho muito, eu tenho muito. Mas eu trabalho. Que meu patrão fez concurso lá pro interior de São Paulo... se ele for, eu vou catar latinha, vou fazer qualquer coisa... vou procurar... nunca vou deixar faltar as coisas.

ENTREVISTA 17: Angela

Idade ao nascimento do primeiro filho: 24 anos

Número de filhos: 1

Idade e sexo dos filhos: masculino, 28 anos

Estado civil: casada

Reside com: marido (filho casado mora no andar de cima com 3 netos)

Relação de parentesco entre o marido e os filhos: pai

Não trabalha

Local onde mora: tranquilo

— *Você já ouviu falar de violência contra a criança?*

— Ah, já.

— *O que você ouviu?*

— Olha, sobre mãe, né, por incrível que pareça, mães até, amarrarem os filhos pra não sair pra rua, eu não sei em que sentido ela pensava, né, eu não sei se o medo que a criança saísse, né, eu sei que ela amarrava a criança pra não sair pra rua.

— *Onde você ouviu isso?*

— Isso foi lá no Espírito Santo.

— *Mas você ouviu... de gente conhecida?*

— É, as pessoas comentando. E diz que a pessoa não tinha assim... é meia desequilibrada mental. Aí eu não sei também porque ela fazia isso, né? Não sei se a criança ficava muito na rua... um negócio assim. Não sei, as pessoas comentam, né? A gente não fica... sabendo exatamente o que era né?

— *O que você acha disso?*

— Ah, eu acho isso um absurdo. Que nem bicho, né, eu... pelo menos não sinto bem. E é bichinho, né? Um cachorro, por exemplo. Eu não gosto. Eu gosto de bicho, mas ter ele amarrado, eu não tenho. Agora imagina uma criança, né, que é gente. Deus me livre.

— *O que aconteceu com essa senhora ?*

- Olha, eu fiquei sabendo que ela foi internada e no dia que eles levaram ela foi inclusive amarrada. Tava fora de si. Então depois eu fiquei sabendo que ela tinha problema de... esquizofrenia, né?
- *O que é violência na sua opinião?*
- Ah, passando de... eu acho assim, que uma criança, ou mesmo adulto, precisa de atenção... e carinho. Em todos os sentidos. Agora passando disso, eu acho que uma simples má resposta já é uma agressão, né, às vezes a pessoa faz uma pergunta, você não tá nem esperando por aquela má resposta quer dizer, você fica chocado. Isso aí é uma violência. E tem aquelas mais grave, né? Como espancamento, é... sei lá, muita coisa, a gente tem visto ultimamente. É terrível.
- *Você tem visto muito ultimamente? Está aumentando?*
- Ah, sim. A gente vê nos jornais, né, na televisão... Tem programa que eu nem gosto de assistir, quando passa tanta coisa, agressões, a gente fica até... assombrada. De sair na rua, pegar condução, até dentro de casa, a gente não tem tranquilidade, né?
- *Você acha que tem relação, a violência da rua com a violência dentro de casa?*
- Acho que sim. Porque as pessoas que estão na rua, violentando, atacando as pessoas, ela tem uma criação, né, então começa em casa. Eu penso assim. Que se você cria seus filhos na paz, eles vão sair lá fora e não vão atacar ninguém. Eu penso assim. Eu acho. É criação.
- *Como foi educar seu filho?*
- Ah, graças a Deus, eu não tenho que o que reclamar. Eu tive um, né, e esse não me deu trabalho, graças a Deus. E Deus me abençoou tanto que até os 14 anos ele foi aquela criança calma, desde o jardim, botei no colégio com 4 anos, aí depois ele continuou estudando, com 14 anos ele se decidiu ir pra Igreja, nós somos evangélicos, né, então daí pra cá foi mais fácil ainda. Com a ajuda de Deus... que Deus nos orienta. E foi muito assim.
- *Às vezes os pais têm que contrariar a criança. Como foi isso na sua casa?*
- Foi até legal. Olha, uma simples experiência que eu tive. Eu... às vezes... como sempre, a gente tá com pouco dinheiro. Aí eu ia no supermercado com ele... que eu sempre não gostei de ver as criança fazendo pirraça na rua, querendo alguma coisa, às vezes a mãe não pode comprar, eles quer, né, eles não entende. Quando eu saí de casa falei assim Fulano, mamãe tá com pouco dinheiro. Aí chegava no supermercado ele pegava assim... não pedia, não chorava... mas ela pegava as coisas que ele queria na prateleira e falava

assim... mãe, seu dinheiro dá pra comprar isso aqui? Aí, mesmo que não desse, eu me virava... foi assim, então isso daí era assim, entendeu, dentro do possível eu dava aquilo que eu podia. A gente não pode dar tudo que a criança quer... e chega um ponto às vezes você não pode, eles querem, né?

— *E desobediência, alguma coisa que ele queria muito, teve isso?*

— Não, tinha não. Ele nunca foi assim de teimar, entendeu? Graças a Deus eu fui abençoada, nesse sentido.

— *Como você foi educada?*

— Ah, já fui... Não é por ser eu... eu fui uma criança calma, eu nunca tomei um tapa do meu pai, meu pai olhava pra gente, a gente lia nos olhos, né, a educação de antigamente... eu vou dizer antigamente porque é muitos anos... era bem mais fácil.

— *Como assim?*

— O sentido assim de obediência. Que o pai falava, a criança obedecia. Eu não sei porque. Hoje eu vejo, às vezes, meu sobrinho, que filho eu tive um... mas tenho muitos sobrinhos... eles bate pé, eles querem, não querem nem saber. Então é muito difícil hoje. É mais difícil, né? De educar... de falar e a criança atender... eu vejo isso.

— *Você falou que nunca tomou uma tapa de seu pai. E da sua mãe?*

— Mamãe às vezes... apesar dela ter sido uma santa... às vezes precisava. O pai ficava mais distante...

— *O que você fazia que precisava?*

— Ah, não sei, eu nem me lembro... fazia malcriação, né? A gente às vezes... lembra que levou um tapa. Mas não lembra porque.

— *Sempre de sua mãe?*

— É, meu pai era mais... sabe aquelas pessoas assim... mais antigo? Eles não era assim de fazer... carinho na criança, mas papai ele... não batia, minha mãe também não espancava, entendeu, só uns tapinhas que a gente de vez em quando precisa... mas papai era carinhoso, assim mesmo. Eu me lembro que às vezes eu deitava assim né, fingia que tava dormindo só pra ele me pegar no colo e me levar pra cama. Ele pegava os irmãos, botava assim no colo... dançava com eles... botava no ombro pra dormir... ah, era tão bom... lembrar do tempo de criança, né, pequeno.

— *A educação que você deu a seu filho é parecida com a que você recebeu?*

— Eu acho parecida.

— *Na sua casa, você e seu marido, é parecido com sua mãe e seu pai?*

- Não, lá em casa somos iguais.
- *Você trabalha?*
- Já trabalhei. Ainda trabalho. Só que antes era diferente porque eu saía de manhã e voltava à noite. E meu marido também.
- *E quem explicava as coisas a seu filho, corrigia... ?*
- Era eu. Meu marido ele é um pouco assim, ele falava Fulana, você chama a atenção, corrige, ele falou que tinha medo. Ele não tinha assim aquela... paciência. Entendeu, como eu tenho, eu sempre tive. De chamar a atenção, de corrigir...
- *E como era?*
- Ah, eu dava castigo. Desligava a televisão, que às vezes não queria comer e queria ver televisão...
- *Tirando as coisas que ele gostava?*
- É isso.
- *Alguma palmada no bumbum?*
- Ah, eu dei. Dei sim. Porque ele era uma criança assim muito boazinha, mas ele era sonso... fazia escondido. Aí eu via, né, e tinha que corrigir. Pra não continuar.
- *Aí era a palmadinha...*
- É.
- *E como ele reagia?*
- Bom, chorava, né.
- *E depois parava de fazer?*
- É, às vezes continuava uma ou duas vezes mais, né?
- *Aí você dava mais uma ou duas palmadinhas...?*
- Isso.
- *E aí parava?*
- É.
- *Ele tinha que idade?*
- Ah, uns 5 anos... 6 anos, por aí.
- *Que idade é mais difícil?*
- A adolescência, né, porque já acho assim que eles querem ser dono de si, né, querer sair... à noite... meu filho só ia pra Igreja, com 14 anos, falei pra você né, ele ia pra Igreja, saía com os colegas, amigos da Igreja, do colégio... mas nunca ficou assim... noites fora.
- *Então pra você essa idade não foi tão difícil...*

- Não, não foi não.
- *Pra você então o que foi mais difícil?*
- Mais difícil foi porque ele começou a namorar muito cedo. Com 13 anos ele passou a gostar da garota que hoje é a esposa dele. Passou a gostar dela, mas só ficava naquela paquera. Aí só encontrava na Igreja, depois culto, aí ia pra casa... mas depois que ele alcançou 16, 17 anos, ele foi pra Marinha, né, então ele já saía de casa pra ir pra casa dela. Namorando em casa. Aí ele já queria chegar mais tarde, eu tinha que ficar esperando ele, falando pra não chegar tarde, que era perigoso... mas ele era apaixonado, Nossa Senhora. E eu naquela luta com ele, pra não namorar, namorar sério, que era muito cedo pra casar, que ele tinha que terminar os estudos... tanto que ele casou cedo, casou com 21 anos. E logo teve filho. Hoje o garoto dele tem 7 anos.
- *Você conversa com ele sobre a educação de seus netos? Você dá conselhos a ele?*
- Ah, sim. Dou sim. Como eu tive a experiência de criar na Igreja, né, ele também é evangélico... então eu falo com ele que é muito importante criar a criança na Igreja, no ensinamento, né?
- *Você acha que não cuidar da criança é violência?*
- Com certeza. Dependendo de alguma coisa que ele precisa e ela não faz, vem gerar alguma coisa na criança.
- *Você conhece histórias assim?*
- Não, assim desse tipo não.
- *E a violência sexual com a criança... já ouviu falar disso?*
- Lá no Espírito Santo isso... O menino dela saiu, né, prum bailezinho, aí ela veio e escutou assim... tipo um chorinho no meio do mato... que tinha um matinho... aí ela parou e foi lá ver o que que era. Era o filho dela. Um garoto de 18 anos tinha pego o filho dela, com um pedaço de vidro na mão, foi Deus que mandou ela ver... forçando o garoto, entendeu? Fazer o que com ele... la fazer... estuprar o garoto, né? E ela foi, chamou a mãe do garoto e falou com ela. Você pensou a mãe desse garoto? Não acreditou no que ia acontecer. Aí ela até comentou comigo isso, falou olha, ela sumiu de lá do lugar. A mãe do garoto que tava querendo... Sumiu de lá. Porque ela deve ter ficado com medo, né, da minha sobrinha denunciar, qualquer coisa assim... Então esse tipo de comportamento... isso é uma violência... terrível, né?
- *Qual é pior?*
- Acho que tudo é a mesma coisa, né? Acho que pra criança, ver uma coisa

dessa, deve ser a pior coisa.

— *O que você acha que se deve fazer com esses pais?*

— Olha, a mãe, mesmo ela pensando que tá fazendo o bem, às vezes presumir que pode acontecer coisa na rua eu acho que ela tem que ter um tipo assim de esclarecimento, na cabeça dela, que não tá certo coisa, né? Que às vezes ela evita de fazer uma violência lá fora, e tá usando uma pior dentro de casa. Então... Às vezes uma mãe prende um filho dentro de casa, pra não acontecer uma violência lá fora... Eu acho que uma mãe não precisa fazer isso com um filho, né? Conversando com ele, mesmo que demore de entender, não precisa de amarrar, de espancar, eu acho que não.

— *A mãe que espanca também precisa esclarecimento?*

— Ah sim, eu acho.

— *E o menino do caco de vidro?*

— A mãe dele?

— Não, ele.

— Ele? Ah, sinceramente eu não sei. Não sei. Não sei se ele precisa de um psicólogo, um tratamento com ele, não pode ser normal. Sinceramente eu não sei.

— *A Igreja te ajuda?*

— Escuta no sentido assim de aconselhamento, de ensinamento, como educar os filhos... Olha, tem até um versículo da Bíblia... provérbio... 22, versículo 6. Diz assim: Deus falando pra todos os pais, né? Ensina o menino o caminho que deve andar. Que quando ele envelhecer, não tem do que se arrepender. Não é certo? Ensina o menino desde pequenininho, o caminho que deve andar, ensinando, falando o que é certo, e ensinado também o que é errado, pra ele não fazer, e ele vai crescer o que? Uma criança sadia, um jovem... um chefe de família... porque mesmo que... lógico, o ser humano é falho... ele venha a falhar, mas ele vai ter uma cabeça... certa.

— *Você acha pior tapa de mãe ou de pai?*

— Isso aí depende, né? Às vezes na hora que tá precisando do tapinha, às vezes é o pai, às vezes é a mãe.

— *Depende de que?*

— Depende do momento, da hora que é preciso, depende de quem ou quando... O pai ou a mãe, os dois são iguais. Precisa é saber dar a correção na hora certa.

— *Qual é a hora certa?*

— Ah, a hora certa, por exemplo, tem uma hora que ele passa do limite, você tem

que ter aquela hora certa. Ou corrigir na conversa, aconselhando, ou se for preciso dar um tapinha, quer dizer... a criança pequena. O grande não precisa, né, já aprendeu.

— *Então a hora certa é essa, quando está passando do limite?*

— É.

— *Você acha diferente educar filho homem ou mulher ?*

— No meu ver, eu acho que é a mesma coisa, acho que depende muito da criança. Tem aquela criança que é muito geniosa, outras não, isso aí depende muito. A minha irmã mesmo, ela apanhava do meu pai. Eu não apanhei, entendeu? Porque ela... o papai falava pra ela não fazer... por exemplo, sair, ela tinha as colegas dela, eu pedia, meu pai não deixava, eu obedecia. Eu chorava à beça. Agora, minha irmã, ela enfrentava o papai. Aí o papai tinha que impedir.

— *Aí ele dava tapa?*

— É. Às vezes pode ser menina ou menino, depende. Depende muito. Eu sempre falo assim à minha nora. Ela só tem filho homem. Vão ser 3 rapazes daqui a uns anos... será como vai ser? Ela tá esperando o quarto agora, e ela fala, tomara que seja menina, menina é mais calma, né, eu digo não sei, isso aí depende muito.

— *Você tinha irmãos homens? Eles eram mais arteiros, mais calmos?*

— Não, todo mundo lá em casa... só tinha essa minha irmã e o outro irmão. Hoje tá com 60 anos, que era mais rebeldezinho. Ele bebia na época, né, chegava em casa... não batia em ninguém, não agredia ninguém. Mas chegava em casa assim... falando muito... sabe, conversa de bêbado?

— *E o que seu pai fazia?*

— Meu pai não fazia nada. Ele ia deitar, dormir, no outro dia amanhecia com dor de cabeça... deixava pra lá... falando sozinho.

— *E no dia seguinte?*

— Ah, papai sempre aconselhava ele pra não fazer aquilo, que era perigoso, ele andava a cavalo, era perigoso cair e acontecer um acidente... Depois ele parou de beber, tem muitos anos, hoje ele até tá na igreja também... Serviu de experiência.

ENTREVISTA 18: Laura

Idade ao nascimento do primeiro filho: 23 anos

Número de filhos: 2
Idade e sexo dos filhos: feminino, 12 anos, masculino, 10 anos
Estado civil: casada
Reside com: marido e filhos
Relação de parentesco entre o marido e os filhos: pai
Trabalha
Local onde mora: próximo a favelas, está cada vez mais violento

— [Define a filha como caseira, e o menino como muito "rueiro"] Eles já me deram muita preocupação, muita dor de cabeça. Eu e minha sogra já fizemos ele chorar naquele dia que reprisou na televisão a respeito de criança desaparecida. Ela lá cutucando ele e eu de cá ouvindo e tornei a replicar, e ele ficou revoltado, Ah, eu já sei disso, minha avó também já ficou me enchendo o saco, quer dizer, é um garoto libertino. Adora viver na rua. Mas eu acho que graças a Deus também, que o pai também foi cria de rua, né, praticamente, mas nunca deu pra... pro que não prestava. Nesse ponto eu sou felizarda... é um menino super consciente, e quando se fala com ele, ele obedece, se ele fosse arruaceiro e desobediente pode contar que ele não estaria na rua. Eu dava um jeitinho nele.

— *Como assim?*

— Que o meu maior medo... que eu tenho medo, eu quero a vida dele. E o maior medo é você estar cuidando do seu filho... que eu trabalho, né, dia sim dia não mas trabalho, e eu sou um pouco desligada, eu sou o tipo da mãe que não tenho muita responsabilidade. Eu sou uma mãe... eu gosto da minha liberdade, eu sinto que eu sou solteira, que eu não tenho filho, mas a minha responsabilidade pra com eles com relação a roupa, alimento, escola, é essencial, entendeu? Eu fui criada assim pelos meus pais também, entendeu? Sempre foram humilde, sempre... como é que se diz, sempre deu uma boa educação pra gente, entendeu? Isso aí eu não... boa educação no sentido de saber falar com as pessoas, de saber se exaltar na hora certa, ou melhor dizendo, não se exaltar, que meu pai era super tranquilo, é um cara que... pra pisar no calo dele, você tinha que ter... muita raiva. Mas mesmo assim eu acho que ele ficaria ali. É o meu caso. Que no meu trabalho eu lido com muitas pessoas diferentes, muitos gênios opostos, então o que é que acontece... tudo eles fazem, acha que pode pisar em cima de mim, eu vou... rindo, agradecendo, pedindo desculpa, viu, não me deixo abater. E... nisso as pessoas em geral, ao invés de procurar ser mais violentas, elas procuram se tranquilizar mais. Quando eu levo uma... vamos dizer, uma patada, eu vou com carinho. Aí essa patada se torna o que? Se torna uma gentileza. A pessoa volta atrás, não o que é isso? Ela se sente... ela mesmo vê que está errada.

— *E com seus filhos, você faz assim, também?*

— Já com eles... eu não sou de bater, entendeu? Se eles tão brincando, ou até mesmo brigando, eu olho, falo isso não vai dar certo... que eles têm mania de brigar, ainda mais menina com menino. Casal é... parece até feito um pro outro. É casal mesmo. O meu sobrinho também brigava muito, mas só que os meus é mais tranqüilo. Mas a paciência da minha irmã... ela nunca... por exemplo, eles tão brigando. Quase se matando. Eu me lembro que ela tinha 4 e meu sobrinho 6. Era mais ou menos... um logo depois do outro. Criados juntos. A minha irmã... vai, briga, bate, faz e acontece... tipo instigando pra briga, eu falei isso não dá certo! Ah, eles tão brincando, é criança, eu falei olha, vamos ver... ela de repente me pega uns 5 litros de vinho quebrado, é gargalo, tipo cerveja quando você bate assim fica aquela coisa... o vidro... os 5 litros de vinho tava assim. Ela tinha uma força... que ela tem gênio até hoje. Ela grita com a mãe, berra, entendeu? Ela só fez assim. Quando ele entrou aquilo baixou... fechou a porta, foi o tempo dela travar o vidro na porta. Quer dizer... Nunca mais ela brincou desse jeito com eles. Entendeu? E também vendo aquela paciência da minha irmã... não batendo... mas com filho hoje você tem que ver. O mais velho é uma bênção. É o contrário do meu filho. A filha é rueira, e o filho é caseiro. Ele mesmo fala, poxa, não gosto de sair de casa que eu não gosto de deixar minha mãe sozinha. E defende a mãe com unhas e dentes. Se a menina vai brigar com ela, falar alguma coisa, se alterar... se falar, vou te dar na tua cara... ele, não fala assim com a minha mãe, assim mesmo, uma coisa maravilhosa, entendeu? Eu aprecio muito ele. Ela tem... 12... não, 16. Tá fazendo 16 anos, começou a namorar aos 12. O moço tá com... Praticamente eu não sei se eles tem alguma coisa em comum que todo mundo acha que tem e eu acho que tem também, que... se dorme na casa do namorado, é porque tem. Mas a gente conversa com ela, minha filha, usa preservativo, aja consciente, e a mãe dele também fala com eles, porque a minha irmã é humilde... pra tratar com neto, ela já tá fazendo o favor de tomar conta de um bisneto da minha mãe, no caso, é filha da filha do meu irmão, ele tem 1 aninho e pouco. Deixa o garoto lá... mas minha irmã trata dele com muito carinho... aquilo ali pra ela... ela sempre tomou conta de criança. É isso, entendeu?

— *Vocês conversam muito? Trocam conselhos sobre a educação dos filhos?*

— Olha, nesse sentido a gente não conversa muito não, só por exemplo... quando eu falo... a filha dela, no caso... Chegou lá e ah, vou levar o disco pra casa do Fulano, que é o namorado dela, a minha irmã falou assim, olha, você vê lá, depois escangalha, quero ver quem... aí eu falei assim, você me desculpa mas ela tá certa, sabe, a gente troca, sabe, conhecimento...

— *E o que você escuta dela?*

- A mesma coisa. Ela fala, você tem que tirar esse menino da rua, isso eu lembrei agora. Ela é uma pessoa que ela dá um conselho... Que a outra, a do meio, é caladona. Ela não aconselha nem desaconselha, ela é uma mãe fechada pra dentro de si.
- *Vocês são três irmãs?*
- São quatro. Sendo que a filha mais velha dela tá na psicóloga agora. Tá fazendo Psicologia, assim tratamento. Porque não arruma emprego, tá com 23 anos, não namora... Por causa dos pais. Ela se sente frágil, fragilizada. E esse medo eu não quero que a minha filha tenha. Quero que ela seja livre, como eu sempre fui, meu pai sempre teve confiança em mim, sabe? E que ela faça as coisas de maneira correta.
- *O que aconteceu com essa sua sobrinha?*
- Ela... o probleminha dela é que ela se sente inferior. Porque o pai é do tipo antiquado, é quadrado, já vem de família... Ah, porque não pode fazer isso... E ela foi a mais velha, então a mais velha... Ela não sabe responder ao pai. Ela tem medo dele ao invés de respeitá-lo. Esse medo eu não quero que os meus filhos tenha. Que eu sempre converso com eles...
- *Por que ela tem medo dele?*
- Que ela foi criada assim presa, desde pequenininha... Ah, não pode... a minha irmã mesmo, mãe dela... ah, porque se você fizer merda, no caso... aparecer de barriga... se você fizer merda, tá no olho da rua. Ela chorou, as lágrimas dela rolou... Eu falei pra ela, minha filha, o errar é humano, agora permanecer no erro é que é burrice. Você faz o que é bom pra você. Você sabe que fazer merda é... aquela balança desequilibrada... mas você por favor, um teto pra morar você pode contar comigo. Pode contar comigo, você não vai ficar desabrigada, não precisa ter medo do que ela fala. Então aquilo já deixa ela dentro do mundo dela, ela fica cada vez mais fechada. Eu falei... minha filha, auxiliar de serviços gerais, você... adquire conhecimento. Não é vergonha nenhuma você ser faxineira... ali você pode passar a conhecer uma lojista... é um conhecimento da vida. Puxa, ela pediu pra eu arrumar pra ela. Mas ali só entra parente de encarregado, parente de líder... Eu até pergunto, né, vem cá, você é parente de quem, Fulano. Eu falei, não podia ser parente de quem trabalha aqui não?. Eu procuro uma vaguinha e não consigo.
- *E os seus filhos? Não têm medo de você?*
- Não, eu não transpasso proibição, nada. Eu determino hora, eu falo é assim, assim, assim. Até tem as coleguinhas dela lá que... formou-se com 9, ela tem 10. Mas tem um fogo pra namorado, ai meu Deus! Falei Fulana, olha, homem é assim,

homem é assado. Olha o que eu tô passando... É porque eu sou do tipo antiquada, eu só de mil novecentos e vovó, eu sou uma mãe jovem mas eu prego o passado. Eu tive sorte de ter filho só com 23 anos. Eu tinha um medo... Então é aquele padrão de vida que eu passo pra eles... Porque eu acho que a gente tem que casar virgem, porque o homem joga na cara mais tarde que joga mesmo, que eu já vi. Casos de pessoas falar que... ah, você já não era mais moça... Isso é triste pra uma mulher. Isso é discriminação... Esse gostinho eu não dou prum homem... eu digo pra ele, olha, você não me conheceu com outro homem... eu nunca tive um namorado, você foi meu primeiro homem... acabou. E mesmo olha, se você morrer amanhã, eu não quero mais ninguém. Eu nasci pra ser livre, eu te avisei. Eu sou uma pessoa responsável, eu não... o desejo da mulher... no caso sexo... é um prazer, mas você vendo pelo outro lado, a violência, tudo que tá acontecendo no mundo de ruim, através dos casais, eu já me... tenho medo... isso eu quero que os meus filhos façam a mesma coisa...

— *Teus filhos te obedecem?*

— Olha, minha filha é rebelde no sentido de... por exemplo, você vai... tem que fazer isso, isso e isso. Tá, mãe. Vou fazer. Aí eu digo... porque que você não fez? Ah, mãe... Eu digo tá tudo bem, deixa que eu faço... eu já pego a manha dela. Aí quando eu falo assim, ela vai lá e faz. Quer dizer, ela quer ir contra mim. Aí como ela vê que eu não esquento a cabeça, ela faz. Teve um dia que eu pedi filha, faz um arroz pra mamãe que eu vou ficar descansando um pouquinho depois eu... e dobra a roupa lá. Ah, mãe, não vou fazer isso não, vou ficar um pouquinho com as minhas colegas. Tudo bem. Aí ela foi, duas horas depois, mãe, já fiz o arroz... já dobrei a roupa... então você fica aqui um pouquinho e eu vou fazer uma carinha pra nós almoçar. Aí fiz uma saladinha... Ela, Ah, mãe, tua comida é gostosa. Falei claro, nós cozinhamos...

— *E quando eles não obedecem?*

— Olha, sinceramente, é aquilo que eu te falei, eu sou uma mãe que tenta não esquentar. Não fez, eu faço. E meu marido uma vez, não sei por que motivo, ele foi bater na minha filha. Porque ela... tem problemas de epilepsia, que eu também tenho, faz tratamento, aí eu sei que... eu cuidei, eu fui no médico pra exame e ela melhorou, não tem mais. Mediante a isso, eu acho que ela já está curada. Aí ele foi bater nela. Que ela tem mania de ser rebelde com ele mesmo, comigo... mas eu já sei o gênio... Eu fui assim... e eu sou estourada, assim com filho, que filho é... mas... é aquele lance... eu sou do tipo da pessoa que se eu puder matar, eu mato. Eles me obedecem eu acho que mais por isso. Porque teve um dia... aí ele foi pra cima dela com cinto, deus duas cintadas, eu falei, você não vai bater... Saiba

conversar com ela pra você cobrar. Primeiro você conversa... Não tem mania de bater... Se a gente tá com raiva de alguém lá fora, você desconta lá fora. Não aqui dentro. Aí ele só deu duas cintadas.

— *Você acha que acontece isso, a pessoa fica com raiva lá fora e desconta em casa?*

— Desconta dentro de casa nos meus filhos, é o que ele mais faz. Que ele é um homem que não tem uma mulher só, ele tem várias, sabe? Como diz... um homem galinha. Eu sei das paradas dele, e quando ele tá aborrecido eu também sei que eu sou uma psicóloga pra ele. Eu não me importo, que eu prefiro conversar... você não fica com raiva? Eu não vou me chatear, porque eu quero, ele é meu marido, pai dos meus filhos, e eu acho que conversando é que a gente se entende. Porque se eu for jogar ele na rua, ele vai ficar... Amanhã eu tenho um arrependimento. Que eu não vou acolher ele de volta. Eu tive que falar uma vez só. Eu dou conselho. Falo, falo, falo, não obedece? Eu abro mão.

— *Surra de pai é pior?*

— É. Porque o pai ele só leva o alimento.

— Tinha 3... ela tinha 6. Ele sempre foi pimentinha... Eu parei o trânsito. Porque eu tava com a boca cheia de gaze... é gaze, né, que eu tinha... arrancado os dentes, e o garoto na beira da rua. E eu puxando os dois pra calçada, e ele correndo em volta de mim, que ele sempre foi mais danadinho, por causa da minha sogra... e ela sempre quietinha, que ela não é besta... aí que ali é uma rua de esquina mas movimentada... ah, eu parei, segurei no bracinho, tum, tum, tum, só na poupança. Que eu não podia falar nada... o velho ficou falando. Parou o carro. Meia hora. Vou ligar pro Disque Denúncia. Que eu vou te denunciar. Que violência contra a criança é isso. Que violência contra a criança é aquilo. E eu careca de saber, né, e sem poder falar com o senhor. Eu falei ai, meu Deus, eu nem podia falar nada... de nervosa. Aí eu peguei, peguei os meus pela mão, virei as costas pro velho, dentro do carro, que eu vi que a fila tava enorme, ali não era sinal... ele parou mesmo o trânsito, falando um monte de coisa comigo, nesse sentido. Eu falei gente, ele não sabe do que se trata. Então meu Deus, vai embora, passa, aí ele se ligou, que eu não tava dando atenção pra ele, foi embora. Aí liberou o trânsito, entendeu? Quer dizer, baseado nessas coisas que acontece com a gente, que a gente para e pensa também, você sabe? Porque tem uma colega minha que bate muito na filha mais velha, que a filha mais velha não obedece, ela tem medo da mãe... e eu falo pra ela Fulana, essa menina é uma boa menina, você não precisa espancar ela. Ela é nervosa também. Eu tenho o mesmo problema que ela teve, ela tentou o suicídio, queria matar ela e as duas filhas menor, só que ela tomou dois vidros de

Dipirona e abriu o gás com as duas meninas. Ela desmaiou, foi parar no hospital e tudo. E as meninas exalando o cheiro do gás. E a colega foi no banco, foi trabalhar, ia pagar uma fatura de telefone pra ela e aí voltou e... parece uma coisa que não deixou ela ir trabalhar. Encontrou esse quadro. E a pequenininha... tem 2 anos, eu vou morrer, tia, eu vou morrer?... A mamãe quer dizer, esse tipo de coisa... ela diz que a mais velha tá viva pro marido lembrar, que a menina é a cara dela. É a única que puxou a ela.

— *O que é violência contra a criança?*

— Violência contra a criança é a falta de atenção... os maus tratos... Por exemplo, no caso do meu marido, ele não dá nada pra minha filha, naquele dia ele ia bater nela porque? Eu acho isso uma violência. Porque quando você bate numa criança mas dá tudo a ela, ela não vai se magoar. E ela vai crescer sabendo que ela apanhou, mas ela... tinha uma atenção. Ela vai saber respeitar, por isso que eu não bato. Porque se eu não souber dar nada, eu também não vou bater. Eu aprendi, porque eu ia fazer a mesma coisa que a minha mãe fez comigo. Não me dava nada, nem ela... e eu morria espancada. Com 9 anos arrumou casa de família pra mim trabalhar, e eu não fiquei. Ia trabalhar, mas sempre tinha um problema e saía. Eu saía. Aí ela virou-se pra mim e falou, você não tem jeito mesmo. Eu falei olha, a senhora tem que mandar trabalhar é esses homem aí, ó. Um tem 14, o outro tá pequeno, tudo bem, é o meu irmão mais novo, tem 5 anos a menos que eu. Agora, ele pode fazer uma capina... não é ficar preso numa casa.

— *Você morava onde?*

— Em Bangu. Aí... então, o que acontece? Eu falei isso pra ela, coisa que eu não deveria, era minha mãe, tinha que respeitar. Falei olha, mãe, sinto muito. Eu não sou igual minhas irmã. Eu não gosto de casa de família eu não vou trabalhar em casa de família. Até hoje. Eu fiquei 4 anos em casa de família, lá me tratava como gente. Lá eu aprendi. Fiz a oitava série, de dia, eles não me proibia de estudar de dia, porque na outra queria me prender, não ia deixar eu estudar mais com 9 anos, e essa não, eu tinha 15. Continuei estudando de dia, todo ano ela me dava um dinheirinho pra eu comprar uma roupinha de Natal, de Ano Novo, ganhava um pouquinho só mas falei não tem problema. Isso tudo engloba a educação da gente, a falta de violência de pequeno e ainda bem que baseada no que eu passei com a minha mãe eu ia repetindo o mesmo erro com meus filho. Então eu voltei atrás. Eu dei uma freada, e brusca por cima. Na mesma hora que eu escutei que não bate, a professora falou e eu lembrei daquilo tudo, eu falei não, meus filho não merece. Primeiro um pai, que é o que é, nervoso, então se eu fosse julgar por ele... tinha minha vizinha também, que gritava muito com os filho dela, e apanhava do marido,

o marido espancava ela... e eu subia o morro com a minha filha na barriga, e ela tava aos berros com o filho dela, tinha 6 anos, agora já é rapaz feito... eu pensava assim... os problemas do casal não pode ser jogado em cima do filho. Olha, eu gosto muito de analisar as coisas.

— *Tem um tipo de violência que você não falou...*

— Sexual? Pra mim, eu sempre fui... sempre tive medo de homem. De ser abusada. Por exemplo, hoje se o cara estiver armado e tentar abusar de mim sexualmente, ele vai ter que me matar primeiro. Eu sempre pensei assim. Eu peço a Deus... que eu abomino essas coisas. Quando as meninas fala ah, larga esse seu marido... Arrume outro. Falo não, não quero. Porque ele é o pai da minha filha. Se um dia ele chegar e encontrar ela nua... porque o nu de um filho ele não desperta desejo. Porque por exemplo... eu tô acostumada a ficar nua, minha filha nua, meu filho nu, todo mundo nu. Não vai despertar desejo. Isso eu tenho certeza. Então... pai não vê por esse lado... porque é pai... e se fosse daquele pai também maquiavélico eu não estaria mais com ele.

— *O que é maquiavélico?*

— Igual o pai dessa sobrinha que prende? Vê maldade em tudo? Ele já não serviria pra mim. O meu marido ele pode ser o que for, safado, libertino, mas duvido... criança é criança, menina é menina, mulher é mulher. Ele separa as coisas. Ele separa os canais. Nunca vi um olhar de maldade pras meninas. E eu sou maldosa. Eu vejo maldade no olhar... eu conheço cada pessoa...

— *Se o seu marido não fosse o pai de seus filhos então poderia ter desejo?*

— Não, mesmo que não fosse poderia ter sorte, você tá entendendo? Mas como ela já tá uma moça feita, praticamente, você viu, né? Pra mim isso... Vamos supor, de repente, chega do trabalho, tem a chave da porta... tenho esperança que ele vai olhar com bons olhos... ele vai dizer, a mãe tá vendo, a filha tá crescendo... você tá entendendo? Isso acontece muito. Lá perto de casa eu tenho uma... ela ficou com o cara... o padrasto dela, no caso, ela tinha 7... 7 ou 10 irmãos, não sei, um negócio assim. Do pai com a mãe. E ela é enteada. Uma menininha, com 17 ficou com o pai. A mãe foi embora, largou os filhos, quer dizer, ela tomou a responsabilidade de todo mundo. Aquilo é aquela bagunça, todo mundo mora em favela, todo mundo é virado, tem uns que são legal....

— *O que você acha disso?*

— Ah, eu não acho uma coisa legal. Não tenho muito a ensinar. Ela é uma pessoa... eu acho que ela é infeliz. Porque ao ponto dela poder conhecer um rapaz novo, sabe, conhecê-lo bem, ela tem agora o peso da responsabilidade desde

pequeninho. Porque ela tem dois filhos com ele. Um casal. Sempre trabalhou, que ele se misturou com negócio de droga, ele trabalhava de segurança... Então ela... eu não vejo felicidade no rosto dela. Ela é nova, ela é mais nova do que eu. Ele tem 50, quase 60 anos. Ela tem uns 29, 30, se tiver. Ela foi pra mão dele com uns 14, 15 anos mais ou menos. E os irmãos tudo pequenininho, escadinha... E eu acho isso aí da parte do homem animalesco. Porque pra poder fazer um negócio desse, o cara tem que ser muito animal. Eu não queria conhecer esse lado, é demais pra mim. Sexo é coisa de animal... se não for com amor, nem me toca porque não vai conseguir.

— *Você tem medo pela sua filha?*

— Não porque eu conheço a minha filha. Ela tem o mesmo sentimento, ela pensa a mesma coisa que eu.

— *Não só por ela, mas pela violência...*

— Mas pela violência? Não.

— *Você é religiosa?*

— Sou católica, gosto de músicas evangélicas... se não fosse pela ignorância deles... [relata sua relação de desconfiança com a igreja, mas não com a religião] Eu sempre disse, saiba tratar pra ser bem tratado. Isso eu tento passar pros meus filhos .É uma coisa que você passa de geração pra geração. E eu tenho certeza que o que meus filhos estão aprendendo agora comigo eu tenho certeza...

— *Ou seja, você se acha uma boa mãe.*

— Boa, boa, não. Porque a boa mãe mesmo... eu não nasci pra trabalhos domésticos, tanto que já te falei... não ia pra casa de família. Eu deveria dar manutenção, olhar bem as roupas, quando eu te digo que não peço muito... [relata o desleixo do filho e o modo como ela própria age com o desleixo – seu e do filho, desleixado como ela] Aí eu dou castigo. O castigo que eu dou é largar pra lá, é não me estressar. Porque você trabalhar, e ainda cuidar de casa... eu pra mim não dá não. Ou uma coisa ou outra. Se o meu marido fosse responsável, pode ter certeza que eu tava dentro de casa. Esse tipo de coisa é que me afasta. É filho desobediente. É irresponsabilidade de marido que não dá um calçado... uma calcinha.... [ela relata a estratégia para trazer de volta o marido “galinha”: como as outras exigem, ela não exige, e assim faz ver que exigência por exigência, será melhor para ele ficar com a própria mulher e os próprios filhos, que além do mais não cobram nada dele. Relata sua crise depressiva e sua tentativa de tratamento]

ENTREVISTA 19: Natália

Idade ao nascimento do primeiro filho: 18 anos

Número de filhos: 4

Idade e sexo dos filhos: masculino, 35 e 33 anos; feminino, 27 e 24 anos

Estado civil: casada

Reside com: marido (filhos casados, têm 6 netos)

Relação de parentesco entre o marido e os filhos: pai

Trabalha

Local onde mora: normal

O lugar onde mora é normal porque ela não vê, não assiste nada, sai de manhã e chega de noite, então é normal. Tem uma prima que mora perto, a vizinhança é amiga. Quando a mãe era viva, tinha ajuda dos vizinhos. O marido é aposentado por invalidez.

— *Você já ouviu falar em violência contra a criança ?*

— Eu creio que já... mas tem muitos tipos de violência...

— *Quais você conhece?*

— Eu não conheço, mas imagino todos.

— *Fale os tipos que você imagina.*

— Você bater, machucar, amarrar, queimar, beliscar... Estuprar... pra mim é tudo isso... Deixar a criança passar fome... Tudo isso é violência.

— *Você ouve falar dessas coisas? Onde?*

— Posso não ver aqui mas algum lugar que você... vai você escuta alguém falar ih, Fulano fez isso, Fulano fez aquilo... Às vezes eu chego em casa meu marido fala assim ih, deu-se isso e isso na Patrulha da Cidade... Digo, tu fica escutando essas baboseiras pra depois ficar me contando... Que eu não gosto de ouvir essas coisas...

— *Como foi educar seus filhos? Como era em casa?*

— Pra mim é o que eu acabei de falar pra você, meus filhos não me deram trabalho. Nenhum deles. Porque eles não foram esses meninos de ficar na rua, esses meninos de certas amizades... tanto os meninos como as meninas. Esses meninos de você falar e ele sair respondendo... batendo com o pé, fazendo malcriação... Não foram esses meninos solto e também não foram preso. A mesma coisa minha menina. Só tinha uma que gostava de namorar muito... Passasse um cachorro e dissesse tô de calça, ela namorava. Mas eu ia atrás. O trabalho dela foi esse. Que ela namorou com velho... com aleijado... entendeu? Não é desfazendo da pessoa, mas também foi namoro que começou e acabou logo. Porque aí também as colega dizia ih, é muito velho, entendeu? Aí acabou logo. Casou nova, com uns 23 anos...

- *Como era com seus filhos?*
- Eu nem sei como te responder, porque era tanta preocupação, tanto serviço... e tanto não tenho, não posso... que eu não me liguei a isso. A vida foi indo assim... normalmente a criação. Eu tive o meu filho com problema de epilepsia... então foi uma coisa assim mais agitada, eu nem me liguei nesse pedaço da vida.
- *Você teve um filho que deu um pouquinho mais de trabalho de saúde?*
- Me deu é muito, não foi pouquinho não. Ele deu bastante trabalho.
- *Você ficava com as crianças e seu marido trabalhava?*
- É. Mas depois ficou doente, aí minha menina tinha 12 anos, a outra tinha 9...
- *O que ele teve?*
- Um copo de cerveja que ele tomou com os amigos dele. Colega, que amigo é uma coisa e colega é outra, né? Dizia amigo...
- *E aí parou de trabalhar?*
- Ficou é doido, varridinho, doido, doido, doido mesmo. Nem te conto a loucura que foi. Mas aí ele já não trabalhava não que ele já tinha problema, sabe? Encostou no INPS com 27 anos...
- *Ele tinha muito problema com os filhos por isso?*
- Mas aquele, que ele nunca se preocupou é com nada... Nunca importou com lápis nem de estudar... tanto fazia não ter o lápis ou não ter nada... Era a mesma coisa. Nunca, nem quando tava bom.
- *Você que cuidava de tudo, então?*
- De tudo. De tudo, se eu deixasse por conta dele, as criança hoje que não sabia ler o A. Eles estudaram pouco, mas todo mundo estudou. O mais velho fez o primeiro ano do segundo grau, o outro fez a sexta série não fez porque não quis mais, não dava pra eu forçar pra ir pra escola, que ele falava não adianta a senhora me forçar que eu vou pra rua. Então eu acho que o melhor é ficar em casa, né? Não é que é melhor, entre um e outro... é melhor tá em casa. A menina só fez a segunda série do segundo grau, a outra só fez a oitava. Mas todo mundo estudou, né? Esse caminhar, se eles quiser continuar, pode.
- *Quem era mais bravo, você ou seu marido?*
- Olha, não é brava que eu acho que eu nunca fui, eu sou mais é correta e mais... ativa, brava não, nunca fui, e nunca gostei de bater nas minhas crianças não.
- *Nem uma bronca, um tapinha na bunda...*
- Não, dar bronca sim. Mas pegar eles de chinelo, e bruto, não. Já dei tapa neles. Aí já. Mas pegar chinelo, cinto, e fazer, nunca fiz não. Dou tapa, bronca...
- *Castigo?*

- Castigo, muito.
- *Porque eles precisavam do tapa, da bronca e do castigo?*
- Porque criança dentro de casa, eles tiram a gente do sério. Pra mim é que você sempre tá falando... Fulano, não faz isso. Fulano, não faz isso. E ele sempre teima. Porque o meu menino ele sempre... não é teve apoio, ele sempre... eu dizia não faz, mas com ele eu conseguia me controlar devido aos problema que ele tinha. Já o outro, ele era... não me dava nada pra eu brigar com ele, mas a menina precisava de um tapa. Mas o castigo dele não era num canto, nem de joelho nem preso não. Era fazer cópia do livro. Isso que era o castigo dele. Então ele dizia a senhora é ruim, não, não sou nada ruim. É muito melhor do que a pancada... melhor...
- *Como você foi educada?*
- Não sei. Não sei te responder.
- *Você não lembra?*
- Olha, eu lembro, mas... não foi pedaços gostosos, que já foi depois de eu com 15 anos... então não são pedaços bons. Do meu pai não, da minha mãe. Né? E... eu não quero tá falando não porque a mãe Deus já levou, então... Mas ela ensinou como se diz, respeitar todo mundo, ser educado, não tá respondendo aos mais velhos... que isso é muito feio... essas coisas assim que ela ensinava. Que a gente veio de roça.
- *Você educa de um jeito parecido ou diferente do jeito como você foi educada?*
- Eu acho que foi muito diferente. Porque... nós conversa, nós bate papo. Tem dia que muito mal eu lavo uma louça dentro de casa de tanto que a gente conversa, eu com minhas filha. Porque os meninos... já vão trabalhar, né, e a gente conversa muito, a gente bate papo de tudo assim.
- *Até hoje?*
- Mas é hoje mesmo. Então eu acho que foi muito... nem passa por perto do que a mãe ensinou. Mãe ensinou a gente muito é não mexer nas coisas dos outros, a gente não responder, a gente não ser malcriado...
- *Mas não tinha conversa?*
- Não.
-
- Eu digo até pra eles ensinar a criança a mastigar, criança a comer de boca fechada, criança lavar a mão pra comer... Criança pegar no talher com a mão certa, com a mão errada, porque não é porque eu sou faxineira que... vai... a gente é mas a gente é de carne e osso, a gente vê os filho dos outros, né? Tudo eu digo.

- Que não adianta mesmo, que não pode brigar por causa de filho... tudo isso eu falo.
- *E como eles são com os filhos deles? Tem castigo, tem teimosia de criança?*
 - Olha... o meu genro, o menino dele é muito novinho, tem 2 meses. Da outra... deixa eu ver... tá com 4 anos, mas ele gosta muito é... ele não escuta assim não. Que ele gosta é de virar isso aqui tudo, brincar com a menina, virar tudo dentro de casa. Não é briga, não. Bagunça tudo mais ela, adora bagunçar. Então já viu que não tem jeito, não vou falar mais pra ela também... porque aí vai acabar a gente se desentender por causa de filho, né? E meus filho é aquilo, ele dá castigo no filho, ele bate, e o outro dava um castigo muito violento pro menino aprender.
 - *Como assim, muito violento?*
 - Dentro do quarto, fica aí. Não fechado. Não pode ver televisão o dia todinho, é comer, e voltar pro quarto.
 - *E que tipo de conselho você dá? Você diz que o castigo é violento...*
 - Não, mas o violento dele é ficar no quarto. Eu até deixo porque eu acho que é melhor do que ele bater. Eu acho que é melhor do que ele deixar na rua... Só que o castigo dele é dois dia, acabou, acabou.
 - *Não tem raiva...*
 - Não, não, não. É sinceridade, não é exibir não, como pobre tem de tudo. Esse meu filho é muito inteligente, a casa dele foi ele que fez todinha. Você vê a casa você diz que foi um engenheiro formado mesmo que fez aquilo. Então ele é muito inteligente, é um menino que tem conforto, os outros três não têm metade do que ele tem.
 - *É mais difícil educar o homem ou a mulher ?*
 - Pra mim, o mais difícil foi a menina... Porque é o que eu te falei... Então é uma coisa que puxa mais... é pelo mundo, a rua... eu sempre falei isso. Que os meus menino eu sempre falei isso, vocês não vão não que o mundo tá ruim... eles escutavam o que eu falava. Mas a minha filha, se eu abrisse uma brechinha ela corria... não de noite.
 - *O que você quer dizer com "o mundo tá ruim"?*
 - Ah, a violência... não tem mais direito nem mais a um ponto de ônibus, a andar de ônibus, nem nada... Risco de nego acabar com a gente por um real, ou por nenhum... você não pode mais ficar num ponto de ônibus sossegada.
 - *Você acha que essa violência pode entrar em casa?*
 - O pessoal de casa? Não. Que se a pessoa ficar é que já tinha isso estranho na cabeça. Isso aí que eu acho. Se a pessoa... vamos supor, eu vou pegar meu filho

ali, vou dar uma surra de matar, porque lá fora aconteceu... ? Não, é porque eu já tinha isso na mente. Acho que não. É da pessoa mesmo. Sei lá, às vezes você tá com um troço e quer desabafar na pessoa, e aproveita aquela oportunidade pra soltar tudo? É porque você já tá querendo.

— *E que idade foi mais difícil?*

— É o que eu te falei, a menina é que mais gostava de escapar um pouco de mim. Mas eles não deram trabalho não. Sequer ficava doente. Cresceram, ficaram adolescente, não... casaram, também não me deram trabalho. Nem pensar, não tenho o menor trabalho com meus filhos casado. E todos eles estão.

— *Você tem muito orgulho deles, né?*

— Eu tenho. Graças a Deus que eu tenho. Eu digo, olha, eu sou tão feliz que você não pode nem imaginar. Meus filhos e meus genros, e minha nora.

— *E como está seu marido agora? Ele participa desse papo com os filhos?*

— Ele visita porque eu vou, ele vai. Eu que levo ele. Eu não quero ir não, vambora. Vai. E dentro de casa... continua desligado do mundo. Ele vai muito na casa dessa minha filha mais nova, que o menino dela tá novo, aí todo dia boto ele pra lá pra tomar conta do menino, pra ajudar ela. Eu não tenho mais ninguém em casa, mas ele tem que ir pra ajudar ela, que é muito trabalho, criança novinha... em casa, tudo pra fazer, criança pra cuidar, aí eu mando ele ir. E ele vai. Todo dia ele vai.

— *Ele te obedece...*

— Mas é porque ele tem problema, não tô te falando, tudo ele espera eu chegar. Ele chega na casa da minha filha e fala ó, eu vim porque tua mãe mandou. Ela sai com o nenê dela, ela saiu com o menino e a bolsa ele não quis ir, aí ela falou mãe, quando eu subi no ônibus deu vontade de chorar. Porque se papai fosse ele tinha levado o carrinho e já não dava essa dor de cabeça. Aí ontem eu falei, pra onde ela for que tiver que levar o carrinho, é pra você ir. Tem que ajudar, né? Ele anda bem, ele só não anda só.

— *Você falou de tipos de violência... O que você acha pior?*

— Olha, pra mim tudo é o pior, basta dar um tapa pra mim já é pior, mas eu acho que é estuprar, entendeu? Eu acho que é estuprar...

— *Por que?*

— Eu não sei, porque é uma coisa que você fica meditando na sua mente, e... você entende, né?

— *Mas eu queria ouvir você.*

— Não, porque nós já faz por amor, né, e eles vão fazer obrigado, violento, amarrado, de boca tapada, né, que... pega um monstro... que para mim isso não é um homem

, é um monstro, pega uma criança com 2, 3 anos, e faz uma coisa dessa. Pra mim isso é um monstro. Pra mim nem fala a palavra homem. Pra mim não. Então eu acho que o pior é... eu não sei nem o que eu penso na minha mente. Porque você dar um tapa recupera, amarrar recupera... queimar também... fazer tudo.

— *E isso não recupera?*

— Não. Porque o matar você só vai sentir a dor só da morte. Acabou, acabou. O estupro não. É uma coisa que marca pra toda vida, tanto a criança se viver como os pais. Marca pra toda vida.

— *Você conhece alguma história assim?*

— Olha, a gente não conhece pessoalmente mas já ouviu falar né? E eu já ouvi também no rádio.

— *Você ouviu também sobre marcar pelo resto da vida?*

— Assim... não quero te dizer quem é.

— *Não precisa.*

— Que ele... fez pras outras filhas dele com... antes de 5 anos. Então ela esteve internada no hospital 3 anos. Todos os 3 anos que ele ia na visita ele mexia nela, não com pênis, né, mexia com a mão... com o dedo... e ela se criou aquilo... nunca falou com a mãe. Mas pra mim não é medo que a criança não fala, é que ela é safada, fica viciada, porque se mexeu e ele... se você falar isso assim, assim, mas sempre toda vida? Você entendeu isso, né? Aí ela cresceu e depois ele ficou sabendo, a mãe dela. Quando ela fez 12 anos ela falou com o marido olha, você não mexe mais com Fulana não que ela já é mocinha, pode engravidar. E o dia que essa menina cresceu, passou dos 12 no caso, que cresceu, ela é até madrinha da minha filha, que cresceu, ele quase matou ela dentro de casa porque ela arranhou namorado. Mas se a mãe aceitou... quem somos nós, né? Que cada cabeça pensa de um jeito.

— *Mas você não aceitou não, né?*

— É ruim, hein? Vou... só de pensar... eu olho assim uma criança, uma menininha, que já tá assim com seiozinho amanhecendo, crescendo, né, e eu fico imaginando, eu já sinto pavor só de imaginar... de alguém mexer... puxa, como tem coragem de fazer isso?

— *Esse é o pior, né?*

— É. Porque eu mesmo...

— Porque será que as pessoas fazem isso?

— As pessoas pra mim não tem coração, pra mim é revoltado, então quando faz isso pra mim é revolta, então ele sacrifica aquele não pode se defender. Às vezes você

é adulto e pode se defender mas não tem oportunidade, e a criança nunca pode, nunca pode, a criança ela é indefesa, depende da gente pra se defender. Você vê que se você deixar o seu filho ali e alguém bater nele vai ficar batido, você é que tem que defender ele. Que eles não sabem... par mim é isso.

— *Você tem muito coisa interessante pra dizer...*

— Não sei, às vezes vem assim... Eu mesmo tenho algo que eu trouxe de pequena, só que isso eu não quero falar. E já falei lá no hospital, quando eu fui, que eu tratava meu filho lá... do lado do Pinel... aí eu falei uma coisa lá que foi tão bom pra mim... não saiu da minha mente não, mas aquilo me abriu de um jeito que eu passei a enxergar as pessoas, passei a conversar... que eu não dava um bom dia a ninguém, que eu não olhava pra ninguém. Mas aquilo não era vergonha, era uma coisa presa que eu trazia de pequenininha... Viu? Uma coisa que eu assisti e vi.

[Ela pede para desligar o gravador. Conversei com ela sobre os fatos aos quais ela faz referência. Ela relata que assistiu a um parto e depois do parto a mãe orientou a parteira para que se desfizesse da criança, que foi jogada no lixo e “rolou de porta em porta”. Isso “ficou em sua mente” e só retornou quando ela própria teve seu primeiro filho. Ela já discutiu esses fatos com uma psicóloga e enfatiza como isso lhe fez bem e como quer se preservar e não contar detalhes]

— *O que poderia diminuir essa ruindade?*

— Não sei... eu não sei... eu falo do meu jeito, viu? Eu tenho filho, mas se pegasse e desse fim a ele, eu... botava eles num lugar que não pudesse sair mais dali pra nada. É porque a polícia prende, bate, e faz e acontece, e depois com determinado tempo solta... que é claro, cumpriu sua pena ali tem que soltar. Ele sai mais revoltado e faz mais coisa. E prender ninguém não tira aquilo da pessoa... mas é o único jeito que a polícia acha pra diminuir pelo menos aquele tempo... mas quando ele prende esse já aparece três... Então acho que nós mesmos o público tinha que pensar, poxa, eu não vou fazer isso... Eu vou sofrer, e os outros vai sofrer, e essa violência nunca vai se acabar. Nós mesmos, em vez de eu ser uma pessoa... que eu vou imaginar, eu vou roubar, eu vou matar, eu mesmo tenho que pensar... Não, eu não vou fazer isso, entende? Que isso ia se acabar. Cada um de si. Porque a polícia prende, daí a pouco solta, ela sai revoltado, se eles faz uma casa e põe ali... e não deixa nunca mais sair... vai ser pior. Acho que faz a gente mesmo tem que pensar... Eu não posso fazer isso. Porque ninguém diga que alguém nasceu com isso de assassino, de fazer isso...isso é da mente da gente.

- *E como entra na mente da gente?*
- Às vezes você por dizer assim... ah, eu não tenho sapato, vou pegar o de Fulano, ou vou pegar um dinheiro de alguém... naquilo ali você se deu bem, você se vicia... porque não tem explicação pra dizer como que a pessoa dá pra roubar, pra matar... eles mata sem pena e sem dó. A gente mesmo fica sem explicação pra nós mesmos... Uma coisa difícil da gente pensar, né? Mas enfim... tudo é o que é.

ENTREVISTA 20: Sandra

Idade ao nascimento do primeiro filho: 18 anos

Número de filhos: 3

Idade e sexo dos filhos: masculino, 1, 2 e 3 anos

Estado civil: casada

Reside com: marido e filhos

Relação de parentesco entre o marido e os filhos: pai

Não trabalha

Local onde mora: violento, tem tráfico e tiroteio

- *Você já ouviu falar em violência contra a criança ?*
- Já...
- *O que você escutou, e o que você acha disso?*
- Eu acho que é errado, né, eu mesmo procuro não bater nos meus filhos assim, no máximo possível. Eu tento corrigir... Porque eu fui uma criança que apanhei muito, então... eu quando eu era criança eu prometi pra mim mesma que... quando eu tivesse meus filhos que eu não iria bater, que eu ia evitar. Que muitas das vezes se minha mãe tivesse conversado comigo, eu acho que... não é que eu quero justificar isso... eu acho que eu aprenderia melhor. Eu me revoltada quando ela me batia... aí que eu falava pra mim mesmo, ah, agora é que eu vou fazer mesmo, entendeu? E eu procuro dar educação aos meus filhos... eu procuro me basear muito nas coisas que eu passei. Tinha vontade de ter um negócio, sabia que minha mãe tinha o dinheiro, mesmo que era pouco, mas que podia fazer aquela vontade... que aí muitas das vezes, por exemplo, eu tenho 12 reais, tenho que comprar aquilo custa 5, eu sei que vai sobrar 5 reais, não custa nada eu comprar um doce pro meu filho. Entendeu, aí eu faço assim. Eu lembro da maneira que minha avó me tratou... que a minha avó nunca me maltratou, mas eu apanhei muito. Foi assim... muito rigoroso... a criação dela...
- *Porque que você apanhava?*
- Eu era muito levada... Eu saía pra comprar um pão de manhã voltava à noite...

Matava aula... eu fui muito rebelde, muito mesmo. Inclusive tem uma ano que eu perdi minha avó, sabe, que era uma mãe pra mim, eu sinto muita falta dela também... então eu não fui criada com pai e mãe, minha avó era crente, me obrigava a ir pra Igreja, eu mentia muito, enganava ela de tudo quanto era forma. Era horrível.

— *Aí ela batia em você.*

— Batia.

— *Batia... muito?*

— Ah, me dava surra de cinto, nunca chegou a tirar sangue de mim, não. Dava uma coça boa, de borracha, de fio...

— *Você morava com seu avô também?*

— Não, só minha avó. Minha avó era viúva. Ela me criou desde dois meses de idade...

— *E na sua casa como é?*

— Na minha casa, meu marido é mais sem paciência. Mas ele nunca... só assim, o negócio dele é só dar um tapa ou outro, mas nem isso eu não admito, porque eu acho que por ele não olhar eles durante o dia eu acho que ele não tem esse direito. Porque eu procuro dizer... não, ele tá te irritando, porque... mas também eu entendo ele, que ele chega cansado do serviço, aí as criança fica perturbando... Pai, que pai... isso, aquilo e aquilo. Ele às vezes não dá tempo nem de tirar a roupa pra um banho, então eu entendo o lado dele. Mas eu procuro também fazer ele entender o lado das criança, que passou o dia todo sem ver eles, ó, ele quer carinho, ele quer tua atenção, ele quer te mostrar o que ele aprendeu, o que ele fez, entendeu? E aí é assim. Aí às vezes quando ele tá nervoso, ele vê alguma coisa que uma criança, um deles, faça diferente, ele dá um tapa, e eu não gosto... aí eu falo, não bate nele, não, que quem tem que cuidar dele sou eu que fica o dia todo, você... eu fico o dia todo com eles, enchendo o meu saco, que criança tira a gente do sério, e eu não bato... entendeu?

— *Você acha pior então o pai bater?*

— Ah, eu não gosto que ele bate não. Porque eu acho que na hora que ele bate assim... eu acho que ele tem que dar com calma. Não acho que ele tem o direito de bater porque... ah, ele não tem porque tá estressado aquele momento, eu que fiquei o dia todo não bati... Também o meu filho de 2 anos, ele é soropositivo. Nós descobrimos isso há um ano e pouco, e então eu fico com muita pena dele, assim, aí eu dou mais carinho pra ele do que os outros, mas não assim... em demasia assim... mas assim, ele que eu não gosto... aí eu não gosto que maltrata ele

mesmo. Que depois que eu perdi minha avó assim, eu comecei a me arrepender de tudo de ruim que eu fiz pra ela. Até de um mínimo... de eu não ter ido comprar um negócio pra ela e não ter voltado, de eu ter respondido, entendeu, coisas que eu podia ter feito que iria agradar a ela, entendeu, o mínimo que fosse. Entendeu, é uma pessoa que eu perdi, que eu amei...

— *E você faz isso com seus filhos?*

— Também. Eu falo isso muito pro meu marido. A gente vai plantar o que colher. Porque assim... uma criança que não vai a uma praça, uma criança que não vai sai pra lugar nenhum, não ganha um brinquedo, não tem nada, então ele começa a ficar querendo fazer arte dentro de casa, começa... porque eu procuro muito, tenho muitos problemas, minha vida foi muito... depois desse acontecimento também, eu tenho pensado umas coisas... muito difícil... tenho psicólogo, tô em terapia, com psiquiatra, também, aquele negócio, não que eu seja maluca, acho que eu tô com problema... entendeu, a senhora é doutora, não sei...

— *Eu sou psicóloga.*

— Ah, então, melhor ainda... a senhora sabe. Então, eu penso muito. Mesmo tendo esses problema, eu analiso muito as coisas. Então eu converso muito com ele e faio pra ele, que eles deu pra rabiscar a parede, e jogar as coisas fora, shampoo, condicionador, tudo joga no vaso... qualquer coisa é arte. Eu falo sabe o que é, é que agente não leva eles na pracinha, não leva eles pra brincar, então eles começam a inventar uma coisa que dê prazer, que é difícil pra eles...

— *O que é que você faz, você que fica com eles o dia todo?*

— O que é que eu faço? Eu brigo, eu boto de castigo, eu não deixo brincar... entendeu? Você vai ficar aí sentado. Aí ele fica... Eu ensino ele a não mentir, quer me matar é mentir... o mais velho, tem mania de quebrar as coisas e esconder... entendeu, faz uma besteira e... esconde. Tinha, né, que agora não tem mais. Aí meu marido... eu falei olha, agora eu tô ensinando ele. Eu comecei a achar aquilo ruim, eu odeio mentira. Falei olha, toda vez que você quebrar alguma coisa, que você fizer alguma coisa de errado, e a mamãe te perguntar você tem que falar. Tá bom? Ele, tá bom. Uma vez ele deixou o relógio em cima da cama. Da minha cama. Falei, quem deixou esse relógio em cima da cama? Ele falou ah, não sei. Ah, você tá mentindo? Então você vai ficar de castigo, tá, não vai pra praia, vai todo mundo se divertir e você não vai. Se você não falar a verdade você não vai ganhar mais doce, você não vai ganhar mais nada. Mas eu falo bem rigorosa mesmo. Aí ele, mãe, você vai me bater? Não vou lhe bater. Se você falar a verdade eu não vou bater e vou te dar tudo isso que eu falei que não vou dar. Mãe, foi eu. Então a partir daí eu acho que aquilo ali ele gravou, não fala mentira de jeito

nenhum. Não fala. Ele até mesmo fala mãe, fui eu, fui eu. E meu marido falou que não, que ele fala isso porque ele tá com medo de apanhar e ficar de castigo. Eu provei pra ele que não, sabe o que que eu fiz? Eu peguei um prato... que eu devia ter colocado em cima da mesa... eu mandei ele colocar, eu tirei de cima da mesa e botei dentro da pia. E falei, não mandei você botar o prato em cima da mesa? Mãe, eu botei. Você não botou. Mãe, eu botei. Você não botou. Tá mentindo, então você vai apanhar. Eu juro eu não botei, mãe, eu botei na pia, eu não, você botou na mesa. Eu falei... se você mentir, eu vou te bater. E tirei o chinelo. Ele continuou afirmando que não, eu falei, viu como é que ele aprendeu? Quer dizer, ele achou que ele concordava com medo de apanhar ou de ficar de castigo, mas não era, tanto que fiz o contrário, uma coisa que ele realmente tinha feito... então ele realmente aprendeu.

— *Você já precisou dar algum tapa?*

— Neles? Ah, já. Não minto não, não tô dizendo que eu nunca bati. Eu evito muito, mas já bati sim... quando eles brigam... Eu fico com raiva quando eles brigam, tira sangue um do outro. O de 2 anos... com o de 3. A última vez que eu bati foi quando ele empurrou o irmão dele na quina da janela, ele abriu os supercílios. Então eu achei aquilo uma maldade, eu achei que na hora conversar com ele não adiantava, mesmo porque eu tinha que socorrer o outro... briguei, dei uma tapa na bunda dele, dou na mão também quando mexe nas coisas... eu costumava bater na mão e na bunda. Mas surra mesmo nunca dei nos meus filho, mesmo porque eles são tão pequenos...

— *Mas você não chama isso de violência?*

— Não, eu acho que não, eu corrijo.

— *Então qual é a diferença?*

— De violência? É quando eu acho... quando a mãe bate exageradamente... porque a mãe, no caso ela...

— *Eu estou querendo saber como você pensa...*

— É, eu penso que é assim... Porque já ouvi dizer que não se puxa orelha de criança, ela tem uma mania horrível de puxar a orelha do meu sobrinho... eu fico apavorada, que eu já ouvi médico dizer que faz mal... bater nas costas da criança... entendeu? Então as pessoas que me ensina, eu aprendo, e eu fico com aquilo na cabeça. Não faço e não quero que as pessoas façam.

— *Quem te ensina?*

— Ah, eu escuto os outros falar, assim, por exemplo... o médico já disse que faz mal pro ouvido, a criança fica com problemas, assim... comentários. Até mesmo já ouvi

mãe dizendo que o médico falou...

— *Aqui no Hospital?*

— Aqui também, quando meu filho esteve internado... outras pessoas, assim, quando começa assunto de bater, essas coisas.

— *Não são conselhos pra você, são conversas...*

— É, aquela mãe bate muito no garoto, bate assim bate assado... faz mal, criança tem que bater na perna ou na bunda, não sei o que...

— *E você dá conselho pra sua cunhada?*

— Eu brigo com ela. Ela fala que o filho é dela e ela faz tudo que quer. Se ela quiser, até mata. Mas é ruim, não mata nada. Na minha frente ela nem briga com ele mais. Porque ela tinha mania... ela é exagerada. Tipo assim ela tá nervosa e o garoto, vamos supor, ela tá conversando... e ele fica mãe, mãe... eu tô conversando, e ela pega, no braço, entendeu? Aquela ira... eu acho que isso... ela fala, ele tem 4 anos, não entende que você tá conversando... eu faço assim.

— *É pior bater em criança pequenininha?*

— Eu acho que é. Porque não adianta nada. Porque olha... poucas vezes... até caso de brigar com meu filho... ele chora, enxuga as lágrimas e vem pro meu colo, então eu acho impressionante... não tem vergonha, ele não sabe nem que você bateu por isso, não sente raiva nada, ele é tão inocente que não tem mágoa, não tem raiva de você... E com meu filhos é assim também. Eu acho, eu mostro a ela assim... mas parece que ela não liga muito, ela não acha importante. E só tem um, hein?

— *Tem outro jeito de ser violento além da agressão física?*

— De ser violento com a criança? Não deixar brincar... que na verdade já é uma maldade... que a criança tem que brincar. Mas entre não deixar brincar e bater, eu já prefiro não deixar brincar, de castigo. Que acho que isso é uma coisa que me marcou muito, entendeu, e o castigo... eu apanhava e não sentia tanto, mas quando minha avó falava que você não vai prum lugar e me trancava... a gente ficava trancada dentro de casa... entendeu? Um apartamento de quarto andar... nossa, eu me via doida... chorava... aquilo parece que me doía muito mais do que... entendeu, eu ter levado a surra que doía na hora mas depois tava fazendo tudo de novo e esquecia, muito rápido. Já quando eu deixava de fazer um negócio que eu gostava, já ficava pensando antes de fazer... não vou mais sair pra tal lugar. Porque eu aprendi assim, então eu tento fazer da mesma maneira com eles.

— *Não cuidar é violência?*

— Eu acho. É claro... não cuidar o que, não dar banho, não dar comida, maltratar? Eu

sempre ouço falar na televisão, né?

— *O que você já ouviu na televisão?*

— Mães que tranca a criança dentro de casa, deixar dormindo, mães que deixa a criança com fome, suja... assim. Inclusive até na creche que meu filho tá agora, que eu consegui pelo Conselho Tutelar, tava com dificuldade de me dar a vaga porque tinha uma mãe na minha frente que deixava três criança sozinha dentro de casa e ia trabalhar. E ela disse que essa mãe tava precisando muito porque ela dependia desse dinheiro pra dar comida pras criança, não tinha com quem deixar as criança, e era melhor que deixasse lá, que ela deixava a mamadeira pronta... no chão, pras criança comer, comida... e quando chegava as criança tava tudo cagada, tudo suja... imunda... eu fico imaginado, como é que deve ser... uma criança o dia todo, sem ter uma pessoa pra olhar, até pra ver se tá com dor, não dar um banho, não tirar a fralda de cocô... mamar aquela mamadeira ali que não é fresca, muitas das vezes um bicho vai passar, vai jogar a mamadeira pelo chão, a criança vai botar na boca...

— *Você acha isso violência?*

— Maldade, né?

— *Que é maldade? Maldade não é violência?*

— Ah, não sei... não sei se é violência... De repente a mãe não queira fazer aquilo ali, não é que ela queira, é por necessidade... aí eu não sei. É uma violência pra criança, mas não sei se a mãe tá violentando, por querer... às vezes até sem querer, mas a criança tá sendo violentada... tá maltratada... não sei.

— *Você não falou nada sobre violência sexual...*

— Ah, tá, conheço. Já ouvi, até mesmo tem um caso, de uma menina que ela é... deficiente mental, né? Ela tem 15, 16 anos, a mãe também é doente, teve um derrame, e o pai... correu um boato... boato não, é fato mesmo, que ele estuprou essa menina. Inclusive eles já chamaram ele, chamaram três vezes mas ele não compareceu. Inclusive até a cunhada, a esposa do irmão da menina, tava até lá em casa, é amiga minha, no caso ela é cunhada da menina que foi violentada, ela que denunciou o próprio filho, né, que é o irmão. E foi isso, né? O pai é monstro, né, porque... fazer isso com uma menina, doente ainda por cima?

— *Você acha esse pai um monstro?*

— Acho, nossa. Que é isso? Ainda mais por ela também ser doente, né, independente de ser doente ou não... E nem que fosse filha, né, o fato só de ser uma criança já é uma violência. Tá esperando, né, pra ver se a polícia faz alguma coisa, se a justiça faz alguma coisa, mas agora chamaram e ele não vai, não

comparece. As pessoas ficam com raiva dele, ele nega, mas parece que aconteceu mesmo.

— *Qual seria o jeito de parar a violência?*

— Ah, acho que tem tanta maneira, mas... não sei.

— *O que você faria com esse pai?*

— Ah, eu acho que ele tem que sofrer também, eu acho que ele tem que pagar pelo que ele fez. Ir preso, é, ele tem que ser preso, sofrer, tem que pagar pelo que ele fez.

— *E aquela mãe que deixava as crianças em casa?*

— Ela eu já acho que teria que ter uma pessoa que ajudasse ela financeiramente, que eu acho que o problema dela é dinheiro. Se não houvesse necessidade dela trabalhar...

— *E sua cunhada que bate no sobrinho?*

— Ah, eu acho que ela bate às vezes pra se mostrar... entendeu? Eu não sei... Eu acho que ela tem que pagar também, porque ela é ruim, ela é má. Tem que aprender.

— *Ela poderia ser presa também?*

— Também. Também. Porque ela não faz por necessidade. Ela faz por ruindade. Eu sou justa. Eu sou muito justa com meus filhos. Mesmo se eu bater ou se eu brigar, eu mesmo me arrependo. Não podia ter batido nos meus filhos... não podia ter batido neles... não podia ter brigado... Tadinho, só queria me chamar a atenção... eu mesmo me arrependo. Aí às vezes eu brigo com ela sim é por isso, é preciso você fazer isso com o menino? Aí ela ah, é porque eu tô nervosa, não sei o que... ela nunca dá o braço a torcer... ela diz que é por isso, por aquilo, se ela arrepende ela não demonstra... Merda, vem me perturbar, não sei pra que que eu fui ter filho... Essa praga, xinga...

— *Xingar também é violência?*

— Ah, eu acho. Chamar a criança de praga, de todas as coisas...

ENTREVISTA 21 - 22: Beatriz e Gabriela

Beatriz (3)

Idade ao nascimento do primeiro filho: 30 anos

Número de filhos: 1

Idade e sexo dos filhos: feminino, 3 anos

Estado civil: solteira

Reside com: filha e irmã
Trabalha
Local onde mora: calmo

Gabriela (1)
Idade ao nascimento do primeiro filho: 16 anos
Número de filhos: 4
Idade e sexo dos filhos: feminino, 13, 7, 5 e 3 anos
Estado civil: casada
Reside com: marido e filhas
Relação de parentesco entre o marido e os filhos: pai
Não trabalha
Local onde mora: bom

Esta entrevista foi feita com três participantes. Ao convidar as pessoas para a entrevista, na sala de espera, três mulheres, todas com filhos, prontificaram-se a participar e levantaram-se ao mesmo tempo. Decidi aceitar o jogo que elas propuseram. Todas têm filhos, mas uma delas vive no Rio e deixa seus filhos aos cuidados da mãe, no Nordeste. Ela participou pouco, pois não tinha resposta para muitas das perguntas. Considero assim que aqui há duas entrevistas. Elas estão nomeadas em separado, ao longo da transcrição.

— (3) Pra mim, é uma vida presa nesse sentido. Aqui no Rio é tudo difícil, você não conhece ninguém, você não sabe quem é seu vizinho... Você fecha a porta e assim é que eu vivo no lugar onde eu moro. Não é um ambiente perigoso, é um ambiente bom... mas é assim, é diferente do Ceará, é assim que eu falo, desse lado eu sinto falta que eu acho que lá o pessoal é mais amigo. Aqui você não pode confiar no seu próximo, você não sabe quem ele é, qualquer coisa... Até em olhar pra pessoa você não sabe quem é... Você não tem coragem de falar... Será que ela não vai falar, não é fofoqueira... Eu vivo numa vila e me dou com todo mundo, mas eu não confio em ninguém... às vezes eu tenho alguma coisa pra desabafar, eu sou muito mais de chegar no meu trabalho e desabafar com a minha patroa, que é uma pessoa estranha... O dia que eu sair de lá, ela não me conhece e eu também não conheço. Aí eu sei que não vai falar pra ninguém que ela é uma pessoa da Igreja, né, ela é crente... Não vai falar pra ninguém... e também já é uma pessoa de idade, né... Aí eu conto pra ela os problemas porque... ela me aconselha, nunca fui de chegar e contar meus problemas pra uma pessoa da mesma idade do que eu, ou mais nova. Nunca. Desde que eu era criança eu já fazia isso, eu saía da casa da minha mãe e ia pra casa de uma senhora que tinha, lá no norte a gente chamava curandeira, né, aí eu tinha um pé de árvore assim, eu ficava numa sombra conversando com ela. Eu tinha 13 anos e ela tinha uns 50, 60... contava tudo. Me procurasse em casa que eu estaria lá.

— *Você é religiosa?*

- (1) Não.
- *Você é religiosa?*
- (3) Eu sou. E eu sou assim, quando eu tinha 15 anos... eu tive uma decepção com a minha amiga. Sabe, eu contava tudo pra ela, e depois eu vi que ela traía tudo... aí eu fiquei... nunca mais eu tive coragem de chegar a uma pessoa e desabafar... Quando eu tô com problema eu vou na Igreja, não vou nem na minha Igreja, eu vou na outra Igreja... Aquela Igreja Universal, falei com o pastor, contei os problemas, desabafei, chorei... saí de lá assim aliviada. Eu não tenho coragem de falar com meu esposo, ele sabia que eu tava com problema, falou o que é que tá acontecendo, eu falei... nada. Só eu sabia. Eu tenho vizinho, mas os meus vizinhos são assim... não posso chegar e confiar. E depois dessa decepção que eu tive, eu nunca mais... eu falei, não posso chegar e confiar, então eu vou na Igreja que eu sei que aquela pessoa não me conhece, eu posso falar os meus problemas, e ele vai tentar me ajudar e tudo bem, passou. Sempre assim
- *Vocês já ouviram falar de violência contra a criança?*
- (1) Já.
- (3) Já.
- *O que vocês ouviram, onde?*
- (3) Bom, eu tenho um exemplo bem perto, né? Eu tenho lá... a madrinha da minha filha tem uma irmã que é casada... só que ele... a irmã dela engravidou antes de casar. Aí eles foram pra São Paulo, depois ela mandou buscar a filha. A filha dela tá com... agora acho que é... 11, 12 anos. A filha dela tava com 9 anos, um dia ela foi fora, né? Aí ela foi trabalhar... quando ela chegou o patrão dela falou que ela tava de férias, só que ela não sabia que tava de férias, só que ela tava entrando de férias naquele dia. Ela voltou, só que o marido dela não esperava que ela voltasse cedo, né? Ela chegou, encontrou... O marido dela correu nu pro banheiro, e a menina tava coberta em cima da cama. E o pai dela tava mantendo relação com a menina. Com a própria filha. É filha do mesmo sangue mesmo, não é que fosse enteada, adotada, não. Ele... então ela abriu o jogo, falou a verdade, que tinha já mais de um ano, e quando ela ameaçava contar pra mãe dela o que ele tava fazendo, ele falava que matava as duas. E conhecendo a família dele, e ele também, eu acredito que ele faria isso mesmo. A mãe dele... o pai dele já tinha tentado matar a mãe e uma filha também. Aí eles tentaram abafar o caso, levaram no médico, só que ela inventou que tinha um menino da escola que tinha estuprado a filha dela. O médico falou na mesma hora que aquilo ali não parecia estupro, ali parecia mulher que já tava tendo relação há muito tempo.

- (1) Mas ela tinha quantos anos?
- (3) Tinha 9. Ele estuprou a própria filha.
- *O que ela fez?*
- (3) Esse foi o erro, ela não fez nada, foi levar a menina pro Ceará na casa dos avós, voltou... tem um filho, na época ela tinha um filho, agora já tá grande, mas na época o filhinho dela nem tinha um ano, continuou vivendo com ele. No caso eu, por exemplo, ah, eu não queria. Eu não tinha querido. Na mesma hora, eu tinha pego a mão da minha filha, tinha levado na Delegacia, tinha denunciado ele na mesma hora. Ela não era nada minha, só porque é irmã da madrinha da minha filha. Eu não gostava muito dela. Mas eu fiquei revoltada. O meu marido, que não tinha nem parentesco com ele, nem amizade nem nada, eles moravam do lado do prédio que meu marido trabalhava. Meu marido cada vez que via ele passando assim dava vontade de voar em cima dele. De ter feito isso com a própria filha. Que ele disse, se um dia, se... uma coisa dessa com a minha filha, eu podia passar o resto da minha vida preso, mas eu matava. Eu matava mesmo... eu falei, eu não posso nem dizer o que eu faria, que na hora... aquilo é espontâneo, né, a vontade dá na hora. Eu não confio... Minha filha perto de homem nenhum... O único homem que eu confiaria era o pai dela, e é porque eu sei que ela jamais seria capaz de uma coisa dessa. Mas homem nenhum eu confio, se eu não estiver ali do lado. De jeito nenhum.
- *E vocês, o que vocês já ouviram?*
- (1) Sobre isso não, só assim de espancar, bater, mas... de... assim, não.
- *Ela sabe de uma história, e vocês ouviram onde?*
- (1) Eu tinha uma vizinha que era assim, né, ela batia muito, ela não sabia como bater na criança, qualquer lugar ela batia, a pessoa pra saber tem que saber onde vai bater, né... A criança ficava toda machucada.
- (3) Eu acho que isso aí é uma violência... Porque... eu tenho 4 filhas, eu bato nelas, quando é necessário eu bato, mas é muito difícil, mais eu vou pela conversa. Meu marido nunca tocou nelas, ele sempre fala... não toca nelas. Mas assim... que ele acha que não precisa de bater... Mas assim, bater que eu falo assim... tapinha, mas bater de... como uma vez eu apanhei de corda, chinelo, essas coisas.... Minhas filha não apanha disso. Sempre falo, vocês tiveram sorte...
- *Você falou que ela não sabe bater...*

- (1) Não, porque bater, o médico mesmo que fala, você não pode bater em qualquer parte da pessoa, da criança, como bater nas costela, vai machucar... Na cabeça também... perturba, né, também...
- *Você também acha isso? Tem que saber bater?*
- (3) Não, eu sou mais assim... de por de castigo. Pronto, gosta muito de uma coisa, põe de castigo. Digamos que a criança gosta muito de televisão, fica uma semana sem televisão... não vai ter mais isso.
- *O que é saber bater?*
- (1) Não, porque o médico falou assim, criança você tem que saber bater, porque você pode machucar e mais tarde trazer uma doença, então quando eu vou bater eu olho... as pernas... o bumbum, é saber bater no bumbum, não bater mais muito em cima... e tem a parte que eu não bato. Eu sempre dou mais assim mais tapinha... e vou pelo mais castigo mesmo. Igual televisão. Ou você falou que você ia passear, não vai, ia fazer isso não vai...
- (1) É, que às vezes o castigo dói mais.
- *Quando é necessário bater?*
- (3) Quando... minhas filhas, eu sempre fico em casa, cuido delas... Eu trabalho, agora mesmo eu não tô trabalhando, mas no caso eu digo pra elas, você tem que respeitar a pessoa, saber como falar... é assim que se fala, se tiver errado peça desculpa... E também comigo, tudo ela fala senhora, mãe, senhor, pai... Assim que elas têm que falar comigo. E sobre a desobediência. Se ele falar alguma coisa comigo que eu ensinei eu falo olha, a mais nova tem que respeitar a mais velha, e vai de escadinha, então elas já se combina que uma tem que respeitar a outra. De vez em quando a mais velha já fala, mas mãe, ela não vai me obedecer, que ela é pequenininha... então é assim. E elas obedece. Eu fui pro Ceará agora no mês de janeiro, meu marido tava doente e eu fiquei lá 4 meses. E durante os 4 meses, meu pai falou olha, eu fico admirado, porque ela tem 13 anos mas as três obedece ela direitinho. Porque eu fiquei meses com a mamãe internada. E ela sabia a educação que eu dou pra elas. E ela fez a mesma coisa. Meu pai falava com meus irmãos fiquei bobo, admirado, que essa menina ficava sozinha na casa, as outras obedecia, se ela dissesse eu vou ali e a minha filha dissesse não vai, você não ia. É assim, eu acho que educação... Agora mesmo eu tava falando ali...
- *Então quando desrespeita o mais velho, desobedece...*
- (3) É, porque a que tem 7 anos, ela tem que obedecer a de 13 anos, e ela não desobedece. Tem hora que eu me admiro, eu gosto, e muita gente fala, suas filhas são muito educadas... Eu moro dentro duma vila, e a dona da casa ela mora junto

comigo, praticamente. E ela falou, não alugava casa pra criança. E é difícil você alugar casa, quanto mais com 4 criança, é um sacrifício... Agora ela não quer que eu saia de lá. E depois que eu alugo uma casa é difícil de eu sair... Não, você é muito boa, suas criança são educadas... Parece que nem tenho criança, são tudo calado... não tem o que fazer vão ver televisão, nada de ficar na rua ou na avenida mesmo brincando com aquela turma, eu não deixo... Se sai vai sair comigo...

— (1) A gente foi criada no Ceará, a gente é criada diferente daqui. Aqui os pais faz muito a vontade.

— *Você falou que prefere o castigo... Como é na sua casa?*

— (1) Eu prefiro o castigo. Porque no caso... bom, às vezes o castigo dói mais... no caso, a minha filha nem precisa tanto, também... ela só tem 3 aninhos, ela não é daquelas criança... se eu falar não faz isso ela não faz...

— *Que tipo de castigo você dá?*

— (1) Ah, por exemplo... ela quer isso. Às vezes ela me pede. Tem 3 anos mas ela sabe pedir muito bem. Mãe, eu quero isso. Se ela fizer qualquer coisa que eu não gosto, se você fizer isso, eu não vou dar o que você me pediu. Ela fica... não faz. Ou senão ela quer ver televisão. Ela gosta de um bocado de coisa. Aí eu falei, você não vai ver televisão. Senão ela gosta de ir na casa da vizinha, brincar com a menininha de 4 anos. Não vai. Por que, mãe, que eu não vou? Porque você desobedeceu a mamãe. Aí ela vem... daquele jeito... desculpa, mãe, não foi porque eu quis... desculpa... se eu falar que não desculpo ela chora.

— *Alguma vez você precisou dar um tapinha?*

— (1) Um tapinha, já. Porque nesse dia... Ela brincando mesmo, isso ela tinha uns 2 anos, ela brincando, ela bateu aqui em mim. Quando ela bateu, na mesma hora eu bati nela. Eu me arrependi.

— *Ela bateu no seu rosto?*

— (1) Foi.

— *E você bateu como?*

— (1) Eu bati na bunda. Aí... ela é daquela criança sentida, ela chora que parece que a gente deu uma surra. Ela fica [imita o soluço da filha] Eu mando ela parar de chorar e ela, eu não consigo... Ela falou assim, bota de castigo, mas... Se eu bater fico logo com pena, mas eu saio de perto.

— (3) No final, acaba no carinho... E acaba pedindo desculpa. Mas é porque às vezes você bate numa criança sem nem saber se ela tá errada mesmo, muitas vezes eu já fiz isso... E às vezes eu vejo que tô errada, eu volto e vou pedir

desculpa, que eu vi... sabe o caso que eu não brigo com a minha filha, nem bato e nem ponho de castigo? É o dia que chegar uma e falar ah, ela bateu em mim. Eu não acredito. Porque ela não bate, em criança nenhuma. Se outra criança estiver brincando com ela e bater nela, se eu estiver por perto ela vem ou falar pra mim ou pra mãe da criança, mas ela não bate. Ela não bate.

— (1) É certo você pedir desculpa quando acha que você errou, né, se você acha que você tá errada você tem que voltar e pedir desculpa porque a criança vai crescer com revolta. A minha filha já apanhou às vezes assim... aconteceu assim de eu bater nela antes de eu saber porque que ela fez aquilo errado. E aí eu vi que eu errei, pedi desculpa a ela e falar, porque primeiro eu tinha que ter perguntado a ela e não perguntei.

— (1) O pai dela nunca encostou um dedo nela pra bater. Às vezes ele brigava, mas nunca encostou um dedo. Agora chega pra ela e pergunta de quem ela gosta mais. Ela fala que gosta de mim. Ele chegava pra ela, às vezes quando eu brigava... eu falava assim filha, eu vou embora - o pai dela tá em São Paulo, né - eu vou embora pro Rio, que a gente separou. Ele chegava pra ela só de brincadeira, mesmo, só pra ver o que é que ela ia falar. Porque lógico que não ia ficar com ela, né, ele sabia que separando eu vinha pra cá e lógico que eu não ia deixar minha filha com ele. Ele falava assim, com quem que você quer que ir? Você quer ir com a sua mãe ou ficar com o papai? E ela, quero ir com a minha mãe. Aí teve um dia que ele falou assim, filha, você não quer ficar comigo não? Não, pai, eu tenho que ir com ela, porque ela que é minha mãe. Então a resposta que ela deu pra ele... Eu tenho que ir com ela porque ela que é minha mãe... Por isso eu tenho que ir com ela, não ficar com você.

— *Tapa de homem é pior?*

— (3) Ah, é, muito mais, porque a mão é mais pesada. Eu apanhei muito... do meu pai, da minha mãe... Apanhava de fazer xixi, de tanto que... doía tanto que às vezes você chegava a fazer xixi na roupa... Eu apanhei muito.

— *Do seu pai e da sua mãe também?*

— (1) Da minha mãe eu só levei uma surra, porque eu joguei um côco na cabeça do meu irmão que o sangue dele...

— (3) E hoje eu crio minhas filhas assim porque... eu falo olha, eu apanhei muito, eu não quero que você apanhe o que eu apanhei. Eu quero que vocês tenham educação sem precisar de apanhar, porque o meu pai não tinha esse negócio... porque se ele disser você não faz isso e você fizer... Você vai apanhar, mas

podia... às vezes besteira, de discutir uma com a outra assim... ele fazia isso, ia lá pegar a corda, ou o chinelo, ou um cinto... a gente ainda tinha que ir buscar, trazer pra ele... Pra apanhar do próprio cinto. E a minha mãe tem raiva que eu falo pra ela... Ela fala que é mentira minha, não é mentira... ela fala assim que é bobeira sua... que eu falo mãe, esse meu problema de ouvido é de tanto cascudo e puxão de orelha que eu levava da senhora. Faltava rasgar. E eu acho que a gente não era tão danada... Era coisa de criança... e naquela época criança era inocente, era inocente... Que eu casei bem inocentinha... não é à toa que uma semana já tava grávida.

— (1) Eu então, com 18 anos eu corria de medo de homem. Esse que era o problema também. Aliás eu não sei se o medo era porque... medo dos homem mesmo ou era medo do meu pai. Eu não sei explicar, sei que tinha medo.

— *Você tinha medo do seu pai?*

— (1) Tinha, muito. Porque o meu pai...

— (3) Eu sou casada, e até hoje eu temo do meu pai. O meu pai dá até medo se ele disser que não... meu marido às vezes até reclama, porque não é mais pra mim fazer isso... a criança fala assim, eu vou aprontar depois eu sumo... aí o pai já esqueceu, né? Meu pai não. Lá em casa era assim: meu pai já avisava logo. Não adianta sumir. Porque se sumir e deixar pra aparecer mais tarde, a surra vai ser maior. Então é melhor vir logo que a surra é menor. Aí tinha que vir logo. Se sumisse, a surra era maior. Apanhei de ficar roxa... Nas costas, espancada...

— (1) Que a minha irmã mais velha, faltava 15 dias pra ela casar... Eu não sei se você conhece aquilo que chamam de... chiqueirador¹. De bater em boi. Então. Meu pai deu uma surra tão grande nela, que... eu tava pra casa da minha irmã, que morava distante. Aí quando eu cheguei, minha mãe tava lavando as costas dela com água de sal. A marca... dava aquela tira de sangue. Minha mãe lavando as costas dela com água de sal. E ela chorando. Sabe porque? Eu tinha 11 anos. E era Semana Santa e uma prima do noivo dela tinha vindo me buscar pra ficar a Semana Santa na casa dela. E ela que queria ir, só que meu pai não deixou. Eu ele deixou. Ela foi fazer fofoca de mim pro meu pai. Agora eu com 11 anos... uma criança, nem peito tinha ainda, nada... E ela foi fazer fofoca que eu queria ir pra namorar. Aí meu pai pegou ela... Mas aí é que eu falo. Hoje, a minha filha fazendo isso, eu já vou com a conversa, não batendo. Já naquela época não, a gente apanhava.

¹ Segundo o Aurélio, é um "relho amarrado na ponta de um cacete para servir de chicote".

- (3) A educação das minha filha é diferente da que eu tive... eu acho que pra dar educação aos filhos não precisa de... Eu falo pros meus pais, pra dar educação aos filhos não precisa tá fazendo o que vocês fizeram com nós. Que lá em casa meus irmãos... são seis irmãos, mas todos eles reclamam de tanto que eles sofreram.
- *Qual é diferença entre dar uma palmada e ser violento com a criança?*
- (1) Que tudo é violência, né?
- (3) A palmada a criança esquece, agora... violência eu não esqueço até hoje.
- *A opinião de vocês é diferente... Você diz que a palmada também é violência?*
- (1) É. Porque se você bater... Não aquela palmadinha, mas se você bater com força... eu, se eu tiver que dar uma palmada na minha filha, eu não vou...
- *Depende da força?*
- (1) É. Se eu der uma palmada na minha filha como eu falei na semana passada, eu falei pra ela olha, não se bate com a mão, porque você vai apanhar de verdade. A minha mão tá doendo igual a sua bunda tá doendo. E eu dei com força, tanto que a minha mão que tava doendo. Mas a única violência mais forte lá em casa é a palmada. Não é que eu não vou dar, eu não vou dar assim, eu vou dar...
- (3) É, mas isso assim só se eu subir muito, que se a criança me fizer muita raiva...
- *Como assim subir muito? Ficar com muita raiva?*
- (3) Raiva, é, é difícil eu bater, eu sempre vou na conversa, porque eu acho que bater não é tanto o bater, é mais pela conversa. Se você souber explicar à criança o que é certo e errado ela vai fazer o certo.
- (1) Sabe porque que eu evito bater? Às vezes quando a minha filha faz alguma coisa que é pra bater mesmo, eu evito, eu saio de perto, faço qualquer coisa. Porque... eu tenho problema de nervo. Eu sou muito nervosa, qualquer coisinha me irrita. Aí se eu ficar nervosa eu faço aquilo, dois minutos depois eu tô arrependida.
- *Não dá pra bater então na hora que você tá nervosa?*
- (1) Não dá, porque se eu bater eu bato pra deixar roxo, entendeu? Aí eu saio, me acalmo, deixo ela com a minha irmã, que a minha irmã não gosta de eu fazer isso, minha irmã puxa logo ela e não deixa, que ela sabe como é que eu sou. Eu tenho problema de nervo desde que eu era criança. Eu não posso sentir muita raiva, se eu sentir muita raiva eu fico com falta de ar, não consigo respirar... aí se eu ficar nervosa, aí é quem tiver na minha frente.
- *Isso já aconteceu?*

- (1) Já, com essa minha irmã mesmo que eu moro com ela. Ela era pequenininha, ela tinha uns 7, 8 anos. Eu tinha uns 15 anos, eu não sei como, ela me fez raiva, eu peguei ela assim pelo ombro, bati assim com a cabeça dela na parede. Depois que eu me acalmei, eu mesma fui curar os calos da cabeça dela. Mas eu sou nervosa. Então por isso que eu falo que se minha filha fizer alguma coisa eu saio de perto, que se seu bater não vou dar uma palmadinha como ela...
- *Nisso vocês concordam, a raiva atrapalha tudo?*
- (1) É. Eu saio de perto por isso. Por isso eu faço tudo pra não bater nela quando eu tô com raiva.
- *Então quando bate tem que estar de cabeça fria?*
- (1) Tem. Que aí dá uma palmadinha de leve, aí ou senão conversa mesmo... Eu acho que se eu estiver certa, ainda vou depois que ela terminar de chorar eu vou dizer, você apanhou por isso e por isso. E se eu tiver também errada, eu vou e peço desculpa.
- (3) A mesma coisa também eu faço.
- *Há outras formas de violência com a criança além da sexual e de bater?*
- (3) Não sei... [discute um pouco sua relação com o marido, o casamento contra a vontade do pai e como apanhou por isso. A outra entrevistada refere também sua separação, afirmando que o problema com seu marido não foi violência, mas traições com outras mulheres. Retomo a pergunta]
- (1) Acho que não, né?
- (3) A minha violência foi essa que eu falei.
- (1) A minha também.
- *Dá pra ser violento com palavras?*
- (3) Dá.
- (1) Dá. Pra mim, a palavra dói mais do que uma pancada. No meu caso, dói. Se você tiver que falar certas coisas pra mim, eu preferia levar um tapa. Acho que ia doer muito menos.
- *Pra criança também dói menos?*
- (1) Ah, eu acho que sim. Porque às vezes a minha filha... Às vezes eu brigo com ela e ela chora, sabe, e às vezes eu bato e ela não chora. Não é nem brigar, às vezes eu falo alguma coisa com ela e ela vai chorar... E às vezes se eu bato devagarinho ela não chora.
- *Você também acha?*
- (3) Acho. Eu não gosto de falar palavrão. Principalmente com as criança. E às vezes no momento de raiva sair, eu ainda falo olha, acabei de falar um palavrão

com você, porque você me deu raiva. Eu não falo, porque às vezes você fala um palavrão e a criança vai aprendendo e não tem nem como você corrigir porque você aprendeu com você mesmo.

— *Isso seria uma violência?*

— (1) Pra mim é. Tem muita palavra feia...

— *E não cuidar da criança é uma violência?*

— (3) Não, eu acho que é falta de amor, né? Como diz minha mãe, uma pessoa que não cuida da criança não é mãe.

— (1) Minha filha foi dormir na casa dela. Mas eu liguei duas vezes, ontem à noite, pra saber como é que ela tava, o celular, o cartão tava curto e eu assim que... tinha que ouvi a voz dela pra saber que ela tava perto, que tava tudo direitinho... preocupo demais com as minhas filhas, e elas comigo.

— (3) Eu já tenho uma vizinha que fala assim, a maneira de lidar com sua filha, tu cuida dela como se cuidasse assim... é como gente rico. Tudo você faz pra ela. Aí ela, quando ela crescer ela vai ficar metida e eu, pode ser que não... Eu não vou deixar ela ficar metida. Você pode ter certeza, eu jurei pra mim mesma que o dia que eu tivesse um filho, ou uma filha, eu ia dar pra ele tudo que eu não tive e não ia fazer com ele o que o meu pai fazia comigo. Ia criar da maneira que eu achasse correta. E ia dar pra ele tudo... lógico que não é tudo... O que eu puder, eu dou. Mas o que eu não puder eu digo pra ela... ela entende. Eu falo assim pras minhas filha... mãe, compra pra mim? Eu não vou dizer eu compro. Porque eu não sei se eu vou poder comprar ou não... aí eu falo assim, não posso, e ela espera. Mas ela não vai dizer minha mãe é ruim, não comprou. E às vezes ela fala... Minha mãe falou que não pode comprar porque não tem o dinheiro pra comprar. Às vezes aquilo me dói, mas é bom... apesar de que ela passa vontade...

— (1) Eu mostro a elas o que eu sou e o que eu posso dar, até onde eu posso ir com elas, né?

— *Qual é pior?*

— (3) Ah, é o estupro. Principalmente pra uma criança, né, quando o pai chega a fazer isso. É mais que tudo. No meu caso, se isso acontecer lá em casa... Não dá nem pra pensar duas vezes... é sair com as minhas filhas.

— *O que deveria acontecer com essas pessoas?*

— (3) Eu não acho certo pena de morte, que acho que morrer não é assim... Ficar vivo tem que... mas eu acho que ele deve ser castigado. Preso mesmo. Não só deixar na cadeia e ficar ali comendo do bom e do melhor. Sofrendo mesmo. Saber que cada sofrimento daquele vai se lembrar, tô sofrendo porque eu fiz isso. Eu

acho que seria bom pra essas pessoas... mas pena de morte pra mim... Porque Deus deu a vida e só ele tira, né? Então não sou a favor. Mas sou a favor dele levar um bom castigo.

— *Como poderíamos diminuir a violência?*

— (3) Eu acho que depende muito da criação. Às vezes os filho é revoltado em casa pela educação mesmo que não teve, e vai fazer lá fora. A revolta acaba levando lá pra fora. Eu acho que começa dentro de casa pela educação, porque a educação que as minhas filha tem, não é porque é minha filha, mas eu sei a educação que eu dou a ela. E a educação que eu dei às minhas filha, eu tenho certeza que elas não vão fazer nada de errado lá fora que ela tá vendo o lado bom dentro de casa. Então eu sei que ela não vai fazer maldade lá fora. Se cada um ensinasse assim, eu acho que o mundo seria outro. Sem dúvida. Nunca o filho fazer a coisa errada e o pai dizer ah, que bonitinho, que ele tem só 2 anos e ele pode fazer isso. O meu marido não aceita a minha filha... Até uma brincadeira ele não, não pode... realmente eu concordo que não pode, porque ela vai aprendendo ali e vai fazendo. Mas tem muita coisa que você diz ah, é tão bonitinho... a criança vai fazendo aquela coisa errada. Ou seja, roubou, seja o que for que ele fez lá fora e você aceitou...

ENTREVISTA 23: Sueli

Idade ao nascimento do primeiro filho: 24 anos

Número de filhos: 1

Idade e sexo dos filhos: masculino, 3 anos

Estado civil: solteira

Reside com: mãe, padrasto e filho

Trabalha

Local onde mora: não é seguro mas cabine da PM protege

— *Você já ouviu falar de violência contra a criança?*

— Claro.

— *O que você escutou?*

— Agressão... agressão mesmo. Pra mim, violência contra a criança é agressão. É agredir, bater, espancar... por favor.

— *Por favor?*

— É, eu acho isso um absurdo. Espancar uma criança, bater...

— *Onde você viu isso?*

- Televisão, caso de babás que batem em criança... até os próprios pais... Jornal, telejornal, é o que mais se vê, isso é... agressão... dos próprios pais, não só de babás... dos próprios pais também. De agredir quando a criança não obedece... por coisa... torpe, motivo fútil... Isso é absurdo. É isso que eu já ouvi, vi...
- *Viu?*
- Na televisão...
- *Você não conhece...*
- Não, pelo amor de Deus. Não, nunca.
- *E como é sua relação com seu filho?*
- Minha relação com ele é maravilhosa. É ótima. E com a minha mãe também, o meu padrasto... são apaixonados por ele... Brincam com ele... o padrasto fez 72 anos, brinca com ele como uma criança, de ficar no chão até... Minha mãe também... Eu, na parte da manhã durmo, porque eu trabalho de madrugada, à tarde ele vai pra escola, eu fico mais com ele à noite. E final de semana. Que eu passeio com ele, levo a parque, só que nós... eu e o pai dele não somos casados, e às vezes ele vai pra casa do pai no final de semana, e o pai mora em São Paulo.
- *Como você faz pra ele obedecer você?*
- Ah... nem sempre ele me obedece. Eu faço uma coisa que eu sei que não é certo. Mas ele me obedece assim. Por exemplo... ah, ele tá mexendo... Olha, mamãe vai chamar o leão... Coisa assim... aí ele não faz. Ou... tipo polícia... que ele vê carro de polícia... ó, mamãe vai chamar a polícia... a polícia, hein, a polícia vai prender você... Ele fica assim, ó... mas ele não faz. Mas eu não acho isso... eu grito, de vez em quando eu grito, ó, não pode. Falo uma vez... duas... não me obedece... mamãe tá dizendo que não pode! Assim, esse tipo de grito, não é um negócio assim... agressivo.
- *E quando é que você precisa chamar a atenção dele?*
- Ah, quando ele faz muita bagunça, quando ele quer uma coisa que não pode e eu digo que não pode e ele... começa a fazer pirraça, se jogar no chão. Malcriação. É pirraça, mesmo. Se jogar no chão, querer morder.. me bater... Que às vezes ele faz isso... já fez e continua fazendo. Mas isso não é freqüente não, uma vez ou outra.
- *Você põe ele de castigo?*
- Não. Uma vez já fiz. Já botei ele dentro do quarto, fechei a porta, mas ele começou a gritar... aí eu fiquei... não, eu acho que isso não é o caminho. Eu achei assim meio estranho, não me senti muito bem não, me achei muito cruel. Trancar ele dentro de um quarto... parecia que... sei lá, não adiantou não.

- *Você achou cruel pela reação dele?*
- É, porque começou a ser aquele choro histérico, de que tava sofrendo, assim... como se eu tivesse abandonado, largado ele como qualquer coisa, assim... não achei legal, achei cruel. Aí eu abri, aí eu abracei ele e... desculpa...
- *Alguma vez você já precisou dar um tapinha?*
- Ah, já. Mas tapinha assim... no bumbum. [fala para o filho ao seu lado] Às vezes mamãe dá tapinha no bumbum, né? Mas não faço isso muito. Ah, um tempinho atrás, de mexer... assim, ó, não pode. Como é que a mamãe faz... Não pode! Não foi, mamãe já fez assim? Mas foi... nada... bater, espancar, pegar sapato, nada disso.
- *Qual é a diferença entre essas duas coisas?*
- É... de uma forma... assim... eu acho que eu fazendo assim de repente ele acha que ah, eu não posso... mas não funciona, não. Hoje eu faço mais no grito, mesmo. Mais no grito. Às vezes eu grito com ele. Ah, eu acho que isso aqui não agride, de humilhá-lo, de... regredi-lo, de... botar de baixo, de... acho que assim é como uma advertência, ele vai lembrar que ele não pode porque sei lá, ele vai levar um tapinha, mas não... funciona, também. Não funciona. Acho que no grito, entendeu, falando com potência na voz, ele me obedece mais.
- *Como você foi educada?*
- Eu ficava com terceiros. Com empregada. Porque a minha mãe trabalhava fora, e eu ficava com empregada, e não era legal. Porque... minha empregada me batia. Me batia. Eu lembro de uma que me batia. Dina. Me obrigava a tomar vitamina... Quando eu não queria tomar vitamina, ela chamava o vizinho pra me... ela me batia... Botava um copão desse tamanho assim de vitamina e me obrigava a tomar, eu não queria tomar. Eu lembro de uma cena que ela chamou o vizinho, que era um garoto, chamou o garoto pra me ver apanhar... porque eu não queria tomar vitamina. Isso é uma coisa que eu nunca vou me esquecer na minha vida. Essa cena. Ela chamando o vizinho...
-
- *E a violência sexual?*
- Muito próximo assim... não sei... eu acho... como é que pode, eu não aceito isso, como é que isso existe, eu acho que...é tudo ficção, como é que essas coisas acontecem de verdade?
- *É como se nem fosse verdade?*

- É, acreditar que isso existe, que seja verdade... nós vimos em filme, vimos na televisão... mas sei lá, não tá tão perto da gente, não vi, nunca ouvi, nunca soube de ninguém próximo, família, amigos...
- *Qual é o pior tipo de violência?*
- Ah, não sei o que é pior... tudo é ruim... não posso dizer o que é pior, tudo é ruim... Agressão sexual é uma coisa horrível. Aquilo é pro resto da vida... Não é? A pessoa nunca vai esquecer, vai ser uma pessoa problemática...
- *Você está falando como se isso causasse um horror especial.*
- Não porque tivesse acontecido comigo.
- *Não é que a sua reação mais forte.*
- É, então pode ser porque... é pior. Mas pôxa, a pior... mas bater, agredir, espancar, também é horrível. Deixar marcas com pauladas, o que é isso, como eu vi no jornal... Imagina... o meu filho assim desse tamanho, pegar um pau, meter um pau no meu filho... pra marcar, dar soco...
- *Você tem irmãos?*
- Não, sempre fui sozinha.
- *Como são seus amigos com seus filhos? Vocês conversam a respeito?*
- Não, nunca... não, sinceramente não.
- *Como você decidiu a forma de educar seu filho? Pela sua experiência?*
- Ah, não, eu lia muitos livros, muitas revistas, li muito, e tinha coisas que eu concordava... é, isso aqui não é legal, fazendo assim... li muito, é, quando eu tava grávida eu tava o tempo todo em casa, não fazia nada... aí eu li muito, lia muitas revistas, livros... Vida do Bebê, Pais e Filhos, Meu Neném, eu comprava tudo... todas as edições, todo o meu período de gravidez. Meu Neném, Crescer e Pais e Filhos, eu comprava as três. Tenho todas em casa até hoje. Como eu gastei. Tenho um montão assim.
- *O que deveria acontecer com os pais que agridem os filhos?*
- Ah, sinceramente eu não sei. Acho que isso é doença... é um absurdo, uma pessoa que faz isso não é normal. Não é normal, tem que ter algum problema.
- *O que a gente pode fazer?*
- Acho que um trabalho conjunto de pessoas explicando, participando, com os filhos... Sei lá. Pessoas instruindo, esclarecendo, mostrando o que possa acontecer com seus filhos no futuro, como vai ser a relação dele com a mãe, o pai, como vai ser essa criança, adulta...
- *Orientar os pais?*

- Mas junto com os filhos. Acho assim. Você primeiro esclarece os pais, mas participando... não é possível que esses pais amem os seus filhos.

ENTREVISTA 24: Adriana

Idade ao nascimento do primeiro filho: 15 anos

Número de filhos: 4

Idade e sexo dos filhos: masculino, 34 e 32 anos; feminino, 26 e 14 anos

Estado civil: casada

Reside com: marido e filha mais nova (os três mais velhos são casados)

Relação entre o marido e os filhos: padrasto dos dois mais velhos; pai das meninas

Trabalha

Local onde mora: razoável porque acha que o que está fora de casa não atinge

- *Você já ouviu falar de violência contra a criança?*

— Já.

- *O que você escutou e onde?*

— Eu acho um absurdo. Eu acho um absurdo sabe porque? Eu não sei, eu acredito que seja muita facilidade, entendeu... Assim, de uma mãe assim... Antigamente, no meu tempo, meu pai e minha mãe era assim. Às vezes queria ter tudo dentro de casa pra não ocupar aquele filho e achar que aquele filho tinha que fazer aquelas coisas de ir na rua, de fazer uma qualquer coisa que não seria do agrado deles. Então eu fui criada assim. Então a gente tinha tudo em casa, como pobre, entendeu, mas não ocupava aquele filho. Vai ali e tal, sai ali vai ali fazer isso. Com tanto, nós vivia dentro de casa, tudo que eles tinha que fazer eles mesmo faziam.

- *Você é do Rio?*

— Não mas estou aqui há 38 anos. Então aí eu tenho esses 4 filhos, precisei trabalhar e sustentar os dois...

- *Seu marido não é o pai de seus 4 filhos?*

— Não, esse é o segundo, eu sou divorciada. O meu marido é pai das duas meninas. Então aí a mesma coisa, eu sou assim. Eu nunca fiquei assim... filho, vai ali, eu não, eu preferia deixar eles e eu fazer, entendeu? Se tiver de ir na rua, eu vou e vocês ficam. Que eu não ia segurar nada porque... escola eu ia levar e ia apanhar, entendeu? Hoje não, essa eu levo e ela vem porque eu trabalho. Eu sou funcionária pública então eu não tenho condições de apanhar ela na escola que meu horário de trabalho não é... meio dia é uma hora que tá... então aí também... vem da escola... fica em casa... eu já aviso: cuidado, não abre a porta pra ninguém, não atende, faça de conta que a casa não tem ninguém, entendeu? Fica

na tua. Eu acho assim. Agora você... fica em casa, bota um filho... vai fazer isso, vai ali, vai na padaria... vai comprar... eu não tem assim... eu acho que a criança tem que saber viver, a gente tem que dar aquele conforto mas não é também achar que uma criança... é assim... vambora... vai ali... vai lá... faz aquilo... basta a escola... já deixa ir com o maior medo.

— *Isso pra você e violência?*

— Não, pra mim a violência sabe o que acontece? É que você deixa um filho muito à vontade e você não sabe que naquele mandado que você faz, você não sabe com quem que ele está... você não sabe onde é que ele vai, entendeu? O coleguinha às vezes... você vai... manda aquela criança fazer uma coisa, o outro coleguinha já chama... então você fica preocupada... sem saber o que tá acontecendo... então vem uma notícia ruim porque seu filho que Cicrano... e seu filho... então você não sabe, então você já tendo aquela ordem de dizer fica, eu faço... eu acho um absurdo, uma mãe hoje ter... tem mãe que tem tanta dificuldade... bota umas criancinha desse tamaninho pra vender bala no ônibus... uma criança que sai de um lugar tão distante...que que acontece com isso?

— *Você vê muito isso?*

— Não, não é dizer que eu vejo... mas você às vezes passa na rua... você olha aquela criança ali vendendo caixinha de pastilha. Você às vezes tem até pena daquela criança, você não sabe o futuro daquela o que vai ser. Porque ali é uma criança sem segurança, sem proteção nenhuma... qualquer pessoa pode fazer, porque não tem um pai, não tem uma mãe, sai de um lugar longe desses... tá aqui, vai pra lá... às vezes... acontece muita coisa...

— *A pessoa pode fazer o que?*

— A pessoa vê a criança todo dia vendendo... Ah, você compra isso aqui, você vai ali... fica uma criança até acostumada a fazer alguma coisa... uma pessoa que não tem nada às vezes... ah, então você compra isso aqui que eu te dou aquilo ali, então ela tá interessada naquilo, vai fazer uma besteira, é aonde acontece, muita coisa...

— *E seu filhos sempre obedeceram você?*

— Graças a Deus, até hoje.

— *Até hoje?*

— Até hoje. Até hoje. Agora mesmo deixei a menina sair aqui. A minha neta tá comigo que eu trouxe ela, foi domingo. Então ela disse mãe, deixa eu dar uma passeadinha... Pra casa que eu estou aqui se você sair daqui a pouco vou telefonar pra casa. Sabe o que acontece, às vezes até com a gente mesmo,

quando você tá com a sua filha, nunca deixa de algum indivíduo mexer, entendeu? Eu não sei... se eu morrer, não sei como é que vai ficar... mas enquanto eu tiver viva, puder acompanhar, eu acompanho. Se tiver que acontecer eu não vou livrar nada mesmo, mas acontece junto comigo tá tudo bem. Mas a preocupação mesmo dentro de casa, se você largar seu filho, com coleguinha, ah, vai, quer ir vai, mas você não sabe quem é aquele colega, a gente não sabe...

— *Como você resolvia os conflitos em casa?*

— O negócio não é a criança ter conflito com pai e mãe. Porque eu acho que a criança não deve ter conflito com pai e mãe. Porque um pai nunca fala nada, uma mãe nunca fala nada pelo mal. Tudo que fala é o bem. E até eu fui criada assim. Às vezes minhas primas, meu tio, irmão da minha mãe, dizia assim, olha, tem um baile ali... um clube que tinha perto de casa. E as meninas, minhas primas, dizia assim, olha, nós vamos, o pai vai levar, ah, o tio vai, então tá bom. Quando eu chegava em casa, minha mãe dizia.... Como é que é o negócio? Se o tio chegar aqui e perguntar pra você se você quer ir, e pedir, você diz não. Tava morrendo de vontade de ir, o clube do mato. Se seu tio pedir você diz não, não tô com vontade, não quero não. E os meus são até hoje assim. Essa de 26 anos, e a de 13 anos, parece são idênticas. Não tive trabalho, problema com filho. Graças a Deus, entendeu, sai comigo, de noite tudo dentro de casa, não sei.

— *Você alguma vez precisou botar eles de castigo?*

— Não, eu não botava de castigo.

— *O que você fazia?*

— Eu nunca botei filho de castigo. Eu só dizia não, não pode, não dou, e não vai ter o que vocês querem porque eu não tenho condições, eu não posso e acabou. Pode vir quem for que eu não posso, entendeu? Tudo eu não podia. Nada eu podia. Então esses três pra mim era a criança que é até hoje. Em termos, ainda era um pouco melhor do que essa. Porque essa já tem o pai. O pai às vezes ele diz... mas pai, eu quero isso, eu digo ué... que que você acha? Eu digo ué, você quer dar, o filho é teu. Você sente a que a criança por ser um pouco assim... não ser muito rebelde, fazer o que você acha, que às vezes eu converso com ela, que gosta de ver televisão, olha as má companhia o que acontece, tá vendo, evitar essas coisas, então ela é o ritmo da outra, então o pai aí é... quer? Pronto, dê pra ela... mas ela é uma menina assim... não dá pra preocupar a minha idéia... uma coleguinha entendeu? Coleguinha dela é na escola, ela não tem aquela amizade de coleguinha dentro da minha casa, não nunca criei meu filhos assim. Eu tenho 2 casados... eu tive na casa dele domingo então, teve alguma coisa que eu não

digo que era certo, mas a casa é dele, a mulher é dele, os filho são dele, então... mas no meu sentido...

— *Mas você conversa com ele, dá conselho?*

— Converso e muito... E se tiver de bater eu bato também. E me obedece. Pode bater mãe, a senhor é minha mãe, não posso fazer nada.

— *Até agora?*

— Até agora. Até agora. Até agora. Pena que ela já foi embora. Eles fala: pode me bater, mãe, a senhora é minha mãe. Falo olha, má companhia, cuidado, evita... A senhora não quer, não quer.

— *Como é esse bater seu?*

— Como é meu bater? Eu chamo, falo, olha, se eu botar a mão, minha mão é muito pesada. Vou machucar. Então evita. Que eu não bato com mão, entendeu? Eu pego logo o cinto, e bato. Entendeu? Então evita. Já sabe que se eu bater eu vou bater mesmo. Então aí... não sei, graças a Deus, eu não tenho nada o que falar dos meus filhos, entendeu? Mas graças a Deus, até hoje... trabalham, são chefe de família, cada um tem sua casa, todos trabalham, então não tem o que me preocupar. Me preocupar agora com a adolescência dessa, mas pelo menos está indo do jeito que a outra foi. Tá com 13 anos... namorar... adora brincar de boneca... Boneca e estudar. É boneca. Adora boneca. Pôxa, mãe, essa boneca... e não gosta de bonequinha grande. Meu Deus, na idade dela já namorava, namorava firme mesmo... Casei com 13 pra 14 anos... Vai comprar essa boneca pra que? Que vergonha... Então eu dou.

— *Que idade é mais difícil?*

— Você sente que ela não tem aquela mentalidade... aquela idéia de menina assim curiosa, de... malícia, se ela tem, deve ser muito escondido na mente dela. Porque é bobinha. E é uma moça. Moça feita.

— *Que idade é mais difícil?*

— Olha, eu não sei... dependendo da criação. Eu digo pra você isso. Da minha criação olha, até agora eu acho que foi quando eles era muito novinho, sabe, que eu ficava sem dormir, ficava preocupada quando adoecia, quando tinha que dar uma vacina... Entendeu, vinha uma doença ruim... pra mim isso foi uma fase. Entendeu, quando se machucava, e eu evitava ao máximo, e graças a Deus hoje... muito novinho, não dormia... agora não.

— *Depois que cresce fica mais fácil?*

- Cada um tem a sua vida pra saber o que é. Então é uma coisa que você se preocupa, quando sai do trabalho, mas isso pra mim... Agora tem essa... até agora...
- *Os seus maridos sempre concordaram?*
- Não. O meu primeiro... eu saí dele... meus pais tiraram, que era nova, né, maltratava, então quando eu fui...
- *Ele maltratava você?*
- Demais.
- *As crianças... ?*
- Não. O outro estava novinho, eu estava grávida sem saber, entendeu? Aí quando eu fui pra casa dos meus pais... eu grávida, não sabia que eu tava grávida com 2 meses, aí a barriga começou a crescer, eu digo, meu Deus, o que é isso? Me lembro que o meu pai disse olha, essa é a primeira e última vez que eu dou chance... porque se você voltar, eu não estou pra criar filho de ninguém. Então essa foi a primeira e a última separação, nunca mais. Contanto que ele só foi conhecer o filho quando já estava casada com o segundo. E o mais novo a mesma coisa. Todos os dois.
- *O que ele fazia a você?*
- Ele me maltratava porque eu me casei com ele, fui pra casa dos pais dele, morei com a minha sogra, então ela tinha que me dar comida como, tinha que levantar o telhado... e me dar um prato de comida. E eu já grávida do mais velho, não sabia, entendeu? Então ele me prendia dentro de um quarto. A casa da família toda e tinha um quarto que era meu, me prendia, saía pra farra... aqueles a coisas escondido... Levantada aquele telhado pra me dar um pouco de água e um pouco de comida.
- *Você ficava presa?*
- Ficava presa.
- *Como você casou com ele?*
- Eu casei com ele porque eu saí de casa. Saí depois meus pais obrigaram ele a casar comigo.
- *Você gostava dele?*
- Gostava demais. Eu não entendia o que era um ciúme, eu não sabia o que era um gostar. Porque ele só quis me destruir, né, mas graças a Deus eu esqueci...
- *E seu marido agora, como é com as crianças?*
- Ele criou. Porque eu vim para o Rio, os outros vieram dois três anos, né, então graças a Deus ele é como um pai, entendeu? Só que ele nunca se meteu por

conta de educar. Ele diz não, eles são seus, eu não vou me meter. Nunca deu um tapa, entendeu, e tudo ele era pai e mãe. Os dois por minha conta. E as filhas dele ele nunca deu um tapa em nenhuma das duas. Mas também era pai e mãe. Ele dava tudo. Ele dizia ó, isso aí é com você. Isso era comigo. Filho ele nunca deu um tapa, nunca se envolveu, deixava por minha conta. Agora, se você vê na hora. Eu digo, deixa comigo que eu sempre muito assim... Hoje eu tô mais velha, tô mais sem... estou gasta, sempre fui ligada, sempre gostei de eu mesmo segurar... sempre gostei de segurar até o fim, então eu segurei até o fim, entendeu? E hoje graças a Deus eu seguro o que eu posso até o fim e não me sinto fraca, por que? Porque elas mesmo me ajudam, porque me obedece, entendeu, então eu não tenho nada absolutamente...

— *Você conversava com seu marido?*

— Não. Tudo era eu. Eu sempre fui tudo. Até entre minha família mesmo, minha mãe era uma pessoa que... ela não me entendia, mas dizia que eu puxei ao meu pai. Ninguém falava nada comigo que eu era decidida, era na cara e falava logo e acabou. E a minha mãe já tinha que passar a mão por cima... e eu nunca gostei de passar a mão em cima de ninguém. É, não é.

— *E os seus filhos, como criam seus netos?*

— Diferente de mim. Ontem mesmo o mais velho dizia assim, mãe, a senhora sabe que essa menina me fez comprar uma boneca de 32 reais? Eu digo "Por que, ela manda em você?"

— *E o que ele disse?*

— Ele disse que depois que chegou em casa caiu na real que ele tava fazendo uma besteira que ela não é merecida. Eu digo, mas filho nunca foi merecido pra pai e mãe. A gente que tem que merecer pra vocês. Vocês têm que aprender a obedecer, a gente tem que educar e comprar quando pode e quando merece. Então eles são diferente.

— *Todos eles são assim?*

— Esse mais velho compra... faz todo gosto. Às vezes ele deixa de comprar uma coisa pra entro de casa... Precisa de um móvel, de um colchão, que eu digo pra você, pra comprar uma boneca. Mas você não vai comprar seu colchão? Ah, não, quero comprar um colchão do bom. Deixa ele. Ele já é casado. Agora o mais novo é diferente. Já chega quase igual a mim. É essa menina que tá comigo, é dele. Ele disse olha, as passagens já estão compradas. Se começar com muita bobeira, eu vendo a sua passagem na Rodoviária e você vai ficar em casa, de castigo. Mas o outro não. Por que? Ele chega bem com a mulher, agora esse outro... ela pega o

dinheiro, bota no bolso, vai fazer o gostinho da filha. Quando a menina sai com ele e fala que quer, ele tem que fazer. Que se não fizer ela fica de cara feia.

— *Você acha que é a coisa do casal?*

— Do casal que não se combinam bem. Quando o pai está em casa, ela só faz o que ela quer. E apanha por que? Porque a mãe não sabe dar aquele controle. Porque quando tá com a mãe ela faz o que ela quer e quando o pai está em casa é batendo, é brigando, porque quando ele está serve de briga. Briga a mãe, briga o pai... Que nem ontem. O garotinho foi na minha casa ontem, menina, não tem aquela descargazinha no banheiro, ele tirou aquilo num piscar de olho. Num piscar de olho. Ele disse pra tia, tia, eu quero fazer xixi. A tia deixou ele ir no banheiro fazer xixi e deu as costas. Num piscar de olho rapidinho... quando ele entrou no banheiro ele já tinha puxado tudo. Porque eu vigiava muito meus filho. Aonde eu ia já não mexiam em nada de ninguém. Aqui perto de mim. As pessoas que sentam e ficam... O dono da casa tem que... se for pra quebrar a casa... não mexe! Só que ontem... danadinho... Mas é uma coisa que eu... você não falou nada com o pai, isso aí vai ser quase uns 50 reais.. eu digo deixa.

— *Você conversa com seus filhos essas coisas?*

— Não, não falo porque... pra isso ele tem a casa dele, a esposa dele e os filho. É dele, o dinheiro não é dele? Então eu só escuto. Eu não concordo, mas eu jamais vou dar opinião. Que ele aceita minha opinião, mas a mulher não, entendeu? Quer dizer, se ele quiser me dar alguma coisa, não pode dar na frente dela. Ela não gosta.

— [ela conta de sua separação, do período que passou na casa dos pais, cuidando de seus dois filhos, sem poder sair e sem ganhar dinheiro. Ela só se mudou para o Rio por interferência de uma tia que ela diz ser sua segunda mãe. Ela saiu de casa fugida do pai, deixando os filhos na casa paterna. Começou a trabalhar no Rio, e a mandar dinheiro para os filhos. Só voltou à casa paterna depois de casada pela segunda vez, e nascida sua primeira filha no segundo casamento]

— *Seu pai batia em você?*

— Batia. Meu pai não batia, ele levantava a gente pelas orelhas e soltava. Eu mulher velha. Ele batia porque... ele já ficava revoltado de eu não ter sorte... com dois filhos... a vida difícil... ajudei muito eles, fiz uma casa lá pra eles.. Ajudei muito. Minha mãe morou comigo aqui, separou dele, foi embora... [ela chora] Depois que eles tiveram conhecimento da minha vida... da família dos pais, do pai deles, né, eles revoltaram contra o pai. O filho mais velho disse, eu não quero mais ele perto de mim. O mais novo chegou a conhecer porque ele sempre morou na cidade do pai, né, então ele virou pro pai e disse: eu tenho vontade de lhe dar um tiro e te

matar. Porque ele... a vida dele continua a mesma coisa. Mulher entra na vida dele... mas nunca mais vi esse homem, graças a Deus, não estamos casados, não tive vontade nunca mais de ficar perto dele. O que eu tenho é meu... eu tenho um apartamento... Tudo passou.

- [ela fala ainda, com amargor, dos homens que a procuraram após sua separação e com os quais não pode ficar por interferência de seu pai. Em seguida acrescenta que o atual marido é uma bênção]
- *Tem um tipo de violência do qual você não falou...*
- [ela ri] Olha, sei lá, vou te dizer ...
- *Você sabe do que eu estou falando?*
- ... de pai e filha, entendeu, eu acho uma coisa horrível.
- *Você sabia o tempo todo, né? Antes de eu perguntar você já começou a responder...*
- Claro que sabia, olha só... eu, se eu tivesse meus dois filhos pra morar com outro homem, eu acho que eu podia até perder uma vida. Eu tinha medo. Que meus dois filhos fossem mulher. Eu tinha medo. Mesmo com filho homem. Mas eu acho que seria melhor. De deixar uma filha com padrasto... ou até com pai... Eu sou muito desconfiada. Eu sei lá, sou muito assim... minha mente é muito assim, entendeu?
- *Você sabe de alguma história....?*
- Não, não é que eu saiba de muita história, é muita coisa que a gente escuta, que a gente vê na televisão, então eu... não gosto, é por isso que eu não tenho amiga, entendeu, eu não gosto de amizade, de amiga dentro da minha casa.
- *Você já teve experiência com isso?*
- Não, eu tive sim, porque minha própria colega de escola, né, ela ia pra casa da minha sogra, foi onde ela começou o namoro com meu marido. Ele veio pro Rio de Janeiro, teve uma vida horrível aqui no Rio de Janeiro, falou olha, ela tinha dinheiro, ficou mandando dinheiro pro Rio de Janeiro, ficou sendo amante dela aqui, contanto ele não deu sorte, ela morreu, mas ele ficou por aqui. Que a vida deles lá já não era muito boa...
- *Você foi traída pela sua amiga?*
- Pela minha própria amiga. Então hoje posso confiar, mas sou muito desconfiada.
- *O que se poderia fazer a respeito da violência toda que tem por aí?*
- É muita facilidade. Facilidade que eu digo é sabe o que? Olha só, eu tenho uma amiga – olha só que história – a filha é do próprio pai. Ela pegava às 7 horas da manhã. Trabalhava... [trecho inaudível, ela fala sussurrando como se estivesse

contando um segredo que só nós duas pudéssemos ouvir; estávamos sozinhas numa sala, a porta fechada] essa menina já era amante do pai. Desde 8 anos de idade era amante do pai. A menina vinha pra escola, quando ela voltava da escola ficava em casa, só a menina e o pai, ele estuprou. Então essa menina nunca deu nada. Nunca a mãe percebeu nada. Nada.

— Até...?

— Mas aí quando foi um certo tempo... ele não quer nada comigo... ele não dormia na cama com ela, ele dormia na sala, e a menina dormia no chão. Ela dizia, esse homem não tem nada comigo... Claro, a menina ficava o dia todo em casa, e o pai numa oficina perto de casa. Quer dizer... ela comentava com colegas... Aí chegava em casa pra filha, você já tá uma mocinha, toda bonitinha, e namorado? Não, o pai não deixa eu namorar não! Tava com ciúmes... Quando ela chegava em casa, a casa tava toda fechada. Um belo dia ela saiu e disse que a janela tinha uma falha, quando ela olhou ela viu a filha com o pai. Ela disse que foi a maior decepção da vida dela. Na própria cama que a mãe dormia ela estava com o pai. Diz ela que ela bateu na janela forte e chamou o nome da garota. Aí ele levantou, a menina correu pra dentro do banheiro, e... abriu a porta... O que é que vocês estão fazendo? Nada, ela tava deitada perto de mim... A menina apareceu grávida com dois meses. Então a menina foi obrigada, com 17 anos, foi obrigada a abortar. Ele hoje está na cadeia.

— *Você acha que é isso que a gente deve fazer?*

— Eu acho, porque a violência vem mais é de família, não é?

— *E deve-se prender?*

— Ué... o que é que a mãe ia fazer, o que é que a justiça ia fazer? Com certeza, ele é um monstro. Ele é um monstro... Porque um pai não pode ter um filho com uma filha, que história é essa? Não era dele... e mesmo que tivesse... quer dizer, faltou ao respeito... e a mãe também... como é que uma mãe pode deixar uma filha o tempo todo dentro de casa com um pai?

— *Essa mãe devia ser presa também?*

— Eu sinceramente eu não sei... Olha, eu acho que se ela não desse tanta liberdade, a coisa... seria melhor. É o que eu digo a você, deixar muito à vontade... Confiar é só em Deus, e vigiar.[ela comenta a liberdade entre namorados e a falta de respeito que isso gera entre sogros e genros e noras]

— *Você frequenta a Igreja?*

— Eu sou da Universal.

ENTREVISTA 25: Carolina

Idade ao nascimento do primeiro filho: 21 anos
Número de filhos: 1
Idade e sexo dos filhos: feminino, 3 anos
Estado civil: casada
Reside com: marido e filha
Relação de parentesco entre o marido e os filhos: pai
Trabalha
Local onde mora: calmo

- *Você já ouviu falar de violência contra a criança?*
- Já.
- *O que você escutou e onde?*
- Que na maioria dos casos é feita pelos pais, ou por parentes próximos, acontece mais nas classes sociais mais baixas, e que causa seqüelas para a criança pelo resto da vida.
- *Onde você ouviu isso?*
- Programas de televisão, jornal...
- *E o que é essa violência?*
- *Você está falando só de violência física ou de qualquer tipo de violência?*
- *Você é que vai me dizer quais são os tipos de violência...*
- Isso que eu falei é só física, mas acredito que existam outros tipos de violência, é... não colocar a criança numa escola pra mim é uma violência também... então, tem diversos tipos, não só a física. Privar a criança de fazer as coisas que ela deveria fazer naquela faixa etária também é um tipo de violência.
- *Como é que você educa a sua filha?*
- Em qual situação
- *Em situações de conflito por exemplo, que são muito comuns entre pais e filhos.*
- *Você está falando só a nível financeiro, dela pedir uma coisa na rua... ou pra fazer qualquer coisa?*
- *Qualquer que seja a causa. O que você faz quando surge algum conflito?*
- Experiência eu não tenho nenhuma, né, porque eu não tava preparada emocionalmente quando ela nasceu. Eu não tinha na minha cabeça... como eu deveria agir quando eu fosse mãe. Mas... depende...
- *Foi um filho que chegou de repente?*
- É. Mas depende da situação em que eu me encontro, por exemplo se ela pede alguma coisa que eu acho que eu não tenho dinheiro pra comprar, eu falo pra ela,

mamãe não tem dinheiro hoje, você tem que entender que você não pode tudo, porque papai e mamãe dão o que está ao nosso alcance, não tudo que você quer. Ainda falo que ela não vai ter as coisas sempre, na hora que ela quer, eu falo pra ela que não, que ela tem que ter paciência, que ela tem que saber entender, que nem tudo que ela quer ela vai poder ter e nem tudo que ela quer ela vai poder fazer de acordo com o que ela pensa que pode. Mas eu tenho uma dificuldade extra porque ela não fica o tempo todo comigo.

— *Ela fica com quem?*

— Ela fica com a avó.

— *Sua mãe ou sua sogra?*

— Minha sogra. Eu deixo ela lá de manhã, e à tarde minha sogra leva ela pra escola, e à noite eu vou buscar.

— *Porque você diz que isso é uma dificuldade extra?*

— Porque não sou eu que estou educando ela, entendeu? Como eu tô te falando, isso são os momentos que eu passo com ela, mas eu não sei como que a minha sogra age em determinadas situações. Eu acho que ela dá tudo, faz tudo que ela quer, entendeu?

— *Porque que você acha isso?*

— Porque eu percebo a forma como ela me cobra. Ela acha que eu tenho que fazer como a avó faz. Ela esperneia, ela tem que ganhar, entendeu? E... se ela espernear pra mim ela vai continuar esperneando que eu não vou fazer nada. Ela tem que entender que ela não pode fazer qualquer coisa. Porque com os avós ela tem tudo que ela quer, na hora que ela quer.

— *E aí?*

— E aí eu não dou.

— *E aí?*

— Aí eu falo, ó, se você continuar chorando, eu vou... desligar a televisão, por exemplo. Eu falo que ela vai deixar de fazer uma coisa que ela gosta. Se você continuar chorando eu vou esconder seus livrinhos, vou... entendeu, alguma coisa assim que...

— *Você põe ela de castigo?*

— Não é castigo de ficar sentada num lugar, é tirar uma coisa que ela gosta.

— *Que tipo de coisa....?*

— Desenho, ler os livrinhos dela, ler não, é... ver as figuras, né, inventar historinha... o brinquedo que ela mais gosta, eu digo que vou tirar. Aí ela logo... para. Pura manha.

- *Na casa da sua sogra, onde ela fica o dia inteiro, como é?*
- Não é o dia inteiro, ela fica metade do dia, né? Chega às nove e tem que sair uma parte do tempo pra ir à escola.
-
- *Você estava dizendo que não aconteceu muito recentemente....*
- Já aconteceu de eu dar um tapinha nela, na bunda, no meio da rua, porque ela faltou se jogar no chão porque eu não queria dar o que ela queria. Aí eu dei um tapinha na bunda dela. Que mais? Quando ela me desobedece assim muito, que eu falo pra... comer alguma coisa, suja o chão, e eu falo você não pode fazer isso, e ela continua fazendo, e então eu mando ela limpar e ela não limpa, quando ela insiste muito em não fazer o que eu tô pedindo sem argumentar comigo, aí... eu dou um tapinha na bunda. Sabe? É pouco, e.....
- *É sempre na bunda?*
- É. E é fraco. Ela ri. Quando eu dou.
- *Ela ri?*
- Ri. É difícil dela ver aquele tapa como que eu estivesse brigando com ela, ela acha até engraçado, sabe? Porque é tão fraco... e eu fico tão chateada de bater, ela vê, que ela... às vezes ri. Serve pra nada o tapa que eu dou.
- *Bronca então incomoda mais a ela que o tapa?*
- É.
- *Ela reage mais forte à bronca, fica mais chateada?*
- Fica. É até engraçado... Com o pai, né, aconteceu essa semana. Ela senta no banco de trás do carro, né? Fica com o cinto. E ela... ela soltou o cinto no meio da rua, né? Aí ele deu um grito com ela: você não pode fazer isso! Nossa, ela ficou... arrasada. Tadinha, ficou com uma carinha assim de... só ficou arrasada. Se ele tivesse batido, não ia ficar do mesmo jeito que ela ficou.
- *Ele faz como você? Dá bronca, dá esse castigo de tirar coisas, dá o tapinha quando precisa....?*
- É. É... na verdade, essas coisas que eu falei de cobrar, ela cobra mais em cima de mim. Não acontece muito com ele. Pra brincar tem que ser eu, essas coisas acontecem mais comigo do que com ele. As situações que ele intervém são as que ele vê ela fazer besteira, perto dele, entendeu, que ela procura mesmo é a mim. Então não tem muito caso ...
- *E como ele intervém?*
- Ele bate, dá um tapinha na bunda dela... Na verdade ele dá o tapa antes de explicar. Porque que tá dando. Aí já falei com ele que ele não podia fazer isso,

agora ele tá explicando e... depois... se ela repetir, aí ele vai e dá um tapinha na bunda dela. Mas dá pra perceber que com ela mais eficaz é dar uma bronca.

- *E porque você diz isso a ele?*
- Que adianta bater se ela não sabe porque ela tá apanhando, qual o efeito de um tapa se não tem justificativa? Porque a intenção de eu dar um tapinha na bunda dela é que ela perceba que aquilo é errado. Se eu dou o tapa e ela não percebe que ela tá fazendo uma coisa errada, qual é justificativa do tapa? Não tenho nenhuma.
- *Então a idéia é que o tapa seja...*
- Uma punição ao que ela tava fazendo.
- *E o pai concordou com isso, ele mudou?*
- Mudou, mudou, mas também é um tapa muito fraco, é sempre muito... Só de encostar mesmo...
- *E porque você está insistindo tanto em que o tapa é bem fraquinho?*
- Que tem gente que bate com cinto, que bate com... sei lá... cigarros, bota na criança, não é esse o caso. É sempre um tapinha na bunda assim só... pra ela sentir.
- *Então o tapa forte e o tapinha são duas coisas qualitativamente diferentes, na sua opinião?*
- A intenção da gente não é machucar ela... Acho que quando você bota o cigarro na criança, a tua intenção além de educar... se tá pensando em educar, não sei... é machucar. A gente não tem intenção de machucar ela.
- *Violência física então é isso?*
- Pra mim? É. Acho que depende do que você está pretendendo com aquele tapinha, né? A minha intenção em dar o tapinha nela não é machucar. É que ela perceba que eu tô tentando punir ela de alguma forma. Que não seja dolorosa pra ela, que ela não sinta dor. Só isso.
- *E quando excede a isso e tem intenção de machucar...?*
- Aí já não é mais... é outra justificativa, não é só por educar, não é só pra punir.
- *Estou tentando entender onde você está colocando a linha divisória da violência.*
- Eu acho que eu não posso passar de um tapa na bunda. Minha opinião é essa, meu limite é um tapinha na bunda. Qualquer outra parte do corpo eu já vou achar que... já vai ser mais doloroso pra ela... que eu já estou me excedendo.
- *A reação de sua filha ao seu tapa, ou à sua bronca, e ao tapa ou à bronca do pai é parecida?*
- Não. A minha ela aceita, a dele ela vem reclamar comigo. Entendeu?

- *Por que? O que ela vem dizer a você?*
- Sei lá... papai me bateu, mamãe! Mas o papai me bateu! Que que você fez, filha? Ela... eu fiz tal coisa... Ah, então foi por isso que papai bateu... Ela quer que eu brigue com ele por ele ter batido nela. Mas se eu bater nela ela não vai falar pra ele que eu bati...
- *Porque você acha que ela faz essa diferença?*
- Não sei... Não sei explicar isso não...
- *Vocês ficam com ela mais ou menos a mesma quantidade de tempo...*
- Mais ou menos, ele chega mais tarde em casa. Só agora porque ela está nas férias...
- *Ela tem as noites com os dois...*
- Final de semana também... o tempo é partilhado... Mais ou menos, porque... eu procuro não levar coisas pra fazer em casa, por exemplo. Pra dedicar um tempo maior a ela. Ele já leva mais coisas pra fazer em casa. Então... acaba ficando mais tempo comigo do que com ele, por mais que estejam os dois em casa.
- [ela começa a chorar, eu desligo o gravador]
- Ela... ela agora tá começando a brincar sozinha, sabe? Que ela não brincava de jeito nenhum... Tá começando a pegar uma bonequinha, a outra bonequinha, as bonequinhas ficam conversando entre si... Antes eu precisava ficar com uma bonequinha, e ela com a outra bonequinha... Agora ela já pega as duas e já brinca, mas... ela tá numa fase agora de aprender a escrever, né? Então quem tem que olhar toda a letrinha que ela faz, sou eu. Quem tem que escrever a letrinha pra ela sou eu. E é o dia inteiro com as letrinhas, é o dia inteiro com os livrinhos que eu tenho que ler milhares de histórias o tempo todo. E eu nunca posso, né? Quer dizer, a maioria das vezes eu não posso. Que o tempo que eu fico em casa eu tenho... várias outras coisas pra fazer. Dentro de casa...
- *E isso tira de você um certo tempo com ela...?*
- Tira, tira. Eu procuro até fazer essas coisas quando eu tô com... menos cansada. Procuro fazer sexta à noite, por exemplo. Adianto muita coisa que aí no sábado e domingo eu vou ficar com ela mais tempo.
- *Você discute a educação de sua filha com amigos ou parentes?*
- Não.
- *Como foi a sua educação?*
- A minha? Não sei te descrever...
- *Você acha que foi parecida com a educação de sua filha, ou diferente, e em que ?*

- Não sei... Apanhar, eu não apanhava. Nunca apanhei... Eu sempre fui assim muito compreensiva, eu não era de espremeir... quando eu não tinha uma coisa, por exemplo. Eu nunca fui de contestar muita coisa.
- *Sua irmã, era parecida?*
- Completamente diferente. Completamente. Ela é diferente. Ela quer tudo. E ela é assim... se falar um não ela vai e faz, porque ela quer fazer e pronto.
- *Isso criava problemas entre ela e seus pais?*
- Cria até hoje.
- *Ela apanhava?*
- Mais do que eu.
- *Também o tapa?*
- Dependendo da reação dela. Se ela levasse um tapa ela queria dar um tapa, por exemplo. Chegou ao ponto dela querer dar um tapa por ter levado um. Aí ela levava um tapa maior. Aí parava. Ela é muito difícil.
- *E com ela você conversa sobre a sua filha?*
- Sobre a minha filha, não. Sobre a minha filha eu não converso assim... Educação só com o pai, mas... Eu falando pra ele o que eu acho que ele deveria fazer em certas situações, ele nunca falou pra mim o que eu deveria fazer.
- *De onde vêm as regras gerais para educar sua filha?*
- Do que eu acho que é o certo. Não é o que eu vi em casa... não acho que tenha a ver com os meus pais não.
- *Não? Por que?*
- Eu tenho a preocupação assim que... que ela... Eu tenho a preocupação que ela perceba assim que... a minha visão não é a dela, né? O que eu acho importante pra ela, o que ela deveria achar que é importante, que sou eu que acho na verdade, né, e... como ela deveria agir em certas situações assim... por exemplo... que ela deve contestar, eu acho que ela deve contestar as coisas, tanto é que ela argumenta comigo. E eu converso com ela explicando o porque dela não poder fazer certas coisas. Eu nunca vou falar um não pra ela e querer que ela engula aquele não. Eu vou explicar o porque do não. E... eu acho que ela tem que perceber que existe um limite pra tudo, entendeu, que nem tudo é acessível a ela. Isso eu acho que vai ser pro resto da vida.
- *Você tem alguma expectativa com relação à idade? Acha que vai ficar mais fácil, ou mais difícil...*
- Quando ela for mais independente, né? Eu acho que vai ser mais fácil.
- *A dependência dificulta a relação cotidiana?*

- Eu acho que sim. Essa exigência de que eu fique perto o tempo todo, né, isso eu acho que deve melhorar quando ela tiver assim não sei... uns seis anos. Não sei precisar a idade, mas eu acho que ela está numa fase crítica. Que ela tá me exigindo muito, mas eu acho que isso daqui a algum tempo vai melhorar.
- *Você acha então que está agora numa das fases mais difíceis?*
- Dela como criança, eu acho. O mais difícil e chato é a dependência.
- *Até agora falamos de violência física. E de não dar o que a criança precisa... O que você sabe disso?*
- Também informação de jornal...
- *E o que você acha disso?*
- Eu gostaria de dar mais além do que eu dou, mas... por exemplo, eu gostaria de colocar ela pra fazer uma atividade física. Agora eu não posso, mas... gostaria. Mas isso eu já acho que é além. No momento, eu acho que o essencial pra ela é estar na escola.
- *Você acha que a criança que não está na escola está sofrendo uma violência?*
- Eu acho que sim, porque no caso dela por exemplo, se ela não estivesse na escola ela não estaria perto de criança, porque não tem mais criança na minha família... ela estaria deixando de desenvolver um monte de coisas que ela desenvolve na escola... que eu não teria... não tenho nem conhecimento pra desenvolver. Até coordenação motora, começar a desenvolver um pensamento, criar historinha, eu não sei se eu tenho... eu não tenho. Eu não sei, não, eu sei que eu não tenho... habilidade pra esse tipo de coisa. Que a professora puxa por ela. Então eu acho que é essencial ela estar lá dentro. Da escola.
- *Então qual a diferença entre as faltas que você nomeou no início? Qual é a linha divisória? De um lado você diz que é uma violência não dar o que ela precisa. Mas de outro, você diz que há coisas que não dá porque ela tem que aprender limites.*
- Porque eu acho que ela não precisa. O que eu acho que ela não precisa, eu não dou.
- *E o que é fundamental? O que seria violência na idade dela?*
- Escola... atenção... acho que seria uma violência se eu não desse atenção a ela nesse momento que ela tá aprendendo a ler, a escrever... que está desenvolvendo, que está aprimorando as coisas... ela precisa de incentivo. Eu acho que também seria uma violência da minha parte não incentivar, não falar que está bonito, que a letra está bonitinha, sabe, coisas do tipo. Coisas do dia a dia.... São coisas que embora pareçam pequenas, eu acho que são muito importantes pra ela.

- *Você conhece outras formas de violência contra uma criança?*
- [longo silêncio] Não consigo te dizer outra não...
- *Uma ofensa verbal... você chamaria de violência?*
- Chamo. Mas isso a gente não faz com ela.
- *Mas não só o que você faça, no geral.*
- Pra ela tem várias coisas de violência... pra ela... dar uma língua pra ela é uma violência. Se alguém fizer uma careta pra ela, ela fica... Pra ela eu sinto que é uma violência, alguém fazer uma careta pra ela. Falar que ela é feia, falar... entendeu? Pra ela é uma violência.
- *Você chamaria de violência?*
- Eu não chamo de violência, mas na cabecinha dela... pra ela é, eu sei que pra ela é. Ela fica chateada, é uma coisa que incomoda a ela.
- *Esse é um sinalizador importante, então, a reação dela?*
- É importante. O que é violência pra mim pode não ser pra ela, o que é pra ela pode não ser pra mim. Uma careta pra mim não é nada, não tô nem aí, mas uma careta pra ela, ela fica muito chateada.
- *E você chama de violência pelo modo como atingiu a ela?*
- É.
- *E violência sexual?*
- Tá tão distante dela, por isso que eu não sei...
- *Mas não só com ela, eu gostaria de saber o que é pra você a violência sexual.*
- Contra uma criança?
- *É. Você já ouviu alguma coisa a respeito?*
- Já, isso tava incluído quando eu falei no início que a violência era causada por pais, por parentes... O que eu acho disso?
- *Você já ouviu notícias?*
- Sempre tem, né, é uma coisa muito comum, né? É um absurdo completo. Quem faz isso pra mim é um monstro. Acaba com a... quase que acaba com a vida de uma criança, né? Porque isso ela vai carregar pro resto da vida. Essa é uma seqüela que vai pro resto da vida de uma criança.
- *Essas pessoas são monstros?*
- Ignorante... depende de cada situação, né, se a pessoa é de má índole ou então... sei lá... tem problema psicológico, é ignorante... talvez não imagine que esteja fazendo um mal tão grande à criança... não sei. Deve ter várias explicações pra isso, não vejo uma única... um único tipo de pessoa que seria capaz de fazer esse tipo de coisa.

- *Como você acha que se poderia deter a violência?*
- É muito difícil... eu acho que... é porque eu não acho que seja tudo igual. Acho que cada uma tem um motivo diferente, tem uma causa diferente. A violência sexual: eu imagino que tenha mais nas classes mais baixas do que... esse tipo de violência deve ser maior nas classes mais baixas do que nas mais elevadas. Acho que falta esclarecimento também às pessoas... se elas soubessem o mal que causaria àquela criança eu acho que agiriam de uma forma diferente... nesse caso. Não sei se entenderiam, mas talvez diminuísse. Não acabaria. Na verdade, todos, né? Se soubessem as conseqüências pra criança daquele fato, eu acho que... precisa esclarecimento.
- *O violentador sexual você chamou de monstro. Foi o único...*
- A violência física também, né? Dependendo da intensidade... um tapinha na bunda eu acho que não tem nada de mais, mas eu acho que... queimar com cigarro, bater com cinto eu acho que também não deixa de ser um monstro a pessoa que tá fazendo isso com a criança. É que eu boto vários limites, então cada tipo de violência pra mim tem várias partes. Desde uma leve até uma bem mais intensa.
- *Onde entra o esclarecimento?*
- Acho que nas mais leves basta o esclarecimento, nas outras... eu acho que punição, não tem outro jeito.
- *Que tipo de punição?*
- É... levar à polícia, fazer uma ocorrência...
- *Prisão?*
- É, prisão.
- *Você já viu algum caso?*
- Já vi alguns casos, poucos. Já li em jornal casos que... eu já vi perto da minha casa, não foi... a mãe não foi presa mas foi o Juizado de Menores lá na casa dela. Uma vizinha denunciou e foi o Juizado de Menores na casa dela pra ver o que é que estava acontecendo.
- *O que estava acontecendo?*
- Elas gritavam muito, choravam muito, ouvia muito barulho de tapa, mesmo. E a criança gritando, e aí ela denunciou.
- *E o Juizado foi lá?*
- Foi lá e aí conversou e falou que se acontecesse de novo... não sei se ia tirar a guarda da criança, ia levar a mãe presa, aí não sei.
- *la afastar os dois?*

- Mas não aconteceu não. A criança deve ter apanhado outras vezes, mas não teve a denúncia, entendeu?

ENTREVISTA 26: Daniela

Idade ao nascimento do primeiro filho: 24 anos

Número de filhos: 2

Idade e sexo dos filhos: feminino, 12 e 11 anos

Estado civil: casada

Reside com: marido e filhas

Relação de parentesco entre o marido e os filhos: pai

Trabalha

Local onde mora: violento mas ela cresceu ali e sente-se protegida

- *Você já ouviu falar de violência contra a criança?*
- Já. Porque eu já sofri isso.
- *Você já sofreu? O que houve com você? Você se incomoda de falar?*
- Não, não, não incomodo não. Inclusive eu fiz várias terapias e já consegui falar disso nas terapias. Sou uma pessoa comum, pra mim tudo é normal. Agora, quando eu tô fazendo uma terapia eu confio de falar. Eu fui estuprada. Meu pai era alcoólatra... ele bebia, eu já fui espancada, já... ele já abusou de mim, tanto que hoje eu tenho as minhas filhas, quando o pai delas chega, abraça, papai!... quando minha filha começou a sair peitinho, aquilo ali fez uma bagunça na minha cabeça... Mas uma bagunça muito grande. Eu ficava, meu Deus, eu não posso botar isso na minha cabeça, eu achava que meu marido ia proceder da mesma forma. Eu ainda falo isso pra ele. Embora ficava... só no fato dela encostar nele, pra mim já era forte demais. Mas, não tenho nada a dizer com relação a isso. Não confio não. Até hoje, minha filha tem 12 anos, a outra tem 11, não vi nada. Mas não confio. Eu não confio nem na minha sombra, eu não confio nem nos meus irmãos. Não que eu tenha nada deles, Deus me livre. Mas não confio.
- *Você tem medo?*
- Tenho. Esse negócio de amiga, passar, não é comigo, não gosto... eu acho que homem é abusado. Várias vezes as pessoas já falavam comigo, já... não dava trato. Eu criei um certo trauma que eu trabalhei numa loja que... o rapaz ele tinha esse hábito de querer... eu falava ó, não faz isso... eu não gostava. Então a pessoa vinha falar comigo eu já... achava que ia...
- *Que ia te tocar?*

- É. Verdade. Então minhas filhas hoje... Eu sou muito assim... não gosto. Homem, principalmente homem...
-
- Gozado, eu tô nervosa.
- *Dá pra continuar conversando?*
- Dá, tudo bem...
- *Você disse que você também apanhava muito do seu pai?*
- Apanhava muito, ele me espancava... Engraçado, uma vez eu vi uma reportagem na televisão de uma adolescente estuprada pelo pai... espancada, foi virar menina de rua... Aquilo ali... olha, pela primeira vez na minha vida, aquilo me deu uma revolta... Sabe? Aquele ato, aquela covardia dessas meninas... e até eu passei a mesma coisa, mas que... não sei, eu comecei a brigar, meu marido falou que é isso?, eu falei que que é isso o que? É como se a reportagem... já passou, tem o que? Uns 5 anos atrás, é como se todo mundo tivesse dando uma alta proteção a elas, acho que não houve comigo, né...
- *Não houve com você essa proteção?*
- É, exato, então eu vi fazendo com elas e eu achava aquilo uma palhaçada, organizava, trabalho, um monte de coisa, que tá virando menina de rua... aquilo ali pra mim parecia uma palhaçada, eu comecei a brigar, me deu uma revolta, mexeu muito comigo.
- *Você acha que você não foi protegida contra essas agressões do seu pai?*
- Não, não fui não.
- *A sua mãe sabia?*
- Sabia, eu contava, de manhã eu contava, mãe, o pai mexeu comigo e... quando eu abria o olho que olhava pro meu pai eu Pai! Eu apanhava na cara. Minha mãe ia lá falar com ele, ele xingava, brigava...
- *E os seus irmãos?*
- Meus irmãos hoje cresceram, né, todos adultos, trabalhadores, casados... não faziam nada, não podiam nada também, era tudo pequeno, nós éramos escadinha... éramos 10 e... não podia fazer nada, apanhavam muito também... meu pai todo mundo chamava, ele obrigava... e eu levei um bom tempo, né? Perdi minha mãe tem 3 anos... eu perdi meu pai tem 12 anos já... Gente, uma coisa horrível, ele voltava de madrugada não me encontrava nem na cama. Graças a Deus foi uma coisa que... saiu de mim.
- *Você falou que seu marido diz que você espancaria suas filhas?*

- E, não sei, ele tem mania de me agredir, ele gosta de assim de me atingir... mexer, eu não sei, o intuito dele é esse, de me atingir, ele sempre vira e mexe tá implicando. Que eu falo alto. Eu falo alto. Mas falo alto porque eu tenho problema de audição. Que às vezes eu não sei se falo alto ou baixo. Então às vezes eu falo alto sim, eu grito, eu acho... lá em casa, eu vou te falar, ele fica: eu não sei porque é que você grita, eu falo, eu não tô falando com você, ele fica, teu pai gritava com você, você hoje grita com suas filhas, teu pai te agredia e falava e você... mas isso não é verdade.
- *Ele diz que você faz com suas filhas a mesma agressão que seu pai fazia com você?*
- Ele diz, mas isso não é verdade. Eu fiz uma terapia lá em Botafogo, a doutora falou pra mim, pra eu não fazer isso com as minhas filhas. E isso nós viramos muito amigas, muito, muito que não serviu mais pra terapia pra mim. Ela se envolveu muito comigo, e eu com ela. Ela falou que eu não era pra ser o que eu sou, que eu não era pra ser a mãe que eu sou. Eu falei por que? Pela vida que você teve, que você era pra ser igual o seu pai com as suas filhas. Que a minha irmã é. Eu sou oposta. Porque eu acho... qual a mãe que não bate nos seus filhos? Eu bato como uma mãe qualquer. Bato sim, bato. Mas eu não espanco as minhas filhas. Bato como uma mãe qualquer. A minha irmã não sabe. Ela tem a reação diferente de mim. Ela disse pra mim, a doutora, que eu era pra ser igual meu pai, e na verdade eu não tenho assim... não sei nem explicar. Acho que eu tô falando essa palavra do meu marido e você pode pensar o oposto de mim...
- *Como é que você acha que mudou? O que você mudou?*
- Olha, eu aprendi muito quando eu fiz terapia. Aprendi a amar mais... não que eu não amava. Eu aprendi a entender mais as minhas filhas.
- *Antes da terapia você batia mais*
- Normal. É, que de fato é verdade, eu batia mais sim nas minhas filhas. Mas batia porque eram pequenas, eu tive duas filhas uma atrás da outra. Sempre sozinha, meu marido nunca compartilhou comigo, nunca foi aquela pessoa que chegasse junto comigo. Eu batia, batia, batia sim, igual quando você pega o chinelo e dá, dá na bunda, não faz isso, mamãe não quer que você faz isso... porque tenho uma filha imatura, ele usou Tegretol, dá crise epiléticas, então quando ela era menor, era uma menina hiperativa, era uma menina que não parava... sabe um a criança que tira... te estressa, que requer muito amor, e... eu me dei com a minha irmã com câncer, eu cuidei e perdi minha irmã... eu tenho um irmão doente tem 5 anos, eu perdi minha mãe tem 3 anos, então foram cinco anos só de luta, foram cinco

anos só assim... depois de adulta achamos que ia ter uma vida melhor, no entanto enfrentamos muita enfermidade, muita doença, uma coisa terrível, de você ver um câncer assim... porque... muita luta. Quer dizer, com a minha filha doente, eu indo encontrar ela na escola, então tava aqui em baixo todos os dias, então quer dizer... levada. Era aquela criança que... você então brigava, batia assim...

— *Você ficava nervosa, é isso?*

— É, exato, ficava assim... muito nervosa, e eu batia, não a ponto de dar hematoma nas minhas filhas, não, nunca dei hematoma nas minhas filhas. Porque isso aí eu nunca quis pras minhas filhas. E não quero pra elas, você entende? Então eu comecei a terapia, e era pra minha filha ir para terapia. Elas me seguravam. E eu: doutora, é pra minha filha, a senhora não vai me dar alta não? E ela não me dava. Um belo dia minha irmã me deu um livro, ela disse, lê esse livro e depois você me devolve. Que ela viu... ela percebeu a minha luta. Abriu a bolsa... lê aí. Nossa, eu não esqueço nunca. Foi uma maravilha. Eu comecei a ler e ler e ler, e sabe aquele livro que você não consegue parar? E quando eu via que o livro tava acabando, eu não queria que terminasse. Tinha tudo a ver comigo. Quando eu cheguei num dia na terapia, eu comecei a falar. Falei doutora, agora eu posso entender o que a senhora quer comigo. Agora eu posso entender aonde a senhora queria que eu chegasse. Onde você aprendeu isso, Daniela? Nesse livro, doutora. Dali eu comecei a andar. Dali eu comecei a entender, dali eu comecei a ter mais amor... eu não tinha. Nossa, as minhas filhas pra mim é tudo. Mudou, nossa, eu comecei a entender elas. Comecei a entender que... que não era daquele lado que eu estava indo. Que tinha que ser do meu jeito, tinha que ser da forma que eu queria, não, você vai fazer aqui, você vai andar aqui, você vai ser aqui. Eu comecei a entender que não era ali. Não era assim. Então minha vida mudou. Comecei a entender mais elas.

— *Você disse que sua irmã bate muito nos filhos. Você conversa com ela?*

— Converso, converso. Ela não pode bater. Ela tem uma filha só de 19 anos. Ela não é de bater, ela não bate. Ela evita. Ela não gosta de bater. Minha irmã, eu não vou pegar a Fulana porque se eu pegar eu vou machucar. Ela é oposta de mim. Oposta. E eu passo, converso, já tentei levar ela na terapia também, já consegui mas ela não permaneceu, ela saiu, mas ela não tem controle. Quando ela bate ela bate, bate, bate, ela não pára. Então não ela faz isso. A última vez que ela bateu ela marcou a filha toda. Depois ela chora, ela se arrepende, mas foram duas vezes só. Ela não pode bater, ela não tem controle. Eu não. Eu já bato naturalmente, eu bato normalmente, eu bato ainda falando o que ela fez e não era pra fazer. E vai apanhar de novo. Uma coisa assim natural. Ela não, ela bate e perde o controle.

- *Ela não consegue parar?*
- Não.
- *E você consegue?*
- Consigo. Naturalmente.
- *Essa que é a diferença?*
- Quando eu digo assim, olha, mamãe vai bater. Hoje não, minhas filhas estão moças, eu acho que não é por aí. Elas apanharam quando era criancinha. Hoje elas tão moça, tão de peitinho, bater nas minhas filhas não seria o melhor resultado. Não é por aí, né? Mas eu avisava: olha, mamãe vai bater. Olha o que você fez, mamãe vai bater. Ih, pra mim bater eu já falei 10, 15, 20 vezes... aí eu vou lá fora, eu pego o chinelo, eu bato na parede... então elas entrava em desespero, isso era uma coisa que mexia muito comigo. Elas choravam muito. Então eu acho que eu falava mais do que eu batia. Eu fui espancada, as minhas palavras era pior... do que elas apanhavam... quando eu batia o chinelo lá fora elas... bate não, mãe, bate não! Mamãe vai bater porque mamãe vem avisando... Dava em uma, dava em outra, mas aquela coisa... que eu tô sabendo o que eu tô fazendo. Mas a ponto de pegar minhas filhas, espancar, não.
- *Machucar?*
- Não, machucar não.
- *Seu marido também precisou bater?*
- Não. Eu quem batia, mas ele não, ele é uma pessoa boa. Não tenho nada pra falar como pai. Só como pai, de amor pra pai.
- *Você acha que pai bater é pior do que mãe?*
- Acho.
- *Por que?*
- Acho que é mais bruto, eles machucam mais. Acho que se eu bater nas minhas filhas não é tão ruim quanto meu marido bater. Que eu nunca vi ele bater, nunca bateu, acho que minha briga ia tá aí, que se ele fosse de bater ele não iria bater porque eu não teria deixado. Ainda bem que ele não tem isso.
- *Sua mãe batia em você?*
- Batia.
- *Tem outro jeito de ser violento além desses que você falou?*
- Como assim?
- *Você acha que uma pai ou mãe não cuidarem é violência?*
- É, é violência sim porque eu na minha concepção, eu penso assim, que uma criança, ela quer ser protegida. Ela quer saber que tem alguém ali com ela, ela

quer saber que alguém protege. E quem protege é os pais. Se não tem os pais, ninguém mais vai dar aquela proteção que eles precisam. É violência sim, é violência. Outro dia a minha irmã... eu tenho um sobrinho que... ele vaga. Vaga entre aspas, né, eu não tenho condições de tê-lo. Que eu trabalho, minhas filhas já vivem presas, entre aspas, vivem dentro de casa, trabalho perto, sou cabeleireira, fecho meu estabelecimento, vou pra casa, preparo o almoço, faço uma comidinha nossa, e eu não tenho como ter ele, né, que é um menino muito rebelde, levado, o pai não fica porque a madrasta não aceita, minha irmã não quer, é um sofrimento... é uma criança que precisaria ser trabalhada. E eu olho ele eu digo meu Deus, eu precisaria fazer alguma coisa pelo Fulano... mas a minha vida é tão enrolada... Conjugal e tudo, é geral. Eu acho que o que eu tinha que fazer eu já fiz. Que eu sou pra tudo! Acontece qualquer coisa, é eu. Qualquer problema, é eu. Se a minha irmã dá um problema, é eu. Se meu irmão dá um problema, é eu. Meu marido não aceita porque ele é homem. Eu digo deixa, mas ele não aceita porque é um menino. Eu já não olho assim. Comigo não.

— *Qual o problema dele ser menino?*

— Eu não entendo ele por isso, eu não consigo entender, ele não aceita. Ele não quer.

— *Que a gente podia fazer pra diminuir essa violência dentro de casa?*

— Olha, eu não sei nem te responder. Não saberia nem te dar essa resposta. É difícil, é difícil mas não é impossível diminuir... eu acho que precisaria de garra entre pai e mãe... acho que os dois juntos, que essa união hoje em dia de pai e mãe é tão difícil... acho que um filho pra vir ao mundo teria que ser muito bem pensado. Planejado. Essa violência com as criança, teria de pensar antes de ter. Se tem uma vida estável, que em caso contrário deveria não vir...

— *Os pais deveriam ser mais responsáveis?*

— Exato, mais responsáveis, mais atentos, enfim... assumir a responsabilidade.

ENTREVISTA 27: Elza

Idade ao nascimento do primeiro filho: 20 anos

Número de filhos: 2

Idade e sexo dos filhos: masculino, 8 anos, feminino, 5 meses

Estado civil: casada

Reside com: marido e filhos

Relação de parentesco entre o marido e os filhos: pai

Não trabalha

Local onde mora: calmo, já houve problemas mas está melhor

- *Você já ouviu falar de violência contra a criança?*
- Já.
- *O que você ouviu?*
- Que os pais bate na criança... Maltrata... Tem vez que o pai estupra...
- *Onde você ouviu isso?*
- Na televisão, jornal. É mais é repórter que eu vejo, na Cidade Alerta.
- *Como é sua relação com seu filho?*
- É porque ele fica mais com a minha mãe. Eu moro do lado, então a minha mãe toma conta dele desde novinho. Então ele chama ela de mãe. Ele considera ela mais mãe do que eu. Ele não gosta muito de mim, não. Porque quando eu tava grávida dele, eu sabia que era menino, mas meu marido queria menina. Eu batia muito na barriga, ficava com raiva, eu dava soco com raiva. Ele fala que sentia eu falar isso pra ele. Ele fala, eu preferia a minha mãe do que você ficar aqui comigo. É assim. Eu gosto dele demais, sou agarrada com ele, mas assim, tem uma barreira, parece... Tudo que ele me pede eu dou pra ele... Porque eu trabalho desde que ele tem 4 anos... agora é que eu não tô trabalhando, e ele vai fazer 8... Agora ele fica mais comigo.
- *Ele é obediente?*
- Não. Igual ao pai.
- *Que tipo de desobediência ele faz?*
- Eu falo pra ele não ir pra rua brincar de pipa, ele vai. Eu mandei ele beber água que ele tem problema de rins, ele não quer beber água. É difícil. Já até encaminharam ele pra uma psicóloga pra conversar com ele. Porque acham ele muito nervoso. Aí quando ele vai pra minha casa e eu não queria dar as coisas pra ele, ficava com raiva querendo me bater... Batia e tudo, empurrava, é assim.
- *E o que você faz nessa hora?*
- Ah, eu fico chorando. Eu choro pra desabafar. Começo a chorar e vou conversar com a minha mãe e ele fica com a minha mãe.
- *Você manda ele pra casa da sua mãe?*
- Não, porque eu fico na minha mãe o dia todo. Eu só fico na minha casa quando chega o meu esposo. Porque eu ajudo ela, que a minha irmã trabalha e eu fico ajudando ela. Que ela tem problema também, negócio de doença, e eu fico mais ajudando ela.
- *E o que sua mãe faz quando ele faz desobediência?*

- Ela briga com ele.
- *Como ela briga?*
- Meu filho, não fica fazendo essas coisas aí não, isso é muito feio... Eu não gosto que você faz essas coisas com a sua mãe... Ele fala eia não é minha mãe, você é que é minha mãe... Até nela às vezes ele empurra. Que ele quer dinheiro direto, meu pai tem uma bar e toda hora ele vai lá e quer dinheiro e meu pai não quer dar, começa a descabelar... Todo mundo fica com medo, que acha que ele é nervoso, e a pessoa não quer brigar com ele. Eu falo as coisas, mas eu quero falar e ninguém deixa, aí fica assim fazendo a vontade dele.
- *Vocês põem ele de castigo?*
- Não.
- *Nunca deram nenhum castigo?*
- Eu já falei pra ele, você não vai pra rua não, vai ficar de castigo. Ele chora aí minha mãe manda chamar ele pra casa dela. Aí tira.
- *Você põe ele de castigo e ela tira?*
- Ele fala mamãe, ela me pôs de castigo aqui! Aí ela vai e chama. Aí eu não vou falar mais nada.
- *E ela põe de castigo?*
- Não.
- *Alguma vez você deu algum tapinha nele?*
- Já.
- *Por que?*
- Porque ele falou palavrão. E eu não gosto. Aí eu bati nele. Mas não é assim... forte, não. Ele fala tapa não dói, passa. Ainda fala isso. Não tem medo.
- *Sua mãe dá tapinha também?*
- Não. Nem meu esposo. Ninguém. Só briga com ele. Só eu que dei, mas eu não dou mais não. Se dei duas vezes foi muito.
- *Qual a diferença entre esse tapinha que você diz que é leve e a violência?*
- A diferença? Ah, porque a violência maltrata mais a criança. Fica maltratando, machuca mais, eu acho.
- *Quando machuca é que é violência?*
- É. Acho que é assim.
- *Como você foi educada? Você apanhava?*
- Ah, apanhava, a minha mãe botava de castigo se a gente brigava, que era muito irmão, aí se a gente brigava... aí ela botava de castigo. Mas bater era difícil. A gente era tudo dentro de casa, sem brigar na rua, por isso que é tudo vergonhoso,

eu sou a mais agitada. Fico até com vergonha, que meu esposo fala, a sua mãe criou muito mal vocês, sem ir pra rua, meu irmão de 21 anos não sai na rua também... Tem medo da violência, quando dá tiro assim fica com medo... Mas eu... Eu perdi um irmão com tiro, de bala perdida. Eu já namorava. Aí a gente fica tudo com trauma. Meus irmão tudo tem trauma, então fica mais assim... Minha mãe também fica... sei lá, com medo de perder eu também...

— *Como seus irmãos educam os filhos?*

— Só tenho um irmão casado, que tem uma menina.

— *O jeito dele educar é diferente ou parecido com o seu?*

— Quem educa é a esposa dele, que ele trabalha...

— *Mas na casa dele, é parecido?*

— Não.

— *Qual a diferença?*

— Ah, ela deixa a criança fazer bagunça... Mas ela bate na criança.

— *Vocês conversam sobre isso?*

— Não. Quem educa mais meus filhos é a minha mãe, que fica mais com eles... Que eu saio pra resolver tudo na rua, tudo é eu. Igual agora, ela tá com o nenê em casa, ele fica mais com ela.

— *E você falou de estupro, também...*

— É o pai estuprar a filha... Fazer violência com a filha...

— *Você sabe de alguma história assim?*

— Só pelos jornais.

— *Como você se sente quando lê isso no jornal?*

— Eu acho que é o fim do mundo, essas coisas assim, sei lá. Fazer uma coisa assim. Que diz que na Bíblia até fala... que no fim do mundo o pai vai pegar o filho... os filhos bater nos pais... Eu não vi essa parte não, mas as pessoas fala, que no fim dos tempos os pais vai pegar os filhos e os filhos vai bater no pai. Maltratar.

— *Você é religiosa?*

— Sou católica.

— *Você freqüenta a Igreja?*

— Vou à Missa, faço parte da equipe de batismo... dou palestra, meu esposo toca na Igreja e faz parte do grupo da Congregação.

— *E na Igreja vocês falam de violência contra a criança?*

— Eles falam na Pastoral da Criança. Mas eu não vou na Pastoral. Eu só fui uma vez por causa de aborto, que os pais abortam a criança aí mostra desenho...

- *Você acha que existe outro jeito de ser violento com a criança além desses que você falou?*
- Acho que desprezando a criança, né, tem que dar carinho. Não dar o carinho acho que é uma violência mais ainda.
- *Não dar coisas que a criança precisa?*
- Não, é o carinho mesmo. Acho isso uma violência. Não saber conversar com a criança, isso é uma violência. Acho que bater dói, mas o carinho ...
- *Dói mais do que bater?*
- Acho que sim.
- *E não dar coisas assim roupa, comida, escola...*
- É, também, é. Que a criança precisa, né? Aprender ler, escrever, se alimentar...
- *O que você acha pior?*
- É o estupro.
- *E fora o estupro?*
- Não dar amor pra criança. Como meu filho fala, ah, você não me ama não... Ama seu neném... Porque eu tô muito agarrada com o neném também, ele acha que eu não tô dando carinho pra ele. Mas eu te amo sim. Aí ele vem pro meu colo e ah, você não é minha mãe mesmo... Eu acho que é falta de amor que ele sente às vezes, né, tô dando pra criancinha e não tô dando pra ele.
- *O que você acha que a gente podia fazer pra diminuir isso?*
- Eu acho que os pais tinha que ir pra conversar com alguém, sei lá, ou procurar alguém ir lá na casa falar com os pais...

ENTREVISTA 28: Marcela

Idade ao nascimento do primeiro filho: 20 anos

Número de filhos: 1

Idade e sexo dos filhos: feminino, 15 anos

Estado civil: casada

Reside com: marido e filha

Relação de parentesco entre o marido e os filhos: padrasto

Trabalha

Local onde mora: bom

- *Você já ouviu falar de violência contra a criança?*
- Já.
- *O que você ouviu, o que você sabe?*

- Que geralmente as pessoas que agredem as crianças são pessoas chegadas, geralmente da família. Que geralmente essas pessoas têm um histórico de violência também quando crianças, eu sei que existe a violência sexual, existe a violência de agressão mesmo, de bater na criança até uma criança machucar... acho que é... complicado... assim... quando você casa de novo é uma coisa muito complicado, né, você botar uma pessoa dentro da sua casa... que não é da família, porque você não... na verdade a gente não conhece direito as pessoas, né? Só vai conhecer quando viver, junto, né? Então é isso que eu sei, o que eu sei é o que eu leio, nunca tive contato com isso.
- *Onde você tem lido?*
- Eu leio revistas, quando fala do assunto, eu leio em jornal, às vezes eu leio alguns livros de psicologia de criança, e geralmente se toma nesse assunto... Mas nada técnico, né?
- *Livros de divulgação...*
- É. Informações desse tipo. Principalmente assim... nos Estados Unidos se fala muito nisso, né? Então geralmente são artigos que vêm de lá, falando disso.
- *E a sua relação com sua filha? Como você soluciona os impasses que acontecem?*
- A minha filha, eu acho ela assim... uma pessoa incrível. Ela é uma pessoa muito fácil de lidar. Ela é super bem humorada, ela tem... os limites financeiros ótimos, ela jamais pede certas coisas que ela sabe que eu não posso dar e quando eu digo não posso ela entende perfeitamente, ela... usa muito o dinheiro dela pra fazer as coisas... ela assim... ela tá com 15 anos mas o grupo de amigos dela são muito novinhos, também, estão todos com 14, 15 anos, então a vida deles ainda é muito tranqüila. É ir no shopping do lado de casa, é ir na vesperal do Meli Melô e eu pego, é ir pro cinema... e a gente leva e busca, então eu não tenho ainda problemas de que... ela saiu tarde, ou ela chegou tarde... ela não me dá esse tipo de coisa. Ela não fuma, ela não bebe, e... o único trabalho que ela me dá é pra estudar. O resto... é uma maravilha.
- *Ela não gosta de estudar...?*
- Ela não gosta. Na verdade ela tem quase horror... então todo final de semestre eu já sei que é o terror, que a gente vai começar a discutir por causa de... a minha preocupação é basicamente por causa de estudo. Então... eu tenho assim... um carinho enorme por ela, a gente é muito grudada, dentro de casa a gente fica sentadinha junta... abraçada, e até hoje... ela tem 15 anos e até hoje na hora de dormir eu vou pro quarto dela, boto ela na cama, deito do lado, converso com ela...
- *Vocês conversam muito?*

- Conversamos. Ela diz que eu sou muito metida, que eu quero ficar sabendo de tudo que ela... tá fazendo. Agora ela tem um namoradinho e eu fico e aí, como é que é... Eu não vou falar disso com você. Mas assim... às vezes ela diz, você é uma mãe muito maluca. Porque eu ainda falo assim muito... ela é infantil, e eu acho que até meio que infantilizo ela também, ah, dá beijinho mamãe, não sei que... Então eu juro que não tenho nada pra reclamar da minha relação com ela, não tem nada de stress, a não ser na hora do estudo, né, de vez em quando é aquela gritaria, onde é que já se viu, como é que você tira essa nota... Mas é por aí só o conflito da gente. Agora, ela é muito diferente de mim.
- *Quando você precisa disciplinar, o que você faz, você dá castigo...? Como é?*
- Eu não dou muito castigo não.
- *Mas já foi necessário recorrer... em que tipo de situação...?*
- Não, eu nunca coloquei ela do tipo... você não vai fazer isso porque você tirou esse tipo de nota, não, eu nunca fiz isso. Disse assim, eu falo, falo, e digo assim, pô, assim eu não vou deixar você fazer isso. Mas eu nunca precisei proibir ela de fazer qualquer tipo de coisa. Agora também pelo seguinte, porque ela nunca me deu nenhum motivo pra fazer isso.
- *E como criança?*
- Ah, como criança? Mais novinha? Ah, ela era assim... Menorzinha já dei do tipo... botar ela de castigo. Que às vezes ela era meio tihosa, então... às vezes tinha que levar ela pro quarto, assim, não, você não vai fazer isso, tum! Botava ela no quarto. Já dei palmada nela. Mas... assim, tipo na bunda, assim, e foram poucas vezes. Agora... por exemplo, cortar a mesada, proibir de sair com os amigos... Os castigos que eu dei foram assim, agora você vai ficar no quarto, quieta... na hora. Era uma coisa assim: você fez, agora vai pra lá, vai ficar quieta, e depois a gente conversa. Ou então eu chegava e dava uma palmada na hora e... nada como... você vai ficar uma semana... não, isso eu nunca fiz.
- *Qual é o limite que você estabelece entre o tapa e a violência?*
- Eu acho que a violência acontece quando você começa a punir porque aquilo te deixou fora de si. Então quando você perde a... existe alguma coisa que te deu tanta raiva, e te deixou tão fora de si, você perde as estribeiras e eu acho que aí você parte pra violência, porque você... naquela hora você não tá pensando. Então eu acho que você pode acabar batendo mais forte na criança, machucando a criança ou mesmo colocando ela num castigo assim tipo uma humilhação. Mas eu acho que isso acontece se na verdade aquela... alguma coisa que ela fez pega você de uma tal maneira que você não raciocina mais. Assim, não me lembro da

minha filha ter feito alguma coisa que me deixasse fora de si. Ela nunca... não sei se ela não vai fazer. Mas hoje, não sei se porque ela é uma criança tranqüila, o máximo que ela me deixa fora de si é quando eu vejo a nota do boletim dela. Mas...

— *Você está falando vários "ainda". Sua expectativa é que com a idade a relação fique mais difícil?*

— Ah, eu acho que ela ainda vai ficar um pouco mais difícil. Eu acho que existe uma faixa em que a coisa é mais complicada. Eu acho que provavelmente minha filha ainda não chegou nessa faixa. É quando na verdade você começa a perder a rédea da situação. É quando ela começa a sair e achar que não tem que te dar mais tanta satisfação, é... eu acho que deve ser alguma coisa da ordem de 17, 18 anos, em que a coisa... vou ser adulto, e aí vou fazer a coisa do jeito que eu quero e acho que aí a relação complica.

— *É a independência?*

— É. Eu acho que primeiro, pra gente deve ser difícil. A gente vive numa cidade violenta, e a gente fica meio angustiada de perder a rédea porque você não sabe o que é que tá acontecendo com o filho. Não sei se tem alguma coisa ligada mesmo a você perder a criança que existia ainda no seu filho, e você não vai ter mais aquilo, por isso que eu acho que essa idade é mais complicada. Mas por isso que eu falo, ainda não sei... mas pode ser que ela nunca faça. Pode ser que ela passe por isso, que eu fique imaginando que é complicado, de uma maneira super suave eu nem perceba que o negócio passou, e ela vire adulta e tudo seja tranqüilo.

— *E os filhos do seu atual marido, que são mais velhos?*

— Eles são muito... muito tranqüilos. O menino agora que tá mais saidinho, já vai pegar onda, mas eles são muito... eles escutam muito o pai. Então mesmo que tenha aqueles atritos mas eles são crianças que respeitam muito. Então não é... Mas por exemplo eu vejo meu sobrinho, meu sobrinho é um desespero. Então eu tenho uma medida mais do meu sobrinho. E na verdade só conheço esses, né, porque eu... filhos dos amigos eu não sei direito o que que aconteceu, né?

— *Provavelmente você conversa com seu atual marido sobre educação de filhos...*

— É.

— *Com sua irmã também? Vocês trocam conselhos....?*

— Também. A gente... bom, meu sobrinho, eu dei muito palpite na educação dele, porque minha irmã meio que criou ele sozinha, sem pai, né, então a família toda participou da educação dele. E além de tudo ele foi uma criança difícilíssima, sempre

foi muito difícil. Então a gente sempre deu palpite, ele ficou muito tempo comigo, eu levava pra viajar, passava dias na minha casa, nas férias... então eu fui meio que uma mãe também. Também briguei, botei de castigo, dei palmada, como se fosse meu filho. Agora, hoje em dia, eu percebo que ele ficou completamente difícil de segurar. Ela tá com 18 anos e ficou mais difícil ainda, ele praticamente não escuta, a mim ele não escuta mais, ele é muito agressivo, ele é quase o contrário. Ele é o contrário da violência contra a criança. Ele é que é o violento. Ele é violento e quando tá com raiva ele vem pra cima de você e ele cresce porque ele é grande, porque ele é homem... então ele fica tentando impor... colocar medo na gente, físico, de estar lidando com ele. Então é uma coisa complicada, né? E eu vejo toda a dificuldade da minha irmã, de estudar, vive sendo expulso de colégio, então eu me assusto um pouco, quer dizer, eu converso isso tudo com ela, o que é que a gente vai fazer, ou bota ele num colégio, obriga a ir... agora não vai dar pra obrigar, e aquelas confusões, agora é droga... fuma maconha, e como é que é, tá metido com quem... tentar fazer tratamento, então isso tudo a gente fala.

— *Como vocês foram educadas? É parecido com a forma como vocês educam os filhos, mudou....?*

— Eu acho que foi bem parecido. Meus pais... meu pai era bastante liberal pra época. Quando eu fui educada ele deixava ir... eu viajava sozinha, ia pra outra cidade, pra encontrar amigos, ele tinha a maior confiança em mim, ele tinha confiança na gente. Ele nunca achou que a gente tava fazendo alguma coisa errada. Então ele nunca se meteu na vida da gente, minha mãe também nunca se meteu na vida da gente, jamais tentou controlar a vida da gente, então é um negócio que... Eu faço mais ou menos parecido, não quero controlar a vida de ninguém, nunca controlei a vida de ninguém...

— *Mas isso foi deliberado ou você se flagrou fazendo a mesma coisa?*

— Não é deliberado não, acho que eu acabei sendo assim, não sou uma pessoa que... em qualquer relação que eu tenha, na minha relação com meus pais, com meus maridos, na minha relação com minha filha, eu nunca quero me meter na vida deles. Eu não quero saber o que eles tão fazendo, se tá certo se tá errado, é a vida deles, se tá gastando o dinheiro assim, o dinheiro é dele, não me interessa, então eu acho que é o jeito da minha mãe e do meu pai levarem a vida. Como eles nunca se meteram na nossa, não me vejo no direito de me meter na vida de ninguém.

— *E com o pai de sua filha? Ele é parecido?*

— Não. Não. Ele é liberal também, com ela e com os outros dois filhos dele, então ele sempre deu apoio pra eles, ele é super apegado a ela também, tem o maior

carinho, com os filhos acho que ele não é uma pessoa que fica se metendo muito na vida não, ele também... às vezes eu acho que ele deixa livre demais, uma coisa que eu não sei se eu gostaria, nem faria. Tipo, tem um namorado, pode trazer o namorado pra dentro de casa, vem dormir aqui, entendeu, e quantos namorados quantos podem vir, eu acho que isso aí, isso aí eu não sei como é que eu vou agir. Eu não tive o problema, então não sei como é que eu vou fazer. Não me sentiria muito bem de acordar cada dia e ter um namorado diferente dentro de casa dormindo, isso eu não gostaria. Mas ele é desse jeito até porque eu acho que a vida dele é desse jeito. Ele também se vê no direito de ficar trocando de namorada e levar namorada pra casa, eu acho que aí todo mundo pode fazer a mesma coisa.

— *Ele é parecido neste sentido...*

— É, exatamente. Ele não é parecido comigo, mas o jeito que ele age com os filhos é o jeito que ele age com ele mesmo.

— *Essa violência intimida? Você acha que isso afeta as relações dentro de casa?*

— Afeta, eu acho que afeta. Porque às vezes você fica com mais medo de deixar o filho fazer alguma coisa pelo que pode acontecer pra ele lá fora do que propriamente porque você duvida dele. Por exemplo, uma coisa dos tempos da gente: a AIDS é uma coisa apavorante, né? Quando você pensa que minha filha daqui a pouco vai ter uma vida sexual ativa. E ela tem risco. Se não existisse isso, eu não me preocuparia. A vida dela é ótima, ela faça da vida dela o que ela quiser, já falei um monte de coisas pra ela, acho que a gente dá pros filhos na verdade o que a gente faz na vida, né? Então eu acho que só de pensar no que pode acontecer, você fica assim... bom, mas então eu tenho que dar muito mais avisos, eu tenho que ficar dizendo que isso é um perigo, e é complicado, como é que você vai dizer olha, minha filha, é bom, mas... cuidado, que tem isso e mata.

— *Não permite que você seja tão liberal quanto gostaria?*

— É, e isso tá aí, que é que eu posso fazer? O máximo é ficar... vai ter que usar camisinha, vai ter que usar camisinha... Fazer quase uma lavagem cerebral. Pra ver se o negócio entra na cabeça. E... mãe, para de falar nisso, eu já sei, e você sabe que na hora H não vai usar... Eu fico achando o seguinte, que a gente tem que falar muito, porque senão... a gente sabe que na hora o desejo é maior, enfim... as coisas não passam pela sua cabeça, você quer que isso tudo se dane... Então eu acho que isso é uma coisa ruim, é uma coisa externa, que acaba influenciando a maneira como você cria o filho, e eu acho que essa coisa também de violência na cidade, você quer deixar ir numa boate, nesses lugares... Não tem problema nenhum, mas aí você lê no jornal que saiu uma briga, que um quebrou a

cara do outro, que tem um débil mental que deu um tiro, já fica apavorada. Eu sou absolutamente contra invadir a privacidade dos filhos, jamais abrir carta de qualquer pessoa, eu não vasculho coisa nenhuma, não vou olhar o que é que minha filha tem dentro da carteira, aí você começa a se preocupar por causa da droga. Aí você vê que ela tá completamente disseminada, que em qualquer lugar que eles estejam, vai ter alguém oferecendo. Aí como é que você faz? Até hoje eu não tive esse problema, mas se você começa a desconfiar que seu filho tá usando droga, o que você faz? Você quebra toda essa confiança que você tem nele, parte pra olhar e ver se realmente ele tá usando, ou você fica na sua fingindo que não, eu sou uma pessoa que não vou contra minha ética... e confiar na palavra, quando você sabe que se ele estiver usando ele vai mentir pra você? Então isso é uma coisa que você gostaria de fazer, mas e se acontece alguma coisa externa, você consegue manter sua...

— *Deixa os pais mais inseguros?*

— Deixa. E são coisas externas... Se não existisse, eu tenho certeza absoluta que eu não iria revistar qualquer coisa da minha filha. Mas se um dia eu duvidar... Já não vou dizer que um dia eu não vou ter que olhar as coisas dela pra ter certeza que ela não está usando droga. Se eu tiver alguma desconfiança desse tipo.

— *Você falou de violência sexual...*

— Eu acho uma coisa complicada, pelo seguinte: eu acho que de alguma maneira a gente já sofreu violência sexual, mesmo. Eu me lembrando... eu sofri, com certeza. Não assim de pai, mãe ou parente, mas... quando você tá começando a adolescência, que você é muito vulnerável, porque ninguém faz isso com a gente hoje, depois que você tem uma certa idade ninguém banca o engraçadinho porque sabe que a resposta é ali, mas quando você é mais nova e os homens sabem que você não vai responder porque você tem medo de responder, na rua eles passam a mão, e te mostram o pau, inclusive médico que eu fui, médico já passou a mão em mim... E você tem tanto medo, que você não fala. E por outro lado isso, de alguma maneira, é uma coisa diferente que você... quando tá com seus hormônios aos 13, 14 anos, é uma coisa diferente. Então isso dá uma confusão na cabeça, que é... o quanto é ruim e o quanto dá prazer. Como é que a gente elabora isso? Então eu acho que existe essa violência, que não precisa nem chegar ao fato consumado, e óbvio que eu ando com a minha filha e vejo que... se aconteceu comigo, porque é que não pode acontecer com ela? Pode acontecer, é claro. E é aquela coisa de você ficar sem saber como dizer pra ela, como ensinar pra ela se defender. Não sei falar pra uma menina de 13, 14 anos, como se defender.

Porque não adianta virar a mão na cara do sujeito, inclusive porque ele é muito mais forte. Então, o que ensinar pra ela? Eu não sei. Sinceramente, eu não sei.

— *Mas é uma preocupação...*

— É. De sacar se pode acontecer com ela... Logo que ela começou a ficar assim com corpo de mocinha, e eu comecei... Esse negócio de porteiro no prédio, porque a Julia era muito assim, ela sempre foi muito... ela sempre gostou de conversar com os filhos do porteiro, era apaixonada pelos filhos do porteiro, e os porteiros todos gostavam dela, então tinha uma hora assim que ela continuou achando que é criança, e você já vê que ela tá ficando uma mocinha, e essa hora é a hora que provavelmente as meninas mais sofrem abuso sexual. Então eu tinha um medo danado. E eu ficava olha, quando você for pra portaria, não vai com esse short lá pra baixo... Bota uma roupinha melhor, você já não é tão pequenininha... E é engraçado, você tem que tolher a criança de alguma maneira, meio como uma defesa pra ela... Por exemplo, quando eu separei do pai dela, chegava, deixava ela na portaria, e eu ficava com medo assim...será que ela já chegou? Filha, quando chegar olha lá de cima, dá até logo pra mim... Tenho medo... eu largou ela aqui mas eu não sei se ela chegou lá em cima. Então tinha esse medo. Quando eu casei, antes de casar de novo, eu pensei, vou botar um homem dentro dessa casa, eu tenho uma filha que tá entrando na adolescência, isso é uma coisa complicada, é uma coisa que eu tenho que estar atenta, pra perceber se existe alguma coisa, e na verdade eu sou atenta, fiquei atenta e acho que vou ficar atenta a vida inteira. Até que ela tenha idade suficiente pra saber se virar sozinha, mas enquanto isso não acontecer eu acho que eu fico super acesa, percebendo que é um adulto, eu não tenho medo de menino novo. Por exemplo, eu não tenho medo que ela namore menino de 14, 15 anos, eu acho faz parte. Se tiver que ser eu acho uma maravilha e é isso mesmo, tem que ser isso mesmo. O que me preocupa é essa coisa, é você estar desprotegida na mão de uma pessoa que tem um domínio muito maior em cima de você do que você tem. É essa minha preocupação.

— *Você falou de agressão física e de violência sexual. Você nomearia mais algum tipo?*

— Eu acho que existe uma violência psicológica. É você criar um filho com um medo incrível de você. Eu acho que desse tipo de coisa minha filha escapou, ela não vai ter esse problema. Mas eu acho que existe isso, os pais que criam um clima ruim entre os filhos, você escuta filho falar "eu tenho problema com meu pai, eu nem consigo conversar com ele". Eu acho que isso é porque de alguma maneira foi gerada uma violência psicológica na família que gerou aquilo tudo. Mas eu não

tenho conhecimento por causa disso: primeiro que eu sempre me dei super bem com os meus pais, a gente briga, discute, não se entende, mas eu acho que não é isso, isso eu acho que é absolutamente normal, entre pessoas que convivem. Então eu não tive isso, não vejo por exemplo do pai da Julia em relação a ela. Eles se dão super bem, às vezes ela diz "ai, meu pai é um saco", mas de repente "ai, tô morrendo de saudade do meu pai, quero ver meu pai"...

- *Essa violência está mais distante de você?*
- É. Eu acho que existe. Mas... deve ter um monte de gente, mas eu...
- *Nem em termos de uma preocupação...?*
- Não. Não.
- *Não cuidar de uma criança é violência?*
- Eu acho que é, com certeza. Não dar carinho, eu acho que já é uma violência... Não dar o que a criança precisa... É lógico que você não precisa dar tudo que a criança gostaria de ter, até porque é impossível, na verdade é o contrário, é meio violência você dar tudo pra ela. Porque ela não vai ter tudo depois. Então... os dois extremos... porque quando você dá tudo pra ela você tá escolhendo uma vida que ela não vai ter. A vida não vai dar tudo pra ela. Então eu acho que também é uma violência, ela tem que saber que olha, isso não dá, isso você pode, isso você não pode. Não vai ser assim sempre, e não dar também o que ela precisa é uma violência.
- *Alguma dessas formas de violência tem impacto mais grave sobre a criança?*
- Não sei... Acho que uma criança criada sem carinho, isso vai ter um impacto monstro. Porque você vai carregar aquele negócio... uma seqüela pro resto da vida. Você sofrer uma violência sexual braba de alguém muito próximo de você, também deve ser muito chocante, muito mais do que se for se distante, porque a pessoa próxima ela meio que acaba com qualquer relação de confiança que você possa ter no futuro. E a violência física porque ninguém gosta de sofrer, apanhar, ser torturado, essas coisas. Então não sei, acho que todas elas são igualmente terríveis.
- *O que se deveria fazer com relação aos pais violentos?*
- É complicado, porque a vontade que dá é tirar logo a criança da mão dos pais. É complicado também porque tirar, e depois não saber o que fazer com ela, não é uma solução. Se a gente tivesse uma sociedade mais organizada, e que tivesse alguma grana, eu acho que você quando tivesse certeza que aquilo tava acontecendo na família, deveria ter um jeito de levar aquela família pra um tratamento. Eu acho que... a família toda. Os pais... Eu acho que você tirar dos

pais é uma coisa extrema. Porque no fundo é bom naquela hora, mas você vai dar o que para aquela criança? Ela vai ter um substituto ou eu vou jogar uma denúncia lá... Se você pode tirar ela dos pais e dar ela pra um avô ou uma avó que vai cuidar dela melhor, é perfeito. Mas sem ter algum substituto, tirar e botar numa instituição dessas... eu não sei se resolve. Porque no fundo ela vai sofrer violência de outro tipo na instituição também, então eu acho complicado por causa disso. Se você puder tratar a família... E também eu acho que provavelmente o pai é violento ou a mãe é violenta porque tem problema de bebida, porque sofreu violência quando era novo, e... a falta de dinheiro é uma coisa séria, e isso a sociedade pode organizar, e se o cara não tem nem esse problema, às vezes você tem dinheiro e mesmo assim é violento, eu acho que só um tratamento mesmo é que pode ajudar.

- *Tem gente que fala em prender.*
- Prender o pai? É aquela coisa, eu... tá bom, você vai prender os pais, mas vai fazer o que com a criança? Vai dar ela pra quem? Se tivesse pessoas maravilhosas que pegassem as crianças e dessem pra elas o que os pais não estão dando, maravilha. Mas botar dentro de uma instituição de caridade, ou dentro de uma Funabem ou essas coisas que tem agora, em que vai ter um cara lá dentro que pode torturar a criança também, que pode bater na criança, que pode abusar da criança e você não sabe... Jogar na rua? Ou deixar aquela criança esperando que uma alma caridosa busque ela e dê pra ela o carinho que ela não teve? Complicado, não sei se o melhor seria prender... acho que o melhor seria tratar. Colocar alguém assistindo, tendo reuniões com psicólogos, tentando melhorar a vida do sujeito se é um problema de dinheiro, momentâneo, se é um problema de álcool, drogas... mas tentar ajudar os pais. Não sei se tirar é a grande saída.

ENTREVISTA 29: Fernanda

Idade em que adotou o filho: 32 anos

Número de filhos: 1

Idade e sexo dos filhos: masculino, 35 anos

Estado civil: casada

Reside com: marido (o filho é casado)

Relação de parentesco entre o marido e os filhos: pai adotivo

Não trabalha

Local onde mora: ótimo

- *Você já ouviu falar de violência contra a criança?*
- Já.
- *O que você ouviu, o que você sabe?*
- Eu vejo pela televisão, só pela televisão.
- *Lembra de alguma coisa?*
- Não, eu quase não presto atenção.
- *Seu filho foi adotado com que idade?*
- Recém nascido, eu tirei da maternidade. Ele é meu filho. Porque filho é o que cria, não é o que...
- *Com era seu filho?*
- Calmo, tranquilo... Acho que a gente passa tranquilidade pra criança, por isso é que é violento. Você é violento com você, então passa pra criança também. Meu marido era muito calmo, na época ele trabalhava. Eu eduquei meu filho junto com meu marido.
- *Criança às vezes quer uma coisa que os pais não podem ou não querem dar...*
- Eu dava assim: se ele queria uma coisa hoje, nós poderíamos dar. Mas... Vamos ver se para o mês nós damos o que você quer. Agora nós estamos apertado. Nunca dava na hora.
- *Mesmo que pudesse?*
- Mesmo que pudesse. Nós tínhamos possibilidade de dar, mas eu nunca dei. Porque achava que a criança ia ser... ia achar que quando ele quisesse eu tinha que dar na hora. Então a gente sempre teve esse método: não, agora não dá pra mim. Vamos ver se para o mês a gente consegue... Mas nunca dei na hora.
- *Quando fazia malcriação, a senhora chegou a colocar de castigo...*
- Só castigo, nunca bati.
- *Nem uma palmada?*
- Não, nunca bati. Nem meu marido. E ele é calmo até hoje, ele é calmo até hoje. Muito calmo.
- *Que tipo de castigo?*
- Eu botava ele... pra não brincar com as criança, não ir pra rua. E a gente dava muito conselho. E a gente tinha um sistema: Olha, conselho a gente dá. Porque se prestasse, a gente vendia. Então eu tô te orientando, não tô te aconselhando. Tô te orientando pra vida. Eu não dava conselho, orientava. Falava com ele, porque ele tinha muito colega, e aqueles colegas era meio... meio... Rebelde. Aí eu só aconselhava. Mas o pai também nunca bateu. Nunca deu um tapa. O dia que o pai

deu um tapa nele, o pai não dormiu a noite toda. Porque bateu nele. Porque deu um tapa nele.

— *O que aconteceu?*

— Não, porque tava brigando com o outro coleguinha dele. E ele veio reclamar. E o colega chamava a gente de tio, eram criados juntos. Ele brigou com o colega e o pai deu um tapa só nele assim, essa noite ele não dormiu porque bateu no filho, deu um tapa no filho.

— *E o seu filho, como ficou?*

— Arrasado, porque ele nunca tinha apanhado. Ele tinha 6, 7 anos.

— *Nessa época a senhora e seu marido chegaram a conversar a respeito?*

— Não, eu nunca interfeiri no que ele fizesse não. Ele também nunca interferia quando eu botava de castigo. Nós nunca tivemos isso não. Cada um fazia o que queria e ninguém se intrometia. Nós fomos sempre assim. Liberais com o garoto, você quer fumar então você pede a seu pai, que ele te dá o dinheiro. Você não vai pedir a colega, senão o colega vai te dar uma coisa que não presta. Fumar não é bom, mas você quer a gente dá. Quer dizer, você tendo dinheiro vai comprar o seu cigarro, mas nunca aceita o de colega. Sempre a gente fazia assim. E ele quando começou a fumar, o pai sempre foi liberal, ele fumava perto da gente. Só não fumava que ele tinha respeito, né, que nós sabíamos que ele fumava. Hoje, depois de casado, é que ele fuma perto de mim. Mas ele nunca fumou.

— *A primeira coisa que a senhora disse é que seu filho é maravilhoso...*

— Ele é. Não tenho problema com ele. E ele andava sempre com colega... Que ele eu perdi muito cedo, rebelde porque ele é músico... Ele é músico. Toca tudo, ele é professor de música, Então, minha filha, ele é...

— *Como ele educa os próprios filhos?*

— A mesma coisa. Igual ele foi educado. Nunca apanhar, sempre o castigo. Que eu acho que se pancada prestasse, os marginais não existiam. Que eles apanham, né?

— *A senhora foi educada assim também?*

— Não, eu fui a última, né? Era a caçula, então fui educada com muito mimo, meu pai... eu fui educada sem mãe, porque a minha mãe morreu eu tinha dois anos, então eu fui educada pela minha irmã e meu pai. Mas também nunca apanhei. Nunca apanhei. Só castigo.

— *Seu marido tem uma história parecida?*

— Não, meu marido apanhou muito. Ele falava comigo, todo aniversário eu tinha que tomar uma surra. Era o meu presente de aniversário. Ela falava... Só apanhava no

dia do aniversário dele, coincidia dele apanhar no dia do aniversário. O presente que eu ganhava era uma surra.

— *Como ele mudou?*

— Que ele saiu de casa pra sempre, com 17 anos. Ele é de Recife.

— *Ele saiu por isso?*

— Não, ele veio pra trabalhar.

— *Como ele mudou?*

— Porque ele tinha uma tia que morava aqui, né? Passou uma boa parte do tempo com a tia, depois a gente casou... Ele casou com 22 anos... Eu tinha 23.

— *Como a senhora resolveu adotar seu filho?*

— Não, porque a gente falava sempre nesse assunto, que queria uma criança pra alegrar a casa, né? Mas ele não sabe. Ele não conheço a moça, é mãe solteira, né? Que existe muito, né?

— *Mas foi um filho muito querido...?*

— Foi. Que a gente quando adota é porque a gente tem amor à criança. A gente não vai adotar pra espancar, né? A gente vai adotar porque quer uma criança.

— *E porque a gente acha que os pais espancam?*

— A gente vê tanto...Qualquer coisa pega a criança...Eu acho que não sei se é falta de amor ou se não quis a criança, porque quando você quer uma criança você tem que educar com muito amor. E a criança vai ser também carinhosa, amorosa, porque ela não teve espancamento, não teve esse negócio... a pessoa maltratar. Tanto é que trata os filhos dele a mesma coisa, os filhos dele faz dele o que quer. E tem uma com 12 anos, filho da mulher, mas ele trata o filho como se fosse dele. Mas ele tem pai. E ele não importa que vai passar as férias com o pai legítimo... E ele me trata como avó, e o filho mesmo legítimo dele é uma de 7, uma de 8 e o garoto de 3 anos.

— *A idade dos pais faz diferença?*

— Não. A diferença é o amor que você dá à criança. Não tem diferença se a pessoa é mais velha. Quanto mais velha mais amor a gente tem...

— *E a idade da criança?*

— Mais difícil é como se diz, a idade do aborrescente. É aquela idade que tá agora o garoto, com 12 até 17. Essa idade é perigosa. Você tem que estar de olho. Perigo com droga, perigo com colegas, perigo de fora de casa, não de dentro de casa.

— *O perigo de fora de casa pode chegar dentro?*

- É, mas a gente dá muito conselho a eles. E ele agora mesmo ele chegou na casa do pai dele e me ligou, vó, eu já cheguei na casa do meu pai. Ele me telefona comunicando que já chegou. E eu não tenho nada a ver...
- *A senhora está falando de um tipo de violência, do espancamento...*
- Eu acho que isso aí uma tremenda violência, você não acha não? Eu acho que a violência é essa, acho que dentro de casa é que a violência começa. Se você é violento com o teu filho, então lá na rua ele vai ser violento também. Eu pro meu entender é isso. Se você trata com violência ele também vai tratar o outro com violência.
- *Existe outra maneira de ser violento?*
- Sei lá... eu não estou bem a par disso não que eu nunca fui violenta com filho... Eu acho que... não sei nem te explicar.
- *Então eu vou perguntar: dá pra ser violento com palavra?*
- As palavras podem ser violentas sim...
- *E não cuidar da criança, seria uma violência na sua opinião?*
- Não. É largar pra lá, né? Dar carinho, atenção, chamar a atenção na hora certa... Não, isso não é violência. Agora, qualquer coisa estar espancando a criança, isso eu acho que é violência.
- *A senhora já ouviu falar de violência sexual?*
- Pela televisão, né?
- *O que a senhora ouviu?*
- Eu ouvi que até os pais são violentos com os filhos, né? Não acredito que os pais...
- *O que é pior?*
- Eu acho que é essa mesmo. Eu vejo, eu escuto, né? A gente vê tanta televisão, né? Agora, eu não sei se a televisão mente também, né? Aumenta também, né? Acho que aumentar não aumenta, que mostra, né? Mentira não é, porque mostra, né? Você vê a pessoa... Tá preso por isso, isso... Eu vejo muito me dá pena... Eu gosto de ver... Meu filho fala, mãe, você é sádica, adoro ver isso. Adoro ver essas coisas... Filme de violência... programa de notícia... É da Record, 6 horas da tarde só dá violência. É lá de São Paulo. Eu chego do trabalho, a primeira coisa que eu faço é botar lá, fica lá. Vou assistindo, não tem nada pra fazer...
- *O que se poderia fazer pra diminuir a violência?*
- Não sei. Isso vai da índole mesmo... vai ver eles foram criados assim, né? Então ele espanca também como ele foi espancado, eu acho que é isso.

ENTREVISTA 30: Katia

Idade ao nascimento do primeiro filho: 21 anos
Número de filhos: 2
Idade e sexo dos filhos: masculino, 12 anos, feminino, 14 anos
Estado civil: casada
Reside com: marido e filhos
Relação de parentesco entre o marido e os filhos: padrasto
Não trabalha
Local onde mora: ótimo

- *Você já ouviu falar de violência contra a criança?*
- Já. Em revistas, jornais, bastante coisa. Meios de comunicação. Agora, entrar em contato com pessoas que sofreram violência, não. Só de ouvir, alguém que conhece alguém, mas não ter presenciado, na família... Assim não.
- *Saber de algum caso mais próximo...*
- É, assim, de uma amiga que teve uma sobrinha... Mas uma coisa assim que eu não tive contato. Então é ouvir dizer que alguém sofreu...
- *E nos meios de comunicação, o que você ouviu?*
- Deixa eu ver... tem uma caso que me chamou muito a atenção... a menina que hoje é modelo em Londres, que mutilaram o clitóris, e ela sofreu toda aquela violência... hoje ela tenta passar isso, divulgar, dizendo que isso é um absurdo, tudo bem, isso é uma tradição mas que deixa marcas, a pessoa fica com problemas, ela mesmo não conseguiu se recuperar até hoje... Vi também de uma atriz, aquela cantora... que foi violentada pelo pai quando ela tinha 6, 7 anos e hoje, hoje, já deve ter uns 5 anos, é que ela consegue falar sobre isso, até... eu fiquei meio chocada de ler sobre isso, uma pessoa aparentemente normal, né, mas na verdade normal nada, ela sempre sofreu com o fantasma, aquela coisa da infância... Pra mim eu acho uma coisa meio repugnante, pensar que dentro da sua própria casa você tem uma pessoa que ao invés de te proteger tá te violentando, fora isso outras entrevistas que eu já vi... não sei se você já viu na Barra, que tem uma menina que sofria abuso sexual do pai, na verdade era o pai que abusava dela sexualmente e a família só começou a perceber quando ela começou a desenvolver coisa de bulimia... A ficar... vomitar, é isso, né? Precisou tratamento e se chegou a isso, descobriu então... então acho que essa violência, acho ela mais chocante. Porque é uma coisa... calada. O pai, ou o tio, o poder. Aquela coisa de a criança não tem como se defender. Acho horrível. Tem a história da violência que a gente conhece, aquela que o pai espanca, aparece com olho roxo, bate, essas coisas. Eu acho que você...

— *É mais comum?*

— É, você vê divulgar mais. Mas também tem essa violência sexual que deixa muita marca, é uma coisa mais chocante. Ler essas coisas me incomoda muito. Já li em revistas, aquela Benedita... Ela disse também que sofreu abuso sexual, quer dizer, é uma violência que não é muito divulgada, e que eu acho que deixa uma seqüela muito grande. Impressiona porque parece que é um sofrimento, está ali, mas parece que ninguém consegue ver. Toca mais. A criança não tem como falar. Uma violência física tá na cara, a criança tá com o olho roxo, tá com o braço... uma coisa de sensibilizar mais. E a outra é uma violência mais... Fico imaginando, meu Deus, essa criança sofre calada, né? Não tem marcas, não são marcas, não é uma coisa física mas é uma coisa emocional, né? Dessa cantora, eu fico impressionada de imaginar que o próprio pai abusava dela sexualmente, quer dizer, uma coisa que ela conviveu anos e... ninguém fazia nada, quer dizer, ela não tinha como falar e tem até uma coisa engraçada, que eu já ouvi pessoas falar "ah, mas a criança não fala então é porque gosta". Meu Deus, eu acho que não é isso, a criança não sabe lidar com isso. É difícil de romper, aquela pessoa tem um poder, exerce um poder sobre a criança. Eu acho que essa violência é a que me incomoda mais.

— *Mais que o espancamento?*

— Eu vejo assim, ler sobre isso incomoda. Minha filha, eu falo às vezes pra ela: cuidado, uma criança... sei lá, com o tio, uma coisa... você vai sentar no colo, você não sabe, porque hoje uma menina de 12 anos fisicamente é atraente, às vezes eu falo pra ela, olha, você viu sobre isso, cuidado com isso... Toma cuidado, uma pessoa pode estar muito perto de você e estar te... incomoda. Não sei se porque aquela coisa de violência física, de machucar, você vê. Você tem como se defender, ou defender a criança. A coisa sexual tá crescendo muito...

— *Você acha que essa violência pede mais proteção?*

— É. Eu acho que é uma violência mais difícil porque a sociedade não vê. Uma coisa que acaba sendo dentro da própria família, pelo menos o que eu vejo é isso, né? Dentro da família, e aquela coisa fica ali dentro e a criança não tem como escapar.

— *Isso é a você acha que causa dano à criança?*

— É. Eu acho. Pelo menos o que eu já vi, filmes mesmo abordam muito esse tema, A Garota Interrompida, aquela garota me chocou muito, ela era... O pai dela abusava dela sexualmente, tanto que ela acabou cometendo o suicídio, né, você vê como é uma coisa silenciosa, vai causando danos e ninguém percebe, eu não sei, ou então a mãe finge que não tá vendo, a família não vê, eu não sei o que é, mas eu

acho... eu fico assustada. Me incomoda também o pai quando bate, mas parece que tem sempre um vizinho que vê, que pode denunciar, a tia que não concorda, a própria mãe, mas a violência sexual é uma coisa mais complicada.

— *E sua relação com seus filhos? Como você resolve os problemas cotidianos?*

— Tento resolver... Minha filha tem uma personalidade diferente do meu filho, acho ela mais solta. Uma pessoa mais aberta, então é fácil detectar alguma coisa que incomoda. Então é mais fácil lidar com o problema. Então ela tem alguma coisa, você reclama, dá uma bronca, ela briga, você discute... isso agora. Ele não, ele já é uma pessoa mais introspectiva, então se ele quer... se eu exagero na bronca, alguma coisa, eu não sei como é que ele recebeu isso, não sei como é que ele processou isso. E o que isso... ele não dá retorno, então eu não sei se o que eu estou fazendo é certo, errado... Eu acho que tá certo. Mas ele não me diz. É quieto. Então eu não sei se estou exagerando na bronca, ou no excesso de cuidados...

— *Em que circunstâncias você tem que dar essas broncas?*

— Escola... por exemplo, meu filho, se deixar, ele não quer estudar. Ele quer jogar videogame. Então eu tenho meio que tesourar algumas coisas, vamos dizer, tomar o videogame... Com ele funciona assim: você vai dialogando, chega uma hora que não tem mais... aí você tem que partir pra uma coisa mais radical.